

3

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



CEPFAM

3

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



C E P F A M

Título:

POPULAÇÃO E SOCIEDADE – N.º 3/1997

Edição:

- CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família
- Rua do Campo Alegre, 1055
- 4150 Porto
- Telefone / Fax: (02) 600 15 13
- <http://www.lettras.up.pt/cepfam>
- E-mail: cepfam@mail.telepac.pt

Director:

FERNANDO DE SOUSA

Comissão de aconselhamento científico:

Professor Doutor António Henrique de Oliveira Marques – *Universidade Nova de Lisboa*
Professor Doutor Celso Almuiña – *Universidade de Valladolid*
Professor Doutor Jorge Carvalho Arroiteia – *Universidade de Aveiro*
Professor Doutor Lorenzo Lopez Trigal – *Universidade de León*
Professora Doutora Maria Helena Cruz Coelho – *Universidade de Coimbra*

Comissão científica:

Ángelo Vítor Patrício – *ISLA – Bragança*
Fátima Sequeira Dias – *Universidade dos Açores*
Fernando Alberto Pereira de Sousa – *Universidade do Porto*
Gilberta Pavão Nunes Rocha – *Universidade dos Açores*
João Ramalho Cosme – *Universidade de Lisboa*
Joaquim Manuel Pantoja Nazareth – *Universidade Nova de Lisboa*
Jorge Fernandes Alves – *Universidade do Porto*
Mária da Conceição Meireles Pereira – *Universidade do Porto*
Mária José Moutinho Santos – *Universidade do Porto*
Teresa Maria Ferreira Rodrigues – *Universidade Nova de Lisboa*

Execução de:

Gráficos Reunidos, Ld.ª – Porto

ISSN 0873 - 1861

Depósito Legal n.º 94 133/95

Tiragem: 750 exemplares

NOTA DE ABERTURA

Na sequência dos números anteriores, publicam-se no presente volume da revista População e Sociedade as actas do III Encontro «População Portuguesa – História e Prospectiva», promovido no âmbito de uma das linhas de investigação em desenvolvimento no CEPFAM- Centro de Estudos da População e Família, unidade financiada pela Fundação da Ciência e Tecnologia, que congrega investigadores de várias universidades. O encontro referido constitui já um espaço tradicional de debate para um conjunto de investigadores nacionais e estrangeiros com interesse naquela temática, aberto a todos os que desenvolvem trabalhos na área.

O III Encontro, que ocorreu no Porto em 2 e 3 de Outubro de 1997, foi, sobretudo mas não exclusivamente, dedicado às mortalidades. Foi essa a forma encontrada para evocar a memória do Professor Doutor Henrique David, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do CEPFAM desde o seu início, falecido súbita e inesperadamente no início do ano de 1997, quando estava ainda nos inícios de uma carreira e no fulgor da idade. Henrique David é credor de uma obra de referência no âmbito da Demografia Histórica, o estudo Crises de Mortalidade no Distrito de Braga, que constituiu a sua dissertação de doutoramento apresentada à FLUP em 1993. Outros artigos, dispersos em revistas universitárias, incluindo a População e Sociedade n.º 1, revelam o seu labor nesta área, particularmente na problemática das mortalidades, orientando diversas dissertações de mestrado neste sentido.

Quando já estava em preparação este número da revista outra notícia inesperada ocorreu, falecendo em Lisboa, em Maio de 1998, o Professor Doutor Manuel Carlos de Almeida, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e também investigador do CEPFAM, com trabalhos relevantes na área da informática (patente nacional n.º 1 568/95, do programa de gestão de bases de dados académicas – PROGAC) e na sociologia das migrações, onde apresentou trabalhos relevantes, tais como Migrações Forçadas e Dinâmica Demográfica – o caso particular de Angola, dissertação de doutoramento na FCSH-UNL, em 1993, e Ensaio Sobre as Tipologias das Migrações, tese complementar.

O CEPFAM e a revista População e Sociedade exprimem aqui uma palavra de saudade e de admiração pelo trabalho desenvolvido por estes dois investigadores e amigos que deixaram o nosso convívio.

Tal como já foi noticiado no número anterior, o CEPFAM alargou as suas linhas de investigação e está a proceder às diligências burocráticas para

alteração da sua designação, de forma a exprimir essa abertura. Daí que o presente número de População e Sociedade, ainda que maioritariamente dedicado às questões da população, por imperativo de publicação das Actas do Encontro, já apresente reflexos dessa diversificação das investigações em curso. Dado o grande volume de artigos recebidos foi necessário, no entanto, diferir a publicação de alguns materiais para o próximo volume da revista, esperando-se a compreensão dos respectivos autores para este facto.

III ENCONTRO

**POPULAÇÃO PORTUGUESA
HISTÓRIA E PROSPECTIVA**

Comunicações

Porto, 2 e 3 de Outubro de 1997

Com o Patrocínio de:

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

Fundação Calouste Gulbenkian

Fundação Dr. António Cupertino de Miranda

Fundação Eng.º António de Almeida

Governo Civil do Porto

Reitoria da Universidade do Porto

A EVOLUÇÃO URBANA EM PORTUGAL NO ÚLTIMO SÉCULO (1890-1991)

Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto

Professoras Auxiliares da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

ABSTRACT

The portuguese urban development showed original characteristics that are attached to the lack of dynamism in little urban nucleus and the absence of a significant number of cities and medium-sized small towns. This reality contrasts with the evolution of the bigger urban centres and above all with the county's duality materialized in Lisbon and Oporto: at first of county-cities and, more recently, of the metropolitan areas.

Ao iniciar-se o século XX Portugal era mais um país de vilas e aldeias do que cidades e menos ainda de grandes cidades, o que denuncia um claro desfasamento no contexto europeu. Escasseavam os centros urbanos de média dimensão e só um décimo da população vivia em núcleos com funções urbanas, apesar do arranque verificado na segunda metade de Oitocentos. Este facto resulta de várias condicionantes de foro político-administrativo e sobretudo económico, que entravaram o desejável e possível processo de evolução da frágil rede urbana nacional.

Mas, ao contrário do que poderíamos esperar, a falta de uma «armadura urbana», falta essa que remonta ao século XVI, viu-se ainda agravada nestes dois últimos séculos, pela incapacidade de arranque demográfico manifestada pelas cidades e vilas do País que não Lisboa e Porto ¹.

O aumento relativo da população urbana em relação à total foi feito à custa desses dois grandes centros, que lideraram o processo de desenvolvimento económico das zonas norte e sul. A esta bicefalia correspondia já em meados do século XIX uma bipolarização económica ², radicalizada a partir de então, que Lisboa com a sua área envolvente comandou, de modo cada vez mais inequívoco, pelo menos na óptica estritamente populacional. «Nos últimos 130 anos a capital vive uma situação de excepcionalidade demográfica no contexto de um país escassamente urbanizado», onde faltam os centros urbanos de média dimensão e onde só o Porto se destaca. Tal como Lisboa, ele surge primeiro isolado e mais tarde ligado aos concelhos vizinhos. Em 1991, data do último recenseamento da população portuguesa, nas regiões de Lisboa e Porto vivem mais de metade dos residentes no Continente ³.

De acordo com os dados existentes no caso português, alguns dos quais já estudados, achámos útil elaborar aqui uma síntese do que hoje se conhece sobre o tema. É nosso objectivo esclarecer a forma como foi sendo construído e evoluiu nos últimos cem anos o sistema urbano português, salientando as principais características que revestiu em cada período.

1 – O PORTUGAL DO PASSADO: a diversidade interna

No que respeita à tradição urbana nacional é curioso verificar como ainda no início do século actual se mantinham alguns dos principais traços característicos de povoamento herdados da Idade Média, dividindo-se o País em duas metades. A Norte, a população concentrava-se em pequenas aldeias e vilas, contrastando com a zona Sul, onde sempre existiram cidades de relativa dimensão e onde ficava Lisboa, a grande cidade portuguesa.

A partir do século XV os núcleos populacionais com funções urbanas cresceram sempre a ritmos superiores aos das zonas rurais, embora essas diferenças aumentassem nos locais de maior dinamismo económico. São disso exemplo primeiro os portos marítimos vocacionados para a construção naval, a pesca e a navegação de curto, médio e longo curso e mais tarde os pólos industriais. Na 2.^a metade do século XVIII o crescimento demográfico privilegiou os núcleos populacionais do litoral face aos do interior. Esse processo foi lento e favoreceu primeiro a faixa litoral norte, na sequência da intensificação dos tratos com o continente americano, para em seguida se estender ao demais território e em breve às partes centro e sul de Portugal. A partir dos anos 60 do século XIX acentuaram-se as diferenças internas, pautadas a nível regional pelas dicotomias norte/sul e litoral/interior, mau grado a existência de pólos isolados no interior. O final da década de 70 marcou em Portugal o início de uma fase positiva, que se prolongou até 1911. A população cresceu. Tratou-se de uma época áurea das zonas de Lisboa, Porto e Covilhã, em clara alusão ao impacto positivo originado pelo processo de desenvolvimento industrial.

Com efeito, durante o último século o crescimento global viu-se influenciado pela emigração e pelas migrações internas, efectuadas em direcção às áreas mais industrializadas e onde era também superior o peso relativo da população urbana. As principais vítimas neste processo serão o norte e o interior norte e centro, onde a saída de efectivos foi dupla, para fora do distrito e para fora do Reino.

O aumento da população portuguesa favoreceu as áreas urbanas (que no seu conjunto crescem 55 % na 2.^a metade de XIX), em relação às rurais (com uma variação percentual de apenas 22 %). A esmagadora maioria dos distritos registaram acréscimos superiores nas zonas urbanas, exceptuando Évora e Faro. Só em Castelo Branco, Viana do Castelo e Viseu a população cresceu uniformemente. Ao invés, o aumento foi muito significativo no que respeita à população urbana de Aveiro, Leiria, Santarém, zonas bastante activas e próximas da influência dos distritos do Porto e Lisboa, que já então lideravam o processo de desenvolvimento económico nacional e quase duplicaram em menos de quarenta anos ⁴

Mas, apesar destas tendências, Portugal continuará a ser um País de escassa urbanização, polarizada entre estas duas grandes cidades, situação que reflecte um atraso no contexto europeu e que se acentuou progressivamente.

2 – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM PORTUGAL NO ÚLTIMO SÉCULO (1890 - 1991)

Os estudos urbanos em Portugal não têm sido muitos e até há pouco tempo não raro privilegiaram a perspectiva monográfica, com destaque para as sínteses de tipo historiográfico. No entanto, cumpre sublinhar o papel que na actualidade têm desempenhado outras áreas científicas, tais como a Geografia, a Sociologia ou a Arquitectura, que

em relação a certas épocas e temáticas vieram complementar ou abrir novos conhecimentos e perspectivas que hoje possuímos sobre as cidades ou centros urbanos portugueses, sobretudo para épocas próximas da actualidade⁵.

A falta de informação estatística e a fluidez de conceitos

A nomenclatura utilizada no último parágrafo sugere desde logo alguns considerandos, a que nem sempre é dado o devido relevo, mas que pode influir nas conclusões a obter face às séries estatísticas existentes. Referimo-nos ao significado real e à correcta utilização dos conceitos de «cidade», «centro urbano», «urbanização», «urbanismo», só alguns claramente destringíveis dos restantes.

Note-se, porém, que esta relativa fluidez se estende também às séries estatísticas divulgadas em cada momento pelas autoridades responsáveis e deles deriva até certo ponto. Por várias vezes foram mudados os critérios de recolha e tratamento dos dados, que nem sempre foram devidamente explicitados e que hoje entravam o linear aproveitamento e comparação das fontes. Ao ignorá-los, arriscamo-nos a introduzir margens de erro significativas nas conclusões finais.

Entre os autores que se propuseram explicitar os conceitos básicos com que lida o tema da urbanização refiram-se, entre outros possíveis, os nomes de A. Luciano de Sousa Franco (1968)⁶ e o de António Lopes Vieira (1978)⁷. Ambos sublinharam nos seus estudos a dificuldade em estabelecer um critério único para definir os conceitos de cidade e população urbana e procuraram enunciar as várias perspectivas possíveis, distinguindo cada uma delas e remetendo-as para as características específicas das fontes estatísticas nacionais. Entre a multiplicidade de definições aceites sobre o que deve ser considerada uma cidade, estes autores destacam três critérios, que podem surgir associados na destringência entre espaço rural e espaço urbano. Referimo-nos à base demográfica, à geográfica (onde se inclui a administrativa) e à sócio-económica.

O primeiro baseia-se num pressuposto meramente quantitativo. Nesse sentido deverá ser considerada cidade todo o núcleo onde exista uma população concentrada superior a 20 mil indivíduos, para seguir os limites propostos em 1968 pela Organização das Nações Unidas. Este valor numérico é também utilizado para distinguir a população urbana da rural.

Na perspectiva geográfica, a cidade funciona como um espaço central, envolto por uma periferia de extensão variável, com a qual o centro urbano mantém relações de quotidiano a vários níveis, como o das necessidades de subsistência ou o de pagamento de impostos e rendas fundiárias.

Por sua vez, o critério económico considera cidade ou núcleo urbano todo o espaço que centralize determinadas funções de tipo político-administrativo, judicial ou económico com o território circundante. Nos centros urbanos predominam as actividades do sector terciário, mas é também aí que se centralizam as actividades económicas ligadas à indústria e ao comércio.

Na actualidade foi criada uma quarta categoria para definir uma cidade, que coincide com o aparecimento das metrópoles. Nelas existe uma cidade principal e vários outros centros urbanos, por norma de origem mais recente ou desenvolvimento posterior, os quais mantêm relações de subalternidade face à grande urbe. Esta última difere em vários aspectos básicos da cidade tradicional, sobretudo no que respeita à ocupação

terciária do seu território e à progressiva desertificação de algumas das suas zonas ou bairros centrais. Vejam-se os casos das Baixas de Lisboa e Porto ⁸.

Em relação à realidade portuguesa no último século, os dados estatísticos disponíveis sobre o número de cidades e a evolução da população urbana em termos quantitativos e de distribuição no espaço nacional foram sendo incluídos nos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*, realizados com periodicidade quase decenal a partir de 1890.

Portugal seguiu até 1940 os critérios na época aceites pela maior parte dos Estados europeus sobre o que deveria ser tido como rural e urbano. Desse modo, as estatísticas restringem a perspectiva de recolha a aspectos de ordem administrativa, baseados no regime jurídico de cidade ou localização de determinado centro. De acordo com este princípio, adquiriram o estatuto de cidade todos os núcleos populacionais que fossem capitais de distrito (mesmo quando vilas, como aconteceu com Vila Real em 1890 e 1900), as sedes de diocese e as sedes de tribunal de comarca (o que incluía algumas sedes de concelho). Este critério não considerava as dimensões demográficas. No entanto, até 1930 eram contabilizados como urbanos todos os residentes nas vilas cabeça de concelho; em 1940 compunham a população urbana todos os indivíduos residentes em aglomerações com dois mil ou mais efectivos; e em 1960 os residentes na capital de distrito e qualquer outro núcleo que contasse dez mil ou mais almas.

Muitas são as críticas que podemos fazer à qualidade destas séries, nas quais é patente o predomínio de critérios jurídico-administrativos que nem sempre correspondem a uma realidade urbana. Em primeiro lugar porque algumas vilas e aglomerados dispersos por todo o País têm mais residentes que certas cidades, embora não constem no total da população urbana. Depois, porque o limiar dos dois mil efectivos é demasiado baixo para que possamos afirmar sem qualquer dúvida que os centros assim seleccionados desempenhem de facto um papel social e económico «urbano» ⁹.

Desta insatisfação generalizada perante os resultados que possam vir a ser extraídos a partir de um estudo baseado em exclusivo nas estatísticas publicadas, surgiu o desejo de reequacionar o processo recente de urbanização portuguesa, ajustando segundo novas perspectivas analíticas a informação existente. As conclusões vindas a lume nos últimos anos conseguiram elucidar alguns aspectos essenciais sobre o processo de crescimento dessa baixa de população.

Assim sendo, é hoje possível conhecer o sistema urbano português e sua evolução global, ao longo desta última centúria.

O processo de urbanização em Portugal de acordo com as sínteses existentes (1890 - 1991)

Como atrás se explicitou, as diferentes abordagens da temática da urbanização, a complexidade dos respectivos conceitos e as dificuldades de informação estatística, tornam complicada a abordagem desta questão numa óptica secular.

Deste modo considerou-se mais correcto utilizar a informação compilada por Ana Bela Nunes ¹⁰. Esta autora toma os dados contidos nos censos a nível de lugar e respectivas dimensões, ou seja, trabalha os centros a partir de uma determinada dimensão populacional, situando assim numa perspectiva estritamente demográfica a abordagem da evolução do processo de urbanização. Mesmo nesta óptica as dificuldades existem, já que alguns dos censos não dispõem de tal informação. Nunes optou por estimar os dados

em falta para os censos de 1890, 1900, 1920 e 1930. Apesar das distorções que possam ter sido introduzidas, esta será porventura a melhor aproximação que encontrámos à evolução secular da dimensão dos núcleos populacionais.

De acordo com esta opção metodológica, foram excluídas quaisquer considerações relativas às funções administrativas ou económico-sociais que possam ser definidoras do que deve ser tido como centro urbano. Relativamente à classificação administrativa do que é urbano ou rural, não cremos introduzir envezamentos significativos, dado que essa classificação, no passado como no presente, tem correspondido por norma a critérios de índole política, que mais não fazem do que baralhar a noção do que é ou não urbano.

Como vimos, a partir de 1968 os organismos da ONU apenas consideram como dignos de figurar na designação de cidade os centros com uma população aglomerada de mais de 20 mil habitantes. Porém, as características da evolução da população portuguesa, assim como a sua história e tipos de povoamento, levam-nos a aceitar tratar os centros com mais de 5 mil habitantes, sobretudo porque se pretende uma visão secular a iniciar-se nos finais do século XIX.

De facto, nessa época a fasquia dos 20 mil parece ser demasiado alta e cremos ser mais lógico tomar, nesta visão secular, o limiar dos 10 mil efectivos como definidor de centro urbano. Por outro lado, o facto de considerarmos os centros com mais de 5 mil habitantes permite-nos uma melhor visão da evolução e crescimento dos centros populacionais do País, que possam ter algumas características urbanas. Relativamente ao patamar dos 10 mil cremos que as principais funções económico-sociais que definem um aglomerado como urbano ou como cidade estarão presentes.

No Quadro I apresenta-se a percentagem de população urbana em relação à população total nos centros com mais de 5, 10 e 20 mil habitantes, ou seja, o *nível de urbanização* português no último século.

QUADRO I – NÍVEL DE URBANIZAÇÃO

(População urbana/população total, em percentagem)

HABITANTES	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
+ 5 000	14,9	16,2	17,3	18,1	20,8	22,0	24,2	26,9	30,1	34,6	39,4
+ 10 000	11,3	12,4	13,1	14,2	16,2	17,4	19,3	22,3	26,5	29,7	33,2
+ 20 000	9,1	10,1	11,5	11,9	13,9	14,9	16,2	17,7	20,4	23,4	24,5

Tanto este quadro como o seguinte, com o total de centros situados acima de cada um destes patamares demográficos, provam a lentidão do crescimento da população nos aglomerados de mais de 5 mil habitantes. Chegamos à última década do século XX com uma percentagem de população nestes núcleos ainda inferior a 40 %. Nos centros com dimensões que implicam características urbanas (+ de 10 000 residentes) este valor situa-se em 33 %. Veja-se que em meados do século os centros com mais de 10 mil habitantes ainda não chegavam a albergar um quinto da população portuguesa, o que revela a proporção diminuta da população a viver em pequenas cidades. Se excluirmos desta análise os valores obtidos através de estimativas (anos de 1890, 1900, 1920 e 1930), verificamos que em 1911 nos núcleos urbanos ou para-urbanos apenas viviam cerca de

6 % dos portugueses. Trinta anos mais tarde (1940) este valor subira um ponto percentual e em 1970, outros trinta anos depois, a população a residir em centros com mais de 5 mil e menos de 20 mil habitantes continuava a não representar um décimo da população. Só em 1991 este valor se aproxima dos 15%.

QUADRO II – NÚMERO DE CENTROS URBANOS POR NÍVEIS DE POPULAÇÃO

HABITANTES	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
+ 5 000	38	39	44	44	59	68	85	96	99	143	181
+ 10 000	11	11	11	13	17	23	32	46	61	78	100
+ 20 000	3	3	5	3	6	8	12	16	22	35	39

Fica assim claramente demonstrada a incapacidade de criação de um tecido urbano de média dimensão, quer em períodos de forte crescimento populacional, como o que decorre entre 1911 e 1940, quer em períodos influenciados pelo êxodo populacional, como globalmente pode ser considerado o período de 1940 a 1970. No entanto, nos dois últimos decénios esta realidade parece ter sofrido algumas alterações, mas, como se sabe através dos ritmos de crescimento concelhios entre 1981 e 1991, a percentagem de 15 % obtida para a população a residir em núcleos entre 5 e 10 mil habitantes reflecte o fenómeno de desertificação do mundo rural.

A observação do Quadro II conjugada com a que fizemos anteriormente revela, por sua vez, que, dados os níveis de urbanização correspondentes, a maioria dos centros se situará nos limiares mais baixos dos patamares criados. Ou seja, a população média dos centros com mais de 5 mil habitantes situar-se-á pouco acima deste limiar e, de igual modo, a população média dos de mais de 10 mil.

No caso das cidades com mais de 20 mil habitantes será possível vislumbrar dimensões médias muito superiores, o que é causado logo à partida e ao longo de todo o período considerado, pelas cidades de Lisboa e Porto, as quais implicaram a subida da média do grupo. A leitura destes valores prova também que a percentagem de população a residir em centros com mais de 20 mil habitantes constituiu, ao longo do século, sempre mais de metade do total de população residente em centros urbanos. Este fenómeno encontra-se ligado à macrocefalia da cidade de Lisboa e em parte também à do Porto, que analisaremos adiante.

Será ainda útil verificar quantos centros urbanos se situam entre cada um dos patamares populacionais considerados (Quadro III).

QUADRO III – NÚMERO DE CENTROS URBANOS SEGUNDO A SUA POPULAÇÃO

HABITANTES	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
5 – 10 000	27	27	33	31	42	45	53	50	38	65	81
10 – 20 000	8	9	6	10	11	15	20	30	39	43	61
+ 20 000	3	3	5	3	6	8	12	16	22	35	39

A primeira conclusão que nos permitem os dados é a relativa flutuação ao longo do tempo do número de centros com 5 a 10 mil residentes. Se a compararmos com os ritmos médios de crescimento da população portuguesa encontraremos algumas similitudes entre os dois processos.

Os períodos de menor crescimento ou de perdas populacionais, correspondentes às épocas de grandes fluxos emigratórios ou de crise social e política, originam a diminuição do número de pequenos centros. Ou seja, mesmo quando a dimensão populacional já implica alguma estrutura urbana, esta não é capaz de impedir as migrações, fazendo com que muitos desses núcleos deixem de possuir os valores mínimos exigidos. Este fenómeno ocorre nos períodos de 1911/20 e depois entre 1950/70. Particularmente acentuado é o decréscimo nos anos 60, década durante a qual o seu número baixa de 50 para 38, ao que corresponde uma variação negativa de 24 %. Por sua vez, os períodos de maior crescimento populacional nem sempre coincidem com os de maior crescimento dos núcleos entre os 5 e os 10 mil habitantes. De facto, se podemos constatar um aumento vigoroso do número de centros entre 1920/30 e 1970/81, embora com muito maior expressividade no segundo caso (+ 71 %), já em 1930/40, com um crescimento populacional idêntico, apenas mais três centros desta dimensão surgem e a percentagem da população neles residente não se altera.

As pequenas cidades com 10 a 20 mil habitantes mostram um percurso bastante diferente. O número destas pequenas cidades é sempre crescente, se exceptuarmos o declínio sofrido entre 1900 e 1911 (de 9 para 6) e que corresponde a Elvas ter passado ao patamar inferior, enquanto Setúbal e Funchal tinham em 1911 já mais de 20 mil habitantes. Embora o ritmo de crescimento sofra flutuações e seja globalmente lento, é interessante verificar que ele evolui de acordo com um processo oposto ao dos centros com 5 a 10 mil habitantes. É exactamente nos períodos de menor crescimento populacional, ou mesmo de recuo, que o número destas pequenas cidades aumenta de forma mais significativa, como acontece na 2.^a metade do século, entre 1950 e 1970 e depois entre 1981 e 1991. É como se estas pequenas cidades constituíssem um baluarte de refúgio à adversidade das condições políticas e sócio-económicas desses períodos.

O número das cidades de mais de 20 mil habitantes apenas começa a ter um crescimento contínuo, embora muito lento, a partir de 1940, pois até aí sofre flutuações diversas pouco significativas. Como veremos adiante, uma parte do crescimento do número destas cidades liga-se à constituição das áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Para além do que os números revelam de *persi*, vale a pena salientar que o acréscimo é mais significativo na década de 70, dado que em apenas dez anos surgem mais 23 cidades desta dimensão.

Uma outra abordagem possível à evolução da urbanização em Portugal ao longo do século consiste na comparação entre os ritmos médios de crescimento da população que vive nas cidades e os da população total. Desta análise ficará ausente a população dos centros com mais de 5 mas menos de 10 mil habitantes. Por um lado porque, quando considerada, o andamento da curva desses núcleos quase reproduz o da população total do País, embora a níveis sempre um pouco superiores; por outro porque não nos parece correcto considerá-los de facto urbanos.

O Gráfico 1 comprova estas afirmações. Através dele podemos verificar a similitude de andamentos entre as três curvas e provar que, de alguma forma, os ritmos de crescimento urbano são fortemente condicionados pelos da população total. Verificamos também que no início da centúria considerada, o ritmo médio de crescimento da população urbana é francamente superior ao do total da população, mas apenas feito à custa das cidades de mais de 20 mil habitantes, como a sobreposição dos valores indica. Já na década seguinte, ou melhor, nos onze anos que se seguem até ao censo de 1911, o impulso de crescimento das maiores cidades é muito significativo, mas vamos assistir a uma diminuição do ritmo de crescimento das populações nos centros com mais de 10 mil

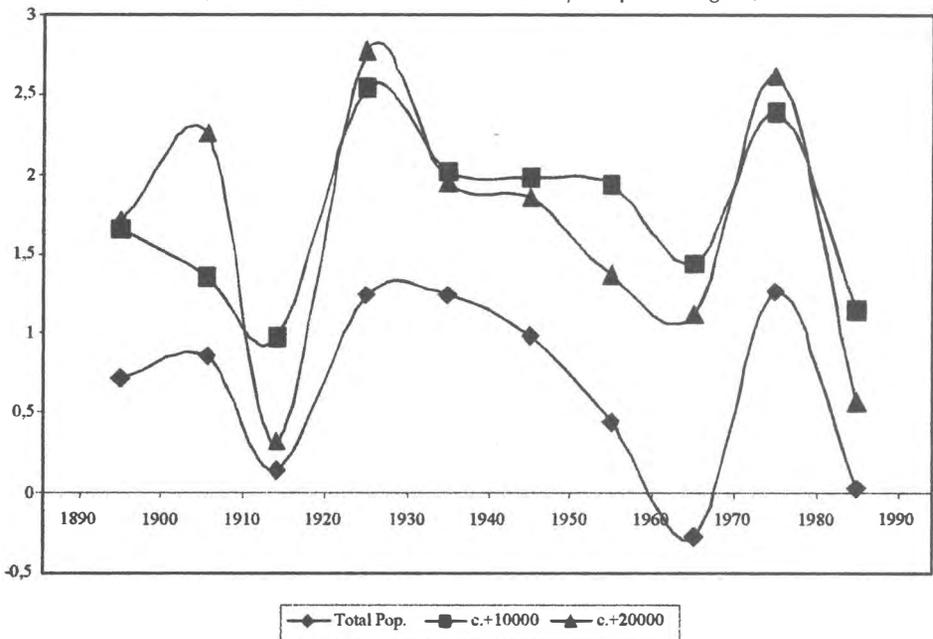
residentes, o que corresponde mesmo a uma perda populacional nos núcleos desta dimensão.

Nos nove anos que se seguem, correspondentes ao período conturbado da implantação da Primeira República e a um forte fluxo emigratório, a população portuguesa pouco cresce. O mesmo acontece ao total de residentes nas maiores cidades, pelo que o ritmo de crescimento demonstrado nos centros com mais de 10 mil habitantes é obtido, portanto, quase só à custa do crescimento das cidades com 10 a 20 mil habitantes.

De 1920 a 1930 a população portuguesa sofre um acréscimo significativo, que se prolongará pela década seguinte. Por sua vez, o crescimento urbano é bastante forte naquela primeira década e um pouco menor na segunda. Porém, esse aumento é então quase só feito à custa do crescimento das cidades de mais de 20 mil habitantes, como se pode ver no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO DOS CENTROS COM MAIS DE 10 E 20 MIL HABITANTES

(Taxas de crescimento anual médio, em percentagem)



A partir de 1940 os ritmos de crescimento da população portuguesa vão decrescendo, até se tornarem negativos entre 1960 e 1970. A mesma tendência regista a população urbana, só que neste caso os valores mantêm-se sempre positivos e até relativamente elevados. Há, no entanto, que ressaltar o facto do ritmo de crescimento das maiores cidades ser sempre inferior ao do das pequenas cidades (entre 10 e 20 mil habitantes), como o andamento da curva para a população em cidades de mais de 10 mil almas permite visualizar.

O período seguinte volta a ser de enorme crescimento populacional, devido fundamentalmente ao retorno das ex-colónias. Será uma vez mais a população urbana nas maiores cidades cresce de forma muito expressiva, registando as cidades de mais de 10 mil habitantes menores aumentos, que são os valores mínimos da centúria.

Finalmente, entre 1981 e 1991, a estagnação do aumento populacional, traduzida numa taxa de crescimento anual médio próxima de zero, vai ainda permitir a continuação do aumento urbano, só que a um ritmo muito inferior. Face aos comportamentos já detectados no passado não será assim de admirar que em época de menor crescimento populacional global, sejam os centros com população entre os 10 e os 20 mil habitantes a crescer de forma mais acentuada, e as maiores cidades a revelarem um crescimento pouco expressivo.

Os Distritos: uma realidade diversa

A análise que fizemos a nível nacional fazia já prever a existência de profundas diferenças no que respeita ao processo de urbanização em Portugal. Muito embora possamos dividir o País em litoral/interior e mesmo em norte/sul, são no entanto evidentes as especificidades regionais ao longo do século.

Nos Quadros IV a VI apresentam-se as percentagens da população que em cada distrito e ano de recenseamento habitava os centros contidos nos três intervalos considerados (de 5 a 10 mil habitantes, de 10 a 20 mil e com mais de 20 mil), os quais nos permitem algumas observações de pormenor.

A análise das formas de evolução dos distritos de Lisboa e Setúbal, a Sul, e do Porto, a Norte, só ganham significado quando aliadas à lesta constituição das áreas Metropolitanas das duas maiores cidades, as quais constituem casos excepcionais. A realidade vivida nestas duas regiões contrasta com o resto do País.

Neste sentido basta verificar que em seis distritos do Continente nunca existiram cidades com mais de 20 mil residentes. Referimo-nos a Beja, Bragança, Guarda, Portalegre, Vila Real e Viana do Castelo, todos eles situados no interior, à excepção do último. Em seis outros, o aparecimento de cidades desta dimensão data da 2.^a metade do século. É o caso de Aveiro e Faro nos anos 60, de Viseu em 70, ou mesmo apenas, na década seguinte, dos distritos de Leiria e Santarém.

Por seu turno, Beja, Évora, Portalegre, Faro e o arquipélago dos Açores têm desde o início do século percentagens mais elevadas de população a viver em centros de 5 a 20 mil residentes que os restantes distritos. No caso de Évora, o crescimento da cidade capital de distrito determina a partir de 1940 a emergência de um centro com mais de 20 mil habitantes. Se nos distritos alentejanos o povoamento concentrado é uma constante estrutural plurissecular, no de Faro, as actividades costeiras justificam a permanente existência de vários centros de média dimensão. O crescimento das cidades algarvias provoca a partir de 1970 percentagens cada vez mais significativas de população a viver em cidades acima dos 20 mil habitantes.

Também os Açores, na multiplicidade das suas ilhas, desenvolveram pequenos centros populacionais, que se foram mantendo com maior ou menor crescimento e ao sabor dos fluxos emigratórios. A cidade de Ponta Delgada ascenderá em 1940 ao escalão superior, embora em 1991 desça para o nível inferior a este patamar.

O interior Norte revela muito pouco dinamismo em termos do processo de urbanização, como acontece em Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu, incapazes de criar uma rede urbana com significado. Em 1920, o distrito da Guarda não tinha sequer um centro com 5 mil habitantes. Nesta região, os residentes em núcleos urbanos situavam-se até meados do século na sua quase totalidade em núcleos com população inferior a 10 mil efectivos. Só na segunda parte da centúria começam a surgir nestes distritos pequenas cidades.

QUADRO IV - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO A VIVER EM CENTROS DE MAIS DE 5 MIL HABITANTES E MENOS DE 10 MIL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DO DISTRITO

CENTROS POPULACIONAIS	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Aveiro	4,7	6,4	6,3	—	7,7	4,8	7,8	4,1	4,0	3,7	8,3
Beja	4,6	4,7	12,1	10,2	7,7	9,2	13,8	8,2	6,8	10,2	8,1
Braga	2,5	2,5	2,4	2,3	—	—	3,5	2,2	1,1	0,9	1,0
Bragança	3,1	2,9	2,9	3,1	3,3	3,3	3,6	3,5	—	3,1	5,0
Castelo Branco	2,7	2,8	2,7	3,2	2,7	4,8	—	—	—	—	2,7
Coimbra	1,8	1,9	1,9	1,9	2,0	—	1,4	—	—	—	—
Évora	4,4	4,7	4,0	3,9	8,0	5,7	5,5	8,2	6,9	12,4	18,6
Faro	12,6	17,0	13,1	7,4	9,5	10,7	8,3	8,1	9,1	9,1	11,9
Guarda	—	—	—	—	2,0	2,2	2,5	3,2	—	—	—
Leiria	—	—	2,1	2,3	8,3	8,4	4,1	7,2	3,7	2,9	3,5
Lisboa	—	—	—	0,7	2,0	3,2	6,6	6,1	2,9	6,8	6,5
Portalegre	20,6	11,5	15,8	15,5	14,8	11,6	6,8	6,7	4,6	4,9	5,3
Porto	—	1,0	2,2	2,1	2,2	2,9	3,2	2,8	2,5	4,1	5,3
Santarém	4,7	4,5	5,4	5,5	10,0	8,6	9,1	9,5	8,1	9,6	12,4
Setúbal	5,2	8,7	12,4	7,5	6,8	8,3	3,7	2,0	7,1	8,9	12,5
Viana do Castelo	4,3	4,3	4,3	4,4	—	—	—	—	—	—	5,7
Vila Real	5,2	5,0	5,1	5,1	5,3	5,8	4,7	1,7	5,7	2,2	2,2
Viseu	3,6	3,7	3,4	3,6	4,4	—	1,5	1,5	1,7	2,1	5,4
Açores	9,3	9,4	8,8	8,7	9,8	14,0	13,6	16,9	13,6	15,6	10,8
Madeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Continente	3,4	3,7	4,2	3,8	4,6	4,3	4,8	4,1	3,3	4,8	6,3
Ilhas	6,1	5,9	5,2	4,9	5,4	7,5	7,4	9,3	7,3	7,7	5,2
Portugal	3,6	3,8	4,3	3,9	4,6	4,5	5,0	4,5	3,6	4,9	6,2

QUADRO V - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO A VIVER EM CENTROS DE MAIS DE 10 MIL HABITANTES E MENOS DE 20 MIL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DO DISTRITO

CENTROS POPULACIONAIS	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Aveiro	—	—	—	—	—	2,6	2,8	7,9	4,7	4,7	10,3
Beja	—	—	—	—	4,5	4,4	4,8	5,7	7,8	10,4	11,3
Braga	—	—	—	5,2	2,5	2,5	3,3	—	—	1,5	1,5
Bragança	—	—	—	—	—	—	—	—	5,6	7,7	9,9
Castelo Branco	6,8	5,7	5,2	4,7	4,0	4,3	4,0	4,7	7,5	2,7	2,9
Coimbra	4,9	4,9	5,1	5,3	—	2,4	2,4	2,5	2,7	2,9	—
Évora	10,0	9,7	9,3	7,8	10,1	—	—	—	—	—	—
Faro	—	3,8	7,7	9,6	9,7	14,1	14,9	8,0	9,2	8,4	—
Guarda	—	—	—	—	—	—	—	—	4,7	6,8	9,5
Leiria	—	—	—	—	—	—	5,1	5,4	6,8	10,5	3,6
Lisboa	—	—	—	—	—	—	—	2,9	9,7	8,8	13,9
Portalegre	—	8,3	—	—	—	6,0	10,6	12,1	14,6	19,6	25,8
Porto	—	2,0	1,7	1,7	4,1	3,5	1,6	5,3	7,7	4,6	9,1
Santarém	—	—	—	—	—	2,5	2,8	3,6	9,5	9,9	8,5
Setúbal	13,0	13,7	—	5,5	6,9	7,4	7,8	12,1	3,9	10,4	17,0
Viana do Castelo	—	—	—	—	4,4	4,8	5,0	5,2	5,4	5,9	—
Vila Real	—	—	—	—	—	—	3,5	7,2	4,0	9,2	10,8
Viseu	—	—	—	—	—	2,3	2,7	3,5	4,0	—	—
Açores	10,1	10,2	6,0	5,8	7,1	—	3,2	4,1	5,0	5,0	12,9
Madeira	11,8	11,6	—	11,1	—	—	—	—	—	—	—
Continente	1,5	1,6	1,2	1,9	2,2	2,6	3,2	4,8	6,3	6,5	8,8
Ilhas	10,7	10,7	3,5	8,1	3,9	—	1,8	2,3	2,7	2,5	6,2
Portugal	2,2	2,3	1,4	2,3	2,3	2,4	3,1	4,6	6,1	6,3	8,7

FONTE: Elaboração nossa a partir de Nunes (1989) e XIII Recenseamento Geral.

QUADRO VI – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO A VIVER EM CENTROS DE MAIS DE 20 MIL HABITANTES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DE CADA DISTRITO

CENTROS POPULACIONAIS	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Aveiro	–	–	–	–	–	–	–	–	3,8	4,6	5,0
Beja	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Braga	6,1	6,1	5,8	–	6,0	5,9	5,9	10,8	12,2	12,0	17,9
Bragança	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Castelo Branco	–	–	–	–	–	–	6,3	7,3	10,6	18,3	22,3
Coimbra	–	–	–	–	6,6	6,6	9,6	10,7	14,1	17,1	27,0
Évora	–	–	–	–	–	10,5	11,6	11,0	13,4	19,3	21,9
Faro	–	–	–	–	–	–	–	–	7,7	14,9	16,5
Guarda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Leiria	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	16,6
Lisboa	60,7	62,2	63,5	65,2	65,6	66,3	64,1	62,2	57,6	55,4	50,7
Portalegre	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Porto	25,4	28,1	28,6	28,9	28,7	28,0	33,1	32,4	28,9	31,2	29,9
Santarém	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5,3
Setúbal	–	–	15,3	–	16,2	13,8	20,4	28,0	40,5	40,2	34,8
Viana do Castelo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Vila Real	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Viseu	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4,7	5,1
Açores	–	–	–	–	–	7,3	7,0	6,8	7,4	8,7	–
Madeira	–	–	11,9	–	14,8	15,8	13,7	16,1	16,0	17,4	39,2
Continente	9,9	10,9	12,2	12,3	14,4	15,1	16,6	18,2	21,0	23,9	24,7
Ilhas	–	–	4,9	–	6,7	11,3	10,1	11,0	11,4	13,2	20,2
Portugal	9,123	10,06	11,69	11,42	13,86	14,85	16,19	17,73	20,37	23,36	24,5

FONTE: Elaboração nossa a partir de Nunes (1989) e XIII Recenseamento Geral.

As restantes unidades administrativas, situadas junto ao litoral, têm um aumento do nível de urbanização extremamente lento, mas contínuo. É o lento «engordar» dos pequenos centros populacionais. Nos casos de Aveiro e Leiria este processo é sequencial, mas no de Viana do Castelo ele é bruscamente interrompido.

O processo de urbanização em Coimbra é dominado pela respectiva cidade, que ultrapassará os 20 mil habitantes em 1930, secundada pela Figueira da Foz, único centro a crescer para além daquela. A este nível, a realidade distrital coimbrã demonstra uma fraca capacidade de urbanização, em tudo semelhante à que caracteriza o interior.

Na Região Autónoma da Madeira, o Funchal domina em absoluto o processo. Em 1991, esta cidade será a terceira maior do País e nos últimos cem anos nunca teve menos de 15 mil habitantes. Durante esse período nenhum outro centro madeirense atingiu sequer 5 mil residentes.

A dominação demográfica das cidades de Lisboa e Porto

Uma vez delineado o panorama evolutivo do sistema urbano português, cumpre dar o merecido destaque às «grandes cidades» portuguesas, definidas de acordo com os limites quantitativos considerados (mais de 20 mil residentes).

Na viragem do século existiam apenas três núcleos com população superior a 20 mil efectivos. Referimo-nos a Lisboa, Porto e Braga, que no seu conjunto correspondiam a 9,1 % do total de residentes no Continente e Ilhas. Em meados da centúria o número de cidades fixava-se em 12, correspondendo a 16,2% da população total. No último censo estes ascendiam a 39 e 24,5 %, respectivamente. Assistiu-se portanto a um aumento do peso relativo de «grandes cidades» no contexto nacional, locais onde hoje vive cerca de um quarto da população portuguesa.

Em termos reais, o total de centros urbanos acima de 20 mil habitantes registaram nos últimos cem anos um aumento de 1 200 %, que se traduz a nível populacional por um acréscimo de 169%. O desfasamento entre os dois indicadores vem confirmar a necessidade de proceder à análise do processo de forma mais detalhada, já que ele se efectuou em moldes diversos ao longo do último século.

A primeira conclusão a retirar é a de que a maior parte dos novos centros urbanos do patamar superior possui uma população residente que pouco ultrapassa os limites mínimos. Duma forma geral, o surgimento de novos núcleos é devido aos ritmos de crescimento global que a população portuguesa regista em alguns destes períodos, embora lhe seja francamente superior, como testemunham as taxas de crescimento anual médio calculadas para Portugal e os maiores centros urbanos ao longo do período em análise. (Quadro VII).

De uma forma global são os ritmos com que aumentam as duas grandes cidades portuguesas, sobretudo a capital, que condicionam a intensidade de crescimento dos centros urbanos. Como podemos verificar (Quadro VII) se retirarmos Lisboa e Porto ao conjunto dos núcleos com mais de 20 mil efectivos, as taxas de crescimento anual médio calculadas para os períodos intercensitários tornam-se muito oscilantes.

QUADRO VII – CRESCIMENTO DIFERENCIADO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA E A RESIDENTE NOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS

(Taxas de crescimento anual, em percentagem)

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	+ 20000	SEM LISBOA E PORTO	LISBOA	PORTO
1890-1900	0,75	1,71	0,50	1,72	1,92
1900-1911	0,86	2,25	10,93	1,89	1,32
1911-1920	0,14	0,36	- 8,40	1,29	0,51
1920-1930	1,24	2,77	14,53	2,02	1,35
1930-1940	1,24	1,94	3,89	1,61	1,22
1940-1950	0,89	1,85	5,97	1,21	0,71
1950-1960	0,48	1,36	4,16	2,40	0,76
1960-1970	- 0,21	1,12	3,85	- 0,54	- 0,06
1970-1981	1,29	2,44	4,90	0,56	0,80
1981-1991	0,03	0,51	2,24	- 1,95	- 0,79

FONTE: III a XIV Recenseamentos Gerais da População Portuguesa.

A partir de 1920, os restantes núcleos crescem a ritmos superiores aos dos dois maiores centros e, a partir de 1960, Lisboa e Porto deixam de aumentar. Até 1991 a capital declina ao ritmo anual de 0,61 % e a cidade Invicta praticamente estabiliza (- 0,01 % / ano), embora Portugal continue a evoluir positivamente em termos demográficos, beneficiando as cidades mais populosas.

Estes resultados corroboram algumas das características aceites como explicativas do processo de evolução urbana portuguesa no século XX, com destaque para o fenómeno de bipolarização urbana, primeiro através das cidades de Lisboa e Porto e na 2.^a metade da centúria, alargando-se aos concelhos vizinhos.

A evolução das grandes cidades é marcada pela progressiva «dominação demográfica da capital, com um período áureo entre 1930 e 1970, embora esbatido nos últimos anos, devido às mudanças ocorridas nas formas de utilização do tecido urbano (terciarização do edificado nos bairros centrais, aumento da percentagem de população pendular) ¹¹.

Neste contexto verifica-se a emergência de «cidades satélites» em torno dos dois principais centros, algumas das quais se contam hoje entre as grandes cidades do País (Quadro VIII)

Antes de mais importa conhecer os maiores núcleos populacionais e respectiva situação geográfica. Nos primeiros anos deste século Lisboa, Porto e Braga são ainda as únicas cidades com mais de 20 mil efectivos, embora seja grande a disparidade numérica entre cada uma delas. Em 1911 juntam-se-lhes Setúbal e o Funchal. Esta última manter-se-á como uma das grandes cidades do País, embora sujeita a declínios pontuais, devidos à intensidade dos fluxos emigratórios que caracterizam essa Região Autónoma. Em conjunto com Ponta Delgada, que só em 1940 ultrapassa o limite dos 20 mil habitantes, formam a representação insular no sistema urbano português.

Até 1930 o aumento dos núcleos com maior dimensão é irregular. Nessa data Portugal possui oito núcleos com mais de 20 mil habitantes. Será a partir de então que se acelera o processo. De acordo com os resultados do *Recenseamento de 1950* surgem quatro novos núcleos, acrescidos cada dez anos por outros quatro e depois seis e treze. Entramos numa nova fase, marcada pelos efeitos do desenvolvimento económico, nomeadamente industrial, que permite acréscimos populacionais muito rápidos em zonas de maior dinamismo, como os centros urbanos de Guimarães, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, a Norte, e o Barreiro, Almada, Amadora e Moscavide, nas margens norte e sul do Tejo, junto à capital.

Este panorama, que aponta para a progressiva concentração urbana em torno de Lisboa e Porto, será o fenómeno marcante das décadas imediatas. Em 1970, dos 22 centros referenciados com mais de 20 mil efectivos, dois ficam geograficamente próximos do Porto e oito de Lisboa, mesmo excluindo as cidades de Braga, Guimarães, Aveiro e Setúbal, próximas da área de influência económica daquelas cidades.

Nas três últimas décadas essa concentração aumenta de intensidade, como é patente no Quadro VIII. Em 1991, dos 39 centros seleccionados, cinco situam-se na área Metropolitana do Porto ¹² e catorze na área Metropolitana de Lisboa ¹³. A clara superioridade da região adjunta à capital é por demais evidente.

Assim, em termos globais podemos detectar a existência de três subperíodos distintos nas formas de crescimento dos maiores centros urbanos do País. Até 1940 predominam as cidades tradicionais. Um ritmo de crescimento superior ao da população global justifica as promoções de escalão desses centros. Entre 1940 e 1970, embora continuem a ascender a este nível algumas cidades antigas, surgem núcleos de formação recente, que sofrem um processo de ascensão muito rápido e se localizam na sua maioria nas áreas de influência das duas maiores cidades de Portugal. Por fim, entre 1970 e 1991, desaparecem alguns centros populacionais de recente incorporação, dadas as alterações administrativas registadas na estrutura das zonas dominadas por Lisboa e Porto, agora numa perspectiva de áreas Metropolitanas.

QUADRO VIII – AS CIDADES PORTUGUESAS COM MAIS DE 20 MIL HABITANTES

CIDADES	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Lisboa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Porto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Braga	x	x	x	-	x	x	x	x	x	x	x
Setúbal			x	x	x	x	x	x	x	x	x
Funchal			x	-	x	x	x	x	x	x	x
Coimbra					x	x	x	x	x	x	x
Évora						x	x	x	x	x	x
Ponta Delgada						x	x	x	x	x	x
Covilhã							x	x	x	x	x
Matosinhos							x	x	x	x	x
Gaia							x	x	x	x	x
Barreiro							x	x	x	x	x
Guimarães								x	x	x	x
Amadora								x	x	x	x
Moscavide								x	x	x	x
Almada								x	x	x	x
Aveiro									x	x	x
Faro									x	x	x
Cova da Piedade									x	x	x
Montijo									x	x	x
Odivelas									x	x	x
Queluz									x	x	x
Agualva										x	x
Algés										x	x
Algueirão										x	x
Damaia										x	x
Oeiras										x	x
Castelo Branco										x	x
Olhão										x	x
Laranjeiro										x	x
Viseu										x	x
Sacavém										x	x
Águas Santas										x	x
Póvoa de Varzim										x	x
Vila do Conde										x	x
Baixa da Banheira										x	x
Figueira da Foz											x
Caldas da Rainha											x
Leiria											x
Marinha Grande											x
Alverca											x
Linda-a-Velha											x
Oliveira do Douro											x
Maia											x
S.to Ant. dos Cavaleiros											x
Gondomar											x
Santarém											x
Total	3	3	5	3	6	8	12	16	22	35	39
% Total da População	9,1	10,1	11,7	11,9	13,9	14,9	16,2	17,7	20,4	23,4	24,5

A análise do peso percentual das cidades de Lisboa e Porto em relação aos demais núcleos comprova esta afirmação, embora a partir dos anos 60 ou 70 deixe de ser inteiramente correcto falar dessas cidades-concelho, que devem ser substituídas pela nova realidade da A.M.L. e da A.M.P.

Para tanto observem-se as relações existentes entre elas e os restantes centros de grandes dimensões (Quadro IX). Se exceptuarmos a alteração verificada no ano de 1930, verificamos que o peso percentual de Lisboa e Porto decresce sempre desde 1900, de modo progressivamente acelerado. Nelas reside a quase totalidade da população a viver em grandes centros na viragem do século, em meados do mesmo cerca de dois terços do total e apenas 40% na actualidade, ou seja, 9,8% dos portugueses.

QUADRO IX – PESO POPULACIONAL QUE REPRESENTAM AS CIDADES DE LISBOA E PORTO EM RELAÇÃO AOS RESTANTES CENTROS COM MAIS DE 20 MIL HABITANTES (%)

A N O S	LISBOA E PORTO	OUTROS
1890	95,5	4,5
1900	96,0	4,0
1911	90,3	9,7
1920	85,7	14,3
1930	87,3	12,7
1940	84,7	15,3
1950	77,3	22,7
1960	70,1	29,9
1970	61,0	39,0
1981	49,4	50,6
1991	40,0	60,0

FONTE: III a XIV Recenseamentos Gerais da População Portuguesa.

No entanto, se recalcularmos estas percentagens em função das áreas Metropolitanas, ou seja, se agregarmos aos totais de Lisboa e Porto os núcleos urbanos que integram as suas áreas de influência, obtemos valores percentuais mais próximos da realidade e que relembram as épocas de apogeu de ambas as cidades.

As duas crescem de costas voltadas para o País e até certo ponto à sua custa, sobretudo das zonas do interior. A transferência de efectivos atinge ritmos intensos e contribui para o decréscimo de alguns centros urbanos geograficamente mais isolados, de que Guarda e Bragança constituem dois exemplos entre outros. Este facto é notório em Lisboa, onde os níveis de fecundidade são baixos e nem sempre as gerações se substituem, pelo que o evoluir populacional se processa à custa da imigração. Sendo certo que o crescimento urbano é feito sobretudo através do êxodo rural, não será de estranhar que também das cidades do interior se migre para Lisboa ou mesmo Porto, espaços que parecem oferecer melhores oportunidades de vida.

Assim sendo, verificamos que o Portugal do século XX se manteve um espaço desequilibrado no que respeita à distribuição de efectivos. A persistência dos fenómenos migratórios e do envelhecimento das estruturas populacionais, condicionados pela lentidão do desenvolvimento económico, foram causa e consequência do fenómeno de desertificação do interior e da litoralização, que caracterizam grande parte do século XX. Este processo veio beneficiar sobretudo as áreas urbanas e, dentro delas, as de maior dimensão.

Assiste-se ainda ao fenómeno de bipolarização demográfica em torno das duas maiores cidades do País, que coincidem com o eixo económico mais dinâmico (Lisboa - Porto). No entanto, muitas são as diferenças entre as duas cidades. A Invicta possui menos de metade dos habitantes da capital, embora recupere nas últimas décadas (47 % em 1900, 39 % em 1930, 38 % em 1960 e 46 % em 1991).

O Porto vive desde sempre uma situação de minoridade demográfica face aos seus concelhos limítrofes, o que não aconteceu em Lisboa até 1970. No início do século, 73 % da população da área que virá a constituir a AML vivia na cidade-concelho, valor que irá registar uma queda gradual a partir da década de 40. Em 1970 Lisboa alberga menos de metade dos residentes nessa área e hoje a cidade pouco mais representa que um quarto da população da AML.

Apesar das mudanças observadas nas últimas décadas, a Norte e a Sul, o conjunto urbano liderado pelas duas cidades alberga mais de metade dos portugueses continentais (50,2 %), porque a perda de efectivos nos centros históricos das cidades foi causada pela transferência para «fora de portas» dos outrora residentes no seu interior, mas que a elas continuam diariamente a afluir. Num contexto metropolitano, Lisboa e Porto dominam o País actual.

NOTAS

- ¹ Luís Baptista – «Dominação demográfica no contexto do século XX português», in *Sociologia. Problemas e Práticas* n.º 15, Lisboa, 1994, p. 54.
- ² David Justino – *A Formação do Espaço Económico Nacional*, vol. II, Vega, Lisboa, 1988, p. 366.
- ³ Luís Baptista e Teresa Rodrigues – «Dinâmica Populacional e Densificação Urbana: o município de Lisboa nos séculos XIX e XX», in *I Colóquio Temático O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, 1995 (no prelo).
- ⁴ *Idem*, pp. 45-46.
- ⁵ Cf. Manuel C. Teixeira – «A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes», in *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2.º), pp. 371-390.
- ⁶ «A População de Portugal – Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa», in *Boletim do Banco Nacional Ultramarino* n.ºs 75-76 (3.º e 4.º trimestres), Lisboa, 1968, pp. 2-117.
- ⁷ «Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural», in *Revista de História Económica e Social* n.º 1, Sá da Costa Ed., Lisboa, pp. 105-128.
- ⁸ A. Lopes Vieira, *ob. cit.*, pp. 107-109 e Luís Baptista e Teresa Rodrigues, *ob. cit.*
- ⁹ *Idem*, pp. 117-118.
- ¹⁰ Ana Bela Nunes de Almeida – *A rede urbana portuguesa e o moderno crescimento económico*, Provas complementares de Doutoramento, ISEG, Lisboa, 1989.
- ¹¹ Cf. Luís Baptista – «Dominação demográfica no contexto do século XX português», e Luís Baptista e Teresa Rodrigues – «Dinâmica Populacional e Densificação Urbana: o município de Lisboa nos séculos XIX e XX».
- ¹² Referimo-nos a Matosinhos, Gaia, Oliveira do Douro, Maia e Gondomar.
- ¹³ Inclui Almada, Barreiro, Amadora, Moscavide, Cova da Piedade, Montijo, Odivelas, Queluz, Aqualva-Cacém, Laranjeiro, Algueirão, Santo António dos Cavaleiros, Alverca, Linda-a-Velha.

LA MORT EN ALENTEJO AU XVIII^e SIÈCLE

Jacques Marcadé

ABSTRACT

In the eighteenth century, Alentejo was depopulating, according to some contemporaries. This greatly agricultural country was indeed suffering for a natural and socio-economical context which prohibited any flight because the technical level. Alentejo is a typical example of «démographie d'ancien régime» with a very high mortality rate. After bad harvests, some «clochers de mortalité» are added to habitual mortality. A demographic take-off could only go out a mutation of such context.

Comme l'évoquait Albert Silbert, l'Alentejo n'a pas connu de révolution démographique au XVIII^e siècle ¹. Avec 300 000 habitants ² sur 26 000 km², soit en gros le dixième de la population sur plus du quart de la superficie, il constitue au sein du Portugal une zone d'accueil, non seulement pour une main d'oeuvre temporaire qui parfois s'y fixe ³, mais aussi en cas de colonisation programmée, telle l'implantation des Açoriens au temps de Pombal ⁴. Si le taux de natalité est fort élevé, le taux de mortalité ne l'est pas moins, annulant pratiquement l'accroissement naturel.

Cette étude n'est pas une étude démographique au sens strict du terme, en l'absence d'une documentation suffisamment sûre; elle tentera seulement une analyse des causes de cette mortalité élevée. Pour celle-ci nous devons nous contenter d'un simple ordre de grandeur, faute de chiffres fiables. Les registres paroissiaux, source de base, ne le sont pas toujours. Le cas extrême est celui du diocèse de Beja: les registres, quand ils existent, sont très mal tenus par les desservants, au grand dam de l'évêque, D. Manuel do Cenáculo, qui s'est efforcé d'y mettre bon ordre ⁵. De même, et nous songeons au cas précis de Via Gloria, quand les curés font des relevés pour des enquêtes démographiques, les chiffres fournis ne correspondent pas toujours avec ceux que l'on trouve dans les registres paroissiaux ⁶. Aussi, les chiffres seront-ils réservés à l'étude de quelques exemples dans une seconde partie; dans une première partie nous évoquerons les conditions générales pouvant expliquer ce taux si élevé de mortalité.

*

*

*

«Les pauvres naissent dans une extrême misère et meurent faute de soins», écrivait en 1758 le curé d'Albergaria dos Fusos ⁷. En peu de mots, il résumait parfaitement le cadre de vie de ceux qui constituaient la majeure partie de la population de la province à cette

époque. C'est que les conditions naturelles: sols et climat, comme le cadre économique et social, sont autant de facteurs défavorables, ce que rappelait d'ailleurs un contemporain, Gervásio Pais⁸. Difficultés et misère sont autant de facteurs favorables au développement de la mortalité.

L'Alentejo est doublement défavorisé: par ses sols et par son climat. Parler de montagnes serait abuser: comme le rappelle Orlando Ribeiro, toute hauteur de plus de 500 mètres est appelée serra mais, à de rares exceptions près, ce sont de simples collines d'une pauvreté affligeante. «La terre de Vilas Boas est la pire du Portugal» écrivait un témoin; il est vrai que la majeure partie est occupée par la serra das pedras, un véritable désert déplorait le curé de Beringel car elle débordait sur sa paroisse⁹. Le versant sud de la serra d'Ossa est désolé¹⁰ et c'est le terme que reprend Friedrich Link pour décrire les serras entre le Guadiana et la frontière espagnole¹¹. Ailleurs, les conditions naturelles ne sont guère plus favorables à cause de la pauvreté des sols: ainsi, à Saõ Marcos da Ataboeira, il n'y a pas de récoltes en année sèche¹². Dans la partie occidentale du haut-Alentejo, les sols sablonneux sont tout aussi médiocres¹³; il en est de même dans maintes paroisses du haut-Alentejo qui jouxtent la frontière espagnole¹⁴. Aussi, les zones riches se réduisent-elles à quelques îlots de prospérité au milieu de vastes étendues désolées, la charneca. Certes, celle-ci peut fournir quelques ressources d'appoint, mais qui ne sauraient compenser le déficit en céréales lors de mauvaises années. Comme l'écrivait le curé d'Entradas: «Quand les années sont mauvaises, les gens n'ont pas assez pour se nourrir»¹⁵ Et ces conditions défavorables sont encore aggravées par les caprices du climat.

C'est le deuxième fléau que subit l'Alentejo car cette province qui borde l'Atlantique a, pour reprendre la belle image d'Orlando Ribeiro, un climat de type méditerranéen¹⁶. L'été se caractérise par une terrible sécheresse, ce qui n'exclut pas de violents orages: ainsi, le 23 juin 1791, trois personnes ont été tuées par la foudre à Valbom, près de Beja¹⁷. Que la sécheresse commence tôt et la situation peut devenir catastrophique: en mars 1779, D. Manuel do Cenáculo avait autorisé un pèlerinage à Nossa Senhora das Neves car: «la terre était comme de la brique» En 1753, la *Gazetta de Lisboa* faisait état de la sécheresse qui affectait les régions de Vila Viçosa et Elvas¹⁸. Il en est de même entre 1756 et 1762 au point que l'on se demandait si l'armée cantonnée dans la province pourrait être convenablement ravitaillée pour la campagne de 1762¹⁹. Pratiquement, une année sur trois a été mauvaise durant cette seconde moitié du XVIII^e siècle²⁰. Les pluies tombent en automne et en hiver mais parfois de façon brutale, entraînant des crues soudaines et destructrices: le 4 janvier 1758 à Santa Clara a Velha²¹, ainsi que de nombreuses noyades²². La pluviosité connaît les mêmes excès que la sécheresse: en février 1778, D. Manuel do Cenáculo avait ordonné des prières publiques pour obtenir la fin de pluies diluviennes qui risquaient de compromettre les semailles²³. Comme nous l'avons vu, l'année suivante, c'était l'excès inverse!

Ainsi, les conditions naturelles sont extrêmement défavorables; en conséquence la mise en valeur du sol, même compte tenu des techniques de l'époque, est médiocre. Nous pourrions ajouter un critère montrant une telle situation: pour Fernand Braudel, la présence de loups est l'indice d'une mise en valeur médiocre des campagnes²⁴. Or, de nombreuses notices de 1758 font état de la présence de loups sur le territoire de la paroisse: São Luiz, São Domingos, Odemira, Sant'Ana da serra ... pour ne citer que ces exemples²⁵.

Les structures socio économiques ne sont pas moins défavorables. Grande propriété, mais aussi grande exploitation semblent les traits caractéristiques de l'agriculture

alentejane, pour le plus grand profit d'une poignée de riches entrepreneurs du sol, les lavradores²⁶. Même si ceux-ci laissent au propriétaire éminent un cens recognitif, un foro, ils n'en demeurent pas moins les principaux bénéficiaires de la mise en valeur de la terre. Certes, il existe aussi de petits exploitants: propriétaires ou fermiers des courellas du haut-Alentejo²⁷, seareiros qui mettent en valeur quelques parcelles dans les serras de Serpa ou d'Odemira²⁸, métayers dans les zones broussailleuses de la comarca d'Ourique²⁹. Exploitant des superficies réduites et ce, dans un contexte défavorable, ils sont à la merci d'une mauvaise récolte et peuvent être réduits à la misère. Contraints de vendre leur bétail ou leur terre, ils sont réduits au statut d'ouvriers agricoles, condition qui est celle de la majeure partie de la population de l'Alentejo. Une mauvaise récolte, et c'est la catastrophe pour ces petites gens, comme le notait le curé d'Odemira en 1775³⁰. C'est d'ailleurs la thématique qui sous-tend l'enquête lancée par D. Manuel do Cenáculo auprès des curés du Campo de Ourique³¹. Dans l'ensemble, les ouvriers agricoles (jusqu'à 73% de la population dans le termo de Serpa³²) connaissent la situation la plus difficile car soumis à un double aléa: travail saisonnier et loi de l'offre et de la demande. D. Manuel do Cenáculo s'était montré particulièrement sensible à la précarité de leur situation³³. Compte tenu de ce grand nombre de pauvres, le revenu moyen d'une famille pouvait être très faible dans certains villages: 25 000 réis par an d'après le curé de Santa Margarida do Sado, somme insuffisante pour vivre d'après lui³⁴. Même si on fait la part de l'exagération, il ne faut pas oublier qu'il écrit au lendemain d'une série de mauvaises récoltes qui avaient vu les prix flamber: jusqu'à 580 réis l'alqueire de blé et 380 celui de seigle à Serpa³⁵. On peut imaginer les conséquences que pouvaient avoir les maladies sur des organismes mal ou sous nutris.

Les fièvres, presque générales chaque année, peuvent susciter des épidémies meurtrières³⁶. C'est souvent en automne, à cause des eaux stagnantes qu'elles prennent naissance³⁷. C'est d'ailleurs aux épidémies que D. Manuel do Cenáculo attribuait le déclin démographique de la comarca d'Ourique³⁸. Toutefois, nous n'avons pas trouvé d'allusion à une épidémie particulière. Peut-être que la recrudescence de la mortalité ne frappait pas outre mesure l'opinion dans la mesure où la mort est omniprésente et sa cause principale – les fièvres – endémique³⁹. Les moyens de s'en préserver étaient rares et peu efficaces. Les médecins, payés par les municipalités, étaient peu nombreux: en 1763, la ville de Serpa et ses environs, soit dans les 7 000 habitants, n'avaient qu'un seul médecin, Luis Dias Correia, le père du fameux abbé Correia da Serra⁴⁰. Les mesures de prophylaxie sont trop coûteuses: en 1789, c'est D. Manuel do Cenáculo qui a fait venir à ses frais une caisse de quinquina pour ses ouailles⁴¹. La plupart des habitants devaient se contenter de «simples», ces plantes médicinales que l'on pouvait récolter dans la charneca ou la serra⁴². Quant aux hôpitaux, dépendant de la charité publique, ils n'existent parfois que de nom, ainsi à Santo Aleixo ou à Sines⁴³. Même les misericórdias, qui palliaient leur absence dans les petites agglomérations, ne peuvent jouer ce rôle. Certes, elles sont proportionnellement plus nombreuses en Alentejo que dans les autres provinces: 70 sur 23⁴⁴ mais un regard sur la carte nous montre que les régions les plus pauvres, aux conditions de vie les plus difficiles, sont les plus défavorisées⁴⁵.

On comprend, dans un tel contexte, que pour la majeure partie de la population, il ne s'agissait pas seulement de vivre mais tout simplement de survivre.

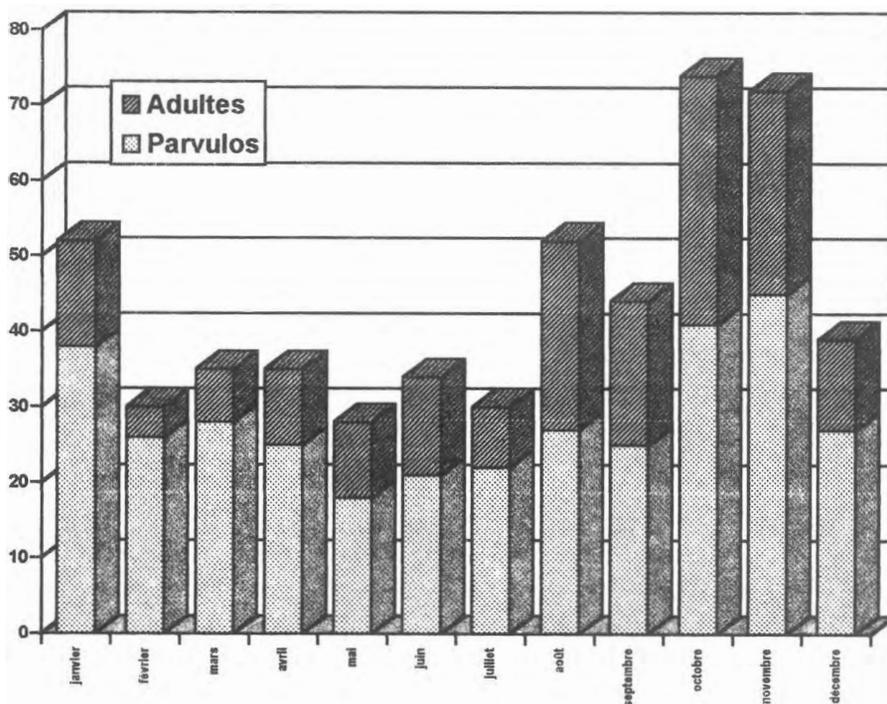
*
* *

«A bello, peste et fame, libera nos Domine», telle était l'invocation qui tentait d'écartier des populations la mort, ou plutôt les principales causes de mortalité.

A l'inverse de ce qui s'est passé au XVII^e siècle, l'Alentejo n'a pas été un champ de bataille au XVIII^e. Toutefois, au début du siècle, les Espagnols ont forcé la frontière orientale: les environs de Serpa ont été saccagés ⁴⁶; en 1756-1762, l'Alentejo avait abrité une force importante de crainte d'une invasion espagnole; or, chacun sait que, à cette époque, les troupes nationales pouvaient être aussi dangereuses pour les populations civiles que celles de l'ennemi. Comme nous l'avons vu, durant cette période on s'était inquiété du ravitaillement de l'armée; aucune allusion n'est faite au sort des civils, pourtant eux aussi victimes des mauvaises récoltes. Les deux principales causes de mortalité ont été durant le siècle la «peste» et la famine, toutes deux favorisées par le contexte géographique et socio-économique.

Malgré les réserves que nous avons pu faire sur la valeur des sources dont nous disposons, les chiffres collectés nous montrent que l'Alentejo n'est pas à l'abri de ces deux fléaux. Le graphique ci-dessous a été établi à partir des registres paroissiaux (Obitos) de quatre paroisses ⁴⁷.

GRAPHIQUE 1 – VARIATIONS SAISONNIÈRES DES DÉCÈS



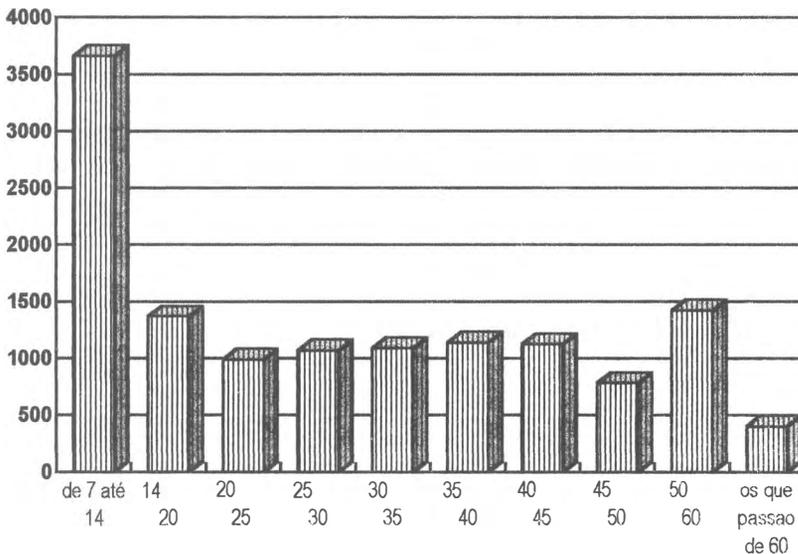
Nous pouvons constater – le nombre d'années permet de lisser les mortalités dues à des causes exceptionnelles – la poussée des décès en automne, la saison des fièvres. Octobre et novembre arrivent largement en tête pour le nombre de sépultures. La pointe d'août pourrait s'expliquer par les maladies causées par la consommation de fruits qui

ne sont pas encore arrivés totalement à maturité. Les rigueurs de l'hiver, dans des maisons au confort souvent rudimentaire peuvent expliquer la quatrième place du mois de janvier. Ainsi, se trouve justifié le jugement porté par un correspondant de D. Manuel do Cenáculo: «octobre donne de fièvres et l'hiver est pire qu'à Lisbonne»⁴⁸.

Ce tableau nous suggère une autre constatation: l'importance de la mortalité infantile: *menores* ou *parvulos*, suivant les mentions des curés. Elle suit la même courbe que celle de la mortalité des adultes : les mois d'octobre, novembre et août arrivent en tête. Les âges au décès n'étant pas indiqués, il nous est impossible de tirer des conclusions: nous savons seulement que la mort frappe dès la naissance. Sur le registre de Viagloria, par six fois, le curé a mentionné que l'enfant avait été baptisé à la maison et qu'il était mort aussitôt⁴⁹. Et encore, il s'agissait d'enfants baptisés et qui, de ce fait ont été enregistrés! La mortalité périnatale était sûrement fort élevée car D. Manuel do Cenáculo a rappelé à maintes reprises la nécessité de faire baptiser les enfants au plus tôt, vite après la naissance⁵⁰.

Deux documents nous permettent, sinon d'étudier la mortalité infantile et juvénile, du moins d'en soupçonner l'importance. Le premier est la notice de Serpa dans laquelle les curés ont mentionné la population totale: 4 473 habitants en 1758; ils distinguent trois tranches d'âge: moins de 7 ans, 930; mineurs de plus de 7 ans, 429 seulement; adultes, 3 144. L'autre est un récapitulatif fait pour D. Manuel do Cenáculo à la suite d'une enquête effectuée dans le sud de son diocèse⁵¹. Malheureusement, il manque la tranche d'âge jusqu'à 7 ans; ce n'étaient pas des *peessoas de confissão* et, de ce fait, ces petits enfants n'intéressaient pas les hommes d'Eglise.

GRAPHIQUE 2 – RÉPARTITION PAR TRANCHES D'ÂGE DANS LE CAMPO DE OURIQUE

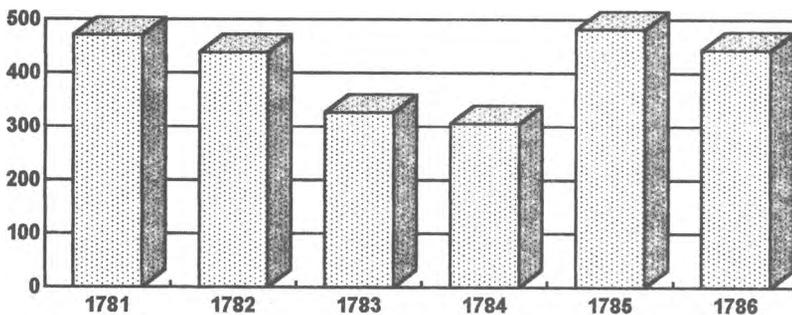


Le net décrochement entre la tranche d'âge 7-14 ans et 14-20 ans nous montre que la mort a fait des coupes sombres parmi les jeunes gens, mortalité élevée qui se maintient jusqu'à 25 ans. Par contre, la mort semble moins affecter les adultes; il est vrai que ce sont les plus résistants qui ont survécu. Passé 60 ans, le cours naturel reprend. Cela n'exclut pas l'existence de quelques vieillards plus robustes, ceux qui figurent dans la source sous la rubrique: *os que passao de 60*. On peut même trouver, dans l'Alentejo,

des gens d'un âge fort avancé, surtout pour l'époque: en 1758, le curé de São Martinho das Amoreiras fait état de quelques octogénaires dans sa paroisse. Mais, on peut aussi supposer que le phénomène était si rare qu'il a jugé bon de l'évoquer. A Coruche, la pyramide des âges pour l'année 1789 suggère l'existence de quelques octogénaires ⁵². Nous connaissons, par ailleurs, deux exemples de nonagénaires mais c'est dans ce monde en fait privilégié qu'était celui des clercs ⁵³. Notons aussi que le recensement de 1801 fait état pour les diocèses de Beja et Evora de treize centenaires, ces « anciens vénérés qui ont sans doute vu disparaître bien de leurs enfants et petits enfants ...qui ont connu deux ou trois famines... trois au quatre périodes de pain cher ...deux ou trois épidémies» ⁵⁴. Toutefois, d'après ce même document la tranche d'âge des 60-100 ans ne compte que 8% des individus alors que celles des 40-60 représenterait 44% (chiffres arrondis dans les deux cas)

Cependant, ceux qui avaient franchi le cap difficile de l'enfance et de l'adolescence n'étaient pas à l'abri du troisième fléau: la famine. L'enquête effectuée dans les années 1780, à la demande de Diogo de Pina Manique ⁵⁵, nous permet de voir les conséquences de deux séries de mauvaises récoltes sur la courbe de mortalité ⁵⁶.

GRAPHIQUE 3 – MORTALITÉS DE CRISE



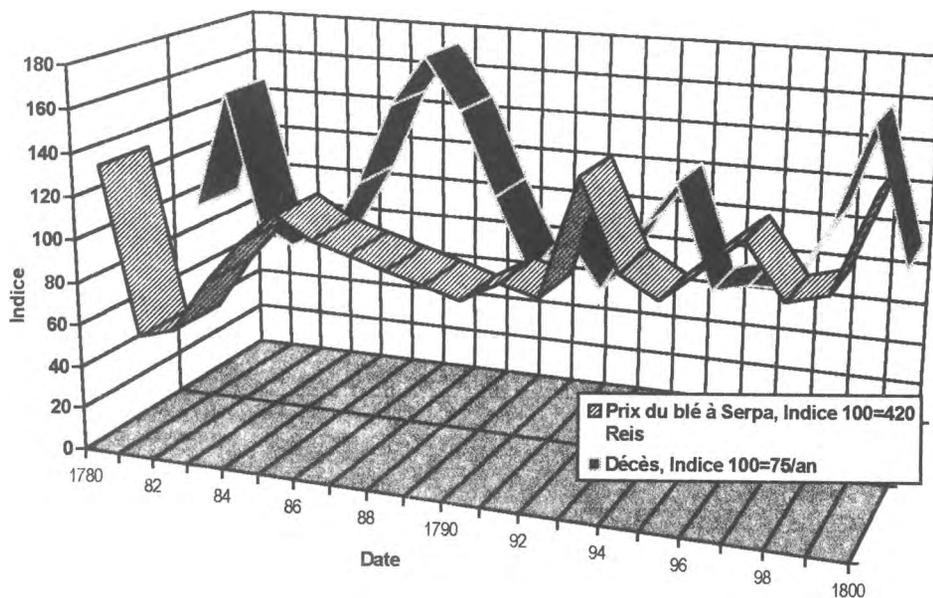
La première crise est due aux mauvaises récoltes de 1779. En effet, les rares curés qui ont donné aussi des chiffres pour 1780 font état d'un nombre de morts supérieur à celui de 1781, date à laquelle la plupart ont fait débiter leur tableau. La maladie frappant des organismes affaiblis, les chiffres de mortalité sont presque aussi élevés en 1782. Il est vrai que les plus faibles avaient été éliminés et que ne survivaient que les plus résistants. Une autre crise démographique débute en 1785 après les mauvaises récoltes qui débutent en 1783. Cette crise, la courbe en témoigne, a été plus forte que celle de 1780-1782. C'est le moment des pastorales à caractère social de D. Manuel do Cenáculo ⁵⁷; c'est à cette époque qu'ont éclaté des émeutes de la faim à Aldeia Nova de São Bento ⁵⁸.

Certes la famine a pu frapper inégalement suivant les cantons, en fonction des ressources des différentes paroisses. Par exemple, en 1793, alors que la région de Serpa connaissait la disette, celle de Beja aurait bénéficié d'un léger excédent ⁵⁹. Aussi, la courbe présentée ci-dessous a été quelque lissée, en admettant d'ailleurs que les chiffres fournis par les curés reflètent exactement la réalité. L'exemple de Serpa nous permettra une approche sinon plus précise, du moins plus significative.

Ainsi, la mort est omniprésente ; elle est, pour ces populations, un phénomène naturel au point que dans certaines paroisses elle est totalement banalisée et laïcisée. Elle est devenue un incident qui clôture le séjour en ce bas monde et les défunts sont, plus ou moins rapidement, portés en terre sans recours à des cérémonies religieuses. De là, une tentative de reprise en main par D. Manuel do Cenáculo qui, à la rigueur

acceptait cet état de fait pour les populations pauvres et frustes des marges méridionales de son diocèse mais ne pouvait le tolérer dans la ville épiscopale⁶⁰. Il est vrai que certaines familles pauvres ne pouvaient pas toujours consacrer une somme importante, compte tenu de leurs ressources, pour les cérémonies⁶¹. Il existe pourtant un certain sentiment religieux; en témoigne le nombre important de confréries des âmes du purgatoire, largement en tête parmi les confréries, mais dont l'implantation est inversement proportionnelle à la richesse des comarcas.

GRAPHIQUE 4 – CHIFFRES TIRÉS DE R. RENO, OP. CIT., PP. 21, 82-83



*

*

*

Malgré les fréquentes réserves que nous avons faites, nous pouvons néanmoins conclure que le taux de mortalité est très élevé en Alentejo. C'est l'impression ressentie à la lecture des divers documents consultés. Impression confirmée par l'attitude de contemporains qui supposaient l'Alentejo en voie de dépeuplement⁶². Si nous nous reportons aux chiffres du recensement de 1801, nous constatons que le taux de mortalité était de l'ordre de 41 ‰ dans le diocèse de Beja et même de 55 ‰ dans celui d'Evora. Ce dernier chiffre, très élevé, peut correspondre à une crise conjoncturelle; en 1789, par exemple, le taux de mortalité était de 50 ‰ à Coruche⁶³. Nous sommes néanmoins bien au dessus des taux d'autres régions européennes à la fin du XVIII^e siècle⁶⁴. Même si, en 1801, on peut relever un excédent de décès de 965 unités pour Evora et, seulement (?), de 173 pour Beja, nous ne saurions juger sur une seule année. L'Alentejo, contrairement à la vision pessimiste de certains contemporains n'est pas une province qui se dépeuple; toutefois, le taux de mortalité très élevé fait que l'accroissement naturel y reste très faible. Cause ou conséquence de cette situation? nous constatons que, au XVIII^e siècle, l'Alentejo, à la différence du reste du Portugal, ne «participe pas à la prospérité retrouvée des Espagnes périphériques» pour reprendre la formule de Pierre Chaunu⁶⁵.

- ¹ *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII^e-début du XIX^e siècle*, Paris, 1966, p. 120.
- ² *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, 1811, pp. 110: 288-896 h. – Arquivo Distrital de Evora (A.D.E. dans les notes suivantes), CXI/ 1-2, n.° 67: 293-163 h. – Adrien BALBI, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, 1822, I, pp. 189: 302-690 h. De même l'estimation de la surface est approximative.
- ³ Dans les registres paroissiaux d'Estrela nous avons relevé les noms de deux pères de famille nés dans le diocèse de Braga et trois nés en Beira; dans celui de São Miguel do Pinheiro, un vient du diocèse de Porto et un autre de celui de Bragança.
- ⁴ A.D.E. CXXX/2-16, liste de 95 couples – CXXVIII/1-17, n. 1322, du 12 juin 1782, lettre de remerciement de Diogo de Pina Manique.
- ⁵ Biblioteca da Academia das Ciencias (B.A.C. dans les notes suivantes) 355 V *Papeis Varios*. Lettre à l'ouvidor de Beja. Il constate que les registres sont mal tenus, des pages sont arrachées, lacérées... et ne sont pas remplacées. Aussi, en impose-t-il de nouveaux. Pour une appréciation générale, A. BALBI, *Variétés politico statistiques sur la monarchie portugaise*, Paris, 1822., p. 80, note 1
- ⁶ En comparant les registres (*Baptizados* et *Obitos*) avec le relevé adressé à D. Manuel do Cenáculo nous avons relevé quatre cas de non concordance sur 12 chiffres: pour les décès en 1781, 1783 et 1785 et pour les baptêmes en 1785, alors que c'est la même personne qui a rédigé les deux documents.
- ⁷ *Diccionario Géográfico* (Dic. Geo. dans les notes suivantes) 1, f. 467-472.
- ⁸ Biblioteca Nacional de Lisboa (B.N.L. dans les notes suivantes) *Fundo Geral*, n.° 8714, *Observações e exames feito sobre as causas do atrasamento e ruina da agricultura, povoação na provincia do Alentejo...*
- ⁹ A.D.E. CV/2-8, *Advertancias sobre a criação de hum bispado em Beja*, par Balthazar Vaz Alcoforado, curé de Beringel – Dic. Geo., 41. f. 2017-2019.
- ¹⁰ António Henriques da SILVEIRA, *Racional discurso sobre a agricultura e população do Alem-Tejo, Memórias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I, 1794, p. 74.
- ¹¹ *Voyage en Portugal fait depuis 1797 jusqu'en 1799 par M. Link et le comte de Hoffmansegg*, trad. française, Paris, 1808, II, p. 167.
- ¹² Dic. Geo., 36, f. 33-36.
- ¹³ Arquivo Nacional da Torre de Tombo (A.N.T.T. dans les notes suivantes) *Ministerio do reino*, Plano de José Caetano da Costa – Alvarez COLMENAR (*Annales d'Espagne et de Portugal*, III, p. 279) parle d'un désert sablonneux entre Aldeia Gallega et Montemor o novo.
- ¹⁴ A.D.E. CIX/ 2-12. Enquête de 1810; ainsi pour Na Sa da Luz, Granja, São Pedro de Corval...
- ¹⁵ Dic. Geo, 13, f. 173-184.
- ¹⁶ *Portugal, o Atlantico e o Mediterraneo*, Ire éd., Lisbonne, 1963.
- ¹⁷ A.D.E., CXXIX/ 1-20, *Diário* de D. Manuel do Cenáculo, f. 12.
- ¹⁸ Livraison du 30 mars, faisant état de nombreuses lettres reçues de l'Alentejo.
- ¹⁹ Felix Caetano da SILVA, *Antiguidades da cidade de Beja*, manuscrit publié par Abel VIANA, *Arquivo de Beja*, V, 1985, p. 200.
- ²⁰ Au moins, d'après les sources connues, les années suivantes: 1753, 1756-1763, 1777, 1779, 1783, 1785-1786, 1789, 1793. Et encore, il ne s'agit que de celles qui ont été mentionnées par des voyageurs ou des observateurs.
- ²¹ Dic. Geo, 11, f. 2298-2302.
- ²² Gervásio PAIS, art. cit., f. 30.
- ²³ A.D.E., CXXXIX/1-17, *Diário*, f. 284.

- ²⁴ *Civilisation matérielle et capitalisme*, ed. 1967, t. 1, p. 49.
- ²⁵ Dic. Geo, 21, f. 1339-1342-13, f. 119-125 – (Matriz), 26, f. 41-53-34, f. 1047-1050.
- ²⁶ Jacques MARCADÉ, *Les herdades de cavallaria*, littérature agronomique ou thème social, *Sillages*, 1972, pp. 57-64.
- ²⁷ B.A.C., 374 A; *Dissertação sobre agricultura*.
- ²⁸ Dic. Geo., 34, f. 26, f. 33-40 et 41-53.
- ²⁹ A.D.E., CXXX/2-19. Notes manuscrites de D. Manuel do Cenáculo.
- ³⁰ A.D.E., CXXX/ 2-17. Une épidémie a décimé le bétail et des *lavradores* sont dans la misère.
- ³¹ A.D.E., CXXX/ 2-19 et 2-16.
- ³² Albert Silbert, *op. cit.*, p. 825.
- ³³ A.D.E., CXXVIII/ 2-4, Lettre au vicaire forain de ...
- ³⁴ A.D.E. CXXX/ 2-19. rapport dressé par le curé sur la base des années 1785-1787; il faut ajouter que si les récoltes sont médiocres, le poids des impôts et des taxes pour l'Eglise est très lourd.
- ³⁵ René RENOU, *Une ville portugaise – Serpa et sa région – entre 1750 et 1800*, mémoire de maîtrise, Poitiers, 1972, p. 82. L'alqueire de Serpa équivaut à 13,6 litres.
- ³⁶ H. RANQUE, *Lettres sur le Portugal*, p. 4.
- ³⁷ Comme le note le curé de São Martinho das Amoreiras (Dic. Geo., 3, f.).
- ³⁸ A.D.E., CXXX/ 2-16. Questionnaire envoyé aux curés du *Campo de Ourique*
- ³⁹ A. BALBI, *op. cit.*, I, p. 101.
- ⁴⁰ João CABRAL, *Arquivo de Beja*, p. 138 – A.D.E., CXXVIII/ 2-4. Requête des Carmes déchaux de Serpa – Au fil des recherches, nous avons trouvé mention d'un médecin à Odemira, en 1775; un à Torrão, dans les années 1770; un à Vidigueira, en 1779. Il y avait deux médecins à Moura et six à Beja.
- ⁴¹ A.D.E. CXXVIII/ 1-10, n.º 1782, août 1787.
- ⁴² Au hasard des exemples pris dans le *Diccionario geográfico: Sobral de Adiça, Aldeia Nova de São Bento, Santa Clara a Nova, Mértola, Odemira (Matriz)*...
- ⁴³ Dic. Geo, 2; f. 299-302 et CXXIX/ 1-23, pour Santo Aleixo – 35, f. 1311-1326 pour Sines.
- ⁴⁴ Augusto SOARES BARBOSA de PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, V, p. 341 – Pour la répartition géographique par *comarcas*, cf. Antonio de OLIVEIRA FREIRE, *Descripçam corografica do reyno de Portugal*, pp. 134, 137-139, 141, 143-147, 149.
- ⁴⁵ Il n'y a aucune commune mesure entre les 20 000 réis de revenus des *misericórdias* d'Almodôvar ou Ourique et les 700 000 réis de Moura ou le million de celle de Beja.
- ⁴⁶ Dic. Geo, 34, f. 987-1034. Le curé, ne fait pas allusion toutefois à des pertes humaines – João CABRAL, *Serpa do passado*, Beja, 1970, pp. 41-42.
- ⁴⁷ Viagloria, 1774-1794; Albergaria dos Fusos, 1781-1794; Coroada 1772-1779; São Braz 1774-1793. Le choix peut paraître arbitraire mais, en fait, il est conditionné par l'existence de registres ne présentant pas trop de lacunes sur ce laps de temps.
- ⁴⁸ A.D.E. CXXVII/ 2-4, n.º 3054.
- ⁴⁹ En 1774, 1777, 1780, 1785 (deux enfants) et 1787.
- ⁵⁰ A.D.E. CXXVIII/ 2-4, Pastorale manuscrite - CXXVIII/ 2-7. Brouillon des Constitutions du diocèse.
- ⁵¹ A.D.E. CXXX/ 2-19. *Mappa das Pessoas que ha na Comarca de Ourique*. Ce papier, non daté se trouve au milieu de réponses à une enquête lancée par l'évêque en 1775. Nous avons respecté les tranches d'âge telles qu'elles sont indiquées dans le document. Toutefois, ce récapitulatif ne porte que sur 16 paroisses.

- ⁵² J. Manuel NAZARETH e Fernando de SOUZA, A demografia portuguesa em finais do Antigo Regimen, *Cadernos da Revista da história económica e social* n.º 4, 1983, p. 29.
- ⁵³ A.D.E CXXX/ 2-17.
- ⁵⁴ Jean FOURASTIE, De la vie traditionnelle à la vie tertiaire, *Population*, 1949, pp. 418-420.
- ⁵⁵ A.D.E. CXXVIII/ 1-17, n.º 1500, du 27 mai 1787.
- ⁵⁶ Tableau établi à partir des réponses de 18 paroisses. Nous disposons aussi des chiffres récapitulatifs pour 17 ce qui nous montre un excédent de décès de 271, cinq paroisses ayant eu un solde positif. Le termo de Beja, le canton le plus riche au dire des contemporains, ne semble pas avoir été affecté par cette crise, ou du moins, beaucoup moins, l'excédent de naissances étant de 93 unités pour la période, mais, notons le, pour quelques 12 000 habitants et sur six ans.
- ⁵⁷ A.D.E. CXXVIII/ 2-4. Lettre au vicaire forain de ... et Lettre aux vicaires forains sur ceux qui travaillent le dimanche et divers brouillons. Il ne s'agit pas de simples constatations: le prélat envisage aussi quelques solutions.
- ⁵⁸ A.D.E. CXXIX/ 2-9. Lettre du 9 février 1786. D. Manuel do Cenáculo a sollicité la clémence royale car le corregedor de Beja avait sévèrement réprimé cette agitation.
- ⁵⁹ A.D.E. CXXVIII/ 1-12. Lettre du corregedor de Beja qui proteste contre la décision gouvernementale d'envoyer du blé de Beja à Serpa. De même, en 1753, la *Gazetta de Lisboa* mentionnait la famine dans les régions de Elvas et Estremoz alors que les récoltes avaient été convenables à Beja et Evora.
- ⁶⁰ A.D.E. CXXVIII/ 2-4. Pastorale sur les enterrements, du 10 février 1780. Dans quelle mesure ces décès sont-ils reportés sur les registres paroissiaux quand ils existent? Il y a là une raison supplémentaire de se méfier des statistiques pour cette région et à cette époque.
- ⁶¹ Il en coûtait de 180 à 1000 réis à Coroada; de 240 à 400 à Viagloria.
- ⁶² Gervásio Pais, cf. note 8. Si nous reprenons les termes de D. Manuel do Cenáculo dans son enquête sur Ourique, il nous semble bien qu'il partage ce point de vue.
- ⁶³ J. M. NAZARETH e F. de SOUZA, *op. cit.*, p. 33.
- ⁶⁴ P. Guillaume et J-P. Poussou (*Démographie historique*, Paris, A. Colin) les estiment entre 180 et 260 ‰.
- ⁶⁵ *La civilisation de l'Europe classique*, éd de 1970, p. 263.

DEMOGRAFIA AÇORIANA *

ACTUALIDADE E PERSPECTIVA

Gilberta Pavão Nunes Rocha
Professora Associada da Universidade dos Açores

ABSTRACT

This paper presents the evolution of the population of the Azores, if only in a generic manner. It identifies the major variables responsible for the demographic dynamics, emigration in particular, and for our vision of the demography of the islands and of the region, as a whole. We consider, furthermore, that the future of the Azorean population is directly dependent upon its mobility. Both the birth and the death rates have reached relatively low and stable levels, and it is not reasonable to foresee any changes in the relatively near future.

Propusemo-nos tratar, em traços muito gerais, a actualidade e algumas perspectivas de evolução futura da população açoriana, tendo em vista o desenvolvimento desta região insular, salientando a variável demográfica que julgamos ser neste momento fundamental equacionar – a mobilidade.

Pensamos, no entanto, que terá algum sentido apresentar, ainda que de um modo muito genérico, como tem evoluído a população do arquipélago e qual tem sido a importância dos movimentos migratórios, particularmente da emigração, que justificam a nossa visão da demografia das ilhas.

A região, o arquipélago, as ilhas. O singular e o plural utilizados, não ao acaso, mas como identificação de uma ou de várias realidades que constituem, assim o cremos, o passado e o presente da população açoriana. Singular, de um arquipélago tornado região; plural, de ilhas que se afirmam na sua individualidade. Singular, por apresentar uma unidade tendencial; plural, por em cada momento ser visível a sua diversidade.

Não existindo, por enquanto, um estudo sistemático da população, que abranja um período suficientemente vasto, são conhecidos alguns dados, descontínuos e pouco pormenorizados, referentes a todo o arquipélago, em épocas bem delimitadas, principalmente a partir dos finais do século XVIII. Não obstante a probabilidade de erro, os dados indicam, já para esta época, que as ilhas têm comportamentos demográficos distintos.

A desigualdade não respeita unicamente a factores de natureza geográfica, que conduzem a densidades populacionais e formas de povoamento diversas. São igualmente consequência de diferentes ritmos de crescimento, na maior parte dos casos, e tanto quanto pudemos apurar, resultado de movimentos migratórios que nem sempre apresentam as mesmas características.

Assim se compreende muita da documentação existente a qual, sem particularizar a que ilha se reporta, e para os mesmos anos, refere o «excesso demográfico» e noutros casos «a falta de braços para trabalhar», como uma das principais causas da pobreza em que se vivia.

Claro que não podemos ignorar o entendimento diverso que desde sempre encontramos quanto à importância do volume populacional, ou mesmo das diversas variáveis que o determinam, quer ele tenha raízes de natureza filosófica, política, económica ou respeite unicamente a situações concretas diferenciadas.

No século XVIII, e apesar de se reconhecer nas várias avaliações objectivos específicos, fundamentalmente de cariz político, sabe-se também que estas têm como suporte realidades diversas, já que coexistem no arquipélago situações evolutivas de sentidos opostos, umas de acentuado declínio populacional e outras onde predomina o crescimento de grande intensidade.

É exemplo desta situação a evolução que encontramos em algumas ilhas do grupo central que nos finais de setecentos registam um aumento da sua população, contrariamente ao que se observa, por exemplo, em S. Miguel onde a diminuição é acentuada ¹.

Embora consideremos válida a justificação que tem como base a existência de comportamentos desiguais, quer na mortalidade quer na natalidade, porventura perfeitamente justificados por múltiplos factores, com relevo para os de natureza económica, parece-nos que as principais causas diferenciadoras se encontram na variável mobilidade, quer ela seja a emigração ou os movimentos internos.

Quase um século depois, quando já existe informação publicada para toda a população portuguesa, observa-se que não são idênticas as características demográficas das várias ilhas. Embora os dados estatísticos não sejam ainda muito fiáveis, podendo verificar-se algumas imprecisões, eles são consentâneos com os valores dos indicadores que os determinam.

Na segunda metade do século XIX, a estrutura etária de S. Miguel é muito mais jovem do que a das restantes ilhas, principalmente se comparada com o Pico e até mesmo com S. Jorge ou Faial, que denotam já um certo envelhecimento demográfico ².

Nestas, ao menor quantitativo de população em idade activa, que observamos em todas as ilhas, deve acrescentar-se ainda um acentuado desequilíbrio na repartição entre os sexos, tendo os elementos do sexo masculino um número bastante inferior aos do sexo feminino.

O envelhecimento populacional é, como todos sabemos, consequência de um aumento considerável na Esperança de Vida à Nascimento e de um igualmente assinalável declínio da fecundidade, cujos determinantes se encontram nos modelos das sociedades tecnologicamente desenvolvidas do século XX.

Não nos parece que a sociedade açoriana de oitocentos, ainda mais, de algumas das suas ilhas, apresente qualquer semelhança com a actualmente existente.

Com efeito, a mortalidade devia ser elevada, pois só em meados deste século assistimos a melhorias significativas nos níveis deste fenómeno, com a Esperança de Vida à Nascimento a registar valores superiores a 50 anos ³.

Quanto à fecundidade, a sua diminuição é, como normalmente acontece, posterior à da mortalidade. No caso dos Açores, e apesar da diversidade entre as ilhas, verifica-se que a sua generalização é bastante recente. Iniciando-se há cerca de 30 anos, de um modo relativamente atenuado, só na última década atinge valores semelhantes aos observados na maioria dos países ocidentais.

É, pois, na mobilidade, e muito particularmente na emigração, que podemos encontrar, uma vez mais, as principais razões justificativas para as diferenças registadas nos finais do século passado e princípios deste século. Sendo a emigração uma variável

comum a todo o arquipélago, contribuiu igualmente para um aumento da desigualdade entre as ilhas.

Tanto quanto nos é dado saber, a emigração das últimas décadas da centúria passada fez-se, com particular incidência em algumas ilhas, com uma participação quantitativa mais preponderante no sexo masculino.

Assim se pode entender o desequilíbrio observado nas Relações de Masculinidade dos elementos em idade activa e mesmo dos jovens, principalmente sentido no Pico, em S. Jorge, Flores e Corvo. Esta situação, onde para cada 100 mulheres existem, nos mesmos grupos etários, cerca de 40 homens, não pôde deixar de se reflectir nos níveis da natalidade, que verificámos serem bastante baixos, em nada consentâneos com uma comunidade rural, onde os métodos contraceptivos não tinham, certamente, uma aplicação generalizada.

Deste modo, a emigração interferiu negativamente numa outra variável responsável pelo crescimento demográfico, que é a natalidade. Fê-lo através da nupcialidade, que regista uma baixa intensidade. Embora se possa encontrar um aumento dos nascimentos ilegítimos, nomeadamente em S. Jorge, eles são sempre pouco significativos no conjunto da natalidade.

Nas ilhas onde a relação quantitativa entre os sexos se apresenta mais desequilibrada, o Celibato Definitivo feminino é muito acentuado, com valores de cerca de 40%. Acrescente-se que estas situações podem também ser encontradas nas ilhas onde o Celibato Definitivo masculino atinge simultaneamente percentagens elevadas, da ordem dos 10% e 15%. É o caso, por exemplo, do Pico e de S. Jorge nos primeiros decénios deste século, que registam, assim, os mais baixos níveis de natalidade de todo o arquipélago.

Não é esta a situação observada em S. Miguel, que tendo até bem recentemente uma forte natalidade, a mais alta dos Açores, apresenta, naquela época, uma forte intensidade no casamento e, conseqüentemente, um reduzido número de celibatários em ambos os sexos.

Não pretendemos aqui desenvolver aspectos relacionados com diferentes níveis de fecundidade, que também existem, particularmente em S. Miguel, e que igualmente justificam um mais acentuado crescimento demográfico desta ilha.

O objectivo foi mostrar como a emigração, elemento diferenciador quando considerado isoladamente, aspecto a que a seguir voltaremos, teve igualmente interferência nos níveis de outros fenómenos responsáveis pela dinâmica populacional, de um modo particular no que respeita à natalidade.

Falou-se de emigração, salientando as diferenças observadas na repartição entre os sexos, uma situação provável de meados do século XIX, que já não encontra correspondência nos movimentos emigratórios deste século, e que julgamos ter sido alterada ainda nos últimos anos de oitocentos. De resto, todos sabemos como a emigração açoriana, pelo menos a deste século, se caracteriza por ser do tipo familiar, englobando ambos os sexos e várias idades, um dos aspectos que mais a distingue da realizada no continente português.

É um facto incontestável que a mobilidade é uma característica das idades mais jovens. Patenteamo-la em todos os movimentos migratórios, quer estes sejam de curta ou longa distância; de maior ou menor duração; temporários ou definitivos; para o exterior ou no interior do mesmo país.

Assim acontece em todas as ilhas dos Açores. No entanto, e durante todo este século, verifica-se que em S. Miguel, não obstante o predomínio das idades acima referi-

das, as saídas se fazem também noutros grupos etários, nomeadamente nos mais idosos. Embora nestes os valores sejam na generalidade baixos, normalmente não os observamos nas outras ilhas, onde este facto é menos comum e respeita unicamente a determinadas épocas, aquelas em que a emigração atinge montantes mais significativos⁴.

Mas, numa óptica de análise por ilha, não podemos considerar somente a emigração. Existem outros movimentos, quer de entrada quer de saída que, em determinados períodos, adquirem uma importância que ultrapassa as deslocações com carácter mais ou menos definitivo para o estrangeiro.

Com efeito, na primeira metade deste século, detectámos movimentos migratórios de sentidos contrários (entradas/saídas), por exemplo, na Graciosa, nas Flores, no Corvo ou no Pico. Saídas nos mais jovens e entradas nos mais velhos. Apesar do número não ser muito elevado, não deixaram de ter uma certa importância, principalmente se atendermos ao pequeno efectivo populacional destas ilhas.

Não se sabe se as entradas respeitam à imigração, a movimentos internos ou ao retorno de emigrantes. Consideramos, porém, mais provável a hipótese do retorno, por nos parecer a mais consentânea com a idade das pessoas entradas e até com o contexto internacional da época, pois sobressaiem os valores dos anos de 1920, 1930 e de 1940.

Independentemente da sua tipologia, o facto é que os ingressos contribuíram, também, para o desequilíbrio etário de algumas ilhas, que apresentam um envelhecimento demográfico bastante precoce, e que é independente da evolução dos níveis da mortalidade e da fecundidade.

Em S. Miguel isto não se verifica, pois mesmo no período onde a emigração é diminuta, o saldo é sempre negativo em todas as idades. Mesmo que tenham existido movimentos de entrada nos mais velhos, eles foram sempre inferiores aos de saída⁵.

Nas últimas décadas, particularmente a partir de meados dos anos sessenta, a emigração volta a aumentar, atingindo níveis extremamente elevados. Atendendo aos valores oficiais, pode mesmo ser considerado o maior fluxo emigratório de todos os tempos. É, pelo menos, superior ao verificado no início deste século, apesar de neste período existir uma forte corrente de emigração clandestina, cuja estimativa aponta para um quantitativo da ordem dos 30 % da emigração oficial⁶.

Sendo a emigração a principal responsável pelo forte declínio demográfico observado entre 1960 e 1981, não devemos negligenciar outros movimentos migratórios, de menor montante, mas de importância crescente, como são os movimentos internos. Com a informação existente no recenseamento de 1981, e apesar desta respeitar a um período muito curto, que pode não ser representativo, analisamos as deslocações entre as diversas ilhas e entre estas e o continente e o arquipélago da Madeira.

Estes dados confirmaram a importância da mobilidade interna que apresenta valores similares entre os Açores e o continente e entre este e a região.

Mas se na sua globalidade eles praticamente se anulam, o mesmo não acontece se atendermos ao fluxo existente em cada uma das ilhas. S. Miguel e Terceira são, ou pelo menos eram em 1981, demograficamente muito mais atractivas do que as restantes, principalmente se considerarmos os movimentos no interior do arquipélago.

Caracterizando demograficamente os Açores na actualidade, verifica-se uma diminuição da população, embora com um ritmo inferior ao das décadas de sessenta e setenta, mas que é particularmente visível nas ilhas de S. Miguel e de St.^a Maria.

Nesta última, é um facto já observado no passado recente, pois é a ilha que nos últimos 30 anos mais habitantes perdeu. Tem actualmente um volume populacional inferior ao do ano de 1900, e que é menos de metade daquele que detinha em 1950 e 1960.

Em S. Miguel, ao contrário, verifica-se uma alteração que não podemos deixar de sublinhar. Pela primeira vez, neste século, apresenta um dos decréscimos mais elevados do arquipélago.

É de salientar, ainda, a evolução na Terceira, pois é, conjuntamente com o Corvo, a ilha que regista um aumento no número de residentes. Mantém, assim, a tendência de concentração demográfica da população do arquipélago, que ao longo deste século, e até 1981, partilhava com S. Miguel.

Se entre 1981 e 1991 diminuiu o ritmo de concentração da população nas ilhas de maior dimensão, principalmente devido à evolução de S. Miguel, esta é a única ilha onde os jovens detêm um importância significativa e o número de idosos é, inequivocamente, baixo. Sendo ainda a ilha que regista um menor envelhecimento na base e, principalmente, no topo, a manter a tendência observada não poderá, por muito mais tempo, sustentar a visão de que os Açores têm uma população jovem.

A Terceira, o Faial, S. Jorge e St.^a Maria, diferentes entre si, podem situar-se ainda numa posição de fraco envelhecimento demográfico, em nítido contraste, com a estrutura observada na Graciosa, no Pico nas Flores e no Corvo, onde este é bastante evidente, como tivemos a oportunidade de constatar já em 1981.

Esta caracterização recente, onde se verifica a unidade de tendência mas, simultaneamente, uma diversidade na evolução e na estrutura das ilhas, dependeu da desigualdade ainda existente nas variáveis responsáveis pela dinâmica demográfica e, fundamentalmente, da situação de anos anteriores que se apresenta bastante diversa.

A mortalidade, factor explicativo de fortes decréscimos num passado mais recuado, atingiu hoje níveis relativamente baixos. Nesta variável prevê-se uma evolução praticamente estabilizada, com diminuições pouco significativas, sem grande interferência nos ritmos de crescimento da população. A sua enorme importância tem a ver com aspectos ligados à estrutura populacional, mormente no que respeita ao aumento do peso relativo dos idosos. A desigualdade que ainda observamos tem, pois, a ver com a evolução passada e não com diferentes níveis registados no presente.

Quanto à natalidade, atingiu-se já valores bastante baixos. A fecundidade da população açoriana diminuiu a um ritmo tão acentuado, que hoje regista um número de filhos por mulher não muito diferente do observado na maioria dos países europeus. Mesmo em S. Miguel, onde a natalidade e a fecundidade sempre apresentaram quantitativos superiores aos das restantes ilhas, tal já não acontece, embora o declínio mais significativo seja muito recente, particularmente sentido desde 1987. A mais elevada natalidade que ainda podemos observar é, essencialmente, consequência de uma estrutura demográfica bastante mais jovem e já não corresponde tanto a desiguais níveis de fecundidade e de nupcialidade.

As duas variáveis do movimento natural, no passado também responsáveis pela diversidade populacional observada nas várias ilhas, tendem, pois, em nosso entender, a uma uniformização, com valores baixos, quer para a mortalidade quer para a natalidade.

Neste sentido, a mobilidade, adquire ainda um maior significado, com uma especificidade que não encontra paralelo em nenhuma outra época da História dos Açores.

Esta importância não está forçosamente associada à quantidade mas sim à exclusividade de modificação de uma tendência, o que não acontece com os outros fenómenos, cujo futuro, pelo menos nos tempos mais próximos, pensamos ser perfeitamente previsível.

Se a imprevisibilidade é uma característica própria da variável mobilidade, particularmente sentida em regiões de pequena dimensão e dependentes das alterações exteriores, a sua consideração é ainda maior quando diminui a importância das outras variáveis, que já não podem funcionar como factores de reequilíbrio demográfico.

Vimos como em alguns períodos a vertente emigratória era preponderante. Os seus determinantes foram, em parte, de natureza externa, tendo os Açores um papel relativamente passivo, típico de uma região, e até mesmo de um país, que está à margem das grandes decisões internacionais.

Desde a década de oitenta que se verifica um abrandamento significativo das saídas para o estrangeiro, embora com oscilações anuais que encontram a sua principal justificação nas restrições impostas pelos países de destino. Não obstante a melhoria da qualidade de vida nas ilhas, o declínio da emigração deve-se principalmente à situação económica existente no continente norte americano, com relevo para as dificuldades sentidas nos EUA e Canadá, principais destinos da emigração dos Açores.

Noutras épocas e circunstâncias dependeu igualmente dos desígnios nacionais, tendo em alguns momentos servido interesses bem determinados. Assim o demonstram a História do arquipélago, mais especificamente a de cada uma das suas ilhas.

Ainda que se encontre justificativos de ordem interna, nomeadamente no que respeita a condições económicas e sociais bastante precárias, a emigração fez-se sempre que o mundo exterior o permitiu ou o solicitou. Não podemos esquecer, contudo, que ela foi igualmente considerada, e até defendida, como a melhor solução para resolver problemas internos de extrema pobreza.

Os movimentos internos, cuja quantificação não está estudada para o passado, o que impede uma análise comparativa, parecem ter registado um acréscimo acentuado nos últimos anos, pelo menos se considerarmos as deslocações entre as ilhas, podendo hoje contribuir para um aumento da desigualdade demográfica da região.

A imigração tem sido praticamente inexistente e o retorno tanto quanto se sabe pouco significativo, ainda que em alguns casos este tenha tido uma influência na desigualdade estrutural de algumas ilhas. Quanto a este último aspecto, não podemos deixar de sublinhar que desconhecemos a existência de trabalhos que permitam um conhecimento mais aprofundado deste assunto, contrariamente ao que acontece para o continente, onde o fenómeno já tem sido objecto de alguns estudos.

Num mundo em permanente mudança, onde as alterações observadas são impensáveis com menos de uma década de antecedência, aumentam as dificuldades de qualquer trabalho prospectivo. Prever o futuro é, nestas circunstâncias, um problema acrescido, que tem de considerar a possibilidade de vários cenários alternativos, dependentes de factores de ordem externa e interna.

Este é um trabalho que urge efectuar, mas que só é possível realizar com o contributo de diversas disciplinas e um conhecimento efectivo não só da realidade açoriana como da situação e perspectivas nacionais e internacionais.

Situando-nos numa óptica estritamente demográfica não temos qualquer dúvida em rejeitar a validade da intensificação da emigração, não como decisão individual a que

todo o cidadão tem direito, mas como política definida para solucionar problemas de curto prazo, sem atender às suas consequências, as quais podem impossibilitar o desenvolvimento futuro da região, mais especificamente de algumas das suas ilhas.

Se não houve anteriormente uma perfeita consciência dos seus efeitos, creio que é inaceitável manter uma posição favorável à emigração. Foi uma época e uma teoria, cujos resultados estão bem patentes em algumas ilhas. Se criticável no passado, embora com muitos adeptos, hoje requer uma atenção redobrada, pois a questão demográfica não pode mais ser perspectivada numa óptica imediatista, para solucionar problemas de incapacidade económica e reequilíbrio financeiro.

Na região, e se se alterar a actual situação de restrições à imigração nos habituais países de destino, é muito natural que se assista a um recrudescimento deste movimento de saída.

Em primeiro lugar, porque existem laços muito fortes entre os residentes no estrangeiro e os que permaneceram no arquipélago, e neste aspecto a nossa emigração tem de ser entendida, agora mais do que nunca, como um fenómeno cujos determinantes ultrapassam os factores de natureza económica.

Em segundo lugar, porque em algumas ilhas a população em idade activa e os jovens são ainda em número suficiente para que um fraco ritmo de crescimento económico propicie uma crise de desemprego. Noutras ilhas, a estagnação, que não é alheia ao desequilíbrio demográfico existente, terá o mesmo efeito, e a solução de cada um pode ser, uma vez mais, a saída.

O novo contexto europeu de livre circulação de pessoas é, igualmente, uma situação que tem de ser considerada, quer na sua vertente de saída quer de entrada. No primeiro caso, alargando-se os países de destino da nossa emigração, no segundo, funcionando a região como pólo de atracção demográfica. Esta última é uma realidade para a qual não temos quaisquer referentes históricos.

De encarar também uma outra possibilidade, que já existe no continente, correspondente a uma entrada de pessoas que nele buscam um meio de vida que lhes é negado no seu país.

Em quaisquer dos casos, e na dicotomia entradas/saídas, devem considerar-se preponderantemente os mais novos, razão pela qual as consequências demográficas serão nitidamente diferenciadas.

O raciocínio é semelhante para os movimentos internos, tendo em conta o agravamento das zonas demograficamente mais carenciadas, normalmente as principais fontes de fornecimento de mão-de-obra. É este o caso dos Açores relativamente a algumas zonas do continente. No que respeita aos movimentos no interior do arquipélago, não podemos deixar, uma vez mais, de sublinhar as características de algumas ilhas, já muito envelhecidas. Nelas, será muito mais difícil fazer atrair população. Se nada se fizer, é muito natural que se mantenha a tendência de saída.

Resta-nos indicar o retorno de emigrantes que, apesar de continuar por estudar, parece ser uma realidade já visível, principalmente nas zonas rurais, para onde alguns activos mais velhos e idosos têm optado por ir viver, após anos de intenso trabalho no estrangeiro. Numa óptica estritamente demográfica é óbvio que aumentam o desequilíbrio etário já existente.

O futuro dos Açores e da sua população pode ser traçado na complicada rede das relações internacionais, onde ignoramos o papel que lhe está reservado. Mas isto não pode servir de justificação para que os problemas não sejam devidamente equacionados.

Neste sentido, devem ser criadas as condições para inverter a tendência de declínio e conseqüente envelhecimento demográfico observado nos últimos anos. Mais, se se pretende um desenvolvimento equilibrado da região, este só pode fazer-se pela consideração da diversidade actual que, não se confinando à questão demográfica, não a pode ignorar.

Esta perspectiva, que surge normalmente explícita numa óptica quantitativa, é, simultaneamente, qualitativa, pois a opção de ficar ou a de entrar depende também do que a região pode e quer solicitar a cada um e a todos os que nela queiram viver.

NOTAS

* Comunicação apresentada no Núcleo de Lisboa do Forum Açoriano, em 1993, com algumas adaptações.

¹ Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do séc. XVIII* – in *Actas do III Colóquio Internacional – Os Açores e o Atlântico – II Vol.*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1995.

² Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha – *Unidade e diversidade das estruturas demográficas das ilhas portuguesas através dos censos* – in *Arquipélago – Série Ciências Sociais* n.º 6 – Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1992

³ Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha – *Dinâmica Populacional dos Açores no séc. XX – Unidade, Permanência, Diversidade* – Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.

⁴ *Id.*, *ibid.*

⁵ *Id.*, *ibid.*

⁶ Cf. Frances White Chapin – *The tides of migration: a study of migration decision-making and social process in S. Miguel Azores* – Michigan, University Microfilms International, 1981.

O LUXEMBURGO E A SUA POPULAÇÃO

Jorge Carvalho Arroiteia

ABSTRACT

Despite its size, but mainly due to its position in the «heart» of Europe, Luxembourg has had a relevant role among the countries which today make up the European Union. This is due, fundamentally, to its importance as a financial market as well as to the presence of various European institutions in the capital which still attest a noteworthy industrial and urban past that began with the construction of the first siderurgical units at the end of the last century.

Luxembourg, benefiting especially from the phenomenon of European reconstruction subsequent to the Second World War, has led to an intense foreign immigration. The presence of these people, being numerous, has led to unforeseen demographic growth, strongly negative in this country inhabited by an adult, ageing population.

INTRODUÇÃO

Quando no início dos anos oitenta, tivemos oportunidade de iniciar no Luxemburgo a recolha de elementos com vista à preparação de um trabalho académico logo nos apercebemos que o fenómeno que então nos interessava, a emigração portuguesa, constituía apenas uma pequena parcela visível de um fenómeno social bem mais complexo, o da emigração de estrangeiros em geral, conhecido há mais de um século nesse país.

À medida que prosseguimos os trabalhos de pesquisa e reconstituindo as etapas mais significativas desses movimentos, reconhecemos as relações profundas que estes estabeleciam com a sociedade luxemburguesa e com o seu processo de desenvolvimento. Constatámos ainda que, ao estudar os movimentos da população, estávamos a perscrutar não só as causas mais remotas da evolução da própria sociedade luxemburguesa, como a identificar uma das marcas mais reveladoras da «crosta exterior» da sociedade local expressa na evolução dos habitantes, nas causas dos movimentos da população e nas suas actividades fundamentais.

Decorridos alguns anos após a realização dos primeiros estudos referentes ao G.D. do Luxemburgo e à sua população (incluindo nesta os habitantes de origem portuguesa, primeira e segunda geração de emigrantes), entendemos que o nosso trabalho deveria prosseguir. Algumas razões incentivaram este estudo: por um lado, a consciência de que aqueles fenómenos demográficos, como «fenómenos sociais totais» e marcas da «crosta exterior» (Gurvitch) da sociedade luxemburguesa, continuavam a mostrar um comportamento diferenciado e merecedor de uma análise científica; por outro lado, o desejo de aprofundar o conhecimento de uma comunidade de cidadãos portugueses que tem vindo a crescer e a afirmar-se, em número e participação social, entre os autóctones e os demais habitantes que residem no G.D. do Luxemburgo.

Embora preparado longamente o estudo em questão não pretende retratar exaustivamente um país tão complexo e diversificado como é, apesar das suas dimensões, o Grão-Ducado do Luxemburgo. Tenta apenas coligir, seguindo um modelo monográfico, os traços essenciais relativos à sua morfologia social, à sua centralidade geográfica, ao seu comportamento demográfico e ao desempenho económico que lhe têm garantido um papel proeminente no relacionamento económico, político e cultural, com os seus parceiros da União Europeia.

Igualmente, pretendemos com este contributo expressar o nosso testemunho aos colegas e amigos, em especial à direcção do *Centro de Estudos de População e Família*, que ao longo dos anos nos têm incentivado a prosseguir esta caminhada, árdua e ingrata, de procurar compreender a «diáspora lusitana» nas suas diferentes facetas e manifestações demográficas e sociais.

1 – NOTA HISTÓRICA E GEOGRÁFICA

O conhecimento do passado ensina-nos que o fenómeno dinástico pode ter um papel importante na formação dos Estados e das Nações.

G. Trausch

1.1 – O G.D. do Luxemburgo: passado histórico

Os diversos testemunhos constituídos por pedras talhadas grosseiramente e polidas, próprias da civilização paleolítica (inferior e média) e outros vestígios humanos de idade mesolítica encontradas em território luxemburguês, sobretudo no território de Mullerthal (sudeste do país), confirmam uma ocupação bastante antiga do território do Luxemburgo habitado pelos celtas «trévires» antes da romanização que atingiu a região do baixo Reno e das invasões germânicas dos séculos III e IV.

Ocupado por finais do séc. V pelos francos «ocidentais», o território do Luxemburgo continuou a atrair nos séculos seguintes novos habitantes, fenómeno que ocorreu em simultâneo com a difusão do cristianismo e a construção de diversas «abadias» espalhadas pelo actual território. A mais importante de todas foi a abadia beneditina de Echternach (século VII), conhecida como um dos principais centros espirituais e artísticos da alta Idade Média

A fundação da «casa do Luxemburgo» pelo Conde de Ardenas, Sigefroid, remonta ao ano de 963, data em que este mandou edificar a sua residência fortificada sobre o promontório que se ergue sobre o vale do Alzette. Este castelo foi designado por *Lucilinburhuc* (pequeno burgo ou pequena fortaleza) e assinala não só a implantação do Condado junto da antiga estrada romana, entre Reims e Trêves, mas também o início da história já milenária desta nação e da própria cidade do Luxemburgo. Com efeito, a partir daquela data as referências a este território são cada vez mais significativas e confirmam a importância crescente e a evolução do Condado do Luxemburgo. Foi o que se verificou durante os séculos XI e XII, período que assinala a afirmação do sentimento expansionista expresso pelos seus condes titulares.

Mas, é sobretudo durante o século XIV que o novo «Ducado» do Luxemburgo aumenta significativamente os seus limites, chegando a atingir nessa época quatro vezes a sua extensão actual. E apesar das vicissitudes que este atravessou em resultado das diferentes dominações estrangeiras registadas nos séculos seguintes e dos momentos

díficeis que a população viveu durante esses períodos, o certo é que esta região continuou a registar um crescimento muito significativo que contribuiu para a sua afirmação. Contudo, ainda no termo da primeira metade do século XV a prosperidade do Grão-Ducado foi afectada pela dominação de um monarca estrangeiro – Filipe o Bom, Duque de Borgonha –, que conquistou, em 1443, a fortaleza edificada no sítio do Luxemburgo. Esta conquista foi a responsável não só pela perda de independência do Grão-Ducado mas também pela ocorrência de um conjunto de transformações sociais e políticas que se fizeram sentir, com particular incidência, no enfraquecimento da cultura germânica e no reforço da supremacia francesa no modelo da administração.

De facto a chamada «época burguinhã» (1443-1555) assinala não só o fim da independência feudal do Ducado do Luxemburgo (cf: Dessart; 1952; 4) mas, igualmente, o início de um período de dominação estrangeira que prosseguiu com a dominação espanhola (iniciada por Filipe II), entre 1555-1684 e 1697-1714 e austríaca (1714-1795) e por cedências sucessivas do território do Ducado a potências estrangeiras. A primeira perda ocorreu em 1659, quando da assinatura do *Tratado dos Pirinéus*, com a cedência à França dos territórios situados na sua parte meridional: Montmédy, Thionville, Marville e Ivoix-Carignan.

A submissão à coroa francesa foi mesmo pouco duradoura (de 1684 a 1697 e de 1795 a 1814). Contudo em 1697 o Ducado passou novamente para a dependência dos reis de Espanha tendo mais tarde, pelo *Tratado de Utrecht* (1713) perdido a sua independência, juntamente com os «países baixos espanhóis» a favor do Imperador Carlos VI de Habsburgo. Esta situação manteve-se até 1795, quando os exércitos franceses obrigaram a capitular os defensores da fortaleza existente na cidade do Luxemburgo, pondo assim termo à dominação austríaca registada anteriormente.

A integração do Luxemburgo na nação francesa, ao qual foi dado o nome de *Départements des Forêts* prolongou-se até 1814, data que marca o abandono definitivo deste país e da sua praça forte pelo exército francês. Como principal obreiro destas fortificações conta-se o marechal Vauban (1684-1688) que reforçou o lugar estratégico desta praça militar já edificada, durante a Idade Média, sobre o rio Alzette.

O ano seguinte, de 1815, com o Congresso de Viena, marca o nascimento do Grão-Ducado do Luxemburgo com o estatuto jurídico de «estado independente», tendo sido dado ao príncipe Guilherme I, príncipe de Orange-Nassau. Desta vez, porém, ficou amputado dos cantões situados a leste dos rios Mosela, Sûre e Our, incluindo as povoações de Bitburg e Saint Vith (o que perfazia à volta de 2 280 km² e 50 000 habitantes).

Restando-lhe então uma superfície de cerca de 7 112 km² e com uma população de cerca de 350 mil habitantes, o Luxemburgo prepara-se, a partir da revolução belga de 1830 para uma nova partilha do seu território: a parte valã (cerca de 4 320 km² e 160 000 habitantes) foi doado à Bélgica em 1839, tendo passado a designar-se por província do Luxemburgo.

De acordo com Paul Margue (1984), 1839 marca igualmente o fim de uma evolução, o da redução sucessiva do território luxemburguês e ao mesmo tempo a ponte de partida para uma nova etapa: o Grão-Ducado do Luxemburgo, nos seus limites actuais. Assinale-se no entanto que a independência deste país foi definitivamente alcançada em 1867 (com a saída da Confederação Germânica), durante o Congresso de Londres, no qual o Luxemburgo se tornou *um Estado independente, perpetuamente neutro e sob a alçada e a garantia colectiva das potências signatárias* (Gengler; 1987; 17).

Em simultâneo com este acto foi negociada a partida definitiva da guarnição militar prussiana e o desmantelamento de parte das fortificações da cidade, afirmando-se o novo Luxemburgo como um «estado independente». Tal, foi apenas contrariado pela ocupação

pontual dos alemães durante as duas guerras mundiais, em particular depois de 1940, ocupação esta que provocou mais de cinco mil mortos (representando 1,7 % dos habitantes) entre a população luxemburguesa.

Note-se que a história deste país é indissociável da evolução da sua capital, a qual desde o século IV – depois da construção de uma torre de vigia pelos romanos – passou a desempenhar um papel cada vez mais importante e que se acentuou com a construção de um castelo, pelo conde de Sigefroid no «rochedo de Bock», identificado como sendo o berço deste país. E as fortificações que se encontram sobranceiras ao Alzette, sob a parte alta da cidade, confirmam a importância deste *Gibraltar do Norte*, mesmo depois de se ter verificado a demolição de uma parte considerável da fortaleza existente e das suas instalações subterrâneas.

Note-se, que foi na base deste promontório que posteriormente se desenvolveu a cidade baixa e alguns dos seus bairros mais pitorescos tais como o Grund, Clausen e Pfaffenthal, localizados nas margens do rio Alzette e, na actualidade, escolhidos para residência de muitos emigrantes portugueses.

1.2 – Da independência a Estado europeu

Após a independência deste país iniciou-se um período marcado por enorme crescimento económico para o qual contribuiu a delimitação definitiva das fronteiras, em 1839 (Tratado de Londres). Com efeito, ao ser declarada a sua neutralidade e salvaguardando a garantia desse estatuto através do apoio das grandes potências – a França, a Alemanha e a Inglaterra – as autoridades de então tomaram consciência da localização estratégica e da necessidade de emancipação progressiva deste território face aos países vizinhos, França, Alemanha, Bélgica e mesmo dos Países-Baixos, apesar da união pessoal mantida com este país por intermédio do príncipe de Orange-Nassau a quem foi dado, pelo Congresso de Viena, o Grão-Ducado do Luxemburgo para lhe pertencer perpetuamente a título pessoal e dos seus legítimos sucessores.

De acordo com G. Trausch (1992), faltava no entanto ao Luxemburgo a abertura para o exterior em relação aos seus vizinhos mais próximos. E a sua entrada no Zollverein alemão em 1842, dá em seguida um segundo fôlego (passageiro) a uma economia tradicional em declínio. Foi na sequência deste acto que foram canalizados para este país, durante toda a segunda metade do século passado, grandes investimentos alemães na sequência da descoberta da localização de importantes jazidas de ferro e da melhoria das condições de fabrico do aço. Estes investimentos tiveram uma importância decisiva sobre a evolução futura do país uma vez que, como reconhece Gengler (1987; 21), o *Zollverein, demasiado proteccionista colocou o Luxemburgo ao abrigo da concorrência internacional, deixando-o no entanto aceder a um mercado de produção e de consumo muito mais vasto que o seu e assegurando-lhe as vantagens no domínio da circulação e das trocas de bens.*

Registam-se, a propósito, as primeiras medidas tomadas pelo rei «Grand-Duque» Guilherme I em benefício do desenvolvimento deste país. Entre estas conta-se a construção do canal Meuse-Sûre-Moselle e das estradas Marche-Arlon e Liège-Luxembourg, de diversos edifícios públicos, assim como da intensificação da exploração do sub-solo. Durante a permanência no trono deste rei o Grão-Ducado sofreu, antes de 1830, de uma «néerlandização» progressiva, fenómeno que decaiu com a revolução belga para experimentar, a partir de então, de uma «germanização» crescente. Foi então que se substituiu

o alemão pelo francês, que se tornou na 2.^a língua, facultativa, impedindo-se mesmo os estudantes de frequentarem universidades fora da *Confederação germânica*.

De acordo com as descrições da época o Luxemburgo era um país essencialmente rural que vivia da exploração da terra: agricultura e exploração florestal, da criação de animais e do comércio. A indústria do ferro era, no entanto, já conhecida em algumas regiões do centro e do sudoeste do território sendo desenvolvida a partir da exploração de aluviões. Quanto à energia, a principal fonte era a do carvão de madeira.

A história económica deste país começa a escrever-se, principalmente, sob o impulso do rei Guilherme II, rei dos Países-Baixos e do Grão-Ducado do Luxemburgo. Foi durante o seu reinado que este conheceu uma fase decisiva de autonomização política e de desenvolvimento social e económico, situação que se prolonga praticamente pelas últimas décadas do século XIX. Entre as medidas tomadas por este rei assinalam-se a publicação da Constituição Liberal, de 1848, a criação da administração pública, da organização comunal, dos correios, do ensino público, do ensino da língua francesa, etc.

No que concerne à industrialização, assinalamos a criação de unidades siderúrgicas em Eisch (1845), Colmar-Berg e Steinfort (1845 e 1846) e de uma fábrica de tabaco (1847). Estes esforços foram prosseguidos pelo rei Guilherme III que confiou a seu irmão, o príncipe Henrique dos Países Baixos (1849-1890) a governação do território, impulsionando este a construção dos caminhos de ferro (1857-1859) e de unidades fabris em Hollerich e Dommeldange (1858), Esch (1863 e 1870), Larochette (1874), Dudelange (1882), etc. Destas iniciativas realça-se a que permitiu vencer o isolamento geográfico a que o Luxemburgo estava votado, com a construção da linha férrea inicial entre a capital e a fronteira francesa.

O conjunto destas medidas marcam também o arranque siderúrgico do Luxemburgo que aproveitou as jazidas de ferro locais – cerca de 3 600 ha – existentes no cantão de Esch-sur-Alzette, integradas na grande bacia hulheira da Lorena. Por sua vez estas medidas foram acompanhadas da publicação de legislação específica, em 1870 e 1874, que incrementaram a exploração da *minette* e a expansão industrial.

Note-se ainda que o arranque da indústria luxemburguesa está intimamente associada ao aparecimento de outras indústrias – siderurgia, cerâmica, têxtil – e à criação de bancos e de outros organismos de crédito, entre os quais se destacam os «Banque International à Luxembourg» e o «Banque et Caisse d'Épargne de l'État», criados em 1856. Todas estas medidas prosseguiram no fim do século XIX com Guilherme IV, quando o Luxembourg era já conhecido como um importante polo industrial, não somente por via da laboração das suas fábricas, mas também devido à introdução de diversas inovações introduzidas no fabrico do aço através do processo de «desfosforação», divulgado em 1879.

Esta inovação veio a permitir não só o fabrico de aço de boa qualidade (a partir da *minette* luxemburguesa, muito rica em fósforo), mas também a libertação de escórias que passaram a ser utilizadas na agricultura e responsáveis pela produtividade alcançada neste sector. O reconhecimento das propriedades fertilizantes deste produto levou ao governo a estabelecer preços especiais das chamadas «escórias de Thomas», situação que se prolonga até ao ano de 1964.

Como notamos o Luxemburgo era, por finais do século passado, um país rural dotado de solos agrícolas pobres e com uma população activa rural considerável – mais de 60% da população trabalhava no campo. Por outro lado as condições de vida não eram as melhores, como se pode verificar pela importância da emigração registada desde o século XVII para o «Banat» húngaro e mais tarde para o Brasil, Guatemala e E.U.A., país que atraiu, entre 1841 e 1891, mais de 72 000 emigrantes. Tal significou, durante parte do século XIX, que um habitante em cada seis deixava o Luxemburgo em direcção ao novo continente. E de 1830 até ao fim do século os luxemburgueses vão preferencial-

mente para os E.U.A. fixando-se em: New York e Ohio, Chicago, Wisconsin, Mississippi, Iowa e Dakotas, partindo ainda, nos primeiros anos do nosso século, em direcção ao Canadá.

Estas condições modificaram-se radicalmente de tal forma que, no início do primeiro ciclo de industrialização, o Luxemburgo teve necessidade de recrutar trabalhadores não somente nos países vizinhos, sobretudo na Bélgica e na Alemanha, mas também em Itália. O recrutamento de mão de obra transalpina foi de tal modo importante que por volta de 1898, os *friulani* e os *piemontesi*, eram já em número superior aos trabalhadores de nacionalidade alemã que se haviam deslocado para este país no início da revolução industrial.

Depois de uma primeira vaga alemã a segunda vaga de italianos contribuiu, durante os anos seguintes e até à primeira guerra mundial, para o «milagre luxemburguês», resultante da industrialização e da expansão da indústria siderúrgica. Note-se que o recrutamento da mão-de-obra italiana seguiu um modelo próprio baseado numa grande «rotação» de mão-de-obra e em estadias de curta duração.

A evolução geral da economia luxemburguesa manteve-se no início do nosso século bastante favorável, devido ao crescimento do comércio e dos serviços, bem como à realização de novos investimentos alemães e luxemburgueses que vieram consolidar a implantação de novos sectores da actividade económica, repercutindo-se tal facto no recrutamento de mais trabalhadores estrangeiros (Quadro I). Estas iniciativas acabaram por reforçar a já incipiente «praça financeira» luxemburguesa que nas duas primeiras décadas do nosso século viu criadas três novas instituições bancárias.

QUADRO I - POPULAÇÃO POR NACIONALIDADE

POPULAÇÃO POR NACIONALIDADE	A N O S		
	1875	1890	1900
População total	205 158	211 088	235 954
População estrangeira	5 895	17 990	28 998
Itália	71	439	7 432
Alemanha	3497	12 296	14 931
França	853	1 425	1 895
Bélgica	1 353	3 234	3 877
Países-Baixos	42	50	106

Convirá realçar que a economia deste país foi fortemente atingida pelas duas guerras mundiais bem como pela depressão económica dos anos trinta. Tal facto deveu-se sobretudo à crise que afectou a indústria siderúrgica tida como um dos pilares de desenvolvimento do país. A este respeito importa realçar que só depois do segundo conflito armado a indústria luxemburguesa ganhou um novo impulso, devido à canalização de novos investimentos e à aplicação de uma política de diversificação e de descentralização industrial, que levou à implantação de novas indústrias fora da bacia mineira do sul ou mesmo dos arredores da capital.

O ano de 1950 marca o arranque desta política com a instalação das fábricas de indústria química da Goodyear, no centro do país, em Colmar-Berg. Em simultâneo desenvolveram-se esforços para modernizar e para aumentar as infra-estruturas económicas, então bastante deficitárias. Entre os grandes investimentos realizados nessa época destacam-se:

o alargamento do aeroporto de Findel (1954-55); a electrificação ferroviária (1956-58); a automatização da rede telefónica (1954-63) e a construção das barragens do Sûre, do Moselle e do Our (1957-63) e do porto fluvial sobre o Moselle (1964).

A construção destas infra-estruturas (antes da publicação da lei-quadro de 2 de Junho de 1962 que favoreceu a criação, a reconversão e a racionalização das empresas industriais, artesanais e comerciais), acabou por facilitar toda uma série de outros investimentos que foram realizados durante os anos sessenta e prolongaram-se pela década de setenta até ao início dos anos oitenta. No seu conjunto estes favoreceram a expansão económica do país, bem como a redução de parte das assimetrias de desenvolvimento que atingiam o território luxemburguês.

Estas iniciativas levadas a cabo menos de um século após a primeira vaga de industrialização, facilitaram não só a implantação de novas indústrias mas, sobretudo, a expansão do sector terciário. Na actualidade, este contribui com mais de 60 % na formação do PIB, cabendo pouco mais de 1/4 à indústria, o que realça a perda de influência do sector secundário e a terciarização crescente da sociedade luxemburguesa.

Note-se que a evolução favorável da economia do Grão-Ducado e o seu desempenho no conjunto dos países europeus garantiram a sua importância crescente nos domínios económico e político, abrindo-lhe novas perspectivas de cooperação internacional. Por esta razão e na sequência do que já havia sucedido anteriormente quando da integração no Zollverein alemão ou da associação aos países vizinhos, o Luxemburgo continuou a procurar a sua integração em espaços económicos mais vastos através da sua entrada nos organismos internacionais. Um momento decisivo desta afirmação surgiu, quando em 1952 a sua capital foi escolhida para sede provisória da «Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier» (CECA). Esta decisão foi fundamental para a consolidação de Luxembourg-Ville como uma das principais capitais europeias, processo que se reforçou mais tarde com a localização de novos serviços comunitários.

1.3 – Traços de natureza física

O Luxemburgo, o mais pequeno mas também o mais central dos estados membros da União Europeia – apenas 2586 km² – partilha a sua fronteira com a Alemanha, a leste (Lander de Rhénanie-Palatinat-Sarre), num total de 135 km de extensão e com a França, (Departamento de Meurthe-et-Moselle), a sul (73 km). A oeste, os 148 km de fronteira separam, desde 1839, as províncias belgas do Luxembourg e de Liège do território luxemburguês. Como já assinalámos a extensão actual deste país representa apenas 1/4 do território alargado, do século XIV, quando o imperador Carlos IV criou o Grão-Ducado do Luxemburgo.

Em resultado da sua situação geográfica – latitude entre os 49° 26' N e os 50° 10' N (longitude, entre os 5° 44' W e os 6° 31' W) – o Luxemburgo apresenta um clima «oceânico-temperado» muito variado. A temperatura média, entre 1951 e 1980, foi de 9°C, registando-se valores extremos no mês de Janeiro, de -0,7°C e em Julho, 17,3°C. Pelo contrário a pluviosidade registada no mesmo período nas quatro estações meteorológicas principais e nos seus 28 postos pluviométricos ultrapassou a média anual de 755 mm. Esta precipitação repartiu-se regularmente durante o ano com um máximo no mês de Agosto (75,8 mm) e Dezembro (74,1 mm) e um mínimo de 46,5 mm em Abril.

No que diz respeito à sua distribuição no território as Ardenas, a norte, com uma altitude média de 450 m e um relevo mais acidentado, acolhem as precipitações mais abundantes, em simultâneo como as temperaturas mais baixas. Pelo contrário o sul do país, o «Bon-Pays», com uma altitude média de 250 m, regista em ambos os casos valores inferiores. Como escreve Gengler (1987; 47), *é ao longo do Mosela luxemburguês que o clima é mais ameno, mais soalheiro e menos húmido do país, enquanto que a norte, o clima é mais frio, menos soalheiro e mais agreste (enevado, chuvoso e com mais neve)*

Estes traços climáticos reflectem a própria topografia do território dependente, por sua vez, da composição geológica, responsável pela evolução das formas do terreno e pela sua configuração actual. De assinalar, que quase um terço do território na sua parte setentrional, é o prolongamento das Ardenas sendo constituído por terrenos paleozóicos, sobretudo xistos, grés quartzosos e quartzites, datados do Devónico inferior. Como característica fundamental do modelado rochoso desta região, de estrutura hercínica – o «Oesling», como é conhecido – nota-se o encaixe dos vales e as vertentes escarpadas, os terraços fluviais e os meandros bem desenvolvidos, testemunhando a incisão destes cursos de água no antigo soco xistoso das Ardenas. Somente na «bacia de Wiltz» a erosão favoreceu o desenvolvimento de vales mais largos que contrastam com os vales anteriormente descritos existentes na região alta do «Oesling».

A extensão das formações mesozóicas (sedimentares), no centro e no sul do país, constituídas fundamentalmente por grés, margas e calcários triássicos e jurássicos, constituem uma das características do «Gutland», identificado por apresentar um relevo menos acidentado e uma altitude média inferior. Note-se que a transição entre estas duas regiões é marcada por uma depressão periférica que cobre as dobras dos depósitos devónicos recobertos, por sua vez, pelas formações mais brandas de idade pós-paleozóica. Nesta parte do território um dos traços dominantes da topografia e do relevo luxemburguês é a existência de «cuestas» bem talhadas, sobretudo no «grés do Luxemburgo» (formação geológica datada do Jurássico inferior) e nas formações do Dogger. Tal topografia testemunha a erosão diferencial que efectuou os terrenos arenosos e calcáreo-margosos que cobrem o *Bon-Pays*, onde se encontram vales mais profundos e escarpas de falha consideráveis que acompanham as várias depressões tectónicas existentes no território.

Estas características são um dos sinais reveladores da «juventude» da rede hidrográfica luxemburguesa que pertence, na sua grande parte, ao sistema fluvial do rio Reno.

1.4 – Características regionais

A divisão interna do país, levada a cabo em 1840, separou o Luxemburgo em três grandes distritos: Luxembourg, Diekirch e Grevenmacher e em doze cantões (por sua vez estes estão divididos em 118 comunas), que apresentam contornos diferenciados das regiões naturais (fig. 1). Com efeito, os contrastes físicos entre as duas grandes regiões são igualmente responsáveis pelas diferenças de ocupação humana e de exploração do solo, bem como pela diversificação das actividades económicas que cresceram no Luxemburgo.

No que concerne à ocupação humana, já nos referimos aos testemunhos das antigas civilizações pré-romanas – paleolíticas, mesolíticas e neolíticas – que confirmam uma ocupação diversificada em diversos locais do território, sobretudo nos terrenos constituídos pelo «grés do Luxemburgo». Como resultado da maior fertilidade desta área, a exploração dos recursos agrícolas favoreceu a fixação dos primeiros habitantes antes ainda da romanização a que foi sujeita esta região do médio Reno que tinha em *Augusta Treverorum*

(Trêves) um dos centros mais importantes. Em consequência desta ocupação a metade sul do país apresenta, desde então, uma forte ocupação humana, facto que foi reforçado pelo traçado das vias de circulação que atravessavam o país em direcção a Trêves, Metz, Arlon, ou mesmo para norte em direcção a Colónia.

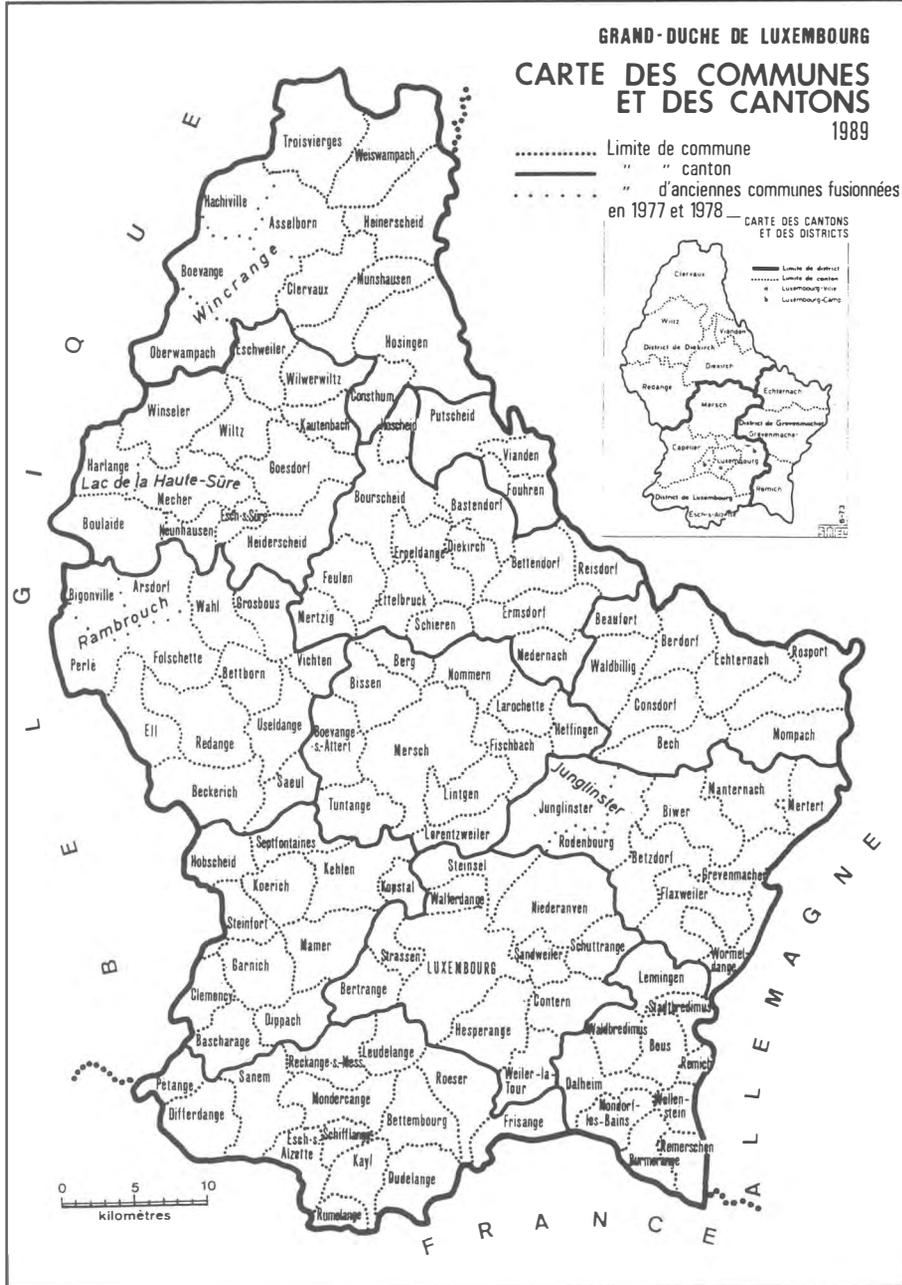


Fig. 1

Outros factores terão igualmente condicionado a ocupação humana desta parte do território, como seja o desenvolvimento do comércio nos locais dotados de melhores condições de circulação.

Estes aspectos atestam a importância das actividades agrícolas, que se desenvolveram desde a «pax romana», com a cultura da vinha e das árvores de fruto. Mais tarde surgiram novas actividades relacionadas com a cultura dos cereais, a criação de gado, a cultura da batata, a exploração florestal (ocupando uma área de 8 862 ha em 1993), que vieram ocupar as populações rurais da região meridional do território, em oposição à exploração florestal e à criação de gado, mais características da sua parte setentrional.

Convirá destacar a divulgação da cultura da vinha (ocupando uma área de 1 297 ha em 1995) nas áreas de maior amenidade climática, como o vale do Moselle (junto à fronteira com a Alemanha), instalando-se nas vertentes mais declivosas que cobrem esta zona. E embora a agricultura e a viticultura continuem a desempenhar um papel relevante na economia e bem estar da população luxemburguesa (Gengler; 1987; 145), esta situação tem-se modificado nos últimos anos devido quer à substituição das culturas tradicionais – cereais e batata – pelas pastagens e plantas forrageiras de milho e de colza, quer ainda pela reestruturação da estrutura fundiária do país que tem vindo a assistir a um aumento da dimensão das explorações. Note-se que em 1950 estavam recenseadas 13 578 explorações agrícolas (das quais 11 445 com mais de 2 ha) e apenas 3 180 em 1995 (das quais 2 732 com mais de ha), tendo-se registado um aumento da sua superfície: 12,1 ha em média na primeira data, contra 46,3 ha em 1995.

Por outro lado, a superfície das terras de cultivo (e principalmente as terras aráveis) têm sofrido desde os anos cinquenta (depois de um máximo de quase 162 000 ha em 1940), uma redução significativa: 126 865 ha em 1995, contra 144 053 ha em 1950, situação que foi acompanhada quer pela redução das superfícies cerealífera (28 774 ha em 1995) e da batata, quer pelo aumento das áreas de pastagens que hoje ocupam mais de 50 % das terras de cultivo (quase 70 000 ha).

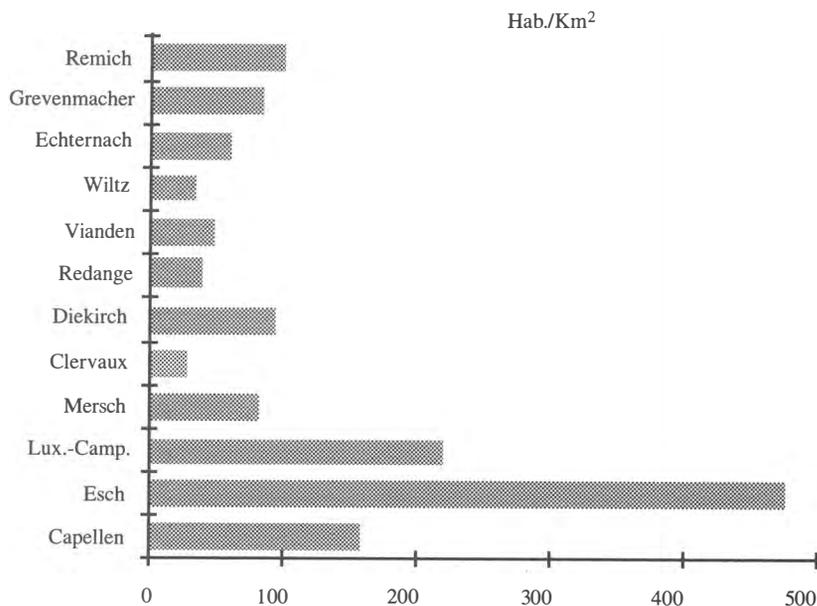
Das produções mais importantes referimos, em 1995, as seguintes:

Carne	24 526 toneladas
Leite	268 600 »
Vinho	149 654 hectólitros

Apesar deste valores o contributo da agricultura na formação do P.I.B. não ia além de 1%, no ano de 1995 (15,4 % na indústria, 64,0 % dos serviços) o que atesta a sua importância na vida económica deste país.

A este respeito interessa recordar que não são apenas as culturas ou os traços de natureza física, baseados na natureza e formas do relevo ou nas diferenças climáticas, que opõem o norte e o sul do território. Neste caso é a parte mais meridional do Luxemburgo que apresenta uma carga humana mais densa, facto que poderá ser comprovado pela distribuição da população: mais da metade dos habitantes no triângulo da capital e do sudoeste do país – onde se encontram as densidades mais elevadas, de 1 465 hab./km², em Luxembourg-Ville e 479 hab./km² em Esch – contra menos de 10 % dos habitantes num território que ocupa 1/3 do país, ou seja, a sua parte setentrional (Gráfico 1). As outras regiões de maior concentração humana situam-se no Mozelle e na zona de Bissen, Colmar-Berg e Diekirch (B.C.E.D.), cerca de 10 % dos habitantes.

GRÁFICO 1 - DENSIDADE POPULACIONAL - 1991



Convirá sublinhar que este panorama tem vindo a modificar-se bastante no decurso dos últimos anos: durante a primeira e a segunda revolução industrial a população deslocou-se em direcção ao sudoeste do país, ao vale do Alzette e da capital. Por esta razão as comunas do norte e do leste do país perderam parte da sua população, ao mesmo tempo que se verificou uma nova redistribuição dos habitantes nos doze cantões do Luxemburgo (Quadro II).

QUADRO II - CONTRIBUTO DOS CANTÕES NA POPULAÇÃO DO PAÍS: 1839 E 1991 (%)

CANTÃO	ANOS	
	1839	1991
Capellen	8,0	8,3
Esch	9,0	30,3
Luxembourg	17,3	-
Luxembourg-Ville	-	19,6
Luxembourg-Campagne	-	10,8
Mersch	8,0	5,0
Clervaux	6,9	2,7
Diekirch	9,1	6,0
Redange	8,1	2,9
Vianden	1,8	0,7
Wiltz	7,6	2,5
Echternach	7,8	3,1
Grevenmacher	8,6	4,7
Remich	8,2	3,4

Este facto demonstra os contrastes entre as diferentes regiões causados pela distribuição assimétrica da população e das suas actividades económicas. Daí que, desde 1970, com a crise siderúrgica e a afirmação da cidade do Luxemburgo como centro financeiro e europeu, a população tenha sido atraída para as comunas urbanas mais próximas da capital, ao mesmo tempo que se intensificou o êxodo rural em direcção aos principais centros urbanos, não só nas regiões norte e leste, mas também das comunas da bacia mineira.

Estes movimentos podem comprovar-se através da análise dos resultados do último recenseamento da população (1991) que confirma serem, essencialmente, as comunas que se localizam a noroeste e a nordeste de Luxembourg-Ville, as que conheceram uma expansão mais acentuada. Em simultâneo este cantão registou, entre 1981 e 1991, uma perda de mais de 3,5 milhares de habitantes. Assim, entre as unidades administrativas que registaram maior crescimento assinalamos: Kehlen (+ 61,3 %), Niederanven (+ 48,9 %), Steinsel (+ 45,4 %), Schuttrange (+ 44,1 %) e Junglinster (+ 30,6 %), em oposição a Strassen, Bertrange, Mamer e Hesperange, que haviam acusado maior crescimento durante os anos setenta.

Como nota um documento do STATEC (1991; 3), *a população das grandes cidades da bacia mineira diminuiu ou cresceu de forma muito ligeira*. Foi o que se verificou no cantão de Esch, que viu a sua população aumentar menos de dois milhares de indivíduos no decurso dos dois últimos recenseamentos. Esta situação tornou-se igualmente evidente na região do «Oesling» e no vale do Moselle, onde se situam a maior parte das comunas agrícolas. Aqui, como nas outras regiões agrícolas da Europa, o panorama demográfico é bastante desfavorável uma vez que estes espaços rurais sofreram numerosos problemas, que Gengler (1987; 66) identificou do seguinte modo: *despovoamento quase secular; envelhecimento demográfico acelerado; diminuição progressiva do n.º de empresas e do n.º de activos agrícolas, idade média dos chefes das explorações agrícolas elevado...; sub-industrialização e sub-terciarização quase «crónicas»; déficit de empregos de substituição das actividades agrícolas, em resultado da situação descrita anteriormente...*

Se atendermos à variação da população entre os dois últimos recenseamentos (Quadro III), verifica-se o seu aumento global:

QUADRO III – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE: 1981-1991

P A Í S	POPULAÇÃO RESIDENTE (1991)	VARIAÇÃO (81/91)
LUXEMBURGO	384,062	+ 5,3 %
– Região Centro	172,246	+ 7,0 %
– Região Sul	116,072	+ 1,4 %
– Região Este	38,076	+ 8,2 %
– Região Norte	57,668	+ 7,0 %

Mas não são apenas as regiões rurais que têm sido afectadas por estes movimentos da população. Devido à criação de novas oportunidades de trabalho nos centros urbanos e de serviços em alguns pontos do território, têm-se vindo a desencadear, nas últimas décadas, novos movimentos da população, que não só as migrações internas de carácter definitivo, como já as migrações diárias e pendulares (de «navetteurs»), dentro do Luxemburgo. Eventualmente estas podem ocorrer entre este país e os seus vizinhos,

como é o caso da mão de obra fronteiriça («frontaliers»), movimento que parece atrair, cada vez mais, um maior número de assalariados.

No primeiro caso os principais polos de atracção continuam a ser, na região do sudoeste, as comunas de Esch-sur-Alzette e Schifflange e na região da capital, Contern. O mesmo se verifica no centro e norte com Colmar-Berg e Wiltz, devido à forte concentração industrial ou ainda em Ettelbruck, Diekirch e Clervaux, em resultado da importância dos serviços. Este panorama acaba por agravar a situação das comunas dormitórios dominantes na periferia dos grandes centros, sobretudo de Luxembourg-Ville habitadas, essencialmente, pelos trabalhadores pendulares («navetteurs»), facto que sugere uma melhor repartição dos empregos em todo o território.

Quanto à população estrangeira residente nos países vizinhos mas trabalhando no Luxemburgo («frontaliers»), trata-se de uma mão-de-obra em regra bastante especializada que para qui ocorre em resultado das lacunas de efectivos da população residente e da persistência de condições de trabalho menos favoráveis, em especial nas áreas transfronteiriças da Bélgica e de França.

2 – A POPULAÇÃO DO PAÍS

Sociedade tradicional ainda no século XIX com elevadas taxas de natalidade e de mortalidade, o Luxemburgo registou as diversas etapas da transição demográfica e apresenta nos dias de hoje aquelas taxas bastante reduzidas...

Mas a substituição das gerações já não consegue ser assegurada devido à queda excessiva da fecundidade o que constitui uma ameaça para o país

G. Als; 1991

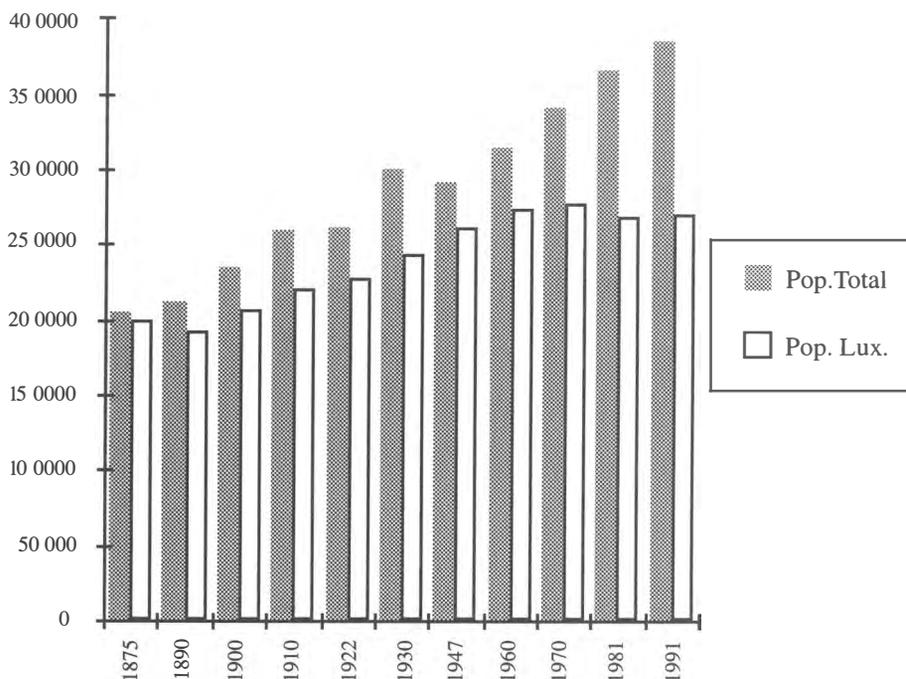
2.1 – A população luxemburguesa: evolução e estrutura

A evolução da população no G.D. do Luxemburgo acompanha as fases de expansão económica, de desenvolvimento social e as perturbações causadas pelos dois conflitos armados que no nosso século afectaram profundamente a sociedade luxemburguesa. É o que se pode observar através da respectiva curva demográfica que indica para o início do século XIX, em 1821, uma população de 134 082 habitantes, montante que aumentou cerca de 45 % até 1851 – 194 719 habitantes – ultrapassando no final do século, em 1895, os 217 710 habitantes (Gráfico 2). Até ao início da primeira grande guerra mundial a população residente aumentou consideravelmente: quase 260 000 habitantes, em 1910, entre luxemburgueses e habitantes de outras nacionalidades que no decurso das últimas décadas do século passado para aqui emigraram atraídos pelo desenvolvimento das suas indústrias.

Como já assinalámos durante a segunda metade do século passado muitos emigrantes luxemburgueses, cerca de 17 000, a maior parte dos quais originários dos distritos de Luxembourg (7 060 emigrantes) e de Diekirch (5 650 emigrantes) (Quadro IV), partiram com destino ao continente americano devido à fome e ao desemprego que assolava o país. Tal facto, condicionou a evolução demográfica local de tal modo que, entre 1851 e 1890, o aumento populacional registado foi de apenas 16 762 habitantes. Se atendermos por outro lado aos saldos migratórios verifica-se um saldo migratório fortemente negativo, da ordem dos setenta mil indivíduos, desde 1840 até ao fim do século XIX.

Depois do primeiro conflito armado, durante o qual a população terá aumentado 2 616 habitantes entre 1910 e 1922 (apesar das perdas causadas pela guerra de cerca de 5 260 indivíduos), a população registou um aumento contínuo: +14,6 % entre 1922 e 1930, +16,8 % entre 1947 e 1970 e +132 % entre o início dos anos setenta e 1991. No início de 1996 o total de habitantes do país era de 412 800 (acréscimo de mais de 28 000 indivíduos em relação a 1991) dos quais 33,4% de origem estrangeira.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO



Se compararmos este valor com dados anteriores verificamos que a percentagem de estrangeiros na população global duplicou entre 1966 e esta data, passando de menos de 60 000 indivíduos no final dos anos sessenta para os valores actuais.

QUADRO IV – EMIGRAÇÃO TRANSOCEÂNICA (1865-93)

A N O S	D I S T R I C T			TOTAL GERAL
	LUXEMBOURG	DIEKIRCH	GREVENM.	
1865-69	1 031	1 111	940	3 082
1870-74	911	800	888	2 599
1875-79	466	385	232	1 083
1880-84	1 349	839	1 008	3 196
1885-89	1 992	1 278	908	4 178
1890-93	1 311	1 237	383	2 931
Contribuição %	41,4	33,1	25,5	100 %

A evolução da população em geral confirma, igualmente, a existência de diversas perturbações demográficas originadas quer pelas guerras quer pela quebra da natalidade e pelos movimentos migratórios registados não só durante a crise dos anos trinta mas já em época posterior, acompanhando o processo de industrialização. É o que podemos observar se tivermos em conta a evolução dos movimentos, natural e migratório, registados desde o século passado (Quadro V).

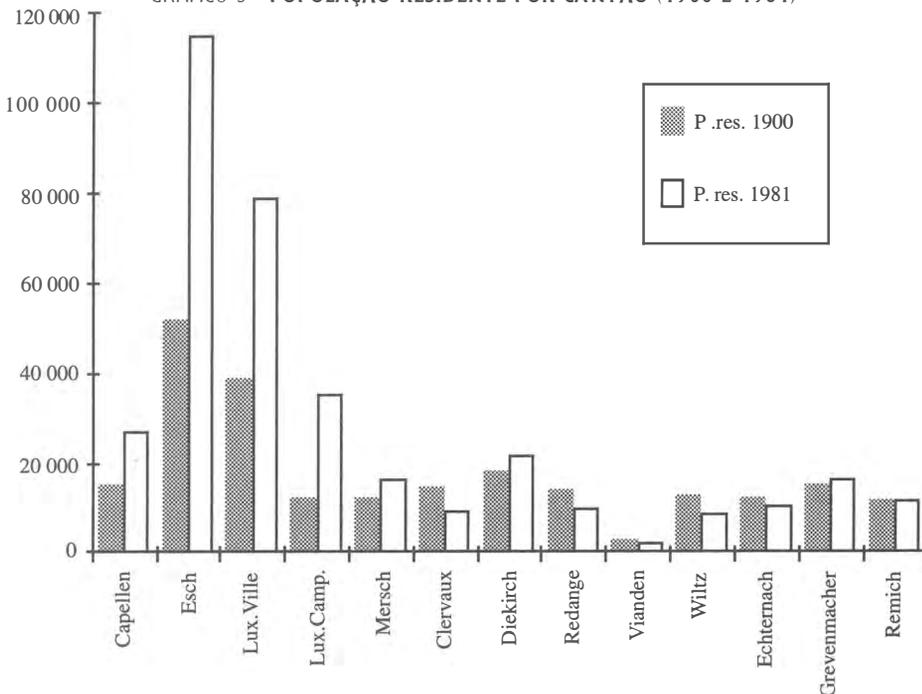
QUADRO V - MOVIMENTO NATURAL E MOVIMENTO MIGRATÓRIO (1841-1989)

PERÍODOS	VARIACÃO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO	
		NATURAL	MIGRATÓRIO
1841-1891	40 800	113 000	- 72 200
1892-1905	33 600	31 000	+ 2 600
1906-1922	15 600	30 500	- 14 900
1923-1830	37 800	15 500	+ 22 300
1931-1944	- 16 800	9 000	- 25 800
1945-1974	74 400	22 500	51 900
1975-1989	21 077	762	19 315
1841-1989	206 477	223 262	- 16 785

In: Als, 1991.

Ao mesmo tempo que ocorreram estas variações da população residente verificou-se o regresso de muitos emigrantes aos seus países de origem devido ao desemprego que em datas distintas afectou o Luxemburgo. Note-se que esta evolução foi menos sentida nos cantões do sul e do sudoeste os quais, por via da criação de novos empregos que continuaram a atrair os habitantes residentes noutras áreas do território (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR CANTÃO (1900 E 1981)



De acordo com o STATEC (1991): entre os recenseamentos de 31 Março de 1981 e de 1 Março 1991, a população residente aumentou de 19 460 indivíduos (+ 5,3 %) passando de 364 602 à 384 062 habitantes. Este aumento resultou, fundamentalmente da imigração líquida (+ 15 372, indivíduos ou seja quase 80% do total); o excedente de nascimentos sobre os óbitos não ultrapassou os 4 088.

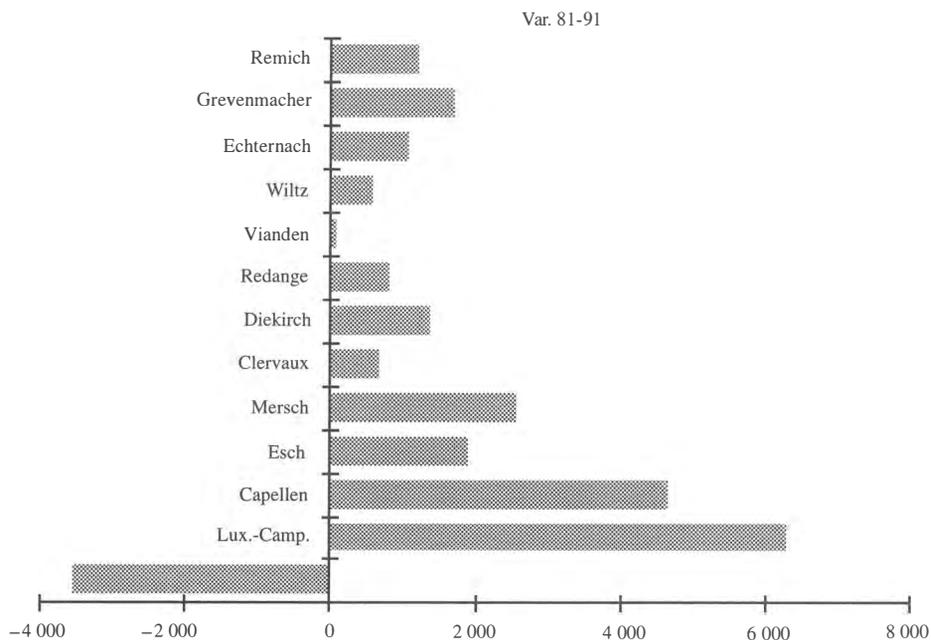
Quanto à evolução recente desta população verifica-se que ela foi sentida um pouco por todo o lado, mas principalmente nas regiões do centro, do norte e do leste do território. Pelo contrário as regiões do sul e da capital verificaram um decréscimo recente do total de habitantes (Quadro VI).

QUADRO VI – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO: 1981-1991

REGIÃO DE PLANEAMENTO	POPULAÇÃO RESIDENTE		VARIACÃO DE VALORES ABSOLUTOS	%
	31-3-1981	1-3-1991		
LUXEMBURGO	364 602	384 062	19 460	+ 5,3
– Centro	161 019	172 246	11 227	+ 7,0
– Sodoeste	114 489	116 072	1 583	+ 1,4
– Este	35 189	38 076	2 887	+ 8,2
– Nordeste	53 905	57 668	3 763	+ 7,0

Vejamos a distribuição destes habitantes por cantões de residência (Gráfico 4).

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 1981 E 1991



A figura anterior mostra-nos um decréscimo acentuado de moradores em Luxembourg-Ville (- 3 535 habitantes ou seja uma perda de 4,5 % em relação a 1981); um acréscimo moderado em Esch (+ 1,7 %); um desenvolvimento considerável em Luxembourg-Campagne, Cappellen e Mersch (+ 17%); um aumento igualmente considerável na parte leste do território (Echternach, Grevenmacher e Remich), mais de 10 %, e um acréscimo mais moderado, entre 3 % e 8 %, no norte e no noroeste do país (Wiltz, Diekirch, Vianden e Rêdange).

No que concerne à composição dos habitantes verifica-se que um dos aspectos mais significativos da população diz respeito ao maior equilíbrio entre os sexos, que se tem vindo a acentuar desde os anos sessenta, acompanhando assim a diversificação dos fluxos de trabalhadores imigrantes dada a maior participação feminina e a emigração familiar. Com efeito até essa data um dos aspectos mais característicos era a «masculinização» da população devido à forte imigração masculina, facto que se pode verificar através da análise do *sex-ratio* da população estrangeira que até 1980 regista uma taxa de masculinidade sempre elevada. Já o equilíbrio de sexos registado na população luxemburguesa confirma a sua estabilidade, apesar dos anos de crise - de 1922 a 1930 - período em que a sobremortalidade masculina, devido à guerra, justifica os desequilíbrios registados nas respectivas taxas de masculinidade (Quadro VII).

QUADRO VII - TAXAS DE MASCULINIDADE: 1871-1989

D A T A S	TAXA DE MASCULINIDADE (POPULAÇÃO)		
	LUXEMBURGUESA	ESTRANGEIRA	TOTAL
1871	97,5	159,9	98,9
1880	99,0	129,3	100,6
1890	98,0	115,5	99,8
1900	99,4	173,7	106,3
1910	99,8	154,8	106,6
1922	100,4	118,7	102,5
1930	101,6	128,4	106,1
1947	98,1	112,2	99,5
1960	96,5	104,5	97,5
1970	94,9	101,6	96,1
1989	94,3	97,0	95,0

Se atendermos à população activa interessa sublinhar o seu crescimento moderado desde o início do século até aos nossos dias:

1907	102 138 activos
1947	118 953 »
1970	129 255 »
1981	150 720 »
1991	163 928 »

Esta evolução foi acompanhada de uma ligeira redução das taxas de actividade, cerca de 40 % no início do século e cerca de 35 % na actualidade, fenómeno que se pode descrever como resultado quer do envelhecimento progressivo dos habitantes, quer mesmo pela alteração significativa da estrutura, por actividades, da população residente. Assim, se atendermos à sua distribuição por sectores de actividade, interessa sublinhar a grande redução dos activos na agricultura e actividades do sector primário e mesmo na indústria, contra um aumento muito notável no sector dos serviços. A título de exemplo refira-se que no início do século, em 1907, esta repartição da população activa era a seguinte: 43,2 % na agricultura, 38,4 % na indústria e 18,4 % nos serviços.

Nas últimas décadas a evolução foi a seguinte (Quadro VIII):

QUADRO VIII – POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE

ACTIVIDADES	ANOS			
	1960	1970	1981	1991
Agricultura / Silvicultura	19 641	9 641	7 487	5 461
Indústrias	56 646	56 266	50 157	40 429
Companhia de Transportes	24 304	31 304	40 339	40 117
Serviços	28 200	31 024	51 007	67 759

Relativamente ao ano de 1995 verificou-se um aumento global da população com actividade: cerca de 213,5 milhares de indivíduos dos quais mais de 70 % estavam ocupados em actividades do sector terciário, contra 27,2 % no sector secundário e apenas 2,7 % no sector primário.

2.2 – A «transição demográfica»

Já assinalámos a importância da população estrangeira na população total do país, contributo que se pode apreciar através da sua participação no mercado de trabalho e na evolução global dos habitantes. E para se compreender melhor esta relação é necessário observar com algum cuidado o movimento natural (nascimentos e óbitos) antes de se estudar o movimento migratório (emigração e, sobretudo, a imigração). Deste modo a análise da evolução das taxas de natalidade no Luxemburgo confirma o seu declínio gradual, desde o século XIX, antes do qual as taxas registadas estavam de acordo com a sua situação de país agrícola, apresentando um regime demográfico do tipo primitivo ou «natural». Tal significa que para além das taxas de natalidade elevadas, também as taxas de mortalidade eram consideráveis, situação que se pode estudar com algum detalhe através do recurso aos números publicados nas estatísticas oficiais depois de 1841.

De qualquer modo interessa sublinhar que as taxas de mortalidade, em 1841, eram mesmo assim já reduzidas – cerca de 21 ‰ – o que representava uma quebra para metade dos valores representados nos países menos desenvolvidos onde atingiam frequentemente os 35 ‰ ou 40 ‰. Tal facto vem demonstrar que o elemento motor da evolução demográfica foi o abaixamento da mortalidade (cf: Chesnais; 1991; 5), reduzindo-se esta a cerca de metade desde o início do século XIX.

Lembremos também que durante toda a segunda metade do século passado as taxas de natalidade foram em regra elevadas, mas tal como se verificou com as taxas de mortalidade sofreram variações significativas e embora não ultrapassando, em regra, os valores médios de 30‰ permitiram uma taxa de crescimento natural bastante positivo (Quadro IX).

QUADRO IX – MOVIMENTO NATURAL E FECUNDIDADE

A N O S	T A X A			
	DE NATALIDADE *	DE MORTALIDADE NATURAL *	DE CRESCIMENTO *	DE FECUNDIDADE GERAL *
1871	31,9	29,7	2,2	131,8
1880	31,7	20,2	11,5	135,1
1890	28,3	22,1	6,2	120,6
1900	30,0	21,7	8,3	126,1
1910	27,3	16,7	10,6	116,8
1922	19,4	13,5	5,9	74,5
1930	21,3	12,9	8,4	81,2
1947	14,4	12,2	2,2	53,3
1960	16,0	11,8	4,2	66,4
1970	13,0	12,2	0,8	54,5
1981	12,1	11,2	0,9	48,0
1988	12,2	10,2	2,0	48,2
1991	12,9	9,2	+	58,1
1995	13,2	9,3	3,9	60,1

Estes dados lembram-nos, sucintamente, os princípios defendidos pelos demógrafos americanos: Warren Thompson e Frank Notestein, relativos à «Teoria da Transição Demográfica». A partir deste enunciado podemos caracterizar o Luxemburgo, antes do início do nosso século, na sua fase de regime demográfico primitivo, com valores elevados de natalidade e de mortalidade. Neste contexto o aumento da população, embora significativo, não atingia os valores próprios da fase seguinte ou seja da fase de maturidade, identificada por uma redução das taxas de mortalidade e por uma natalidade ainda elevada. É o que se pode verificar pela consulta dos dados estatísticos relativos à demografia luxemburguesa dos finais do século XIX, em que se constata a existência de uma fecundidade elevada e de um decréscimo da mortalidade geral, o que conduziu a um aumento rápido da população residente. Pelo que podemos observar esta fase ocorreu ainda antes do início do nosso século.

A partir deste momento a mortalidade continuou a reduzir-se lentamente, assim como a natalidade, mas a grande queda da mortalidade ocorreu durante a primeira década do século XX, até aos começos da primeira grande guerra mundial. Este comportamento demográfico confirma a extensão da segunda fase da referida «transição demográfica», que se traduziu numa «maturidade» demográfica e numa evolução controlada da população residente. Neste caso a natalidade e a mortalidade atingem valores muito próximos e o crescimento demográfico torna-se quase insignificante.

Neste contexto a fecundidade é considerada como uma variável dinâmica, ajustando-se a variações pontuais. A população permanece estacionária ou pode eventualmente decrescer, confirmando a existência de uma terceira fase, que prolongando a anterior, é já característica de um processo maduro de desenvolvimento.

No que respeita a demografia luxemburguesa poderíamos situar toda a fase de «pré-transição» como tendo ocorrido antes do fenómeno de industrialização (até ao início da segunda metade do século XIX), a «fase de transição» coincidente com a industrialização do país (durante a segunda fase do século passado, até ao início do primeiro conflito armado) e a fase de «pós-transição» desenvolvendo-se a partir do início do nosso século.

Repare-se que o saldo natural desta população, sempre positivo, à excepção apenas dos anos coincidentes com as duas guerras mundiais, agravou-se nas últimas décadas. Este comportamento, é sobretudo evidente entre a população luxemburguesa que apresenta um saldo natural bastante desfavorável. Pelo contrário, o excedente natural da população estrangeira é ainda positivo, facto que contribui para o acréscimo geral da população do país (Quadro X).

QUADRO X – EVOLUÇÃO NATURAL DA POPULAÇÃO

ANOS	EXCEDENTES NATURAIS		
	LUXEMBURGO	ESTRANGEIROS	TOTAL
1968	- 275	881	606
1969	- 546	856	310
1970	- 632	889	257
1975	- 1 633	1 245	- 388
1980	- 1 138	1 194	56
1981	- 978	1 287	309
1982	- 1 079	1 246	167
1983	- 1 104	1 160	56
1984	- 940	1 060	120
1985	- 990	1 067	77
1986	- 700	1 039	339
1987	- 646	872	226
1988	- 249	1 012	763
1989	- 412	1 093	681
1990	+	+	1 163
1991	+	+	1 242

2.3 – Tendências recentes

A evolução da população total do Luxemburgo deve-se fundamentalmente ao contributo da população estrangeira que ao longo dos anos não tem cessado de aumentar. Como assinalou Chesnais (1991; 1), *outrora pobre, exportando a sua população, ei-lo que se tornou banqueiro. Agora rico atrai para o seu serviço trabalhadores de países menos desenvolvidos e encarrega-os de assegurarem a produção económica e a reprodução humana.*

Na verdade e como já assinalámos, a participação desta mão-de-obra foi fundamental no desenvolvimento industrial que aqui se registou desde o século passado. Por esta razão a presença de estrangeiros tem vindo a tornar-se cada vez mais significativa a partir de 1875, data em que o total de habitantes naquelas condições orçava os 5 895 indivíduos, representando apenas 2,9 % da população residente. Nesta época a indústria, financiada sobretudo por capitais alemães, recrutava os principais quadros técnicos na Alemanha ao mesmo tempo que fazia chegar a mão-de-obra não especializada da Itália do norte (Piemonte, Lombardia e Veneto) e do centro (Umbria, Marche e Abruzzi).

Este movimento tornou-se gradualmente mais numeroso (cerca de 29 000 emigrantes) representando já no início do século, em 1903, os 12,3 %. Com algumas variações sobretudo nos períodos de crise ou já depois da primeira e da segunda guerra mundiais, um dos aspectos mais significativos desta presença foi a sua evolução contínua até 1930 – 55 830 estrangeiros o que representava 18,5 % da população total. A importância deste mecanismo de compensação migratório aumentou bastante depois de 1960, acompanhando o crescimento económico do país (Quadro XI).

QUADRO XI – POPULAÇÃO POR NACIONALIDADE

POPULAÇÃO TOTAL	A N O S			
	1910	1960	1981	1991
População total	259 891	314 889	364 602	384 634
População estrangeira	39 723	41 516	95 789	115 365
Europa	39 608	37 671	92 400	99 768
Itália	10 138	15 708	22 257	19 077
Allemanha	21 762	7 941	8 851	8 874
França	2 103	5 003	11 940	13 203
Bélgica	3 964	5 232	7 854	10 255
Países-Baixos	141	1 763	2 941	3 361
Portugal	–	–	29 309	39 303
Reino-Unido	–	115	2 027	3 190
Espanha	–	–	2 073	2 505
Yugoslávia	–	185	1 501	–

Como assinalámos, com o desenvolvimento da segunda revolução industrial acelerou-se a contratação de mão-de-obra estrangeira, fenómeno que desde então é considerado um *fenómeno estrutural, mais do que conjuntural...* e um *factor primordial da sobrevivência económica do país* (Gengler; 1987; 99). Esta razão conduziu ao aumento dos efectivos da população estrangeira, que em 1981 representava já 26,3 % da população total (num montante global de 95 789 estrangeiros) e, em 1991, mais de cento e dez mil indivíduos repartidos por diferentes nacionalidades.

De acordo com o mesmo autor (Gengler; 1987; 99), a presença no Luxemburgo, de *numerosos trabalhadores estrangeiros tornou-se num fenómeno estrutural mais do que conjuntural. De qualquer forma constitui um factor primordial para a sobrevivência económica deste pequeno país.*

Para além desta questão relativa à presença de uma população estrangeira numerosa, a demografia luxemburguesa apresenta ainda outros problemas que não

podemos menosprezar. São sobretudo os problemas decorrentes de um crescimento natural fortemente negativo feito sentir desde o início dos anos setenta e uma estrutura demográfica fortemente envelhecida.

As referências anteriores não excluem uma apreciação mais detalhada sobre a evolução natural desta população. Assim, no que respeita à natalidade, verifica-se que o seu declínio durante o século XIX foi justificado como devido ao fenómeno da industrialização e à introdução das práticas anti-conceptivas, à alteração dos costumes tradicionais (decorrentes igualmente das transformações sociais) que justificam as taxas ainda elevadas – da ordem dos 30 ‰ até 1908 –, valor que durante a primeira guerra mundial cai para cerca de 20 ‰.

Depois de algumas flutuações depois da guerra e mesmo durante a crise dos anos trinta, a natalidade sobe ligeiramente estabilizando por volta dos anos trinta nos 15 ‰. Note-se que as variações seguintes acusam alguma estabilidade em torno dos 12,5 ‰ depois de 1986: 11,7 ‰ em 1986 e 13,2 ‰ em 1995 no conjunto da população.

Em relação a este problema temos igualmente a questão da fecundidade, problema comum a muitos outros países europeus. Contudo a situação no Luxemburgo agravou-se nos últimos anos dada a redução, quer da taxa de fecundidade geral (n.º de nascimentos/população feminina dos 15-49 anos) – (cf. Quadro IX), quer do n.º de nascimentos por mulher: cerca de 1,9 em 1970; 1,5 em 1980. Tal significa que caindo este valor abaixo dos 2,1, levanta-se agora o problema da substituição das gerações.

Em simultâneo a fecundidade ilegítima aumentou consideravelmente: em 1876-79 a percentagem de nados-vivos fora dos casamentos era de 1,9; entre 1901-05, de 4,1; entre 1971-75, de 4,2; entre 1981-85, de 7,6 e entre 1986-88, de 11,1 %. Em 1991 a percentagem dos nascimentos nestas condições subiu para 12,2 %.

O problema da redução da natalidade registada no Luxemburgo tem vindo gradualmente a afectar a população imigrante a qual, desde 1986, que apresenta igualmente valores cada vez mais próximos dos da população autóctone. Esta situação contrasta com o que se verificava nas décadas anteriores quando o comportamento demográfico destes habitantes, sobretudo dos originários de países mediterrânicos (com uma tradição natalista mais acentuada), asseguravam um relativo equilíbrio da população global. Em 1967 as taxas de natalidade registadas na população estrangeira eram de 22,9 ‰ (nos luxemburgueses de 14,8 ‰) e em 1986, de 14,3 ‰ na população estrangeira e de 10,7 ‰ nos luxemburgueses. Contudo, no período alargado, de 1986-1995, a participação da população imigrante têm-se situado em torno dos 15 ‰ tendo atingido, em 1994 e 1995, os 16,8 ‰.

No que diz respeito à mortalidade já notamos as taxas médias registadas durante o século XIX, da ordem dos 20 ‰. No entanto desde o início do nosso século que estas taxas têm vindo a decair gradualmente à excepção, apenas, dos anos de guerra – 21,4 ‰ em 1918 – situando-se a partir de 1913 nos 13 ‰. Nos últimos anos a mortalidade tem-se mantido reduzida, cerca de 11 ‰ ou já menos durante a década de oitenta e 9,7 ‰ no início da década actual. Neste caso a mortalidade da população autóctone é de cerca de 10 ‰ e na população estrangeira, devido à sua estrutura fortemente jovem, não chega a atingir os 4 ‰.

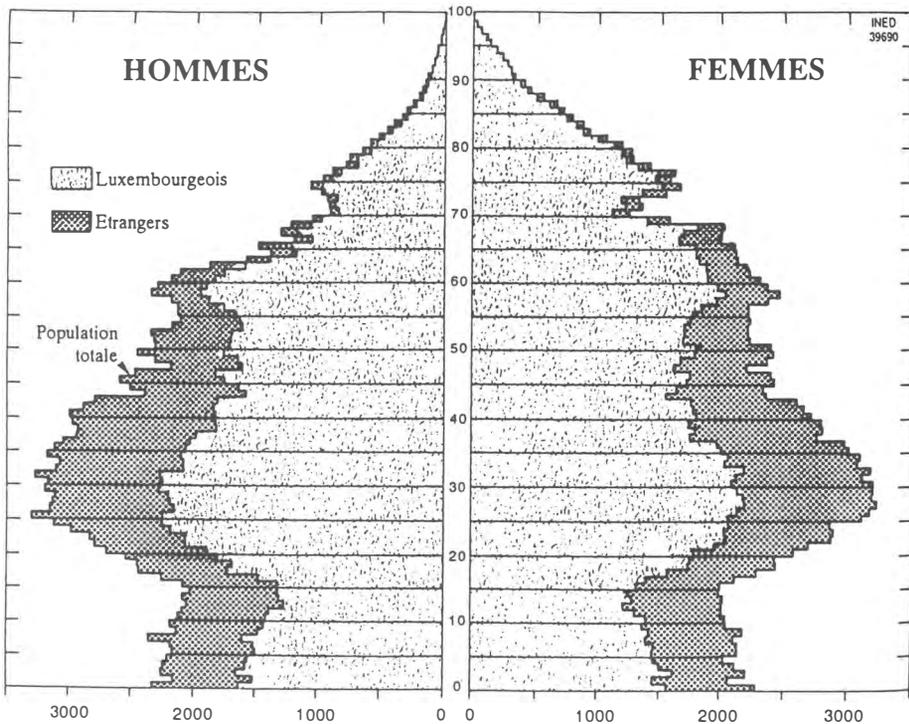
Uma outra questão da demografia luxemburguesa resulta da configuração da sua estrutura, por idades, e do seu envelhecimento progressivo. Alguns valores comprovam esta situação bastante desfavorável:

- em 1910, a percentagem de jovens (0-19 anos) representava 41,6 % da população total e os idosos (60 ou mais anos) 9,2 % dos habitantes;

- em 1947, a percentagem destes grupos etários era de 28 % e 14,1 % respectivamente; em 1981, os jovens representavam apenas 26,2 %, os adultos, 56 % e os mais idosos, 17,8 %;
- no início da década actual, em 1993, a percentagem dos jovens de menos de 20 anos era apenas de 23,3 % e a percentagem dos habitantes com mais de sessenta anos ultrapassava os 19 %.

Por consequência o cálculo do «índice de dependência» (calculado pela relação, indivíduos de 20-59 /60 + anos) mostra que para cada pessoa na idade de reforma, existem três a trabalhar. Por esta razão a chegada dos jovens e adultos oriundos da imigração permitiu estabilizar esta relação no decurso dos últimos anos.

Se atendermos à estrutura por grupos de idade da população residente (população luxemburguesa e estrangeira) (Fig. 2) reconhece-se o traçado de uma pirâmide etária em «urna», realçando assim o envelhecimento progressivo quer na base, por via da redução do número de nascimentos registada desde o início do nosso século, quer no topo, por via do acréscimo do total de idosos. Tal significa que a população luxemburguesa, no seu conjunto, tem vindo a registar um menor número nascimentos, mas também mais pessoas idosas. Esta situação é sobretudo visível entre a população autóctone de há muito afectada por um crescimento natural negativo, da ordem das - 280 pessoas entre 1986 e 1995, aspecto que tem sido compensado pelo comportamento da população imigrante que registou, durante o mesmo período, de um crescimento natural favorável - média de + 1310 indivíduos/ano - o que, no conjunto do país, garante um acréscimo da população residente.



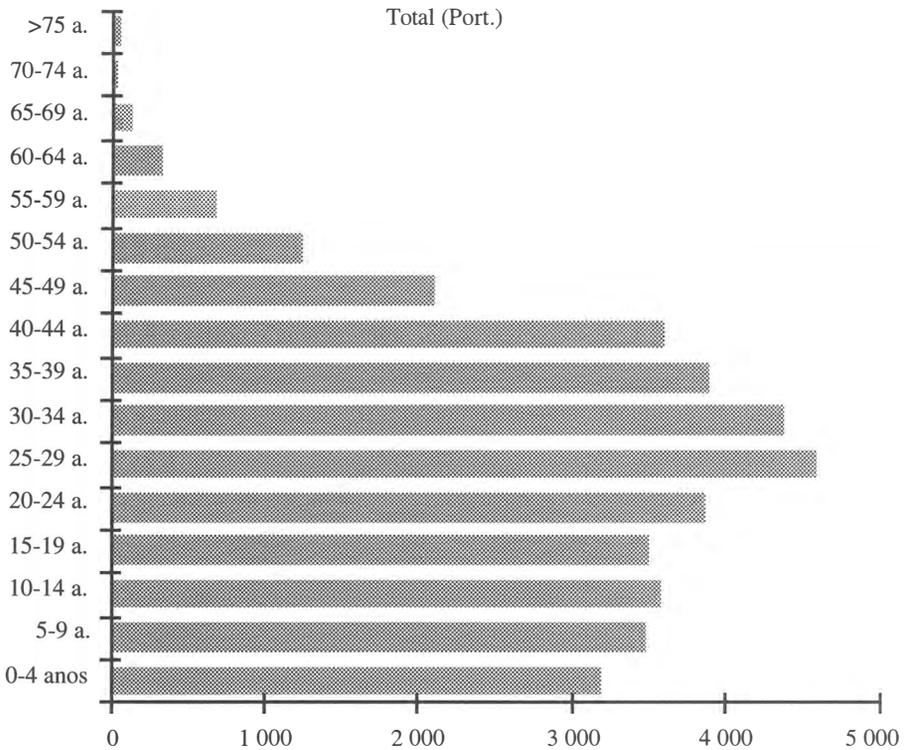
Cahier N° 82 du STATEC

Fig. 2 - Pirâmide de idades da população residente no Luxemburgo - Luxemburgueses e estrangeiros - 1989.

Os dados relativos à estrutura, por idades, da população portuguesa ajudam-nos a compreender melhor este fenómeno (Gráfico 5).

Outras questões levantam-se, hoje em dia, à demografia luxemburguesa. A regressão dos casamentos (2,074 casamentos em 1995, contra 2,592 em 1991) e a progressão dos divórcios (da ordem dos 750 divórcio/ano, durante a última década), dos suicídios, da solidão, etc., embora não sendo específicos da sociedade local, mas igualmente das outras sociedades europeias, dada a dimensão do país e as características da sua evolução demográfica ganham agora outro significado.

GRÁFICO 5 – ESTRUTURA, POR IDADES, DA POPULAÇÃO DE ORIGEM PORTUGUESA - 1991



2.4 – O mosaico demográfico luxemburguês

A presença de uma população estrangeira numerosa tem sido uma constante deste país de há mais de um século a esta parte, agravando-se depois da exploração mineira e da construção das primeiras unidades siderúrgicas na bacia mineira. Em virtude das necessidades de industrialização o patronato luxemburguês viu-se na necessidade de recrutar a mão-de-obra necessária além-fronteiras: na Alemanha, na França, na Bélgica e sobretudo na Itália, como já assinalámos, facto que veio a permitir o «milagre luxemburguês» que se incrementou antes ainda da primeira guerra mundial. Este recrutamento, sobretudo dos italianos, baseou-se no modelo de uma contínua «rotação» de mão-de-obra, dócil, jovem e adulta, do sexo masculino, que acarretava menos problemas e encargos sociais.

Em virtude do recrutamento desta população mediterrânica, os italianos, concentrados preferencialmente na bacia mineira, devido às maiores facilidades de trabalho,

superaram largamente, entre 1898 e 1913, a população de outras nacionalidades, nomeadamente os alemães, ocupados igualmente nesta indústria. De qualquer modo a partir de 1914 os luxemburgueses tornam-se maioritários na indústria siderúrgica, posição que mantêm durante as décadas seguintes. Este movimento pode ser confirmado através da proporção de italianos na população total. Em 1875, somente 12 em cada 1 000 habitantes eram de nacionalidade transalpina, 145 em cada 1 000 de nacionalidade gaulesa, 230 em cada 1 000 de nacionalidade belga e 593 em cada 1 000 de nacionalidade alemã. Entre 1875 e 1900, a proporção da população estrangeira alterou-se grandemente passando os indivíduos daquela nacionalidade de menos de uma centena de indivíduos a 7 432 e, os alemães, de 3 497 a 14 931 emigrantes.

Durante a primeira grande guerra o número de estrangeiros decaiu consideravelmente, acompanhando o movimento da própria população, o mesmo se verificando durante o segundo conflito armado, da 1939 a 1945 e nos anos seguintes. Foi nestes períodos que o regresso de mão-de-obra estrangeira aos seus países de origem se tornou mais acentuada, facto que se verificava durante o inverno época em que, não podendo trabalhar na construção civil como era dominante na época, regressavam aos locais de onde eram naturais. Esta situação mudou grandemente depois da segunda revolução industrial tendo-se então verificado a necessidade crescente de mão-de-obra, não somente de italianos ou de alemães mas já de belgas, francesas e mesmo de trabalhadores de outras nacionalidades.

O fenómeno anterior pode ser verificado a partir do início dos anos sessenta progredindo nos anos seguintes com a entrada de novos emigrantes, em especial de portugueses, que em 1981 são já a comunidade estrangeira mais numerosa residente no Luxemburgo. De facto, nesta data, 306 em cada 1 000 estrangeiros residentes neste país são de origem lusa, 232 em cada 1 000 de origem transalpina, 1 254 em cada 1 000 de origem gaulesa e 92 em cada 1 000 de origem germânica. Por esta razão a percentagem de estrangeiros no conjunto da população total representava já 25 % dos habitantes do país, percentagem bem superior na época ao que se verificava na Suíça ou mesmo na Bélgica, onde esse montante atingia os 14,5 % e 8,5 % respectivamente.

A análise dos movimentos da população no Grão-Ducado do Luxemburgo confirma, assim, a existência de três grandes períodos de imigração:

- o primeiro, vai desde a segunda metade do século XIX até ao início dos anos quarenta do nosso século, sendo dominado pela imigração alemã;
- o segundo, entre 1940 e 1975, é dominada pelos italianos;
- o terceiro, de 1975 até ao fim da década de oitenta, prolongando-se ainda pelos nossos dias, tem sido dominado pela imigração portuguesa.

Àcerca da sua distribuição no território verificamos que os alemães escolheram primeiramente os cantões próximos à fronteira germano-luxemburguesa, principalmente junto a Echternach. Pelo contrário, os italianos chegados durante a expansão da indústria siderúrgica, concentraram-se fundamentalmente na bacia mineira do sul, juntamente com os franceses. Por sua vez os portugueses escolheram preferencialmente a capital mas espalharam-se por outras áreas do território tais como as regiões agrícolas do território do Moselle, em Vianden e Larochette. Igualmente encontramos concentrações elevadas destes imigrantes junto dos centros industriais de Ettelbruck e de Diekirch.

Como acontece noutros cenários é sobretudo na capital que a percentagem de estrangeiros é mais significativa de tal forma que em certos quarteirões urbanos, sobretudo os mais antigos, a sua presença torna-se preponderante. Assim tem vindo a acontecer em Luxembourg-Ville, nos quarteirões da Gare, em Clausen e em Dommeldange onde esta população estrangeira, com forte predomínio de portugueses, ultrapassa os 60% dos seus habitantes.

Um outro indicador da importância crescente desta situação pode ser apreciada pela análise dos saldos migratórios que confirmam, durante a segunda metade do século XIX, ou já durante as primeiras décadas do século actual, um saldo positivo de mais de 2 600 indivíduos. Conforme já foi notado durante os anos da primeira guerra mundial o regresso aos país de origem, sobretudo de imigrantes italianos, originou um saldo negativo de cerca de quinze mil indivíduos. Esta situação contrasta com a situação vivida durante a fase de expansão das indústrias siderúrgicas, antes da crise dos anos trinta, em que se verificou um saldo migratório positivo de mais de vinte e dois mil indivíduos, como aconteceu entre 1923 e 1930.

Como já assinalámos este saldo migratório persistiu fortemente negativo até ao fim da segunda guerra (- 26 000 pessoas), registando uma verdadeira explosão desde então. De facto o saldo migratório desde a segunda metade do nosso século até aos finais da década de oitenta foi sempre superior, em média, aos 2 200 indivíduos. Estes valores confirmam o crescimento económico e social vivido pelo Luxemburgo e o seu papel como polo de atracção para os habitantes de outros países do velho continente.

Assinalemos ainda que a importância desta população pode ser apreciada através do número de naturalizações e de opções pela nacionalidade luxemburguesa. Assim, a aquisição da nacionalidade luxemburguesa aumentou consideravelmente durante as últimas décadas: 4 300 naturalizações entre 1970 e 1991. Depois desta data e até 1995, a média anual de naturalizações foi de 230. No que concerne às opções por esta nacionalidade registaram-se durante o mesmo período mais 6.400 pedidos, sendo a média anual registada nos primeiros anos da nossa década, até 1995, de 478.

A este respeito interessa salientar que a nova legislação relativa à aquisição da nacionalidade luxemburguesa permite distinguir dois grupos: aquisição «de origem» e «voluntária». No que respeita à primeira, a nacionalidade é adquirida por nascimento (uma criança mesmo nascida no estrangeiro, filho de pai luxemburguês ou de mãe luxemburguesa, adquire a nacionalidade luxemburguesa à nascença), o mesmo acontecendo em resultado de uma adopção ou como resultado de mudança de nacionalidade do «autor» e do «adoptado».

A nacionalidade luxemburguesa é igualmente adquirida voluntariamente, por opção (caso de crianças nascidas no país mas filhos de pais estrangeiros mas que tiveram precedentemente a nacionalidade luxemburguesa ou mesmo das crianças que embora nascidas no estrangeiro, filhos de pais estrangeiros, completaram no Luxemburgo o conjunto da escolaridade obrigatória). Para além destas modalidades, contamos ainda com a *naturalização* e a *recuperação*.

Nos últimos anos a aquisição da nacionalidade luxemburguesa por *naturalização* é possível quando o cidadão atinge a idade de 18 anos, na condição de ter residido no país durante os últimos 10 anos, dos quais os últimos 5 sem interrupção. No caso da *recuperação*, este processo permite ao luxemburguês de origem, que perdeu a sua nacionalidade, de a recuperar através de uma declaração oficial (cf: Ministère de la Justice; 1993).

Quanto à participação dos habitantes de outras nacionalidades na vida local notamos ainda que a sua presença, abundante e diversificada, inquieta a sociedade autóctone, que diariamente se sente confrontada com a ameaça de uma imigração estrangeira numerosa presente em todos os sectores económicos e categorias sociais. Contudo torna-se necessário sublinhar o contributo destes habitantes na evolução demográfica e social do país. Com efeito, tomando por base um estudo do STATEC (4/1991; 162) do início da década, verifica-se que as perspectivas da evolução demográfica futuras dependem, sobretudo, do contributo desta população. Na verdade, *sem trocas com o exterior, o Grão Ducado veria depois de um breve período de crescimento, a sua população reduzir-se de forma contínua*: 379 000 habitantes em 1995 (28,5 % de estrangeiros), 377 700 em 2000 (29,1 % de estrangeiros), 373 200 em 2005 (29,1 % de estrangeiros), 360 100 em 2015 (29,0 % de estrangeiros) e 352 400 em 2020, dos quais cerca de 100 800 estrangeiros.

Uma segunda hipótese, menos pessimista (*idem, ibidem*), aponta: *com uma imigração líquida anual de 1 500 pessoas, o tecto dos 400 000 habitantes seria atingido por volta do ano 2005, as taxas de crescimento anual média atingem os 2,6 % no conjunto do período*. Tal significa que, por volta do ano 2000, a população estrangeira seria já superior a 125 800 habitantes (31,9 % da população total) e em 2020, para uma população total de 409,500 habitantes, os estrangeiros deveriam representar 38,6 % do total.

Ainda sobre este assunto convirá assinalar que esta população não constitui um grupo homogêneo, o que levanta outros problemas nomeadamente o da integração das diferentes comunidades de imigrantes na sociedade luxemburguesa, facto que merece localmente mais um reparo: nos momentos de crescimento o Luxemburgo teve *necessidade de mão-de-obra, mas foram homens que vieram...*

Contudo, para além desta imigração permanente, o Luxemburgo regista ainda diversos tipos de movimentos da sua população: as migrações internas e as migrações transfronteiriças. No que diz respeito ao movimento dos fronteiriços (*frontaliers*), a sua importância no mercado de trabalho tem vindo a tornar-se cada vez mais importante: 11,4 milhares em 1974, 15,5 milhares em 1984 e 30,1 milhares em 1989, dos quais cerca de 45,5 % oriundos da França, 38 % da Bélgica e os restantes da Alemanha.

Valores mais actuais mostram que a sua importância no mercado luxemburguês não tem deixado de aumentar: em 1990, cerca de 35,3 milhares, 45,3 milhares em 1992 e 56,9 milhares em 1995, montante que mostra bem o papel desempenhado por este país na resolução dos problemas de emprego das regiões vizinhas. No que diz respeito à distribuição desta mão-de-obra, verifica-se que mais de metade estava ocupada no sector dos serviços e comércio (com uma participação activa nas instituições de crédito e seguros) e quase um terço nas indústrias extractivas e manufactureiras.

Já em relação ao total de empregos no interior do país este supera, desde 1993, os duzentos milhares (213,5 milhares em 1995), facto que vem confirmar o desenvolvimento do mercado de trabalho e as perspectivas favoráveis da economia luxemburguesa. No entanto apesar da evolução favorável do mercado de emprego, o número de desempregados tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos tendo ultrapassado, em 1994 e 1995, os seis milhares de indivíduos.

Estes factos não deixam de confirmar tudo o que anteriormente assinalámos acerca da dimensão do «mosaico demográfico» luxemburguês que conta ainda com um número significativo de funcionários europeus e de seus familiares, que residem no Luxemburgo. Em 1991 o número de funcionários nestas condições superava os 6 800 indivíduos e o de pessoas a seu cargo elevava-se a mais de 7 000.

Quanto à expansão das migrações internas no interior do território elas comprovam a importância das oportunidades de trabalho na indústria e nos serviços existentes, sobretudo, na capital e noutros centros urbanos. Tal facto pode ser sugerido pela repartição da população activa de origem luxemburguesa que no início dos anos noventa, em 1991, trabalhava fundamentalmente no sector dos serviços: 72,4 % e apenas 4,7 % na agricultura e 2,9 % na indústria. Quanto à distribuição da população estrangeira, a percentagem era a seguinte: agricultura, 1,1 %, indústria, 32,9 % e serviços, 66 %.

3 – RELANCE SOBRE A SOCIEDADE LUXEMBURGUESA

Ao longo da sua história o Luxemburgo viu-se confrontado com as incertezas do futuro mas este desafio foi sempre superado pela população e pelos responsáveis políticos. E neste final de século com o mercado único europeu a despontar e perante novos problemas, nomeadamente os demográficos, é de esperar que as soluções encontradas não o sejam fruto do acaso mas sim da solidariedade colectiva.

J. C. Muller; 1989

3.1 – A evolução industrial

Já notámos que o arranque da indústria luxemburguesa foi conseguido com a produção de aço com base no mineral de ferro, através da «desfosforação» (processo inventado pelos ingleses Sydney Thomas e Percy Gilchrist), o que possibilitou a implantação progressiva da indústria moderna (primeiramente em Dudelange, em 1882), e a criação de toda uma série de indústrias associadas: cimenteira, têxtil, empresas de serviços e comerciais, bancos e seguros, etc., que se desenvolveram, nos anos seguintes, alimentadas pelas indústrias tradicionais.

Por outro lado convirá recordar que o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Luxemburgo teve o seu início por volta de 1845, depois da construção, pelos irmãos Metz, de um alto-forno de coque, em Eich. Um decénio depois, com a criação da nova sociedade de *Mines de Luxembourg et des Forges de Sarrebruck à Burbach*, esta indústria ganha um novo impulso com a construção, em 1871, de colaboração com os irmãos Metz, de uma outra fábrica, em Esch (1871). E a partir de 1882 o arranque da *Société des Hauts Fourneaux et Forges de Dudelange*, titular da patente de fabrico do «processo de Thomas», permitiu a expansão da indústria siderúrgica e o escoamento do ferro para o grande mercado do «Zolverein» alemão. Esta ligação vai continuar até ao início da primeira grande guerra mundial, embora depois deste conflito dificuldades várias tenham afectado este sector que se viu de novo confrontado com um enorme esforço de adaptação ao novo contexto político e económico mundial.

As condições anteriores foram particularmente sentidas durante a segunda metade do nosso século quando as jazidas de ferro local se esgotaram, havendo por isso necessidade de importação de mineral da Lorena francesa, da Suécia e do Brasil. Contudo, a criação da CECA permitiu uma nova fase de crescimento da indústria luxemburguesa devido ao alargamento dos seus mercados e aos investimentos que foram realizados nomeadamente na construção infra-estruturas, realizações que vieram a facilitar a criação de novas empresas no âmbito da lei quadro de expansão económica de 2 de Junho de 1962.

A política seguida nesse momento pelo governo do Luxemburgo foi a da diversificação das actividades industriais beneficiando dos capitais, sobretudo americanos, que no âmbito do Plano Marshall afluiram à Europa e permitiram a melhoria e a expansão da estrutura produtiva, bem como a construção de novas indústrias em torno da capital e no sudoeste do território.

Note-se que face à situação resultante da integração na Comunidade Económica Europeia e à evolução da própria economia era necessário diminuir o emprego na agricultura e criar novos empregos, sobretudo na metade setentrional do país o mais afectado pelo «despovoamento rural» sentido desde o início da industrialização e do desenvolvimento da rede de transportes, no final do século XIX. Daí que se tenham canalizado parte dos investimentos para a região-centro com a construção das fábricas da Goodyear em Colmar-Berg, facto que impulsionou a construção de novas indústrias, sobretudo de origem americana tais como a Monsanto, Du Pont Nemours, Commercial Hidraulics, Cleveland, Eurofloor, etc., responsáveis pelo recrutamento de mais de uma dezena de milhar de operários no Luxemburgo e no estrangeiro.

Lembremos que um dos grandes responsáveis por esta reconversão industrial foi justamente a decadência da antiga indústria siderúrgica na qual tinha assente a prosperidade económica vivida pelo Luxemburgo nas décadas precedentes. Não podemos de facto esquecer que o *Gibraltar do norte*, como foi considerado pela importância estratégica das suas fortalezas, pode ser considerado como *um dom do ferro como o Egipto foi um dom do Nilo* (Carlo Hemmer) por causa, justamente, da influência do ferro no crescimento do país apesar das jazidas de ferro que possui serem bastante pobres. Tal, significa, que quando a indústria siderúrgica começou a ser ameaçada pela concorrência de outros países asiáticos e americanos, especialmente durante a década de setenta, houve necessidade de se proceder à reconversão deste ramo de actividade pela criação de outras indústrias e de serviços complementares que acabaram por absorver parte da mão-de-obra libertada das indústrias abandonadas.

Com efeito, a produção siderúrgica (produção de aço e de ferro) evoluiu de forma irregular: aumentando desde 1938 até 1974, decaiu desde então, salvo a produção dos produtos laminados que registaram dois picos de produção: em 1974, 4,9 milhões de toneladas – e em 1989, 4,1 milhões situando-se, em 1995, em cerca de 3,7 milhões de toneladas.

No que respeita, apenas, a produção de aço, verifica-se que passou de 1,4 milhões de toneladas, em 1938, para 5,4 em 1970, passando para 4,6 milhões, em 1980 e decaído desde então para valores da ordem dos 2,6 milhões de toneladas, em 1995. Pelo contrário a sua importação subiu de 3,9 milhões nos finais dos anos trinta para quase 9 milhões de toneladas, em 1970, tendo decaído igualmente desde essa data para valores próximos de 2,2 milhões de toneladas, em 1995.

Em conformidade com estes valores tem-se assistido a uma variação da mão-de-obra ocupada nesta indústria, que passou de 3,3 milhares de operários, em 1938, para 4,6 milhares, em 1960, tendo decaído desde então: 3,7 milhares em 1970, 1,1 milhares em 1980 e pouco mais de duas dezenas no ano de 1995. Esta situação explica a necessidade de reconversão deste sector (e a reforma de cerca de 9 000 indivíduos entre 1974 e 1983), mesmo depois da importância que ele assumiu no crescimento económico deste país. Mas ilustra, ao mesmo tempo, a sua vulnerabilidade face à crise vivida em diferentes mercados europeus depois de 1974.

Com efeito a situação luxemburguesa, semelhante a outros países produtores europeus agravou-se com a crise energética e a recessão do início dos anos setenta, o que obrigou o governo a tomar uma série de medidas a fim de favorecer a reestruturação e a modernização deste sector. Entre essas medidas referimos a criação da «divisão anti-crise» (DAC) encarregada da realização de trabalhos gerais de interesse público.

Perante, ainda, os resultados deficitários das indústrias siderúrgicas europeias, representadas no Luxemburgo pela ARBED (*Aciéries Réunis de Burbach-Eich-Dudelange*, criadas em 1812), tornou-se necessário uma reestruturação global das actividades desta empresa, não somente no Luxemburgo, mas igualmente no Sarre (através da cooperação das fábricas luxemburguesas com as indústrias aqui sediadas) na Bélgica e de acordos com o «Triangle de Charleroi». De qualquer modo interessa realçar que, na actualidade, a siderurgia luxemburguesa apresenta nítidas desvantagens estruturais, a saber: situação no interior do continente europeu afastada das principais vias navegáveis, o que encarecia o escoamento dos produtos; a ausência de matérias primas e de fontes de energia; custos de exploração elevados, não somente devido aos salários mas também à carga fiscal.

Apesar de tudo o grupo siderúrgico industrial, dominado pela ARBED, assume ainda hoje uma importância digna de realce: cerca de 10 000 pessoas ocupadas no sector do aço no G. D. do Luxemburgo em quatro fábricas siderúrgicas e na sua filial, a «*Métallurgique et Minière de Rodange-Arthus*», bem como noutras fábricas internacionais. Devemos, a propósito, notar que as actividades do grupo Arbed estendem-se a mais de 400 empresas repartidas por 26 países do globo.

Os resultados da política industrial têm vindo a prosseguir na actualidade: desde 1975 e até aos finais da década de oitenta mais de seis dezenas de empresas, sobretudo filiais de multinacionais fixaram-se neste país. Seguindo a tradição anterior da indústria química e de fabricação de produtos de metal vieram permitir a criação de novos postos de trabalho e a diversificação da economia luxemburguesa manifestamente orientada para uma terciarização crescente.

3.2 – A praça financeira e a sociedade de serviços

A importância actual do Luxemburgo como praça financeira internacional surge como resultado da exploração racional dos recursos mineiros disponíveis, da industrialização, bem como de uma política de desenvolvimento do território baseada na perspectiva macro-económica de integração do país em grandes espaços supra-nacionais. Com efeito a importância do Luxemburgo no conjunto dos países europeus tem vindo a ser reforçada pela sua afirmação constante de procurar um espaço económico e político mais vasto que possa equilibrar a reduzida extensão das suas fronteiras naturais. Assim se justifica, logo no fim da primeira metade do século XIX a sua integração no «Zollverein» alemão e depois da primeira guerra mundial a sua associação com a Bélgica na «Union Économique Belgo-Luxembourgeoise».

Depois da segunda guerra mundial o Luxemburgo abandonou o seu estatuto de neutralidade e prosseguiu uma política de cooperação política, económica e militar, no plano europeu e internacional. Nesta linha de actuação este país torna-se membro fundador de várias instituições internacionais, a saber: Benelux (1944), ONU (1945), OTAN (1949), Conselho da Europa (1949), CECA (1952), CEE (1957), OCDE (1961).

Estes esforços foram coroados depois da sua admissão na CECA pela escolha em fixar, neste país, a sede dos seus serviços e mais tarde pela «Comunidade Económica Europeia», que aí localizou as suas instituições jurídicas e financeiras. Como resultado das opções europeias, o planalto de Kirchberg – a menos de 2 km do centro e do rochedo milenar, berço da cidade do Luxembourg – foi escolhido para a implantação do Centro Europeu que acolhe, desde 1952, diversos serviços da Comissão e do Conselho Europeu, a saber: o Secretariado Geral do Parlamento Europeu no Luxemburgo, o Palácio do Tribunal de Justiça das Comunidades, o Banco Europeu de Investimentos, o Centro de Cálculo, a Escola Europeia, etc. Como era de esperar a localização da maior parte dos serviços jurídicos da U.E. e das suas instituições financeiras acabaram por atrair outros serviços internacionais que beneficiam não só da proximidade e do poder de decisão europeus, mas ainda da centralidade geográfica e da identidade cultural do Luxemburgo face às civilizações vizinhas, de origem românica e germânica.

No que respeita às suas relações monetárias com o exterior verifica-se que a balança comercial do país, positiva até 1975 devido, sobretudo, às exportações dos produtos siderúrgicos, registou a partir desta data um saldo fortemente negativo como resultado, quer da crise siderúrgica, quer do aumento do preço do petróleo. Em simultâneo o desenvolvimento da praça financeira internacional e dos múltiplos serviços – sobretudo os transportes e comunicações – desencadearam uma evolução favorável da balança de serviços o que permitiu equilibrar o saldo da balança de pagamentos correntes (Quadro XIII).

QUADRO XIII – BALANÇA DE PAGAMENTOS CORRENTES

(milhares de LUF)

DESIGNAÇÃO	ANOS			
	1970	1980	1990	1994
Bens	4,8	- 17,0	- 42,3	- 58,7
Serviços	2,2	16,2	32,3	46,1
Rendimentos	1,2	21,0	74,5	92,7
Transferências correntes	- 0,5	- 2,0	- 5,9	- 12,0
Balança corrente	7,7	18,2	58,6	68,1

Assim, durante os últimos anos, as transferências para o estrangeiro tornaram-se negativas em resultado quer das pensões sociais devidas pela imigração, quer da exportação dos salários devidos aos trabalhadores fronteiriços, aos funcionários internacionais ou mesmo às transferências de carácter público.

No que diz respeito à composição do comércio exterior, no capítulo das exportações os produtos mais representados são os metais e as matérias plásticas e borracha (mais da metade das exportações em 1990), as máquinas e aparelhos, os têxteis, bem como outros produtos, alimentares, bebidas, artigos de origem animal e do reino vegetal. Todos estes produtos estão igualmente representados nas importações as quais englobam, ainda, materiais de transporte e produtos químicos para a indústria local.

As preferências pelos países do velho continente estão demonstrados na repartição geográfica destas trocas: cerca de 80% do movimento comercial de exportação do país é dirigido para os países da União Europeia (em 1995), sobretudo a Alemanha (28%), a França (20%) e a Bélgica (13%). Mais de 90% das importações provêm igualmente do

espaço económico europeu, nas seguintes proporções (1995): Alemanha (30 %), França (12 %) e Bélgica (38 %).

Estes os traços gerais da economia luxemburguesa. Contudo, o desenvolvimento de uma política de melhoria das infra-estruturas económicas e de reconstrução do país, ocorrida depois da guerra, agravou as necessidades de mão-de-obra, ao mesmo tempo que desencadeou modificações profundas na estrutura da sociedade luxemburguesa. Em simultâneo, o Luxemburgo acabou por reforçar a sua função de centro financeiro internacional ao acolher a sede de diversos bancos, de companhias de investimento, de seguros e de «holdings» internacionais, que desde 1929, beneficiando de um regime especial para sociedades participadas, acabaram por se instalar neste território.

As medidas anteriores beneficiaram de uma forte concentração bancária neste país o qual contava, em 1981, com 5 558 sociedades de tipo «holding» e 115 bancos domiciliados na sua praça financeira. Depois de 1986 assistiu-se ainda à criação de novos bancos privados de tal modo que o número total de instituições financeiras aqui sediadas aumentou ainda mais: 143 bancos em 1988 e 7 468 «holdings» em 1988. Em 1995, o número de instituições bancárias sediadas no país elevava-se a 220 (70 das quais de origem alemã) e as sociedades de tipo «holding» ascendia a 12,5 milhares.

Estes aspectos reforçam a função do Luxemburgo como importante praça financeira europeia – terceira da Europa – no que concerne ainda às *euro-divisas* e sobretudo às *euro-obrigações*. Por isso a bolsa do Luxemburgo, criada em 1929, tornou-se numa das principais praças financeiras internacionais dependendo, embora fortemente, do mercado europeu. Como responsáveis, ainda, destas mutações, indicamos a indústria e sobretudo os serviços que desde o início do século não deixaram de se expandir no Luxemburgo. Entre os mais significativos lembramos a administração pública, os serviços recreativos e culturais, bem como as múltiplas actividades ligadas aos serviços bancários: sociedades de capital, sociedades de factoring e de leasing, indispensáveis à consolidação desta praça financeira internacional.

As transformações anteriores repercutiram-se fortemente na sociedade luxemburguesa que em menos de um século mudou bastante a estrutura da sua população activa. Assim aconteceu, sobretudo com o sector agrícola, que cedeu o seu lugar ao sector dos serviços em expansão contínua: cerca de 60 % de activos na agricultura no final do século XIX, contra menos de 3 % hoje; 18 % da população activa no sector dos serviços no início do século passado contra mais de 70 % na actualidade. Pelo contrário, a indústria ocupa menos de um terço desta população activa.

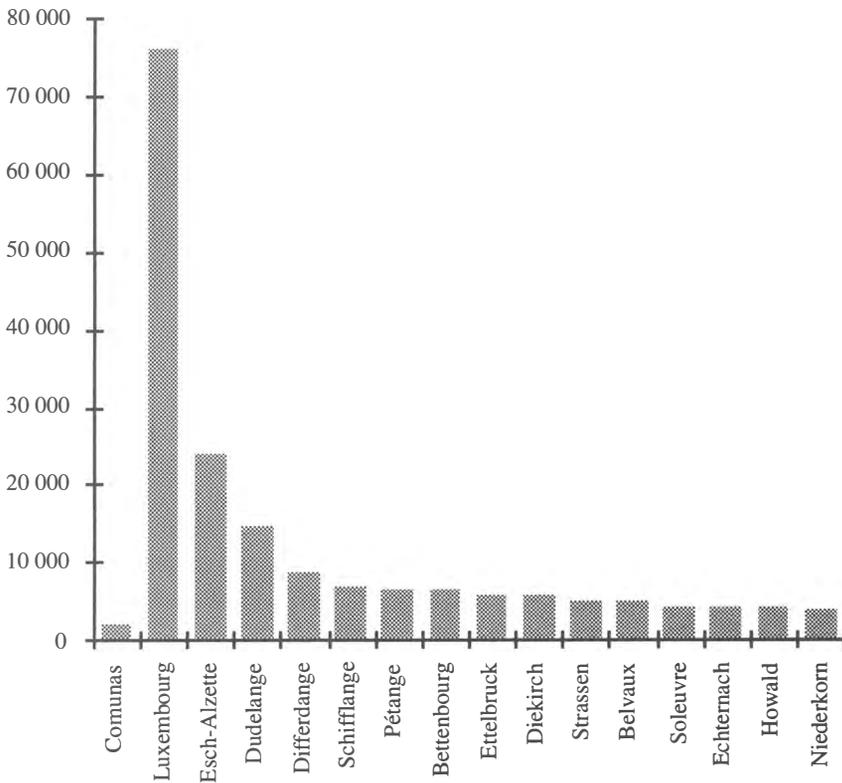
Atraindo uma população activa no sector dos serviços de cerca de 85 000 indivíduos, dos quais mais de 36 % de mulheres (menos de 40 000 em 1970), a maior parte desta população está ocupada no comércio e em serviços administrativos nas empresas. Contudo, não podemos negligenciar a importância da restauração e da hotelaria, sectores que acabaram por ganhar maior importância à medida que o Luxemburgo se afirmou como centro de serviços e financeiro.

Quanto à distribuição desta população no território, notamos a sua forte concentração quer em Luxembourg-Ville, quer noutros centros de maiores dimensões, sobretudo situados na bacia mineira do sul: Esch-sur-Alzette, Dudelange, Differdange, Bettembourg, Schifflange e Pétange. Ettelbruck e Diekirch são o exemplo de outras povoações onde se concentram grande parte da sua população: 40 % dos seus habitantes, num total de cerca de 152 000 habitantes (Gráfico 6). Esta distribuição, um pouco diferente de 1960, quando mais de 47 % da população do país se concentrava nestas cidades, atesta o fenó-

meno actual de *desurbanização* em direcção aos comuns domitórios espalhadas um pouco pelo país.

Com os vestígios de uma industrialização importante, mas hoje fortemente disseminada, estes centros urbanos mantêm a sua tradição industrial como acontece por exemplo em Esch, uma pequena aldeia de 1 500 habitantes no início da industrialização do território.

GRÁFICO 6 – POPULAÇÃO RESIDENTE NOS GRANDES CENTROS (1991)



3.4 – O ordenamento do território

Como foi anteriormente referido a importância do Luxemburgo, que se tornou num importante centro político e económico internacional durante a segunda metade do nosso século, levou à redistribuição da população no território que se concentrou em torno dos principais centros de emprego existentes. Por esta razão, as densidades demográficas aumentaram consideravelmente, sobretudo em torno das cidades melhor dotadas de vias e de infra-estruturas de circulação, sugerindo assim uma nova repartição das infra-estruturas sociais e culturais existentes.

Apesar destas condições o sobrepovoamento do centro e do sul levantam hoje um conjunto de problemas relacionados com o ordenamento do espaço, que de há um século a esta parte tem vindo a aumentar constantemente o seu nível de urbanização. Em consequência deste facto o governo reconheceu a necessidade da preparação dos

planos de urbanização para as cidades e para as aglomerações de maiores dimensões, em 1937. Contudo só em 1974 é que o governo definiu o seu *Programme directeur de l'aménagement du territoire*.

Assim, de acordo com a Lei de 20 Março:

- O ordenamento do território tem como objectivo assegurar aos habitantes do país, numa perspectiva de longo prazo, as melhores condições de vida, tanto materiais como culturais, promovendo, em função do bem-estar comum, a valorização harmoniosa do território através da utilização e desenvolvimento óptimo dos recursos;
- O ordenamento do território deve contribuir, nomeadamente, para a realização dos objectivos seguintes:
 - Melhoria das condições de vida da população e protecção do ambiente;
 - Melhoria do habitat e desenvolvimento das estruturas urbanas e rurais de forma harmoniosa;
 - Valorização óptima dos recursos económicos;
 - Conservação e desenvolvimento do património cultural nacional (M.E.N. ; 1989; 69).

Nesta perspectiva foram criadas quatro regiões de ordenamento: Nord, Centre, Est e Sud. No fim dos anos setenta, em 1978, um novo programa define o quadro geral de protecção da natureza e das paisagens («*Programme Directeur*» de 6 Abril de 1978) que fixa «*as grandes orientações do desenvolvimento do país e as suas implicações no território*» (Gengler; 1987; 80).

Justificam-se, mesmo assim, muitas das preocupações relativas à situação económica e demográfica do país, bem como ao equilíbrio regional interno e à sua inserção no contexto internacional tendo em conta as suas relações com os países vizinhos, nomeadamente através da cooperação transfronteiriça. É neste contexto que se inscrevem as preocupações recentes de integrar cada vez mais este território numa grande região «transnacional»: *Sarre-Lorraine-Luxembourg-Trèves/Palatinat Occidental-Wallonie*. Como primeiros objectivos desta cooperação cita-se a intensificação da cooperação económica e regional em todo o território, bem como a resolução das grandes questões, físicas, sociais e ambientais, que se põem ao seu ordenamento em colaboração com as principais universidades (Metz, Nancy, Arlon, Trèves e Sarrebruck) que cobrem a região fronteiriça.

Estes princípios foram de novo reforçadas em 1986, confirmando assim a divisão do território em quatro grandes regiões e as preocupações relativas ao desenvolvimento económico equilibrado do país e ao bem-estar da sua população. Espera-se que tal venha a ser conseguido através de uma política centrada na resolução das questões de natureza demográfica e no desenvolvimento económico equilibrado, no desenvolvimento harmonioso do urbanismo e do habitat, na racionalização dos equipamentos colectivos, da energia e na protecção da natureza.

Mais recentemente, o «*Programme Directeur de l'Aménagement du Territoire*» propõe também a criação de diferentes eixos de desenvolvimento e de atracção (CDA).

Notemos ainda que as necessidades impostas pela criação de novas indústrias ou da construção de novos parques, residenciais e comerciais, levou à delimitação de diferentes

zonas de protecção naturais: parques naturais, zonas de protecção verdes interurbanas e zonas de protecção de vocação recreativa. Entre as primeiras citemos os parques de Our, de Haute-Sûre e do Moselle, que constituem importantes franjas vegetais fronteiriças. O primeiro, na região nordeste, faz parte do parque natural germano-luxemburguês; o segundo, faz parte de uma zona de protecção que integra também o território belga.

Para além da zona de protecção verde interurbana do sul, entre a capital e a bacia mineira e de uma outra zona ao norte de Mersch, o Luxemburgo definiu ainda diferentes zonas de protecção e de vocação recreativa nos vales do Eisch e de Mamer, em Grunewald e em Larochette. Todas estas medidas são importantes para a protecção do ambiente, dado o aumento da poluição do ar e, sobretudo, da água que afecta hoje em dia todo o território.

A concluir vejamos alguns aspectos referentes ao sistema de ensino e à formação dos recursos humanos neste país, indispensável ao seu equilibrado desenvolvimento e aos processos de inovação que têm permitido a sobrevivência e afirmação deste estado soberano.

3.3 – O sistema de ensino e a população escolar

O ensino oficial foi colocado sob a autoridade do Estado no fim da primeira metade do século XIX, em 1881, com a publicação da legislação que estabeleceu o ensino obrigatório para as crianças entre os seis e os doze anos, facto que constitui um dos pilares da democratização do ensino. Estas medidas tiveram sequência durante a segunda metade do século passado com a criação de um grande número de escolas primárias públicas, as quais passaram de 438, no ano escolar de 1850-51, a 726, em 1898-99. Estes valores aumentaram nos anos seguintes e a partir de 1950-51 o número global de classes no ensino público continuou a aumentar até ao fim dos anos setenta: 1 007 classes em 1950-51; 1 559 em 1970-71; 1 803 em 1978-79; 1 610 em 1985-86 e 1 620 em 1991-92.

Entretanto o número global de alunos no ensino primário sofreu algumas variações que confirmam, quer a evolução demográfica do Luxemburgo, quer as diferentes vagas de imigração registadas. Note-se, que durante a segunda metade do século XIX, o número total de alunos manteve-se quase estacionário: 31 240 alunos em 1850-51; 32 044 em 1888-89. Contudo, foi durante a primeira metade do nosso século que se registou o máximo da população escolar: 40 466 no início da primeira grande guerra e apenas 30 426 em 1960-61.

Os anos seguintes, marcados também pela imigração, registaram algumas variações significativas mas a partir de 1978-79 é evidente uma queda assinalável da população escolar: 31 980 crianças em 1978-79 e somente 24 879 em 1987-88. De então para cá esta população tem continuado a oscilar orçando os 26 milhares desde o início da década de noventa.

Uma outra nota relativa ao ensino diz respeito ao desenvolvimento do ensino profissional, já durante as últimas décadas do século XIX, acompanhando assim o crescimento industrial que afectou o território. O mesmo foi verificado com o ensino médio (futuro ensino secundário), destinado a formar as elites luxemburguesas. Instalado primeiramente na capital – «Athenée» do Luxemburgo – divulgou-se em 1840 a Diekirch e a Echternach.

Esta situação modificou-se durante a primeira metade do século passado com a criação de novos Liceus em Luxembourg-Ville e em Esch-sur-Alzette. Como resultado, a evolução do número de alunos no ensino secundário público aumentou consideravelmente: 176 alunos em 1838-39; 555 em 1840-41; 950 em 1889-90; 1 616 em 1909-10; 2 700 em 1950-51 e 4 510 em 1959-60. No começo dos anos oitenta este montante ultrapassou os 9 000, valor que apesar de algumas quebras intermédias, voltou a ser atingido no ano escolar de 1994/95.

No que diz respeito ao ensino secundário técnico, a sua evolução tem-se mantido bastante variável: cerca de 5 300 alunos em 1966-67; 14 438 em 1983-84 e 14 790 alunos em 1987-88, mais de 16 500 alunos em 1994/95. Interessa ainda sublinhar que antes dos anos sessenta a evolução foi marcada por uma maior preferência dos seguintes estabelecimentos de ensino: *École Professionnelle d'Esch-sur-Alzette*, *Centres d'Enseignement Professionnel*, *l'École des Arts et Métiers*, *École Technique*, bem como dos centros de ensino agrícola e vitícola em diversos pontos do território.

Uma das particularidades deste tipo de ensino, bem como de todo o ensino no Luxemburgo é o de utilizar em simultâneo as três línguas: luxemburguês, alemão e francês. O alemão, a partir do primeiro ano do ensino primário e o francês, a partir do segundo ano.

No que diz respeito à duração dos estudos, a escolaridade obrigatório é, na actualidade, de 11 anos, dos quais 2 de educação pré-escolar, 6 anos de estudos primários e 3 anos de estudos pós-primários. De acordo com a legislação em vigor depois da frequência dos seis anos do ensino primário os alunos podem aceder ao ensino secundário (clássico) ou ao ensino técnico. Relativamente ao primeiro, o ensino secundário (ou complementar), com a duração de três anos, dá acesso a outras formações pós-primárias ou a um certificado de fim de estudos complementar. Em qualquer dos casos a escolaridade termina aos 15 anos de idade.

Recorde-se que desde 1976 que o ensino pré-primário se tornou obrigatório para as crianças com 5 anos de idade e facultativo para as crianças com 4 anos de idade. Neste caso, as despesas de funcionamento da educação pré-escolar são suportados pelas autarquias e pelos organismos privados. No entanto a educação pré-escolar é gratuita nos jardins de infância públicos.

No que diz respeito ao ensino primário oficial é igualmente gratuito, suportando o Estado os custos da educação especial (e diferenciada, dirigida a todos os alunos que apresentam particularidades comportamentais, sensoriais e outras, de natureza específica). O mesmo acontece em relação ao ensino secundário-geral e ao ensino secundário-técnico público.

Quanto ao ensino superior, o *Centre Universitaire de Luxembourg* assegura essencialmente uma formação universitária de base, de modo a garantir o prosseguimento dos estudos noutras instituições do ensino superior, mas fora do Luxemburgo. Exceptuam-se os cursos leccionados no *Institut Supérieur de Technologie* e no *Institut Supérieur d'Études et de Recherches Pédagogiques*. Nestes casos é garantida uma formação superior de três anos proporcionando, respectivamente, um diploma de «engenheiro técnico» ou um «certificado de estudos pedagógicos», nas modalidades de «professor do ensino primário» ou de «educador de infância».

Entre os estudantes luxemburgueses que frequentam o ensino pós-secundário, a maior parte deles está matriculada em universidades estrangeiras em França, na Bélgica,

na Alemanha ou noutros países (Quadro XIV). A par destes aspectos não devemos esquecer que uma das características do sistema educativo luxemburguês é a presença de um número considerável de crianças estrangeiras que frequentam a escola, da educação pré-escolar, ao ensino superior de tecnologia.

A ausência de dados estatísticos não permitem analisar a situação mais recente pelo que se apontam, apenas, alguns dados referentes à evolução nas décadas de setenta e de oitenta. Nestes casos, o seu total passou de 10 329 alunos em 1970-71 para 17 488 em 1983-84, dos quais a maior parte frequentava o ensino primário complementar – 9 667 estudantes – e ensino o secundário técnico – 4 003 alunos. Na educação pré-escolar, estavam matriculados 2 778 alunos e no ensino secundário, 1 011 estudantes.

QUADRO XIV – ESTUDANTES LUXEMBURGUESES INSCRITOS EM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS

A N O S	ALEMANHA	FRANÇA	BÉLGICA	AUSTRIA	SUIÇA	TOTAL
1965/66	277	393	309	585	–	1 069
1974/75	459	562	538	101	127	1 880
1979/80	409	707	636	245	126	2 183
1984/85	585	780	733	218	111	2 506
1990/91	634	781	1 308	130	119	3 250

In: Statec – 1993.

Quanto à sua distribuição por nacionalidades, os portugueses e os italianos eram os mais representados, facto que estava de acordo com a evolução global da população destas duas nacionalidades: cerca de 7 400 estudantes portugueses no início dos anos vinte e cerca de 4 483 italianos (Quadro XV).

QUADRO XV – ALUNOS ESTRANGEIROS, POR NACIONALIDADE

A N O S	FRANÇA	ALEMANHA	ITÁLIA	PORTUGAL	TOTAL
1970-71	1 092	1 206	4 601	760	10 329
1974-75	1 366	1 432	5 505	2 944	14 565
1979-80	1 605	1 214	5 071	5 847	16 903
1982-83	1 616	1 097	4 483	7 395	17 834

O tempo de permanência no Luxemburgo, que condiciona a situação mais ou menos desfavorável quanto ao uso do luxemburguês e do alemão (mais difícil, sobretudo, para os alunos originários dos países latinos), bem como a sua origem sócio-económica tem efeitos muito evidentes nos resultados escolares desta população. O mesmo poderemos dizer da menor falta de apoio familiar, factos que justificam a desigual repartição da população escolar de origem estrangeira no sistema de ensino luxemburguês.

3.4 – Alguns desafios

A propósito da história deste país assinalámos, logo no início, a importância do Congresso de Londres (1867), quando o Luxemburgo se tornou num *Estado independente e neutro* com a partida da guarnição prussiana e o desmantelamento da sua fortaleza, facto que assegurou a sua integridade territorial e a sua independência política.

Para além destes acontecimentos o Luxemburgo ficou sob alçada, em 1890, da casa real de Nassau-Weilbourg, quando o duque Adolfo de Nassau subiu ao trono, por morte, sem descendente directo do Rei «Grand-Duc» Guilherme III, mantendo-se hoje como uma das raras «monarquias constitucionais» da Europa.

Depois desta data o território sofreu um importante crescimento social e industrial, económico e cultural, ao mesmo tempo que se passou a afirmar, de forma relevante, perante os seus parceiros europeus. É o que podemos verificar desde a segunda metade do nosso século com o estabelecimento das uniões de carácter económico como a Bélgica e com os Países-Baixos, posição que depois da guerra reforçou ainda mais ao integrar os organismos internacionais então criados.

Por outro lado, os esforços conduzidos pelo Luxemburgo na construção da Europa foram devidamente reconhecidos internacionalmente pela localização de diversos serviços comunitários e internacionais sediados na capital. Estas iniciativas confirmam a importância do Grão-Ducado como *um espaço transfronteiriço por excelência* (Gengler; 1987; 29), o qual beneficiou não só da sua posição estratégica no «coração da Europa», mas também de uma herança económica, social e cultural, que acabou por reforçar a sua posição como centro industrial e de serviços, como polo de atracção financeira, como capital política e «transfronteiriça» de uma vasta região que ultrapassa largamente as suas fronteiras geográficas e políticas.

Traço igualmente marcante é a convergência das civilizações, de influência francesa e germânica – o que favorece os contactos e a comunicação entre a população autóctone e alguns grupos de estrangeiros, a vida económica e política do país, as suas manifestações culturais – sem contudo fazer perder a própria identidade garantida pela língua veicular da população, o velho dialecto franco-moselano que se tornou na língua oficial do Luxemburgo.

Também a sua posição geográfica tem sido benéfica no desenvolvimento das relações económicas internacionais, seja com os seus parceiros europeus, seja com outros países do globo. Na verdade, não dispondo de um mercado interior de grandes dimensões, a economia luxemburguesa depende, sobretudo, da exportação da indústria e dos serviços para os países vizinhos e outros. Por esta razão a procura de espaços económicos mais vastos tem sido uma das preocupações e uma das condições fundamentais de sobrevivência deste povo garantida pela concretização de diferentes uniões aduaneiras.

O conjunto destas condições pesaram bastante no desenvolvimento da praça financeira do Luxemburgo que, como verificámos sofreu, desde os anos sessenta, um crescimento notável. Esta a situação que continua a desfrutar apesar das suas dimensões continuando a ter um papel relevante na Europa e a ser conhecido como uma das terras mais prósperas do velho continente, conhecida pelo seu elevado nível de vida e de desenvolvimento económico.

Também por estas razões continua a desempenhar uma função de relevo no seio dos países europeus quer pela presença das instituições internacionais que aí estão sediadas quer ainda pela sua participação diplomática e política activa nas grandes questões internacionais. Assim, ao tonar-se há mais de um século e meio um país independente, o Luxemburgo demonstrou a sua determinação no progresso económico e na consolidação de uma forte consciência nacional que se reforçou durante os momentos de ocupação e de crise, dando-lhe por esta via um estatuto de neutralidade política e de intervenção consideráveis.

Esta posição foi-se reforçando durante a segunda metade do nosso século e continua ainda hoje a ser exercida tornando o Luxemburgo num importante polo de atracção de homens, serviços e capitais. De igual modo reforça ainda mais a sua vocação europeia, numa Europa onde se manifestam, cada vez com maior evidência, a importância de diferentes culturas e civilizações, a romana e a germânica, bem representadas nesta área do velho continente.

As influências anteriormente referidas estão igualmente bem representadas em diferentes vestígios históricos e monumentais, nas formas de ocupação do solo ou nos produtos da terra. Estão presentes ainda na língua e na distribuição dos habitantes neste espaço nacional, que se constitui como um «mosaico» diferenciado onde coexistem povos de origem mediterrânica e do centro e ocidente europeu, lembrando certamente ligações históricas mais profundas às monarquias europeias que tiveram maior influência sobre este território.

A distribuição destes habitantes no território e em todos os sectores de actividade comprova, por outro lado, uma das questões fundamentais do Luxemburgo: a questão demográfica, que não sendo específica desta nação ganha aqui grande relevância tendo em conta o seu passado histórico, urbano e industrial. Recordemos que depois da primeira revolução industrial, identificada pela utilização do carvão e industrialização siderúrgica, têxtil, química ou já pela expansão do caminho de ferro, a segunda revolução industrial, que se desencadeou durante os anos sessenta do nosso século, caracterizou-se pela utilização de novas fontes de energia – a electricidade e os derivados de petróleo – pela divulgação de novos meios de transporte – automóvel e avião – bem como pela expansão das indústrias mecânicas e químicas. Em consequência desta vaga de crescimento e de inovação, verificou-se uma terciarização crescente da sociedade luxemburguesa, o que surgiu como um processo inevitável do processo rápido de industrialização.

A este respeito interessa notar que apesar da industrialização e da terciarização actuais, a situação presente continua a embaraçar alguns dos sectores da sociedade luxemburguesa, *devido à dimensão do seu mercado e aos resultados que daí advêm ...mais ainda que os seus vizinhos sofre desta fragilidade. Por um lado, a produção nacional é largamente insuficiente e muito pouco diversificada para poder satisfazer à procura interior na sua totalidade. Por outro lado, em certos ramos e produção é mais significativa para poder ser escoada dentro do próprio país* (Gengler; 1987; 197).

Esta situação que foi sentida depois do primeiro choque petrolífero (1975), está patente no saldo negativo da balança comercial, a qual não deixa de acusar uma evolução crescente do consumo privado através da importação de numerosos produtos, incluindo os energéticos, as viaturas e os produtos alimentares. Perante este cenário o Luxemburgo, que durante os últimos anos experimentou importantes transformações demográficas e sociais, mas igualmente importantes inovações de natureza tecnológica, tem vindo a sofrer alterações significativas não só nas ocupações dos seus habitantes, mas ainda na divulgação de novas actividades.

Mesmo assim e perante o agravamento do défice da balança comercial, importava estimular as suas próprias exportações. Certamente que tal poderia ser conseguido através do desenvolvimento de novas actividades e pelo desenvolvimento da cooperação transfronteiriça como, por exemplo, a resultante da criação, juntamente com a França e a Bélgica, do «Pôle Européen de Développement». Para além desta iniciativa, espera-se igualmente que esta cooperação reforce a criação de novas actividades, entre as quais se devem contar as que são específicas da terceira vaga de inovação ligadas às teleco-

municações e à telemática, à informática e à automação, largamente divulgadas no Luxemburgo, bem como à engenharia genética, à utilização da biomassa e às energias alternativas que começam a ser desenvolvidas localmente.

Tratam-se de novas tendências, de novos desafios, que hoje se colocam à sociedade luxemburguesa a qual apresenta, como pilar fundamental da sua identidade, não só a língua e a tradição comuns, mas também um sentimento de coesão em torno da monarquia constitucional representada pela dinastia dos Orange – Nassau. Estes aspectos permitirão reforçar o país tornando-o num *Bock* cultural, social, económico e político da Europa Comunitária. Esperamos que tal venha a suceder apesar das suas dimensões ou da sua comparação com as grandes comunidades nacionais formadas pelos dois grandes países vizinhos: a França e a Alemanha.

A concluir diremos como G. Trausch (1992; 241):

«A Europa podia muito bem passar sem o Luxemburgo, nesta hipótese seria um Departamento francês, um Land alemão ou uma Província belga. O destino quiz no entanto outra coisa e os luxemburgueses estão-lhe gratos por isso. Enquanto Estado e Nação o Luxemburgo tem atrás de si um passado de mais de cento e cinquenta anos. Não deixou de assumir as suas responsabilidades no conjunto das nações e desempenhou um papel relevante na cena política internacional. Sempre se assumiu como um parceiro sério e fiável».

B I B L I O G R A F I A

- ALS, Georges (1975) – *La population du Luxembourg*. Luxembourg; Statec.
- (1980) – *Le Luxembourg: profil historique, géographique, économique*. Luxembourg; Service Information et Presse du Gouvernement.
- (1991) – *Histoire quantitative du Luxembourg: 1839-1990*. Luxembourg; Statec.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) – *O espaço migratório luxemburguês*. Aveiro; Universidade de Aveiro (Policopiado).
- (1985) – «A experiência imigratória do Grão Ducado do Luxemburgo». in: *BIBLOS*; vol. LXI; pp. 71-96.
- (1986) – *A emigração portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo*. Porto; Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- CALOT, G. (1978) – *La démographie du Luxembourg: passé, présent et avenir*. Luxembourg; Statec.
- CHESNAIS, J. C. (1991) – *L'évolution démographique au Grand-Duché de Luxembourg*. Paris; Institut National d'Études Démographiques.
- DESSART, Charles (Édit.) (1952) – *Le Luxembourg*. Bruxelles; Charles Dessart Éditeur.
- GENGLER, Claude (1987) – *Le Luxembourg dans tous ses états*. La Garenne-Colombes; Éditions de l'Espace Européen.
- INSTITUT GRAND DUCAL (1981) – *Les étrangers et leur insertion à la collectivité luxembourgeoise*. Luxembourg; Institut Grand Ducal – Section des Sciences Morales et Politiques.
- LEVY, Jérôme (1985) – *Bildung und migration in Luxemburg*. Luxembourg; Ministère de l'Education Nationale et de la Jeunesse.

- MAJERUS, Pierre (1989) – *Les institutions de l'Etat Luxembourgeois*. Luxembourg; Ministère de l'Etat – Service Information et Presse.
- MARGUE, Paul (1984) – *Histoire sommaire du Luxembourg*. Luxembourg; Ministère d'Etat – Service Information et Presse.
- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE (1989) – *Connaissance du monde contemporain*. Luxembourg; Ministère de l'Éducation Nationale.
- MINISTÈRE DE LA JUSTICE (1993) – *La nationalité luxembourgeoise*. Luxembourg; Ministère de la Justice.
- MULLER, Jean Claude (Coord.) (1989) – *De l'Etat à la nation: 1839-1989*. Luxembourg; Ministère d'Etat – Présidence du Gouvernement.
- MULLER, Jean Claude e WILHELM, Frank (Edit.) (1987) – *Le Luxembourg et l'étranger: présences et contacts*. Luxembourg; Association SESAM, a.s.b.l.
- NAZARETH, J. Manuel (1997) – «Prospectiva do envelhecimento demográfico na União Europeia. in: *População e Sociedade* n.º 2; pp. 77-96.
- PAULY, Michel (Coord.) (s/d) – *Letzebuerg de Letzebuerg?.* Luxembourg; Editions Guy Binsfeld.
- PHILLIPS, Michael J. (Edit.) (s/d) – *Destination le Grand-Duché de Luxembourg*. Jersey; Review Publishing Company Ltd.
- PINNEL, Roland (1989) – *Histoire sommaire du tourisme luxembourgeois*. Luxembourg; Ministère d'État et Ministère des Classes Moyennes et du Tourisme.
- SERVICE INFORMATION ET PRESSE (1981) – *Restructuration et modernisation de la sidérurgie luxembourgeoise*. Luxembourg; Service Information et Presse du Gouvernement.
- (1983) – *Notice sur le Grand-Duché*. Luxembourg; Service Information et Presse du Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg.
- (1989) – *Les Institutions de l'État Luxembourgeois*. Luxembourg; Service Information et Presse du Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg.
- (1993) – *Le Grand Duché de Luxembourg*. Luxembourg; Service Information et Presse du Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg.
- (1993) – *Bref aperçu de la Ville de Luxembourg*. Luxembourg; Service Information et Presse du Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg.
- STATEC (1990) – *Recueil statistique par commune (Vol. 1 – Tableaux statistiques)*. Luxembourg; Statec
- *Statistiques historiques: 1839-1989*. Luxembourg; Statec.
- (1991) – *Recensement de la population au 1er mars 1991 – Population de résidence par commune – Résultats provisoires*. Luxembourg; Statec (Septembre).
- *Forces de travail-population* (n.º 4/1991). Luxembourg; Statec.
- (1996) – *Portrait économique du Luxembourg*. Luxembourg; Statec.
- (1997) – *Annuaire statistique: 1996*. Luxembourg; Statec.
- TRAUSCH, Gilbert (1992) – *Histoire du Luxembourg*. Paris; Hatier.

INFLUÊNCIA DOS ÓBITOS PROVOCADOS POR TUMORES E DOENÇAS VASCULARES NA ESPERANÇA DE VIDA: QUE CUSTOS?

Ernesto V. S. Figueiredo e J. M. Sá Cunha Machado
Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho

ABSTRACT

The theme of this research has several stages. The life expectation of Portuguese populations, both male and female, by age groups, are calculated. From the information about causes of death due to tumors as provided by the Health Statistics of 1991, the related figures are subtracted from the death figures and the overall group of life expectation figure is recalculated. The same process is applied to death causes related with cardio-vascular and brain diseases, and again the new life expectation is calculated. Thirdly, using the 91 population, this one was projected into the year 96, considering the mortality profiles: the general profile, that without the tumor casualties, and that without vascular diseases. Finally, proceeding in a methodology similar to the one applied above, and using the 1991 Health Statistics, the effects of these specific causes of death in the study of the growth of life expectation are analysed.

1 – INTRODUÇÃO

A pesquisa demográfica coroada pelo presente relatório de investigação tem como objectivos principais mostrar que há custos sociais (para além de outros custos dificilmente contabilizáveis) implicados nas mortalidades provocadas por doenças cujas causas são susceptíveis de ser, em boa medida, erradicadas da sociedade. Estes custos sociais medem-se pelo efeito registado nas esperanças de vida das populações quando se descontam as mortes provocadas pelas doenças em análise na mortalidade geral observada.

Digamos que constitui tarefa maior deste trabalho a medição do efeito positivo provocado nas esperanças de vida das populações, quando se idealizam mortalidades desprovidas de mortes (tantas vezes precoces) cujas causas são provocadas por doenças. Com base em registos oficiais logramos agrupar as causas de morte devidas a doenças em dois grandes grupos: os tumores de vária ordem (frequentemente malignos como é o caso do cancro) e as doenças cérebro e cardiovasculares (que constituem igualmente, sobretudo as cardiovasculares, um flagelo social dos nossos dias).

Com dados da população portuguesa como fornecidos pelo Recenseamento de 1991 e com dados das mortalidades específicas por idades como fornecidas pelas Estatísticas Demográficas do mesmo ano, por recurso a modelos demográficos bem conhecidos e abordados na Secção 2, calcularam-se as esperanças de vida das populações, masculina e feminina, por escalões etários. Então, por recolha de informação sobre as causas de morte devidas a tumores, tal como fornecida pelas Estatísticas de Saúde de 1991, subtraíram-se

estas mortes nas mortalidades gerais específicas por idades e recalcularam-se as novas esperanças de vida que sairão, obviamente, fortalecidas. Quanto fortalecidas é o que se verá no seguimento.

Por recolha de nova informação sobre as causas de morte devidas a doenças cérebro e cardiovasculares, tal como fornecida pela mesma fonte estatística que forneceu as mortes devidas a tumores e procedendo metodologicamente como acima, recalcularam-se as esperanças de vida desagravadas das mortes ocorridas por doenças vasculares. Também aqui se esperam novas esperanças de vida melhoradas.

A pesquisa realizada, se terminasse com a comparação feita às esperanças de vida aludidas para o ano de 1991, ano a que se reportam os dados demográficos documentados de partida, revestir-se-ia indubitavelmente de interesse científico. No entanto, a teoria demográfica tem vindo a ser desenvolvida nos seus métodos e, actualmente, está em condições de, dada a impossibilidade de se poder recorrer a contagens completas de populações humanas, que o mesmo é dizer, de recenseamentos feitos em cada ano, extrapolar pirâmides populacionais observadas em dado momento (1991 no nosso caso) para momentos situados ao longo de períodos sucessivos de tempo no futuro.

Não se trata de prever o futuro com modelos de previsão semelhantes aos utilizados e desenvolvidos pelos economistas, antes, trata-se de utilizar modelos de projecção de pirâmides populacionais cuja metodologia é abordada, em igualdade de circunstâncias com o que sucede com os modelos reportados para as esperanças de vida, na Secção 2.

Com base nas populações como fornecidas pelo Recenseamento de 1991, projectaram-se estas então ao ano de 1996. Para este ano, é possível recolher-se informação nas Estatísticas Demográficas e nas Estatísticas da Saúde sobre mortalidades gerais observadas por escalões etários e sobre mortalidades observadas por causas de morte, a saber, das mortes devidas a tumores e das mortes devidas a doenças cérebro e cardiovasculares. A lista de causas de morte, agrupadas nestas duas categorias maiores para fins analíticos, reproduz-se em anexo.

Acresce dizer que, para aplicar o modelo de projecção utilizado, indo da pirâmide populacional de 1991 para a pirâmide populacional de 1996, houve que recolher igualmente informação sobre o regime de natalidade ocorrido por idades maternas, o que foi feito, igualmente, por recurso às Estatísticas Demográficas de 1991.

Estendendo a pesquisa ao ano de 1996, é possível então estudar-se:

- a) com base na população projectada e com base na mortalidade geral observada, a esperança de vida geral para as populações;
- b) com base na população projectada e com base na mortalidade geral observada desprovida das mortes causadas pelos tumores, a nova (segunda) esperança de vida;
- c) com base na população projectada e com base na mortalidade geral observada desprovida das mortes causadas pelas doenças cérebro e cardiovasculares, a terceira esperança de vida.

A comparação das três esperanças de vida calculadas, primeiro, para o ano de 1991 e, de seguida, para o ano de 1996, permitem então tirar ilacções pertinentes e seguras, o que será feito adiante.

Nesta análise procedemos por analisar as populações masculinas e femininas de *per si* o que, não constituindo exigência feita à partida, isto é, a pesquisa poderia ter sido

efectuada sem atender à diferenciação por sexo, é, no entanto, correntemente adoptado pelos investigadores sociais, para além de constituir objectivo importante da nossa pesquisa. Pretendemos efectivamente comparar os homens e as mulheres de Portugal que sabemos à partida serem distintos no relativo a estes (e outros) parâmetros demográficos analisados.

Outras hipóteses interessantes poderiam ser formuladas na presente pesquisa que não foram no entanto investigadas. Por exemplo:

- a) quanto aumentariam as populações projectadas ao ano de 1996, se as mortalidades utilizadas para o efeito fossem desprovidas das mortes devidas a tumores, a doenças cérebro e cardiovasculares ou a ambas as causas de morte somadas?;
- b) como cresceriam as esperanças de vida calculadas para o ano de 1996, para as populações obtidas segundo a), com os regimes de mortalidade adoptados na pesquisa? Digamos que o nosso sentido de realismo ditou as fronteiras balizadoras da presente investigação.

2 – A METODOLOGIA DEMOGRÁFICA EM REVISTA

A construção das tabelas de mortalidade consegue-se por iteração da relação entre a taxa de mortalidade específica por intervalos de idades e a taxa correspondente obtida a partir das tabelas de mortalidade, equacionada por um rácio de integrais.

A expressão deste rácio constitui a assim designada *equação fundamental*, em que o numerador representa teoricamente o número total de mortes e o denominador representa a população exposta no mesmo intervalo.

Com alguma álgebra e restrições impostas à função teórica de sobrevivência (ver KEYFITZ e FLIEGER, 1971), pode deduzir-se uma expressão para o número de sobreviventes à idade $x + 5$ melhorados (iterados) a partir dum valor arbitrário inicial que se designa por «*radix*» ou *base* e a que se atribui usualmente o valor 100 000.

Vale a pena referir que no procedimento metodológico referido, parte-se de uma população fictícia de 100 000 indivíduos nados-vivos constituindo uma *coorte* ou *geração* e que, de acordo com os princípios determinísticos subjacentes ao modelo, se deduzem os sobreviventes aos sucessivos intervalos de idades.

Uma vez obtido o vector de sobreviventes pela forma acima descrita, é possível então calcularem-se, entre outras grandezas características das populações, muito úteis nas análises demográficas, as probabilidades de morte nos sucessivos intervalos e as populações estacionárias. Estas últimas constituem um modelo simplificado das populações reais de que foram derivadas, em que a taxa de nascimentos se supõe igualar a taxa de mortalidade e em que esta igualdade de taxas se supõe inalterável.

O modelo das populações estacionárias, derivado dos sobreviventes por uma fórmula recursiva constitui artifício de algum valor apenas em populações fechadas com as natalidades iguais às mortalidades e que tenham assim permanecido ao longo de muito tempo. Em populações caracterizadas por alterações (com rácios de mortalidade diferente dos rácios de natalidade), embora a distribuição das idades (a pirâmide populacional) possa ser parcialmente explicada através do regime das mortalidades permitindo desta forma a utilização dos dados censitários por idades, o modelo estacionário tem que

ser modificado por forma a incluir a taxa de crescimento, positivo ou negativo. Então cai-se no modelo de população estável, abordado no seguimento, que constitui um aperfeiçoamento do modelo estacionário.

Outra grandeza, derivada das sobrevivências, é o número de anos de vida que alguém com idade de x anos, pode esperar atingir durante os próximos n anos. Tal alguém terá uma probabilidade de sobreviver a um curto intervalo de tempo, da mesma forma que o quociente entre o número de sobreviventes à idade de $x + n$ e o número de sobreviventes à idade de x anos representa a probabilidade de sobrevivência à idade $x + n$ para quem tenha chegado à idade x . O tempo de vida esperado ou *esperança de vida* como é designado obtém-se então pelo quociente entre o número de indivíduos de uma população estacionária com idades compreendidas entre x e $x + n$ e os sobreviventes à idade x .

A esperança de vida expressa assim o total de anos de vida esperados entre as idades x , já atingida, e $x + n$, a não ser atingida no caso de n ultrapassar de longe a idade mais avançada realisticamente plausível, isto é, fazendo n suficientemente elevado.

A *esperança de vida à nascença*, caso particular da expressão acima, utiliza-se frequentemente como indicador do nível da mortalidade e como tal expressa, de alguma forma, o nível sócio-económico das sociedade para que é calculado. Porém, para efeitos de comparação entre populações, melhor seria utilizar *standardizações* que não são tão sensíveis às idades extremas.

Visto que as taxas de natalidade e de mortalidade não se correspondem como se aludiu atrás, há que proceder ao cálculo do assim chamado modelo de população estável em vez do modelo estacionário (extremamente artificial), a fim de dar conta do que resultará de futuro à estrutura etária da população observada. Na realidade, o modelo estável por nós implementado não utiliza as fórmulas de estabilização devidas, na sua primeira versão, a EULER (1760), antes, procede por sucessivas projecções das populações observadas de cinco em cinco anos até alcançar uma distância total, situada no futuro, suficientemente ampla, por exemplo, 500 anos. Neste processo de projecção, assegura-se que as flutuações das taxas de mortalidade e de natalidade deixem de causar efeitos na estrutura etária e diz-se que se atingiu, então, uma estrutura estável.

Não constituindo o modelo de projecção adoptado para conseguir a estabilidade das populações nenhum modelo de previsão, há no entanto que reconhecer-se que ele constitui instrumento metodológico valioso que vale a pena descrever ainda que seja de relance.

A relação que traduz a proporção de sobreviventes duma geração (ou coorte) ao intervalo de cinco anos, de x a $x + 4$ numa população estacionária, multiplicada pela correspondente população observada com idades compreendidas entre x e $x + 4$ anos, resulta na correspondente população passados cinco anos (ou projectada cinco anos para a frente), cujo valor decresce obviamente e passa a ter idades compreendidas entre $x + 4$ e $x + 9$ anos de idade.

A projecção duma população observada segundo a estrutura etária por sexo, dá-se então ao longo dos sucessivos intervalos, deixando o primeiro intervalo, definido de zero aos quatro anos, em branco. Para este intervalo, há que estimar a população respectiva, isto é, os sobreviventes dos nascimentos estimados para os cinco anos imediatamente anteriores ao tempo em que se faz a projecção, o que constitui uma segunda tarefa fundamental do procedimento de projecção das populações.

O procedimento de cálculo, reconstituindo os sobreviventes ao total de crianças nascidas no intervalo de cinco anos prévio ao momento de projecção, envolve várias operações. Primeiro, há que estimar o *número de mulheres-anos sujeitas ao risco de gravidez*, já que trabalhamos com o modelo dito de *dominância feminina* em que os nascimentos são atribuídos às mulheres, o que se consegue calculando a média aritmética de dois valores populacionais femininos assim definidos: o inicial, com mulheres de idades x a $x + 4$ anos, e o final, com mulheres de idades x a $x + 4$ anos, após cinco anos, obtido por projecção para diante da «coorte» cinco anos mais novo pelo processo já explicado.

Segundo, há que multiplicar o número de mulheres-anos de exposição à gravidez pela *taxa de nascimentos específica por intervalos de idades*. Esta taxa consegue-se pela relação entre o total dos nascimentos e o total de mulheres no correspondente escalão etário. A operação de multiplicação acima referida gera o número de crianças nascidas para o intervalo de idades considerado.

Terceiro, dado que nos interessa apenas a *taxa de nascimentos femininos específica por idades*, há que multiplicar a taxa acima referida, de nascimentos específica por idades, pela relação entre o total de nascimentos femininos e o total de nascimentos (*índice de feminilidade*).

Quarto, multiplicando a taxa de nascimentos femininos específica por intervalos de idades pelo total de mulheres-anos de exposição à gravidez, como definido acima, e somando os valores numéricos semelhantes obtidos para outros intervalos de idades maternas origina o *número esperado de nascimentos femininos* durante o período de cinco anos.

Quinto, dado que nos interessa os sobreviventes dos nascimentos femininos em vez dos nascimentos femininos em si, definidos acima, há que multiplicar então este número obtido pela proporção de indivíduos de uma população estacionária abaixo de cinco anos com os sobreviventes à idade de cinco anos.

Sexto, neste modelo de dominância feminina, o número esperado de nascimentos masculinos obtêm-se pela multiplicação do *índice de masculinidade*, em vez do índice de feminilidade usado antes, originando a *taxa de nascimentos masculinos específica por idades maternas*. Então, os sobreviventes dos nascimentos masculinos no intervalo de cinco anos obtêm-se, identicamente, multiplicando pela proporção de indivíduos de uma população estacionária abaixo de cinco anos com os sobreviventes à idade de cinco anos provenientes agora das tabelas de mortalidade masculinas.

Finalmente, a fim de arrastar para o presente a população projectada para diante até à obtenção da estabilidade, há que proceder a uma operação de ajustamento que se designa, correntemente, pelo cálculo do *equivalente estável*. Esta operação consiste em dividir a população projectada por uma taxa calculada entre a população existente a determinado ponto no tempo e a sua correspondente cinco anos antes.

Mas o equivalente estável aparece calculado com valores numéricos que pelas suas magnitudes não são facilmente comparáveis aos efectivos homólogos das populações realmente observadas. A fim de proceder a uma harmonização dos efectivos numéricos das duas populações real e estável, para efeitos de comparação, necessário se torna relativizar a população estável e, de seguida, multiplicá-la pelo total da população observada. Desta forma, preservando a estrutura estável, tornam-se os seus efectivos compatíveis com os seus homólogos das populações observadas, permitindo uma comparação entre ambas as distribuições de idades.

3 – AS POPULAÇÕES OBSERVADAS E PROJECTADAS

Nesta secção procederemos à análise dos Gráficos 1 e 2, dando conta, respectivamente, das populações portuguesas masculinas e femininas. Cada figura apresenta dois perfis piramidais distintos que vale a pena comentar: um, o relativo ao ano de 1991,

GRÁFICO 1 – POPULAÇÕES MASCULINAS

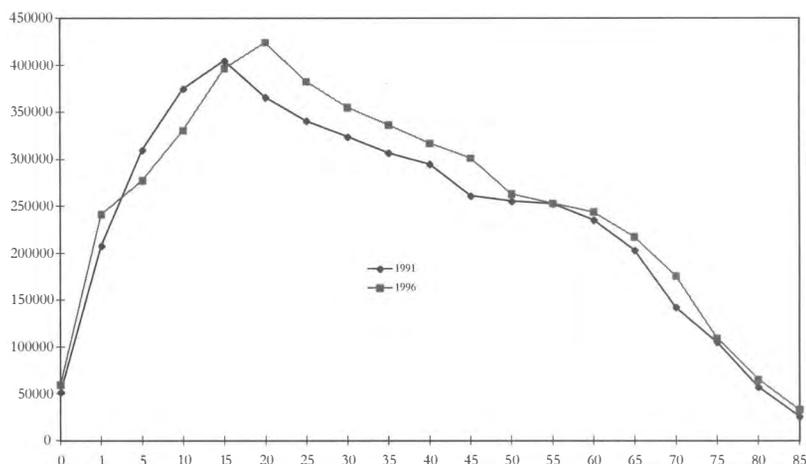
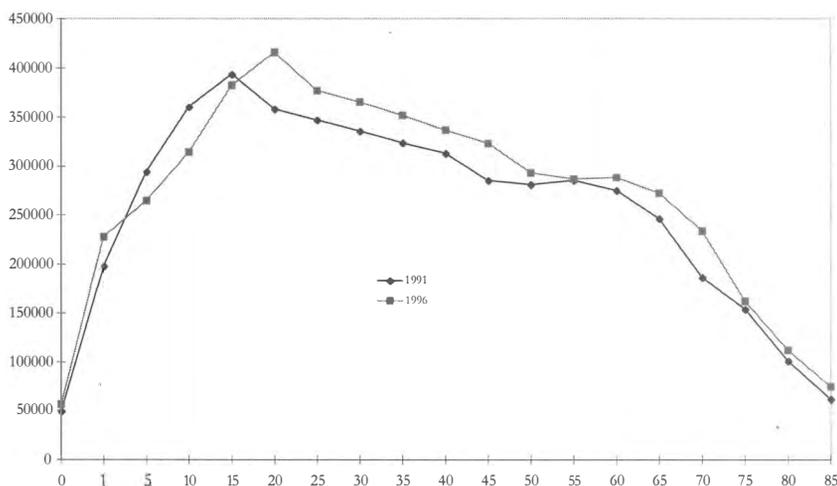


GRÁFICO 2 – POPULAÇÕES FEMININAS



constituído pelas populações realmente observadas; o outro, relativo ao ano de 1996, constituído pelas populações projectadas (com base nas populações observadas de partida, nas mortalidades específicas gerais observadas em 1991 e com base no regime de nascimentos por idades maternas do mesmo ano).

Diga-se que uma população, qualquer população de tipo aberto como as que estamos a estudar, se define do ponto de vista demográfico, crescendo, estagnando ou

decrecendo, em função de parâmetros ou características que há que ter evidentemente em conta. Em «duas» palavras, poderemos dizer que qualquer população, a dado instante, será o resultado do somatório do seu valor registado na última contagem ou recenseamento efectuado com o crescimento natural entretanto ocorrido, traduzido pelo total de nascimentos menos o total das mortes, e com o saldo migratório, traduzido pelo total de imigrados menos o total de emigrados.

A comparação das populações nos Gráficos 1 e 2, que significa o estudo da população de 1996 por contraste com a população de 1991 que lhe deu origem e para a qual esta evoluiu, não considera, no entanto, pela metodologia de projecção descrita na Secção 2, o saldo migratório. É efectivamente uma desvantagem do modelo de projecção mas, à falta de outro modelo melhor que substitua o utilizado, temos que nos ater a esta limitação.

Na estimativa das populações para o ano de 1996 entraram como dados demográficos de base para o modelo de projecção as mortalidades específicas por idades e os nascimentos globais por idades maternas. As duas populações distinguem-se porém por se verificar em 1996:

- a) um aumento global das populações, isto é, 26874 homens e 33824 mulheres;
- b) um aumento relativo dos nascimentos incluídos na classe de idade dos zero anos (o que é de resto confirmado pelas estatísticas oficiais) e um aumento ainda mais pronunciado das crianças da classe de 1-4 anos de idade;
- c) uma diminuição dos jovens situados nas faixas etárias dos 5-19 anos;
- d) um aumento nas camadas populacionais que vão dos 20 aos 54 anos;
- e) uma quase igualdade de valores populacionais no escalão etário dos 55-59 anos; e
- f) uma supremacia relativa de pessoas a partir dos 60 anos, em todos os restantes escalões superiores.

As constatações feitas acima são praticamente comuns aos Gráficos 1 e 2, pelo que os perfis masculinos e femininos evoluídos de 1991 para 1996 fizeram percursos muito semelhantes, o que é aceitável. De sublinhar o facto das pirâmides populacionais em contraste não revelarem, ao contrário de outras por nós analisadas em trabalhos anteriores (FIGUEIREDO, 1988) contruídas com base em recenseamentos anteriores, reentrâncias muito pronunciadas nos intervalos etários correspondentes às idades das populações activas. Este facto atesta da diminuição do efeito da emigração provocado na estrutura populacional actual.

4 – OS REGIMES DE MORTALIDADE

Como já ficou referido ou subentendido nas secções anteriores, as mortalidades específicas por idades têm uma importância decisiva na evolução das populações que as experimentam. Nesta secção passaremos em revista as mortalidades masculinas e femininas registadas em 1991, Gráficos 3 e 4, e as mortalidades masculinas e femininas registadas em 1996, Gráficos 5 e 6.

GRÁFICO 3 – REGIMES DE MORTALIDADES MASCULINAS EM 1991

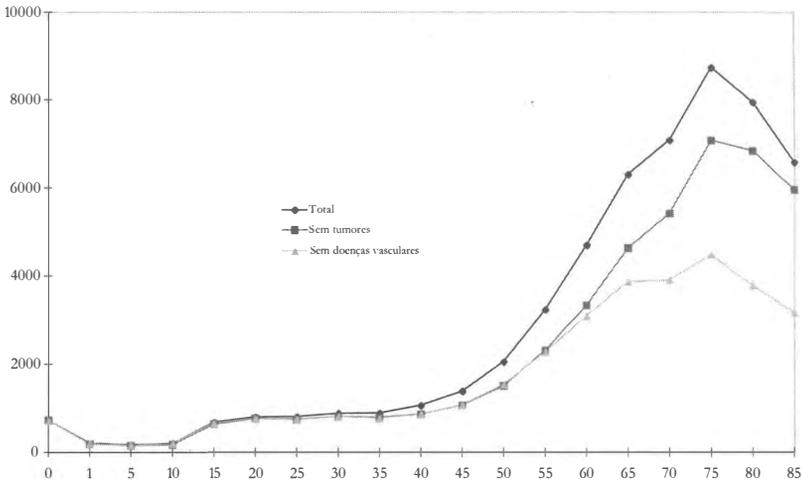
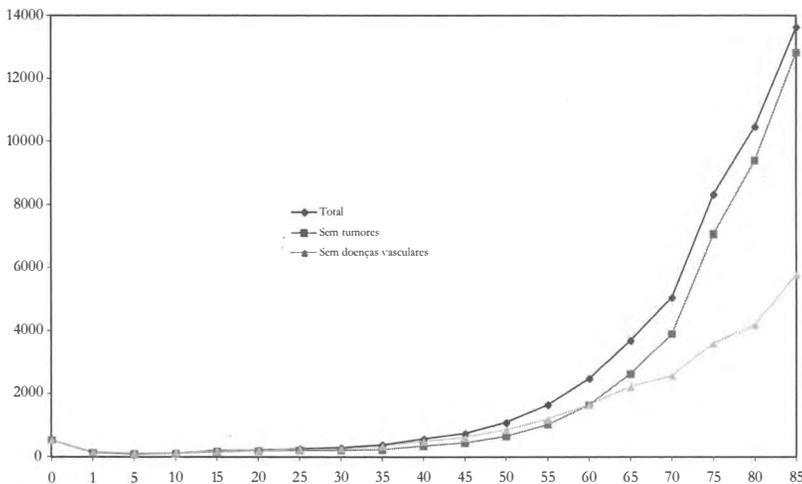


GRÁFICO 4 – REGIMES DE MORTALIDADES FEMININAS EM 1991



O Gráfico 3, à semelhança do que acontece com os seus homólogos restantes em análise, dá-nos conta de três regimes de mortalidade:

- o regime de mortalidade geral;
- o regime de mortalidade em que estão ausentes as mortes devidas a tumores; e
- o regime de mortalidade em que estão ausentes as mortes devidas a doenças cérebro e cardiovasculares.

Os quatro Gráficos atrás referidos são muito explícitos, merecendo-nos apenas alguns comentários. Os regimes de mortalidade masculinos e femininos divergem entre

GRÁFICO 5 – REGIMES DE MORTALIDADES MASCULINAS EM 1996

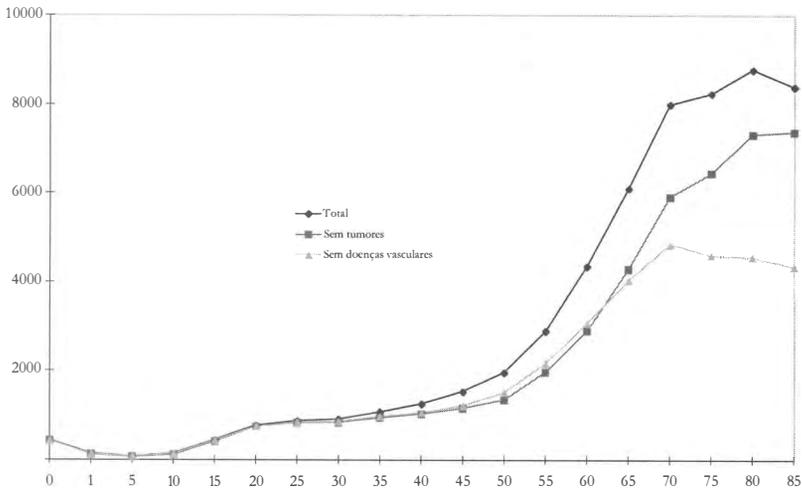
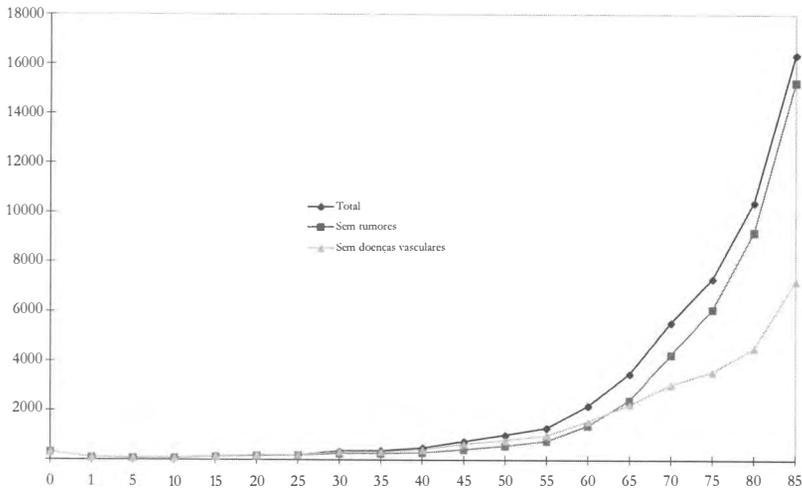


GRÁFICO 6 – REGIMES DE MORTALIDADES FEMININAS EM 1996



si, independentemente dos anos de observação, da forma que é bem conhecida da teoria demográfica. Em geral, nascem mais homens que mulheres o que acarreta maior mortalidade infantil masculina que feminina. A mortalidade masculina começa a fazer-se notar consideravelmente a partir da idade dos 15 anos até às idades superiores. O aceleração das mortalidades masculinas ocorre sobretudo a partir dos 50 anos.

Em 1991, Gráfico 3, o pico dos perfis das mortalidades ocorre na classe dos 75-79 anos. Em 1996, Gráfico 5, o pico da mortalidade geral e o pico da mortalidade

desprovida das mortes devidas a tumores ocorrem simultaneamente na classe dos 80-84 anos; curiosamente, o pico da mortalidade desprovida das mortes devidas a doenças cérebro e cardiovasculares ocorre mais cedo, no intervalo dos 70-74 anos. Este facto atesta da gravidade crescente nos nossos dias das doenças cérebro e cardiovasculares a afectarem as populações cada vez mais idosas.

Tendo-se feito a análise das mortalidades masculinas, fica implicitamente feita a análise das mortalidades femininas, não se justificando da nossa parte adicional esforço descritivo mas remetendo o leitor interessado para a comparação dos gráficos ou, em alternativa, para os valores numéricos que lhes deram origem. Acresce dizer que os três regimes de mortalidade considerados são muito idênticos até ao intervalo dos 25-29 anos nos homens e até ao intervalo dos 30-34 anos nas mulheres. A partir daqui começam a divergir entre si.

Nos homens, a mortalidade desprovida de mortes devidas a tumores é praticamente coincidente com a mortalidade desprovida de mortes devidas a doenças cérebro e cardiovasculares até ao intervalo dos 55-59 anos. A partir desta idade, sobretudo notável em 1996, as mortes devidas a doenças cérebro e cardiovasculares são responsáveis por uma parcela das mortes globais que chega a ultrapassar os 50 % nalguns intervalos de idade.

Nas mulheres, a mortalidade desprovida de mortes devidas a tumores é algo inferior à mortalidade desprovida de mortes devidas a doenças cérebro e cardiovasculares dos 35 anos até ao intervalo dos 60-64 anos. Esta constatação testemunha o facto dos tumores constituírem prioritariamente nas mulheres (até à idade dos 60-64 anos) um factor de mortalidade mais sério que as doenças cérebro e cardiovasculares. A esta verificação não serão estranhos os cancros da mama tanto em voga nas mulheres dos nossos dias. A partir dos 65 anos, à semelhança do que ocorre nos homens, são as doenças cérebro e cardiovasculares que respondem pela fatia mais considerável da mortalidade geral.

5 – AS ESPERANÇAS DE VIDA

As esperanças de vida, sejam estas calculadas à nascença ou nos sucessivos escalões etários que definem qualquer pirâmide populacional, constituem parâmetros populacionais de informação importantes nos mais diversos contextos de pesquisas sócio-demográficas.

Nesta secção procederemos à análise dos Gráficos 7, 8, 9 e 10, dando conta de variadas esperanças de vida. O Gráfico 7 apresenta três esperanças de vida masculinas relativas ao ano de 1991, assim definidas:

- a) uma, a esperança de vida corrente ou total, calculada com base na mortalidade global masculina;
- b) outra, a esperança de vida que se verificaria se as mortes causadas por tumores fossem eliminadas;
- c) a terceira, a esperança de vida que se verificaria se as mortes causadas por doenças cérebro e cardiovasculares fossem eliminadas.

GRÁFICO 7 – ESPERANÇAS DE VIDA MASCULINAS EM 1991

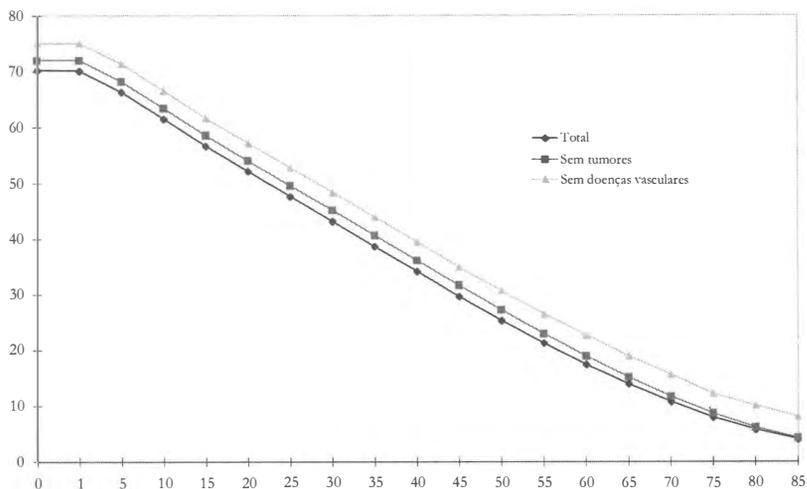
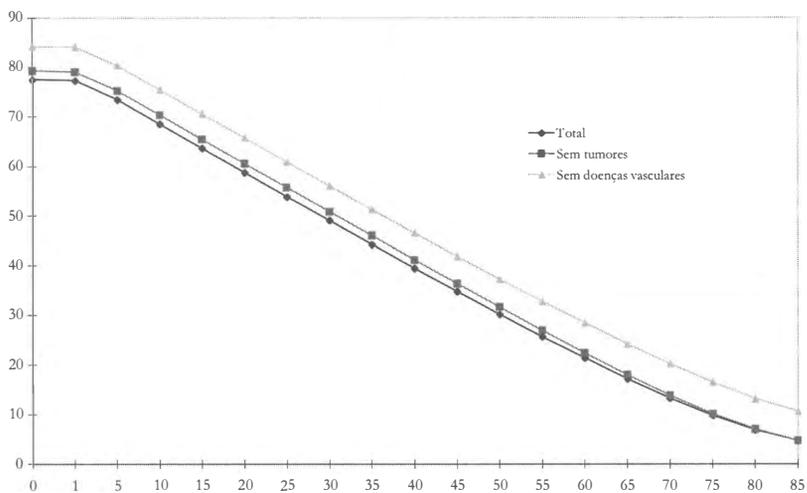


GRÁFICO 8 – ESPERANÇAS DE VIDA FEMININAS EM 1991

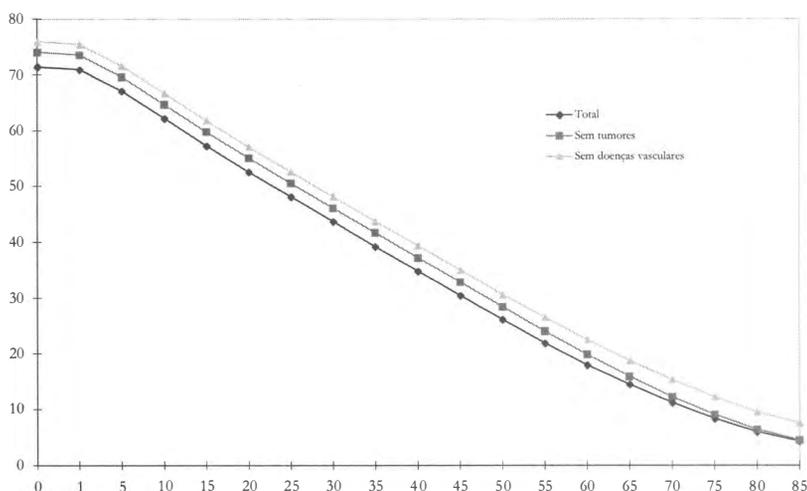


Por inspeção do Gráfico 7 ressalta clara a conclusão de que as esperanças de vida, em 1991, para os homens, resultam consideravelmente melhoradas, que o mesmo é dizer alargadas, quando se descontam as mortes causadas por tumores ou por doenças cérebro e cardiovasculares. No caso dos tumores, regista-se um alargamento das esperanças de vida em todos os escalões etários de cerca de 2 anos, exceção feita a partir dos 65 anos. No caso das doenças cérebro e cardiovasculares, regista-se um alargamento ainda maior (mais palpável) dos valores das esperanças de vida, em todos os escalões etários, que ronda os 5 anos, o que é notável.

Por inspecção do Gráfico 8, homólogo do Gráfico 7 mas relativo às mulheres, extrai-se, grosso modo, a mesma conclusão. Embora seja bem conhecido que as esperanças de vida femininas são sempre superiores às masculinas (cerca de 7 anos à nascença que vai diminuindo paulatinamente até menos de um ano no escalão dos 85 e mais anos), a verdade é que estas resultam igualmente alargadas (melhoradas) quando se descontam na mortalidade geral as mortes provocadas por tumores e por doenças cérebro e cardiovasculares.

No caso dos tumores (em que um dos mais sérios é, como se disse, o cancro da mama) as esperanças de vida das mulheres resultam melhoradas em cerca de 2 anos à nascença, assim permanecendo até à idade dos 49 anos, diminuindo este valor a partir daqui até se tornar insignificante nos escalões de idades superiores. No caso das doenças

GRÁFICO 9 – ESPERANÇAS DE VIDA MASCULINAS EM 1996



cérebro e cardiovasculares, as esperanças de vida das mulheres resultam, excedendo o que ocorre nos homens, ainda mais alargadas de cerca de 6 a 7 anos em praticamente todos os escalões etários.

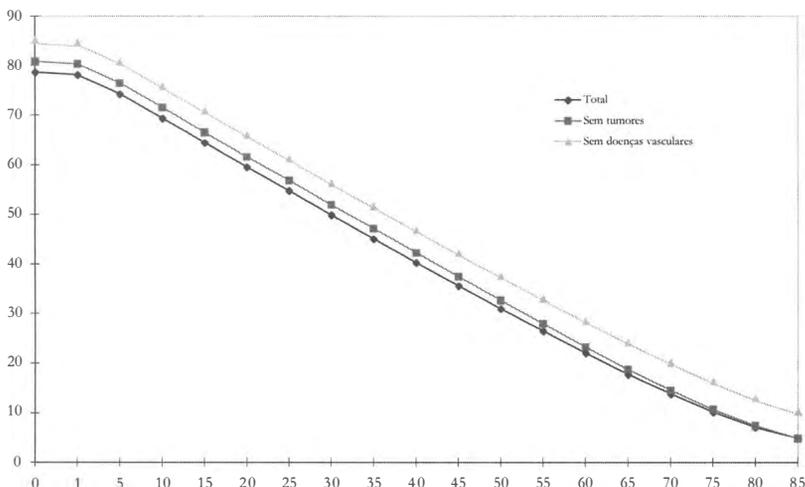
Analisando agora o Gráfico 9, dando conta das esperanças de vida masculinas para a população projectada ao ano de 1996 e submetida aos três regimes de mortalidade acima aludidos, valerá a pena fazer ressaltar alguns factos. As esperanças de vida das populações masculinas suportando a mortalidade global aumentam ligeiramente de 1991 para 1996. Este facto só é detectado por comparação detalhada dos Gráficos 7 e 9, sobretudo ao nível da classe etária dos zero anos ou então por leitura dos valores numéricos que originaram os respectivos gráficos. Podemos constatar que em 1996 a esperança de vida à nascença, para os homens, se situa em cerca de um ano acima da que é registada em 1991.

Por inspecção directa do Gráfico 9 ressaltam, grosso modo, as mesmas grandes alterações anteriormente referidas provocadas na esperança de vida calculada com base na mortalidade global. No caso dos tumores, regista-se um alargamento das esperanças

de vida em cerca de 2,5 anos à nascença, valor este que se mantém até cerca dos 50 anos, reduzindo-se em seguida gradualmente até se confundir por completo com a esperança de vida baseada na mortalidade geral. Como se vê, os tumores são responsáveis por uma diminuição da esperança de vida das populações sobretudo até ao final da vida activa, o que significa que os tumores são uma doença susceptível de ser detectada e prevenida. No caso das doenças cérebro e cardiovasculares regista-se um alargamento ainda maior dos valores das esperanças de vida em todos os escalões etários e que ronda os 5 anos. O efeito das doenças cérebro e cardiovasculares, nas esperanças de vida masculinas, é assim muito semelhante em 1991 e em 1996.

Finalmente, a análise do Gráfico 10 homólogo do Gráfico 8 mas relativo a 1996, permite ainda alguns comentários. Não restam dúvidas de que as esperanças de vida

GRÁFICO 10 – ESPERANÇAS DE VIDA FEMININAS EM 1996



calculadas para 1996 saem todas melhoradas em cerca de 1 ano à nascença, quando comparadas com as suas homólogas de 1991. As esperanças de vida com base na mortalidade geral resultam, em igualdade de circunstâncias com os casos anteriores, igualmente melhoradas quando se desconta na mortalidade geral as mortes provocadas por tumores e por doenças cérebro e cardiovasculares.

No caso dos tumores, as esperanças de vida das mulheres resultam acrescidas de quase 2 anos à nascença até este valor se tornar, nos escalões superiores, insignificante. Como resultado, a esperança de vida visada fica quase coincidente com a esperança de vida com base na mortalidade geral. Este facto atesta assim da gravidade dos tumores nas mulheres, sobretudo antes das idades mais avançadas. No caso das doenças cérebro e cardiovasculares, as esperanças de vida das mulheres resultam, um pouco à semelhança do que ocorre nos homens, mas excedendo-os, ainda mais alargadas de quase 7 anos à nascença e mantendo-se este valor praticamente constante até aos escalões superiores. Não restam dúvidas, por conseguinte, que estas doenças afectam as esperanças de vida das mulheres de forma muito significativa em todos os intervalos de idades.

6 – CONCLUSÕES

Reunamos em algumas linhas, em jeito de síntese, o que ficou escrito ao longo do texto. Pela análise e interpretação dos resultados obtidos nesta pesquisa parece-nos estratégico sublinhar os seguintes factos:

1 – As populações masculinas e femininas projectadas de 1991 para 1996 parecem condizer com alguns factos já publicados pelas estatísticas oficiais. Contam-se entre estes:

- a) uma viragem relativa de subida na tendência descendente que vinha caracterizando o total de nascimentos ao longo dos últimos anos;
- b) uma progressiva acumulação de pessoas nos escalões de idades superiores, dito de outra forma, um progressivo envelhecimento das populações;
- c) uma diminuição dos jovens compreendidos entre os 5 e os 19 anos; e
- d) um reforço nas camadas das populações activas.

2 – As curvas de mortalidades masculinas e femininas são o que ditam os números. De 1991 para 1996 verifica-se uma atenuação na mortalidade infantil (classe dos zero anos) afectando de sobremaneira os varões. Da idade de 1 ano até aos 14 anos, as mortalidades têm em geral pouca expressão. Mas, a partir dos 15 anos nas populações masculinas, a mortalidade geral ganha expressão considerável intensificando-se a partir dos 45 anos em 1991 e a partir dos 50 anos em 1996. Para as mulheres, a mortalidade geral ganha expressão a partir do período fértil, intensificando-se, progressivamente, pelos escalões etários superiores.

3 – As mortalidades provocadas nas populações pelos tumores e pelas doenças cérebro e cardiovasculares são de grandeza assinalável, caso contrário, talvez não se justificasse a presente investigação. De maior efeito nos regimes de mortalidade geral representam as doenças cérebro e cardiovasculares que se têm vindo a intensificar nas populações masculinas em escalões de idades superiores. As mortes causadas pelos tumores constituem problema particularmente grave nas mulheres, mesmo mais grave que as mortes causadas por doenças cérebro e cardiovasculares, até à idade dos 59 anos.

4 – As esperanças de vida das populações têm vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Esta tendência confirma-se pela comparação de 1991 para 1996. Se fossem erradicadas as mortes devidas a tumores, as esperanças de vida das populações aumentariam em cerca de 2 anos à nascença o que é de assinalar. Se fossem erradicadas as mortes devidas a doenças cérebro e cardiovasculares, as esperanças de vida das populações afectadas aumentaria em cerca de 5 anos à nascença nos homens e em cerca de 6-7 anos à nascença nas mulheres, o que é ainda mais notável.

5 – A conclusão inequívoca desta pesquisa, seguindo uma hipótese de bom senso que sai confirmada, é a seguinte: a erradicação de doenças, no caso analisado os tumores (em que se encontram os tumores malignos) e as doenças cérebro e cardiovasculares (que constituem um flagelo maior nos nossos dias), faz aumentar significativamente as esperanças de vida das populações. Parece óbvio estabelecer então que, a fim de aumentar

a esperança de vida das populações, valerá a pena, se não erradicar na totalidade determinadas doenças (as doenças vasculares incidindo fundamentalmente nas idades mais avançadas não se conseguem erradicar), pelo menos implementar políticas de medicina preventivas (ou curativas) que atenuem a sua incidência consideravelmente (as doenças devidas a tumores afectam sobretudo as idades activas).

A N E X O

LISTA DE DOENÇAS CONSIDERADAS NAS CAUSAS DE MORTE ESTUDADAS

(DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DAS DOENÇAS, TRAUMATISMOS E CAUSAS DE MORTE – OMS, 9.ª REVISÃO, 1975)

DOENÇAS	CAUSAS DE MORTE ESTUDADAS
TUMORES	<p>08 – Tumores malignos (Neoplasmas malignos) dos lábios, da cavidade bucal, e da faringe.</p> <p>09 – Tumores malignos (Neoplasmas malignos) dos órgãos do aparelho digestivo e do peritoneu.</p> <p>10 – Tumores malignos (Neoplasmas malignos) dos órgãos do aparelho respiratório e dos órgãos intratorácicos.</p> <p>11 – Tumores malignos (Neoplasmas malignos) dos ossos, do tecido conjuntivo, da pele e da mama.</p> <p>12 – Tumores malignos (Neoplasmas malignos) dor órgãos geniturinários.</p> <p>13 – Tumores malignos (Neoplasmas malignos) de outras localizações e de localizações não especificadas.</p> <p>14 – Tumores malignos (Neoplasmas malignos) do tecido linfático e dos órgãos hematopoéticos.</p> <p>15 – Tumores benignos (Neoplasmas benignos).</p> <p>16 – Carcinoma «<i>in situ</i>».</p> <p>17 – Outros tumores e os não especificados.</p>
DOENÇAS DO CÉREBRO E CARDIOVASCULARES	<p>26 – Doenças hipertensivas.</p> <p>27 – Doenças isquémicas do coração.</p> <p>28 – Doenças da circulação pulmonar e outras formas de doenças do coração.</p> <p>29 – Doenças cérebro-vasculares.</p> <p>30 – Outras doenças do aparelho circulatório.</p>

BIBLIOGRAFIA

- FIGUEIREDO, E. V. S. – *Populações Projectadas e Populações Estáveis: Teoria das Populações Estáveis* – C. C. H. S., Universidade do Minho, Braga, 1988.
- *Tábuas de Mortalidade: Teoria das Populações Estacionárias* – C. C. H. S., Universidade do Minho, Braga, 1988.
- FIGUEIREDO, E. V. S., MACHADO, J. M. S. C. – *Esperanças de Vida e Modelos Estáveis na População Portuguesa: Que Melhorias?* – Comunicação apresentada à 5.ª Conferência CEMAPRE, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Estatísticas Demográficas de 1991* – Lisboa.
- *Estatísticas da Saúde de 1991* – Lisboa.
- *Estatísticas da Saúde de 1996* – Lisboa.
- *Recenseamento da População de 1991* – Lisboa.
- KEYFITZ, N. – *Applied Mathematical Demography*, John Wiley & Sons, New York, 1977.
- KEYFITZ, N., FLIEGER, W. – *Population - Facts and Methods of Demography*, W. H. Freeman and Company, San Francisco, 1971.
- POLLARD, A. H., et al. – *Demographic Techniques*, Pergamon Press, Sydney, 1991

FAZER E DESFAZER UM PRECONCEITO: O DA MORTALIDADE «EXCEPCIONAL» DE AVEIRO NO SÉC. XVIII *

Inês Amorim

Faculdade de Letras do Porto, Instituto de História Moderna (IHM-UP)

ABSTRACT

During the late 18th and early 19th centuries, the local authorities of Aveiro referred to a gradual decrease in the city's population due to a high death rate which started in the 17th century and was attributed to the expansion of the offshore ridge sand bar and consequent accumulation of sand in the ria's channels causing the obstruction of the navigability of the River Vouga. However, an analysis of the evolution of the population's growth rate shows that the phenomenon was not evolution of the population's growth rate shows that the phenomenon was not exclusive to this region. Yet, this type of discourse was open to navigation the city would be more attractive and capable of preventing future migrations, therefore more able to compete with other urban centres such as Oporto and Figueira da Foz.

As mudanças no volume e distribuição da população eram sentidas, ao longo do séc. XVIII, como factores condicionadores quer da oferta (produção agrícola e rendas) quer da formação de um mercado consumidor, inserindo-se numa reflexão geral sobre a sociedade. O seu equilíbrio era essencial para uma boa circulação de pessoas e bens num Estado em construção, percepção que se agudiza na 2.^a metade do século XVIII graças ao importante fenómeno político que foi o pombalismo, enfatizador da interdependência entre o progresso agrícola e as condições de comercialização ¹. Depois da saída a público dos três primeiros volumes das Memórias Económicas da Academia Real das Ciências a reflexão torna-se mais alargada sobre os obstáculos que impediam um desenvolvimento económico baseado «na estrutura de administração e jurisdição económicas do Estado, na estrutura das corporações das artes e ofícios, na estrutura do funcionamento do mercado interno e externo e, sobretudo, na estrutura senhorial da propriedade, da produção e da tributação agrícolas» ². Ora a população, que fora já um dos fios condutores do mercantilismo, com as doutrinas fisiocráticas, dominantes ao longo do séc. XVIII, transforma-se numa das preocupações fundamentais do Estado – ter muitos vassallos, porque era nos seus braços que residia a força de uma Nação. Esta só cresceria mediante a facilidade de empregar e sustentar os homens, proporcionalmente à quantidade de subsistências disponíveis ³.

À primeira vista Aveiro reunia condições para um equilíbrio perfeito ao articular, através do rio Vouga, o interior com o litoral, espraiando-se para o mar:

«a esta cidade descem os povos circum-vizinhos [...] pelos rios Cértima, Alfusqueiro e Vouga em barcos e por estes levam os mesmos géneros com muito pouca despesa» ⁴.

Esta fluidez era, porém, uma imagem ideal, que pretendia conferir a Aveiro um papel naturalmente nuclear, relativamente a um vasto espaço que chocava com a percepção crescente, ao longo dos sécs. XVII e XVIII, e que vigorou até aos nossos dias, de um infeliz decréscimo populacional da cidade, provocado por mortalidades sucessivas cujo maior responsável foi o entupimento da Barra, conseqüente assoreamento dos canais da Ria de Aveiro e obstrução da navegabilidade do rio Vouga. O antagonismo entre a desagradável realidade e as potencialidades naturais marcam a historiografia aveirense, como se se tratasse de um caso único e, inevitavelmente, um triste destino da cidade após o esplendor saieiro ou o período marcante da princesa Joana e das atenções do Príncipe Perfeito⁵.

Tentaremos então desfazer este conceito desfiando as razões para a sua construção, avaliando a sua inconsistência e, sobretudo, procurando as razões para a sua perenidade.

1 – COMO SE CONSTRÓI UM PRECONCEITO

Podemos datar, de 1685, o primeiro discurso no sentido de alertar para o esvaziamento da cidade. Quer uma Memória da época, quer o documento relativo ao encabeçamento das sisas da mesma data, desenvolvem um discurso de declínio da cidade, baseado numa diminuição dos seus efectivos, apresentando os diversos factores para tal acontecimento *«a mudança de muitas famílias que foram morar para outras terras do reino por casamentos, ou conveniências, as guerras de África onde militararam e morreram muitos nobres desta vila, a declinação dos tempos, e as epidemias tem diminuído o povo»; «o achaque das maleitas ... e as epidemias tem sido a principal das razões porque a maior parte da nobreza, e pessoas abastadas a tenham abandonado»*⁶. E, continua o Memorialista, o motivo maior, residiria no entupimento da barra, com demoras e gastos na sua recuperação, concluindo que, sem obras urgentes *«daqui a pouco mais de meio século não terá esta vila por moradores se não os que se ocupam na pesca, alguns mareantes, e aqueles que não tiverem meios de irem para outras partes»*.

Esta ideia de um abandono da cidade, volta a surgir na pena do pároco, autor da MP de 1758, referindo um leque de razões: *«a falta de comércio, a continuada vexação das fintas, o estrago das doenças e finalmente a mudança dos tempos, tem reduzido esta vila ao pequeno número de habitadores que hoje a povoam»*⁷, todas ligadas às dificuldades da Barra.

Este conjunto de reflexões repete-se ao longo do séc. XVIII, na boca da Vereação da cidade, embora as queixas se refiram à diminuição de contribuintes, não da população em geral, mas sempre associadas ao entupimento da Barra. Esta consciência ganha novo alento, nos inícios do séc. XIX, quando se projecta e executa a obra de abertura da barra de Aveiro, pelo engenheiro Luis Gomes de Carvalho. Este escreveu uma série de documentos que tiveram forte divulgação em jornais da época. Ao justificar a sua opção de intervenção na Barra, apresentou uma *«Memória Descritiva ou circunstanciada do plano... na abertura da barra de Aveiro...»*, partindo duma justificação da antiga prosperidade de Aveiro, onde consta o facto de *«estar reduzida em 1802 a 900 fogos miseráveis, no ano de 1685 tinha 1 710 fogos; e em 1575 chegava o seu número a 2 500, que deviam além disso ser mais abastados, porque o aumento da população é uma consequência natural das facilidades, riqueza e vantagens que um país oferece à felicidade da espécie humana, para a atrair e propagar»*⁸. Estes números, estas palavras, foram, repetidamente, retomados e serviram para que o mesmo engenheiro elaborasse uma *«Memória sobre a cidade de Aveiro»*, que

foi publicada no *«Jornal de Coimbra»*, em 1812⁹, e no *«Investigador Portuguez em Inglaterra»* em 1813¹⁰, dada como memória anónima, mas que, facilmente, identificamos, como sendo da autoria do próprio Luis Gomes de Carvalho¹¹. Refere-se à frequência da morte provocada por epidemias cíclicas que *«em breves anos transformam Aveiro num deserto e uma terra perdida para o Estado»*¹². Esta perspectiva, dum abatimento drástico do quantitativo populacional, foi repetida até aos nossos dias, colhendo-se, naquela Memória, a ideia de um declínio irreversível, desde o séc. XVII, só interrompido pela feliz *«ressurreição»* da cidade, nos inícios de XIX, a partir da abertura da Barra de Aveiro, em 1808¹³. Aliás, o mesmo engenheiro preocupou-se em compilar uma série de documentos, escritos pelo punho de médicos-cirurgiões, o Senado da Câmara, o Bispo da Diocese de Aveiro, o Governador de Armas do Partido do Porto, escrivães da Alfândega e da Superintendência da Barra¹⁴, que atestassem um relacionamento intrínseco entre os problemas da barra, o recrudescimento da mortalidade e o declínio da população.

2 – DESFAZER O PRECONCEITO

A avaliação quantitativa, a partir de dados globais «estatísticos», conhecidos para o séc. XVIII, e a utilização dos registos paroquiais foram as bases de análise para uma aproximação quantitativa da evolução da mortalidade em Aveiro.

A – Evolução e movimentos da população, a partir dos numeramentos e memórias

Aveiro era, sem dúvida, uma cidade modesta, como demonstram as sucessivas avaliações da população de Aveiro, ao longo do séc. XVIII. Reunimos os elementos informativos, as estimativas sobre a população da cidade, em cortes cronológicos: informações de carácter administrativo, 1685 – Encabeçamento das Sisas (que contém o montante de fogos, quer para 1575, data do primeiro encabeçamento, quer para aquela segunda data¹⁵), 1732 – *Geografia Histórica*, 1798 – *Censo de Pina Manique*, e de carácter eclesiástico, inquéritos paroquiais de 1721, 1756, 1758, 1775, 1801¹⁶.

Vejamos então a síntese destes dados no quadro seguinte:

QUADRO I – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS AO LONGO DO SÉC. XVIII

FREGUESIAS	A N O S							
	1575	1685	1721	1732	1758	1775	1798	1801
S. Miguel	–	450	370	347	–	241	243	231
Espírito Santo	–	375	370	372	–	363	360	345
Vera Cruz	–	455	385	379	–	340	319	282
Apresentação	–	370	239 *	233	–	222	219	201
Total	2 500	1 650	1 364	1 331	1 047	1 166	1 141	1 059
Variação	–	– 850	– 286	– 33	– 284	+ 119	– 25	– 82
Taxa cresc. em %	–	– 0,38	– 0,53	– 0,22	– 0,92	+ 0,64	– 0,09	– 1,85

* Não regista, mas para um valor aproximado, e para conseguir uma avaliação global para aquele ano utilizámos o quociente almas/fogo médio de 3,4, obtido a partir dos quocientes das restantes freguesias.

FONTE: Ver nota 16 e 17.

São dados parcos, desconfia-se das terminações em 0 e 5, mas não se podem ignorar, totalmente. Verifica-se um acentuado declíneo do número de fogos, ao longo do séc. XVIII, sobretudo no 2.º quartel e, em 73 anos (1685-1758), perderam-se perto de 600 fogos, sendo a taxa de crescimento de 1732 a 1758 de - 0,92%. O único sinal positivo, verificado em 1775, acaba por ser absorvido, nos anos seguintes.

Comparem-se, agora, os números respeitantes a Almas (entendam-se maiores de 7 anos), com excepção de 1801 que diz respeito a toda a população, inclusive menores:

QUADRO II - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALMAS NO SÉC. XVIII

FREGUESIAS	ANOS				
	1721	1732	1756	1758	1801
S. Miguel	1 297	1 148	850	–	895
Espírito Santo	1 300	1 231	800	–	1 122
Vera Cruz	1 212	1 248	965	–	904
Apresentação	814	760	625	–	872
Total	4 623	4 387	3 240	3316	3 793
Variação	–	– 236	– 1147	+ 76	+ 477

Facilmente se observa uma queda dos efectivos, dentro das mesmas décadas, referidas acima, queda de mais de 1 000 almas até meados de XVIII que, só em finais do mesmo, parece recuperar, parcialmente. Na verdade, se se pensar que o número de fogos se mantém entre 1758 e 1801 (veja-se Quadro I), o que se verificou foi o não registo de menores de 7 anos em 1758, visto tratar-se de Almas de comunhão. A comprová-lo, uma simples operação aritmética: deduzindo ao montante de 3 793 pessoas, 472 menores de 7 anos, montante atribuído a este grupo no Recenseamento de 1801, restam 3 321 indivíduos, praticamente equivalente às 3 316 de 1758.

Em suma, por estes dados globais, diríamos que a população de Aveiro teria declinado até meados de XVIII, provavelmente, e de forma mais acentuada, entre 1732 e 1758, tornando-se estacionária na 2.ª metade, apesar da tentativa de recuperação entre a década de 50 e 70, como a evolução dos fogos parece apontar.

Terá o seu interesse comparar as taxas de crescimento que elaborámos para a cidade entre 1732, 1758 e 1801, com os cálculos conhecidos para todo o Reino.

QUADRO III - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO REINO E DE AVEIRO AO LONGO DO SÉC. XVIII

DESIGNAÇÃO	ANOS		
	1732-1758	1758-1801	1732-1801
Aveiro *	– 0,40 %	+ 0,01 %	– 0,14 %
Reino **	A - 1732-1776 + 0,58	1776-1801 + 0,24	1732-1801 + 0,46
	B - 1700-1750 + 0,06	1750-1800 + 0,46	– –

FONTE: * Cálculos feitos em AMORIM, Inês – *Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII...*, Vol. 2, Porto, Faculdade de Letras, 1996, anexos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do Cap. 4.

** SERRÃO, José Vicente – *O quadro humano*, in «História de Portugal», Vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, Quadros II e III, pp. 52-53.

Em Aveiro a taxa de crescimento média anual é negativa na primeira metade do séc. XVIII (1732 a 1758) e positiva, pouco acima dos 0 %, na segunda metade. Conjugada com o resto do Reino concorda com a estimativa B que refere um menor crescimento na primeira metade e melhora a situação na segunda metade, embora Aveiro esteja bem abaixo dos níveis do Reino. Denota-se porém, que a partir de finais dos anos de 70 se teria verificado uma inflexão do crescimento em todo o Reino como a estimativa A aponta, aspecto que igualmente se verificou na cidade (ver Quadro I).

Em suma, podemos afirmar que o comportamento da evolução da população de Aveiro se aproxima, globalmente, do movimento conhecido para o Reino.

B – Os registos paroquiais: mortalidade e crises demográficas

Conscientes dos limites que os registos paroquiais impuseram desde a dispersão ¹⁷, às lacunas ¹⁸, e à suspeita inevitável de sub ou sobreregistos, tentámos construir algumas séries. No caso dos óbitos está já provado, para alguns casos, que uma percentagem significativa de crianças passava despercebida ¹⁹. Em Aveiro parece acontecer o mesmo, como as fontes, explicitamente, escrevem «*não acabou o registo [de baptismos] porque faleceu logo*»²⁰. Além disto, distinguir uma mortalidade juvenil, dita de «menores», cujo critério variou, conforme se entendia, de confissão, abaixo dos 7, ou de comunhão, abaixo dos 14, torna-se difícil ²¹. Felizmente que o facto de os párcos explicitamente escreverem menores de 7, ou então, quando passam a considerar menores de comunhão e indicam as idades das crianças, uniformizou o critério.

Os baptismos parecem marcar exageros, especialmente na hipótese de registo de crianças expostas ou ilegítimas, exteriores à aglomeração, como parece certo acontecer a partir da última década de XVIII e, sobretudo, inícios de XIX, quando oficialmente a Câmara foi notificada nesse sentido ²². Mais delicado ainda se torna avaliar o montante dos casamentos, perturbado pelos jogos de migração. Ou então, contabilizar o eventual, o desconhecido, o pobre anónimo que a desgraça, a fome, a doença e a morte pôs termo ao percurso:

*«Andava a pedir pelas portas de cabelo e barba preta, testa larga e alta de cor trigueira, e de estatura ordinária, que morreu no palheiro do alpendre dos Religiosos Dominicanos, aonde muitos pobres mendigos se costumam recolher, ao qual pobre nada se achou do seu espólio mais do que alguns farrapos cheios de piolhos»*²³

Com estas cautelas, trabalhamos pela aproximação.

Um simples olhar, sobre as curvas, lança uma certeza (nesta visão global, retiramos a freguesia de S. Miguel pelas lacunas já referidas – ver nota 18): não há uma evolução brutal ou cortada por pontos bem demarcados, a cidade estagna (ver Gráfico 1 e Anexo 0). Nada de surpreendente, porque o mesmo se passa um pouco por toda as cidades Europeias ²⁴. Só a análise das curvas e os cálculos operados nos possibilitarão avaliar as verdadeiras interrupções do crescimento demográfico e procurar as devidas justificações.

Parece, hoje, ponto assente que as grandes epidemias e fomes não funcionaram, ao longo do Antigo Regime, como único factor de contenção do crescimento demográfico, ou seja, numa perspectiva malthusiana de aferição entre recursos e progressão geométrica

populacional²⁵. Os estudos mais regionalizados provaram que, tal explicação, mecanicista, esbarrava com argumentos fortes como sejam: o real crescimento de efectivos, ao longo da época moderna, a incidência de crises em regiões não tão densamente povoadas e, sobretudo, em períodos cujo ritmo de crescimento vinha a diminuir. Verificou-se que, após uma crise, os mecanismos de nupcialidade e natalidade tendiam, rapidamente, a repor os efectivos perdidos, e isto devido essencialmente, a um abaixamento da idade média de casamento, a um rejuvenescimento da fecundidade, pois que a mortalidade permite, mais cedo, a substituição de fogos envelhecidos, aspecto só compreensível se for entendido o sentido do casamento no Antigo Regime: ou seja, não existe casamento sem casa, sem fogo – logo, era preciso o desaparecimento dos pais para o casal assegurar a sua independência económica. Daí perceber-se que *«as crises de mortalidade ao estimularem o crescimento, levam a substituir os casais velhos por jovens em plena fecundidade»*²⁶. Constata-se, assim, que as oscilações bruscas da mortalidade, desencadeadas por múltiplas razões, provocaram respostas a nível da nupcialidade e natalidade. Assim se explica o grande interesse em aprofundar o estudo das primeiras que nos conduzirão ao estudo das tendências demográficas.

A metodologia que utilizámos foi, há muito, claramente proposta num artigo de François Lebrun:

*«Se se quiser estudar serenamente as crises demográficas de tipo antigo [...], é preciso evitar todo o pressuposto teórico e toda a generalização [...]. O percurso correcto consiste em estabelecer primeiro uma cronologia precisa das crises [...], a partir dos registos de óbitos da paróquia ou da região estudada, depois classificá-los em função da intensidade a partir dumas das escalas propostas, enfim analisar cuidadosamente as causas e efeitos utilizando todas as fontes disponíveis; dados mensais dos registos paroquiais, repartição dos óbitos por idade nos anos de sobre-mortalidade, registos de hospitais, mercuriais com eventual correlação entre preços e óbitos, todas as fontes narrativas...»*²⁷.

Seguimos o conselho.

O Gráfico 2 apresenta os óbitos acumulados das quatro freguesias, verificando-se, à primeira vista, alguns anos de mortalidade mais pronunciada. Porém, a falha de registos da freguesia de S. Miguel, por 50 anos consecutivos, invalida o seu tratamento conjunto. Assim sendo, foi a partir do somatório das outras três freguesias que desenhámos o trend (Gráfico 3), e realizámos toda a estatística utilizada.

Os valores da tendência 28 dão-nos uma ordenada $a = 115,16$, e cada ano diminui $- 0,16$ (valor de b), ou seja uma descida da mortalidade muito lenta (e nunca abaixo dos baptizados). Mas a análise das flutuações, a partir dos desvios à tendência, flutuação cíclica (médias móveis de cinco desvios), e flutuação não cíclica (diferença entre desvios e média móvel dos desvios)²⁹, destaca os períodos mais críticos de todo o século. O Gráfico 4 assinala os seguintes períodos relativos a uma flutuação cíclica crítica.

Anos de assinalável flutuação cíclica:

1700-1703; 1721-1725; 1747-1751; 1754-1758; 1777-1783; 1797-1808.

FONTE: Gráfico 4.

Entretanto, o ziguezaguear dos desvios e flutuações não cíclicas, apontam, como anos de picos assinaláveis, os de 1700/1701, 1723/1724, 1742, 1747/1749, 1756/1757, 1766, 1772, 1781/1782, 1785/1786, 1791, 1795, 1800/1801, 1806 e 1807.

Para uma análise mais detalhada da intensidade das crises, utilizámos o método de medição das crises de mortalidade, baseado, exclusivamente, na estatística dos óbitos, segundo o método preconizado por Dupâquier³⁰.

QUADRO IV – INTENSIDADE DAS CRISES DE MORTALIDADE³¹

A N O S	INTENSIDADE	MAGNITUDE	ÓBITOS MENORES (%)
1706	1 a 2	menor	59
1715	1 a 2	menor	63
1720	2 a 4	média	54
1723	4 a 8	forte	28
1724	2 a 4	média	39
1734	1 a 2	menor	68
1742	4 a 8	forte	39
1747	2 a 4	média	55
1748	1 a 2	menor	30
1749	1 a 2	menor	31
1756	1 a 2	menor	45
1766	1 a 2	menor	65
1772	1 a 2	menor	62
1776	1 a 2	menor	28
1777	1 a 2	menor	50
1779	1 a 2	menor	36
1780	2 a 4	média	24
1781	1 a 2	menor	53
1791	1 a 2	menor	49
1795	1 a 2	menor	66
1798	1 a 2	menor	48
1799	2 a 4	média	55
1800	1 a 2	menor	39
1806	1 a 2	menor	42
1815	1 a 2	menor	63

FONTE: Anexo 1.

Desta lista tiram-se algumas conclusões: os anos em que se destacam crises médias e fortes situam-se na primeira metade do séc. XVIII, particularmente, nos anos quase consecutivos de 1720, 23 e 24, e ainda 1742 e 1747. Porém, devem tornar-se demolidoras as crises menores ou crises médias sucessivas, como sejam as de 1747 a 1749, antecedidas por uma crise forte em 1742, ainda toda a década de 70 e, finalmente, de 1795 a 1800.

A análise do saldo fisiológico nas três freguesias de que possuímos dados completos (Anexo 2, Gráfico 5), reforça esta ideia numa sequência de anos negativos: de 1699 a 1702, toda a década de 20, de 45 a 60, de 76 a 86 e, por fim, de 95 a 1809.

Igualmente pertinente, é observar quais os grupos etários mais atingidos. Assim verificamos a percentagem de menores, até 7 anos de idade, no total dos óbitos (Anexo 2 e Gráfico 6), assim como a percentagem desses menores relativamente aos baptismos (ver Anexo 2 e Gráfico 7); finalmente, comparam-se os anos de crises, segundo o método de Dupâquier, com as percentagens de óbitos de menores (ver Quadro IV). Por este último método, constatou-se que nos anos de 1723, 24, 42, 48 e 49, 76 a 81 não se tratou de crises por mortalidade juvenil, mas por mortalidade adulta; pela comparação da percentagem de óbitos de menores, sobre os baptismos, verifica-se que é superior a 50 % nos anos de 1706/7, 15/16, 20/21, 25/27, 34/35, 1749, 1755, 1758, 1766/67, 72/73, 78 a 1780, 1787, 92, 96, 1800, 1804 a 1808 (ver Gráfico 7 e Anexo 2). Esta conjugação de informações explica o modesto saldo fisiológico nos anos que se seguiram, a difícil substituição de gerações, a inviabilidade dum crescimento demográfico, visto que os grupos, em idade de reprodução, ou em crescimento, foram, seriamente, afectados.

Vejamos, por último, as taxas brutas de mortalidade, distinguindo a adulta da juvenil (até 7 anos). Fazemo-lo em duas datas, 1758 e 1802, só possível, na primeira data, por termos concluído e demonstrado atrás (ver Quadro II) que o número de habitantes da cidade era praticamente o mesmo, multiplicando o quociente 3,6 por fogo ao número de fogos de 1758:

QUADRO V – EVOLUÇÃO DAS TAXAS BRUTAS DE MORTALIDADE, ADULTA E JUVENIL PARA OS ANOS DE 1758 E 1801

ANOS	FOGOS	POPULAÇÃO	MAIORES	MENORES	ÓBITOS		TAXA BRUTA MORTALIDADE	TAXA MORTALIDADE JUVENIL
					Maiores ***	Menores ***		
1758	1 047	3 769	3 316 *	453 **	90	53	37,9 ‰/100	117 ‰/100
1801	1 059	3 793	3 321	472	70	53	32,4 ‰/100	112 ‰/100

* Número de almas de 1758.

** Deduzindo as almas da população total.

*** Média de óbitos do decénio anterior.

Parece certo que as taxas brutas de mortalidade oscilavam, na população pré-industrial, entre os valores 35 e 45 por 1 000, sem notáveis modificações. Tal amplitude é resultado, em parte, da dificuldade material de recolher dados precisos, em parte, porque influenciada pela composição, por idades, da população, mais velha ou mais jovem³². Aveiro insere-se neste leque de valores, tendendo a diminuir em inícios de XIX³³.

Relativamente à mortalidade juvenil, neste caso de menores de 7 anos, a percentagem atingida, 117 ou 112 por mil, mostra-se inferior à do Porto, freguesia de Santo Ildefonso, no período de 1779-94, cuja taxa de mortalidade infantil e juvenil (0-7 anos), era de 269,5 ‰/100³⁴. Outra possibilidade de analisar, de forma aproximativa, a mortalidade juvenil, é precisamente utilizar a designação e quantificação da época de «menores de 7 anos», e verificar a percentagem, relativamente aos nascimentos e ao total dos óbitos. Ou seja, se a mortalidade dos «menores» era de mais de 40 % dos nascidos, seria então, com muita aproximação da ordem dos 50 % do total dos óbitos³⁵. Feito este cálculo (ver Anexo 2), comparando os óbitos de menores de 7 anos, com os baptismos, verifica-se que aqueles representam, em média, 45 %, e a média dos óbitos de menores de 41 %, relativamente aos óbitos totais, o que aponta para uma forte taxa de mortalidade infantil e juvenil.

A acreditar nalguns valores conhecidos para o período de 1899-1903, em Aveiro, a taxa bruta de mortalidade era de 14,16 ‰³⁶, muito abaixo da da cidade do Porto que era das mais altas no contexto europeu, com valores superiores a 30 por 1 000 e uma forte mortalidade infantil, ligeiramente acima das taxas de Lisboa, qualquer que fosse o sexo³⁷.

Detectadas as crises de mortalidade é necessário verificar se se trata de especificidades da cidade, ou então, de comportamentos comuns a outros espaços. Neste sentido, comparámos as crises sentidas em Aveiro com as de duas localidades, uma do norte, Braga, e outra do interior, fronteira, de Idanha-a-Nova; e ainda com o Algarve, até à década de 70, do séc. XVIII³⁸:

– a crise de inícios de século, 1705/6 é comum às localidades estudadas, pela conjugação dos efeitos da Guerra de Sucessão de Espanha, particularmente na terra de fronteira, devido à falta de alimentos e às epidemias; nos inícios do século deu-se, provavelmente, a última das crises de tipo malthusiano: queda da produção segundo os registos das dizimarias, subida de preços nos assentos da Misericórdia, forte queda demográfica, pelo menos em Aveiro, a que se segue um bom período de ajustamento, com uma subida, muito lenta, dos preços;

– 1720-24, anos de crises médias e fortes, em Aveiro, verificam-se em Idanha entre 1721 e 1723, com características semelhantes; parece tratar-se dum surto epidémico que se vai estendendo de umas para outras freguesias, atingindo, tal como em Aveiro, sobretudo os adultos; para Braga, o ano de 1722, nota um recrudescimento para fora da cidade, apontando também para um surto epidémico; o Algarve não escapa, embora «*nada permite supôr calamidades*»³⁹;

– 1734, o mesmo acontece em Braga, embora com menos incidência; em Idanha, situação ainda mais agravada; como Romero de Magalhães acentua, no Algarve, tal crise verifica-se entre anos de más colheitas⁴⁰; porém, no Norte, a crise não parece estar relacionada com a fome, uma vez que à volta de Tibães se verificaram bons anos agrícolas⁴¹, assim como no Alentejo se indicam boas produções⁴², o que atira a responsabilidade desta crise para um surto epidémico;

– 1742, parece tratar-se, à primeira vista, de uma forte crise local. Não se detecta em Braga, ou os sinais são muito ligeiros nos anos de 1739 e 44. Mas as informações da costa Algarvia, atingida por pestes que grassavam na Europa e África, e que colocaram os seus portos de prevenção relativamente a embarcações e passageiros provenientes do Mediterrâneo⁴³, leva a colocar a hipótese de o mesmo ter acontecido em Aveiro, por se tratar de porto de mar;

– 1747 a 1749, em paralelo com Aveiro nota-se uma crise acentuada em Idanha, sentida, igualmente, na Espanha interior; parece ser comum à França, caracterizada por «*um maior peso da mortalidade adulta, embora a infanto-juvenil não tenha valores muito distantes, sobretudo em 1747 (adulta 52 % e 48 % para a infanto-juvenil)*»⁴⁴;

– 1756, aparece isolada nesta década; nos restantes locais com que fazemos comparações, a crise surge nos anos seguintes (1757 para o Algarve)⁴⁵, ou anteriores (1755 para Idanha⁴⁶, 1754 para Braga)⁴⁷, motivada por falhas na produção agrícola. Em Aveiro poderá estar relacionada com progressivo entupimento da Barra, a existência de águas paradas, a formação de febres e a consequente percentagem de óbitos de menores (45 %);

– 1766, 1772, 76, 77, 79, 80, 81, difícil decénio, apenas com uma crise média, as restantes crises menores, mas sucessivas. Os óbitos atingem quer menores quer maiores,

sobretudo os primeiros. A crise torna-se mais vincada quando se comparam, em termos percentuais, os óbitos de menores sobre os baptismos ou sobre a totalidade dos óbitos. Em Idanha, verificam-se crises que se estendem a outras freguesias vizinhas e, ao longo de vários anos. Porém, os factores não são claros⁴⁸. Em Aveiro, a falta de cereais, a queda dos índices de dizimarias e a subida de preços⁴⁹ indicam a articulação entre fomes e óbitos, com possíveis doenças entretanto associadas;

– 1791, uma crise menor verificada igualmente em Braga onde ganhou características de febre tifóide, que teria grassado um pouco pelo Norte⁵⁰; neste ano, a Barra fechara-se e águas estagnadas propiciam o eclodir de febres;

– 1795, 98, 99, 1800, sentem-se quer em Idanha⁵¹, quer em Braga⁵²; em Aveiro as mesmas crises estão relacionadas com estados de subnutrição e fome que a conjuntura agrícola deficitária indica, mas igualmente «sesões», «malinas» e «catarral», epidemias, que o pároco diligente, da freguesia de S. Miguel, refere;

– 1806, crise menor, que, localmente, os registos paroquiais indicam como anos em que grassam «sesões»; nada se refere em Braga, que só mais tarde, em 1809, irá sofrer os efeitos das Invasões Francesas⁵³. Aveiro poderá ter antecipado tal influência, ao acolher gente fugida de outras paragens, em busca de protecção, visto não ter sido directamente atingida;

– 1815, «vermes, bexigas, sarampo, escarlatina», anota o atento pároco da freguesia de S. Miguel; a percentagem altíssima de óbitos de menores indica epidemias de crianças. Em Braga, já nos anos de 1811, 1812, se fala de efeitos das Invasões, mas de menores consequências⁵⁴.

Como se tentou verificar, as características e a cronologia apresentadas em Aveiro não indicam nada de excepcional ou único relativamente a outros espaços já estudados.

Contudo podemos apontar algumas particularidades. As crises frumentárias criam condições de subnutrição, acolhem doenças, sem se saber, propriamente, onde termina e começa a influência de cada um dos agentes. Concretamente, para o ano de 1741/42, os Livros da Alfândega (do Consulado) indicam a entrada de cereais, do exterior, para colmatar a fome⁵⁵; nos anos de 1768, entra cereal da França; nos anos de 1768 a 1770, e 1789 a 1790, houve quedas acentuadas das rendas de dizimas nas freguesias, à volta de Aveiro; nos anos de 1790 e 1801, a Câmara reflecte sobre o esvaziamento dos celeiros; para reforçar esta falta de pão, os preços do trigo de Aveiro apresentam grandes picos nos anos de 1742, 1768-70, 1779-81, e 1789⁵⁶.

Também a falta de condições higiénicas era um factor apetecível para a propagação de epidemias, com esgotos a céu aberto e, no caso de Aveiro, os canais como locais de despejo das imundícies, estagnação das águas. As notícias de inundações ligadas ao entupimento da Barra são várias, em particular, as de inícios de XIX⁵⁷. Contudo, já anteriormente, tais contrariedades haviam suscitado várias providências desde procissões como em 1776⁵⁸, até ao contrato com médicos e cirurgiões, estipulando o preço das consultas na eventualidade «de doenças graves e perigosas» em 1766⁵⁹, sem esquecer aqueles que, pela sua «habilidade», eram reconhecidos pelo Desembargo do Paço como curadores de «cancros e tumores cirrosos»⁶⁰.

A justificação próxima para tal mortalidade torna-se difícil de apurar, visto que os registos paroquiais quase não dão referências. A crise de inícios de XIX parece ser justificada pela grave mortalidade juvenil, provocada por «sesões», que lavravam desde Setembro de 1804, retomando em Outubro de 1805, Setembro a Novembro de 1806, e Agosto a

Novembro de 1807, como os livros de óbitos da freguesia de Espírito Santo parecem indicar; mas, além destas, as bexigas, sarampos, catarral, malinas ⁶¹.

As situações de mortalidade provocadas por uma alimentação deficiente ou mesmo fome, criam condições para o desenvolvimento de infecções ⁶². Os trabalhos sobre a higiene de Aveiro, embora de inícios deste século, salientam a variedade alimentar da cidade que dispõe de peixe e carne, simultaneamente. O exemplo estaria na alimentação própria dos marnotos e gente da beira-mar, residente na freguesia de Apresentação e ainda prolongamentos para Vera Cruz, mas que, atendendo à oferta local, não seria muito diferente da população, em geral ⁶³.

Mas, se a alimentação, no geral, era variada, no que diz respeito à da primeira infância seria deficiente. Na verdade, os higienistas de inícios deste século referem a introdução, precoce, da alimentação da família (sopas de caldo), na alimentação das crianças, quer por ignorância, quer porque as suas mães tinham que passar tempo fora de casa, deixando os mais novos ao encargo dos mais velhos ⁶⁴, como acontecia nos bairros piscatórios de Apresentação, onde a população feminina também se ocupava, na sua maioria, nas indústrias da ría, na escolha, contagem, salgação, acondicionamento e venda de peixe, ou então na baldeação do sal ⁶⁵.

3 – O ENRAIZAMENTO DE UM PRECONCEITO

Assim sendo, se a mortalidade em Aveiro segue ao ritmo do Reino vejamos outros factores que justificaram o enraizamento de um conceito de mortalidade excepcional ligada à obstrução da Barra e o conseqüente défice populacional.

A – O discurso administrativo

Um dos primeiros dados de observação é, precisamente, o *Numeramento de 1527*, estandarte da prosperidade de outros tempos. Segundo esta fonte Aveiro aparecia como a quarta sede de unidade administrativa da província da Estremadura (894 moradores), depois de Lisboa, Coimbra e Santarém, perfeitamente destacada, relativamente a Esgueira (311 moradores), Ílhavo (130 moradores), ou Ovar (153 moradores) entre outras localidades próximas de Aveiro e que adquirem volume ao longo do séc. XVIII ⁶⁶. Além disto, quando se comparam as vilas de Aveiro, Esgueira, Ílhavo, Ovar, ao nível do «corpo da vila», isto é, espaço contínuo e correspondente ao centro da vila e que se distingue do termo, disperso, mas na sua dependência administrativa, Aveiro sobressaía, completamente, como se pode ver no quadro seguinte:

QUADRO VI – MORADORES DE ALGUMAS VILAS, EM 1527

VILAS	CORPO DA VILA	TERMO
Aveiro	894	566
Esgueira	175	136
Ovar	112	41
Ílhavo	50	80

FONTE: FREIRE, A. Braamcamp – *Povoação da Estremadura...* ob. cit.

Tentámos fazer a mesma distinção, entre corpo e termo em meados do séc. XVIII, a partir das Memórias Paroquiais ⁶⁷. O quadro VII é o que abaixo se apresenta.

Uma rápida constatação se retira. Se se compararem freguesias no seu todo, fica claro que, pelo menos, as freguesias de Ovar e Ílhavo, ultrapassaram, de longe, Aveiro, mas, quando se compara o aglomerado contínuo, na feliz expressão do Numeramento de 1527, «o corpo da vila», então Aveiro, não perdeu significado, e Ovar ultrapassa-a «apenas» em 500 almas, o que limita a ideia duma queda drástica de efectivos da cidade.

Mas o aspecto que nos parece concorrer para a consciência de um certo atrofiamiento da cidade prende-se, precisamente, com as características dos termos, as áreas de jurisdição cível de cada câmara: enquanto que Ílhavo e Ovar têm um Termo contínuo, Aveiro tem-no sem dúvida dilatado, mas não contínuo: a sua área limitava-se a quatro freguesias contínuas (S. Miguel, Espírito Santo, Vera Cruz e Apresentação). Terminava a Norte e Poente na Ria, ilhas e marinhas, excluindo a costa de S. Jacinto que já pertencia a Ovar, da comarca da Feira, apertado pelo concelho de Esgueira ⁶⁸. Para nascente terminava

QUADRO VII – POPULAÇÃO (ALMAS) DE ALGUMAS VILAS,
AS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758

TERRAS	CORPO DA VILA	TERMO
Aveiro	3 240	*
Esgueira	516	1 828
Ovar	3 826	7 111
Ílhavo	2 947	5 046

* Não indica.

no lugar de Sã, pertença do concelho de Ílhavo (mas eclesiasticamente da freguesia de Vera Cruz). Para Sudeste abrangia os lugares de Presa, Quinta do Gato, Vilar e S. Bernardo até ao marco onde começava o concelho de Eixo, da Comarca de Barcelos. A Sul terminava no pequeníssimo concelho de Arada, da jurisdição dos cônegos regentes de Santo Agostinho da Serra do Pilar de Vila Nova de Gaia ⁶⁹, formado apenas pela povoação daquele nome, porque os lugares de Verdemilho, Bom Sucesso e Quinta do Picado, embora pertencessem à freguesia de S. Pedro de Aradas, faziam parte do concelho de Ílhavo ⁷⁰. Visualiza-se o limitado espaço a que a vila/cidade estava confinada, como que uma ilha, cercada de senhorios, água, rio e mar.

O seu prolongamento fazia-se através do seu original termo, disperso por 14 ouvidorias, intercaladas nos diferentes concelhos da Comarca: Albergaria-a-Velha, Águeda (parte da freguesia), Arinhos (pequena ouvidoria na freguesia de Ois do Bairro), Balazaima, Boialvo (na freguesia de Avelãs de Cima), Lamas (da freguesia de Lamas do Vouga), Oião e Perrães (da freguesia de Oiã), Ouca (da freguesia de Sosa), Loure, São João de Loure (da freguesia de S. João de Loure), São Romão (na freguesia de Vagos), Taipa (freguesia de Requeixo), Talhadas (da freguesia de Talhadas do Vouga), e ainda a jurisdição crime nos coutos de Mogofores (da freguesia de S. Lourenço do Bairro), e Barrô (das freguesias de Barrô e Aguada de Baixo) [ver mapa] ⁷¹.

A origem de tal termo, disperso e incoerente, subdividido em múltiplas «ilhas», justifica-se pela forma como os territórios circundantes foram sucessivamente alienados, com carácter perpétuo, por várias instituições, que os fizeram excluir de qualquer controlo

do senhor da vila/cidade, fosse ele quem fosse⁷². Tal estado de coisas levou naturalmente a movimentos centrífugos da parte das ouvidorias mais dispersas, e centrípetos por parte do centro que era Aveiro. Os primeiros notam-se de longa data⁷³, mas é ao longo do séc. XVIII que mais se reforçam. Estas ouvidorias eram contribuintes por excelência. Sempre que se tratava de partilha de maninhos, barcas de passagem, abertura de canais ou alvéolos de rios, a Câmara tinha uma palavra a dizer que, a breve prazo, significaria impostos a cobrar. Estes conflitos de jurisdição verificam-se igualmente com outros termos, pertencentes a Ovar e Vila da Feira, e estalam facilmente a propósito de direitos de pescado e de dizimos, visto que o areal de Ovar se prolongava até Mira, suscitando, ao longo do séc. XVIII, sobretudo com a deslocação da barra do Vouga para sul, várias demarcações e outros tantos conflitos⁷⁴

B – Um centro artificial

Aveiro foi, administrativamente falando, elevada a cidade em 1759, a cabeça de comarca do mesmo nome em 1760, sede de nova Diocese em 1774. Tais promoções significariam, à partida, um aumento de funções que ocasionariam, certamente, mobilizações humanas. Ora, até agora, os registos paroquiais provaram uma mortalidade em declínio ao longo do séc. XVIII e, no entanto, o volume humano mantém-se. No entanto, o trend secular dos baptizados apresenta uma surpreendente queda de concepções, que embora lenta, $b = -0,10$, explicará, apesar da diminuição tendencial dos óbitos ($b = -0,16$), a manutenção dos efectivos populacionais (ver Gráfico 3)

Acrescente-se que a nupcialidade em Aveiro era, como se pôde apurar através do cálculo do trend linear, duma estabilidade impressionante (ver Gráfico 8). Sabendo que o valor do trend dos casamentos era de 0,007, o dos nascimentos de $-0,10$ e o dos óbitos de $-0,16$, verificada a manutenção dos efectivos populacionais da cidade, ao longo de XVIII, como se viu no ponto anterior, isto significa que a cidade dificilmente se sustentou, tendo que contar, muito provavelmente, com apортаções de gentes. Embora se desconheça, ao certo, a percentagem de celibatários que contribuíram para este marasmo, a verdade é que a existência de seis conventos na cidade devia contribuir, fortemente, para este comportamento.

Sabido que grande parte das cidades do séc. XVIII cresceram à custa de movimentos migratórios⁷⁵, também aqui nos resta apurar esta capacidade de atracção de Aveiro, sobre um espaço a delimitar⁷⁶. Os assentos de casamentos poderão dar alguma resposta neste sentido, embora os limites da fonte sejam evidentes, pois que nem sempre indica a naturalidade dos nubentes. Por isso, utilizámos a referência à origem geográfica dos pais. Por outro lado, nada nos garante que, após o casamento, permaneçam na cidade, o que necessitaria ser confirmado ou por óbito ou por prole, que só a reconstituição de famílias permitiria.

Tentámos, então, tirar algumas constatações através da análise destas fontes, observando, em primeiro lugar, a incidência cronológica da entrada dos nubentes, em cortes de 20 anos⁷⁷. Os resultados obtidos, a partir do Anexo 3, sem entrar em particularismos de cada uma das 4 freguesias que constituíam Aveiro, indicam que o número de casais, exteriores à cidade, instalaram-se a partir de 1756/75. Ora, como já observámos acima, as crises de mortalidade de 1742 a 1756 são crises que afectam sobretudo os adultos, agentes reprodutores, e foi em especial, a partir de 1776 que esta imigração de casais mais se evidenciou.

Os documentos qualitativos poderão contribuir para explicar estes afluxos. Saliente-se a presença dum Esquadrão de Cavalaria, sobre o qual pouco sabemos⁷⁸, que promoveu alguns casamentos, como os registos paroquiais assinalam. Num segundo momento, quando das Invasões Francesas, pelo facto de Aveiro lhes ter escapado, nunca sofrendo as devastações das cidades mais próximas, Porto e Coimbra⁷⁹, acolheu gente de várias proveniências; escreve um cirurgião «os imigrados que para aqui se refugiavam, e que vinham tocados de enfermidades contagiosas de outras terras, pelas fatais consequências da guerra, aqui convalesceram...»⁸⁰. A partir desta data, instalou-se um Batalhão de Caçadores n.º 10 que, no dizer do juiz de fora de 1815, inflacionou o preço das rendas das casas pelo «aumento que tem havido da População»⁸¹.

Pode-se falar, entretanto, dum outro tipo de imigração, ligada a actividades produtivas ou cargos administrativos. Começemos pelo segundo caso que, naturalmente, estará ligado ao facto de Aveiro se ter tornado centro de comarca, Provedoria, cidade desde 1759, centro episcopal desde 1774 e, por conseguinte, ponto obrigatório de resolução de problemas burocráticos para uma população flutuante que poderá mesmo vir a fixar-se.

Por outro lado, encontram-se alguns indivíduos ligados a determinadas profissões e localidades. É o caso dum grupo pequeno que está envolvido na laboração da Fábrica de Algodão que se instalou na cidade em 1771 e da Fábrica de Cerâmica, desde 1774. Os registos paroquiais os assinalam, embora o seu número seja reduzido: associados à Fábrica de Algodão, alguns estrangeiros, a começar pelo italiano fundador daquela unidade, João Baptista Locatelli, assim como José Becalli também italiano, e ainda alguns de proveniência galega e francesa. Mas não podemos falar, propriamente, de comunidades de estrangeiros, aqui residentes, se verificarmos que, apesar de cuidadosamente os identificarmos, o seu número pouco ultrapassa as três dezenas⁸².

Tentámos então um outro tipo de abordagem, para verificar o raio de atracção da cidade, traçando círculos concêntricos, a partir de Aveiro, estabelecendo áreas de proveniência dos nubentes:

- 1 – As duas freguesias imediatamente a norte e a sul de Aveiro, respectivamente, Esgueira e Aradas.
- 2 – Até 10 km.
- 3 – Até 20 km.
- 4 – Até 30 km.
- 5 – Até 40 km e as restantes freguesias da Provedoria.
- 6 – De fora da Provedoria e no País.
- 7 – Fora do País (ver Anexo 4).

Feita esta demarcação, certamente artificial, nela distinguimos os nubentes, por sexos e casais, resultando algumas afirmações:

- era das freguesias até 10 km que se deslocavam para Aveiro entre 35 a 50 % dos nubentes;
- parece haver uma mobilidade diferencial: os noivos movimentam-se de áreas mais longínquas, enquanto uma pequena percentagem de noivas não ultrapassa mais do que o círculo dos 20 km; a percentagem de casais parece acompanhar o percurso dos noivos;

- o sexo parece, assim, condicionar a mobilidade, mas este facto deve estar relacionado com o estatuto profissional e social dos nubentes, aspecto que praticamente desconhecemos;
- a maior percentagem de nubentes era proveniente de uma área com um raio até 30 km, seguindo-se uma queda brusca para fora deste círculo;
- 30 km, como limite de mobilidade, torna-se perfeitamente compreensível, se tivermos em conta dois aspectos: primeiro o facto daquela quilometragem corresponder à distância média dum dia de viagem a pé⁸³; em segundo lugar porque o 4.º círculo está já a 30 km da cidade do Porto, a Norte, e de Coimbra, a sul, centros urbanos que, certamente, exercem considerável influência.

Podemos então acreditar que a ligeira recuperação da taxa de crescimento anual de Aveiro, na segunda metade do séc. XVIII, teria contado com o contributo de migrações, mau grado alguns historiadores discutirem o valor reprodutivo dos imigrantes urbanos⁸⁴.

O conjunto destes dados permite concluir que a cidade declinou até meados do século, recuperando então, muito lentamente, devido a dois factores de carácter demográfico: por um lado, a diminuição da intensidade das crises de mortalidade embora, as de menor intensidade, se repetissem⁸⁵; por outro, a tendência para um maior acolhimento de gentes, num círculo predominante de 30 km de raio.

Contudo, esta atracção parece precária porque, embora sendo difícil de comprovar, quantitativamente, a existência duma emigração aveirense, sabe-se que, desde longa data e devido ao tipo de ocupação piscatória, uma percentagem significativa da população duma faixa litoral que vai, desde Ovar a Mira, emigrava sazonalmente. Em Aveiro e, nalgumas freguesias em seu redor, a taxa de masculinidade de 87,6 %⁸⁶, indica fluxos migratórios e justificava a entrada de gente, do sexo masculino, como se viu atrás, mas que pode, efectivamente, estar de passagem. Além disto, e sazonalmente, as medidas de defeso⁸⁷, em relação à pesca e apanha de sargaço na Ria, impeliam para outras paragens⁸⁸.

CONCLUSÃO

Parece inquestionável que a população de Aveiro se manteve quase imutável ao longo do séc. XVIII, manifestando mesmo tendência para um certo crescimento, lento mas sustentado. Podemos até afirmar que o comportamento da evolução geral da população de Aveiro se aproxima, globalmente, do movimento geral do Reino.

Contudo, o enraizamento de um conceito, o de um declínio demográfico provocado por uma mortalidade excepcional, marcada pela interrupção da barra de Aveiro, parece residir num conjunto de razões que extravasam o exercício mais ao menos eficaz das metodologias de medição quantitativa. Com efeito, outros factores condicionam e contextualizam a perenidade do preconceito:

Primeiro lugar – Aveiro estava rodeada por freguesias, num raio de 10 km, de baixa densidade, com taxas de crescimento negativas e aglomerados pequenos. A Ria condiciona: são terrenos baixos, grandes extensões de pântanos, pouco propícios a fixações humanas⁸⁹. Mas após aquela barreira, a norte e a sul, ao longo do litoral, surgem núcleos que a ultrapassam: Ovar e Murtosa (a norte), Ílhavo e Mira (a sul), todas com taxas de crescimento notáveis.

Segundo lugar – A mobilidade de nubentes para Aveiro não ultrapassa os 30 km, limite preciso de atracção de Porto e Coimbra, centros de grande dinâmica plurisectorial, condicionadores, certamente, de fluxos oscilantes.

Terceiro lugar – Do ponto de vista administrativo, apesar do seu crescendo, as características territoriais que a caracterizavam, nomeadamente o seu original termo, tornaram-na frágil. Esta fragilidade e dispersão territorial é, parece-nos, uma das razões principais para um discurso de decadência: termo limitado, perda de contribuintes.

Aveiro é, assim, a imagem duma ilha, mesmo em termos demográficos – aglomerado limitado, densidade baixa, taxa de crescimento quase imutável, atracção limitada, não fazem de Aveiro centro «natural» – nada disto se coaduna com o papel político, administrativo e religioso que adquiriu – artificios do poder político, não espaços naturalmente adquiridos.

Logo, é então, mais fácil, perceber que os contemporâneos apontassem a desobstrução da Barra e a dinamização do porto de Aveiro como a única forma de transformar aquela cidade num centro naturalmente atractivo, fixador de migrações internas e mesmo externas, pelo desenvolvimento multifacetado de um hinterland que pudesse competir com o peso de outros espaços que partilhavam áreas de influência – o discurso demográfico fazia parte da estratégia de afirmação espacial.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DEMOGRÁFICO NAS 3 FREGUESIAS: APRESENTAÇÃO, VERA CRUZ E ESPÍRITO SANTO 1695-1815

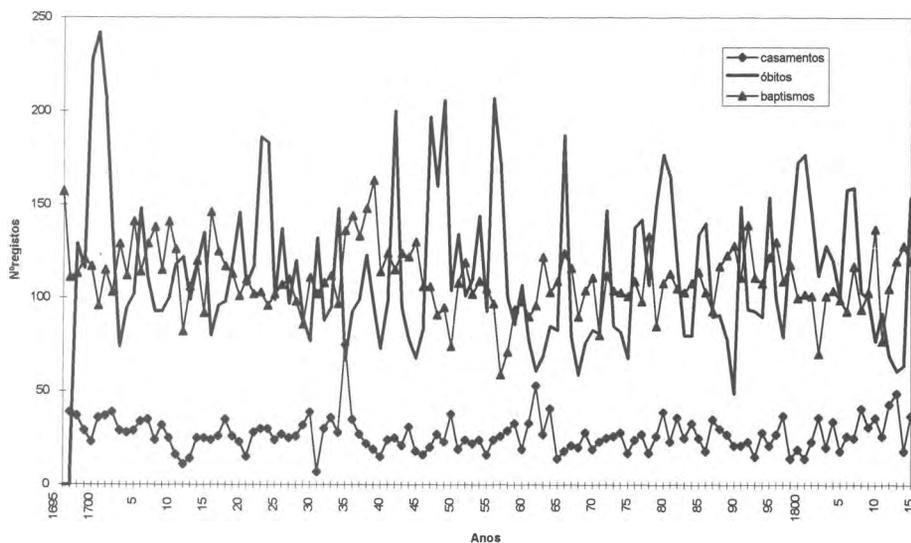


GRÁFICO 2 – ÓBITOS ACUMULADOS NAS 4 FREGUESIAS DE AVEIRO 1695-1815

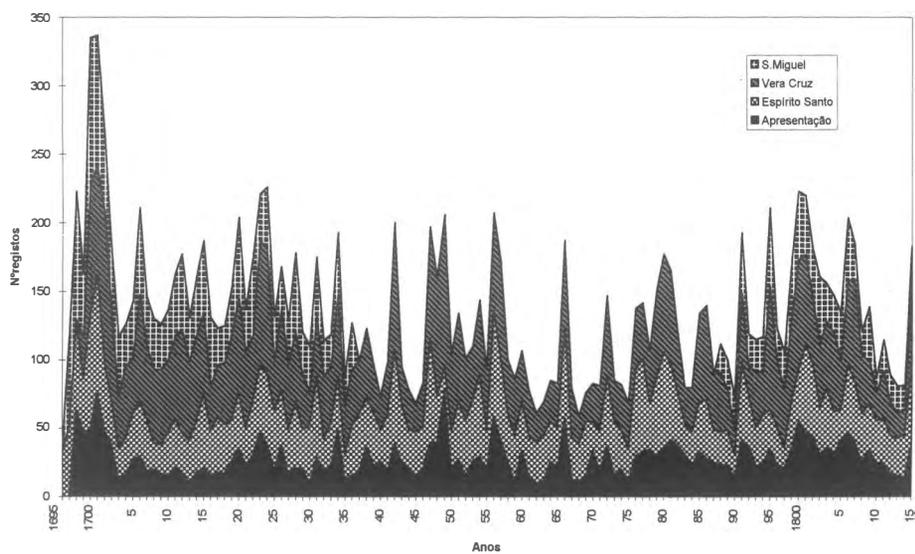


GRÁFICO 3 – TENDÊNCIA LINEAR DOS ÓBITOS E BAPTISMOS 1695-1810

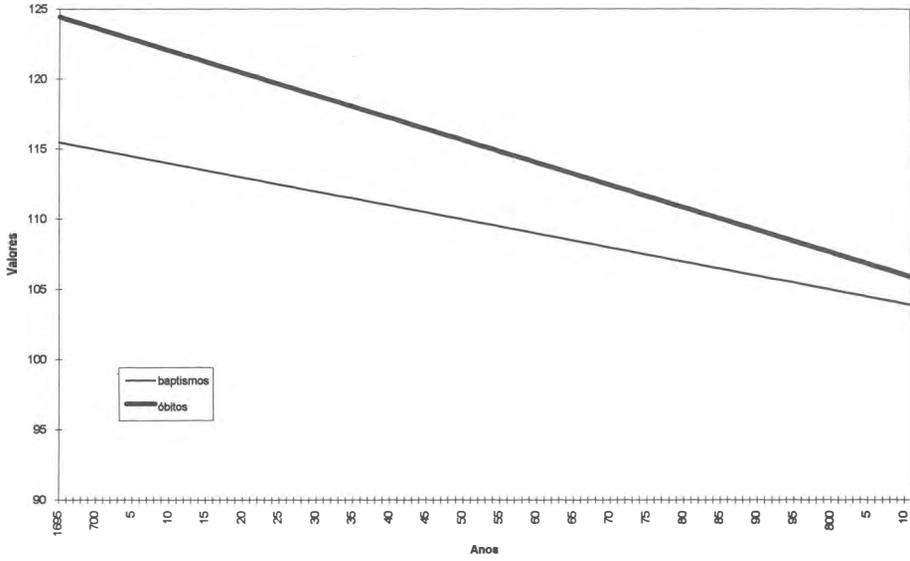


GRÁFICO 4 – DESVIOS, FLUTUAÇÕES CÍCLICAS E NÃO CÍCLICAS DOS ÓBITOS, NAS 3 FREGUESIAS: APRESENTAÇÃO, ESPÍRITO SANTO E VERA CRUZ 1699-1815

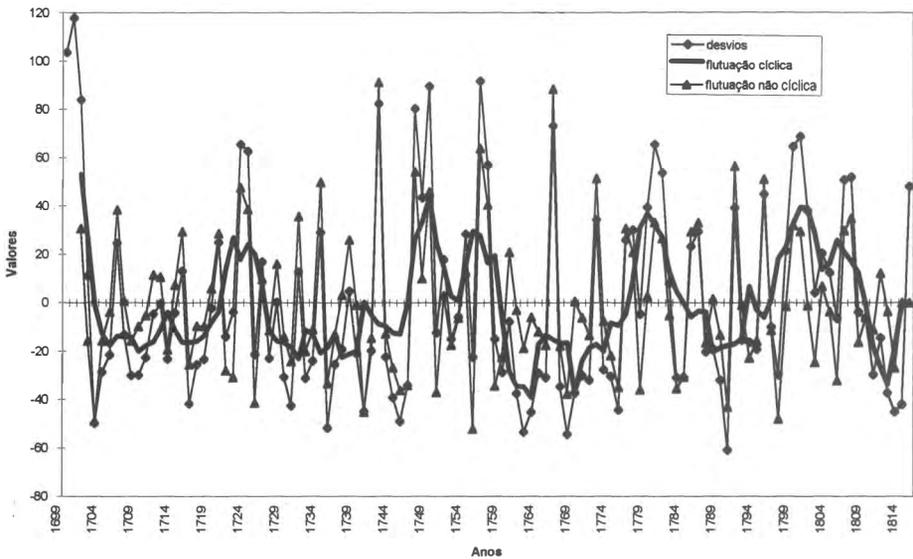


GRÁFICO 5 – SALDO FISIOLÓGICO NAS 3 FREGUESIAS:
APRESENTAÇÃO, VERA CRUZ E ESPÍRITO SANTO 1697-1815

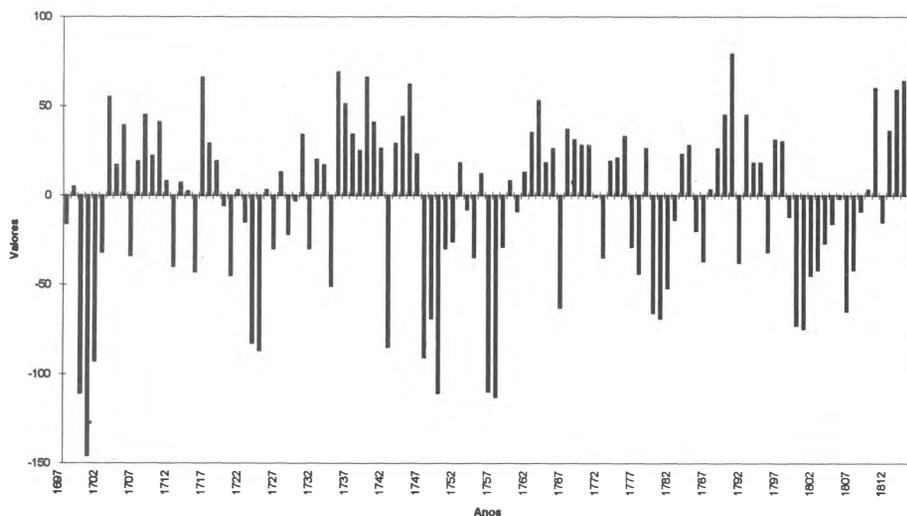


GRÁFICO 6 – PORCENTAGEM DE ÓBITOS DE MENORES NAS 3 FREGUESIAS:
APRESENTAÇÃO, VERA CRUZ E ESPÍRITO SANTO 1697 A 1815

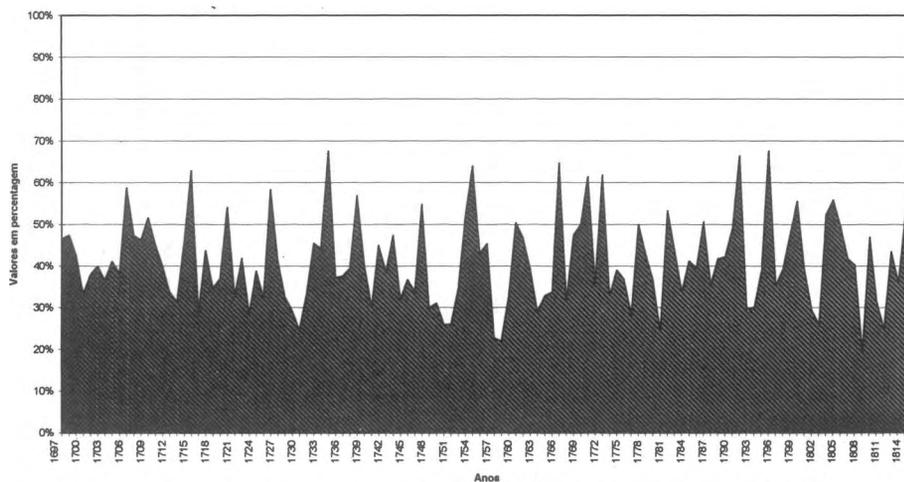


GRÁFICO 7 – PERCENTAGEM DE ÓBITOS DE MENORES SOBRE OS BAPTISMOS 1699-1815

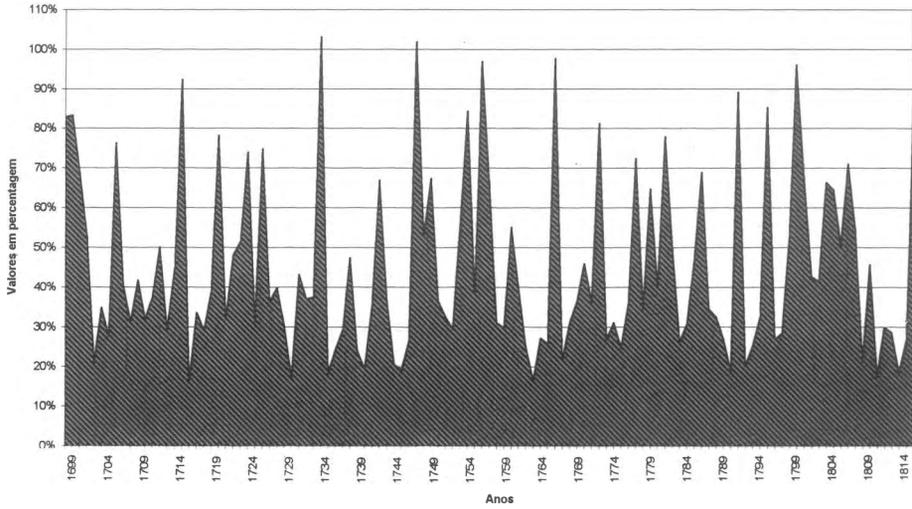


GRÁFICO 8 – TENDÊNCIA LINEAR DOS CASAMENTOS NAS 3 FREGUESIAS: APRESENTAÇÃO, ESPÍRITO SANTO E VERA CRUZ 1699-1815

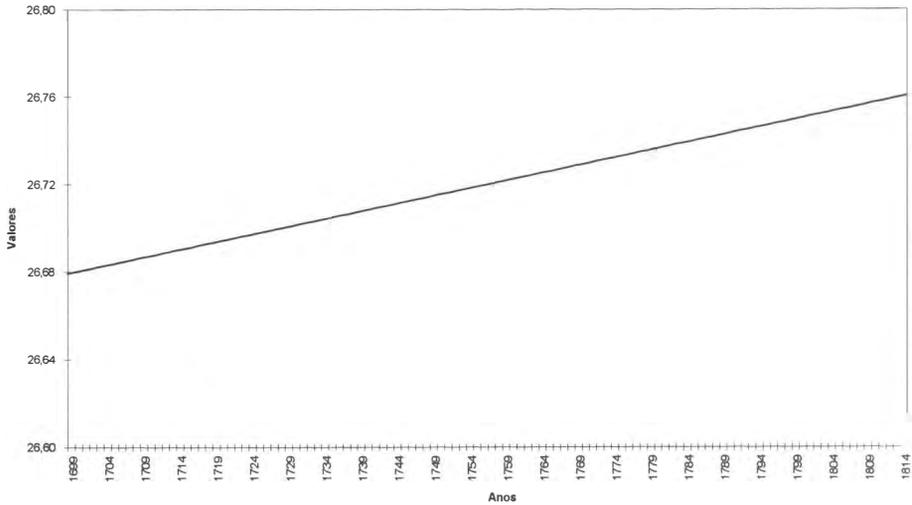
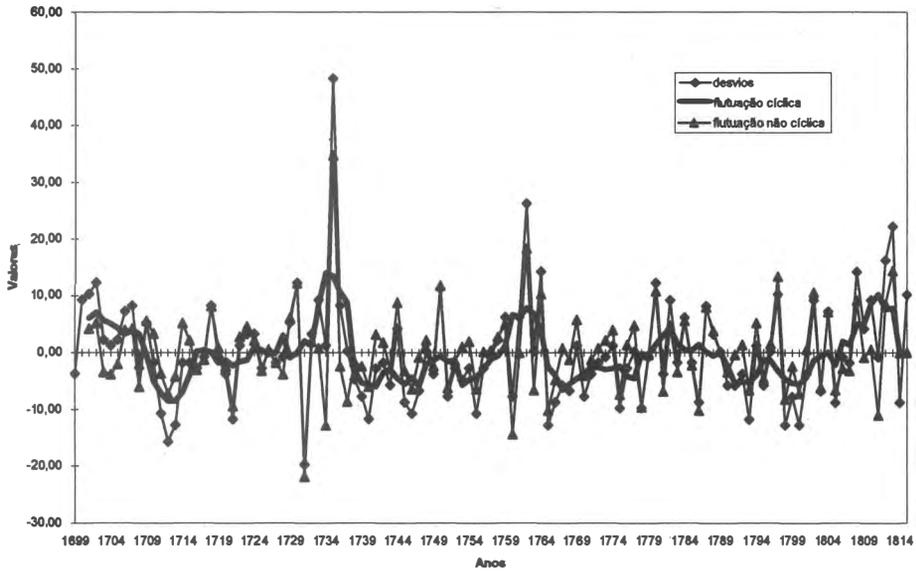
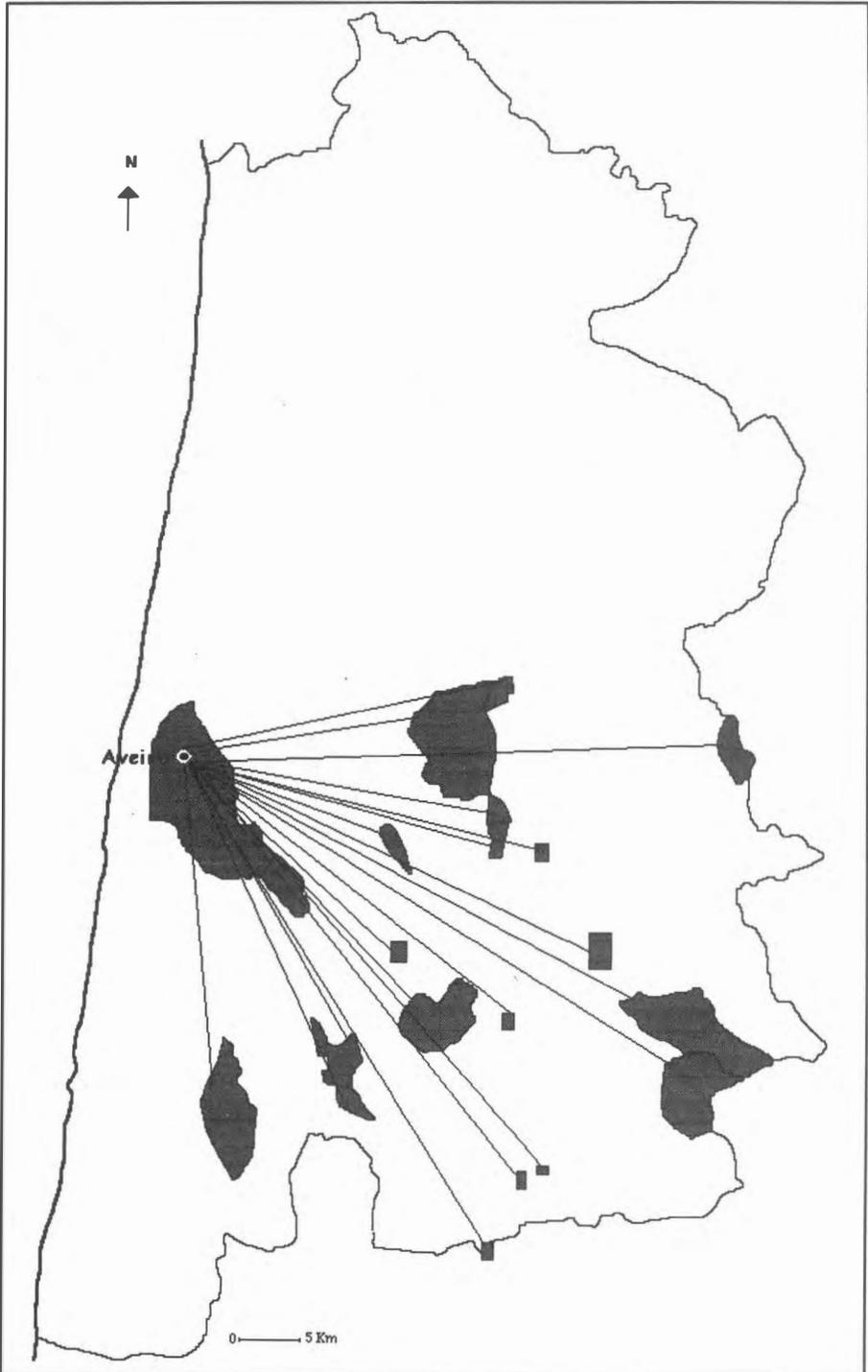


GRÁFICO 9 – DESVIOS, FLUTUAÇÕES CÍCLICAS E NÃO CÍCLICAS DOS CASAMENTOS, NAS 3 FREGUESIAS: APRESENTAÇÃO, ESPÍRITO SANTO E VERA CRUZ 1699-1815



AVEIRO E O SEU TERMO NO SÉC. XVIII



ANEXO 0

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS
DAS FREGUESIAS DE AVEIRO: 1695 A 1815

A N O S	F R E G U E S I A S											
	V E R A C R U Z			S. M I G U E L			N.ª S.ª A P R E S E N T A Ç ã O			E S P Í R I T O S A N T O		
	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos
1695	56	10	—	44	—	—	57	10	—	44	—	32
6	35	16	—	46	17	67	35	14	—	41	9	51
7	47	17	—	53	14	94	33	11	63	33	9	66
8	39	13	30	63	14	47	34	10	48	48	6	38
9	48	9	94	55	11	107	29	7	48	40	7	86
1700	43	19	80	50	14	95	22	10	77	31	7	85
1	55	16	111	49	18	60	31	9	48	29	12	49
2	50	16	65	45	13	47	18	10	38	35	13	32
3	58	16	38	47	17	43	32	2	12	39	11	24
4	48	9	52	58	14	31	22	9	16	42	10	27
5	56	17	41	56	4	41	27	5	26	58	7	35
6	59	13	78	52	12	63	22	12	30	33	9	40
7	52	14	53	39	17	36	29	6	19	48	15	38
8	57	5	54	39	10	37	26	8	20	55	11	19
9	50	14	55	43	8	33	31	15	17	34	3	21
10	58	9	53	54	9	37	29	8	15	54	8	32
1	52	10	61	40	9	45	29	3	22	45	3	35
2	29	6	75	30	4	55	22	3	18	31	2	29
3	49	5	58	54	9	32	21	5	9	36	4	32
4	35	13	62	46	16	43	32	8	18	53	4	38
5	36	10	59	44	12	52	20	6	21	36	9	55
6	59	12	31	58	4	51	27	5	15	72	7	34
7	46	10	38	43	9	27	39	7	18	40	9	40
8	46	11	45	43	6	27	34	12	17	37	12	36
9	44	14	63	41	12	34	24	7	26	45	5	30
20	42	13	70	50	10	58	21	2	36	38	8	40
1	45	4	57	41	5	30	23	3	23	42	8	27
2	40	11	47	42	—	57	21	8	30	41	9	40
3	38	9	90	42	—	35	27	6	47	38	15	49
4	29	13	93	31	—	43	27	6	39	40	11	51
5	37	12	36	45	—	33	25	5	19	40	7	44
6	44	13	59	34	—	31	28	9	38	35	5	40
7	41	11	48	38	—	32	29	8	16	40	6	33
8	35	8	50	35	4	58	26	8	21	37	10	49
9	34	6	40	34	8	31	21	15	20	31	11	29
30	42	16	24	44	9	33	30	8	10	39	15	43
1	40	2	44	46	15	43	27	1	29	35	4	59
2	41	11	46	36	6	26	22	5	19	45	14	23
3	44	14	41	40	8	24	31	10	21	37	12	33
4	36	4	60	36	8	45	27	3	50	34	21	38
5	55	21	37	33	18	20	40	19	12	41	35	18
6	50	15	41	42	10	34	30	8	16	64	12	36
7	50	11	38	43	4	—	34	4	18	49	12	43
8	57	13	51	39	9	—	28	3	37	63	6	35
9	62	5	35	49	11	—	43	7	23	58	7	39

(Continua)

ANEXO 0

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS
DAS FREGUESIAS DE AVEIRO: 1695 A 1815

(Continuação)

A N O S	F R E G U E S I A S											
	V E R A C R U Z			S. M I G U E L			N.ª S.ª R A A P R E S E N T A Ç Ã O			E S P Í R I T O S A N T O		
	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos
1740	48	4	24	41	4	34	25	2	26	41	9	23
1	42	10	38	30	8	—	29	7	18	53	7	42
2	36	13	92	31	6	—	33	4	39	46	8	69
3	47	7	28	38	9	—	32	7	25	45	7	42
4	41	8	29	39	11	—	35	10	20	46	13	29
5	52	9	20	31	4	—	35	4	14	43	5	34
6	46	2	33	40	5	—	22	3	20	38	11	30
7	34	5	81	37	6	—	29	6	39	43	9	77
8	28	8	86	28	10	—	26	10	40	37	9	34
9	45	8	111	28	3	—	20	7	78	30	8	17
50	25	19	56	31	18	—	20	14	20	29	5	28
1	39	9	64	28	15	—	32	3	28	37	7	42
2	31	6	45	28	9	—	40	7	15	48	11	41
3	31	11	39	39	9	—	33	5	26	38	6	45
4	39	11	54	24	9	—	30	5	30	40	8	60
5	36	6	45	27	3	—	26	5	18	43	5	30
6	33	7	71	—	6	—	23	6	59	41	11	77
7	15	9	72	—	11	—	17	6	41	27	11	59
8	19	12	40	—	14	—	17	7	25	35	10	35
9	28	19	41	—	14	—	28	4	11	38	10	34
60	44	10	37	—	5	—	24	3	34	30	6	36
1	32	14	33	—	4	—	26	9	14	32	10	30
2	32	26	21	—	10	—	29	14	10	35	13	30
3	45	11	23	—	1	—	37	4	12	40	12	34
4	35	12	30	—	2	—	32	14	26	36	15	29
5	33	7	32	—	3	—	31	2	21	45	5	30
6	56	7	64	28	9	—	33	7	58	35	4	65
7	45	6	36	35	6	—	31	5	13	40	10	30
8	27	7	20	21	9	—	26	7	12	37	6	27
9	39	11	21	39	6	—	33	3	15	32	14	40
70	39	9	28	24	4	—	31	6	34	41	4	21
1	28	7	32	31	7	—	28	7	18	24	9	31
2	44	4	59	35	11	—	36	10	38	32	11	50
3	36	7	30	25	11	—	32	5	15	36	14	40
4	39	10	33	36	6	—	27	5	20	37	13	29
5	35	9	33	25	6	—	29	1	12	37	7	23
6	44	6	44	27	7	—	34	6	30	31	12	64
7	37	5	41	—	14	—	30	11	33	31	11	68
8	44	4	39	—	17	—	43	7	35	46	6	33
9	40	14	63	—	9	—	20	5	29	25	7	59

(Continua)

ANEXO 0

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS
DAS FREGUESIAS DE AVEIRO: 1695 A 1815

(Continuação)

A N O S	F R E G U E S I A S											
	V E R A C R U Z			S. M I G U E L			N.ª S.ª A P R E S E N T A Ç Ã O			E S P Í R I T O S A N T O		
	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos	Baptizados	Casamentos	Óbitos
1780	42	20	71	27	16	34	42	9	36	24	10	70
1	39	8	68	29	6	—	32	7	42	42	8	55
2	45	10	44	32	10	—	23	11	37	37	15	38
3	37	9	27	36	5	—	33	7	31	33	9	22
4	45	9	32	33	11	—	32	9	23	31	15	25
5	48	8	64	35	10	—	24	7	33	42	10	37
6	40	8	69	31	13	—	27	4	28	36	6	43
7	26	17	41	23	8	—	33	6	25	34	12	24
8	57	13	43	34	8	21	29	9	24	31	8	24
9	41	10	29	27	7	22	36	9	23	46	8	26
90	46	4	18	38	8	24	36	6	14	46	11	17
1	40	9	50	32	—	44	30	9	42	41	3	57
2	49	5	21	40	14	25	47	7	37	43	11	36
3	34	6	42	27	8	22	38	1	23	39	8	28
4	41	7	30	28	10	27	24	8	24	43	13	36
5	42	7	90	23	5	57	37	2	35	43	12	29
6	52	9	48	31	5	24	34	6	24	44	12	27
7	31	13	43	22	12	27	32	15	21	46	9	15
8	41	3	59	22	12	39	37	4	35	40	7	36
9	34	8	79	33	9	50	31	1	56	35	10	38
1800	28	5	65	11	8	43	23	5	47	51	4	65
1	37	8	49	31	4	36	24	9	45	40	6	52
2	22	10	46	13	7	49	25	13	31	23	13	35
3	38	8	48	24	6	28	24	6	36	39	6	44
4	35	14	58	19	12	27	31	8	31	38	12	31
5	33	5	36	24	11	34	32	6	41	34	7	24
6	33	9	61	18	4	46	21	6	48	39	11	49
7	51	10	75	38	7	26	32	9	40	34	6	44
8	37	18	42	25	7	18	22	13	25	35	10	36
9	42	4	32	26	6	39	27	15	34	34	12	34
10	54	11	21	20	7	10	38	9	25	45	16	31
1	28	7	34	25	7	23	21	8	25	28	11	33
2	42	10	24	35	12	20	27	15	17	36	18	28
3	49	7	18	31	7	20	30	11	16	41	31	27
4	51	6	18	37	3	18	38	8	13	39	4	33
15	51	11	55	41	14	29	28	15	39	41	11	60

ANEXO 1

CÁLCULO DA INTENSIDADE DAS CRISES
SEGUNDO O MÉTODO DE J. DUPÂQUIER

DATAS	ÓBITOS DE 3 FREGUESIAS Ox	MÉDIA DOS 10 ANOS ANTERIORES Mx	DESVIO PADRÃO Ox	Dx-Mx	Dx-Mx/Ox	MAGNITUDE
1698	116	-	-	-	-	-
1699	228	-	-	-	-	-
1700	242	-	-	-	-	-
1701	208	-	-	-	-	-
1702	135	-	-	-	-	-
1703	74	147,7 *	54,24	- 73,7	- 1,36	-
1704	95	143,3 *	58,2	- 48,3	- 0,83	-
1705	102	129,8 *	52,32	- 27,8	- 0,53	-
1706	148	112,8 *	35,32	35,2	1,00	menor
1707	110	108 *	21,21	20	0,09	-
1708	93	145,8	56,41	- 52,8	- 0,94	-
1709	93	143,5	58,03	- 50,5	- 0,87	-
1710	100	130	52,21	- 30	- 0,57	-
1711	118	115,8	36,88	2,2	0,06	-
1712	122	106,8	20,72	15,2	0,73	-
1713	99	105,5	19,27	- 6,5	- 0,34	-
1714	118	108	16,43	10	0,61	-
1715	135	110,3	16,06	24,7	1,54	menor
1716	80	113,6	17,35	- 33,6	- 1,94	-
1717	96	106,8	15,79	- 10,8	- 0,68	-
1718	98	105,4	16,06	- 7,4	- 0,46	-
1719	119	105,9	15,74	13,1	0,83	-
1720	146	108,5	15,55	37,5	2,41	média
1721	107	113,1	18,81	- 6,1	- 0,32	-
1722	117	112	18,81	5	0,27	-
1723	186	111,5	18,61	74,5	4,00	forte
1724	183	120,2	28,46	62,8	2,21	média
1725	99	126,7	34,08	- 27,7	- 0,81	-
1726	137	123,1	34,91	13,9	0,40	-
1727	97	128,8	31,93	- 31,8	- 1,00	-
1728	120	128,9	31,83	- 8,9	- 0,28	-
1729	89	131,1	30,34	- 42,1	- 1,39	-
1730	77	128,1	32,78	- 51,1	- 1,56	-
1731	132	121,2	35,44	10,8	0,30	-
1732	88	123,7	35,23	- 35,7	- 1,01	-
1733	95	120,8	36,82	- 25,8	- 0,70	-
1734	148	111,7	30,24	36,3	1,20	menor
1735	67	108,2	22,92	- 41,2	- 1,80	-
1736	93	105	26,01	- 12	- 0,46	-

(Continua)

ANEXO 1

CÁLCULO DA INTENSIDADE DAS CRISES
SEGUNDO O MÉTODO DE J. DUPÂQUIER

(Continuação)

DATAS	ÓBITOS DE 3 FREGUESIAS Ox	MÉDIA DOS 10 ANOS ANTERIORES Mx	DESVIO PADRÃO Ox	Dx-Mx	Dx-Mx/Ox	MAGNITUDE
1737	99	100,6	23,85	- 1,6	- 0,07	-
1738	123	100,8	23,83	22,2	0,93	-
1739	97	101,1	24,09	- 4,1	- 0,17	-
1740	73	101,9	23,81	- 28,9	- 1,21	-
1741	98	101,5	24,25	- 3,5	- 0,14	-
1742	200	98,1	22,02	101,9	4,63	forte
1743	95	109,3	37,25	- 14,3	- 0,38	-
1744	78	109,3	37,25	- 31,3	- 0,84	-
1745	68	102,3	35,87	- 34,3	- 0,96	-
1746	83	102,4	35,77	- 19,4	- 0,54	-
1747	197	101,4	36,16	95,6	2,64	média
1748	160	111,2	46,10	48,8	1,06	menor
1749	206	114,9	48,32	91,1	1,89	menor
1750	104	125,8	54,90	- 21,8	- 0,40	-
1751	134	128,9	52,66	5,1	0,10	-
1752	101	132,5	51,65	- 31,5	- 0,61	-
1753	110	122,6	47,05	- 12,6	- 0,27	-
1754	144	124,1	46,38	19,9	0,43	-
1755	93	130,7	43,98	- 37,7	- 0,86	-
1756	207	133,2	40,95	73,8	1,80	menor
1757	172	145,6	42,61	26,4	0,62	-
1758	100	143,1	40,19	- 43,1	- 1,07	-
1759	86	137,1	41,67	- 51,1	- 1,23	-
1760	107	125,1	37,13	- 18,1	- 0,49	-
1761	77	125,4	36,97	- 48,4	- 1,31	-
1762	61	119,7	39,51	- 58,7	- 1,49	-
1763	69	115,7	43,07	- 46,7	- 1,08	-
1764	85	111,6	45,31	- 26,6	- 0,59	-
1765	83	105,7	44,54	- 22,7	- 0,51	-
1766	187	104,7	44,92	82,3	1,83	menor
1767	79	102,7	40,56	- 23,7	- 0,58	-
1768	59	93,4	33,68	- 34,4	- 1,02	-
1769	76	89,3	35,09	- 13,3	- 0,38	-
1770	83	88,3	35,32	- 5,3	- 0,15	-
1771	81	85,9	34,77	- 4,9	- 0,14	-
1772	147	86,3	34,69	60,7	1,75	menor
1773	85	94,9	37,87	- 9,9	- 0,26	-
1774	82	96,5	37,07	- 14,5	- 0,39	-
1775	68	96,2	37,17	- 28,2	- 0,76	-

(Continua)

ANEXO 1

CÁLCULO DA INTENSIDADE DAS CRISES
SEGUNDO O MÉTODO DE J. DUPÂQUIER

(Continuação)

DATAS	ÓBITOS DE 3 FREGUESIAS Ox	MÉDIA DOS 10 ANOS ANTERIORES Mx	DESVIO PADRÃO Ox	Dx-Mx	Dx-Mx/Ox	MAGNITUDE
1776	138	94,7	37,97	43,3	1,14	menor
1777	142	89,8	27,45	52,2	1,90	menor
1778	107	96,1	31,22	10,9	0,35	-
1779	151	100,9	28,73	50,1	1,74	menor
1780	177	108,4	30,96	68,6	2,22	média
1781	165	117,8	35,72	47,2	1,32	menor
1782	119	126,2	35,96	- 7,2	- 0,20	-
1783	80	123,4	35,31	- 43,4	- 1,23	-
1784	80	122,9	35,88	- 42,9	- 1,20	-
1785	134	122,7	36,12	11,3	0,31	-
1786	140	129,3	31,22	10,7	0,34	-
1787	90	129,5	31,28	- 39,5	- 1,26	-
1788	91	124,3	33,04	- 33,3	- 1,01	-
1789	78	122,7	34,21	- 44,7	- 1,31	-
1790	49	115,4	35,16	- 66,4	- 1,89	-
1791	149	102,6	33,68	46,4	1,38	menor
1792	94	101	30,94	- 7	- 0,23	-
1793	93	98,5	30,39	- 5,5	- 0,18	-
1794	90	99,8	29,85	- 9,8	- 0,33	-
1795	154	100,8	29,33	53,2	1,81	menor
1796	99	102,8	32,08	- 3,8	- 0,12	-
1797	79	98,7	29,58	- 19,7	- 0,67	-
1798	130	97,6	30,09	32,4	1,08	menor
1799	173	101,5	31,47	71,5	2,27	média
1800	177	111	36,83	66	1,79	média
1801	146	123,8	35,27	22,2	0,63	-
1802	112	123,5	35,06	- 11,5	- 0,33	-
1803	128	125,3	33,95	2,7	0,08	-
1804	120	128,8	32,20	- 8,8	- 0,27	-
1805	101	131,8	29,74	- 30,8	- 1,04	-
1806	158	126,5	30,04	31,5	1,05	menor
1807	159	132,4	29,85	26,6	0,89	-
1808	103	140,4	24,75	- 37,4	- 1,51	-
1809	100	137,7	27,10	- 37,7	- 1,39	-
1810	77	130,4	26,43	- 53,4	- 2,02	-
1811	92	120,4	25,82	- 28,4	- 1,10	-
1812	69	115	25,55	- 46	- 1,80	-
1813	61	110,7	29,07	- 49,7	- 1,71	-
1814	64	104	31,89	- 40	- 1,25	-
1815	154	98,4	33,47	55,6	1,66	menor

* Para recuperar estes anos, fizeram-se médias dos 10 anos posteriores.

ANEXO 2

SALDO FISIOLÓGICO E PORCENTAGEM DE ÓBITOS DE MENORES EM 3 FREGUESIAS:
APRESENTAÇÃO, ESPÍRITO SANTO E VERA CRUZ

A N O S	BAPTISMOS TB	ÓBITOS TO	ÓBITOS DE MENORES TBmn	SALDO FISIOLÓGICO TB-TO	MENORES TBmn/TO	FREGUESIAS			ÓBITOS DE MENORES E BAPTISMOS TBmn/TB
						APRESENTAÇÃO Mn.	ESPÍRITO SANTO Mn.	VERA CRUZ Mn.	
1697	113	129	60	- 16	47 %	51 %	42 %	-	-
1698	121	116	55	5	47 %	52 %	53 %	-	-
1699	117	228	97	- 111	43 %	44 %	40 %	45 %	83 %
1700	96	242	80	- 146	33 %	29 %	34 %	36 %	83 %
1701	115	208	79	- 93	38 %	25 %	33 %	46 %	69 %
1702	103	135	54	- 32	40 %	68 %	25 %	31 %	52 %
1703	129	74	27	55	36 %	42 %	25 %	42 %	21 %
1704	112	95	39	17	41 %	38 %	37 %	44 %	35 %
1705	141	102	39	39	38 %	31 %	37 %	44 %	28 %
1706	114	148	87	- 34	59 %	37 %	58 %	68 %	76 %
1707	129	110	52	19	47 %	37 %	45 %	53 %	40 %
1708	138	93	43	45	46 %	45 %	47 %	46 %	31 %
1709	115	93	48	22	52 %	35 %	48 %	58 %	42 %
1710	141	100	45	41	45 %	33 %	50 %	45 %	32 %
1711	126	118	47	8	40 %	18 %	40 %	48 %	37 %
1712	82	122	41	- 40	34 %	11 %	48 %	33 %	50 %
1713	106	99	31	7	31 %	0 %	41 %	31 %	29 %
1714	120	118	54	2	46 %	44 %	34 %	53 %	45 %
1715	92	135	85	- 43	63 %	67 %	65 %	59 %	92 %
1716	146	80	23	66	29 %	40 %	26 %	26 %	16 %
1717	125	96	42	29	44 %	33 %	45 %	47 %	34 %
1718	117	98	34	19	35 %	24 %	36 %	38 %	29 %
1719	113	119	44	- 6	37 %	27 %	40 %	40 %	39 %
1720	101	146	79	- 45	54 %	69 %	43 %	53 %	78 %
1721	110	107	35	3	33 %	30 %	30 %	35 %	32 %
1722	102	117	49	- 15	42 %	23 %	55 %	43 %	48 %
1723	103	186	53	- 83	28 %	19 %	27 %	34 %	51 %
1724	96	183	71	- 87	39 %	44 %	29 %	42 %	74 %
1725	102	99	32	3	32 %	16 %	27 %	47 %	31 %
1726	107	137	80	- 30	58 %	68 %	43 %	63 %	75 %
1727	110	97	40	13	41 %	44 %	33 %	46 %	36 %
1728	98	120	39	- 22	33 %	38 %	29 %	34 %	40 %
1729	86	89	26	- 3	29 %	25 %	28 %	33 %	30 %
1730	111	77	19	34	25 %	10 %	28 %	25 %	17 %
1731	102	132	44	- 30	33 %	24 %	31 %	43 %	43 %
1732	108	88	40	20	45 %	42 %	22 %	59 %	37 %
1733	112	95	42	17	44 %	52 %	45 %	39 %	38 %
1734	97	148	100	- 51	68 %	78 %	55 %	67 %	103 %
1735	136	67	25	69	37 %	17 %	44 %	41 %	18 %
1736	144	93	35	51	38 %	44 %	31 %	41 %	24 %

(Continua)

ANEXO 2

**SALDO FISIOLÓGICO E PERCENTAGEM DE ÓBITOS DE MENORES EM 3 FREGUESIAS:
APRESENTAÇÃO, ESPÍRITO SANTO E VERA CRUZ**

(Continuação)

ANOS	BAPTISMOS TB	ÓBITOS TO	ÓBITOS DE MENORES TBmn	SALDO FISIOLÓGICO TB-TO	MENORES TBmn/TO	FREGUESIAS			ÓBITOS DE MENORES E BAPTISMOS TBmn/TB
						APRESENTAÇÃO Mn.	ESPÍRITO SANTO Mn.	VERA CRUZ Mn.	
1737	133	99	39	34	39 %	39 %	33 %	47 %	29 %
1738	148	123	70	25	57 %	62 %	51 %	57 %	47 %
1739	163	97	39	66	40 %	26 %	46 %	43 %	24 %
1740	114	73	22	41	30 %	38 %	26 %	25 %	19 %
1741	124	98	44	26	45 %	33 %	52 %	42 %	35 %
1742	115	200	77	- 85	39 %	26 %	43 %	40 %	67 %
1743	124	95	45	29	47 %	52 %	40 %	54 %	36 %
1744	122	78	25	44	32 %	20 %	38 %	34 %	20 %
1745	130	68	25	62	37 %	29 %	35 %	45 %	19 %
1746	106	83	28	23	34 %	40 %	23 %	39 %	26 %
1747	106	197	108	- 91	55 %	51 %	48 %	63 %	102 %
1748	91	160	48	- 69	30 %	35 %	3 %	38 %	53 %
1749	95	206	64	- 111	31 %	28 %	0 %	38 %	67 %
1750	74	104	27	- 30	26 %	40 %	0 %	34 %	36 %
1751	108	134	35	- 26	26 %	32 %	12 %	33 %	32 %
1752	119	101	35	18	35 %	40 %	34 %	33 %	29 %
1753	102	110	57	- 8	52 %	65 %	47 %	49 %	56 %
1754	109	144	92	- 35	64 %	83 %	62 %	56 %	84 %
1755	105	93	40	12	43 %	17 %	43 %	53 %	38 %
1756	97	207	94	- 110	45 %	42 %	42 %	52 %	97 %
1757	59	172	39	- 113	23 %	20 %	24 %	24 %	66 %
1758	71	100	22	- 29	22 %	16 %	37 %	13 %	31 %
1759	94	86	28	8	33 %	27 %	44 %	24 %	30 %
1760	98	107	54	- 9	50 %	59 %	42 %	51 %	55 %
1761	90	77	36	13	47 %	36 %	57 %	42 %	40 %
1762	96	61	24	35	39 %	30 %	40 %	43 %	25 %
1763	122	69	20	53	29 %	42 %	21 %	35 %	16 %
1764	103	85	28	18	33 %	38 %	24 %	37 %	27 %
1765	109	83	28	26	34 %	33 %	33 %	34 %	26 %
1766	124	187	121	- 63	65 %	84 %	45 %	67 %	98 %
1767	116	79	25	37	32 %	46 %	23 %	33 %	22 %
1768	90	59	28	31	47 %	58 %	41 %	50 %	31 %
1769	104	76	38	28	50 %	40 %	58 %	43 %	37 %
1770	111	83	51	28	61 %	59 %	38 %	82 %	46 %
1771	80	81	29	- 1	36 %	33 %	26 %	47 %	36 %
1772	112	147	91	- 35	62 %	76 %	40 %	71 %	81 %
1773	104	85	28	19	33 %	27 %	38 %	30 %	27 %
1774	103	82	32	21	39 %	30 %	41 %	42 %	31 %
1775	101	68	25	33	37 %	58 %	30 %	33 %	25 %
1776	109	138	39	- 29	28 %	40 %	19 %	34 %	36 %

(Continua)

A N E X O 2

SALDO FISIOLÓGICO E PERCENTAGEM DE ÓBITOS DE MENORES EM 3 FREGUESIAS:
APRESENTAÇÃO, ESPÍRITO SANTO E VERA CRUZ

(Continuação)

A N O S	BAPTISMOS TB	ÓBITOS TO	ÓBITOS DE MENORES TBmn	SALDO FISIOLÓGICO TB-TO	MENORES TBmn/TO	F R E G U E S I A S			ÓBITOS DE MENORES E BAPTISMOS TBmn/TB
						APRESENTAÇÃO Mn.	ESPÍRITO SANTO Mn.	VERA CRUZ Mn.	
1777	98	142	71	- 44	50 %	58 %	35 %	68 %	72 %
1778	133	107	46	26	43 %	29 %	42 %	56 %	35 %
1779	85	151	55	- 66	36 %	31 %	37 %	38 %	65 %
1780	108	177	43	- 69	24 %	31 %	17 %	28 %	40 %
1781	113	165	88	- 52	53 %	52 %	44 %	62 %	78 %
1782	105	119	52	- 14	44 %	57 %	29 %	45 %	50 %
1783	103	80	27	23	34 %	52 %	5 %	37 %	26 %
1784	108	80	33	28	41 %	26 %	48 %	47 %	31 %
1785	114	134	53	- 20	40 %	27 %	35 %	48 %	46 %
1786	103	140	71	- 37	51 %	50 %	44 %	55 %	69 %
1787	93	90	32	3	36 %	28 %	46 %	34 %	34 %
1788	117	91	38	26	42 %	46 %	33 %	44 %	32 %
1789	123	78	33	45	42 %	52 %	31 %	45 %	27 %
1790	128	49	24	79	49 %	64 %	41 %	44 %	19 %
1791	111	149	99	- 38	66 %	76 %	70 %	54 %	89 %
1792	139	94	28	45	30 %	19 %	42 %	29 %	20 %
1793	111	93	28	18	30 %	26 %	32 %	31 %	25 %
1794	108	90	35	18	39 %	50 %	25 %	47 %	32 %
1795	122	154	104	- 32	68 %	69 %	45 %	74 %	85 %
1796	130	99	35	31	35 %	38 %	30 %	38 %	27 %
1797	109	79	31	30	39 %	38 %	47 %	37 %	28 %
1798	118	130	62	- 12	48 %	51 %	39 %	51 %	53 %
1799	100	173	96	- 73	55 %	55 %	53 %	57 %	96 %
1800	102	177	69	- 75	39 %	36 %	42 %	38 %	68 %
1801	101	146	43	- 45	29 %	27 %	31 %	31 %	43 %
1802	70	112	29	- 42	26 %	32 %	23 %	24 %	41 %
1803	101	128	67	- 27	52 %	64 %	41 %	54 %	66 %
1804	104	120	67	- 16	56 %	52 %	52 %	60 %	64 %
1805	99	101	50	- 2	50 %	61 %	25 %	53 %	51 %
1806	93	158	66	- 65	42 %	40 %	47 %	39 %	71 %
1807	117	159	64	- 42	40 %	30 %	45 %	43 %	55 %
1808	94	103	20	- 9	19 %	24 %	8 %	26 %	21 %
1809	103	100	47	3	47 %	53 %	35 %	53 %	46 %
1810	137	77	24	60	31 %	32 %	26 %	38 %	18 %
1811	77	92	23	- 15	25 %	20 %	18 %	35 %	30 %
1812	105	69	30	36	43 %	29 %	43 %	54 %	29 %
1813	120	61	22	59	36 %	31 %	41 %	33 %	18 %
1814	128	64	34	64	53 %	62 %	52 %	50 %	27 %
1815	120	154	103	- 34	67 %	69 %	63 %	69 %	86 %
—	13 335	0	0	—	41 %*	—	—	—	45 %*

* Média aritmética

ANEXO 3

MOBILIDADE GEOGRÁFICA ATRAVÉS DE REGISTOS DE CASAMENTO

ANOS	FREGUESIA DE S. MIGUEL						
	NÚMERO DE CASAMENTOS	NÚMEROS DE NOIVOS DE FORA	PERCENTAGEM	NÚMEROS DE NOIVAS DE FORA	PERCENTAGEM	NÚMEROS DE CASAIS DE FORA	PERCENTAGEM
1695 a 1715	242	36	14,9 %	27	11,2 %	15	6,2 %
16-35 *	122	24	19,7 %	9	7,4 %	5	4,1 %
36-55	163	27	16,6 %	23	14,1 %	11	6,7 %
56-75	145	26	17,9 %	23	15,9 %	15	10,3 %
76-95	195	30	15,4 %	35	17,9 %	42	21,5 %
96-1815	160	27	16,9 %	29	18,1 %	32	20,0 %

* Faltam anos de 1722 a 1727.

ANOS	FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO						
	NÚMERO DE CASAMENTOS	NÚMEROS DE NOIVOS DE FORA	PERCENTAGEM	NÚMEROS DE NOIVAS DE FORA	PERCENTAGEM	NÚMEROS DE CASAIS DE FORA	PERCENTAGEM
1695 a 1715	161	23	14,3 %	20	12,4 %	1	0,6 %
16-35	147	17	11,6 %	19	12,9 %	2	1,4 %
36-55	121	21	17,4 %	19	15,7 %	3	2,5 %
56-75	125	15	12,0 %	13	10,4 %	9	7,2 %
76-95	140	24	17,1 %	21	15,0 %	17	12,1 %
96-1815	182	22	12,1 %	34	18,7 %	19	10,4 %

ANOS	FREGUESIA DE ESPÍRITO SANTO						
	NÚMERO DE CASAMENTOS	NÚMEROS DE NOIVOS DE FORA	PERCENTAGEM	NÚMEROS DE NOIVAS DE FORA	PERCENTAGEM	NÚMEROS DE CASAIS DE FORA	PERCENTAGEM
1695-15	159	31	19,5 %	13	8,2 %	1	0,6 %
16-35	224	50	22,3 %	26	11,6 %	9	4,0 %
36-55	165	43	26,1 %	13	7,9 %	6	3,6 %
56-75	195	60	30,8 %	23	11,8 %	9	4,6 %
76-95	195	67	34,4 %	37	19,0 %	30	15,4 %
96-1815	216	46	21,3 %	48	22,2 %	71	32,9 %

ANOS	FREGUESIA DE VERA CRUZ						
	NÚMERO DE CASAMENTOS	NÚMEROS DE NOIVOS DE FORA	PERCENTAGEM	NÚMEROS DE NOIVAS DE FORA	PERCENTAGEM	NÚMEROS DE CASAIS DE FORA	PERCENTAGEM
1695 a 1715	247	44	17,8 %	28	11,3 %	11	4,5 %
16-35	215	45	20,9 %	38	17,7 %	35	16,3 %
36-55	180	35	19,4 %	45	25,0 %	19	10,6 %
56-75	204	27	13,2 %	39	19,1 %	14	6,9 %
76-95	179	34	19,0 %	22	12,3 %	18	10,1 %
96-1815	176	27	15,3 %	42	23,9 %	26	14,8 %

ANEXO 4

NUBENTES EXTERIORES A AVEIRO NAS 4 FREGUESIAS QUE CONSTITUÍAM A VILA/CIDADE

FREGUESIA	NÚMERO DE ZONAS														TOTAL
	1 —	%	2 até 10 km	%	3 10,1 > 20	%	4 20,1 > 30	%	5 30,1 > 40	%	6 40,1 > Reino	%	7 Fora Reino	%	
Vera Cruz															
Noivas	76	36	15	7	56	26,4	30	14	4	1,8	31	15	0	—	212
Noivos	43	20,4	27	13	29	14	27	13	6	3	75	36	3	1,4	210
Casais	28	23	10	8	37	30,5	14	12	1	0,8	30	25	1	0,8	121

FREGUESIA	NÚMERO DE ZONAS														TOTAL
	1 —	%	2 até 10 km	%	3 10,1 > 20	%	4 20,1 > 30	%	5 30,1 > 40	%	6 40,1 > Reino	%	7 Fora Reino	%	
S. Miguel															
Noivas	34	23,4	26	18	34	23,4	27	18,6	2	1,3	22	15	—	—	145
Noivos	19	11	23	14	30	18	15	9	7	4	72	43	1	0,5	167
Casais	15	12,6	18	15	35	29,4	14	11,7	2	1,6	33	27,7	2	1,6	119

FREGUESIA	NÚMERO DE ZONAS														TOTAL
	1 —	%	2 até 10 km	%	3 10,1 > 20	%	4 20,1 > 30	%	5 30,1 > 40	%	6 40,1 > Reino	%	7 Fora Reino	%	
Espírito Santo															
Noivas	36	23	41	26,4	37	23,8	17	11	2	1,2	22	14	—	—	155
Noivos	87	29	75	25	37	12,4	18	6	4	1,3	77	26	—	—	298
Casais	20	16	30	24	47	37,6	10	8	3	2,4	15	12	—	—	125

FREGUESIA	NÚMERO DE ZONAS														TOTAL
	1 —	%	2 até 10 km	%	3 10,1 > 20	%	4 20,1 > 30	%	5 30,1 > 40	%	6 40,1 > Reino	%	7 Fora Reino	%	
Nossa S. ^{ra} da Apresentação															
Noivas	25	20	19	15	45	35,7	18	14	2	1,5	17	13,4	—	—	126
Noivos	18	14,6	12	10	7	5,6	12	10,5	5	4	65	53	4	3	123
Casais	2	4	9	17,6	7	13,7	7	13,7	2	4	23	45	1	2	51

Fontes: Registos Paroquiais.

Siglas:

«ADA»	– Revista «O Arquivo do Distrito de Aveiro»,
ADA	– Arquivo Distrital de Aveiro,
AHMOP	– Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas,
AMA	– Arquivo Municipal de Aveiro,
ANTT	– Arquivo Nacional da Torre do Tombo,
Cx	– Caixa,
DP	– Desembargo do Paço,
JC	– Junta do Comércio,
LV	– Livro de Vereações,
MP	– Memória Paroquial,
RP	– Registo Paroquial,
RG	– Registo Geral,

NOTAS

- Serrão, José Vicente – *O pensamento agrário setecentista (pré-«fisiocrático»): diagnósticos e soluções propostas*, in «Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal», Lisboa, D. Quixote, 1988, p. 49.
- Cardoso, José Luís – *O pensamento económico em Portugal nos finais do séc. XVIII – 1780-1808*, Lisboa, Estampa, 1989, p. 122.
- Aspectos sintetizados por Sousa, Fernando de – *A População Portuguesa em finais do século XVIII*, «População e Sociedade», Porto n.º 1, 1995, p. 42.
- AHMOP – JC – Cx. 8 – *Carta de Correição de Aveiro*, 11/11/1772.
- Silva, M.ª João Violante Branco Marques da – *Aveiro Medieval*, Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1991, pp. 167-168.
- Neves, Francisco Ferreira – *A memória sobre Aveiro de Pinho Queimado*, «ADA», Aveiro, Vol. 3, 1937, p. 89.
- ANTT – MP – Vol. 5, fl. 800.
- Neves, Francisco Ferreira – *Memória Descritiva ou Notícia Circunstanciada...* «ADA», Aveiro, Vol. 13, 1947, p. 95.
- Jornal de Coimbra* – Coimbra, Vol. 2, n.º 7, 1812, pp. 22-29. Aliás, o engenheiro manterá uma correspondência regular com este jornal, aparecendo publicada a «Memória Descritiva ou Notícia...», Vol. 4, n.º 28, 1814, e Vol. 5, n.º 32 de 1815.
- «O Investigador Portuguez em Inglaterra», Vol. 6, 1813. Este repete textualmente a anterior acrescentando apenas umas «Reflexões sobre a precedente Memória», uma espécie de comentário laudatório ao engenheiro e ao rei.
- Os documentos que serviram de base à escrita daquela «Memória sobre a cidade de Aveiro», foram publicados em Neves, Francisco Ferreira – *Documentos relativos à abertura da actual barra de Aveiro*, «ADA», Aveiro, Vol. 22, 1956, p. 275.
- Id.*, *ibid.*, p. 288; trata-se duma certidão dum cirurgião de Aveiro, atestando a melhoria das condições de sanidade, após a abertura da Barra.
- Esta perspectiva parece-nos bem apresentada num artigo de Amaral, Diamantino Antunes do – *A Laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro*, «Aveiro e o seu Distrito», Aveiro, Vol. 6, 1968. Este mesmo artigo serviu para se concluir da grande decadência de Aveiro, como se lê em Sousa, Fernando de – *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras, 1979, p. 197; também em Gaspar, J. Gonçalves – *Aveiro, Notas Históricas*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1983, p. 92: «até podemos acompanhar o índice populacional da povoação pelas flutuações na localização da referida barra».

- ¹⁴ Neves, Francisco Ferreira – *Documentos relativos à abertura da actual Barra...*, ob. cit., pp. 275 a 296.
- ¹⁵ Madahil, A. G. da Rocha – *Milenário de Aveiro*, Aveiro, Ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1959, Vol. 2, p. 275, «sendo os moradores da dita Vila de Aveiro no tempo do primeiro contrato [1575] de mais de dois mil e quinhentos fogos se acha hoje [1685] em número de mil e setecentos e des, que consta por rol dos párocos»; porém, mais à frente, a pp. 292 e 293, o pároco de cada uma das 4 paróquias que constituíam a então vila, descreve o número de 1650 fogos e não os 1710, referidos anteriormente; optamos por esta segunda informação visto que individualiza os montantes respeitantes a cada uma das freguesias. Além disso, o número de fogos para o ano de 1575, indicado naquele excerto, inspira-nos desconfiança pois que, em 1527, o Numeramento indica 894 fogos no corpo da vila e 566 no termo o que dá 1 460 na totalidade; passados 48 anos contam-se 2500 fogos; só para a Vila? ou será Termo?
- ¹⁶ Madahil, A. G. da Rocha – *Informações Paroquiais do Distrito de Aveiro, «ADA»*, Aveiro, Vol. 11, p. 37; 1732 – Lima, Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa*, Lisboa, 1734-36, Vol. 2; 1758 – *Memória Paroquial de Aveiro in ANTT* – Vol. 5, n.º 44, fl. 800; 1775 – Gaspar, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro no séc. XVIII. Um inquérito de 22 de Setembro de 1775*, Aveiro, 1974, p. 27; 1798 – Serrão, J. Veríssimo – *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970; 1801 – Sousa, Fernando de – *A População Portuguesa...*, ob. cit.
- ¹⁷ Parte dos Registos Paroquiais da então paróquia de Nossa Senhora da Apresentação ainda se encontram no Arquivo Paroquial da actual Igreja de Vera Cruz.
- ¹⁸ A paróquia de S. Miguel não possui livros de óbitos entre 1737 e 1787, de Baptismos de 1756 a 1765, e de 1776 a 1780, e de Casamentos até inícios do séc. XIX.
- ¹⁹ Amorim, M. Norberta – *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, INIC – 1987, p. 386: refere ao longo do séc. XVIII um sub-registo de menores de 7 anos e mesmo o não registo de crianças falecidas antes de receberem o baptismo solene.
- ²⁰ ADA – RP – Espírito Santo, Liv. 13, fl. 101, 31/8/1794.
- ²¹ ADA – RP – Espírito Santo, acontece a partir de 1801.
- ²² AMA – Liv. Registo Geral n.º 1684, fl. 92: «Portaria e Instruções para a criação e aproveitamento dos engeitados e orfãos», 1812.
- ²³ ADA – RP – Espírito Santo, óbitos, Liv. 27, 11/5/1808.
- ²⁴ Vries, Jan de – *La Urbanizacion de Europa, 1500 a 1800* – Barcelona, Ed. Critica, 1987, p. 259 «a importância das migrações no estudo do crescimento urbano é indiscutível, ainda que actualmente o papel demográfico específico desempenhado pelos emigrantes seja objecto de discussão»; Bairoch, Paul – *De Jéricho à Mexico, Villes et Économies dans l'Histoire* – Paris, Gallimard, 1985, p. 268: «um balanço natural negativo: a cidade aprovisiona-se no campo não somente em alimentação mas também em homens».
- ²⁵ Aspectos sintetizados em Nazareth, Manuel, Sousa, Fernando de – *A Demografia portuguesa em finais do Antigo Regime*, in «Cadernos de História Económica e Social» n.º 4, Lisboa, Sà da Costa, 1983, pp. 7 e 8.
- ²⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 11.
- ²⁷ Lebrun, François – *Les crises demographiques en France aux XVII et XVIII siècles*. «Annales», Paris, Março/Abril, 1980, p. 208.
- ²⁸ A recta está ajustada aos dados pelo método dos mínimos quadrados; seguimos aqui o método proposto em Floud, Roderick – *Métodos cuantitativos para historiadores*, Madrid, Alianza Universidad, 1979, pp. 113 a 119.
- ²⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 121 «Método para separar as três influências sobre uma série temporal»; embora se possa discutir o âmbito das médias móveis, ímpares de 3, 5, 7, 9, ou mais, estamos sempre a operar cortes, de certa forma, arbitrários; preferimos seguir o exemplo de Roderick Floud.
- ³⁰ A apresentação das diferentes metodologias em Perez Moreda, Vicente – *Las crises de mortalidad en la Espana interior, siglos XVI a XIX*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1980, pp. 93 a 112. Entretanto, Dupâquier, J. na sua tese: *La population Rurale du bassin Parisien à l'époque de Louis XIV* – Paris, 1979, p. 248, desenvolve a sua metodologia. Em David, Henrique – *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*, Porto, Faculdade de Letras, 1992 (dissertação de doutoramento), pp. 27 e 28, apresenta as diferentes metodologias de medição de crises de mortalidade, seleccionando a de Dupâquier por uma série de razões que invoca, e repete num seu outro artigo *Aspectos da mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*. Separata da «Bracara Augusta» – Braga, Vol. 44, 1993, p. 77, entre as quais o recorrer-se apenas a um tipo de fontes, a simplicidade e rapidez dos cálculos matemáticos, a introdução do desvio-padrão que anula as disparidades entre freguesias de desigual dimensão.

- ³¹ Dupâquier, J. – *La population rurale...*, ob. cit., p. 248: $I = D-M/\sigma$, em que I = intensidade da crise num ano X, D = número de mortos num ano X, M = média aritmética dos 10 anos em torno dessa data, σ = desvio-padrão dos óbitos durante aqueles 10 anos, ou seja, na escolha dos anos à volta do ano X, utilizamos os 10 anos anteriores, com excepção dos 5 primeiros anos da série, em que contamos com a média de 5 anos anteriores e 5 posteriores, recuperando assim 5 anos de informação. Depois, Dupâquier, propõe uma escala de diversas magnitudes que pode atingir a crise:

M A G N I T U D E	I = INTENSIDADE
Crise menor	de 1 a 2
Crise média	de 2 a 4
Crise forte	de 4 a 8
Crise importante	de 8 a 16
Grande crise	de 16 a 32
Catástrofe	de 32 ou mais

- ³² Pérez Moreda, Vicente – *Las crisis de mortalidad en la España interior...*, ob. cit., p. 133.
- ³³ *Id.*, *ibid.*, p. 137, aponta para a Europa interior um abaixamento da taxa.
- ³⁴ Santos, Cândido dos – *Nota sobre a mortalidade infantil nos sécs. XVIII e XIX* – «Humanidades», Porto n.º 2, 1982, pp. 47 a 76.
- ³⁵ Pérez Moreda, Vicente – *Las crisis de mortalidad...*, ob. cit., p. 161.
- ³⁶ Leitão, Nascimento – *A Bacia Hydrográfica de Aveiro e a Salubridade Pública (esboço de um estudo)*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1906, (dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto), p. 166.
- ³⁷ David, Henrique – *A Mortalidade no Porto em finais do séc. XIX*, «Revista da Faculdade de Letras-História» – Porto, 2.ª Série, Vol. 9, 1992, p. 270. *Id.* – *Alguns aspectos da mortalidade em finais do séc. XIX* – *As cidades do Porto e Lisboa*, «Revista de História», Porto, Vol. 11, 1991, p. 193.
- ³⁸ David, Henrique – *Aspectos da mortalidade no concelho de Braga...*, ob. cit.; Moreira, Maria João Guardado – *Vida e morte no Concelho de Idanha-a-Nova*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, Magalhães, Joaquim Romero – *O Algarve económico 1600 a 1773*, Lisboa, Estampa, 1988.
- ³⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 71.
- ⁴⁰ *Id.*, *ibid.*, pp. 73 e 181.
- ⁴¹ David, Henrique – *Aspectos da mortalidade...*, ob. cit., p. 79.
- ⁴² Moreira, M.ª João Guardado – *Vida e morte...*, ob. cit., p. 108.
- ⁴³ Magalhães, Romero de – *O Algarve económico...*, ob. cit., p. 74.
- ⁴⁴ Moreira, M.ª João Guardado – *Vida e morte...*, ob. cit., p. 118.
- ⁴⁵ Magalhães, Romero de – *O Algarve económico...*, ob. cit., p. 149.
- ⁴⁶ Moreira, M.ª João Guardado – *Vida e morte...*, ob. cit., p. 127.
- ⁴⁷ David, Henrique – *Aspectos da mortalidade...*, ob. cit., p. 80.
- ⁴⁸ Moreira, M.ª João Guardado – *Vida e morte...*, ob. cit., p. 139.
- ⁴⁹ Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, ob. cit., Cap. 5.3.
- ⁵⁰ David, Henrique – *Aspectos da mortalidade...*, ob. cit., p. 82.
- ⁵¹ Moreira, M.ª João Guardado – *Vida e morte...*, ob. cit., p. 151.
- ⁵² David, Henrique – *Aspectos da mortalidade...*, ob. cit., p. 81.
- ⁵³ *Id.*, *ibid.*, p. 83.
- ⁵⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 84.
- ⁵⁵ Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, ob. cit., ver cap. 8.1.
- ⁵⁶ *Id.*, *ibid.*, ver cap. 5.3.
- ⁵⁷ Os projectos de abertura da Barra, reflectem a aflição das inundações provocadas pela barra obstruída. Entre elas, encontra-se descrita a que teria terminado com a abertura da Barra em Abril de 1808 «*as agoas que cobrião as ruas da Praça desta cidade e os bairros do Alboi e da Praia, baixaram*», in Neves, F. Ferreira – *Documentos Relativos à abertura da actual Barra...*, ob. cit., p. 295.

- ⁵⁸ Em 1776, refere-se a procissão a S. Sebastião, para aplacar «as doenças graves que presentemente atingem a cidade»: AMA-LV n.º 8, ss. 28/8/1776. Se o culto ao Santo definir as oscilações das pestes, parece que só nos finais do 1.º quartel de XIX haveria um declínio daquela devoção, renovado com os surtos epidémicos de finais do mesmo século.
- ⁵⁹ AMA, L. 8, ss. de 9/9/1766.
- ⁶⁰ AMA, LV n.º 8, ss. 14/8/1766.
- ⁶¹ A freguesia de Espírito Santo é a única que entre meados do ano de 1803 e 1818 indica, quando se trata de menores de 7 anos, a causa do óbito: ADA, RP, Espírito Santo, L. 26.
- ⁶² Perez Moreda, Vicente – *Las crises de mortalidad...*, ob. cit., p. 80-81.
- ⁶³ Ao Almoço (hoje, pequeno almoço), sardinha assada ou cozida, ou peixe da ria, fresco e miúdo, ou bacalhau assado, cozido ou frito e pão de milho ou trigo; ao Jantar (hoje, almoço), caldo de feijões ou de hortaliça e toucinho; uma vez ou outra, carne de porco fresca, ou vísceras de boi (fressura) ou de porco; e mais raras vezes, (ao domingo) carne de boi e arroz; ou, quando havia abundância, peixe fresco de diferentes espécies (caldeirada) e batatas ou, além do caldo, sardinha fresca ou salgada, assada ou cozida, ou frita; algumas vezes, papas de farinha de milho com abóbora, peixe ou crustáceos; ou arroz com enguias ou moluscos, pão de milho e vinho; à Ceia (hoje, jantar), peixe, predominando a sardinha e o bacalhau, com hortaliças ou batatas; ou ainda moluscos ou crustáceos; ou pão de milho «os mais pobres, quando o mar não dá e não podem chegar à carestia do peixe salgado, leva-os a miséria a fazer resistência à fome com hortaliça ou batatas condimentadas intencionalmente com o sal barrento, já servido na salgação da sardinha», Cf. em Leitão, António do Nascimento – *A bacia hidrográfica de Aveiro...*, ob. cit., p. 150.
- ⁶⁴ Soares, José – *A Hygiene d’Aveiro, Dissertação Inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto*, Porto, Imprensa Civilização, 1904, p. 92.
- ⁶⁵ Leitão, A. do Nascimento – *A bacia hidrográfica...*, ob. cit., p. 149.
- ⁶⁶ Silva, Maria João Violante M. da – *Aveiro Medieval...*, ob. cit., apresenta esta apreciação a p. 52. A representação cartográfica está feita em Galego, Júlia, Daveau, Suzanne – *O numeramento de 1527-32. Tratamento cartográfico*, Lisboa, 1986. Os dados pormenorizados foram publicados por Freire, A. Braamcamp – *Povoação da Estremadura no XVI século*, «Arquivo Historico Portuguez» – Lisboa, Vol. 6, 1908, p. 241.
- ⁶⁷ Para a freguesia de Ovar, que não distingue o número de almas do seu termo, indicando apenas os fogos, fizemos o seguinte cálculo: número de fogos da freguesia, menos o do termo (2393-1117 = 1276); este resultado foi multiplicado pelo quociente almas/fogo de 3, média da freguesia, obtendo-se assim, exclusivamente, os moradores da vila.
- ⁶⁸ Neves, Francisco Ferreira – *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa*, «ADA», Aveiro, Vol. 6, 1940, p. 84.
- ⁶⁹ Amorim, Inês – *O Mosteiro de Grijó, Senhorio e Propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, Braga, 1997, p. 26.
- ⁷⁰ Neves, Francisco Ferreira – *A Memória sobre Aveiro do Conselheiro...*, ob. cit., p. 84.
- ⁷¹ Informações retiradas da MP de Aveiro, ANTT, Vol. 5 n.º 44, fl. 799 a 819 v. e ainda as MP de outras freguesias que localizaram as pequenas ouvidorias; note-se que por vezes abarcam ainda lugares de freguesias vizinhas; para maior detalhe ver Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, ob. cit., 2.ª v., Anexo 4 do Cap. 4.
- ⁷² Silva, M.ª João Violante Branco M. da – *Aveiro Medieval...*, ob. cit., p. 110.
- ⁷³ *Id.*, *Ibid.*, refere, na nota 141, as reclamações apresentadas à corte em 1481.
- ⁷⁴ Todos estes aspectos estão, devidamente documentados em Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, ob. cit., Vol. 1, pp. 45 a 52.
- ⁷⁵ Meyer, Jean – *Études sur les villes en Europe Occidentale, milieu du XVII siècle à la veille de la Révolution Française, Généralités France*, Paris, SEDES, 1983, pp. 15 e 77.
- ⁷⁶ Teve-se em conta a perspectiva apresentada por Bardet, Jean-Pierre – *Rouen aux XVII et XVIII siècle, Les mutations d’un espace social*, Paris, SEDES, 1983, p. 223: «o jogo das migrações não responde necessariamente à estrita lógica das ofertas locais. A emigração urbana aumenta quando tudo vai mal fora e dentro da cidade».
- ⁷⁷ Dados apresentados em Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, ob. cit., Vol. 2, Anexo 21.
- ⁷⁸ Madahil, A.G. da Rocha – *Milenário de Aveiro...*, ob. cit., p. 560: documentôs d e 11 e 22 de Dezembro de 1738 «Treslado da provisão para a Câmara fazer os boletos para os soldados que se aquartelam nesta Vila».

- ⁷⁹ Sarmento, Alexandre Tomàs de Moraes – *Relação das medidas de defesa que se executaram na margem do Rio Vouga*, «ADA», Aveiro, Vol. 24, 1958, p. 135. Na segunda invasão, o inimigo anda no seu termo, mas não passa dum perímetro afastado, Albergaria-a-Velha, Ovar, a norte; o Vouga seria a fronteira, entre a posição ocupante, a norte, e o exército luso-britânico, a sul, à volta duma linha que ia desde Águeda e ponte do Marnel, até Eixo.
- ⁸⁰ Neves, Francisco Ferreira – *Documentos relativos à abertura...*, *ob. cit.*, p. 289.
- ⁸¹ AMA, LV n.º 9, ss. 26/10/1815.
- ⁸² Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, *ob. cit.*, Vol. 2, Anexos 22 e 23 do Cap. 4.
- ⁸³ No Regimento para os Portos Secos e Molhados, de 1668, refere-se, a propósito da deslocação entre lugares, o limite de 6 léguas por dia: *in* Silva, J. J. Andrade e – *Colecção Chronológica da Legislação Portuguesa*, Vol. 9 (1657/1674) – Lisboa, 1857, p. 156. Sendo a légua, aproximadamente, de 5 km, chega-se à distância de 30 km por dia.
- ⁸⁴ Vries, Jan – *La Urbanizacion...*, *ob. cit.*, p. 255 apresenta os argumentos dos que criticam aquela perspectiva.
- ⁸⁵ Moreira, M.ª João Guardado – *Vida e morte...*, *ob. cit.*, p. 162 «*não há uma mudança favorável no que diz respeito à sobremortalidade neste século XVIII*».
- ⁸⁶ Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, *ob. cit.*, Vol. 1, pp. 149-151, Vol. 2, Anexo 8 do Cap. 4, Nazareth, J. Manuel – *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 171: «*devido à relação de masculinidade dos nascimentos rondar o valor de 105, a relação de masculinidade do primeiro grupo de idades é muito próxima deste número; depois, à medida que se avança na idade, devido ao efeito da sobremortalidade masculina, as relações de masculinidade vão diminuindo – é o efeito idade. Por outro lado, cada geração tem a sua história própria, marcada por uma sobremortalidade masculina mais ou menos forte, por migrações diferenciais segundo o sexo, mais ou menos importantes, o que implica a existência de profundas modificações na evolução normal da curva – é o efeito geração*». Vd. ainda Serrão, José Vicente – *O Quadro Humano...*, *ob. cit.*, p. 66. Como este autor sintetiza, a taxa de masculinidade dos nascimentos em Portugal anda à volta de 105 homens para cada 100 mulheres. Verifica-se que a feminilidade se torna mais forte no período activo, 25 a 60 anos, sinal de movimentações masculinas, equilibrando-se os sexos acima e abaixo daqueles limites.
- ⁸⁷ Este aspecto duma acentuação de saídas para outras paragens, foi sugerida por Arroeteia, Jorge – *Ílhavos e Murtoseiros na emigração portuguesa*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1982, p. 45: refere a instituição do defeso desde 1868 que traria um agravamento das condições de vida das populações de ilhavo, Murtosa, etc. Parece-nos que esta hipótese é igualmente viável para épocas mais recuadas, se tivermos em conta as questões surgidas, ao longo do séc. XVIII, à volta deste assunto, como se pode ler em Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, *ob. cit.*, Vol. 1, pp. 258 e 306.
- ⁸⁸ Para o Brasil são poucos os indícios quantitativos, embora as remessas de dinheiros que a Misericórdia de Aveiro geria, fossem sinais desta ponte; de certa forma esta relação é atestada nos livros que administravam os empréstimos feitos pela Misericórdia.
- ⁸⁹ Amorim, Inês – *Aveiro e sua Provedoria...*, *ob. cit.*, Vol. 1, pp. 136 a 151.

A DIVERSIDADE DE COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS NO PORTUGAL DE ANTIGO REGIME

Maria Norberta Amorim
Universidade do Minho

ABSTRACT

In this paper we compare, in the light of the interaction of demographic variables, the fluctuation of births (baptism) «Ancien Régime», showing a very deep disparity.

The influence of mortality in S. Pedro de Poiães (Northeast zone of Trás-os-Montes), has forced a stability that only was reached in the Couto do Mosteiro (Centre Zone), due to a very restricted access to marriage, with a frequent definitive celibacy and a late marriage. Ronfe, in the Baixo Minho (Northwest), not only due to its limitation in nuptiality, but must because of heavy mobility of the young population, present a moderate growth, made it possible due to its high level of fertility and also related with its particularly low mortality level, if we compare with other mortality indicators for the same period. São Mateus (Ilha do Pico – Azores) even if not dismissed of the migratory movements, present the increases of the births, also due to the low level mortality found it.

Os resultados que vamos alcançando pela micro-análise aplicada sobre as informações organizadas dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, para o nosso pequeno país, evidenciam a diversidade de comportamentos e apontam para as vantagens de alargamento do campo de observação tanto espacial como temporalmente.

Não é real o apregoado abandono do *pesado* método de reconstituição de famílias nestes anos 90, como não é verdadeiro afirmar que os jovens de hoje não se motivam por esse trabalho ou que o rendimento do mesmo não resulta compensador.

Ao invés, entendemos que a reconstituição de famílias e, na sequência, a reconstituição de paróquias, são as vias abertas para uma nova visão sobre a história dos períodos moderno e contemporâneo. O cruzamento da informação paroquial de forma a identificar os indivíduos (todos os residentes na comunidade) nas etapas sucessivas da sua vida, e em cadeia genealógica, não favorece apenas a análise demográfica, podendo condicionar que a análise social encontre um novo caminho ¹. Numa outra óptica, investigadores de qualquer idade encaram a reconstituição de famílias/paróquias como uma tarefa lúdica cuja morosidade é largamente compensada pela satisfação de contribuírem para facultar o acesso a um apreciado património – o conhecimento das *raízes*.

Dispondo de séries contínuas de registos paroquiais os problemas que se levantam ao investigador são antes de mais metodológicos. Nos anos 50 Fleury e Henry mostraram um caminho que foi seguido com entusiasmo por gerações sucessivas de historiadores, tanto em França como fora dela. Nestes anos 90 pode perspectivar-se uma potencialização dos esforços desenvolvidos neste campo, pelo trabalho em gabinete, com recurso sistemático a reproduções das fontes paroquiais, e pela utilização corrente dos computadores pessoais.

É certo que não é fácil tratar a informação paroquial de forma a atingir o objectivo de identificação de cada residente numa comunidade, acto a acto. Tivemos de enfrentar particulares dificuldades metodológicas no cruzamento dos registos de baptizados, casamentos e óbitos. Em 1971 iniciámos uma metodologia de reconstituição de famílias, diferente da de Fleury-Henry, que tinha em conta a falta de norma na transmissão de apelidos nas famílias portuguesas². Em 1985/86, com o apoio de um informático, evoluímos para a reconstituição de paróquias³, desagregando a informação do ficheiro de família para um ficheiro de indivíduos, acompanhando cada percurso de vida, sem perder o encadeamento genealógico⁴. Mais de três dezenas de investigadores portugueses e não só trabalham hoje utilizando essa metodologia.

Um projecto interdisciplinar em curso⁵ encara a reconstituição de paróquias como uma valorização do património das populações, interessando ao homem comum, desejo de conhecer as suas raízes, interessando ao cientista social, demógrafo, historiador da sociedade ou da cultura, antropólogo ou sociólogo.

Tendo-se iniciado espontaneamente para comunidades nortenhas (Trás-os-Montes e Minho) a reconstituição de famílias/paróquias em Portugal, vai-se hoje alargando a investigação de forma mais planificada para o Centro e Sul. Uma paróquia do Algarve foi já reconstituída, outras três do Alentejo estão em vias de reconstituição, havendo também resultados sobre uma paróquia do Centro, enquanto se vai englobando no estudo as ilhas dos Açores.

Foi precisamente pelo nosso próprio trabalho de reconstituição de paróquias nortenhas, do Nordeste Transmontano e do Baixo Minho, de paróquias açorianas, e de uma paróquia do Centro (distrito de Viseu), que demos conta da grande diversidade de comportamentos de Antigo Regime em Portugal e dos diferentes ritmos evolutivos quando consideramos a passagem para a contemporaneidade. Mas foi o estudo de paróquias da ilha do Pico, nos Açores⁶, que mais clara consciência nos trouxe sobre os perigos da aplicação, para um determinado período histórico, de modelos construídos a partir de escasso número de observações que o acaso da investigação trouxe para a ribalta.

Dispondo para a paróquia de S. Mateus⁷ de registo sistemático de mortalidade infantil desde a década de 1730, foi possível, para as gerações nascidas entre 1740 e 1799, marcando, caso a caso, um fim de observação, pelo óbito ou pelo afastamento da paróquia⁸, calcular empiricamente a esperança de vida em cada sexo. Os resultados não se encaixam nos modelos aceites. Uma esperança de vida à nascença de 49 anos para os homens e de 48 anos para as mulheres, em gerações nascidas antes de 1800, causa à partida alguma estranheza. Na altura procurámos uma explicação para a suavidade da morte na Ilha do Pico⁹ na amenidade do clima, no isolamento das epidemias, na alimentação diversificada, de cereais, de leite e seus derivados, de peixe, de carne (pouca), de frutas e de vinho. No entanto, investigações em curso sobre paróquias nortenhas, para as quais se dispõe de registo sistemático de mortalidade infantil, vem mostrando uma realidade

não muito distante, com esperanças de vida superiores aos 40 anos para gerações nascidas no século XVII ¹⁰. Em contrapartida, para uma paróquia algarvia, no extremo sul de Portugal, usando a mesma metodologia, José António Pinto encontrou uma esperança de vida à nascença de 35 anos para os homens e de 38 anos para as mulheres para as gerações nascidas entre 1780 e 1810 ¹¹.

Dando conta de comportamentos distintos perante a morte em período de Antigo Regime, procuraremos avaliar os seus reflexos nas outras variáveis demográficas. Escolhemos quatro comunidades rurais repartidas por quatro regiões de Portugal- Poiares de Freixo (Nordeste Transmontano), paróquia raiana isolada; Ronfe, concelho de Guimarães, Couto do Mosteiro, Santa Comba Dão, distrito de Viseu e S. Mateus do Pico, nos Açores, paróquia de solo pobre e mar aberto que desde meados do século XIX sofre influência marcante da emigração e retorno dos seus naturais.

Por falta de registo de mortalidade infantil, não temos possibilidade, como fizemos para S. Mateus do Pico, de avaliar a esperança de vida à nascença para Poiares, Ronfe ou Couto do Mosteiro em período de Antigo Regime. No entanto, a observação comparada sobre a mortalidade dos indivíduos casados com mais de 25 anos (embora tenhamos de lidar com pequenos números) pode trazer-nos pistas importantes para avaliação da influência directa e indirecta dessa variável nas populações que viveram no século XVIII e início do seguinte.

QUADRO I – ESPERANÇA DE VIDA

Comparação entre Poiares ⁽¹⁾, Ronfe ⁽¹⁾, Couto do Mosteiro ⁽²⁾ e S. Mateus ⁽³⁾

ANOS	POIARES *			RONFE *			COUTO DO MOSTEIRO *			S. MATEUS **		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	49	48	49
5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	58	57	58
10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	54	55	55
15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	50	50	50
20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	46	46	46
25	30	31	30	40	38	39	36	37	37	42	42	42
30	26	27	27	35	33	35	32	32	32	38	39	38
35	22	24	23	31	30	31	28	28	28	34	35	34
40	19	21	20	27	26	26	24	25	25	30	31	30
45	16	18	17	24	23	23	20	22	21	26	27	27
50	14	15	15	20	19	20	17	18	18	23	24	23
55	11	12	12	16	15	16	14	15	15	19	20	19
60	9	9	9	13	12	12	11	13	12	16	16	16
65	8	7	7	10	8	10	9	10	9	12	13	13
70	6	5	5	7	7	7	6	8	7	10	11	10
75	4	3	3	5	5	5	5	6	6	7	8	8
80	4	2	3	4	4	4	4	5	4	5	6	6

(¹) Gerações nascidas entre 1700 e 1789.

(²) Gerações nascidas entre 1680 e 1759.

(³) Gerações nascidas entre 1740 e 1799.

* Esperança de vida de indivíduos casados¹²

** Esperança de vida da população ¹³.

Da análise do Quadro I ressalta a diferença de comportamento no plano da mortalidade entre a paróquia transmontana de S. Pedro de Poiares e a paróquia de S. Mateus do Pico, nos Açores. Uma diferença na esperança de vida nas idades médias que ultrapassa os dez anos.

No entanto, no Baixo Minho, formigueiro de gente desde a Idade Média, a suavidade da morte manifesta-se de forma próxima da da ilha do Pico, não só em relação aos adultos, mas também em relação às crianças.

Apesar de não dispormos de registo de mortalidade infantil para o período, foi possível, para as gerações nascidas em Ronfe entre 1740 e 1789, a partir do cruzamento de *róis de confessados*¹⁴ na *base de dados* decorrente da reconstituição da paróquia, calcular a sobrevivência à idade de sete anos¹⁵. Foram 750 em mil nascidos que atingiram essa idade.

Jogando com a endogamia em S. Pedro de Poiares e a fraca mobilidade das mulheres isoladas e procurando a identificação de todos os defuntos registados, havíamos calculado nesta paróquia, para o sexo feminino, a sobrevivência até aos sete anos de 598 em mil indivíduos nascidos¹⁶.

Repare-se que, em S. Mateus do Pico, para as gerações nascidas entre 1740 e 1799, a sobrevivência encontrada, para os sete anos, foi de 763 em mil¹⁷.

No Couto do Mosteiro, no Centro do país, a sobrevivência dos adultos parece apresentar-se claramente mais favorável do que no Nordeste Transmontano, embora sem atingir os níveis do Sul do Pico ou de Ronfe¹⁸.

Uma mortalidade diferenciada que consequências terá no ritmo evolutivo destas populações? Não dispondo de dados sobre quantitativos populacionais no período, servimo-nos da evolução comparada dos baptizados para as quatro paróquias em estudo.

Pela observação do Gráfico I de evolução comparativa dos baptizados entre 1680 e 1849 (1680 = 100), salientamos a estabilidade de Poiares e Couto do Mosteiro no decurso do longo período de 170 anos.

Ronfe também não cresce da forma esperada, embora manifeste depois de 1780 uma tendência mais acentuada de subida.

S. Mateus, ao invés, vê sistematicamente incrementado o volume de nascimentos de 1680 até à década de 1840¹⁹, com saliência para a década de 1720²⁰.

A influência da mortalidade no ritmo diferenciado de crescimento de S. Mateus do Pico e Poiares de Freixo, parece clara, mas não são tão claras as situações de Ronfe ou do Couto do Mosteiro. Outras variáveis demográficas sobressairão certamente.

Começaremos por comparar as taxas de fecundidade legítima nas quatro paróquias, para casamentos realizados entre 1700 e 1799.

Pela observação da descendência teórica (15 aos 49 anos)²¹, notamos uma grande similitude de comportamento entre Poiares, Couto do Mosteiro e S. Mateus do Pico.

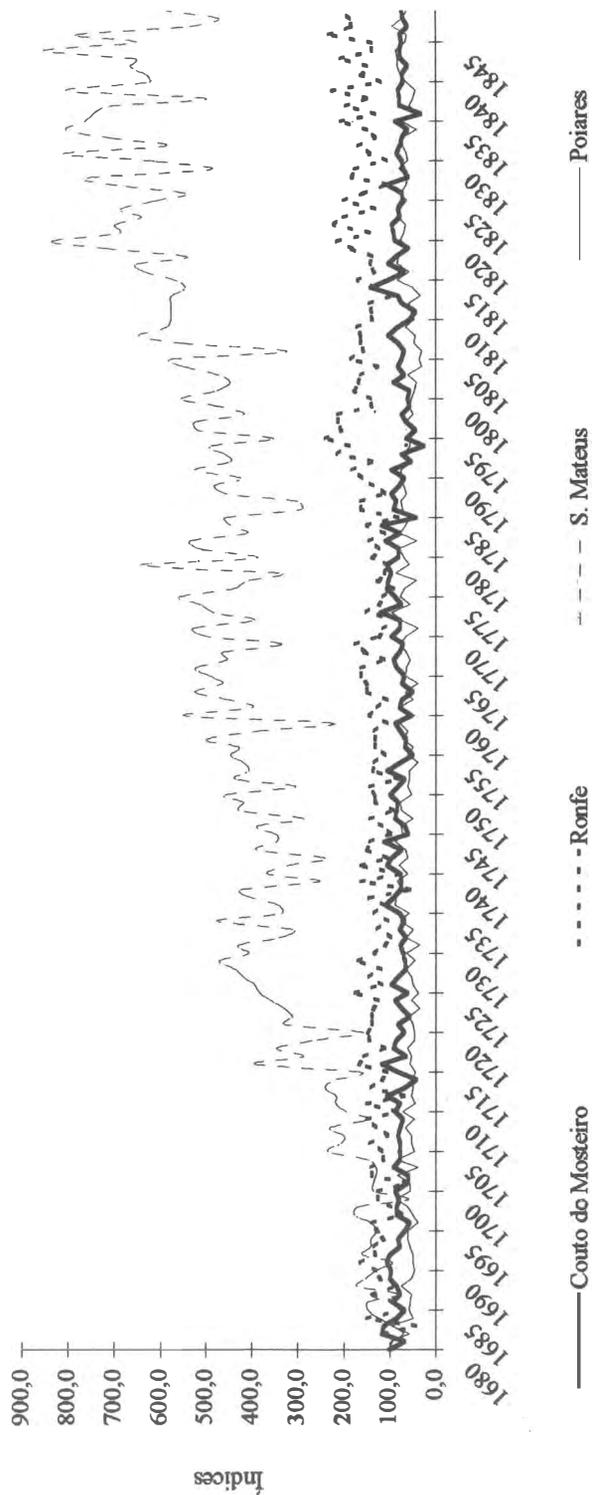
Só em Ronfe a descendência teórica adquire um valor mais destacado.

No entanto, se observarmos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher, as semelhanças não são tão nítidas.

Enquanto em Poiares e no Couto do Mosteiro as mulheres mais jovens têm mais filhos, a menopausa parece retardar-se em Ronfe e S. Mateus do Pico. De facto, a observação da idade média da mãe ao nascimento do último filho em famílias

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS BAPTIZADOS

Índices (1680 = 100)



completas ²² dá para Ronfe e Couto do Mosteiro 40,4 anos, para o Sul do Pico 41,0 e para Poiães 39,7 anos.

QUADRO II – TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA E DESCENDÊNCIA TEÓRICA *
Todas as idades da mulher – 1000 mulheres (1700-1799)

PARÓQUIAS	OBS.	GRUPOS DE IDADE							DESCENDÊNCIA TEÓRICA
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Poiães	348	308	406	412	345	286	121	10	9,4
Ronfe	172	357	396	414	367	301	168	24	10,1
Couto do Mosteiro	375	330	389	354	329	260	152	18	9,2
S. Mateus do Pico	945	290	363	354	333	290	175	29	9,2

* Só Famílias TIPO 1 (Ver *Uma metodologia...*, ob. cit.), ou sejam famílias estáveis das quais se conhece a data de casamento, a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Parece claro que as idades da vida não seriam, no mesmo período histórico, exactamente paralelas no Nordeste ou no Noroeste de um pequeno país como Portugal, distanciando-se mais claramente o comportamento de Poiães do de S. Mateus do Pico. Em Poiães as mulheres perdiam a sua capacidade reprodutiva mais cedo, a velhice e a morte chegavam também aí mais cedo, como se depreende dos cálculos desenvolvidos sobre a esperança de vida. Reparámos que, para datas próximas, aos 60 anos, as gerações nascidas em S. Mateus, tinham ainda uma esperança de vida de 16 anos, enquanto os nascidos em Poiães esperavam viver apenas mais 9 anos.

O cálculo da duração das uniões para as quatro paróquias é outro indicador que faz ressaltar a importância da mortalidade na evolução das respectivas populações ²³. Em Ronfe a duração média das uniões estudadas atingiu os 27,7 anos; em S. Mateus do Pico, os 27,4 anos; no Couto do Mosteiro, os 23,5 anos e em Poiães ficou-se nos 17,7 anos.

A idade média ao primeiro casamento poderia, em certa medida, ser responsável pelas diferenças encontradas na duração média das uniões. Mas veremos que não é o caso.

Não foi em Poiães que a idade média ao casamento, num dos dois sexos, atingiu valores mais elevados, mas sim em S. Mateus do Pico e no Couto do Mosteiro. Poiães foi precisamente a paróquia onde se casou mais cedo, nos dois sexos, em qualquer período observado. Repare-se, no entanto, que a idade média ao primeiro casamento nunca é aí inferior aos 24 anos e meio para o século feminino e 25 anos e meio para o masculino.

Sabendo do isolamento de Poiães no período estudado ²⁴, após esta observação estamos mais à-vontade para admitir a influência dominante da mortalidade na contenção de subida dos nascimentos dos finais do século XVII a meados do XIX.

A idade média ao primeiro casamento feminino em S. Mateus do Pico, passando de 25,1 para 26,2 nos dois grupos de gerações observados, não foi de molde a sustentar a expansão da população, à falta de um travão eficaz no campo da mortalidade.

Em Ronfe encontramos idades bem mais elevadas ao primeiro casamento feminino no primeiro grupo de gerações observadas – 27,6 anos. No grupo de gerações seguinte já encontramos uma média de 26,8, com uma inversão de tendência compa-

rativamente a S. Mateus. A paróquia minhota começava a encontrar alternativas de sobrevivência nas indústrias rurais, situação que não se vivia na paróquia açoriana.

QUADRO III – IDADE MÉDIA AO 1.º CASAMENTO
 Comparação entre Poiares, Ronfe, Couto do Mosteiro e S. Mateus do Pico
 GRUPO DE GERAÇÕES

PARÓQUIAS	ANOS 1680 - 1749				ANOS 1750 - 1799			
	OBS.	H.	OBS.	M.	OBS.	H.	OBS.	M.
Poiares	183	27,3	253	24,6	154	25,5	198	24,6
Ronfe	109	27,8	185	27,6	117	27,0	146	26,8
S. Mateus do Pico	636	28,9	752	25,1	719	29,1	779	26,2
Couto do Mosteiro	218	28,3	356	28,2	147	29,5	185	28,2

Ao observar a constância de um valor tão elevado da idade média ao primeiro casamento feminino no Couto do Mosteiro, num tão longo período – 28,2 anos, para as gerações nascidas entre 1680 e 1800, não custa a admitir o importante papel da Nupcialidade na contenção de crescimento dessa população.

A análise do número de filhos por família para os casamentos realizados entre 1700 e 1799²⁵, mostra bem a influência da idade média ao primeiro casamento, quando as condições de fecundidade e de mortalidade se aproximam.

Assim, tanto em S. Mateus como em Ronfe o número médio de filhos nas famílias observadas foi de 5,0. Apesar do casamento feminino em S. Mateus ser mais precoce do que em Ronfe, as taxas mais elevadas de fecundidade nesta última paróquia, num ambiente de mortalidade favorável, condicionaram os mesmos valores de descendência média.

No Couto do Mosteiro a descendência média nas famílias observadas foi de 3,7 filhos, inferior aos 4,1 filhos de Poiares. Apesar da sobrevivência relativamente favorável na paróquia do Centro do país, uma idade média ao primeiro casamento feminino superior aos 28 anos terá tido uma influência decisiva na contenção da subida do volume de nascimentos durante todo o período observado, tanto mais que os valores do celibato definitivo atingem também nesta paróquia valores relativamente elevados.

Em qualquer uma das quatro paróquias observadas, o celibato definitivo no sexo feminino atinge valores elevados, sempre superiores a 14 %. No entanto, foi no Couto do Mosteiro e em Ronfe onde as dificuldades de acesso ao matrimónio mais se notaram. Próximo de 25 % das gerações femininas observadas para o Couto do Mosteiro atingiram os 50 anos sem nunca terem casado. No caso de Ronfe a percentagem correspondente sobe a cerca de 28 %. Em Poiares e S. Mateus não se atinge os 15 % para o sexo feminino e, no caso do masculino, as percentagens quedam-se abaixo dos 9 %.

De notar que, no que respeita às gerações masculinas, encontramos um maior volume de celibatários no Couto do Mosteiro, cerca de 18 %, contra os cerca de 15 % em Ronfe.

QUADRO IV – CELIBATO DEFINITIVO (Percentagem)

PARÓQUIAS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
Poiães *	8,9	14,9
Ronfe *	15,1	27,6
S. Mateus do Pico *	7,5	14,2
Couto do Mosteiro **	18,3	24,6

* Gerações nascidas entre 1700 e 1789.

** Gerações nascidas entre 1680 e 1659.

A análise dos valores de celibato definitivo para Poiães reforça a posição que tomámos de que a variável mortalidade seria uma variável determinante no ritmo evolutivo da paróquia.

No caso de S. Mateus, o incremento sustentado dos nascimentos, comparativamente a Ronfe, com taxas de fecundidade mais favoráveis, pode colher aqui uma primeira explicação.

Consideremos, contudo, que a subida pouco acentuada do nível de nascimentos em Ronfe, apesar das condições favoráveis nos plano da fecundidade e mortalidade, pode ser efeito de uma outra variável – a Mobilidade.

À falta de registos específicos, é particularmente difícil em Demografia Histórica o estudo do fenómeno da Mobilidade.

No entanto, no caso de Ronfe, o cruzamento do ficheiro de indivíduos nascidos na paróquia em famílias legítimas²⁶ com as listas anuais de residentes maiores de sete anos, constituídas pelos *róis de confessados*, possibilitou-nos uma aproximação ao problema, pelo acompanhamento dos indivíduos nascidos entre 1740 e 1789.

Em S. Mateus a *base de dados* de que dispomos permite-nos uma análise paralela.

QUADRO V – AFASTAMENTO DEFINITIVO DAS GERAÇÕES DE FILHOS LEGÍTIMOS NASCIDAS ENTRE 1740 E 1789

Comparação entre Ronfe e S. Mateus

PARÓQUIAS	NÚMERO INICIAL	FALECERAM NA PARÓQUIA				SAIRAM DA OBSERVAÇÃO	
		< 7 anos		> 7 anos		Número	Percentagem
		Número	Percentagem	Número	Percentagem		
H O M E N S							
RONFE	406	94	23 %	153	38 %	158	39 %
S. MATEUS ²⁷	1 874	437	23 %	742	40 %	695	37 %
M U L H E R E S							
RONFE	406	109	27 %	156	38 %	141	35 %
S. MATEUS	1 643	384	23 %	766	47 %	493	30 %

Pela observação do Quadro V se verifica que, sendo a sobrevivência à infância ligeiramente mais favorável em S. Mateus do que em Ronfe, as saídas definitivas são nesta última paróquia mais frequentes.

De facto, no caso de Ronfe, em relação aos nascidos, 39 % dos indivíduos do sexo masculino e 35 % do sexo feminino não faleceram na freguesia. Se considerarmos as percentagens, em relação aos sobreviventes aos 7 anos, os valores colocam-se, respectivamente, nos 51 % e nos 47 %. Sabendo que as saídas na paróquia não eram compensadas por entradas²⁸, pensamos nas dificuldades de sobrevivência de uma população em que a morte é suave e em que a fecundidade é naturalmente elevada. As restrições nos campos da Nupcialidade, tanto por um casamento tardio, como por um celibato definitivo frequente não seriam de molde a condicionar o equilíbrio da população com os recursos disponíveis. A saída de jovens impunha-se e a idades muito precoces, como teremos oportunidade de verificar.

No caso de S. Mateus, 35 % e 30 %, respectivamente, de indivíduos do sexo masculino e feminino, nascidos nas gerações consideradas, não faleceram na paróquia; 48 % e 39 %, se os considerarmos em relação aos sobreviventes aos sete anos.

Trata-se de um volume de saídas definitivas muito elevado, não parcialmente compensado, como em Ronfe, pelas entradas decorrentes de uma mercado matrimonial alargado²⁹

Recorrendo à exploração cruzada dos róis de confessados, podemos, para Ronfe, conhecer a idade de afastamento e verificar que o maior número de saídas definitivas da paróquia no sexo masculino se deu antes dos 20 anos, o que faz arredar a hipótese de afastamento por motivo de casamento. Mesmo no sexo feminino as saídas antes dos 20 anos são ainda significativas.

QUADRO VI – SAÍDAS DEFINITIVAS DAS GERAÇÕES DE FILHOS LEGÍTIMOS
NASCIDAS EM RONFE ENTRE 1740 E 1789

Grupos de idades

G E R A Ç Õ E S	NÚMERO INICIAL	S A Í D A S D E F I N I T I V A S					
		< 30 anos		20-24 anos		> 35 anos	
		Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
HOMENS	406	86	21	41	10	31	8
MULHERES	406	48	12	60	15	33	8

Se considerarmos apenas o afastamento do agregado de origem e não as saídas definitivas, verificamos que 42 % dos 312 sobreviventes aos 7 anos, do sexo masculino, saem do seu agregado de origem antes dos 20 anos, sendo a maior incidência de saídas no grupo dos 10 aos 14 anos. No sexo feminino, são 26 % das sobreviventes à mesma idade que saem de casa antes dos 20 anos, também com maior incidência no grupo dos 10 aos 14 anos. Aumentando a dimensão da família, os casais com fracos recursos não teriam possibilidade de manter no lar os filhos com alguma capacidade de por si angariarem sustento.

Para S. Mateus, não dispondo de róis de confessados e sem registos específicos de Mobilidade, não poderemos integrar os migrantes em grupos de idades, mas podemos avaliar se a sua saída foi isolada ou em grupo familiar.

QUADRO VII – SAÍDAS DEFINITIVAS DAS GERAÇÕES DE FILHOS LEGÍTIMOS
NASCIDAS EM S. MATEUS ENTRE 1740 E 1789

Emigração isolada

GERAÇÕES	NÚMERO INICIAL	MOBILIDADE			
		ISOLADA		INTEGRADA EM GRUPO FAMILIAR	
		Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
HOMENS	1 874	443	24	252	14
MULHERES	1 643	183	11	310	19

Como se verifica, em S. Mateus, a saída definitiva afecta mais os jovens isolados do que os indivíduos integrados em famílias, embora seja também importante a saída de casais com filhos ou sem eles³⁰

Em S. Mateus do Pico e em Ronfe, uma mobilidade a afectar mais o sexo masculino teve implicações evidentes no celibato definitivo diferencial. Será interessante verificar se os níveis de ilegitimidade são igualmente afectados.

QUADRO VIII – PERCENTAGEM DE ILEGÍTIMOS POR PERÍODOS (1680-1849)

ANOS	POIARES	RONFE	COUTO DO MOSTEIRO	S. MATEUS DO PICO
1680-1749	5,4 %	15,2 %	6,2 %	2,7 %
1750-1799	8,8 %	12,0 %	5,4 %	3,6 %
1800-1848	6,4 %	11,8 %	9,9 %	5,0 %
1680-1849	6,7 %	13,1 %	7,0 %	4,0 %

Como se depreende pelos valores do Quadro VIII, em Ronfe, relativamente às outras paróquias observadas, a ilegitimidade atinge níveis muito altos³¹, saindo do nível de 15 %, dos finais do século XVII e primeira metade do XVIII, para cerca de 12 % no final da observação. No entanto, esse decréscimo pode e deve ser relacionado com o aumento do volume de expostos na área na segunda metade do século XVIII e primeira do XIX³².

No Couto do Mosteiro ou em Poiares a ilegitimidade oscila entre os 5 % e os 9/10 %, mas a evolução do comportamento ao longo da observação não parece obedecer ao mesmo ritmo.

A única paróquia em que a ilegitimidade não ultrapassa os 5 %, mesmo em período de intensa mobilidade diferencial, como viria a ser a primeira metade do século XIX, é S. Mateus do Pico, o que chama a atenção para a importância dos factores culturais neste comportamento.

Parece-nos claro que as populações de Antigo Regime lutavam por um equilíbrio que lhes permitisse a sobrevivência nas condições herdadas. No entanto, no velho Continente, antes da proto-industrialização, a Mortalidade podia ou não funcionar como travão eficaz ao crescimento desordenado.

No Nordeste Transmontano, em S. Pedro de Poiares, o travão constituído pela Mortalidade funcionou, permitindo, ao longo de quase dois séculos, uma estabilidade notável da população, sem constranger a juventude para casamentos muito tardios ou para níveis importantes de celibato definitivo. A paróquia vivia sobre si mesma, retendo com facilidade os seus jovens.

No Noroeste de Portugal, em Ronfe, a situação seria bem diferente. Uma mortalidade suave em todas as idades e uma fecundidade relativamente elevada conduziriam, de uma geração para outra, a um desequilíbrio insustentável, não fôra o travão voluntariamente assumido pelo casamento tardio e celibato definitivo frequente, não fôra, principalmente, a saída massiva de jovens antes da idade núbil.

No Centro do país, no Couto do Mosteiro, com uma mortalidade menos gravosa do que em Poiares, o equilíbrio da população é conseguido à custa da contenção na Nupcialidade, com casamentos muito tardios e nível elevado de celibato definitivo, sem se poder descartar a importância do fenómeno Mobilidade.

Na Ilha do Pico, em S. Mateus, uma mortalidade que teoricamente se admite para períodos bem mais tardios permitia aí, no Antigo Regime, um crescimento acelerado da população, pesem embora as restrições no campo da Nupcialidade e o factor Emigração, impelindo ao desbravamento de terrenos difíceis que as gerações anteriores haviam desprezado.

B I B L I O G R A F I A

- AMARO DAS NEVES, António Augusto – *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI a XVIII)*, tese de mestrado em História das Populações, policopiada – Universidade do Minho, 1996.
- AMORIM, Maria Norberta (coord.) – *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar* – Universidade do Minho, 1995.
- AMORIM, Maria Norberta e LIMA, Luís – «Demografia Histórica e Micro-Informática. Uma experiência sobre uma paróquia açoriana» – *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1986, pp. 191-209.
- AMORIM, Maria Norberta – *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)* – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, 1992.
- *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, JNICT – Lisboa, 1987, pp. 227-272.
- *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico* – Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- «Reconstituição de paróquias e estudo das migrações internas. O caso de uma paróquia minhota no Antigo Regime» – *I Conferência Europeia «Migraciones Internas»*, C.I.D.H. – Santiago de Compostela, 1993, Vol. II. pp. 293-308.
- «S. Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830» – *Brigantia*, Bragança, 1983-1984.

- AMORIM, Maria Norberta – «Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses» – *Boletim de la Asociacion de Demografia Histórica*, 1991, IX-1.
- DUPÂQUIER, J. – «Demografia Histórica e História Social», in Maria Luíza Marcílio (org.), *População e Sociedade* – Vozes, Petrópolis, 1984, pp. 47-68.
- EIRAS ROEL, António – «La migration dans les systèmes d'autorégulation: mobilité, migrations, régulation démographique dans l'Espagne moderne», in ALAIN BIDEAU (Dir.), *Les systèmes démographique du passé* – Centre Jacques Cartier, 1996.
- HENRY, Louis – *Demografia* – Labor, Barcelona, 1976.
- *Técnicas de Análise em Demografia Histórica* – Lisboa, Gradiva.
- PINTO, José António de Faria – *Estudo demográfico de uma paróquia algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII-XIX)*, tese de mestrado, policopiada – I.S.C.T.E., Lisboa, 1997.
- PRESSAT, Roland – *Introducción a la Demografia* – Barcelona, Ariel, 1985.
- Recent Demographic développements in Europe* – Coucil of Europe Press, 1994.
- ROCHA, Gilberta – *Dinâmica populacional dos Açores no século XX – Unidade, permanência, diversidade* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1991.

NOTAS

- ¹ J. Dupâquier – «Demografia Histórica e História Social», in Maria Luíza Marcílio (org.), *População e Sociedade* – Vozes, Petrópolis, 1984, pp. 47-68.
- ² M. Norberta de S. B. Amorim – *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico* – Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- ³ M. Norberta Amorim e Luís Lima – «Demografia Histórica e Micro-Informática. Uma experiência sobre uma paróquia açoriana» – *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* – 1986, pp. 191-209.
- ⁴ Maria Norberta Amorim – «Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses» – *Boletim de la Asociacion de Demografia Histórica* – 1991, IX-1.
- ⁵ Maria Norberta Amorim (coord.) – *Informatização Normalizada de Arquivos. Reconstituição de paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar* – Universidade do Minho, 1995.
- ⁶ Maria Norberta Amorim – *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)* – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992.
- ⁷ Paróquia que se desdobrou em 1886 em S. Mateus e S. Caetano.
- ⁸ O afastamento das paróquias foi marcado, por defeito, para todos os elementos das famílias móveis, pela data do último registo familiar conhecido; o afastamento dos indivíduos isolados foi marcado convencionalmente no dia do seu 20.^o aniversário.
- ⁹ Gilberta Rocha ao estudar a *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1991, dá conta da mais alta esperança de vida dos picoenses, comparativamente aos outros açorianos.
- ¹⁰ É o caso de Esporões, paróquia que está a ser estudada por Maria Herminia Barbosa e Barcelinhos, paróquia estudada por Inês Faria.
- ¹¹ José António de Faria Pinto – *Estudo demográfico de uma paróquia algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII-XIX)*, tese de mestrado, policopiada – I.S.C.T.E., Lisboa, 1997.
- ¹² Ver de Louis Henry – *Técnicas de Análise em Demografia Histórica* – Lisboa, Gradiva, p. 175.

- ¹³ Para todos os nascidos entre as datas extremas e dos quais não conhecemos o óbito por se ausentarem da área estudada, foi marcado um fim de observação. Para os migrantes inseridos em famílias foi marcada a última data familiar conhecida, o que constitui uma marcação de ausência por defeito. Para os migrantes isolados foi marcado o dia do seu 20.º aniversário. Em cada idade, para o cálculo das taxas de mortalidade, foram observados os efectivos iniciais menos metade dos emigrados (Louis Henry – *Demografia – Labor*, Barcelona, 1976, p.169). Para minimizar o erro da concentração dos emigrados isolados, fez-se uma distribuição equitativa das saídas aos 20 anos pelas idades entre os 10 e os 29. Veja-se *Evolução Demográfica...*, *ob. cit.*, pp. 220-250.
- ¹⁴ Listas de residentes maiores de sete anos, elaboradas anualmente pelo pároco, casa a casa, família a família, para acompanhamento do cumprimento dos preceitos quaresmais.
- ¹⁵ Maria Norberta Amorim – «Reconstituição de paróquias e estudo das migrações internas. O caso de uma paróquia minhota no Antigo Regime», *I Conferência Europeia «Migraciones Internas» – C.I.D.H.*, Santiago de Compostela, 1993, Vol. II. pp. 293-308.
- ¹⁶ Ver o nosso trabalho sobre «S. Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830» – *Brigantia*, Bragança, 1984, pp. 205-206.
- ¹⁷ *Evolução Demográfica...*, *ob. cit.*, p. 231.
- ¹⁸ No entanto, não podemos, para aquela paróquia, neste momento, avaliar empiricamente a sobrevivência aos sete anos, nem mesmo para o sexo feminino, dada as maiores dificuldades metodológicas decorrentes de uma maior abertura exterior, relativamente a S. Pedro de Poiares.
- ¹⁹ A partir de 1740 dá-se uma inversão nitida de tendência provocada pela emigração massiva para as Américas. Ver *Evolução Demográfica...*, *ob. cit.*, p. 258.
- ²⁰ A subida mais pronunciada da década de 1720 em S. Mateus é decorrente da afluência à paróquia de famílias de S. João, fugidas do fogo vulcânico que em 1718 ardeu os melhores terrenos desta freguesia e a própria Igreja paroquial.
- ²¹ Número de filhos por família nas condições encontradas de fecundidade.
- ²² Famílias em que a convivência conjugal se prolongou para além dos 48 anos de idade da mulher.
- ²³ Considerámos as mesmas famílias observadas para o cálculo das taxas de fecundidade legítima, ou sejam as famílias estáveis das quais se conhece a data de casamento, a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.
- ²⁴ Trata-se de uma paróquia raiana, distante 6 km de Freixo de Espada à Cinta, sede do concelho, e mais de 20 km de qualquer outra população transmontana.
- ²⁵ As mesmas famílias observadas no cálculo das taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher.
- ²⁶ As dificuldades no acompanhamento dos filhos ilegítimos, por deficiente identificação das mães solteiras, dada a grande frequência de homónimos e a frequente ausência de apelidos no sexo feminino, aliada à instabilidade de residência, levou-nos a só considerar os filhos legítimos.
- ²⁷ Dos 31 indivíduos que nasceram e morreram sem identificação de sexo, foram distribuídos 16 pelo sexo masculino e 15 pelo feminino.
- ²⁸ Em 1446 indivíduos falecidos em Ronfe, entre 1750 e 1859, encontramos 258 não naturais, o que dá uma percentagem de 18%.
- ²⁹ A percentagem de residentes não naturais em S. Mateus, entre 1770 e 1799, não ultrapassou os 4 %.
- ³⁰ De recordar, para meados do século XVIII, a importância dos casais açorianos na colonização do Sul do Brasil.
- ³¹ António Augusto Amaro das Neves encontrou para 11 paróquias do Norte do mesmo concelho de Guimarães, de 1560 a 1799, a percentagem de 15,1 % de filiação ilegítima, com resultados para o século XVII próximos dos 20 % – Ver *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI a XVIII)*, tese de mestrado em História das Populações, *policopiada* – Universidade do Minho, 1996, p. 228.
- ³² Maria Norberta Amorim – *Guimarães de 1580 a 1819 – Estudo Demográfico*, JNICT – Lisboa, 1987, pp. 227-272.

AS CRISES DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE NOUDAR - BARRANCOS, NO SÉCULO XVIII

João Cosme

Departamento de História
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ABSTRACT

This paper studies the mortality in two parishes of a small council of Alentejo (Noudar - Barrancos) during the XVIII century

Both places had high points of mortality in the second half of this century. The quotient of childish mortality (0-1) was 312,5 % in the final of the century. The paludism originated the only Important Crise (method of Dupâquier) that happened in Barrancos in the year of 1785.

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho insere-se num projecto de âmbito mais vasto que é o estudo da população alentejana durante o «Antigo Regime demográfico». Por isso, nesta comunicação pretende estudar-se a mortalidade no concelho de Noudar - Barrancos durante o século XVIII. Escolhemos este período porque dispomos de fontes paroquiais sem lacunas cronológicas significativas.

Outro dos motivos desta opção prende-se com o interesse em estudar a realidade social e humana do Alentejo, com especial afecto pela zona denominada «Margem Esquerda do Guadiana». A predominância dos números tem aqui total justificação, pois pensamos que é o melhor método para caracterizar não só os comportamentos mas também os problemas económico-sociais, por que esta população passou no seu labor quotidiano. Alfim, a quantificação é a melhor forma de «dar voz» àqueles que não são lembrados pela «história gloriosa dos grandes feitos».

Num breve comentário sobre as fontes, convém realçar que os registos paroquiais do concelho de Barrancos, respeitantes aos séculos XVII e XVIII, encontram-se depositadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Este concelho foi fustigado pelas lutas militares travadas entre Portugal e Espanha. É possível que este facto seja o causador do desaparecimento dos registos paroquiais anteriores ao último quartel do século XVII. Apenas se conhecem os registos de óbitos do século XVIII para as duas freguesias em simultâneo – Nossa senhora do Desterro (Noudar) e Nossa Senhora da Conceição (Barrancos).

Assim, só após o término das lutas travadas por ocasião da Guerra da Sucessão de Espanha e assinatura do tratado de paz entre Portugal e Espanha, Noudar voltou à soberania portuguesa e Barrancos voltou a ser povoado. Datam, por conseguinte, de

finais da segunda década do século XVIII, os registos paroquiais de óbitos de Noudar. Convém, ainda, referir que a qualidade dos registos de óbitos de Noudar é boa, enquanto que os de Barrancos indiciam sub-registo. Neste caso, o número de referências a menores de 7 anos é muitíssima exígua, o saldo de crescimento vegetativo apresenta valores muito elevados face ao que era comum neste século em outras localidades e a taxa de mortalidade era baixíssima comparada com os padrões da época.

1 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O concelho de Barrancos, outrora de Noudar, situa-se junto à fronteira espanhola e era constituído no século XVIII pelas localidades de Noudar e Barrancos. A sede de concelho localizava-se em Noudar. O concelho ocupava uma área de 173 km² ¹ e a sede concelhia localizava-se em Noudar. A rede viária seiscentista contribuiu para o isolamento do concelho de Noudar, facilitando, por conseguinte, a interligação e intercâmbio preferenciais com a zona fronteira castelhana contígua.

A situação geográfica de Noudar foi traçada com grande propriedade por Gustavo Matos Sequeira no *Album Alentejano*, pelo que não resistimos a transcrever um pequeno trecho:

«Num dos pontos mais orientais do território português, lá para as bandas do Guadiana, entre as ribeiras de “Murtiga” e de “Ardila”, jaz numa elevação sensível de terreno, defrontando como sentinela adormecida a raia de Espanha, uma ruína notável de arquitectura militar do século XIV. É Noudar!» ²

2 – BREVE HISTORIAL

D. Dinis reconheceu a enorme valia estratégica desta área, pelo que edificou aqui um castelo no ano de 1303, cujas obras estavam concluídas passados cinco anos. Para que houvesse uma efectiva defesa desta linha de fronteira era necessário dotá-la de efectivos humanos. Para o efeito, por carta datada de 16 de Janeiro de 1308, o monarca instituiu em Noudar o primeiro Couto de homiziados ³.

As consequências das rivalidades político-militares entre Portugal e Espanha fizeram sentir-se com especial incidência nesta zona, nos séculos XVII e XVIII. A aldeia de Barrancos foi arrasada pelas tropas portuguesas em 29 de Junho de 1641, já que a maior parte dos seus moradores eram castelhanos ou estavam casados em Castela ⁴. A aldeia de Barrancos só voltou a ser habitada após a assinatura do Tratado de Paz, em 1668.

Presume-se que o seu povoamento não ocorreu de imediato. A pedido dos oficiais da câmara de Noudar, em 7 de Junho de 1673, foi outorgado um alvará concedendo-lhes a renovação dos privilégios de Couto. Todos os que fossem habitar este espaço ficavam isentos do cumprimento de várias obrigações ⁵. O registo paroquial mais antigo de Barrancos data de 6 de Julho de 1674.

3 – A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO

Embora saibamos que as fontes demográficas dos séculos XVI, XVII e XVIII não são exemplares no que toca ao rigor e precisão, não podemos omiti-las já que, através delas que se consegue ficar com uma imagem da sua evolução quantitativa.

Um documento régio de 4 de Agosto de 1406 confirma que, no princípio do século XV, Noudar estava muito despovoado⁶. A primeira informação de ordem quantitativa data do primeiro trinténio do século XVI, o que possibilita que se trace um quadro da evolução demográfica deste concelho, facto que passamos a sintetizar em quadro:

D A T A S	BARRANCOS	NOUDAR	T O T A L	D E N S I D A D E	
				Fogos	Habitantes
1527-32	73	6	79 ⁷	0,46	2,05
1580	145	12	157 ⁸	0,91	4,08
1637-39	–	–	200 ⁹	1,16	5,20
Corografia	350	50	400 ¹⁰	2,31	10,40
1765	–	–	403 ¹¹	2,33	10,48
1798	265	7	272 ¹²	1,57	7,08

A maior parte dos dados apresentam apenas informações de ordem global, não sendo, por isso, possível tirar ilações sobre a dimensão de cada um dos dois lugares ao longo dos tempos. No entanto, observa-se que Barrancos foi sempre muito mais populoso do que Noudar. Nota-se, ainda, que na segunda metade do século XVIII a população concelhia diminuiu de forma acentuada.

Tal como escreveu Maria Luís Rocha Pinto, «a análise das densidades, apesar de serem indicadores pouco precisos, poderá ser-nos de alguma utilidade no sentido de percebermos melhor a evolução da ocupação do espaço»¹³. Os dados apresentados revelam que também aqui, à semelhança do que acontecia nesta época no concelho de Castelo Branco, a ocupação do espaço apresentava um baixíssimo nível.

Em 1527, a densidade era de 0,46 fogos/km². Este quantitativo era muito inferior aos 1,7 e aos 1,6 encontrados, respectivamente, para Castelo Branco e Sarzedas¹⁴. Os dados da Corografia e das fontes do século XVIII demonstram que a densidade quadruplicou relativamente à primeira data. Apesar de tudo, a densidade populacional é muito inferior aos 24 habitantes/km² estimados por Orlando Ribeiro para 1732¹⁵.

4 – CÁLCULO DA TENDÊNCIA DA MORTALIDADE

Em qualquer uma das duas localidades, a tendência linear¹⁶ global da mortalidade foi muito moderada, praticamente estabilizada. Todavia, o sinal dessa tendência foi oposto, já que em Noudar foi de – 0,02, em Barrancos foi de + 0,08.

GRÁFICO 1 - TENDÊNCIA DA MORTALIDADE EM NOUDAR

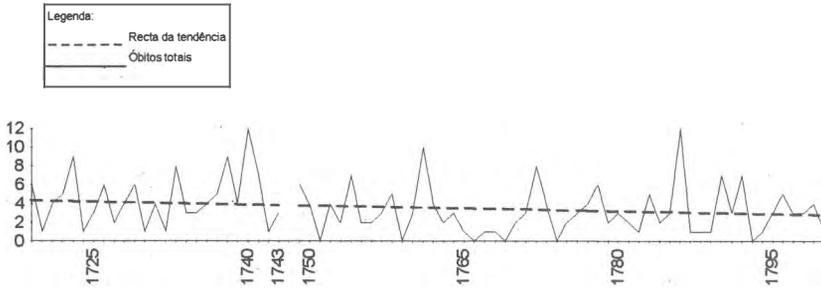
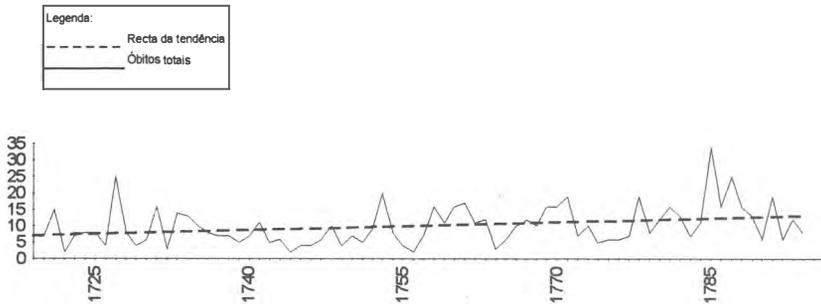


GRÁFICO 2 - TENDÊNCIA DA MORTALIDADE EM BARRANCOS



Através da análise da sua representação gráfica são visíveis estas duas tendências.

5 - MORTALIDADE «NORMAL»

Tentamos, de seguida, determinar a tendência da mortalidade «normal». Para o efeito, utilizou-se o método de Del Planta – médias móveis de 11 anos, truncadas dos dois valores mais baixos e dos dois mais altos.

GRÁFICO 3 - MORTALIDADE «NORMAL» EM NOUDAR

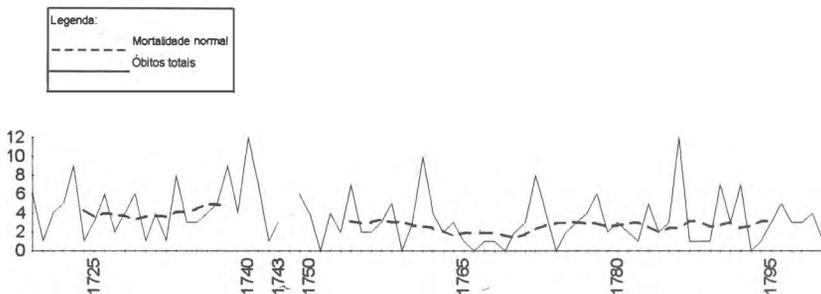
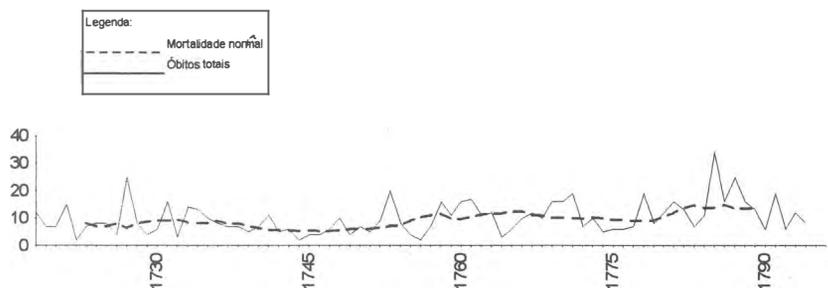


GRÁFICO 4 – MORTALIDADE «NORMAL» EM BARRANCOS



A análise dos gráficos de Barrancos e Noudar permite concluir que em ambas, os «picos» da mortalidade surgem um pouco mais atenuados até princípios da década de cinquenta. Na segunda metade do século as flutuações são mais notórias, com particular acuidade para Noudar. Idêntico comportamento foi detectado por Maria Luís Rocha Pinto para o concelho de Castelo Branco, onde também, na primeira metade do século, os picos da mortalidade surgiram mais atenuados e se registava «alguma estabilidade nos volumes da mortalidade até meados da década de 30 para, em seguida, demonstrar uma tendência nítida de crescimento»¹⁷

6 – SALDO FISIOLÓGICO

Com a finalidade de melhor se perceber a evolução e o impacto da mortalidade neste concelho durante o século XVIII, passamos a apresentar um quadro com os valores detectados, apesar de sabermos que o seu significado por vezes é reduzido.

NOUDAR	BAPTISMOS	ÓBITOS	SALDOS	BARRANCOS	BAPTISMOS	ÓBITOS	SALDOS
1719-1743	115	112	+ 03	1734-1739	70	50	+ 20
1749-1774	57	77	- 20	1740-1749	181	59	+ 122
1775-1798	62	80	- 80	1750-1759	303	89	+ 214
—	—	—	—	1760-1769	313	113	+ 200
—	—	—	—	1770-1779	301	103	+ 198
—	—	—	—	1780-1786	253	109	+ 144
Total	234	269	- 35	Total	1 421	523	+ 898

Os dados apresentados permitem concluir que o saldo fisiológico foi divergente nas duas freguesias. Em Barrancos, os resultados apresentaram sempre um saldo vegetativo positivo. Por sua vez, em Noudar, o número de óbitos ultrapassou o dos nascimentos em 35 unidades. O valor detectado para a primeira localidade é mais outro importante indicador do subregisto dos óbitos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição (Barrancos) durante o século XVIII.

7 – MAGNITUDE DAS CRISES

Na sequência do que se afirmou atrás, a mortalidade não se distribuiu uniformemente ao longo do século XVIII. Quer isto significar que o número de óbitos variou de ano para ano. Por isso, torna-se conveniente que determinemos os anos em que a sobremortalidade afectou a população do concelho de Noudar/Barrancos. Impunha-se, por conseguinte, proceder ao cálculo da intensidade das crises de mortalidade. Tendo em consideração a facilidade do cálculo e razões de ordem metodológica, de modo a se poderem comparar dados obtidos em regiões diferentes, recorreremos à fórmula proposta por Jacques Dupâquier na sua última versão ¹⁸.

DATAS	NOUDAR	BARRANCOS
1718	—	II – Crise Média
1719	I – Crise Menor	—
1721	—	II – Crise Média
1723	II – Crise Média	—
1726	II – Crise Média	—
1727	—	III – Crise Forte
1729	I – Crise Menor	—
1731	—	III – Crise Forte
1733	II – Crise Média	II – Crise Média
1734	—	II – Crise Média
1738	III – Crise Forte	—
1740	III – Crise Forte	—
1741	II – Crise Média	—
1749	II – Crise Média	—
1753	—	III – Crise Forte
1754	II – Crise Média	—
1758	—	II – Crise Média
1760	—	II – Crise Média
1761	III – Crise Forte	II – Crise Média
1769	—	II – Crise Média
1770	—	II – Crise Média
1771	—	III – Crise Forte
1772	II – Crise Média	—
1778	II – Crise Média	II – Crise Média
1780	—	I – Crise Menor
1781	—	II – Crise Média
1783	—	II – Crise Média
1785	—	IV – Crise Importante
1786	III – Crise Forte	II – Crise Média
1787	—	III – Crise Forte
1788	—	II – Crise Média
1789	—	I – Crise Menor
1790	II – Crise Média	—
1791	—	II – Crise Média
1792	II – Crise Média	—

Este quadro mostra que a maioria das crises que ocorreram nestas duas localidades, no século XVIII foram de pequena intensidade. Em Noudar predominaram as crises médias. Num total de 16, 10 foram médias, 2 menores e 4 fortes. Algo semelhante

aconteceu em Barrancos, onde num total de 23 crises, duas foram menores, 15 médias, 5 fortes e uma importante. É, ainda, visível como as crises se acenturam na segunda metade do século XVIII, com especial incidência para a década de oitenta. Outra particularidade que, ainda, se pode inferir deste quadro prende-se com a sua evolução geo-cronológica. Ficamos com a ideia que as crises «avançavam por vagas» de uma freguesia para outra. Assim, a crise começa, em Barrancos, em 1718 avança para Noudar no ano seguinte. Em 1753 existe uma crise em Barrancos e continua, em 1754, outra em Noudar. Em 1760 começa uma em Barrancos e no ano seguinte existe também uma em Noudar. Algo semelhante aconteceu em 1770-1771 e em 1772. Sucedendo algo idêntico nos anos de 1785 e 1786, assim como em 1790 e 1791.

Esta particularidade da passagem de uma crise de uma freguesia para outra próxima foi detectado por Maria João Guardado Moreira para o concelho de Idanha-a-Nova¹⁹. Este facto sugere a ideia que estas crises são de tipo epidémico mas também que estão larvares e que se fazem sentir logo que um factor a faça despoletar²⁰.

8 – SAZONALIDADE DAS CRISES EM BARRANCOS

A sazonalidade dos óbitos é outra variável com relevância para um melhor conhecimento das causas da morte já que, regra geral, as fontes não as referem. Com o intuito de se compreender, em maior profundidade, os factores que contribuíram para os períodos de sobremortalidade, passamos a apresentar um quadro-síntese com a sazonalidade das principais crises que afectaram a população barranquenha²¹.

A N O S	M E S E S											
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1727	–	51	–	–	47	–	–	–	48	95	439	378
1731	238	86	79	81	160	81	160	79	–	79	81	79
1733	83	186	83	343	–	86	–	–	–	169	171	83
1753	58	131	118	–	–	–	–	353	304	118	60	58
1771	–	–	125	63	125	–	62	62	129	125	385	125
1785	70	38	34	117	70	35	–	104	322	104	143	173

9 – QUOCIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL NO PRIMEIRO ANO DE VIDA EM NOUDAR (1785-1793)

A mortalidade dos menores de um ano é outra das variáveis mais importantes para o conhecimento da «demografia antiga», já que qualquer mutação poderia influenciar o ritmo de crescimento da população. O interesse desse estudo torna-se, ainda maior, pois sabe-se que a maior parte das vezes não é possível realizá-lo já que a omissão dos registos de menores de sete anos predomina nesta época.

Tal como referimos anteriormente, a freguesia de Noudar caracteriza-se, não só, por ser uma pequena comunidade mas também por possuir registos abrangentes de todos os falecidos. Por tais razões, conseguimos proceder, através da reconstituição das

famílias, ao cálculo do quociente de mortalidade no primeiro ano de vida durante o período decorrente de 1785 a 1793. O quociente de mortalidade infantil (0-1) encontrado para este período é de 312,5%. Este quantitativo aproxima-se dos valores referidos por Vicente Pérez Moreda para duas localidades castelhanas. Em Otero de Herreros, no período de 1780 a 1816, a taxa foi de 317% e em Villacastin, de 1784 a 1803, foi de 412%²².

10 – OS ÓBITOS SEGUNDO A ESTRUTURA ETÁRIA (NOUDAR)

O estudo da mortalidade, por estratos etários, é outro indicador de grande significado, pois ajuda a compreender e caracterizar o sistema demográfico e intentar uma aproximação ao estudo da enfermidade como fenómeno biológico-social²³

Para melhor conhecimento e compreensão dos mesmos passamos a apresentá-los:

PERÍODOS	< 7 ANOS		7 – < 14 ANOS		≥ 14 ANOS	
	Números Absolutos	Porcentagem	Números Absolutos	Porcentagem	Números Absolutos	Porcentagem
1719-1743	40	35,7	4	3,6	68	60,7
1749-1784	14	14,0	15	14,1	78	72,9
1785-1800	17	30,9	2	3,6	36	65,5

Os valores encontrados permitem concluir que, em Noudar, durante o século XVIII, os óbitos não só se enquadram numa dimensão estrutural mas também foram influenciados por razões de ordem conjuntural. No que se reporta à primeira vertente, pode dizer-se que durante este século não ocorreram alterações significativas nos valores dos óbitos dos diversos estratos etários.

11 – DESCRIÇÃO DAS CRISES

Crises de 1718-1719

O ano de 1718 apresentou uma sobremortalidade em Barrancos, repercutindo-se no ano seguinte em Noudar. O ano de 1718 foi marcado por uma crise geral no concelho de Castelo Branco²⁴ e em Alcafozes no concelho de Idanha-a-Nova²⁵. A maior parte dos óbitos aconteceu nos meses de Junho, Janeiro e Março. É possível que a causa esteja na seca verificada nos anos anteriores²⁶ e nos vestígios da destruição provocada pela Guerra da Sucessão.

Década de vinte

Na década de vinte, as crises de mortalidade voltaram a «incomodar». Os seus efeitos fizeram-se sentir nos anos de 1721, 1723, 1726, 1727 e 1729. Em nenhum destes anos, a crise se fez sentir em simultâneo nas duas localidades.

A magnitude destas crises foi semelhante à que foi detectada para a região de Castelo Branco. Outra particularidade comum foi a concentração dos níveis de sobremortalidade no último semestre do ano²⁷

Crise de 1731

Esta crise fez sentir-se em Barrancos. A conjugação da sua sazonalidade (meses de Janeiro, Maio e Julho) com a informação de que na Extremadura ocorreram epidemias locais de gripe nos anos de 1730 e 1731, com sazonalidade semelhante, faz pressupor que a causa seja idêntica²⁸. Convém lembrar que, nestes anos, houve falta de água, e Primaveras e Verões quentes²⁹.

Crises de 1733 e de 1734

As colheitas são influenciadas negativamente pelos anos secos. Esta situação foi agravada pelas inundações que ocorreram em 1734. Esta realidade foi comum a Idanha-a-Nova³⁰, Castelo Branco³¹, Cáceres e Cuba. Convém não esquecer que, em Março de 1735, D. João V mandou distribuir 50 mil cruzados pelas comarcas de Beja e Campo de Ourique. Os pobres faziam pão de farelo e sêmea que recebiam de esmola e os animais sustentaram-se de vides por não haver palha.

Crises de 1738 e 1740-1741

Desde 1734 que existe uma crise agrária generalizada em Cáceres, a qual se acentuou no ano de 1738. A falta de chuva parece ter sido a causa de tal sobremortalidade. Em 24 de Abril de 1738, realizaram-se preces a pedir a chuva nas povoações de Cuba e Faro do Alentejo (Farinho)³².

Em 1738, Noudar também foi fustigado por uma crise de sobremortalidade (crise forte). Logo no início da década de quarenta, esta vila voltou a sentir o aumento do número de óbitos. É provável que a causa desta subida tivesse sido a existência de epidemias infantis, já que houve um crescendo do quantitativo dos óbitos infantis, especialmente localizados no segundo semestre do ano. Segundo Vicente Perez Moreda, em 1742, a localidade castelhana de Navalcarnero passou por uma crise de mortalidade causada por epidemias infantis, sentida de modo particular, também, no segundo semestre do ano³³.

Crise de 1753

O ano de 1753 foi caracterizado por Maria Luís Rocha Pinto³⁴ por ter tido uma mortalidade 69 % superior a média da década anterior. Esta crise também foi detectada por Maria João Guardado Moreira para a região de Idanha-a-Nova³⁵. Em ambos os casos a sazonalidade foi muito idêntica. Em França, na região do Beauvaisis registaram-se surtos de varíola entre 1753 e 1759. Deve notar-se que o preço do trigo em 1753 e 1754 está abaixo do valor dos anos de 1750-1751. Este factor de epidemia infantil foi a principal razão da mortalidade de Torrelaguna em 1753³⁶

Neste ano, em Barrancos, também se registou uma crise forte e no ano seguinte foi a vez de Noudar ser afectado por uma crise média.

Crise de 1760-1761

Os inícios dos anos sessenta voltaram a incomodar a população de Barrancos e de Noudar. A mortalidade infantil voltou a ser a responsável pela subida do número de óbitos, o que leva a presumir que o factor causal deve ter sido de ordem epidémica. Nestes mesmos anos também ocorreram crises em Cuba, onde «o ano de 1761 traz consigo uma grande epidemia de fim de Inverno e de Primavera que atinge sobretudo as crianças»³⁷, assim como em várias freguesias de Idanha-a-Nova. Segundo a autora deste último trabalho, «a análise da sazonalidade dos óbitos reflecte a existência de alguma epidemia de tipo estivo-outonal»³⁸.

Crise de 1771-1772

Segundo David Justino, «o movimento dos preços dos cereais de 1757 até 1783» foi marcado pelos maus anos agrícolas em 1768 e 1769 e subida dos preços na localidade alentejana de Ferreira do Alentejo e no mercado eborense³⁹

É de crer que a situação vivida em Noudar/Barrancos fosse semelhante à sentida nas outras povoações alentejanas. Algo de parecido ocorreu em Cuba, onde a «subida do preço do trigo entre Agosto de 1771 e 1772 foi de 157 %»⁴⁰

Crises de 1785-1789

Foi um quinquénio marcado pela sobremortalidade. Esta especificidade parece, no entanto, não ser exclusiva de Noudar/Barrancos, já que foi sentida em áreas muito mais amplas e vastas. Por exemplo, Castelo Branco sentiu uma crise entre 1785 e 1788. A sazonalidade dos óbitos do ano de 1785, em Barrancos foi semelhante à que se registou em Castelo Branco⁴¹. Também em Idanha-a-Nova⁴² se encontrou esta mesma crise, em cuja localidade se sentiram Verões quentes e secos, o que favorece o desenvolvimento da «epidemia das tercianas». Segundo Vicente Perez Moreda, a zona de Cáceres, na Extremadura espanhola, foi fustigada pelas «epidemia das tercianas» – paludismo – entre os anos de 1785 e 1791⁴³.

12 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises de mortalidade fizeram parte do quotidiano com que os habitantes tiveram de conviver. Convém referir que não nos debruçámos sobre as atitudes destas gentes perante a morte. Deixámos esta tarefa para os investigadores de História das Mentalidades, frisando, no entanto, que é importante conhecer as técnicas de análise demográfica para aprofundar esta vertente do saber histórico.

Convém, ainda, reter que houve uma série de crises que, cronologicamente, não foram exclusivas desta zona. Diversas crises foram comuns a uma área muito mais vasta na qual se engloba o interior alentejano e beirão e a zona raiana de Espanha. Maioritariamente, estas crises comuns tiveram como factores causais elementos epidemiológicos e

climatéricos. A respeito deste último factor importa frisar que o seu impacto na dinâmica demográfica tem sido pouco referida⁴. É de crer que a crise de 1785 foi motivada por um Verão muito quente.

Por último, é de referir que em Noudar a frequência das crises foi menor do que em Barrancos. A ocorrência daquelas verificadas naquela localidade deveu-se essencialmente a factores de ordem epidémica.

NOTAS

¹ Esta área é referida por António Manuel Hespanha – *Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal - Séc. XVII* – Vol. II, Ed. do autor, 1986, p. 547.

² Cit. Por Adelino de Matos Coelho – *O Castelo de Noudar. Fortaleza Medieval* – Ed. da Câmara Municipal de Barrancos, 1986, p. 7.

A localização geográfica de Noudar é feita com grande pormenor e rigor na descrição quinhentista, insita no *Cadastro da População do Reino (1527). Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira* – por João Maria Tello de Magalhães Collaço – Lisboa, 1929, pp. 58-59:

«Parte o termo desta vjlla com ho de Valença pera o Norte e parte pella ribeira que se chama Ardylla ao pé desta villa hum tiro de besta e he desta villa a Valemça hũa legoa (...).

Parte tambem pela mesma ribeira ao nordeste outro tyro de besta da villa com ho d'Oliva e sam desta villa a Ollyva tres legoas (...)

Parte ho termo com ho da cidade de Xarés e tem de termo pera esta parte pella mesma ribeira acima contra o levante duas legoas e são desta villa a Xares cymquo (...).

Confronta tambem com ho termo d'Amzinha Solla que he terra de Sevjlha pera o levante de sueste e tem pera esta parte hũa legoa até omde he a raya partimdo por malhões e sam desta villa a Amzinha Solla tres legoas.

E tem pera sul contra a terra da contenda outra legoa (...).

Parte com o termo de Moura ao ponente e tem de termo pera esta parte duas legoas e sam desta vjlla a Moura seis.

Parte com o termo de Mourão ao noroeste e tem de termo pera esta parte mea legoa e sam desta vjlla a Mourão cymquo.

Está esta vjlla antre duas ribeiras, hũa da bamda do norte que se chama Ardylla e outra do sul que se chama Mortiga e estão ambas da vjlla hum tyro de pedra; ao pe della ajuntam-se ambas mea legoa da villa e vam Ter junto de Moura e entrar em Odyana»

³ Para mais pormenores, veja-se Humberto Baquero Moreno – «Elementos para o estudo dos Coutos de homiziados instituídos pela Coroa» – *Portugaliae Historica* – Vol. II, Lisboa, 1974, pp. 23-24.

⁴ Para mais pormenores, veja-se João Cosme – *Elementos para a História do Além-Guadiana Português (1640-1715)* – Câmara Municipal de Mourão, 1996, pp. 32-33.

⁵ ANTT – *Chanc. D. Afonso VI. Doações*, Liv. 42, fl. 7. Pub. por João Cosme, *ob. cit.*, p. 360.

⁶ Humberto Baquero Moreno, *art. cit.*, p. 24.

⁷ *Cadastro da População do Reino...*, p. 58.

- ⁸ Biblioteca da Academia das Ciências – *Manuscritos Vermelhos* n.º 520, fls. 34v-35.
- ⁹ Joaquim Veríssimo Serrão – «Uma Estimativa da População de Portugal em 1640» – in *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Estudos Históricos – Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 218.
- ¹⁰ Pe António Carvalho da Costa – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal* – Vol. II, Lisboa, 1708, pp. 628-629.
- ¹¹ João Pedro Ferro – *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)* – Editorial Presena, Lisboa, 1995, p. 148.
- ¹² Joaquim Veríssimo Serrão – *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique* – F.C.G., Paris, 1970, p. 132.
- ¹³ Maria Luís Rocha Pinto – *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos Séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco* – Dissertação para provas de Doutoramento em Demografia apresentada à FCSH da UNL – Vol. I, 1993, *policopiada*, p. 139.
- ¹⁴ *Ibidem*, p. 140.
- ¹⁵ Cit. por Maria Luís Rocha Pinto – *ob. cit.*, p. 140.
- ¹⁶ Roderick Floud – *Métodos cuantitativos para historiadores* – Alianza Editorial, 3.ª Ed., Madrid, 1983, pp. 124-126.
- ¹⁷ Maria Luís Rocha Pinto – *ob. cit.*, p. 219.
- ¹⁸ Existem diversas sínteses sobre as vantagens das várias fórmulas apresentadas para o cálculo das crises de mortalidade. A título exemplificativo, refere-se a excelente síntese apresentada por Henrique Manuel Pebre Rodrigues David – *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)* – Vol. I – Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Fac. de Letras da Universidade do Porto – Porto, 1992, pp. 15-28, *dactilografada*.
- ¹⁹ *Vida e Morte do Concelho Idanha a Nova. Estudo de Demografia Histórica (Século XVIII)* – Livros Horizonte – Lisboa, 1994, pp. 108-109.
- ²⁰ Arthur Imhof e B. J. Linskog – «Les causes de la mortalité en Suède et Finlande entre 1749 et 1773» – *Annales E.S.C.* – 1974, pp. 915-933.
- ²¹ Os quantitativos apresentados são números proporcionais.
- ²² Sobre este tema veja, por todos, Vicente Pérez Oreda – *Las Crisis de Mortalidad en la España Interior. (Siglos XVI-XIX)* – Siglo Veintiuno – Madrid, 1980, pp. 146-148.
- ²³ Josep Bernabeu Mestre – *Enfermedad y Población. Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica* – Valencia, 1995, pp. 13-19.
- ²⁴ Maria Luís Rocha Pinto – *ob. cit.*, pp. 300-301.
- ²⁵ Maria João Guardado Moreira – *ob. cit.*, pp. 102-103.
- ²⁶ Segundo Miguel Ángel Melón Jiménez – *Extremadura en el Antiguo Regimen. Economía y sociedad en tierras de Cáceres 1700-1814* – Mérida, 1989, pp. 164-65, informa que a Extremadura espanhola, nos anos de 1713 até 1716 foi afectada pela seca. Cit. por Maria João Guardado Moreira – *ob. cit.* p. 101.
- ²⁷ Maria Luís Rocha Pinto – *ob. cit.*, Vol. I, pp. 309-310.
- ²⁸ Vicente Pérez Moreda – *ob. cit.*, pp. 334-35.
- ²⁹ Maria João Guardado Moreira – *ob. cit.*, p. 106.
- ³⁰ *Ibidem*, p. 106.
- ³¹ Maria Luís Rocha Pinto – *ob. cit.*, p. 313.
- ³² Emilia Salvado Borges – *ob. cit.*, p. 128.
- ³³ *Ob. cit.*, p. 335.
- ³⁴ *Ob. cit.*, p. 323.

- ³⁵ Emília Salvado Borges – *ob. cit.*, p. 123.
- ³⁶ Vicente Perez Moreda – *ob. cit.*, p. 335.
- ³⁷ Emília Salvado Borges – *ob. cit.*, p. 133.
- ³⁸ Maria João Guardado Moreira – *ob. cit.*, p. 130.
- ³⁹ «Crises e “Decadência” da Economia Cerealífera Alentejana no Século XVIII» – in *Revista de História Económica e Social* n.º 7 (Janeiro-Junho), 1981, p. 52.
- ⁴⁰ Emília Salvado Borges – *ob. cit.*, p. 139.
- ⁴¹ Maria Luís Rocha Pinto – *ob. cit.*, p. 340.
- ⁴² Maria João Guardado Moreira – *ob. cit.*, p. 145.
- ⁴³ *Ob. cit.*, p. 337.
- ⁴⁴ Sobre o impacto do clima na mortalidade, veja-se a comunicação que o Prof. Doutor Aurélio de Oliveira apresentou neste encontro; ainda Henrique Manuel Pebre Rodrigues David – *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)* – Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Vol. I, Porto, 1992, *dactilografada*, p. 182, nota 166. Convém não esquecer que, apesar da Medicina, recorrer actualmente a uma tecnologia altamente sofisticada, durante os Verões com altas temperaturas quente ainda continuam a morrer muitas pessoas.

JANELA SOBRE A FAMÍLIA LISBOETA

Isabel Maria Madaleno
Bolsista de Investigação
no Instituto de Investigação Científica Tropical

ABSTRACT

Family is the basic element of society. The complexity of conexions existent between family members, especially the father and mother relationship, have a direct reflexion into the whole and into the good socialization of children. That's why the analysis of the attitudes and behaviors of both sexes is important, because children learn how to act above all with their own parents.

By means of inquiries and interviews directed towards adolescents of Lisbon Metropolis, aged 12 to 19, we tried to understand how the division of tasks and of functions is done inside the family, simultaneously exploring possible recent variations introduced in the differentiation of family roles.

INTRODUÇÃO

O estudo do quotidiano feminino, no concernente ao uso do tempo e à utilização do espaço, ou dos espaços, tem vindo a ser feito por meio de registos diários, de entrevistas, de questionários dirigidos às mulheres (HARVEY 1994). Alguns autores têm enriquecido o acervo sobre esta problemática contrapondo a visão masculina da gestão do tempo e da utilização do espaço pelas mulheres, suas consortes ou não, procurando indicadores que permitam avaliar as desigualdades existentes entre os dois sexos e analisar a evolução das mentalidades (AMÂNCIO 1994).

Contudo, quando procuramos perceber como se estrutura a família nuclear, constituída pelo casal e seus descendentes, e nesse contexto pesquisar a divisão de funções e de tarefas segundo o sexo, investigar formas de interajuda e de partilha de responsabilidades, explorar possíveis variações na diferenciação dos papéis sociais e familiares, vemo-nos compelidos a inquirir, perscrutar também o que os mais jovens pensam sobre o assunto, em acréscimo ao que vem sendo analisado e divulgado com base na observação e na auscultação da opinião dos adultos.

Após uma já longa experiência com adolescentes, entendemos que o modo como eles percebem a distribuição das actividades no seio da família, o seu relato sobre a utilização dos tempos de lazer do pai e da mãe, a medida do tempo que os progenitores dedicam às necessárias deslocções diárias, a visão que têm da boa ou má gestão de seus tempos e dos espaços, o conhecimento ou desconhecimento que transparecem de respostas a questões do foro privado, como as convicções religiosas ou políticas dos encarregados de educação, o local de nascimento dos pais, os lugares onde eles residiam

antanho, os países ou regiões de cujo espaço já se apropriaram, etc., etc., etc..., são profundamente esclarecedores indicadores da mentalidade e do funcionamento relacional da família média portuguesa.

Espaço e tempo, objecto privilegiado por esta comunicação, não são realidades totalmente distintas. O tempo forma uma conexão com o espaço: são as duas faces da mesma moeda; o verso e a frente de uma só folha de papel. Teresa del Valle Murga definiu o espaço como um sistema de comunicação que reflecte a organização social, correspondendo a determinados padrões culturais e civilizacionais, nele se plasmando hierarquias, referenciando-se a identidade individual e grupal, detectando-se e desenvolvendo-se o grau de autonomia dos seres que fazem parte da sociedade em geral (MURGA 1995).

O tempo pode limitar-se melhor, medir-se, cronometrar-se. Antes de Einstein criar a «Teoria da Relatividade» Newton escreveu que há um «tempo absoluto», aquele que flui uniformemente, o que é independente de influências externas. Mas há também o «tempo relativo», ou «intuitivo», aquele que deriva da experiência dos sentidos, cuja duração está ligada ao movimento. Este é o verdadeiro tempo.

Atrever-nos-íamos a acrescentar que para o ser humano não há tempo, mas tempos. Numa sociedade de tipo ocidental, regulada pelas rígidas constricções do mercado, existem basicamente dois tipos de tempo: o *privado* e o *público*. À esfera do *privado* pertence o tempo de ócio, de lazer, o doméstico, o de repouso, o «nosso tempo». À esfera do *público* pertence a mobilidade a que nos obriga a separação existente entre o emprego e o domicílio nas grandes cidades, o dever de fazer chegar objectos ou outros seres a determinados destinos, assim como a jornada diária de trabalho.

A actividade laboral foi, pela tradição, consagrada como *produtiva*, pois «pode ser proporcionada por outra unidade económica, quer dizer, é aquela que tem um valor monetário no mercado, já que se podem contratar os serviços de outra pessoa para realizá-la» (PAGE 1996, p. 3), enquanto as actividades desenvolvidas na esfera familiar tendiam a ser classificadas como *reprodutivas*. Obviamente que, com o aumento da taxa de actividade feminina, as tarefas domésticas têm vindo a tornar-se cada vez mais significativamente produtivas, pelo que esta classificação caiu em desuso.

Actualmente, as actividades vêm sendo subdivididas no binómio heteronomia-autonomia; esta perspectiva está muito ligada às noções (antagónicas ou apenas antonómicas) de trabalho e de ócio, as quais constituem apenas mais uma tentativa de criteriosamente disciplinar o uso que fazemos dos tempos e dos espaços.

Voltando, pois, à dicotomia público/privado, aplicável tanto ao tempo como ao espaço: numa sociedade onde existe uma maioria de católicos; onde a família tem por tradição um papel de fundamental sustentáculo; onde os jovens tendem ainda a deixar penates para se casarem, associação feita à ainda dominante figura masculina, tipicamente latina, e ao modelo de inferioridade (ou será de menoridade?) cultural feminina, incutido aos jovens desde tenra idade; nós podemos facilmente enquadrar este sistema dicotómico, que assim adquire estatuto de científico.

Com estes conceitos em mente empenhámos algum do nosso tempo na tentativa de compreender como gastam os homens e mulheres lisboetas, enquanto pais, os seus tempos, o público e o privado, sumariamente, os seus dias ditos úteis e o seu fim de semana. Através de pequena amostragem, indagámos onde e por quanto tempo trabalham, de que espaços se apropriam, a que actividades se dedicam, como ocupam suas horas de lazer. Para esse efeito não os inquirimos a eles mas seus filhos e filhas. Optámos por esta solução, em primeiro lugar, pela escassez de recursos humanos e financeiros

com que nos debatemos e que nos demoveu da consecução da gigantesca e assaz difícil tarefa de entrevistar um número suficientemente representativo de homens e de mulheres, na metrópole lisboeta, dada a extensão geográfica do território seleccionado e a diversidade de locais de trabalho ou de residência a visitar. Em segundo lugar, fizemo-lo propositadamente para procurar a imagem que o adolescente tem acerca da divisão das tarefas, dos papéis do pai e da mãe, com um resultado quiçá mais consentâneo com a realidade do que aquele que obteríamos através da parcialidade que estas questões geram na maior parte da população adulta.

Assim, utilizando um esquema expositivo/descritivo, elaborado com carácter geral e sistemático, começaremos por caracterizar o universo dos inquiridos e seus ascendentes no respeitante à idade, nível cultural, origem geográfica, lugar de residência e de trabalho. Retomaremos nossas reflexões com estudos comportamentais do pai e da mãe no concernente às deslocações diárias, ao tempo de trabalho, à posse de veículo automóvel e seu uso na família, na resposta às questões sobre quem leva os mais jovens à escola ou infantário, quem se desloca ao supermercado, em que meio de transporte e com quem, como empregam o pai e a mãe o seu tempo livre, em especial no fim de semana, se há socialização ou não do seu tempo de lazer, a quantidade e qualidade do tempo passado com os filhos, etc.

Finalmente, tentaremos adiantar algumas conclusões sobre as respostas dos adolescentes identificando possíveis mudanças de mentalidade, tendentes a gerar famílias mais igualitárias na partilha de determinados espaços e na ocupação de tempos. Esta é uma expectativa lógica por via da evolução crescente da taxa de feminização da população activa da capital portuguesa, a que se vem assistindo nos últimos anos, supostamente também do ponto de vista cultural e educativo a melhor apetrechada do país.

CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS E DE SEUS PROGENITORES

Desde o legado orientalizante da Antiguidade Clássica, passando pela longa presença romana e, sobretudo, por via da influência árabe, que o sul de Portugal evidencia uma forte tradição urbana. São da ordem da centena as cidades sitas no continente europeu, em território nacional, a maior das quais é Lisboa, que no seu município abriga 7,2 % da população portuguesa. Porém, seu grau de polarização reforçou-se nas últimas décadas, através do crescimento de numerosos centros urbanos na sua periferia, pelo que actualmente vivem na sua metrópole cerca de 25 % dos Portugueses (DAVEAU 1987 e INE 1993), guindando-a a inalcançável posição no contexto nacional. Ainda assim, e apesar de a partir dos anos 60 os residentes do município de Lisboa haverem estabilizado, ou mesmo diminuído, em função da reorganização da cidade em termos funcionais e da migração da reserva de mão-de-obra para os municípios periféricos, o peso de Lisboa, cidade-mãe, permanece em termos relativos tão grande que nela residem mais do dobro dos habitantes do concelho do Porto, a segunda cidade portuguesa (310 637 habitantes) e acima de cinco vezes mais pessoas do que na Amadora, terceira urbe lusitana (SOEIRO DE BRITO 1994).

Nesta medida, foi na área metropolitana de Lisboa que decidimos realizar pequena amostragem (vide Quadro I) da imagem que dos pais têm alguns adolescentes, seleccionados em diversas escolas da capital e do seu entorno imediato, mormente nos concelhos de Oeiras, Cascais e Almada. As idades dos jovens inquiridos situam-se entre os 12 e os 19 anos, sendo para os dos níveis etários superiores a 16 anos condição *sine qua non* o estado de dependência económica de seus progenitores.

No contexto metropolitano, o universo dos inquiridos é bastante lato do ponto de vista geográfico. Foram entrevistados residentes em 9 municípios, tendo-se dado maior ênfase ao de Lisboa, estatisticamente o mais povoado, com 677 790 habitantes no último censo (INE 1993), como referimos; a cidade-mãe foi alvo de 48,5 % das entrevistas (vide Quadro III), numa proporção superior a metade dos jovens e seus progenitores estudados no masculino e a 45,9 % dos analisados no feminino. Seguiu-se o concelho de Oeiras, onde vivem 22,6 % dos inquiridos e família, o de Cascais com 10 % e o de Almada, a oitava cidade portuguesa (65 842 almas), com 6,4 % dos inquiridos e ascendentes. A zona da chamada «Linha de Cascais» aparece, assim, como a 2.^a mais representada neste estudo, correspondendo à zona mais nobre da metrópole lisboeta, destacando-se em 3.^a lugar a «outra banda», os municípios sitos na margem Sul do estuário do Tejo, uma das zonas industriais e residenciais mais emblemáticas da capital portuguesa.

No que respeita ao local de trabalho dos ascendentes dos jovens estudados nesta amostragem de 130 questionários, sua concentração geográfica na capital é algo mais representativa, sobretudo no caso do sexo feminino, já que um total de 45,4 % das mulheres e 43 % dos homens labora no concelho de Lisboa, registando-se uma distribuição mais equilibrada, mas menos importante, pelos restantes sete municípios listados. Com efeito, em Oeiras trabalham 6,5 % dos pais (6,2 % dos homens e 6,9 % das mulheres), em Almada 6,2 %, 3,1 % no masculino e 9,2 % no feminino, (o que ademais se aproxima dos valores registados relativamente à morada das mães dos inquiridos do mesmo concelho), seguindo-se percentuais muito baixos nos restantes municípios da área metropolitana. A «Linha de Sintra» é espaço de laboração para 6,9 % dos cavalheiros e somente 3,8 % das senhoras. Cifras igualmente baixas registam-se num outro município industrial, Vila Franca de Xira, com 3,1 % de trabalhadores e outro tanto de trabalhadoras, enquanto Loures aparece como o concelho menos representativo no respeitante ao emprego, sequer explorado como residência dos pais dos inquiridos (Quadro IV).

Cerca de 11,5 %, exactamente 15 mulheres são domésticas, duas estão reformadas, sendo desconhecido o estatuto de 17 mães, por ignorância explícita dos adolescentes inquiridos (4,6 %) ou por omissão dos mesmos (8,5 %). Estes últimos evidenciavam pertencer a um nível socio-económico bastante baixo. O desconhecimento parece ser, contudo, superior, neste como noutros indicadores, relativamente ao pai pois não apurámos o local de trabalho de 30 dos 130 progenitores do sexo masculino. Ademais, seis trabalham algures em Portugal, longe da residência familiar, contra apenas três mulheres, e 2,3 % exercem uma actividade profissional fora do país. Devemos salientar que nestes casos se trata de famílias monoparentais devido ao divórcio dos pais. Há, ainda, mais reformados no masculino do que no feminino, a que não é estranho o facto de haver 21 homens com mais de 50 anos e apenas 11 mulheres, dando-se a coincidência de existirem somente 7 indivíduos com mais de 55 anos, todos do sexo masculino (Quadro II). As mães são, em síntese, mais jovens registando-se inclusive quatro senhoras com menos de 29 anos, três das quais madrastas dos inquiridos, e tendem a trabalhar mais próximo da sua residência do que os maridos.

O universo dos adolescentes seleccionados regista um valor ligeiramente superior de moças do que de moços (67 contra 63), embora os últimos sejam mais abundantes nas classes etárias inferiores, dos 12 e dos 14 anos, o que aliás está conforme com a diminuição recente da taxa de mortalidade infantil, mormente a masculina, já que o rácio de masculinidade à nascença é maior. Em contrapartida, as jovens dominam nos níveis etários superiores, nomeadamente nos entrevistados com 17 a 19 anos, idade limite dos *teenagers* (reveja-se o quadro I).

A origem geográfica dos inquiridos e de seus pais é maioritariamente lisboeta (51,3 %), superior nas mulheres (54,2 %), 8 % das quais nasceram no distrito de Setúbal contra 2,6 % de homens. Em boa verdade, o único distrito representativo como origem dos indivíduos do sexo masculino é Viseu, com 3,7 % (7 pessoas), o que ainda assim constitui um quantitativo irrisório. No cômputo geral, o segundo distrito berço dos destinatários destas análises é o de Setúbal com 5,4 %, exactamente 21 naturais, mas há que referir ser elevada a cifra daqueles cuja origem é desconhecida – 38 homens e 20 mulheres – totalizando 14,9 % do universo populacional estudado (Quadro V).

Ana Maria, aluna do 9.º Ano de uma Escola Básica do 3.º Ciclo lisboeta, perguntou-nos se «era mesmo obrigatório responder a todas as questões do inquérito». Indagámos, então, quais as dificuldades que sentia. Contestou-nos que trabalhando o pai em França, poucas vezes regressando a casa por período superior a uma semana, nunca tivera oportunidade de explorar a questão relativa ao local de nascimento dele. Admirada, a colega do lado observou: «Que horror. De que é que conversam quando ele vem a casa?». Enquanto um outro aluno sugeria judiciosamente: «És parva. Basta perguntares à tua mãe!» Ana Maria, agastada, ripostou: «A minha mãe tem lá tempo para conversar sobre as coisas do meu pai. Tem mais o que fazer. É ela quem sustenta a casa! Ora!»

Famílias desestruturadas, com pai ausente (e algumas vezes a mãe) parecem ter-se tornado cada vez mais frequentes na metrópole lisboeta. A incapacidade do pai para garantir um rendimento regular retira-lhe autoridade, transformando a mãe no único ser capaz de oferecer aos filhos não só um contacto diário mais ou menos intenso, mas também a tão necessária estabilidade financeira. Nessa medida, a mulher assume o papel dominante, constituindo-se no modelo a adoptar (ou a repudiar) pelos jovens no processo de aprendizagem do seu papel social.

Cerca de 79,5 % dos membros das famílias nucleares analisadas nasceram em Portugal. O peso dos nados nas ex-colónias de Angola e de Moçambique (todos progenitores) é o único que merece menção, já que corresponde a 9 casos de angolanos, cinco dos quais mulheres, assim como 5 moçambicanos, três dos quais mulheres. Ambos representam 3,6 % do total, uma percentagem superior à dos originários de 16 dos 18 distritos de Portugal Continental e também à dos naturais da ilha da Madeira ou do longínquo domínio de Macau.

O nível cultural dos pais dos inquiridos é baixo, mau grado o desconhecimento das habilitações literárias de quase 1/3 dos progenitores. Cerca de 23,3 % tem apenas a 4.ª Classe, sendo ligeiramente superior o percentual respeitante às senhoras. Esta constatação aproxima-se dos resultados do Censo de 1991, onde podíamos ver que 35 % dos residentes e 37,8 % das residentes na metrópole lisboeta tinham o Ensino Primário, como habilitações literárias. Onze por cento das mães dos inquiridos não completou o ensino secundário contra 10,1 % de homens, e 0,8 % são mesmo analfabetas, valor reduzido quando comparado com os 6,8 % de iletrados calculados para a Metrópole, no Censo de 1991. Interessante é, contudo, referir que há mais mães do que pais com o antigo Liceu (ou Escola Técnica) completo (Quadro VI), mais senhoras com curso médio (professoras do ensino primário, ou básico do 1.º Ciclo, e enfermeiras), cerca de 6,3 % contra 2,5 % de cavalheiros, e até uma ligeira diferença a favor das detentoras de diploma universitário no feminino do que no masculino, o que de todo não está também em conformidade com os dados do último censo, onde os homens residentes na Grande Lisboa apareciam em vantagem relativamente às senhoras no que concerne aos escalões de escolaridade secundária, média e superior.

O Quadro VII vem completar nossa análise sobre as características dos inquiridos e de seus ascendentes no respeitante à religião. Considerámos importante que constasse haver um predomínio de católicos no universo estudado, o qual totaliza 390 indivíduos. Por nível etário registámos cifra superior de católicos, de outros cristãos e até de ateus, entre os 12 e os 19 anos, a que não é estranho o facto de se tratar da maior classe de idades (8 anos) detentora, portanto, do maior número de inquiridos, precisamente os adolescentes que foram alvo de nossa atenção. Continuando nesta mesma direcção, e em termos relativos, podemos enfatizar que entre os 40 e 49 anos encontramos também elevada percentagem de católicos (37,1 %). A ignorância relativamente à religião de 26,9 % dos pais com idades compreendidas entre os 35 e 39 anos é a mais significativa, seguida do nível etário dos 40-44 anos (16,7 %).

Uma segunda vertente desta análise, quiçá mais inovadora, prende-se com o facto de 69,2 % dos jovens com menos de 19 anos serem católicos, 15,4 % professarem uma outra religião cristã, 4,6 % não haverem aderido ainda a nenhum credo e 10,8 % não fazerem declarações a este respeito (!) Note-se que estes últimos não coincidem exactamente com os que dizem desconhecer a religião dos progenitores. O nível etário que regista maior percentual de católicos é o dos 45-49 anos, com 91,1 %, apenas 1,8 % são assinalados como não tendo religião e 7,1 % são cristãos, mas não católicos.

Valor bastante inferior apresenta a classe etária anterior, com 67,9 % de católicos, 11,5 % de «outros cristãos», 3,9 % sem religião, desconhecendo-se a praticada por 16,7 % dos pais dos inquiridos, como dissemos. No nível sito entre os 35-39 anos, os católicos descem para 57,7 %; regista-se o mesmo percentual de «outros cristãos» que no caso anterior e de ateus, enquanto é ignorada a religião de 14 progenitores.

Através da entrevista, que acompanhou o processo de inquérito, concluímos que uma proporção significativa dos jovens, inclusivê declarando-se baptizados no credo católico, não pratica a sua religião desconhecendo mesmo a oração. Perguntámos se em pequenos a mãe ou o pai, a avô ou o avô, uma tia, enfim, algum familiar os havia ensinado a rezar antes de adormecerem. Regra geral responderam-nos que nessa época preferiam lhes fosse contada ou lida uma história mas, mesmo assim, poucos eram os pais que dispunham de tempo para o fazerem. Curiosamente os que se diziam cristãos, mas não católicos, apresentavam maior percentagem de praticantes.

No geral, podemos inferir que predomina em absoluto a religião católica, asserção pertinente na medida em que poderá, de alguma forma, justificar o comportamento tradicionalista, algo sexista ou melhor misonéista, de muitos dos homens a quem está entregue a educação dos jovens inquiridos. A Igreja Católica persiste em defender os valores da família mas ainda de todo ligados à ideia de submissão da esposa a seu marido, persiste em hostilizar o divórcio e o aborto, sendo inadmissível o sacerdócio feminino e o casamento dos padres, como é do domínio público.

Em conclusão, entrevistámos 63 moços e 67 moças residentes na metrópole lisboeta, nomeadamente nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais e Almada, esmagadoramente nados e criados na capital, a respeito de diversas facetas do comportamento de seus pais e sobre a forma como e o lugar onde exercem a sua actividade profissional. Embora a maioria dos encarregados de educação resida no município lisboeta e na chamada «Linha de Cascais», verificámos que seu nível cultural não era elevado já que 11 % não havia completado o ensino secundário e 23 % possuía apenas a 4.ª Classe; porém, cerca de 15,5 % estava habilitado com um diploma universitário, exercendo as mais variadas profissões que iam do médico ao engenheiro, do advogado ao arquitecto ou ao professor.

Nosso desconhecimento das habilitações literárias de 35,6 % dos homens poderá falsear um pouco as conclusões, mas a leitura possível dos dados demonstra ser questão pacífica que é algo superior a cifra de senhoras dotadas de curso médio e universitário, inclusive superior à percentagem resultante da contagem efectuada no Censo de 1991. As esposas são também, em regra, mais jovens do que seus maridos e são originárias do distrito de Lisboa, seguido do de Setúbal e das ex-colónias Angola e Moçambique. Genericamente 79,5 % dos inquiridos e seus pais são naturais de Portugal, mais de 51 % são do distrito de Lisboa e a esmagadora maioria é cristã.

A ESPIRAL DO TEMPO E O «OLHAR DOS FILHOS»

O olhar dos filhos nem sempre é atento, como já comprovámos na caracterização que fizemos de seus pais relativamente aos indicadores por nós seleccionados. Também no presente apartado registámos algum desconhecimento no concernente a certos itens, como a jornada diária de trabalho ou o tempo de deslocação dos pais para o local onde exercem a sua actividade profissional.

Numa primeira análise, verificamos existir parca correlação entre o local de residência e o de trabalho; esta asserção pode comprovar-se no Quadro I, onde a percentagem dos que se deslocam a pé é a 3.^a no rol dos meios de transporte (formas de locomoção) utilizados, correspondendo a diminutos 6,8 % dos pais e 8,8 % das mães, em benefício do automóvel ou do autocarro. Por outro lado, no Quadro IX observamos que 42,2 % dos homens demora mais de 15 minutos a deslocar-se e similarmente 57,2 % das mulheres, o que parece comprovar certo afastamento geográfico dos espaços públicos e privados, mau grado uma observação mais atenta dos dados recolhidos nos demonstrar que, em termos relativos, as mães procuram locais de trabalho sites mais próximo de sua residência. Porém, uma vez que $\frac{1}{3}$ das senhoras utiliza algum tipo de transporte público nas suas deslocações, as discrepâncias entre os sexos resultam consideráveis, com 29 % de mães a demorar entre 30 minutos e 1 hora a cobrir as distâncias, contra 20,3 % de homens, enquanto que 5,5 % das mulheres e apenas 4,4 % dos homens tardam mais de uma hora entre a casa e o emprego, o que perfaz um total de 34,5 % de mães contra 24,7 % de pais a gastarem mais de meia hora a deslocar-se diariamente. Uma vez mais, sublinhamos que a este facto não é estranha a percentagem muito superior de homens que utilizam o automóvel como meio de transporte de eleição – 72,6 % – contra 54,9 % de mulheres.

Assim, 81,4 % dos pais dos inquiridos têm carro próprio (e poucos são os que não exercem o direito de uso desse bem), correspondendo ao dobro quase exacto das mães (apenas 40,8 % têm título de registo automóvel). Cerca de 21,2 % dos homens tem mesmo mais de um veículo, contra 8,5 % das mulheres, valores observáveis sobretudo entre os residentes nos concelhos de Oeiras e de Cascais. Claro que a inversa também é verdadeira, ou seja, 57,7 % das mães e apenas 15,3 % dos pais não têm carro (Quadro X).

Estes dados não são concordantes com os dos encartados, já que 72 % das senhoras têm aptidão para conduzir um ligeiro, mas 31,2 % delas não tem essa possibilidade. Parece de concluir que quando a família disponibiliza recursos financeiros para adquirir uma viatura, o homem é sempre quem o conduz. Resta saber quantos maridos levam a esposa ao trabalho...

O Quadro XI responde às nossas indagações: segundo os inquiridos, 12,5 % dos pais levam as mães ao trabalho e apenas 3,3 %, as crianças. Cerca de 5 % das mães vão

com colegas, 2,5 % leva as crianças mais jovens à escola ou infantário e 62,5 % vai sozinha, quase sempre em transporte público ou a pé, mas acima de 30 % conduzem também seu próprio automóvel. A percentagem dos cavalheiros que vão sozinhos para o emprego ou negócio é superior à das senhoras – 68,6 % – sendo que apenas 4,1 % se desloca com colegas.

Vemos, assim, que se a expansão do tecido urbano metropolitano gerou um aumento significativo das distâncias entre o local de trabalho e de residência, esse problema vem-se mitigando com a facilidade cada vez maior com que as classes economicamente menos favorecidas aderem a atractivos sistemas de crédito para aquisição de seu utilitário, aumentando a motorização e encurtando os tempos de deslocação. A melhoria recente das vias de acesso e de conexão interna, mau grado o congestionamento excessivo do tráfego, e os custos acrescidos do estacionamento, vem motivando o uso deste bem considerado essencial, massificando o seu consumo, outrora reservado às classes sociais mais favorecidas.

Simultaneamente o automóvel aparece como um elemento isolador. O tempo dispendido no percurso de casa para o trabalho e vice-versa prolonga a já considerável jornada diária de trabalho, afastando os pais do convívio dos filhos, facto agravado pela utilização de transportes escolares.

O Quadro XII demonstra haver uma grande similitude entre os trabalhadores de ambos os sexos que praticam a jornada diária de 8 horas; mas 25,5 % dos homens contra 20 % das mulheres trabalham mais de 10 horas por dia, o que constitui um valor bastante desconfortável tendo em atenção a jornada preconizada pela Organização Mundial do Trabalho (OMT) e os acordos firmados com as organizações sindicais, para já não falar na redundante falta de assistência dada à família.

Apesar disso, há uma pequena percentagem de mães que trabalham em *part-time*, 21,5 % menos de 6 horas e 3,1 % apenas 7, contra 3,6 % dos pais na primeira categoria e 12,7 % na segunda (quadro XII). Mas, no cômputo geral, tanto o pai como a mãe passam acima de 50 horas semanais fora do lar, num valor médio de aproximadamente 10 horas diárias, o que é manifestamente sublinhado pelos seus descendentes.

A mais prejudicada em todo este processo parece ser a mãe pois, para além das tarefas domésticas que tradicionalmente executa em casa e sobre as quais nos não debruçaremos neste artigo, é a ela que em boa parte dos casos compete fazer as compras, como vemos no Quadro XIII. As senhoras, em solitário e na ordem dos 35,4 %, contra 1,5 % dos cavalheiros, são as responsáveis pelo abastecimento e/ou suprimento do necessário à família. Acresce ainda o facto de 57,7 % das mães não terem carro próprio, o que faz com que 11,7 % das mesmas se desloquem aos supermercados a pé e 10,8 % em transporte público.

Devemos, no entanto, registar com certo aplauso que 63,1 % dos casais representados nesta amostragem fazem as compras em conjunto e de automóvel, aproveitando frequentemente os fins de semana e as «grandes superfícies», o que constitui uma surpreendente constatação quando comparada com os dados da experiência que temos da tradição portuguesa. Aliás, há bem pouco tempo um humorista português referiu que, nos dias que correm, os casais têm o hábito de ir passear ao hipermercado...

Daniel, aluno do 1.º ano de um estabelecimento de ensino superior de Almada, comentou que felizmente conseguira desmotivar a mãe de o obrigar a limpar o próprio quarto ao Domingo, por meio da promessa de «estudar todo o fim de semana e não chumbar a nenhuma cadeira durante o ano lectivo». Menos sorte teria o pai, acrescentou, «que todas as noites lavava a loiça, já que a empregada saía às 5 horas da tarde». Foi-lhe

sugerido pelas colegas que a atitude cooperante do pai era bem mais agradável do que a dele, e que se continuasse a depreciar as tarefas domésticas não arranjaría namorada. Daniel ripostou que preferia arriscar-se a não casar a «andar sempre atrás da mulher, como o pai, que não era capaz de deixar a sua senhora sozinha, nem para fazer as compras do lar». Nos casos em que a actividade dos dois cônjuges está muito integrada, compartilhando o marido de muitas tarefas domésticas, há por vezes rejeição da fraca diferenciação dos papéis na geração seguinte, sobretudo quando ambos exercem uma actividade remunerada e o casal passa grande parte dos tempos de lazer em comum, desprezando outros espaços que não os necessários ao provimento das necessidades da família. Mas aqui existe também a preocupação de afirmar a masculinidade, que gera nos rapazes mais velhos o desenvolvimento de certa distância em relação aos modelos familiares.

Estas questões ligam-se com o tema seguinte, ou seja, o do uso dos tempos livres. A «necessidade» de consumo de espaços de ócio fechados (centros comerciais), induzida por inteligentes campanhas de *marketing*, orienta as famílias portuguesas para um consumismo exagerado e inadequado ao rendimento médio dos agregados. Afasta-os, também, de actividades de lazer mais saudáveis, desenvolvidas ao ar livre, do culto da natureza que domina outras culturas europeias, privando-os do desfrute da própria cidade e da apropriação de seus escassos, mas belos, espaços verdes.

A tarefa de comentar a gestão dos tempos livres dos pais dos inquiridos é penosa, dada a enorme dispersão de *hobbies* e de gostos. Não deixa, porém, de ser sintomático registar que 5,2 % dos homens simplesmente «descansa» nos seus tempos livres, contra 1,1 % das mulheres. Mais, 3,7 % dos pais não dispõe de nenhum tempo de lazer contra 13,2 % das mães (Quadro XIV).

Instado a responder à questão, o João, aluno do 7.º Ano Unificado de uma escola básica de 3.º Ciclo de Oeiras, respondeu com certa agressividade que a mãe passava o fim de semana a limpar a casa, «nunca tendo tempo para ele», enquanto o pai ia para o café ou jogar futebol com os amigos, dizendo-lhe que «estudasse que bem precisava». Este tipo de atitudes por parte dos progenitores, ao contrário da exemplificada no caso do Daniel, enquadra-se bem num esquema relacional tradicional, em que a mulher se dedica ao lar em quase exclusividade, diminuindo a atenção devida à criança à medida que ela cresce e se autonomiza, enquanto o homem se concentra no trabalho com que provê o sustento do lar, reservando os tempos livres para as suas relações de amizade e actividades lúdicas, privilegiando o tempo passado com adultos do mesmo sexo e recusando aos filhos mais jovens a partilha da melhor parte da sua rotina.

Cerca de 7,4 % dos jovens inquiridos afirma que sua mãe cozinha e limpa a casa nos tempos livres... e 0,7 % dos pais. A leitura é a actividade preferida por ambos (20,1 % das mães e 17,8 % dos pais), seguida da televisão (14,3 % das senhoras contra 16,3 % dos cavalheiros), enquanto actividades como passear/andar a pé apresentam percentagens mais baixas – 9 % nas senhoras e 5,2 % nos cavalheiros; viajar (apenas 1,1 % das mães e 5,9 % dos pais); actividades com a/em família (5,8 % para 5,9 %); bordar ou fazer malha (5,3 % e somente senhoras); visitar ou receber amigos, mais representativa nas mulheres (4,2 % contra 1,5 %); ouvir música (3,7 % contra 4,4 % dos homens); fazem parte de um infundável rol de *hobbies*, actividades recreativas, *bricolage*, etc.; alguns e algumas são típicos de classes de elevado nível socio-económico como a vela ou a navegação em iate, o ténis, montar a cavalo ou coleccionar carros com fins desportivos.

Rita, aluna do ensino secundário, residente no município de Cascais, revelou desconhecer os espaços frequentados pela mãe, «que não trabalha, mas está sempre

ocupada com os amigos». Quanto ao pai, sabia que tal como ela gostava de desportos náuticos e nisso empenhava os tempos de ócio. Só que, «desde muito pequena passo muito tempo com meus próprios amigos e não gosto nada de ficar em casa». Nas camadas sociais mais elevadas os papéis familiares são marcados com certa rigidez, enquanto as relações entre os cônjuges e destes com os filhos se mantêm formais e distantes, sendo frequente certa permissividade no seu processo de socialização.

Em suma, são múltiplas as actividades de tempos livres, mas mais singulares do que colectivas, sugerindo a conclusão que as executadas pelo casal em conjunto e com os filhos/filhas são muito exíguas. Do uso solitário do automóvel aos desportos praticados apenas pelo pai ou pela mãe, ao tempo consumido na leitura, pintura ou jardinagem, ao quantitativa e provavelmente qualitativamente pouco tempo passado com a família e/ou com amigos, se pode inferir que apenas a ida às compras parece aproximar mais não só os dois sexos, mas também as gerações.

CONCLUSÃO

A família constitui um dos elementos básicos da sociedade. Se, na actualidade, se assiste a uma quase total transferência de funções para estruturas sociais exteriores à família, subalternizando-a no provimento de necessidades antes satisfeitas no meio doméstico, a verdade é que o jogo das ligações entre os membros da família, em especial a relação pai-mãe, continua a reflectir-se no equilíbrio do conjunto e na correcta socialização dos filhos, donde a relevância da análise das atitudes e dos comportamentos evidenciados por ambos os sexos, já que os jovens aprendem os seus papéis sociais sobretudo com os pais.

Os primeiros estudos comparativos sobre as imagens do masculino e do feminino foram efectuados por europeus. Investigações mais recentes, realizadas nos Estados Unidos da América sobre a avaliação e o conteúdo dos estereótipos sexuais demonstraram haver (nos países ocidentais) universalidade no modelo de conotação valorativa, claramente favorável ao estereótipo masculino. Certos pesquisadores fizeram notar existir, em regra, consenso sobre os estereótipos sexuais independentemente da idade, estado civil, religião e nível de instrução.

No caso vertente não procurámos explorar o conteúdo dos estereótipos masculinos e femininos e sim aspectos relacionais concretos, variáveis comportamentais inerentes ao pai e à mãe dos entrevistados, seleccionados nos níveis etários compreendidos entre os 12 e os 19 anos, dentre jovens lisboetas de ambos os sexos. Resultou o retrato de uma lógica de dominação-submissão existente em diversos aspectos da relação, da actuação, da partilha e do comportamento do casal que é desfavorável à mulher. Porém, a dimensão afectiva que está presente nas observações e comparações dos adolescentes gerou uma apreciação porventura mais simpática em relação à mãe, consciente ou inconscientemente colocada numa situação de submissão mas com estigma de vítima no respeitante ao uso/abuso do seu tempo.

No que concerne à apropriação dos espaços públicos e privados a tendência é de maior equidade, como prevíamos, fruto da competição pela igualdade que se tem feito sentir na capital desde a década de 60, e sobretudo da entrada da mulher para o mercado de trabalho, pese embora o facto de não haver total igualitarismo, pois regista-se ainda alguma dominância do homem sobre o espaço público enquanto a mulher se apresenta mais confinada ao privado.

QUADRO I – IDADE DOS ADOLESCENTES INQUIRIDOS

A N O S	T O T A L	H O M E N S	M U L H E R E S
12	44	23	21
13	12	6	6
14	25	19	6
15	6	2	4
16	6	3	3
17	4	1	3
18	10	2	8
19	23	7	16

QUADRO II – IDADES DOS INQUIRIDOS E DE SEUS PROGENITORES

A N O S	T O T A L	H O M E N S	M U L H E R E S
12-19	130	63	67
20-24	—	—	—
25-29	5	1	4
30-34	16	2	14
35-39	52	20	32
40-44	78	37	41
45-49	56	29	27
50-54	25	14	11
55-59	5	5	0
> 60	2	2	0
Idade ignorada	21	16	5

FONTE: Inquérito a adolescentes residentes na área Metropolitana de Lisboa, Setembro/Dezembro, 1996.

NOTA: Cerca de 20 % dos adolescentes vive só com um dos pais.
Neste inquérito geralmente a mãe e num dos casos, apenas o pai.

QUADRO III – RESIDÊNCIA DOS INQUIRIDOS E DE SEUS PAIS, NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

M U N I C Í P I O D E R E S I D Ê N C I A	P E R C E N T A G E M		
	T O T A L	H O M E N S	M U L H E R E S
Lisboa	48,5	51,5	45,9
Oeiras	22,6	24,9	20,5
Cascais	10,0	12,1	8,3
Amadora	3,0	1,8	4,1
Sintra	2,5	2,4	2,6
Almada	6,4	3,1	9,3
Barreiro	3,0	1,2	4,6
Seixal	2,2	1,2	3,1
Vila Franca de Xira	1,7	1,8	1,6

FONTE: Inquérito a adolescentes residentes na área Metropolitana de Lisboa, Setembro/Dezembro, 1996.

QUADRO IV – LUGAR DE TRABALHO DOS PAIS DOS INQUIRIDOS

MUNICÍPIO OU LUGAR DE TRABALHO	PERCENTAGEM		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Lisboa	44,0	43,0	45,4
Oeiras	6,5	6,2	6,9
Cascais	2,3	2,3	2,3
Amadora	3,1	4,6	1,5
Sintra	2,3	2,3	2,3
Loures	0,8	0,8	0,8
Almada	6,2	3,1	9,2
Vila Franca de Xira	3,1	3,1	3,1
Algures em Portugal	3,5	4,6	2,3
País e Estrangeiro	1,2	2,3	0
Ignorado	5,4	6,2	4,6
Domésticas	5,8	–	11,5
Reformados	3,1	4,6	1,5
Sem resposta	12,7	16,9	8,5

FONTE: Inquérito a adolescentes residentes na área Metropolitana de Lisboa, Setembro/Dezembro, 1996.

QUADRO V – ORIGEM GEOGRÁFICA DOS INQUIRIDOS E DE SEUS PAIS

DISTRITO OU ARQUIPÉLAGO E/OU PAÍS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Aveiro	1	1	0
Beja	10	4	6
Braga	6	4	2
Bragança	3	3	0
Castelo Branco	6	4	2
Coimbra	5	1	4
Évora	6	2	4
Faro	5	2	3
Guarda	9	4	5
Leiria	4	2	2
Lisboa	200	91	109
Porto	2	2	0
Portalegre	3	1	2
Santarém	6	3	3
Setúbal	21	5	16
Viana do Castelo	5	4	1
Vila Real	1	1	0
Viseu	11	7	4
Açores	0	0	0
Madeira	3	0	3
Macau	3	1	2
Portugal (%)	310 (79,5%)	142	168
Angola	9	4	5
Moçambique	5	2	3
Espanha	1	0	1
França	3	2	1
Finlândia	1	0	1
Brasil	1	0	1
Venezuela	1	0	1
África do Sul	1	1	0
Ignorada	58	38	20

QUADRO VI – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS POR SEXO

HABILITAÇÕES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Universidade	15,5 %	15,3 %	15,7 %
Curso Médio	4,5 %	2,5 %	6,3 %
Ensino Secundário	14,3 %	13,6 %	15,0 %
Secundário incompleto	10,6 %	10,1 %	11,0 %
4.ª Classe	23,3 %	22,9 %	23,6 %
Analfabeto	0,4 %	–	0,8 %
Não responderam	31,4 %	35,6 %	27,6 %

QUADRO VII – RELIGIÃO DOS INQUIRIDOS E SEUS PROGENITORES
– ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

(Caracterização por idade e em números absolutos)

A N O S	CATÓLICOS	OUTRA RELIGIÃO CRISTÃ	SEM RELIGIÃO	RELIGIÃO IGNORADA
12-19	90	20	6	14
20-24	–	–	–	–
25-29	3	1	–	1
30-34	11	1	–	4
35-39	30	6	2	14
40-44	53	9	3	13
45-49	51	4	1	0
50-54	17	5	1	2
55-59	3	0	2	0
> 60	2	0	0	0
Idade ignorada	20	0	1	0

FONTE: Inquérito a adolescentes residentes na área Metropolitana de Lisboa, Setembro/Dezembro, 1996.

QUADRO VIII – MEIOS DE TRANSPORTE USADOS PELOS PAIS NA DESLOCAÇÃO PARA O TRABALHO

MEIOS DE TRANSPORTE	HOMENS	MULHERES
Automóvel	72,6 %	54,9 %
Autocarro	11,9 %	23,9 %
Moto	1,7 %	0
Comboio	0,9 %	6,2 %
Metro	1,7 %	3,5 %
A pé	6,8 %	8,8 %
Não sabem	4,3 %	2,7 %

QUADRO IX – TEMPO CONSUMIDO NA DESLOCAÇÃO PARA O TRABALHO

TEMPO	HOMENS	MULHERES
5 minutos	11,4 %	7,3 %
10 »	10,5 %	11,8 %
15 »	9,6 %	8,2 %
20 »	7,0 %	12,7 %
25 »	0,9 %	1,8 %
30 »	8,8 %	13,6 %
40 »	1,8 %	1,8 %
45 »	1,8 %	2,7 %
50 »	0,9 %	1,8 %
1 hora	7,0 %	9,1 %
Mais de 1 hora	4,4 %	5,5 %
Não sabem	35,9 %	23,6 %

QUADRO X – MOTORIZAÇÃO POR GÉNERO

MEIOS DE TRANSPORTE	HOMENS	MULHERES
Carro próprio	81,4 %	40,8 %
Mais de um carro	21,2 %	8,5 %
Sem automóvel	15,3 %	57,7 %
Moto	1,7 %	0
Carta	94,9 %	72,0 %
Sem carta	5,1 %	28,0 %

QUADRO XI – CARACTERIZAÇÃO DA DESLOCAÇÃO DOS PAIS PARA O TRABALHO

TIPOS DE DESLOCAÇÃO	HOMENS	MULHERES
Solitária	68,6 %	62,5 %
Casal	12,5 %	12,5 %
Com crianças mais jovens	3,3 %	2,5 %
Com colegas	4,1 %	5,0 %
Não sabem	11,5 %	17,5 %

QUADRO XII – JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

NÚMERO DE HORAS	HOMENS	MULHERES
5	0,0 %	9,2 %
6	3,6 %	12,3 %
7	12,7 %	3,1 %
8	36,4 %	36,9 %
9	12,7 %	9,2 %
10	9,1 %	9,2 %
> 10	25,5 %	20,0 %

QUADRO XIII – AS COMPRAS DOS PROGENITORES

COMO E COM QUEM	HOMENS	MULHERES
Sozinho	1,5 %	35,4 %
Casal	63,1 %	63,1 %
De carro	91,8 %	77,5 %
A pé	5,2 %	11,7 %
Transporte público	13,0 %	10,8 %

FONTE: Inquérito a adolescentes residentes na área Metropolitana de Lisboa, Setembro/Dezembro, 1996.

QUADRO XIV – HOBBIES E TEMPOS LIVRES

HOBBIES E TEMPOS DE LAZER	HOMENS	MULHERES
Escrever/Estudar	1,5 %	2,1 %
Ler	17,8 %	20,1 %
Ver T. V.	16,3 %	14,3 %
Cozinhar/Limpezas	0,7 %	7,4 %
Bordar	0,0 %	5,3 %
Ouvir música	4,4 %	3,7 %
Pintar	0,0 %	2,6 %
Jardinagem	1,5 %	1,1 %
Fazer compras	0,7 %	1,6 %
Caminhar	5,2 %	9,0 %
Receber amigos	1,5 %	4,2 %
Em família	5,9 %	5,8 %
Viajar	5,9 %	1,1 %
Jogar ténis	3,0 %	1,1 %
Yachimg/Vela	3,0 %	2,6 %
Yoga	0,0 %	0,5 %
Montar a cavalo	0,0 %	0,5 %

(Continua)

QUADRO XIV – HOBBIES E TEMPOS LIVRES

(Continuação)

HOBBIES E TEMPOS DE LAZER	HOMENS	MULHERES
Ginástica	0,0 %	0,5 %
Andar de bicicleta	0,7 %	0,0 %
Andebol	1,5 %	0,0 %
Coleccionar carros	1,5 %	0,0 %
Futebol	3,7 %	0,0 %
Pescar	3,0 %	0,0 %
Motociclismo	2,2 %	0,0 %
Musculação	0,7 %	0,0 %
Outros desportos	3,7 %	1,1 %
Descansar	5,2 %	1,1 %
Cinema	0,0 %	1,6 %
Sem tempo livre	3,7 %	13,2 %
Clube	0,7 %	0,0 %
Bricolage	3,7 %	0,5 %
Caçar	0,7 %	0,0 %

FONTE: Inquérito a adolescentes residentes na área Metropolitana de Lisboa, Setembro/Dezembro, 1996.

BIBLIOGRAFIA

- AMÂNCIO, Lígia (1994) – «Masculino e Feminino, a Construção Social da Diferença» – Ed. Afrontamento, Lisboa.
- BLUMEN, O. (1994) – «Gender Differences in the Journey to Work» – In *Urban Geography*, 15, 3 – Bellwether Publishing, Columbia.
- HARVEY, A. S. (1994) – «Time Use Studies for Leisure Analysis» – In *Social Indicators Research*, 23, 4 – New York.
- DAVEAU, S. et al (1987) – «Geografia de Portugal» – Ed. Sá da Costa, Lisboa, Vol. III.
- INE (1993) – «Recenseamento Geral da População de 1991» – Ed. INE, Lisboa.
- MURGA, Teresa del Valle (1995) – «Pensando en Alto» – In Seminário «Tiempo Y Espacio en la Vida de las Mujeres» – 26-30 de Junio, Santander, (mimeo).
- PAGE, Mariano Álvaro (1996) – «Indicadores sobre el Uso del Tiempo» – In «Seminário sobre Políticas para la Igualdad de la Unión Europea. Elaboración de Nuevos Indicadores Para Su Evaluación» – 25 a 26 de Marzo, Madrid (mimeo).
- SOEIRO DE BRITO, R. (org.) (1994) – «Portugal, Perfil Geográfico» – Ed. Estampa, Lisboa.

SEPARAÇÃO DE PESSOAS E BENS NO PORTO DO CÓDIGO CIVIL À 1.ª REPÚBLICA

Maria da Conceição Meireles Pereira
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ABSTRACT

Judicial separation of people and estate in Oporto, from the code of civil law till the end of the 1st Republic, is the object of this paper that aims to contribute to the study of the family history in a large sense, arising the specific issue of dissolution of couples.

1 – INTRODUÇÃO – Enquadramento Legal

Após acesa discussão de cerca de dois anos, o Código Civil entrou em vigor em 1867 introduzindo algumas novidades em diversas matérias. Nas áreas do casamento e família, nomeadamente, previa a possibilidade de casamento civil e de separação judicial de pessoas e bens, manifestando um esforço cauteloso de conciliar as exigências de racionalização da nova ordem jurídica e a tradição católica de feição ultramontana.

Este Código incorporou as reivindicações dos que defendiam o casamento publicamente reconhecido para os crentes de outras confissões que não a católica, e consignou, além do casamento religioso, uma segunda modalidade, reservada aos indivíduos que não professassem a religião oficial do Reino, que passariam a celebrar o casamento perante o oficial do Registo Civil. Assim, sem instituir a obrigatoriedade do registo civil, aliás só alcançada com a República, este Código subtraía-se às teses laicistas que encaravam o casamento como um contrato ou «pacto de raiz profana» e não como uma instituição dogmatizada¹. Todavia, a legalização do casamento civil só foi regulamentada em 1878, isto é, onze anos após o código entrar em vigor, sendo a adesão a esta modalidade muito tênue nos anos subsequentes, tornando-se mais expressiva apenas nas vésperas da República².

Por outro lado, o artigo 1203.^o do Código de 1867 permitia a separação de pessoas e bens que suspendia a vida comum dos cônjuges, mantendo todavia o vínculo originado pelo casamento, já que este era aí considerado como um contrato perpétuo e indissolúvel. No tocante aos direitos e deveres dos cônjuges deve ressaltar-se que este código perseverava na manutenção da tradição patriarcal o que necessariamente implicava a subalternização da mulher, a qual, segundo preceito explícito do artigo 1185.^o, devia prestar obediência ao marido.

A representação legal desta sobredeterminação masculina conferia à mulher um estatuto de inferioridade que não só a inibia de participar na política como também de participar na gestão da economia familiar. A título de exemplo, refira-se que esta lei proibía a mulher de administrar os seus bens ou os bens da família salvo em caso de falta ou impedimento do marido; não a autorizava a alienar esses bens, nem a fazer dívidas

sem a permissão do marido; e enquanto o viúvo podia administrar e usufruir dos bens dos filhos menores e manter tal capacidade depois de contrair segundas núpcias, a viúva não só tinha que prestar contas da sua administração ao conselheiro nomeado pelo esposo defunto como, se contraísse novo casamento, perdia o direito de administração e usufruto dos bens dos filhos menores do casamento anterior.

Este espírito de submissão da mulher face ao marido plasmava-se em vários outros artigos que estabeleciam regras como a necessidade de autorização do marido para exercer profissão, comércio, indústria, escrever para público ou publicar livros; a obrigação de o acompanhar dentro do país; a possibilidade do marido abrir a sua correspondência sem sofrer quaisquer sanções; o direito do marido a mandar prender caso fugisse do lar e sua imediata recondução a casa; a supremacia da autoridade do pai sobre os filhos em matéria de educação e disciplina já que só a autorização deste bastava para a emancipação dos filhos ou o casamento dos menores.

Também na situação de adultério este Código estabelecia punições diferenciadas consoante fosse praticado pelo homem ou pela mulher; esta incorria numa pena que ia de dois a oito anos, enquanto que a do marido adúltero variava entre três meses e três anos. Complementarmente, a mulher só podia requerer a separação de pessoas e bens caso o marido perpetrasse o adultério no domicílio conjugal ou com público escândalo, com desamparo completo, sevícias ou ofensas graves. Já a mulher adúltera ficava privada de todos os seus bens que eram entregues ao homem, sendo-lhe estipulada uma mensalidade arbitrada pelo conselho de família, ficando portanto excluída da possibilidade de separação ou partilha de bens do casal.

Este quadro jurídico restritivo reflecte a mentalidade de uma época que continuava a valorizar a função social da família de cariz patriarcal, que se viu confrontada com as ideias das vanguardas anticlericais que propunham a teoria do casamento-contrato e contestavam a sua indissolubilidade, enfim, que debateu a questão das esferas de influência e competência da igreja e do poder político tendencial e crescentemente laicizado.

As questões relacionadas com a família e o matrimónio, secularmente veiculadas à autoridade religiosa e tradicionalmente submetidas ao controlo social, constituíam uma estrutura mental que reagia mal às alterações, que se reproduzia através de anátemas e interditos. Daí o desfasamento entre as intenções legisladoras e a sua tradução ao nível das práticas e comportamentos.

Relativamente ao casamento civil já atrás se realçou a lentidão e fraqueza da sua expressão. Quanto à separação de pessoas e bens tudo leva a crer que tenha apresentado idêntica lentidão na sua aplicação prática já que os censos de 1878 e 1890 nada referem sobre a existência de indivíduos separados judicialmente.

Como explica Pedro Delgado, é necessário esperar pelos censos de 1900 para obter dados sobre tal matéria³. Foram então registadas no continente 2481 pessoas separadas judicialmente (1 295 mulheres e 1 186 homens) o que perfazia 0,15 % da população casada. Aquele autor sublinha que uma expressão numérica tão reduzida reflecte um conjunto de indivíduos com valores sociais próprios, facto que se torna mais visível quando se atenta nos distritos onde se verifica maior índice de separação. Lisboa e Porto são justamente os distritos que patenteiam tal índice, apresentando a capital 554 indivíduos separados judicialmente (307 mulheres e 247 homens) o que representava cerca de 0,24 % da sua população casada, enquanto que o Porto registava 429 indivíduos separados (219 mulheres e 210 homens), representando esse número cerca de 0,23 % do total da população casada.

Relativamente à cidade de Lisboa, Pedro Delgado evidencia que é o 2.^o bairro que apresenta o maior índice de separação, o qual corresponde à antiga zona burguesa da cidade com um baixo número de analfabetos comparativamente aos restantes. Da análise destes dados lembra que a separação judicial é pouco expressiva no conjunto da sociedade portuguesa de início de século, ressaltando que a classe média burguesa podia apresentar uma certa possibilidade de contribuir para os índices de separação, enquanto que a população mais humilde, não podendo pagar os custos judiciais, optaria por apartar-se sem recurso a quaisquer sanções legais.

Complementarmente, as faixas etárias situadas entre os 40 e os 54 anos apresentam no censo de 1900 um maior nível de separação, podendo tal ocorrência ser explicada por eventuais condicionalismos de ordem social como diferenças culturais, precocidade do casamento ou diferença de idades entre os cônjuges.

Ansiando pela transformação das normas sociais, a República colocou a família como um dos objectos prioritários do seu labor reformista, produzindo logo em 3 de Novembro de 1910 a célebre Lei do Divórcio. Foi então necessariamente banido o carácter perpétuo do casamento estipulado no Código Civil de 1867, passando doravante a «presumir-se perpétuo», legislando-se a possibilidade de dissolução do casamento através das modalidades de divórcio litigioso ou por mútuo consentimento. Este decreto da 1.^a República contemplava ainda a separação de pessoas e bens mantendo para tal matéria as disposições do Código Civil acrescentando-lhe todavia uma inovação: cinco anos após proferimento da sentença que autorizava a separação, caso não houvesse reconciliação, tal separação podia ser convertida em divórcio.

Por seu turno, o Estado Novo, pela Constituição de 1933, continuava a manter em vigor o divórcio (pese embora denunciasses as causas que a ele conduziam) e o casamento civil, facto que suscitou críticas veementes e sistemáticas dos sectores eclesiásticos e grupos sociais a eles ligados que se mantinham alinhados pelas posições tradicionais da Igreja nesta matéria. Assim, as alterações começaram a surgir. O decreto de 28 de Maio de 1939 estabelecia que o divórcio ou separação de pessoas e bens por mútuo consentimento só podia ser pedido pelos cônjuges casados há mais de cinco anos e que tivessem completado, pelo menos, 25 anos de idade. Este decreto valorizava também o papel do juiz que deveria exortar os cônjuges a desistir do seu propósito, chamando-lhes a atenção para os efeitos nocivos do divórcio ou da separação, sobretudo no que respeitava ao futuro dos filhos, devendo ainda o magistrado perseguir a reconciliação dos mesmos cônjuges em diferentes fases do processo. O acordo concordatário do ano seguinte consignou a indissolubilidade matrimonial para os casamentos católicos, permanecendo todavia outra prática institucionalizada pelos poderes públicos, ou seja, o casamento civil com possibilidade de divórcio.

2 – SEPARAÇÃO DE PESSOAS E BENS NO PORTO

O fundo do Tribunal da Comarca do Porto existente no Arquivo Distrital da cidade contém um apreciável espólio de processos de divórcio (são cerca 130 processos cronologicamente situados entre os inícios da 1.^a República e finais da década de trinta) bem como um pequeno acervo de treze processos de separação de pessoas e bens compreendendo um período balizado entre 1888 e os finais da década de vinte⁴

Remetendo os processos de divórcio para estudo posterior, este trabalho pretende analisar os casos concretos de separação apresentados ao Tribunal da Comarca do Porto entre finais da Monarquia e os tempos subsequentes à queda da 1.^a República, se

bem que haja uma maior incidência na última década do século passado e a primeira do actual já que onze destas treze separações foram requeridas antes da Lei do Divórcio de Novembro de 1910.

Como em seguida se verá, as acções de separação de pessoas e bens eram mais frequentes, mas um dos casos estudados ilustra a simples situação de separação de pessoas e outro exclusivamente a de bens. Com efeito, estas modalidades de separação eram distintas, podendo todavia ser requerido o outro tipo de separação num momento ulterior. Quatro destas separações foram posteriormente convertidas em divórcio.

O estudo destes casos de separação litigiosa fornece dados interessantes sobre a família portuense neste período, permite analisar situações familiares conflituosas nas suas diversas componentes, nomeadamente a da violência física e verbal exercida no lar, além de especificar as causas da separação bem como o perfil social dos cônjuges desavindos⁵.

2.1 – Universo sócio-profissional

A residência dos casais em processo de separação não é total e fielmente detectável já que se verificam situações como a mudança de domicílio após o início do processo por parte de um, ou mesmo dos dois cônjuges, o depósito legal da mulher em casa de familiares ou amigos, a estadia do homem em hotel ou pensão, a existência de várias habitações do casal, etc. Apesar de tais circunstâncias inibirem a apreensão da freguesia de residência na maioria dos casos, pode genericamente dizer-se que sete destes casais tinham residência conjugal no Porto, quatro em Gaia, um em Matosinhos e outro em Rio Tinto. É de crer que a coabitação fosse muito rara no momento da colocação da acção de separação; em dez casos os cônjuges estão explicitamente domiciliados em locais diferentes, e os restantes três apresentam informação ambígua nesta matéria. As alternativas de residência apontam para as situações atrás referidas, podendo acrescentar-se que o depósito judicial da mulher é por vezes substituído pelo refúgio informal na casa paterna.

QUADRO I – CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS CÔNJUGES

PROCESSO	DATA	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO	
			Homem	Mulher
0008 / 00020	Maio 1888	Gaia	Capitão de Infantaria	–
0007 / 00015	Julho 1890	Porto	Alfaiate	–
0022 / 00054	Janeiro 1895	Gaia	–	Proprietária
0265 / 00699	Maio 1896	Porto	Proprietário	Proprietária
0332 / 00834	Outubro 1897	Rio Tinto	Proprietário/Negociante	Proprietária
0036 / 00081	Agosto 1900	Porto	Engenheiro Civil	–
0170 / 00439	Março 1907	Porto	Proprietário	Proprietária
0002 / 00005	Fevereiro 1907	Gaia	Empregado Comercial	Agricultora
0263 / 00691	Maio 1909	Porto	Industrial	Doméstica
0038 / 00088	Fevereiro 1910	Porto	Escultor	Professora de Desenho
0007 / 00018	Abril 1910	Matosinhos	Proprietário	Proprietária
0136 / 00357	Dezembro 1912	Porto	Proprietário/Industrial	Doméstica
0204 / 00540	Novembro 1928	Gaia	Comerciante	Doméstica

Da análise dos processos ressalta um aspecto necessariamente convergente: pertencem a uma classe média relativamente abastada, em que se destacam os proprietários (comerciantes, industriais e rurais) e os profissionais liberais, necessariamente com um grau superior de instrução. Refira-se que em nenhum dos casos foi vislumbrada qualquer situação de analfabetismo dos cônjuges.

2.2 – Casamentos anteriores, idades e duração do casamento, idades de separação e filhos

Em oito processos os cônjuges eram solteiros ao momento do casamento presente, em dois casos ambos os cônjuges eram viúvos e em outros dois eram as mulheres que apresentavam o estado civil de viuvez. As idades do casamento são diversificadas, sendo os casos de maior precocidade (se bem que relativa) protagonizados pelas mulheres, uma com 15 e outra com 16 anos. No momento da acção de separação as idades são igualmente variadas e a diferença etária entre os cônjuges não ultrapassa os 12 anos.

QUADRO II – ESTADOS CIVIS ANTERIORES E IDADES DO CASAMENTO E DA SEPARAÇÃO

PROCESSO	HOMEM			MULHER		
	Estado Civil	Idade de Casamento	Idade de Separação	Estado Civil	Idade de Casamento	Idade de Separação
0008 / 00020	solteiro	–	–	viúva	–	–
0007 / 00015	solteiro	25	30	solteira	16	21
0022 / 00054	solteiro	–	–	viúva	–	–
0265 / 00699	–	–	–	–	–	–
0332 / 00834	solteiro	31	53	solteira	23	45
0036 / 00081	solteiro	26	34	solteira	15	23
0170 / 00439	solteiro	–	–	solteira	–	–
0002 / 00005	solteiro	23	32	solteira	31	40
0263 / 00691	solteiro	26	36	solteira	18	28
0038 / 00088	solteiro	–	–	solteira	–	–
0007 / 00018	viúvo	48	64	viúva	38	54
0136 / 00357	viúvo	59	61	viúva	47	49
0204 / 00540	solteiro	20	28	solteira	27	35

O casamento apresenta uma duração variável, apresentando o mais breve uma duração de dois anos enquanto que o mais longo atingira os vinte e três. Em cinco casos o casal em processo de separação não tem filhos, e em quatro casos pelo menos um dos cônjuges tinha filhos de anteriores uniões.

QUADRO III – DURAÇÃO DO CASAMENTO, FILHOS ANTERIORES E FILHOS DO CASAL

PROCESSO	ANOS DE CASAMENTO	FILHOS DO CASAL	FILHOS ANTERIORES	
			Homem	Mulher
0008 / 00020	8	não há	2	1
0007 / 00015	5	não há	–	–
0022 / 00054	11	2	–	4
0265 / 00699	–	1	–	–
0332 / 00834	22	5	–	–
0036 / 00081	8	não há	–	–
0170 / 00439	23	3	–	–
0002 / 00005	9	2	–	–
0263 / 00691	10	2	–	–
0038 / 00088	–	2	–	–
0007 / 00018	16	2	–	2
0136 / 00357	2	não há	2	–
0204 / 00540	8	não há	–	–

2.3 – Causas da Separação

Uma das características mais frequentes destes processos é a sua complexidade e extensão que se espelha nas contestações do réu, nas réplicas do autor, na impugnação dos vogais constituintes do conselho de família, no copioso número de testemunhas apresentadas por ambas as partes (em alguns casos atingem as quatro dezenas e podem ser inquiridas em diferentes comarcas), nos problemas levantados relativamente aos direitos sobre os bens do casal, etc. Mas é logo na alegação dos motivos da separação que se evidencia a complexidade destes processos; muito frequentemente são apresentados conjuntos de razões e não causas únicas para justificar o requerimento de separação, ocorrendo por vezes o facto de em tribunal não se conseguir dar como provada a causa invocada, sendo a separação concedida por outros motivos, quer os invocados pelo réu, quer em virtude do conselho simplesmente concluir que a coabitação era insustentável.

2.3.1 – *Separação requerida pelo marido*

Dos treze processos de separação em estudo, cinco foram requeridos pelo marido que alegavam dois géneros de motivos: adultério e injúrias graves.

Num único caso a razão apresentada é o adultério da mulher mas o conselho de família constituído por três parentes de cada um dos cônjuges decidiu por unanimidade julgar improcedente e não provada a acção, autorizando todavia a separação provisória dos cônjuges pelo prazo de 50 anos, como estipulava o artigo 469.^o do Código Civil. Na contestação da ré tinha sobrepesado a denúncia de recorrentes agressões físicas e verbais e venda dos bens móveis do casal, situações essas que a haviam levado a refugiar-se em casa dos pais. Refira-se que no tocante à alegação de adultério a contestação da ré menciona enigmáticamente que tal «é fructo d'uma odiosa pressão moral

exercida sobre o A. por meio de suggestões malevolentes e boatos caluniosos»⁶, mas em ponto algum do processo é referido o presumível autor ou autores da difamação.

O acompanhamento do processo revela ainda divergência de pontos de vista relativamente à questão pecuniária; a ré solicitava na contestação uma pensão de alimentos para si de 60\$000 reis mensais, e de 100\$000 para os dois filhos menores (um rapaz de 4 anos e uma rapariga de 6), justificando tais montantes com o «teôr de vida» que ela e seus filhos estavam habituados. O autor replicou que o seu ordenado como empregado comercial na fábrica de fiação de um tio seu era apenas de 65\$000 reis mensais⁷, mas esta asserção foi contrariada na tréplica da ré que afirmou que ele gastava anualmente grandes quantias e não constava que tivesse dívidas. Acabou por lhe ser arbitrada a anuidade de 365\$000 reis paga mensalmente. Esta questão não terá ficado totalmente resolvida já que, anos mais tarde, em 1926, a ré moveu nova acção de alimentos.

Quanto à tutela dos filhos o conselho deliberou que o rapaz deveria ser entregue ao pai, com a obrigação de o pôr à disposição da ré, um dia por semana; a rapariga seria internada num colégio da cidade onde poderia ser visitada pelos pais; o tempo de férias seria igualmente repartido no domicílio de cada um dos progenitores e, em caso de doença, poderiam ser visitados pelos pais independentemente do local onde estivessem a residir.

Nos restantes casos de separação requerida pelo marido a alegação principal radicava nas injúrias dirigidas pela mulher que tornavam impossível a continuação da vida em comum. Apesar deste denominador comum os quatro processos apresentam variáveis significativas que se passam a expor.

O processo de separação mais antigo que encontrámos no citado espólio e que data de 1888 é também um dos mais complexos a nível da conflitualidade familiar, reveladora de sentimentos, mentalidades e comportamentos que merecem análise detalhada⁸. O casal havia-se consorciado oito anos antes, em Bragança, ele solteiro mas com dois filhos e ela viúva com uma filha de doze anos. Ao momento da acção de separação o marido encontrava-se colocado no quartel de Santo Ovídio no desempenho do seu cargo de capitão de regimento de infantaria, sendo a sua mulher proveniente de uma família de militares de carreira, passando por vários depósitos judiciais em casa de alguns desses familiares.

A alegação do marido para requerer a separação baseava-se na aversão da mulher à sogra bem como aos enteados, exigindo que o pai os expulsasse de casa; mais concretamente, a mulher propalava publicamente a «atroz calúnia» de que o marido mantinha relações ilícitas com a própria filha, chamando-lhe «amázia» do pai. A contestação da ré pormenorizava a questão: o autor começou logo a odiá-la agredindo-a física e verbalmente⁹; dois anos após o casamento tinha trazido para casa a filha ilegítima a quem entregou o governo da casa, passando a mulher à condição de criada, já que essa filha, que na altura da acção de separação contava vinte e sete anos, logo começou a maltratar a ré, inclusivamente sonegando-lhe alimentação; essa filha mantinha relações ilícitas com o pai, tendo a ré no dia 14 de Fevereiro desse ano de 1888 surpreendido o marido a saltar da cama da referida filha, ainda meio despido, enquanto ela se mantinha aí deitada, «toda descomposta». Por estas razões, dois anos e três meses após o casamento, a ré pedira depósito judicial com a sua filha no intuito de requerer a separação mas regressara a casa cedendo a repetidas instâncias do marido; posteriormente tentou mais duas vezes pedir a separação mas o marido demoveu-a com novas promessas de

reconciliação. A réplica do autor negava as sevícias e injúrias mas punha sobretudo a tónica na diferença de educação entre a mulher e a filha, lembrando que enquanto esta havia sido educada durante nove anos num colégio, aquela tinha modos grosseiros, génio altaneiro e nenhuma educação, chegando a insultar a enteada com a afirmação de que havia «burricado com os cornetas na cidadela de Bragança» e «comido muita sobra de rancho»; relativamente à «atroz calúnia» da relação incestuosa dizia tratar-se de pura invenção e sustentou esta posição repetidamente. Indubitavelmente, a questão do alegado incesto tornara-se crucial para o desfecho da acção de separação.

Em 15 de Maio de 1889, e após um longo e complexo processo de inquirição de testemunhas, quer no Porto, quer em Bragança, a sentença revelou um empate: três vogais do conselho de família deliberaram a procedência da acção e outras tantas decidiram-se pela sua improcedência. Pretendendo prosseguir com o processo, o autor requereu então o exame de virgindade à filha, ao qual ela se terá voluntariamente prestado para «ilibar a honra». O atestado médico de 27 de Junho foi concludente, considerando-a «intacta no seu estado de virgindade impolluta». A convicção da ré não se sentiu abalada com tal veredicto e em 14 de Outubro a enteada sujeitou-se a novo exame, desta feita realizado por uma junta constituída por três médicos que atestaram «todos os caracteres de legitima virgindade».

Esta prova revelou-se fundamental para o resultado da sentença proferida em 8 de Novembro que rejeitou a reconvenção da ré e autorizou a separação de pessoas e bens, aprazando apenas nova conferência para o acordo da pensão de alimentos pedido pela ré vindo a fixar o seu valor em 9\$000 reis mensais.

O recurso interposto pela mulher ao Tribunal da Relação quer relativamente à acção de separação quer relativamente à pensão não foi atendido mas devido a irregularidades em matéria de pagamento a ré requereu autos de execução de alimentos, e a questão da partilha dos bens arrastou-se consideravelmente dado que o regime era de comunhão de adquiridos, implicando a penhora de bens na posse do marido: móveis e roupas no Porto, e propriedades em Bragança, que vieram a ser arrematados em hasta pública, em Maio de 1891.

No processo iniciado em 1903 o autor alegava que a ré o injuriava gravemente dirigindo-lhe nomes ofensivos e o votara ao abandono deixando de coabitar e pernoitar no quarto com ele, procedendo desta forma «em grande parte por se achar fanatisada e obsecada pelos conselhos de directores espirituaes que abusam da sua fraqueza (...) e tem arrastado sua filha Alcinda no mesmo caminho»¹⁰. A acusação de práticas excessivas de devoção com frequência de um estabelecimento das irmãs da caridade é várias vezes referida pelo autor mas a ré contestou tal alegação, bem como a de ter faltado aos seus deveres conjugais, acrescentando que ela é que havia sido colocada em quarto separada há vários anos sendo ainda vítima de graves injúrias e sevícias. Este último aspecto vem a ser profusamente ilustrado¹¹, acabando a separação por ser concedida, não pelos fundamentos da acção, que o tribunal julgou não provados, mas sim pelos fundamentos de sevícias graves praticadas pelo marido e alegados pela mulher na reconvenção.

Após alguma hesitação o conselho deliberou que os três filhos ficassem a cargo da mãe mas a questão da pensão de alimentos não foi então tratada e só se regularizou em 1907, como resultado de uma acção colocada pela ré, deliberando o conselho de família que o pai deveria pagar desde a data da separação e no primeiro dia de cada mês uma pensão de 10 mil réis para os dois filhos menores. A partilha dos bens móveis e imóveis do casal foi igualmente requerida pela mulher, suscitando um longo processo de

inventariação dos referidos bens¹². Em 1912, por pedido do marido, foi autorizada a conversão da separação em divórcio, por sentença de 26 de Janeiro.

Já num processo de 1910 em que o marido alegava graves injúrias também a mulher apresentou reconvenção, acusando-o de embriaguez, dissipação dos bens do casal e sevícias e injúrias graves mas esta separação foi autorizada em função da petição inicial e não da acção de reconvenção¹³. Também nesta reconvenção a mulher alegava que a acção do marido só se explicava por ter sabido que ela se preparava para pedir a separação, pretendendo assim o autor «cohonestar o seu irregular e reprehensível porte para com a Ré».

Sobreleva ainda neste processo a questão da impugnação dos vogais escolhidos pela ré para formarem o conselho de família – três amigos do casal –, evocando o autor que ela tinha parentes consanguíneos; apesar da ré alegar inimizades com seu irmão e sobrinho que acusou de terem cometido delito contra a sua pessoa e honra através de ameaças e injúrias, eles acabaram por integrar o conselho de família. Os problemas familiares não ficavam por aqui já que o autor replicou que a ré havia sido influenciada pelos dois filhos do primeiro casamento no sentido de atribuir ao autor a responsabilidade do desentendimento conjugal.

Da tutela das duas filhas menores do casal (uma de 15 e outra de 8 anos) o processo não faz referência mas, em contrapartida, a questão da separação dos bens, após a sentença de separação das pessoas, assume um papel fulcral revelando uma luta encarniçada entre as partes e sucessivas intervenções do juiz já que, além do inventário, a mulher requereu o arrolamento judicial de todo o recheio da casa conjugal e dos pinheiros e outras árvores existentes nos prédios do casal, solicitou a imposição de selos nos bens indicados, e alcançou do juiz a interdição dos rendeiros pagarem ao marido as rendas em gêneros. Tendo o marido ficado no domicílio conjugal, todo o cuidado era pouco para prevenir o extravio de bens.

Outro caso de separação pedida pelo marido com base nas graves injúrias que a mulher lhe dirigia foi apresentado ao Tribunal da Comarca do Porto em finais de 1912. Tal como nos dois casos anteriores, a contestação da mulher referia que a acção do marido constituía uma jogada de antecipação já que, nesta situação concreta, a ré encontrava-se já em depósito judicial para requerer o divórcio e não o havia ainda feito exclusivamente por falta de meios¹⁴. Paralelamente, outra similitude deste processo com o anterior residia nas implicações que apresentava a nível da trama familiar. Por um lado, o marido requereu a substituição de um vogal do conselho de família indigitado pela mulher por um irmão desta, o qual ela recusou argumentando dois motivos: tinha desde há bastante tempo «inimizade» com seu irmão e este, por sua vez, mantinha relações comerciais com o marido da ré. Por outro lado, e segundo alegação da ré, o «viver insuportável» que lhe dava o seu marido advinha do facto de deixar os filhos do primeiro casamento, sobretudo uma filha que detinha o governo da casa, maltratarem e insultarem a madrasta.

Este processo apresenta contudo um aspecto bastante original relativamente aos restantes. Em Julho de 1913, cerca de meio ano depois de mover a acção de separação, o marido desiste dela e requer uma acção de anulação do casamento (que se havia realizado em 21 de Agosto de 1910) alegando que o primeiro marido da ré ainda se encontrava vivo. Este casamento havia tido lugar em 22 de Julho de 1884, no Marco de Canavezes, mas o marido ausentara-se para o Brasil em 1891, correndo posteriormente o rumor de que teria morrido em 1893, na revolta de Custódio José de Melo. Como dele

não houvera mais notícias presumiu-se o seu óbito, obtendo a mulher tal sentença quatro meses antes de passar a segundas núpcias. Mas ao longo da morosa acção de anulação de casamento o autor apresentou novas informações, nomeadamente que o primeiro marido havido feito em 1904 uma viagem a Portugal, que na cidade de S. João d'el Rei, Minas Gerais, havia requerido uma acção de divórcio da sua mulher de quem se achava separado de facto desde 1894, alegando adultério dela anterior e posterior à dita separação com um empregado de uma casa bancária, e apresentou ainda um documento proveniente da polícia de Minas Gerais que informava que o referido primeiro marido se encontrava vivo, exercendo nesse estado a profissão de jardineiro. A ré negou sistematicamente estas alegações, afirmando que era tudo um «bluff colossal, uma refinadíssima maroteira» já que a intenção do seu segundo marido, de quem se achava divorciada desde 1914, era subtrair-se a pagar-lhe 70\$000 reis mensais de pensão de alimentos. Mas em Outubro de 1918 foi proferida a sentença que julgou procedente a acção de anulação de casamento e o recurso que ela interpôs ao Supremo Tribunal não fez mais do que confirmar, quatro anos mais tarde, a sentença anterior. Este processo é pois profundamente original já que se iniciou como acção litigiosa de separação de pessoas e bens (Dezembro de 1912), assumiu em seguida a natureza de acção de anulação de casamento (1913-1922), mas em 1914 havia já sido autorizado o divórcio. A par desta intrincada teia jurídica desenrolou-se uma não menos caudalosa batalha de teor económico já que a ré referiu em diferentes momentos que o autor ficara com todos os seus haveres e rendimentos reduzindo-a à miséria, pelo que accionou alguns meios para garantir os seus direitos nesse campo, desde a instauração de uma acção de alimentos provisórios até outra acção de arrolamento dos bens mobiliários das três casas, obviamente para evitar o seu eventual extravio.

2.3.2 – *Separação requerida pela mulher*

Numa primeira abordagem poder-se-á dizer que os processos de separação requeridos pelas mulheres apresentam um menor grau de complexidade, isto é, a causa apresentada para tal acção é mais facilmente comprovada. Os motivos da separação compreendem sobretudo a situação de adultério, violência conjugal e dissipação dos rendimentos e bens do casal. Por outro lado, é mais frequente a situação de passividade do marido/réu que deixa mesmo, em vários casos, correr o processo à sua revelia.

É esta a situação que revela o processo de separação iniciado em Julho de 1890, no qual a mulher apresenta como motivo a mancebia do marido «com escândalo publico e completo desamparo da Autora»¹⁵. Como ele não apresentou contestação ao fim das três audiências, nem indicou vogais para o conselho de família, este decidiu por unanimidade a separação perpétua da autora e do réu, sendo esta sentença homologada em meados de Outubro, isto é, três meses depois. Refira-se que o desconhecimento do paradeiro do réu manteve-se por muito tempo; em finais de 1911 a mulher requereu a conversão da separação em divórcio explicitando que além da separação do casal de direito e de facto desde 1890, não havia quaisquer notícias do réu há 20 anos, permanecendo «ausente em parte incerta»¹⁶.

O processo iniciado em Janeiro de 1895 patenteia a mesma ausência do marido ao momento da acção de separação; não sendo encontrado na direcção conhecida após sair do lar conjugal, foi alvitrada a hipótese de ter viajado para o Brasil¹⁷. As causas

apresentadas pela mulher haviam começado a manifestar-se desde há cinco anos: o marido recusava vida em comum, mantinha relações ilícitas com outra mulher, injuriava a autora com «epithetos gravemente affrontosos da sua honra», esbanjara todos os rendimentos do casal chegando a contrair empréstimos e, finalmente, encontrava-se desempregado desde há quatro anos, sem procurar meios de sustento para a família. Como o réu não compareceu nem apresentou vogais para a constituição do conselho de família este achou procedente a acção com o fundamento de injúrias graves e deliberou que os dois filhos do casal (a autora tinha ainda quatro filhos menores do primeiro casamento) ficassem a cargo da mãe. Esta solicitou em seguida a elaboração de inventário para se proceder à separação de bens mas mesmo após a citação por edital para esse efeito o réu manteve-se revel.

A acção requerida em fins de Maio de 1896 visava a separação de pessoas uma vez que a de bens havia já sido decretada judicialmente, pese embora não possamos apreender a sua data e contornos pois tal processo não consta do espólio existente¹⁸. Esta acção de separação que envolvia uma família de consabido renome e prestígio foi achada procedente em 7 de Julho do mesmo ano com o fundamento de adultério do réu com escândalo público e embora este tivesse apresentado vogais para integrarem o conselho de família e se encontrasse a viver na cidade, no Hotel do Porto, não contestou a acção nem se fez representar no processo. Mas em Dezembro, encontrando-se ele a viver na quinta de Cete, concelho de Paredes, requereu pensão de alimentos no valor mínimo de 40\$000 reis mensais, alegando que o seu estado de saúde não lhe permitia angariar meios e se encontrava privado de todos os bens e haveres que haviam ficado encabeçados pela mulher. Segundo reconhecia no texto da acção de alimentos, a mulher tinha fortuna que justificava tal pedido e comprometia-se a não reclamar qualquer elevação do montante da pensão ainda que aumentassem os rendimentos da referida senhora. A resposta desta veio da sua quinta de Atães, na freguesia de Juvim, e ressaltava que o rendimento do casal se encontrava comprometido em virtude da má administração do marido pelo que lutava com verdadeiras dificuldades, nomeadamente para pagar o empréstimo que contraira para liquidar as contribuições, seguros e outras dívidas que punham em risco a integridade do seu dote. Apesar desta situação, ela manifestou-se todavia disposta a «fazer mais um sacrifício» para resolver questão «tão degradante». Saliente-se, aliás, que todo o processo patenteia uma grande discrição, os seus protagonistas expressam-se com grande sobriedade num esforço de preservar a sua privacidade e evitar a divulgação de detalhes menos edificantes.

Bem mais conflituosa, pelo menos aparente e exteriormente, foi a acção movida em Outubro de 1897 que visava a separação de um casal de Rio Tinto, proprietário de diversos bens de raiz na freguesia¹⁹. Após um casamento de 22 anos e 5 filhos, a mulher requereu a separação apresentando um rol de queixas que indiciava maus tratos desde os primórdios da relação mas agravados nos últimos anos, obrigando a autora a refugiar-se na casa dos pais. As sevícias eram de toda a ordem: arremesso de objectos com consequentes ferimentos na cabeça, agressões com os pés, arrastamento pelo chão; as injúrias eram públicas e frequentes: «puta», «filha da puta», «mal criada»²⁰. A autora acusava ainda o réu de viver grande parte do tempo na taberna, cozinhar em separado para si, e negar sustento e vestuário à mulher e filhos. Por problemas suscitados na constituição do conselho de família, verifica-se que o réu estava de relações cortadas com um irmão há mais de vinte anos «por motivo grave».

Apesar da contestação do réu, o conselho autorizou por maioria a separação, e deliberou por unanimidade que as filhas (19, 17 e 10 anos) ficassem em poder da mãe, e o único filho menor, de 8 anos, em companhia do pai. Mas tendo em vista os fracos rendimentos da mãe e filhas (as duas mais velhas eram tecedeiras), o conselho deliberou por maioria que o réu desse para alimentos à filha mais nova a quantia de 1\$200 reis mensais até que se efectuasse a separação de bens.

Mas a separação de bens deste casal, que optara pelo «costume do reino» ou «carta de metade» foi um processo complicadíssimo que se saldou numa batalha judicial travada entre 1898 e 1901, implicando, por exemplo, a realização de inventário, indicação dos vários credores (portugueses e ingleses), nomeação de louvados para fazer a louvação dos bens dados em relação e apresentá-la em cartório após avaliação «in loco», arrolamento dos bens móveis e removentes para evitar extravios, acusações mútuas de destruição de bens e subtracção de jóias e respectivos termos de negação, incumprimento de prazos por ambas as partes, autos de licitação, meação dos interessados, mapa e auto de partilhas, penhora de bens para pagamento das custas em dívida ao Juízo e selos à Fazenda, etc. Em suma, este caso revela que a separação de bens podia revelar-se ainda mais complexa e conflituosa do que a de pessoas.

No processo de separação movido em inícios de Agosto de 1900 a autora acusava taxativamente o marido de estar amancebado com uma senhora que identifica pelo nome, estado civil e residência, especificando que ela vivia à custa do citado seu marido que lhe frequentava a casa «sem recato», processando-se tal adultério «com escandalo publico»²¹. A separação é votada por unanimidade pelo conselho de família logo nos finais do mesmo mês e, como não havia filhos, apenas a questão da separação de bens, segundo o regime de comunhão de adquiridos, se tornou alvo de decisões várias em virtude dos cônjuges estarem na posse de diversos títulos e acções, uns herdados, outros adquiridos pelo casal. Em 2 de Maio de 1916 o marido pediu a conversão da separação em divórcio o que foi concedido por sentença de 17 do mesmo mês.

No processo de separação accionado em Fevereiro de 1907 a autora denunciava as sevícias e injúrias graves de que desde há tempos era repetidamente alvo, tornando «impossível a continuação da vida conjugal» e provocando o seu refúgio na casa dos pais «com assentimento do reu»²². Este contestou que tivesse maltratado a esposa quer por palavras quer corporalmente apesar dela consultar feiticeiros e feiticeiras, por influência dos seus irmãos indicados como vogais, deixando-se suggestionar por rezas e benzeduras. Mais afirmava que já anteriormente se queixara em tribunal dos tais bruxedos que impressionavam a esposa a qual chegara a levar roupa dele para «exercer os exorcismos da bruxaria», pelo que reivindicava a inexistência de fundamento legal para a separação. Em 24 de Abril o juiz não autorizou a separação por haver empate de votos mas em Outubro a separação foi finalmente autorizada. Posteriormente a mulher pediu a realização de inventário para se proceder à separação de bens mas pelas declarações do cabeça de casal concluiu-se que não havia bens para inventariar pelo que se arquivou o processo. Apesar do casal ter dois filhos menores (um de 7 e outro de 5 anos) a documentação informa que nada havia a providenciar a tal respeito «por que nada se requereu sobre este ponto».

As causas invocadas no processo de separação que deu entrada em Fevereiro de 1910 também punham a tónica nas sevícias e injúrias perpetradas por um marido «alcoólico incorrigível» que levava uma vida escandalosa, provocava cenas de violência, chegava a casa a altas horas da noite, e não provia ao sustento da mulher e duas filhas

menores²³. As sevícias descritas pela autora, professora de desenho e pintura, referiam-se a espancamentos e ameaças com revólver e navalha sevilhana que o seu marido, escultor, guardava entre os colchões. Complementarmente, era injuriada com os epítetos de «filha da puta», «estupor» e «bandalho». O réu refutou uma a uma todas as acusações, apontando que a invenção de tais histórias era aconselhada pela família da mulher que acusava de ser a verdadeira causa das desavenças conjugais. A sentença de separação foi todavia proferida em Julho daquele ano, deliberando ainda que as filhas ficavam entregues à mãe e sem contacto com o pai que ficava «privado de as ver». Encontrando-se depositada no lar paterno, a mulher requereu ainda a elaboração de inventário com vista ao procedimento da separação de bens mas o marido, após algum tempo de paradeiro indeterminado, veio declarar que não havia na residência do casal quaisquer valores ou objectos passíveis de inventariação.

Exclusivamente de uma acção simples de separação de bens trata o processo iniciado em Novembro de 1928, modalidade preceituada pelo artigo 1219.^o do Código Civil. Casada segundo o regime de comunhão de bens, a autora agilizou esta acção evocando que o marido, comerciante, se envolvera em negócios ruinosos e acusava-o de má administração dos bens móveis e imóveis que ela levava para o casamento; nos últimos tempos vira-se forçada a vender alguns para sobreviver e encontrava-se na iminência de perder os restantes pelo que solicitava a administração dos seus bens. O réu não apresentou qualquer contestação e em Junho do ano seguinte a acção foi julgada provada após audição dos depoimentos de três testemunhas que corroboraram as alegações da autora, e confirmação da inexistência de credores, comprovando-se assim que não havia intenção de prejudicar terceiros.

3 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as sentenças de separação de pessoas e bens requeriam de publicitação na imprensa da cidade, pelo menos em duas edições, as quais podiam ser do mesmo jornal ou de títulos diferentes. Quase todos os processos estudados incluem os exemplares dos periódicos em que se procede a essa publicação. Além do *Diário do Governo* eram escolhidos outros jornais como o *Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, *Jornal do Porto*, *Gazeta de Notícias*, *A Província*, *A Voz Pública*, *A Lanterna* e *A Montanha*.

O tempo de duração da acção de separação revelou-se bastante variável, dependendo justamente das variantes que o processo apresentava, nomeadamente a existência ou não de contestação, réplica e tréplica, mas de uma maneira geral a separação de pessoas era alcançada num período médio de dois a seis meses, enquanto que as questões relativas à pensão de alimentos e sobretudo à separação de bens prolongavam-se seguramente por dois, três ou quatro anos. As custas do processo eram pagas pelo cônjuge que houvesse dado causa à separação, procedendo-se à penhora de bens em caso de ausência desse pagamento.

Os casais portuenses separados judicialmente entre finais do século passado e inícios do actual pertenciam à classe média urbana, detentora de propriedades rurais ou unidades industriais, ligada ao comércio ou às profissões liberais, quase invariavelmente possuidores de bens móveis e imóveis cuja separação suscitava normalmente grande empenho e animosidade entre as partes. Embora menos frequentemente, era requerida a separação simples de pessoas e a simples de bens, podendo posteriormente solicitar-se a separação remanescente.

Nas separações solicitadas pelo marido avultava o motivo de graves injúrias, que todavia nunca são especificadas, ressaltando-se a impossibilidade de coabitação. Nestes processos as mulheres são unânimes em declarar que elas é que tinham fundamentos e intenção de requererem a separação, havendo os maridos accionado o processo que sabiam inevitável e iminente com o intuito de colher as vantagens, nomeadamente económicas, advenientes do facto de serem autores da acção.

Já as mulheres evocavam com mais frequência o adultério do marido bem como as sevícias e injúrias, em vários casos especificadas e portanto reveladoras de uma violência física e verbal que não estava ausente dos lares burgueses. Elas relatam ainda o desprezo ou indiferença a que eram votadas, ocupando com os filhos, dentro do lar, uma posição subalterna à do cabeça de casal. Neste quadro de estatuto de menoridade intelectual e fragilidade de espírito atribuído às mulheres, inserem-se as acusações feitas pelos maridos de que elas se deixavam fanatizar ou obcecar, quer por clérigos quer por bruxas.

A indiferença ou até revelia do marido na qualidade de réu colocava-se com alguma frequência, tendo a ver com situações de abandono do lar, emigração ou estabelecimento de uniões informais.

Quatro destas separações vieram a ser posteriormente convertidas em divórcio, ocorrendo num dos casos tal conversão mais de vinte anos depois; esta transformação era requerida quer pelo autor da acção de separação quer pelo destinatário. Todavia, mesmo após a consignação do divórcio na lei portuguesa, ainda no ano da implantação da República, a separação manteve-se como um recurso preferencial para alguns casais.

A existência de filhos de uniões anteriores revelou-se, por diferentes formas, um factor de assinalável perturbação da harmonia conjugal, figurando nas acusações mútuas como personagens razoavelmente importantes da trama litigiosa. Contudo, é desde logo notória uma conflitualidade familiar latente ou explícita a outros níveis. Os parentes por afinidade são apontados como fonte de pressão e influência sobre o cônjuge seu familiar; quer os sogros quer os cunhados são acusados de instigar o desentendimento do casal.

Independentemente da querela conjugal, são frequentemente detectadas animosidades com parentes consanguíneos, nomeadamente os irmãos, com quem os cônjuges reconhecem ter más relações e desentendimentos profundos pelo que receiam o seu veredicto no conselho de família, onde são preteridos por parentes mais afastados ou amigos.

Estes são sinais de uma certa beligerância familiar, eventualmente transversal no tecido social, em que as questões materiais e de honra ofendida geram conflitos judiciais mais ou menos renhidos, esgrimindo cada parte as armas disponíveis, mas que, por exemplo, não inclui qualquer recurso pela tutela, visita ou simples acompanhamento da educação dos filhos.

NOTAS

- ¹ Catroga, Fernando – *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, in «A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais – Actas do Colóquio», Coimbra, Faculdade de Letras, 1986, pp. 135-152.
- ² *Idem*, *ob. cit.*, pp. 139-140.
- ³ Delgado, Pedro – *Divórcio e Separação em Portugal. Análise Social e Demográfica no Século XX* – Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 43-51. Esta obra forneceu os dados numéricos que em seguida se apresentam no texto.
- ⁴ Para além destes 13 processos temos referência de um outro que todavia não foi possível localizar.
- ⁵ Dada a susceptibilidade das matérias exaradas neste tipo de acções judiciais, e considerando a relativa proximidade das mesmas em relação ao tempo presente, não serão referidos os nomes dos cônjuges envolvidos, que aliás constituem uma informação de somenos importância no contexto do estudo realizado.
- ⁶ ADP, TCP, maço 0263, processo 00691, iniciado em 1909.
- ⁷ Em outros documentos do processo apresentava-se todavia como industrial.
- ⁸ ADP, TCP, maço 0008, processo 00020, iniciado em 1888.
- ⁹ Relativamente às sevícias refere pancadas várias e uma agressão e ameaça com o espadim no pinhal da Fonte da Moura de onde conseguiu fugir para a estrada onde apanhou um americano. No tocante às injúrias o relato é detalhado e naturalista; a ré queixava-se que o marido a tratava vulgarmente por «estúpida», «viúva reles» e «prostituta», que a cada passo lhe dizia «que fosse para a puta que a pariu», «que não se casara nem com dinheiro nem com honra», «que tinha vergonha de sair com ela à rua», «que arranjasse quem a sustentasse». A ré especificou ainda que em 24 de Junho de 1887 o marido lhe ordenara que saísse de casa e fosse viver da prostituição, insistindo em 14 de Fevereiro de 1888 que procurasse um ou dois amantes que a mantivessem.
- ¹⁰ ADP, TCP, maço 0170, processo 00439, iniciado em 1903.
- ¹¹ Com efeito, o temperamento e comportamentos do marido acabam por ser detalhadamente expostos nas alegações da ré. Evocava, por exemplo o egoísmo do marido que se fazia deslocar de carro para a estação de Campanhã para viajar para a sua quinta de Cantanhede, enquanto que ela e os filhos tinham de ir a pé, seguindo ele em 1.ª classe e os restantes membros da família na 3.ª classe do comboio; relativamente à alimentação também a mulher e os filhos eram discriminados, sendo seleccionada para o marido a melhor comida. Oscilando entre crises de mutismo e fúria, o marido foi acusado de injuriar gravemente a mulher, agredi-la fisicamente incluindo ameaças com revólver, bem como de mandar uma criada, espancá-la. As acusações incluíam ainda prática de adultério com a referida criada quer na casa do Porto, quer na quinta de Cantanhede, bem como de adultério com outras mulheres no domicílio conjugal. Finalmente, a mulher alegava negligência na manutenção do seu património já que o marido deixara de fazer quaisquer reparações nas propriedades da esposa, pelo que se haviam depreciado consideravelmente. Aliás a questão económica está bem patente neste caso desde o princípio, denunciando a ré na sua contestação que sabendo o marido que ela tencionava requerer a separação, decidiu antecipar-se no intuito de anular uma doação que lhe havia feito na escritura antenupcial já que, segundo o artigo 1213.º do Código Civil, o cônjuge que desse causa à separação perdia o que houvesse recebido do outro.
- ¹² Inventário em dois maços anexos ao processo de separação.
- ¹³ ADP, TCP, maço 0007, processo 00018, iniciado em 1910. A reconvenção acusava o autor de dirigir à ré as seguintes injúrias: «bebedeira», «mulher estragada», «mulher perdida».
- ¹⁴ ADP, TCP, maço 0136, processo 00357, iniciado em 1912. Sendo casados em regime total de separação de bens, mesmo dos adquiridos, a ré havia deixado no domicílio conjugal as suas roupas e mobílias, mencionando todavia na contestação que o marido era muito rico. Refira-se que o autor, proprietário e industrial, indica ao longo do processo a posse de vários imóveis que lhe serviam de residência, nomeadamente a casa da Praça Mousinho de Albuquerque, a casa de Verão em Ermesinde e o escritório na Rua José Falcão.

¹⁵ ADP, TCP, maço 0007, processo 00015.

¹⁶ ADP, TCP, maço 0007, processo 00016.

¹⁷ ADP, TCP, maço 0022, processo 00054.

¹⁸ ADP, TCP, maço 0265, processo 00699.

¹⁹ ADP, TCP, maço 0332, processo 00834.

²⁰ Curiosamente, o texto do processo refere que o réu lhe dirigia outras injúrias, «ainda mais offensivas da sua honra e dignidade».

²¹ ADP, TCP, maço 0036, processo 00081.

²² ADP, TCP, maço 0002, processo 00005.

²³ ADP, TCP, maço 0038, processo 00088.

PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO

O CASO ESPECÍFICO DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA

Maria João Guardado Moreira
Escola Superior de Educação de Castelo Branco

ABSTRACT

Results of the 1991 census show a new image of Portuguese society, characterized by low birth rates, a structure doubly aged and the increase of the coast/mainland opposition. However, these features raise a series of questions which constitute a point of departure for a wider study, the main lines of which are to be presented here. The issue is to understand whether the Portuguese-Spanish border, on each side of the borderland, is (or isn't) a whole in terms of demographic behaviors of its populations. The basic analysis units are the frontier NUTS III, defined as eligible areas for EC programmes for the last twenty years. The aim is, therefore, to analyse the population dynamics of this borderland in order to detect similarities and dissimilarities on both frontier lands and to better understand the criteria that have made them eligible as well as the impact of cooperation programmes across borders.

Desde 1991, ano em que se realizou o último recenseamento, que o debate sobre o estado da população portuguesa saiu do âmbito restrito de um círculo de técnicos, para se abrir à opinião pública, tornando conceitos como *declínio da natalidade*, *envelhecimento da população*, *desertificação* ou *litoralização*, correntes no vocabulário do cidadão. Nada disto era novo. Eram, antes, realidades já sentidas e vividas pelas populações e poderes de largas faixas do interior do país, mas a que as estatísticas vieram dar expressão numérica. Tornou-se notório que Portugal já não tinha a mesma *cara* – um novo rosto para a ocupação humana do espaço deixa a descoberto realidades envelhecidas e desertificadas, sobretudo ao longo da raia terrestre que nos separa do outro país ibérico. Tornou-se também claro que a sociedade portuguesa já não corresponde à imagem tradicional que fazia deste país, juntamente com Espanha e Itália, as reservas demográficas da Europa, exportadoras de mão-de-obra. A nova imagem corresponde, pelo contrário, a baixos níveis de natalidade, a uma estrutura duplamente envelhecida e ao acentuar da dicotomia litoral/interior.

No entanto, se estão delineados os grandes contornos do novo rosto da realidade demográfica da sociedade portuguesa, há questões que podem ser o ponto de partida para outras análises: será que a ocupação da faixa litoral é uniforme? E a desertificação do interior como se tem processado? Que dinâmicas se têm estabelecido entre as zonas ditas rurais e as ditas urbanas? Onde passa a linha que separa os dois termos dessa dicotomia litoral/interior?

Por outro lado, não podemos esquecer que o *grosso* do interior português enfrenta uma dupla condição que acentua as consequências dos efeitos da sua localização periférica: a sua própria situação geográfica face a um litoral que, no contexto nacional,

concentra as principais estruturas produtivas, centros de decisão política e equipamentos sociais; a sua condição, enquanto fronteira luso-espanhola e a sua inclusão num espaço mais vasto que a integração destes dois países na Comunidade Europeia veio permitir. Na verdade, esta raia de 1234 km, que separa os dois países ibéricos, não tem comparação quantitativa com outra situação do mesmo tipo no espaço comunitário. E se a esta extensão juntarmos dos mais baixos rendimentos do contexto comunitário, estamos perante uma região fronteiriça que não só é periférica dentro da Comunidade Europeia, como em relação aos seus próprios países. A especificidade física e histórica destas regiões há que juntar a especificidade da distribuição e dinâmica da sua população que, nas últimas décadas, como apontávamos antes, tem conhecido factores que condicionaram a criação do tal *novo* mapa de ocupação humana do espaço.

Estamos, portanto, perante uma situação que obrigou à redefinição das hierarquias dos desequilíbrios regionais intracomunitários e ao estabelecimento de mecanismos que tentassem promover o seu desenvolvimento de modo a combater a herança histórica do *efeito* fronteira. Neste contexto é criada, em 1990 ¹ a iniciativa INTERREG que «*tinha por objectivo acelerar a integração das zonas fronteiriças internas num mercado interno único e reduzir o isolamento das zonas fronteiriças externas, no interesse das populações locais*» ², para além de contribuir para a revitalização das economias das regiões vizinhas das fronteiras externas da Comunidade. Foram, igualmente, estabelecidas as directrizes para os programas operacionais no âmbito desta iniciativa comunitária relativa às áreas fronteiriças ³. Quanto à definição das áreas elegíveis para intervenções feitas no âmbito de programas de cooperação INTERREG, ao nível das fronteiras internas, ficou estabelecido que faziam parte «*todas as zonas ao longo das fronteiras terrestres internas e externas da Comunidade definidas ao nível administrativo III da Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS III) (...)*» ⁴.

A criação deste tipo de medidas comunitárias é indiciador de que o *efeito* fronteira acarreta consigo situações de distorção e ruptura dos equilíbrios sociais que se reflectem na dinâmica da sua população, condicionando a (des)ocupação do espaço e acentuando as tendências nacionais que fazem de Portugal um país com uma população em declínio, com baixa fecundidade, uma taxa de mortalidade infantil das mais elevadas da Comunidade e a evoluir no sentido de um aumento dos idosos e de uma diminuição dos jovens; tendências semelhantes podem observar-se nas províncias espanholas que fazem fronteira com Portugal.

Estas considerações conduzem-nos às primeiras questões: será que podemos considerar esses 1234 km, de um e do outro lado da raia, um conjunto uniforme? Não será que essa pretensa homogeneidade esconde, antes, diversidades tanto entre os dois lados da fronteira, como entre o Norte e o Sul? E qual a sua posição face ao resto dos territórios nacionais? ⁵

Respostas só parcelares: ou considerando regiões específicas, ou analisando os comportamentos demográficos das populações nacionais como um todo, sem individualizar as regiões fronteiriças, ou fazendo-o apenas numa óptica mais alargada (por distritos/províncias/NUTS III) sem descer ao nível de unidades mais pequenas, tomando os dois países separadamente e não numa perspectiva de estudo comparativo.

Partimos, portanto, das NUTS III, definidas como zonas elegíveis no âmbito destes programas comunitários que constituem a base da cooperação transfronteiriça no território comunitário, para encontrar a base territorial da análise que pretendemos fazer. Desta base territorial fazem parte: Minho-Lima ⁶, Cávado ⁷, Douro ⁸, Alto Trás-os-Montes ⁹,

Beira Interior Norte ¹⁰, Beira Interior Sul ¹¹, Alto Alentejo ¹², Alentejo Central ¹³, Baixo Alentejo ¹⁴ e Algarve ¹⁵, do lado português, e as províncias de Pontevedra, Orense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva do lado de lá da fronteira. É, assim, este o espaço que será o objecto do nosso estudo que se pretende enquadrar numa óptica que percepcione, de forma o mais inteligível possível, as convergências e divergências que caracterizam a dinâmica demográfica das duas regiões fronteiriças, mas também para que, ao conhecer estas tendências, possamos identificar os elementos comuns e/ou divergentes que as aproximam/separam do movimento populacional dos dois países ibéricos, considerados no seu conjunto, neste final do século XX.

Este é o plano do estudo que estamos a desenvolver e cujos resultados, ao contrário do que o título deste artigo poderia indiciar, não serão aqui apresentados, pelo menos na sua totalidade.

O que podemos mostrar é uma primeira aproximação às realidades demográficas dos dois lados da fronteira através da observação de alguns indicadores demográficos. No entanto, não podemos deixar de referir que um estudo deste tipo levanta uma série de problemas metodológicos não só a nível das fontes utilizadas (recenseamentos e estatísticas do movimento natural da população), como das unidades administrativas que servem de base à recolha dos dados nos dois países, não tanto no que diz respeito às regiões mais alargadas, mas quando pretendemos descer a unidades de menor dimensão. Estes diferentes conceitos acabam por interferir na desagregação de determinado tipo de dados; caso, por exemplo, dos óbitos de menores ou por grupos de idades, ou ainda dos nascimentos por grupos de idade das mães. Por outro lado, ainda que haja coincidência na data da sua realização, com excepção do segundo censo do século XX, que em Portugal se fez em 1911 e em Espanha em 1910, também o tipo de informação e a sua desagregação varia tanto no tempo como no espaço.

Se começarmos pela análise dos ritmos de crescimento (ver Quadro I) ao longo deste século, verificamos que os dois países ibéricos evoluíram de forma semelhante, com taxas de crescimento anual médio positivas. A excepção pertence a Portugal, no decénio 1960/70, altura de forte emigração, o que se traduziu em elevados valores negativos em todas as NUTS de fronteira, com excepção do Cávado, tendência que, aliás, já começava a ser visível em 1950/60, em sete destas subregiões já em Espanha, embora o todo nacional não tenha sofrido um crescimento negativo, todas as províncias, com excepção de Pontevedra, registaram valores negativos, o que pode indiciar um movimento semelhante ao que se deu em Portugal – migrações dentro e para fora do país. O decénio seguinte continua a ser marcado por valores negativos na maior parte das unidades em estudo, havendo mesmo a assinalar o caso do Baixo Alentejo, com um crescimento de - 3 %. Parece, portanto, que a perda do ritmo de crescimento destas regiões começa a dar os primeiros sinais a partir da década de 50, havendo mesmo algumas zonas que não chegam a recuperar. É o caso da Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Orense, Zamora e Cáceres e a partir da década de 60, Alto Trás-os-Montes e Baixo Alentejo. Os últimos dez anos (1981/91) não vieram alterar a situação: em Portugal, os valores do crescimento anual médio são todos negativos, exceptuando o Cávado e o Algarve e havendo até o caso do Alto Trás-os-Montes e do Baixo Alentejo que tiveram um crescimento negativo acima de 1 %, seguidos de muito perto pela Beira Interior Norte e pelo Douro. Do outro lado da fronteira o caso mais relevante é Orense com um valor semelhante ao do Alto Trás-os-Montes.

Parece, portanto, que a raia não decresce ao mesmo ritmo, nem de forma uniforme. É sobretudo a faixa central onde o declínio da população é mais acentuado, embora do lado português essa faixa se estenda até ao Algarve, exclusivé. Encontramos, por outro lado, regiões com vitalidade demográfica, nomeadamente o Cávado e Pontevedra, que têm registado sempre valores positivos.

QUADRO I – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO (%)

NUTS III	A N O S								
	1900/11	1911/20	1920/30	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
Minho-Lima	0,53	-0,07	0,12	1,15	0,68	-0,06	-1,03	0,23	-0,27
Cávado	0,55	-0,14	0,82	1,58	0,92	0,67	0,20	1,59	0,72
Douro	0,06	-0,77	0,84	1,02	0,40	-0,29	-1,93	0,10	-0,91
Alto Trás-os-Montes ..	0,35	-0,96	0,87	1,38	1,06	0,49	-2,58	-0,04	-1,46
Beira Interior Norte	0,36	-0,68	0,02	1,41	0,42	-0,94	-3,15	-0,41	-0,93
Beira Interior Sul	1,20	0,05	1,03	1,43	0,54	-0,57	-2,27	-0,79	-0,61
Alto Alentejo	1,18	0,52	0,90	1,34	0,60	-0,54	-2,54	-0,13	-0,54
Alentejo Central	1,38	0,43	1,37	1,63	0,54	-0,14	-2,08	0,10	-0,41
Baixo Alentejo	1,55	1,55	0,28	1,83	1,24	0,38	-0,59	-3,03	-1,05
Algarve	0,62	-0,20	0,89	0,74	0,31	-0,41	-1,60	1,73	0,54
Continente	0,93	0,17	1,12	1,31	0,94	0,46	-0,27	1,33	0,04
Pontevedra	0,92	0,80 *	0,53	1,20	1,14	0,14	0,99	1,24	0,31
Orense	0,17	0,01 *	0,54	0,71	0,42	-0,35	-0,84	-0,05	-1,48
Zamora	-0,05	-0,24 *	0,56	0,71	0,60	-0,42	-1,34	-0,81	-0,58
Salamanca	0,44	-0,39 *	0,54	1,44	0,54	-0,16	-0,74	0,01	0,10
Cáceres	0,95	0,30 *	0,92	1,30	0,71	-0,07	-1,67	-0,89	-0,14
Badajoz	1,32	0,84 *	0,86	0,57	0,95	0,23	-1,92	-0,72	0,19
Huelva	1,74	0,64 *	0,72	0,32	0,00	0,84	-0,06	0,38	0,69
Continente	0,67	0,68 *	1,00	0,91	0,77	0,82	1,00	0,92	0,39

* 1910/20.

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20 %), 1981 e 1991, Lisboa, INE.

Censo de Población, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE.

Uma apreciação dos movimentos natural e migratório pode ajudar a uma melhor visibilidade destas dinâmicas, uma vez que estas variáveis interagem entre si para produzir o crescimento efectivo de uma população. No entanto, o estudo dos movimentos migratórios confronta-se com as imperfeições e escassez das fontes estatísticas necessárias para o seu conhecimento. Daí a necessidade em recorrer a um método indirecto de estimativa, a *equação de concordância*, onde são confrontados dois recenseamentos, a que se agregam os resultados do saldo fisiológico (nascimentos e óbitos) do período em estudo¹⁶. O resultado corresponde aos valores estimados do saldo migratório, embora sem distinção dos efeitos causados pelos movimentos para o exterior ou pelas deslocações dentro do país. Conhecido o papel desempenhado pela componente migratória sobre as características da estrutura etária das populações, é compreensível a utilidade desta metodologia, ainda que não se deva esquecer que os resultados são fruto da sua aplicação a dados cuja qualidade é preciso conhecer e controlar.

Entre 1981 e 1991 (ver Quadro II), foram realmente o Cávado e Pontevedra que conheceram um maior crescimento natural, ainda que os seus saldos migratórios fossem de sinal negativo. Aliás é nas NUTS do norte de Portugal que o número de nascimentos continua a superar o dos óbitos, inversamente ao que se passa na metade sul, Algarve à parte. O declínio do crescimento natural destas regiões é de facto o reflexo da alteração dos comportamentos demográficos, nomeadamente a nível da fecundidade. Ao perderem a capacidade de reproduzirem as suas populações, estas regiões comprometem o seu crescimento, para além de assistirem a um envelhecimento das suas estruturas etárias, ainda mais se o movimento migratório não compensar esta tendência do crescimento natural. Em Espanha, o crescimento natural não evoluiu de forma tão linear norte/sul. Na verdade são duas províncias do Norte, Zamora e Orense, as únicas que registam um saldo natural negativo do outro lado da fronteira, tendência que é acentuada pelas perdas migratórias.

QUADRO II – CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO

NUTS III	CRESCIMENTO NATURAL	SALDO MIGRATÓRIO	CRESCIMENTO EFECTIVO
Minho-Lima	4 807	- 11 239	- 64 322
Cávado	32 048	- 7 276	24 772
Douro	6 787	- 28 965	- 22 178
Alto Trás-os-Montes	3 927	- 40 200	- 36 273
Beira Interior Norte	- 2 091	- 9 301	- 11 392
Beira Interior Sul	- 3 500	- 1 634	- 5 134
Alto Alentejo	- 2 965	- 4 038	- 7 003
Alentejo Central	- 1 048	- 5 971	- 7 019
Baixo Alentejo	- 3 252	- 12 492	- 15 744
Algarve	1 091	17 496	18 587
Continente	328 567	- 267 272	61 295
Pontevedra	30 173	- 1 638	28 535
Orense	- 10 803	- 45 204	- 56 007
Zamora	- 3 098	- 9 731	- 12 829
Salamanca	4 842	- 1 125	3 717
Cáceres	12 607	- 19 051	- 6 444
Badajoz	29 053	- 17 824	11 229
Huelva	23 616	5 775	29 391
Continente	1 314 881	126 542	1 441 423

FORNE: Recenseamentos Gerais da População, 1970 (estimativas a 20 %), 1981 e 1991, Lisboa, INE.
 Censo de Población, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE.
 Estadísticas Demográficas (1981 a 1990), Lisboa, INE.
 Movimiento Natural de la Población (1981 a 1990), Madrid, INE.

Já a componente migratória mostra um comportamento mais uniforme dos dois lados da fronteira: saldo negativo, com excepção das duas regiões do sul (Algarve e Huelva).

É assim que, mais uma vez o Algarve à parte, todas as subregiões registam perdas migratórias, embora afectando diferencialmente o crescimento efectivo da população.

No caso da subregião Minho-Lima os ganhos provocados pelo crescimento natural foram anulados pelas perdas migratórias o que se traduziu num crescimento negativo. O mesmo aconteceu no Douro e Alto Trás-os-Montes, embora de uma forma muito mais acentuada. Já no Cávado o elevado valor do crescimento natural permitiu anular os efeitos das perdas migratórias. Casos semelhantes ao Cávado, em que o crescimento natural anulou os efeitos de um saldo migratório negativo, foram observados em Pontevedra, Salamanca e Badajoz. No Algarve, tal como em Huelva, ao crescimento natural associou-se uma entrada migratória o que permitiu um crescimento efectivo entre os dois últimos recenseamentos.

Estes resultados mostram que, no geral, esta raia luso-espanhola não funciona como pólo de atracção. Uma análise à escala concelhia irá com certeza dar um retrato mais fiel desta realidade, além de possibilitar perceber melhor qual o papel que os centros urbanos de média dimensão têm na estabilização/recuperação do crescimento demográfico de algum interior.

Mas também só uma observação de unidades de menor dimensão poderá confirmar o desigual crescimento regional, a tendência para o despovoamento de certas regiões específicas e o alcance das alterações que sofreu a estrutura etária. Na verdade, não podemos deixar de relacionar a tendência do movimento natural destas regiões com o acentuar dos níveis de envelhecimento. Se considerarmos os três grandes grupos funcionais, ou seja, *jovens* (0-14 anos), *activos* (15-64 anos) e *idosos* (maiores de 65 anos), poderemos fazer uma análise destas variações da estrutura por idades, através dos indicadores de envelhecimento. Um desses indicadores é o *índice de envelhecimento*, ou de *vitalidade*, que corresponde à relação (em %) entre o número total de indivíduos jovens e idosos (ver Quadro III). Entre 1981 e 1991 os valores deste índice aumentaram em todas as

QUADRO III – ÍNDICES DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA (%)

NUTS III	DEPENDÊNCIA JOVENS		DEPENDÊNCIA IDOSOS		ÍNDICES DE VITALIDADE		DEPENDÊNCIA TOTAL	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
PORTUGAL *	39,9	29,9	18,1	20,4	45,4	68,0	58,1	50,3
Minho-Lima	45,8	32,9	23,7	26,6	51,7	80,7	69,5	59,5
Cávado	55,2	38,1	14,9	15,0	27,0	39,5	70,0	53,1
Douro	47,6	33,9	21,3	24,8	44,7	73,1	68,9	58,6
Alto Trás-os-Montes	44,8	31,8	21,3	27,6	47,6	86,7	66,1	59,4
Beira Interior Norte	40,0	28,9	30,1	35,7	75,3	123,4	70,1	64,7
Beira Interior Sul	30,2	24,6	33,5	39,4	110,9	160,1	63,8	64,1
Alto Alentejo	31,7	27,1	28,8	34,6	90,8	127,6	60,4	61,7
Alentejo Central	32,6	27,3	23,4	28,7	71,8	105,3	55,9	56,0
Baixo Alentejo	34,6	28,3	27,4	32,7	79,1	115,6	62,1	61,0
Algarve	33,4	27,5	25,1	26,7	75,2	96,9	58,4	54,2
ESPANHA *	40,4	28,8	18,0	20,9	44,4	72,6	58,4	49,7
Pontevedra	43,3	30,6	17,8	20,2	41,2	66,1	61,1	50,8
Orense	30,1	24,1	24,9	35,5	82,6	147,2	55,0	59,6
Zamora	29,7	24,9	27,8	34,7	93,7	139,6	57,5	59,6
Salamanca	34,8	25,7	24,6	28,4	70,7	110,5	59,4	54,1
Cáceres	37,4	30,6	22,4	25,2	59,9	82,5	59,8	55,8
Badajoz	41,2	33,4	21,1	23,0	51,3	69,0	62,4	56,4
Huelva	46,7	35,6	19,8	20,2	42,5	56,6	66,5	55,7

* Só território peninsular.

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991 (informação não publicada), Lisboa, INE.
Censo de Población, 1981, 1991, Madrid, INE.

regiões, destacando-se a Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Orense, Zamora e Salamanca onde por cada 100 jovens há mais de 100 idosos. A Beira Interior Sul tem o valor mais elevado (160 %) do lado português e Orense (147 %) é a que regista o valor mais elevado deste índice de envelhecimento demográfico do lado espanhol. Notemos, por outro lado, que na Beira Interior Sul, já em 1981, o valor deste índice se situava acima dos 100 %. Como se compreende, estas variações da estrutura etária modificaram também as relações entre a população em idade activa e a população dependente (jovens e idosos) e o peso relativo que cada grupo funcional tem na população total, nomeadamente, uma diminuição do peso dos menores de 15 anos e um aumento do peso dos maiores de 65 anos. Basta analisarmos a taxa de variação, entre 1981 e 1991 (ver Quadro IV), do peso da população jovem e idosa,

QUADRO IV – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM E IDOSA

NUTS III	POPULAÇÃO DE - 15 ANOS (%)			POPULAÇÃO DE + 65 ANOS (%)		
	1981	1991	Variação (%)	1981	1991	Variação (%)
PORTUGAL *	25,3	19,9	- 21,3	11,5	13,6	18,3
Minho-Lima	27,0	20,6	-23,7	14,0	16,7	19,2
Cávado	32,4	24,9	-23,3	8,7	9,8	12,2
Douro	28,2	21,4	-24,3	12,6	15,6	23,8
Alto Trás-os-Montes	27,0	20,0	-25,9	12,8	17,3	35,0
Beira Interior Norte	23,5	17,6	-25,3	17,7	21,7	22,5
Beira Interior Sul	18,5	15,0	-18,6	20,5	24,0	17,4
Alto Alentejo	19,7	16,8	-15,0	17,9	21,4	19,5
Alentejo Central	20,9	17,5	-16,2	15,0	18,4	22,8
Baixo Alentejo	21,4	17,6	-17,8	16,9	20,3	20,1
Algarve	21,1	17,9	-15,4	15,8	17,3	9,6
ESPAÑHA *	25,5	19,3	-24,6	11,3	14,0	23,2
Pontevedra	26,9	20,3	-24,5	11,1	13,4	21,2
Orense	19,4	15,1	-22,3	16,0	22,2	38,5
Zamora	18,8	15,6	-17,3	17,6	21,8	23,3
Salamanca	21,8	16,7	-23,7	15,4	18,4	19,4
Cáceres	23,4	19,6	-16,2	14,0	16,2	15,4
Badajoz	25,4	21,3	-15,9	13,0	14,7	13,1
Huelva	28,0	22,9	-18,5	11,9	12,9	8,6

* Só território peninsular.

FONTE: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991 (informação não publicada), Lisboa, INE.
Censo de Población, 1981, 1991, Madrid, INE.

para verificar o aumento do grupo dos maiores de 65 anos e, inversamente, a uniformidade da perda de importância do grupo dos menores de 15 anos. Esta análise também é válida para os todos nacionais que, aliás, registam valores semelhantes entre si, embora a taxa de variação destes dois grupos etários acuse valores ligeiramente mais elevados em Espanha. De notar igualmente que, em 1991, há quatro subregiões portuguesas (Minho-Lima, Cávado, Douro e Alto Trás-os-Montes) e quatro espanholas (Pontevedra, Cáceres, Badajoz e Huelva) em que os menores de 15 anos têm um peso relativo superior ao registado no todo dos

respectivos territórios peninsulares, indiciando, portanto, um menor envelhecimento na base. Porém, só metade destas oito regiões (Cávado, Pontevedra, Badajoz e Huelva) registam um índice de envelhecimento mais baixo dos que encontramos para os todos nacionais peninsulares (ver Quadro III). Foi também nestas regiões que o saldo natural, entre 1981 e 1991, foi mais elevado, ou seja, onde os nascimentos superaram mais largamente os óbitos (ver Quadro II).

Todavia um retrato da dinâmica populacional desta raia só ficará completa quando juntarmos os resultados da evolução das outras variáveis microdemográficas (natalidade e mortalidade). Esta é a fase em que actualmente nos encontramos a trabalhar. Dos resultados sairá, possivelmente, uma radiografia mais fiel do comportamento das populações de fronteira. Só então poderemos verificar se o efeito fronteira actua com a mesma intensidade e da mesma forma em toda a raia que separa os dois países ibéricos.

Só então poderemos conhecer as divergências e/ou convergências que aproximam ou afastam os dois lados da fronteira, como também qual a sua situação face aos todos nacionais. E talvez só então poderemos perceber melhor critérios que tornaram estas regiões elegíveis, assim como o efeito, a nível demográfico, destes programas de cooperação transfronteiriça.

NOTAS

¹ JO n.º C 215 de 30/8/1990.

² COM (94) 46 final, 16/3/1994, p. 2.

³ Comissão C (90) 1562/3.

⁴ JO n.º C 180 de 1/7/1994, p. 61 (o mesmo foi definido para as fronteiras marítimas). As áreas elegíveis não sofreram alterações do primeiro (INTERREG I: 1990/1993) para o segundo (INTERREG II: 1995/1999) período de vigência desta iniciativa.

⁵ Não serão incluídas na análise as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e as Comunidades Autónomas das Baleares, Canárias, Ceuta e Melilla.

⁶ Inclui os concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

⁷ De que fazem parte os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras do Bouro e Vila Verde.

⁸ Reune os concelhos de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, S.ta Marta de Penaguião, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

⁹ Inclui os concelhos de Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.

¹⁰ Desta subregião fazem parte os concelhos de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso.

- ¹¹ Engloba os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Rodão.
- ¹² Inclui os concelhos de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sôr e Portalegre.
- ¹³ Inclui os concelhos do Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa.
- ¹⁴ Reune os concelhos de Aljustrel, Almodovar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.
- ¹⁵ Engloba todos os concelhos do actual distrito de Faro.
- ¹⁶ Uma vez que a recolha dos valores dos nascimentos e óbitos é feita por anos civis foi necessário ajustar a população dos recenseamentos (realizados em 16/3/81 e 15/4/91, em Portugal 1/3/81 e 1/3/91, em Espanha). Procedeu-se, assim, à estimativa da população em 1 de Janeiro de 1981 e 1 de Janeiro de 1991 utilizando-se, para o cálculo da equação de concordância, os acontecimentos (nascimentos e óbitos) ocorridos entre estes dois momentos censitários (1981-1990).

NATALIDADE E MORTALIDADE NO CONCELHO DE BRAGANÇA ENTRE 1965 E 1991

Ângelo Vitor Patrício

ABSTRACT

We began our lecture with Virginia Rau:

«The increase or decrease of population, the internal migrations or migrations from country to country, the frequency of marriages, have behind them economic, political and social phenomena of which they are the consequence.

On the other hand, they can influence events in space and in time».

Based on this quotation we have pointed out some constants throughout the times namely the question of Emigration.

Over the period of time studied – 1965 / 1991 – we have emphasised some maximum and minimum figures of births, deaths and marriages and we have finished by referring the evolution of Natural Growth, stressing as its consequences the significant ageing of the population and a strong trend to leave rural areas deserted.

ALGUMAS CONSTANTES

«O aumento ou diminuição das populações, as migrações internas e de país para país, o índice de natalidade e de mortalidade, a frequência de casamentos, têm por trás de si fenómenos de natureza económica, política e social, de que são consequência.

Por sua vez, podem influenciar os acontecimentos no espaço e no tempo»¹.

«Como na generalidade dos países a população portuguesa cresceu lentamente até ao início do século XIX, funcionando como impulsos dinâmicos certas fases de prosperidade e como elementos negativos as guerras da reconquista, as numerosas pestes (entre as quais, e de longe, avulta a peste negra de 1384) e a hemorragia demográfica resultante da expansão ultramarina, que foi particularmente nítida nas suas consequências económicas e sociais durante o século XVII, embora tenha atingido o seu auge no século XVI»².

Pensa-se que em Portugal haveria, com D. Manuel I, à volta de 1 000 000 de habitantes. Teria sido no seu reinado que se procedeu a um numeramento de algumas localidades como as vilas de Caminha e Valença nos princípios do século XVI.

«Quanto ao numeramento de Trás-os-Montes, por ordem do corregedor João Carneiro e a cargo do escrivão Nicolau de Seixas, fez-se em 1530. O número de moradores

por terras e termos apresenta-se assim, por ordem decrescente; Bragança, 481 e 5 649; Vila Real 478 e 2 976; Chaves, 385 e 3 389; Mirandela, 287 e 1 625; Torre de Moncorvo, 245 e 756»³.

Interessante a identidade temporal com o que se passou em Castela, já que «o mais antigo censo fiscal castelhano foi elaborado entre 1528-1536»⁴. Sabe-se que Bragança era em 1796 o centro mais populoso, de Trás-os-Montes, com 6 770 habitantes.

«A preponderância urbana de Bragança (6 770 habitantes) não é de estranhar, dado ser ela a capital militar e eclesiástica da província. O aquartelamento de tropas na praça fronteiriça de Chaves deve também explicar o seu segundo lugar (3 875 habitantes)»⁵.

Aceita-se que só a partir de meados do século XIX se possa afirmar com relativa exactidão o que respeita a dados populacionais, já que até então os elementos são escassos e, por vezes, nulos. Todavia, se não podemos ordenar cronológica e meticulosamente a evolução da população desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, até chegar aos nossos dias, há no entanto dados que não podemos ignorar.

Há notícia de que «já Augusto apurou a existência, na Lusitânia, por meio de um recenseamento que mandou fazer, de 561 126 chefes de família – o que, se atribuirmos cinco pessoas, a cada agregado, permitiria estimar a população em cerca de 2 900 000 almas»⁶. Mas além da falibilidade da hipótese de base que possa adoptar-se sobre a composição da família média, a Lusitânia de então não coincidia com o território português.

Oliveira Martins, no *Projecto de lei de fomento rural*, diz-nos que «não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XII, a população não excedia 500 000 habitantes, quando, no principio do século XV antes das empresas coloniais que nos dessangraram, se sabe que apenas atingia escassamente 1 500 000 almas»⁷.

A tendência para o crescimento demográfico que ocorreu nos séculos XI, XII, XIII e XIV não foi bem sucedida na Península devido às lutas da Reconquista bem como à peste negra, já referida.

Segundo o Dr. Oliveira Marques «a população oscilava entre 1 100 000 e 1 400 000, em 1527»⁸.

Aliás foi neste ano de 1 527 que D. João ordenou o primeiro *Numeramento do reino*.

Com Alcácer Quibir sofremos forte diminuição de população.

E no século XVII Manuel Severino de Faria preocupado com a nossa situação demográfica aconselha se evite o despovoamento do Reino. Atribuía a quebra da população a causas tais como «as conquistas, apesar da sua grande utilidade nacional, a desorganização da indústria, por criar o que hoje chamaríamos graves problemas de emprego; e a defeituosa divisão de terras que não permitia ao povo tirar da agricultura meios suficientes para o seu sustento»⁹

Verificamos pois que entre 1527 e 1732 a população quase duplicou, isto é, aumentou cerca de 100 %, pois passa de 1 120 000 para 2 143 368 habitantes. Interessante que a partir de 1732 e durante o século XVIII a população aumenta, fenómeno a que não foi estranha a paz da política, ainda mesmo com regime absolutista. «Nem o terramoto, nem o regime de Pombal evitaram uma progressão líquida de 788 562 habitantes, entre 1732 e 1801»¹⁰.

Agora será interessante atentar no que sucede em relação à população do Continente, Distrito e Concelho de Bragança, segundo os recenseamentos.

QUADRO I – POPULAÇÃO DO CONTINENTE, DISTRITO E CONCELHO DE BRAGANÇA, SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS

DESIGNAÇÃO	ANOS						
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930
Continente	3 927 392	4 303 664	4 713 319	5 039 744	5 586 053	5 668 232	6 334 507
	100	109,6	120,0	128,3	142,2	144,3	161,2
Distrito	161 459	171 802	180 130	184 662	192 081	170 188	186 984
	100	106,4	111,6	114,4	119	105,4	115,8
Concelho	25 935	27 303	30 378	30 513	31 321	28 395	29 750
	100	105,3	117,1	117,7	120,8	109,5	114,7

DESIGNAÇÃO	ANOS					
	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Continente	7 218 882	7 921 913	8 292 975	8 123 310	9 336 760	9 357 518
	183,8	201,7	211,2	206,8	237,3	238,2
Distrito	213 679	228 358	233 441	180 395	184 252	153 720
	132,3	141,4	144,6	111,7	114,1	95,2
Concelho	34 295	38 234	37 553	33 720	35 380	33 644
	132,2	147,4	144,8	130,0	136,4	129,7

FONTE: INE – X Recenseamento da População, 1960 (De 1864 a 1960), Lisboa 1964.

INE – XI Recenseamento da População, 1970 (Para 1970), Lisboa 1973.

INE – XII Recenseamento da População, 1981 (Para 1981), Lisboa 1983.

INE – XIII Recenseamento Geral da População, 1991 (Para 1991), Lisboa 1991.

Verificamos que enquanto a população do Continente oscila de 3 927 392 habitantes em 1864 para 9 357 518 em 1991, no Distrito verifica-se descida de 161 459 para 153 720 nos referidos recenseamentos e o Concelho sobe acentuadamente de 25 935 habitantes para 33 644 nas mesmas datas.

A nível do distrito de Bragança há duas quebras importantes: a primeira entre 1911 e 1920 e a segunda entre 1960 e 1970. A nível de concelho, a primeira quebra corresponde também ao período de tempo entre 1911 e 1920, enquanto que a segunda começa em 1950, passando por 1960 e prolongando-se até 1970.

A diminuição da população entre 1911 e 1920 deve-se à pneumónica e à emigração, essencialmente de ordem política e entre 1950 e 1960 à emigração, fraca industrialização e abandono dos campos.

Pelos três últimos Censos verificamos aumento acentuado de 1970 para 1981 e pequena subida de 1981 para 1991 a nível de Continente, subida pouco acentuada de 1970 para 1981 a nível de Distrito, com forte descida em 1991 e situação idêntica a nível concelhio.

«As áreas rurais que já haviam perdido, como o Alentejo, a capacidade atractiva, transformaram-se em focos depressivos donde o homem passou a sair em crescente número, aliciado pelos salários e melhores perspectivas de vida oferecidas pelo ambiente urbano. Entretanto a emigração, que entrara em letargia a partir de 1930, despertou e

veio de 1950 a 1960 associar-se ao movimento interno. Os efeitos conjuntos das duas forças repartiram-se de modo igual, mas alargaram a todo o território um regime de perdas cuja extensão superou a do intervalo anómalo 1911-1920»¹¹.

1965-1991

Vimos em breve resenha a evolução histórica da população e seus condicionalismos que ainda permanecem a nível continental, distrital e concelhio. Vamos reflectir «Natalidade e Mortalidade no concelho de Bragança entre 1965 e 1991».

Se considerarmos os nascimentos nos anos compreendidos entre 1965 e 1991 podemos constatar os seguintes quantitativos e percentagens.

QUADRO II – **NASCIMENTOS** – CONCELHO DE BRAGANÇA, DE 1965 A 1991

ANOS	CONCELHO	PERCENTAGEM
1965	994	100
1966	868	91,5
1967	849	89,5
1968	771	81,2
1969	770	81,1
1970	652	68,7
1971	671	70,7
1972	590	62,2
1973	613	64,6
1974	619	65,2
1975	706	74,4
1976	814	85,8
1977	761	80,2
1978	730	76,9
1979	683	72,0
1980	568	59,9
1981	526	55,4
1982	556	58,6
1983	508	53,5
1984	476	50,2
1985	471	49,6
1986	437	46,0
1987	436	45,9
1988	433	45,6
1989	267	28,1
1990	243	25,6
1991	241	25,4

FONTE: INE – *Estatísticas Demográficas de 1965 a 1991* (Em 1965/1966 aparece com o nome de Anuário Demográfico).

Verificamos quebra notável a partir de 1976 (excepção mínima de 1981 para 1982 com subida de apenas 30 nascimentos), para se cifrar em apenas 433 em 1988, vindo sempre a decrescer até 1991.

Quanto a óbitos observemos o quadro que se segue.

QUADRO III – ÓBITOS – CONCELHO DE BRAGANÇA, DE 1965 A 1991

A N O S	CONCELHO	PERCENTAGEM
1965	441	100
1966	472	107,0
1967	441	100
1968	431	97,3
1969	432	98,0
1970	367	83,2
1971	450	102,0
1972	350	79,4
1973	394	89,3
1974	359	81,4
1975	404	91,6
1976	445	100,9
1977	354	80,2
1978	338	76,6
1979	343	77,8
1980	367	83,2
1981	371	84,1
1982	391	88,7
1983	391	88,7
1984	342	77,6
1985	378	85,7
1986	273	61,9
1987	384	87,0
1988	362	82,0
1989	368	83,4
1990	369	83,7
1991	379	85,9

FONTE: INE – Estatísticas Demográficas de 1965 a 1988 (Em 1965/1966 aparece com o nome de Anuário Demográfico).

O ano de menor mortalidade foi o de 1986 com apenas 273 óbitos e o maior foi o ano de 1966 com 472.

É lógico que nos debrucemos também sobre o que se passou a nível de casamentos.

QUADRO IV – **CASAMENTOS** – CONCELHO DE BRAGANÇA, DE 1965 A 1991

A N O S	CONCELHO	PERCENTAGEM
1965	262	100
1966	292	111,5
1967	296	113,0
1968	297	113,4
1969	290	110,7
1970	288	110,0
1971	254	96,9
1972	245	93,5
1973	281	107,3
1974	265	101,1
1975	329	125,6
1976	383	146,2
1977	301	114,9
1978	281	107,3
1979	290	110,7
1980	282	107,6
1981	275	105,0
1982	246	93,9
1983	273	104,2
1984	246	93,9
1985	261	99,6
1986	248	94,7
1987	276	105,3
1988	277	105,7
1989	267	101,9
1990	243	92,7
1991	241	92,0

FONTE: INE – Estatísticas Demográficas de 1965 a 1988 (Em 1965/1966 aparece com o nome de Anuário Demográfico).

Apenas nos anos de 1975, 1976 e 1977 se ultrapassou os 300, verificando-se nos restantes um certo equilíbrio embora os quantitativos mínimos se atinjam em 1990 e 1991.

Estamos numa zona conservadora, no sentido tradicionalista onde, apesar de tudo, vigoram ainda profundos sentimentos religiosos. Muitos emigrantes preferem, apesar das distâncias e anseios, contrair matrimónio nas suas terras de origem pois o seu ideal é, quase sempre, o regresso à terra que os viu nascer.

Temos pois que a nível do concelho sucederam entre 1965-1991 um total de 15 457 nascimentos, 9 380 óbitos e 6 738 casamentos.

QUADRO V – CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS NO CONCELHO DE BRAGANÇA, ENTRE 1965-1991

PERÍODOS DE TEMPO	CASAMENTOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS	CRESCIMENTO NATURAL	POPULAÇÃO ABSOLUTA (Censos)
1965-1967	856	2 662	1 354	1 308	–
1968-1970	875	2 193	1 230	963	33 720 ⁽¹⁾
1971-1973	780	1 874	1 194	680	–
1974-1976	977	2 139	1 208	931	–
1977-1979	872	2 174	1 035	1 139	–
1980-1982	803	1 605	1 129	521	35 380 ⁽²⁾
1983-1985	779	1 455	1 111	344	–
1986-1988	801	1 300	1 119	181	–
1989-1991	751	1 131	1 116	15	33 644 ⁽³⁾

FONTE: INE – Anuários Demográficos de 1965 a 1988 e Censos – 1970⁽¹⁾; 1981⁽²⁾; 1991⁽³⁾.
INE – Estatísticas Demográficas de 1989 a 1991.

Verificamos pois uma situação irregular com descidas e subidas até 1977-1979, para seguidamente baixar sempre até 1989-1991. É de notar como, no Crescimento Natural, de 1 308 em 1965-1967 se desce para 15 em 1989-1991.

Temos pois uma dupla realidade: acentuado envelhecimento da população e também forte desertificação dos meios rurais.

De tudo o exposto ressalta que a emigração tem condicionado sempre a vida da nossa região. Causas de natureza sócio-económica, de crise de emprego, de atracção por salários mais elevados e melhores condições de vida e fuga à guerra no Ultramar estão na origem principal da sua persistência e bem se verificaram no nosso concelho e toda a região nordestina.

Lembremos que na década de 60 ela faz uma enorme sangria por todo o país devido à eclosão das guerras coloniais. Atingiu o máximo em 1966 com 120 239 emigrantes legais e 12 595 emigrantes clandestinos, num total de 132 844, quantitativo populacional que, nos nossos dias, poucas cidades portuguesas ultrapassam!

De salientar que em relação a este ano de 1966 o distrito de Bragança contribuiu com 4 693, cabendo ao concelho de Bragança 913, isto é 19,45 % do referido total distrital.

A par dos que partem, muitos são os que regressam e é bem notória a sua acção no desenvolvimento da região, aplicando aqui os conhecimentos técnicos e práticos que adquiriram por lá. Em pequenas empresas agro-industriais e comerciais, com certo destaque na construção civil, muito têm contribuído para o desenvolvimento local. Mas isto é tema para outra conversa!

FONTES

- INE – *Anuários Demográficos* (1965 a 1991).
INE – *Estatísticas Demográficas* (1965 a 1991).
INE – *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes*, 1960.
INE – *XI Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes*, 1973.
INE – *XII Recenseamento da População*, 1981.
INE – *XIII Recenseamento Geral da População*, 1991.

BIBLIOGRAFIA

- LOUREIRO, João Evangelista (1971) – *Um Século de População Portuguesa* – INE (1864-1960). Publicações do Centro de Estudos Demográficos, Lisboa.
- RAU, Virginia (1961) – *Estudos de História Económica* – Coleção Ensaio, Editorial Ática, pp. 91-92.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1978) – *História de Portugal* – Vol. III (1495-1580) – Editorial Verbo, Lisboa.
- SERRÃO, JOEL; DIAS JOSÉ, Pedro Silva; MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno (1973) – *Subsídios para o Estudo da Demografia de Trás-os-Montes nos fins do século XVIII* – Lisboa. Separata da Revista Economia e Finanças – Vol. XLI, pp. 5 a 24.
- SOUSA FRANCO (1968) – *A População de Portugal. Notas para um Estudo da Estrutura Demográfica Portuguesa* – Boletim Trimestral do B.N.U. n.º 75/76; 3.º e 4.º trimestres (Estudos Económicos).

NOTAS

- ¹ Rau, Virginia – *Estudos de História Económica* – Coleção Ensaio, Editorial Ática, 1961, pp. 91-92.
- ² Franco, Sousa – *A População de Portugal – Notas para um Estudo da Estrutura Demográfica Portuguesa* – in Boletim Trimestral do B.N.U. n.º 75/76 – 3.º e 4.º trimestre de 1968 (Estudos Económicos), p. 5.
- ³ Serrão, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal* – Vol. III (1495-1580) – Editorial Verbo, 1978, pp. 218 a 223.
- ⁴ *Idem* – *História de Portugal* – Vol. III (1495-1580) – Editorial Verbo, 1978, pp. 218 a 223.
- ⁵ Serrão, Joel; Dias, José Pedro Silva; Mata, Maria Eugénia; Valério, Nuno – *Subsídios para o Estudo da Demografia de Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII* – Lisboa 1973. Separata da Revista Economia e Finanças, Vol. XLI – 1973, p. 5 que indica em rodapé: «Publicados em Subsídios para a História da Estatística em Portugal, II, INE – Lisboa, 1948».
- ⁶ Franco, Sousa, *op. cit.*, p. 6.
- ⁷ *Idem*, *op. cit.*, p. 6.
- ⁸ *Idem*, *op. cit.*, p. 7.
- ⁹ *Idem*, *op. cit.*, p. 7.
- ¹⁰ *Idem*, *op. cit.*, p. 14.
- ¹¹ Loureiro, João Evangelista – *Um Século de População Portuguesa* – INE (1864-1960) – Publicações do Centro de Estudos Demográficos – Lisboa, 1971, p. 39.

EMIGRAÇÃO NAS ILHAS PORTUGUESAS

EMIGRAÇÃO LEGAL, CLANDESTINA, RETORNO E RE-EMIGRAÇÃO

Isabel Tiago de Oliveira
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa

ABSTRACT

This text pretends to describe the phases of emigration in portuguese islands and to analyse the difference between the volume of outmigration expressed by the official migration and the estimation resulting in the migration balance. This difference was considered a sign of the comparative importance of, by one hand the migrants return and the re-emigration and, by another the clandestine emigration and others types of exits.

Se a emigração é, em Portugal, um traço fundamental desde há muito, nas ilhas assume uma dimensão ainda maior. Os indicadores revelam saídas populacionais várias vezes superiores às encontradas no continente. A importância da emigração insular requer uma análise particular das suas especificidades e também das suas semelhanças com o que se verifica no continente.

Foram apenas analisadas a Madeira, S. Miguel, Terceira, S. Jorge, o Pico e o Faial, por serem as 6 maiores ilhas portuguesas, pretendeu-se assim evitar os problemas gerados por pequenas flutuações nos acontecimentos que se traduzem em importantes variações nos indicadores demográficos, devidas à reduzida dimensão populacional.

Os dados apresentados para as ilhas dos Açores até aos anos 80 baseiam-se nos trabalhos de Gilberta Rocha¹ tendo a taxa do saldo migratório sido calculada pela diferença entre as taxas de crescimento total e natural. Nos restantes casos, Madeira, continente e todas as regiões na última década, trata-se da taxa calculada a partir da equação de concordância.

Falar de movimentos migratórios nas ilhas portuguesas é falar, sobretudo, de emigração. Os dois arquipélagos têm sido fortemente marcados por este fenómeno desde há muito, de tal forma que a emigração é tida como uma característica endémica destas populações².

No entanto, a emigração não é o único movimento migratório existente nestas ilhas. Além do retorno de emigrantes é possível considerar a existência de movimentos migratórios internos, quer dentro da mesma ilha, quer inter-ilhas. E existem ainda os movimentos com o continente e com as colónias.

Nas análises que se baseiam nos saldos migratórios há uma mistura de todos os movimentos, do qual estão apenas excluídos os movimentos dentro de cada ilha. Assim, parece bastante natural que as taxas de emigração oficial não sejam iguais às taxas de saldo migratório.

A avaliação da importância relativa destas várias componentes do saldo migratório só pode basear-se nas afirmações, ou na sua ausência, dos estudiosos das ilhas. De facto, em termos de movimentos migratórios surgem inúmeros estudos sobre emigração. Na maioria deles a emigração clandestina é referida³. As referências aos movimentos inter-ilhas, dentro das próprias ilhas e aos movimentos relativos ao continente são mais raras. Embora surgindo por vezes referências a algum destes tipos de movimentos, não parece haver dados quantitativos que permitam avaliar a sua importância ao longo do período em análise. A maioria dos autores fala essencialmente da emigração.

A análise dos movimentos migratórios nas ilhas terá como hipótese fundamental a ideia de que as saídas populacionais são sobretudo deste tipo, o que é bastante plausível se considerar a evolução conjunta da taxa de saldo migratório e da taxa bruta de emigração. Assim, o resultado do saldo migratório será analisado como sendo fundamentalmente composto por emigração para o estrangeiro, retorno, re-emigração e emigração clandestina.

DESTINOS DA EMIGRAÇÃO INSULAR

A emigração das ilhas é fundamentalmente uma emigração transoceânica, quer no caso da emigração tradicional até aos anos vinte deste século, quer no período da recessão económica mundial, quer ainda na explosão emigratória do Pós-Guerra.

Nos Açores desde meados do século XIX que o Brasil, o destino tradicional dos emigrantes portugueses, tinha sido preterido em favor dos Estados Unidos. Até aos anos 20 deste século esta tendência mantém-se. Entre 1922 e 1924 surgem nos Estados Unidos medidas legislativas que dificultam a entrada de população estrangeira, o que afecta fortemente os emigrantes açorianos. O volume da emigração que passa nos anos vinte para cerca de um quarto do que era na década anterior, e nos anos trinta e quarenta é praticamente nula – o saldo migratório é mesmo positivo neste período. Os emigrantes passaram a dirigir-se para outras regiões, assumindo algum destaque a Venezuela, Curaçau e as Bermudas, curiosamente destinos bastante típicos dos emigrantes madeirenses. Mais tarde, a partir de 1953, inicia-se uma forte emigração para o Canadá, que se mantém com grande expressão ao longo do tempo e que teve uma grande explosão em meados dos anos sessenta.

Na Madeira, durante o século passado, destacam-se dois grandes pólos de atracção dos emigrantes – Demerara, nas Antilhas, e depois o Hawai, nas duas últimas décadas desse século. No início deste século destaca-se a importância do Brasil e da América do Norte como destino frequente dos emigrantes, e esporadicamente da Austrália, mas várias outras regiões como a África do Sul tinham também alguma expressão. A emigração madeirense não parece ter sido tão dirigida para um só destino, como aconteceu com a açoriana. Todas estas regiões mantiveram a sua importância relativa como pólos de atracção dos emigrantes madeirenses, mas no final da Segunda Guerra e no Pós-Guerra surgem dois novos e importantes destinos. Primeiro Curaçau, na segunda metade dos anos 40, e depois a Venezuela sobretudo a partir dos anos 50. Durante a segunda metade do século XX a Venezuela é o mais importante destino madeirense, embora o Brasil seja também muito expressivo até meados dos anos 60. Também nesta época se inicia uma emigração temporária para a Europa, ligada à indústria hoteleira, que progressivamente vai ganhando importância.

SALDOS MIGRATÓRIOS E EMIGRAÇÃO AO LONGO DO SÉCULO XX

Se a taxa bruta de emigração apenas permite conhecer o peso da emigração legal, deixando de lado a emigração clandestina, os indicadores de tipo saldo não permitem a análise de cada um dos componentes do saldo migratório. Não é possível conhecer o número de migrantes, já que cada entrada anula uma saída. As re-emigrações, o retorno, etc., ficam por distinguir com este tipo de indicador. No entanto, é bastante apropriado para conhecer a evolução global do fenómeno migratório e, sobretudo, do seu impacto na população residente. O quadro seguinte revela a importância de cada um destes indicadores ⁴ nas várias ilhas ao longo deste século.

D A T A S	I L H A S											
	MADEIRA		S. MIGUEL		TERCEIRA		S. JORGE		PICO		FAIAL	
	TBE	TSM	TBE	TSM	TBE	TSM	TBE	TSM	TBE	TSM	TBE	TSM
1900-1911	1,15	-0,55	2,72	-1,39	1,97	-1,15	2,20	-1,45	1,83	-1,51	1,79	-1,23
1911-1920	1,27	-0,74	2,18	-1,54	2,16	-1,10	1,90	-0,90	1,44	-1,32	1,46	-1,14
1920-1930	0,69	-0,17	0,49	-0,01	0,52	-0,16	0,55	-0,10	0,49	-0,33	0,39	0,66
1930-1940	0,51	-0,24	0,11	0,14	0,16	0,19	0,14	0,21	0,06	-0,32	0,06	0,12
1940-1950	0,59	-0,72	0,11	-0,46	0,13	0,17	0,12	-0,85	0,04	-0,23	0,07	-0,75
1950-1960	1,72	-1,81	1,52	-1,63	0,35	0,11	0,61	-1,84	0,66	-1,22	2,48	-2,52
1960-1970	1,31	-2,59	2,93	-3,05	1,57	-1,86	2,13	-2,97	1,65	-2,63	2,88	-2,39
1970-1981	0,89	-1,08	2,98	-2,55	2,21	-2,02	2,58	-2,54	1,79	-1,50	1,88	-1,38
1981-1991	0,16	-0,58	0,95	-1,58	0,51	-0,15	0,67	-0,39	0,36	-0,32	0,28	-0,06

O primeiro período considerado iniciou-se ainda no século XIX e prolongou-se até aos anos 20 deste século. Nesta fase o principal destino dos emigrantes açorianos são os Estados Unidos e são as leis que restringem a emigração, nos anos 20, que fazem encerrar este período. Relativamente à Madeira verifica-se uma evolução semelhante, já que a partir dos anos 20 a sua emigração sofre uma redução, embora menos significativa, devido também à menor importância da emigração para a América.

De 1900 a 1920 verifica-se que as saídas populacionais são sempre muito significativas em todas as ilhas, é o período da emigração-livre. Em termos gerais as ilhas açorianas parecem revelar uma maior tendência emigratória que a Madeira.

No período seguinte, dos anos 20 aos anos 40, passam-se três décadas nas quais há um fortíssimo recuo dos saldos migratórios com valores incomparavelmente mais baixos e que são muitas vezes positivos nas ilhas dos Açores. É a época das restrições à emigração nos Estados Unidos da América, da recessão económica mundial e da Segunda Guerra Mundial. Neste período são evidentes as maiores dificuldades sentidas na saída dos emigrantes – há um claro entrave aos movimentos migratórios.

Embora se possa considerar estas três décadas como um período com características específicas, é de notar que tais decénios estão longe de ser homogêneos. Enquanto as duas primeiras décadas correspondem a um forte abrandamento da tendência emigratória que há muito se fazia sentir nas ilhas, a última década, marcada pela guerra e pelo pós-guerra já revela uma situação de re-início da propensão migratória

das ilhas portuguesas. Nos anos quarenta são notórias duas influências. Até 1945, a Segunda Guerra Mundial limita de forma determinante os movimentos migratórios⁵, o que é tanto mais evidente quando se tem em consideração que a emigração insular é uma emigração fundamentalmente transoceânica, depois da guerra parece verificar-se um «boom» dos movimentos migratórios.

O terceiro período considerado, dos anos 50 a 70, caracteriza-se por um grande aumento da importância das migrações nas ilhas o que acontece quando surgem dois novos destinos para os emigrantes – o Canadá para os açorianos e a Venezuela para os madeirenses.

Os valores das perdas populacionais neste período são notórios, sendo muito mais elevados do que os verificados no início do século. Muitas vezes a taxa do saldo migratório é cerca do dobro ou do triplo dos valores atingidos até aos anos vinte, mas a taxa bruta de emigração não permite encontrar diferenças assim tão significativas.

Desde os anos 30 até 1960 que a ilha Terceira apresenta saldos migratórios positivos (enquanto na maioria das outras ilhas isso só se verificou na década de 20 ou 30). Esta entrada de população, nos anos 40 e 50, poderá estar ligada a movimentos inter-ilhas: é provável que nesta época açorianos oriundos de outras ilhas encontrem na Terceira hipóteses de trabalho possibilitadas pela grande importância que assumiu a Base das Lages⁶.

Desde finais dos anos 50 que o Faial apresenta também fortíssimas saídas populacionais, primeiro ligadas à erupção do vulcão dos Capelinhos e depois relacionadas com o encerramento das companhias que operavam com os cabos submarinos⁷.

Os anos 70 são marcados por dois acontecimentos importantes: o choque petrolífero com a recessão daí resultante e o retorno das ex-colónias. As taxas brutas de emigração mantiveram-se bastante fortes, mas o saldo migratório diminuiu (em especial no Pico e Faial). Nesta década, além da diminuição dos movimentos de saída, é manifesta a importância dos movimentos de entrada, tanto com origem nas ex-colónias, como nos diferentes países de destino dos emigrantes que retornam. Outro factor a considerar é a entrada de população vinda do continente que encontra agora novos postos de trabalho originados pela criação das regiões autónomas⁸.

O último período iniciado em algumas ilhas já nos anos 70 (Madeira, Pico e Faial) e noutras ilhas nos anos 80, caracteriza-se por saídas muito menos expressivas. A este respeito a taxa do saldo migratório é mesmo mais expressiva por a emigração legal ter vindo a perder peso progressivamente. Nesta fase a taxa do saldo migratório e a taxa bruta de emigração diminuem de forma clara, assemelhando-se aos valores do início deste século. Nas ilhas, nos anos 70 e 80 as saídas populacionais são menos importantes e raramente passam por uma legalização da situação – é provável que este tipo de evolução esteja relacionada com o aumento da emigração temporária e sazonal (como parece acontecer na Madeira com alguma emigração relacionada com a indústria hoteleira).

CLANDESTINIDADE, RETORNO E RE-EMIGRAÇÃO

Por razões óbvias os indicadores sobre a clandestinidade da emigração são bastante difíceis de obter e de resultados duvidosos. As medidas sobre o retorno apresentam genericamente os mesmos problemas que as estatísticas dos movimentos migratórios e só existem a partir de 1936. A re-emigração é ainda mais difícil de avaliar.

Apesar de ser uma aproximação grosseira, é possível avaliar a importância comparativa destes fenómenos a partir da diferença entre o saldo migratório e a emigração legal. Se o valor do saldo migratório intercensitário e o número de emigrantes for muito aproximado é possível pensar que não se verificaram muitos movimentos de retorno, re-emigração nem saídas clandestinas, ou, em alternativa, que os fenómenos aconteceram com intensidades muito semelhantes – sendo esta última a hipótese mais provável. Se, pelo contrário, os valores do saldo migratório e da emigração apresentarem diferenças é possível concluir algo sobre a importância comparativa dos movimentos de retorno, re-emigração e a emigração clandestina.

Quando a emigração oficial revela saídas mais expressivas que as manifestadas através do saldo migratório, é de supor que o retorno e a re-emigração tenham maior relevância que a clandestinidade ou as saídas para as colónias. Tanto mais importante quanto maior for a diferença encontrada.

Caso o saldo migratório revele perdas mais acentuadas do que as expressas pela emigração oficial, então verificar-se-á uma situação na qual a emigração clandestina e outras saídas são mais importantes que o retorno de emigrantes e a re-emigração.

Como é de supor que em cada um dos períodos em análise se tenham verificado todos os tipos de movimentos, embora os movimentos relativamente ao estrangeiro sejam os predominantes, as diferenças encontradas podem ser entendidas como uma medida da importância comparativa entre o retorno, a re-emigração, por um lado, e a emigração clandestina e a outras saídas por outro. Não sendo esta uma medida rigorosa, permite avaliar o sentido e a importância relativa da emigração clandestina e do retorno e re-emigração, sem no entanto permitir o conhecimento de cada um destes movimentos. No quadro seguinte apresentam-se os valores da diferença entre taxas do saldo migratório e de emigração e o valor percentual desta diferença relativamente à taxa bruta de emigração.

D A T A S	I L H A S											
	MADEIRA		S. MIGUEL		TERCEIRA		S. JORGE		PICO		FAIAL	
	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%	TBE-TSM	%
1900-1911	0,60	52	1,33	49	0,82	42	0,75	34	0,32	17	0,56	31
1911-1920	0,52	41	0,64	29	1,06	49	1,00	53	0,12	8	0,32	22
1920-1930	0,52	75	0,48	98	0,36	69	0,45	82	0,16	33	1,05	269
1930-1940	0,27	53	0,25	227	0,35	219	0,35	250	-0,26	-433	0,18	300
1940-1950	-0,14	-23	-0,35	-318	0,30	231	-0,73	-608	-0,19	-475	-0,68	-971
1950-1960	-0,09	-5	-0,11	-7	0,46	131	-1,23	-202	-0,56	-85	-0,04	-2
1960-1970	-1,28	-98	-0,12	-4	-0,29	-18	-0,84	-39	-0,98	-59	0,49	17
1970-1981	-0,19	-21	0,43	14	0,19	9	0,04	2	0,29	16	0,50	27
1981-1991	-0,42	-264	-0,63	-66	0,37	71	0,28	42	0,04	11	0,22	77

É bem visível que até aos anos 40, ou seja, durante o primeiro período da emigração livre e na época de retracção económica mundial, a diferença entre a taxa do saldo migratório e a taxa de emigração é quase sempre positiva. Ou seja, o número de emigrantes legais foi superior ao saldo de todas as saídas e de todas as entradas. Assim é de supor que até aos anos 40 o retorno de emigrantes e a re-emigração são mais significativos que a emigração clandestina %.

Até 1920 a importância do retorno e da re-emigração é bem expressiva situando-se com valores próximos entre os 40 a 50 % da emigração legal (excepto o Pico e Faial). Nas duas décadas seguintes a importância do retorno e da re-emigração aumenta, mas apenas de forma relativa, devido à menor importância da emigração legal. Provavelmente, a dificuldade que se fazia sentir na saída de população reflectiu-se de forma a também fazer diminuir o retorno e sobretudo na re-emigração.

A partir dos anos 40 a situação, que o Pico já vivia desde os anos trinta, generaliza-se às outras ilhas, à excepção da Terceira. O saldo migratório passa a revelar maiores saídas que os dados oficiais sobre emigração. É uma situação que se mantém até 1970 em todas as ilhas (excepto no Faial que inverte esta situação logo nos anos 60).

Assim, dos anos quarenta aos anos 60 a emigração clandestina e, em menor grau, as saídas para o continente e colónias terá sido mais expressiva que o retorno e a re-emigração.

A importância relativa desta diferença relativamente à emigração legal é muito variada e apresenta grandes oscilações. Parece depender sobretudo da pequena expressão da emigração legal.

Embora com algumas pequenas excepções este período reflecte a maior relevância da emigração clandestina face ao retorno dos emigrantes. É de notar que esta diferença não poderá ser explicada apenas pela emigração clandestina, haverá certamente movimentos com o continente e colónias que terão contribuído parcialmente para a sua explicação.

Relativamente à ilha Terceira, que mantém uma situação de maior emigração oficial que as saídas reveladas pelo saldo migratório até aos anos 60, é muito provável que os movimentos de entrada ligados às oportunidades criadas pela Base das Lages expliquem o valor deste indicador no pós Segunda Guerra Mundial. A existência de movimentos inter-ilhas poderá ter tido particular importância neste caso ¹⁰

Ainda relativamente aos movimentos inter-ilhas, o Pico e o Faial são também exemplo de duas populações estreitamente ligadas entre si, que obrigam a uma análise conjunta dos seus valores. Devido à erupção do vulcão dos Capelinhos e à consequente abertura à emigração para os EUA, a relação entre as ilhas parece ter contornos diferentes, encontrando-se sobretudo uma situação de arrastamento, na qual a população do Pico segue a emigração faialense. É possível que esta forte ligação entre as duas ilhas esteja associada à diferente situação encontrada nos anos 30 e 60 neste indicador.

Nas duas últimas décadas em quase todas as ilhas açorianas, à excepção de S. Miguel, volta a encontrar-se uma situação na qual o retorno e a re-emigração predomina sobre as saídas clandestinas. Em S. Miguel esta mudança só se verifica nos anos 70 e na Madeira isso nunca volta acontecer.

Se até aos anos 40 os movimentos migratórios parecem resultar sobretudo de emigração e de retorno e re-emigração dos emigrantes, a partir dos anos 40 os movimentos migratórios são sobretudo compostos por emigração legal e emigração clandestina, nas duas últimas décadas esta situação mantém-se na Madeira, oscila em S. Miguel e inverte-se nas restantes ilhas, onde o retorno volta a ser mais significativo.

Naturalmente que até aos anos 40 se deve também encontrar uma expressiva emigração clandestina, assim como depois dos anos 40 se devem encontrar manifestações do retorno e re-emigração de emigrantes. Mas, o facto de se saber que no primeiro período existem migrações clandestinas, quando o saldo migratório é menor que a emigração legal, reforça a ideia da enorme importância do retorno que, assim, não

consistiria apenas no valor da diferença entre aqueles dois indicadores, mas abarcaria também o quantitativo da emigração clandestina¹¹. Passa-se o contrário após essa data.

Foi já referido que esta diferença constitui apenas uma medida aproximativa da importância relativa da clandestinidade e do retorno. Embora a emigração, legal e clandestina, e o retorno do estrangeiro constituam os movimentos migratórios mais importantes, não são os únicos – os movimentos em relação a Portugal continental, às colónias e os movimentos entre as várias ilhas também existem e devem ter uma influência neste indicador.

A IMPORTÂNCIA DO RETORNO, RE-EMIGRAÇÃO E CLANDESTINIDADE NO CONTINENTE

A tendência encontrada nas ilhas até aos anos 40 verifica-se também em Portugal continental, e por consequência, em todo o país. No quadro seguinte estão expressos os valores dos vários indicadores anteriormente apresentados mas agora para o continente.

D A T A S	C O N T I N E N T E			
	TSM	TBE	TBE - TSM	PERCENTAGEM
1890-1900	- 0,18	0,45	0,28	61
1900-1911	- 0,29	0,52	0,23	44
1911-1920	- 0,64	0,61	- 0,02	- 4
1920-1930	- 0,01	0,51	0,50	99
1930-1940	0,10	0,14	0,24	172
1940-1950	- 0,13	0,09	- 0,04	- 42
1950-1960	- 0,73	0,34	- 0,39	- 116
1960-1970	- 1,46	0,70	- 0,76	- 109
1970-1981	0,67	0,29	0,96	333
1981-1991	- 0,34	0,07	- 0,26	- 357

Tal como nas ilhas também no continente se encontra um período que aqui se prolonga até 1930 no qual as saídas são bastante expressivas e que corresponde a uma emigração que é fundamentalmente transoceânica. Este período que nas ilhas terminava logo nos anos 20, no continente prolonga-se por mais uma década devido à muito menor importância da emigração dirigida para os EUA. Tal como acontecera nas ilhas durante este período a emigração excede o saldo migratório, à excepção da década de 1911-20.

De 1930 a 1950 encontra-se uma importante diminuição da emigração provavelmente devido à conjuntura de depressão económica e também à Segunda Guerra Mundial. Esta descida, embora menos expressiva era já visível nos anos 20, onde o saldo migratório era próximo do zero, devido a um importante retorno. Nos anos 30 a emigração legal ainda excede o saldo migratório verificando-se o contrário a partir daí.

A partir dos anos 50 e até 1970 assiste-se a um claro aumento das saídas populacionais, sempre mais expressivo através do saldo migratório que da emigração legal. Em parte porque a partir desta época o principal destino dos emigrantes

portugueses passa progressivamente a ser a Europa, para onde é, sem dúvida, mais fácil a emigração clandestina. Mas também em grande medida ligado ao movimento para as colónias, para onde as saídas excediam sempre as entradas (apesar de ser um movimento muito mais equilibrado que a emigração).

Nos anos 70, a situação de retração económica desencadeada com o choque petrolífero, a Revolução e a Descolonização, traduzem-se num abaixamento da emigração legal e num saldo migratório positivo.

Nos anos 80, quando a emigração para a Europa deixa praticamente de passar por qualquer tipo de legalização, a sua importância deve ser vista sobretudo através do saldo migratório que revela mais saídas que entradas, mas muito longe das saídas verificadas anteriormente. No entanto se em lugar dos emigrantes permanentes aqui referidos fossem considerados os emigrantes temporários os resultados seriam bem distintos: para o total do país em vez de 74 866 emigrantes permanentes seriam considerados 412 285 ¹².

Se analisados os valores da emigração oficial e do saldo migratório ao longo dos últimos 100 anos verifica-se que de 1890 a 1911 a emigração revela saídas superiores às manifestas pela taxa do saldo migratório. Em termos percentuais estas «entradas», provavelmente retorno de emigrantes e re-emigração, representam cerca de 60 % e 45 % da emigração legal na última década do século passado e no primeiro decénio deste.

De 1911 a 20, verifica-se a situação contrária, com saídas mais elevadas quando calculadas pelo saldo migratório do que pela estatísticas da emigração. É no entanto uma diferença muito pequena, apenas 4 % da emigração legal. Provavelmente a instabilidade política decorrente da instauração da República poderá ter fomentado saídas de outro tipo (quer para as colónias quer maior emigração clandestina), também a Primeira Guerra Mundial poderá estar ligada a esta situação já que parte das baixas por ela ocasionadas não foram contabilizadas em Portugal (quase 30 000 baixas, dos quais quase 8 000 mortos segundo João Evangelista ¹³).

Nos anos 20 e 30, tal como se passara nas ilhas, a emigração é sempre mais expressiva que o saldo migratório. Para tal terão contribuído necessariamente um importante retorno de emigrantes e/ou alguma re-emigração. Os dois fenómenos não são, aliás, contraditórios, antes pelo contrário, qualquer re-emigração implica sempre um movimento prévio de retorno. A importância relativa destes movimentos é enorme se comparada com a emigração legal. Estas «entradas» são equivalentes a 99 % da emigração nos anos 20, e nos anos 30 a 172 % (este último valor depende quer do saldo migratório positivo encontrado, quer do abrandamento da emigração verificado neste decénio).

A partir de 1940, tal como acontecera nas ilhas, o saldo migratório passa a revelar saídas mais significativas que as manifestas na emigração oficial. Assim, a partir desta década verifica-se que a emigração clandestina em conjunto com o movimento para as colónias, são mais significativos que os movimentos de retorno e re-emigração.

Nos anos 40, uma década de transição, ainda marcada pelas restrições impostas pela Guerra e depois pelas novas possibilidades criadas à emigração com o pós-guerra e a reconstrução das economias europeias, a nova tendência é já notória. A diferença entre a emigração e o saldo migratório é negativa e representa cerca de 42 % da emigração legal. A partir daí aumenta de forma expressiva. Nos anos 50 a emigração não-legalizadas e as saídas para as colónias são maiores mas ainda muito próximas da emigração,

cerca de 116 % da emigração legal. Nos anos 60 esta tendência mantém-se passando a importância relativa desta diferença para 109 % da emigração oficial.

Nos anos 70, devido ao importante retorno das ex-colónias, esta tendência inverte-se. A emigração legal passa a revelar maiores saídas que o saldo migratório. Em valores reais a diferença é de cerca de 800 mil entradas, se a estas fossem descontadas os cerca de 500 mil retornados era, ainda assim, uma diferença positiva. É provável que nesta década se tenha verificado também um retorno importante de ex-emigrantes. Em termos percentuais a diferença entre a emigração oficial e o saldo migratório é agora de mais de três vezes a emigração legal (também agora se verifica o início da descida da emigração legal).

Na última década, os anos 80, a emigração legal perde o seu peso de forma muito clara sendo a maioria das saídas não-legalizadas. A diferença é de quase quatro vezes a emigração legalizada, ou seja o número de saídas que não dependem duma situação de legalização da emigração. A este facto não será alheia a entrada na CEE que permite a livre circulação entre os diversos países europeus, o que se torna mais plausível se atender a que desde os anos 50 a emigração com destino à Europa tinha vindo a tornar-se maioritária. No entanto se aqui estivesse contabilizada a emigração temporária a situação seria totalmente distinta.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA EMIGRAÇÃO NAS ILHAS

Em termos gerais as ilhas portuguesas têm como característica uma evolução no tempo bastante próxima, na qual é possível distinguir quatro períodos. O primeiro até 1920 caracteriza-se por saídas populacionais importantes e por uma emigração legal mais intensa que o saldo migratório o que revela a importância do retorno e re-emigração. De 1920 a 1940 assiste-se em todas as ilhas, embora de forma diferenciada, a uma retracção de fenómeno emigratório, mantendo o retorno e a re-emigração a sua grande importância. A década de 40 é uma década de transição, na qual se fazem sentir forças contrárias. Há uma recuperação da tendência emigratória das ilhas no Pós-Guerra e é a partir desta data que se verifica uma realidade nova: a preponderância da clandestinidade face ao retorno e re-emigração. Nos anos 50 e 60 verifica-se em todas as ilhas um verdadeiro «boom» das saídas populacionais nas quais a emigração clandestina ganha progressivamente maior peso. A partir dos anos 70, em algumas ilhas só nos anos 80, verifica-se uma nova retracção das saídas populacionais, mas neste caso não parece tratar-se de uma retracção determinada por factores externos, mas do término da fase de expansão.

Relativamente às diferenças entre as várias ilhas destaca-se, em primeiro lugar, a maior tendência emigratória das gentes da ilha de S. Miguel. Ao longo de todo o século esta ilha apresenta sempre valores elevadíssimos de saídas. Por oposição surge a ilha Terceira, que parece ter uma maior capacidade de retenção da sua população, apresentando menores saídas e levando mais tempo a iniciar a fase de «boom» do Pós-Guerra. A ilha da Madeira revela também uma forte tendência emigratória, mas claramente inferior à de S. Miguel durante todo o período em análise e, até aos anos 20, inferior a todas as ilhas. S. Jorge, o Pico e o Faial têm genericamente valores próximos da ilha Terceira, mas no Pós-Guerra, pelas razões já referidas, apresentam valores de saídas muito intensas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos e BARRETO, Antônio, 1976 – *Capitalismo e Emigração em Portugal* – Prelo, Lisboa.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* – Porto.
- AGUIAR, Cristóvão, 1976 – *Alguns dados sobre a Emigração Açoriana* – Separata da Revista Vértice – Coimbra.
- AMORIM, Norberta 1991 – *Emigração uma Variável Demográfica Influyente* – Ler História n.º 22, pp. 3-14.
- 1992 – *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico* – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.
- ARROTEIA, Jorge, 1993 – *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição* – Biblioteca Breve – Instituto da Cultura e Língua Portuguesa – Lisboa.
- BAGANHA, Ioanis, 1990 – *Portuguese Emigration to the United States 1820-1930* – Garland publications – New York.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987 – *Camponeses da Madeira – As Bases Materiais do Arquipélago 1750-1900* – Publicações D. Quixote – Lisboa.
- BRITO, Raquel Soeiro de, 1955 – *A Ilha de S. Miguel* – Publicação da Faculdade de Letras de Lisboa – Lisboa.
- CARDOSO, Agostinho, 1968 – *O Fenómeno Económico-Social da Emigração Madeirense* – Revista de Direito Administrativo, Tomo XII n.º 3 – Coimbra.
- CÓNIM, Custódio, 1990 – *Portugal e a sua População* – Edições Alfa, Lisboa.
- EVANGELISTA, João, 1971 – *Um século de População Portuguesa 1864-1960* – Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- GASPAR, Jorge, 1987 – *Os Próximos Vinte Anos, vol. I. Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectiva e Tendências* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- MAGALHÃES, Deodato de Sousa, 1968 – *A Emigração nos Açores* – Revista de Direito Administrativo – Separata n.º 1, Coimbra.
- NAZARETH, J. Manuel, 1976 – *Os efeitos da Emigração na Estrutura de idades da População Portuguesa* – *Análise Social* n.º 46 pp. 315-362.
- 1988 – *Os Próximos Vinte Anos, Vol. III. Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no final do século XX* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- NEPOMUCENO, Rui, 1994 – *As crises de Subsistência História da Madeira* – Ensaio Histórico – Caminho, Lisboa.
- PEIXOTO, João, 1993 – *Migrações e Mobilidade: As novas formas da Emigração Portuguesa a partir de 1980* – SILVA, M. Beatriz Nizza da e outros (coord.) – *Emigração/Imigração em Portugal Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)* – Fragmentos, Lisboa.
- PINTO, M. Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa, 1990 – *A Madeira na Viragem do Século (1890-1930), características da sua evolução demográfica* – in Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira – Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- REIS, Célia, 1990 – *A Revolta da Madeira e Açores (1931)* – Livros Horizonte, Lisboa.
- ROCHA, Gilberta, 1988/9 – *Emigração e População Açoriana* – Arquipélago Ciências Sociais n.ºs 3-4, pp. 29-43.
- 1990 – *Os Açores na Viragem do Século (1860-1930): Características da sua Evolução Demográfica* – in Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira – Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- *A Transição Demográfica nos Açores* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- 1991 – *Dinâmica Populacional nos Açores do Século XX – Unidade, Permanência Diversidade* – Universidade dos Açores, Ponta delgada.

- ROCHA, Gilberta, 1991 – *Estruturas Demográficas das Ilhas Portuguesas através dos Censos* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- 1995 – *O Impacto das Migrações na População dos Açores na Segunda Metade do Século XX* – Comunicação apresentada no IV Colóquio Internacional das Ilhas Atlânticas – Canárias.
- SOUSA, Antônio Teixeira, 1965 – *A Emigração Madeirense* – Comunicação apresentada no 1.º Congresso das Comunidades Portuguesas em Lisboa.
- TELO, António José, 1993 – *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)* – Edições Asa, Lisboa.
- VEIRA, Alberto, 1993 – *A Emigração Madeirense na Segunda Metade do Século XIX* – SILVA, M. Beatriz Nizza da e outros (coord.) – *Emigração/Imigração em Portugal* – Actas do «Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal» (secs. XIX-XX) – Fragmentos, Lisboa.
- 1980 – *Migration from the Portuguese Atlantic Islands in the Second half of the Nineteenth Century* – in HIGGS, David – *Portuguese Migration in Global Perspective* – The Multicultural History of Ontario, Ontário.

NOTAS

- ¹ Gilberta Rocha, 1990 – *A Transição Demográfica nos Açores* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada e Gilberta Rocha, 1991 – *Dinâmica Populacional nos Açores do Século XX* – *Unidade, Permanência Diversidade* – Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- ² Cristovão de Aguiar afirma que «Os Açores são a região de Portugal que mais tem contribuído proporcionalmente para o fenómeno emigratório português – cerca de um quarto da emigração total» in Cristovão de Aguiar – *Alguns dados sobre emigração açoriana* – Separata da Revista Vértice, 1976, p. 11. Enquanto para Agostinho Cardoso saíram da Madeira 178 472 pessoas entre 1886 e 1966, ou seja, cerca de 66 % da população em 1960 e cerca de 133 % da população de 1890, o que demonstra bem a importância da emigração neste arquipélago. Agostinho Cardoso – *O fenómeno económico-social da emigração madeirense* – Revista de Direito Administrativo – Tomo XII n.º 3, 1968, p. 170.
- ³ Para a Madeira é de destacar o trabalho de Alberto Vieira no qual também é dado grande relevo à emigração clandestina. Alberto Vieira – *A emigração madeirense na segunda metade do século XIX* – Silva, M. Beatriz Nizza da e outros (coord.) – *Emigração/Imigração em Portugal* – Actas do «Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (secs. XIX-XX)» – Fragmentos, Lisboa, 1993. E para os Açores o trabalho de M. Isabel João – *Os Açores no Século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas* – Edições Cosmos, Lisboa, 1991.
- ⁴ A taxa aqui apresentada é a taxa do saldo migratório calculada através da equação de concordância para a Madeira e para a última década em todas as ilhas açorianas. Nas ilhas açorianas até aos anos 70 (inclusive) foi utilizada a taxa de crescimento migratório calculada por diferença entre as taxas de crescimento total e natural.
- ⁵ É de notar que durante a Segunda Guerra Mundial da ilha da Madeira saem, apesar de tudo, emigrantes com destino às refinarias de Curaçau, que seguem viagem protegidos por navios de guerra. Nesta época o governo britânico leva para a Madeira cerca de 2000 gibraltinos segundo afirma Agostinho Cardoso – *O fenómeno Económico-Social da Emigração Madeirense* – Revista de Direito Administrativo – Tomo XII n.º 3, Coimbra, 1968.
- ⁶ Tal é particularmente notório se se considerar que a Terceira apresentava ainda assim alguma emigração, e que fundamentalmente a sua relação entre o saldo migratório e a emigração é totalmente distinta da verificada nas outras ilhas neste período, como se verá adiante.
- ⁷ O encerramento destas companhias afectou directamente os faialenses que nelas trabalhavam, mas também todo o comércio da cidade da Horta que sofreu as repercussões da saída dos estrangeiros e dos muitos faialenses que também saíram e continuaram a trabalhar para as companhias, mas fora das ilhas. Dada a grande proximidade geográfica e social entre o Pico e o Faial é natural que as fortes saídas apresentadas pelo Pico na década de 60 também reflectam uma situação de arrastamento relativamente à ilha do Faial.

- ⁸ Segundo Jorge Gaspar entre 1973 e 1981 o número de pessoas entradas na Região Autónoma dos Açores vindas das ex-colónias foi de 4 812, vindas do estrangeiro (sobretudo retorno de emigrantes) foi 4 145, relativamente à Madeira o número de pessoas entradas vindas das ex-colónias cifra-se em 7 182 e do estrangeiro cifra-se em 6 623 – in *Os próximos vinte anos, Vol. I, Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectiva e Tendências* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, p. 44. Para o mesmo autor, o saldo migratório entre o Continente e os Açores é de 5 140 favorável ao Continente, enquanto a Madeira apresenta um saldo mais desfavorável, cerca de 10 002 pessoas; entre os dois arquipélagos o saldo é de 234 pessoas a favor dos Açores – *Idem*, p. 40.
- ⁹ Frances White Chapin estima para os Açores, com base em estatísticas dos Estados Unidos, que o retorno seria de 25 % e a clandestinidade de 20 % para o período de 1900 a 1920; para o período seguinte não existem dados sobre o retorno, mas Chapin considera que deve ter continuado. A autora é citada por Gilberta Rocha em *Dinâmica Populacional nos Açores do século XX – Unidade, Permanência Diversidade* – Universidade dos Açores, *ob. cit.*, pp. 243-4.
- ¹⁰ Enquanto que desde os anos 40 todas as ilhas apresentam um valor mais significativo das saídas quando estimado a partir do saldo migratório do que com a emigração oficial, revelando assim a existência de uma emigração não-legalizada ou outras saídas; na Terceira passa-se o contrário, aqui o saldo migratório continua a revelar um número de entradas razoável, tanto porque é positivo o saldo, como porque se associada à emigração revela ainda um maior número de entradas.
- ¹¹ Por exemplo, se a taxa bruta de emigração tiver o valor de 5 % e a taxa do saldo migratório tiver o valor de – 4 %, seria de pensar que o retorno poderia ser de 1 %; mas se se estimar que a taxa bruta de emigração clandestina seja da ordem dos 2 %, então, o retorno teria de ser 3 % e não apenas 1 %. Pelo que, o facto de se saber que uma diferença resulta não de dois valores, mas de um valor contra vários outros que se sabe terem expressão nesse período, torna ainda mais relevante as diferenças que se consigam obter, revelando a grande importância do tipo de movimento que resulta dessa diferença.
- ¹² Segundo dados da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- ¹³ João Evangelista – *Um século de População Portuguesa 1864-1960* – Instituto Nacional de Estatística – Lisboa, 1971, p. 108.

A BURGUESIA PERANTE A MORTE UM MOMENTO DE AFIRMAÇÃO DA DIFERENÇA

Maria Antonieta Cruz

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Em grande número de países ocidentais o início do século XIX é marcado pelo progressivo domínio da burguesia nos sectores político, administrativo, intelectual e económico. A superioridade deixara de assentar no sangue e iniciara-se a construção da igualdade assente no êxito, corolário da capacidade individual, sem desprezo pelo legado familiar. A sociedade burguesa, aberta mas hierarquizada, excluía os mais fracos aqueles que considerava destituídos, procurando distinguir-se deles na vida e na morte.

Os ritos funerários, na realidade, permitem a distinção dos abastados e dos influentes do resto da população que, muitas vezes, não tinha sequer possibilidades materiais para pagar as despesas inerentes ao seu próprio enterramento. As cerimónias, mesmo quando o falecido determinava previamente a sua modéstia, envolviam grandes custos, muitas vezes agravados pelo exercício de actos caritativos que a última vontade do morto determinava. Era preciso dinheiro e esse apenas alguns o possuíam. A morte do burguês era, pois, um momento de afirmação da diferença. Para a sua análise, e de todo o cerimonial que a envolvia, recorreremos ao estudo das participações dos óbitos publicados em dois jornais do Porto ¹ e aos testamentos registados nos notários da cidade ².

TESTAMENTOS

Os testamentos são sem dúvida um momento de particular intimidade em que o testador perante a morte eminente ou vivificada, embora incerta, determina as consequências patrimoniais do seu desaparecimento, organizando-as de acordo com preferências afectivas mas manifestando, também, as suas opções materiais e espirituais. Estes actos notariais são, sem dúvida, preciosos documentos para o estudo das mentalidades. As celebrações fúnebres, por vezes descritas de forma minuciosa, revelam a importância social que o signatário do documento pretende atribuir à sua morte e nelas se patenteiam além das suas crenças religiosas a sua capacidade económica.

Circunscrevendo a nossa investigação à segunda metade do século XIX verificamos que ao longo deste período não existiram alterações consideráveis dos parâmetros observados. Utilizaremos o ano de 1880 para exemplificação das tendências detectadas, por ser este o de maior número de documentos registados.

Os testamentos que utilizamos eram todos «públicos» ³, isto é, escritos pelo tabelião no seu livro de notas, tendo sido a última vontade do testador declarada na sua presença e na de cinco testemunhas idóneas ⁴.

Constatamos que a maioria dos testadores eram proprietários. Em 1880 pertenciam a esta categoria sócio-profissional 39 dos 123 casos estudados, representando 52 % dos 75 em que conseguimos identificar a profissão. Pensamos que para esta prevalência

poderá ter contribuído o facto de muitos dos autores destes documentos terem idade avançada, sendo provável que tivessem já abandonado a vida activa, adotando, como era frequente, esta designação, que não corresponderá, portanto, a uma verdadeira situação de ociosidade mas de «reforma». Seguiam-se os donos de oficinas com 10,7 %, os negociantes com 9,3 %, as empregadas domésticas com 8 % e os capitalistas com 5,3 %. Lavradores, retalhistas, sub-oficiais e oficiais subalternos representavam 10,7 % do total, com dois testamentos cada. Dos livros de notas consultados, no ano em análise, constavam ainda documentos pertencentes a um caixeiro, um engenheiro civil e um padre.

De notar que um grande número de portuenses fazia o seu testamento em período de doença avançada o que, com muita frequência, os impedia de o assinarem, sobretudo por falta de visão.

As mulheres eram maioritárias no conjunto dos testadores, e essa é, sem dúvida, a justificação para o elevado número de profissões desconhecidas, uma vez que a sua actividade preponderante era o governo do lar. Como excepção de relevo apenas as proprietárias e as criadas. Estas, ao registarem em notário as suas últimas vontades, faziam-no, quase sempre, para atribuírem os seus bens a um irmão ou sobrinho, mas também à patroa ou mesmo a uma amiga. De salientar que o grupo popular, com excepção das criadas, que, como é sabido, eram fortemente influenciadas pelo tipo de vida dos patrões, estava arredado dos testamentos. Isto é, ou não possuía bens para legar ou, quando os tinha, sujeitava-se à legislação em vigor, cujos detalhes provavelmente até desconhecia.

Amiúde a elaboração de testamentos foi determinada pela inexistência de filhos, netos ou ascendentes, pelo desejo de atribuição ao cônjuge sobrevivente da terça parte dos bens disponíveis ou, mais excepcionalmente, para assumir uma paternidade ocultada por conveniência social⁵.

As descrições dos objectivos materiais e espirituais que geraram a elaboração da declaração escrita das últimas vontades são particularmente elucidativas pois que, para além de distribuírem os bens pelos herdeiros, manifestam uma grande preocupação com a salvação da alma dos signatários, muitas vezes, enunciando de forma minuciosa a quantidade de missas a serem rezadas e indicando o número de pobres e doentes que deverão estar presentes⁶. As celebrações da eucaristia pelo descanso eterno do defunto prolongar-se-iam pelos meses e anos que se seguiam à ocorrência do óbito. As almas dos familiares mais próximos não eram esquecidas e foram muitos os sufrágios prescritos pelos testadores em favor dos seus pais, filhos, cônjuges, irmãos, sogros, com menos frequência, tios e sobrinhos, excepcionalmente, pessoas amigas, empregados e patrões. Alguns preocupavam-se ainda com as almas do purgatório, cujo destino temiam se abandonados pelos vivos⁷.

O número de missas ordenadas, normalmente acompanhadas de distribuição de esmolas aos pobres presentes ou de donativos para as obras da respectiva paróquia, foi muito elevado ao longo de todo o período estudado⁸. Em 1880 apenas em cerca de 30 % dos testamentos não foi indicado o desejo de serem rezadas missas por alma do seu autor. Tal não nos parece significar uma menor religiosidade dos signatários dos documentos em análise, mas sim o resultando de um número crescente de indivíduos ter confiado totalmente aos seus herdeiros a organização das cerimónias fúnebres. No entanto, mesmo alguns dos testadores que confiaram o planeamento das suas exéquias à vontade dos familiares sobreviventes, não deixaram de designar, com rigor, o número de actos litúrgicos a serem celebrados. Assim, em 1880, dos treze proprietários

que prescindiram de indicar as formalidades derivadas dos seus óbitos, apenas dez se dispensaram de estabelecer o número de sufrágios. Esta cautela encontramos-a em quase todas as categorias sócio-profissionais incluídas na documentação estudada.

A preocupação com a salvação das almas dos familiares, no Porto, na segunda metade do século passado, continuou a ser grande mas parece-nos ter sido menor que o desejo individual de alcançar rapidamente o descanso eterno. De facto, 48,8 % (60), dos testadores portuenses que se dirigiram ao notário em 1880 esqueceram os seus ascendentes, descendentes ou amigos.

Os muitos legados a instituições de caridade e a pobres, que com frequência se incorporavam no enterro, se expressavam a generosidade e riqueza do defunto, ou mesmo a sua intenção de, através das esmolas, reduzir a delinquência, companheira certa das tensões sociais, reflectiam, também, uma grande preocupação com o Além e a necessidade de deixarem na terra, a rezarem pela sua alma, vozes mais atendíveis por Deus. Como Chaunu afirmou, acerca da caridade exercida sob o espectro da morte no século XVIII, as esmolas para os pobres eram um ritual simbólico, quase litúrgico, que asseguravam a protecção prometida por Cristo na «Descrição do Juízo Final», versículo XXV, do Evangelho segundo S. Mateus⁹. Missas e caridade funcionavam como uma espécie de empenho ao Deus-Juiz que teria de decidir a sorte do falecido e poderiam ajudar a escapar do fogo do inferno. Da estadia no Purgatório apenas escapavam os santos e daí a necessidade de se prolongarem os sufrágios para além da morte¹⁰.

Nos documentos estudados não detectámos tendência para o desaparecimento das cláusulas de natureza religiosa, facto que Philippe Ariès refere como característico dos testamentos parisienses do século XIX¹¹. Na realidade no Porto, de 1850 a 1880, permanece a inclusão de múltiplas expressões patenteadoras da fé do seu autor, ainda que as invocações¹² e encomendações da alma tendam a desaparecer. Apesar de serem cada vez mais raras, alguns testadores continuarão a apelar para «Deus Todo Poderoso», para «Jesus Cristo Redentor», para a «Virgem Santíssima», para o «Santo Anjo da Sua Guarda» para o «Santo de seu nome» e para «Todos os Santos da Corte Celestial»¹³. O número de padres incluídos no funeral continuou a ser grande¹⁴.

No conjunto documental analisado, verificámos que num número crescente de casos o testador deixa que a organização, total ou parcial, das suas cerimónias fúnebres seja decidida por um ou vários membros da sua família, normalmente cônjuge ou filhos. Se esta delegação dos detalhes do enterro, pode revelar um desprendimento da forma como ele se realizava e, nos mais ricos, a ausência da necessidade de ostentarem a sua posição social, já suficientemente reconhecida pela cidade, ela foi também, inegavelmente, a tradução da grande confiança na família, fenómeno crescente e já sublinhado por Philippe Ariès¹⁵ que assinala esta transformação em França na segunda metade do século XVIII, mas que em Portugal foi detectada um século antes¹⁶. Esta alteração atesta, de acordo com o mesmo autor, a substituição das relações de direito por relações de afecto¹⁷. Notemos que, em 1880, delegaram em outras pessoas a organização de todas as formalidades decorrentes do seu próprio óbito 39,8 % dos portuenses que registaram em notário as suas últimas vontades. Pelos dados obtidos na documentação estudada, parece-nos que, com a excepção dos donos de oficinas, terão sido os grupos com maior presença feminina os de menor adesão a este tipo de testamento, crescentemente adotado. Talvez as mulheres fossem mais conservadoras, menos receptivas à alteração da solenidade que envolvia estes actos públicos e, simultaneamente, mais preocupadas com a sua relação com Deus. cremos que não terá

sido a sua maior desconfiança, nem a sua menor afectividade em relação aos familiares ou amigos que terá determinado, pelo menos em exclusivo, a opção pela inclusão nos testamentos de algumas instruções a observar aquando da sua morte, tanto mais que foram elas, quando não havia jazigo de família, que mais vezes pediram para serem sepultadas junto dos maridos ou dos filhos.

O cadáver, quase exclusivamente de mulheres, continuava, com alguma frequência (cerca de 10 %), a ser envolvido em hábitos de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora dos Remédios, Santa Isabel, Nossa Senhora da Conceição, S. Francisco, Santa Clara mártir ou Santa Teresa. Alguns testadores limitavam-se a dizer que pretendiam ser sepultados com roupa preta, ou com a sua melhor roupa preta.

Em 1880 foram 30 (24,4 %) as pessoas que indicaram o vestuário que deveria cobrir o seu corpo morto, sendo 21 do sexo feminino. Das senhoras 15 (12,2 % do total) optaram por vestes religiosas, uma por um vestido de cetim branco e véu do mesmo, outra por um vestido roxo e 5 por roupa preta. A preferência expressa dos homens foi para o fato preto, salvo um, que indicou o seu desejo de ir vestido de irmão de Nossa Senhora do Terço e Caridade.

Alguns testadores preocuparam-se ainda com o caixão em que iriam ser conduzidos à última morada tendo determinado que ele fosse exteriormente forrado a pano preto, por vezes a veludo ou veludinho, e ornamentado com cruces ou laço brancos, quase sempre de fita de nastro. Num ou noutro caso, mais excepcional, foi indicado o desejo de que a urna fosse forrada no interior a branco, formando, ou não, uma beira ornamental para o lado de fora. O carácter ostentatório do funeral esteve presente em alguns casos, mesmo tendo sido manifestado o desejo de que as cerimónias fossem de grande modéstia.

Se a mortalha, o cortejo e as cerimónias fúnebres foram objecto de particular cuidado dos testadores, não o foi menos a sepultura que, não raro, se assumiu como o local de reencontro da família que, com frequência, possuía um jazigo.

Notemos que as testemunhas dos testamentos raramente pertenciam a meio diferente do que acolhia o seu autor, o que pode traduzir, pelo menos em parte, a existência de um sentimento de grupo, de alteridade em relação aos outros.

Apesar de nos documentos de manifestação de últimas vontades estudados ser usado um formulário notarial, a margem de liberdade concedida aos outorgantes permite conhecer as suas opções, os seus valores.

O grupo popular não estava incluído, salvo raras excepções, no conjunto dos testadores. Os recursos de que dispunham eram reduzidos ou nulos¹⁸, o que impedia a sua reserva para eventuais herdeiros ou mesmo a sua afectação a actos litúrgicos que ajudassem à salvação das suas almas¹⁹. Foram quase em exclusivo os burgueses que fizeram este tipo de registo, tal como aconteceu com a publicitação dos óbitos.

JORNAIS

A morte do burguês foi largamente anunciada nos jornais da cidade, por vezes de forma repetida²⁰. A narrativa do sucedido não se reduzia à mera informação da ocorrência. Constituíam detalhes de que os jornais não privavam os seus leitores, a indicação, mais ou menos pormenorizada²¹, da qualidade do arranjo da igreja onde se

encontrava o defunto e a sua família, ou o afluxo de muita gente às cerimónias fúnebres, com explicitação das respectivas profissões²², e até com enumeração nominativa dos mesmos²³. Proprietários, médicos, homens de negócios, professores e advogados encontram-se entre as «personalidades distintas» do Porto, presentes nestes actos solenes descritos pela imprensa. Nas notícias não foram esquecidas as qualidades morais²⁴ dos defuntos nem as actividades de relevo que tinham desenvolvido na vida económica e política da cidade ou do país²⁵. Na imprensa escrita, foram ainda publicados os agradecimentos dos enlutados, a todos quantos tinham estado presentes nas cerimónias, e ainda os anúncios das missas a realizar. Demonstrando a importância que a família tinha para estes portuenses da segunda metade do século passado, foram referidos nos jornais, com muita frequência, parentes do defunto (directos, colaterais ou mesmo afins), publicitando, por esta via, as suas ligações aos grupos sócio-profissionais mais prestigiados. Para além das referências ao nome e actividade desenvolvida pelo pai do defunto, surgem, também nas notícias dos jornais estudados, alusões a filhos, netos e até um cunhado. Parece ter-se procurado indicar o nome do parente mais prestigiado para relevar a importância do morto²⁶.

Importa sublinhar que os óbitos dos operários apenas foram notícia quando resultaram de um acidente de trabalho, afogamento, espancamento, ou outra ocorrência violenta capaz de despertar a atenção dos leitores pelo seu carácter chocante²⁷.

CONCLUSÃO

A documentação analisada demonstra que a igualdade, princípio fundamental do liberalismo estava longe da sua efectiva concretização na sociedade portuense da segunda metade do século XIX²⁸. Todo o cerimonial que envolvia a morte, mesmo o mais simples, exigia uma capacidade financeira que apenas estava ao dispor de uma pequena parcela da população do Porto. Na morte, tal como na vida, permaneceram múltiplos sinais que distinguiam os portuenses. A desigualdade entre os homens era chocante. Nos novos cemitérios os túmulos de arquitectura e decoração cuidadas, mandados construir pelas famílias mais abastadas eram símbolos eficazes de perpetuação das diferenças²⁹.

Na realidade, os ritos funerários parecem ter constituído momentos particularmente importantes de demonstração do estatuto da burguesia. Todos os detalhes, foram rigorosamente planeados. As cerimónias religiosas, apenas recusadas por um dos defuntos estudados³⁰, para além da inegável devoção³¹, traduziram o receio do Além e, muitas vezes, foram também actos de exibição das arritmias sociais, expressão de recusa da burguesia viver a sua morte em total igualdade com os outros portuenses da segunda metade do século passado. O desafogo da vida permitia a pompa das solenidades, o anúncio nos jornais, o envio dos convites, a compra de um jazigo ou de um mausoléu, em suma as sumptuosidades fúnebres que estabeleciam a diferença. A ostentação na morte, sobretudo dos grupos burgueses superiores, de negociantes, proprietários, capitalistas, profissionais liberais de categorias superiores, funcionários superiores do estado, oficiais gerais e superiores e alguns industriais, apesar de declaradamente recusada algumas vezes, pode exprimir a consciência da burguesia de que se constituía como a elite social do Porto na segunda metade do século XIX.

NOTAS

- ¹ Foram estudados *O Comércio do Porto* e *o Jornal do Porto* nos anos de 1860, 1880 e 1890.
- ² Foram estudados todos os testamentos que nos anos de 1860 e 1880 foram registados nos livros de notas dos seis notários então existentes na cidade do Porto e que se encontram no arquivo distrital desta cidade sob a designação de PO1, PO2, PO4, PO8, PO9 e PO10. Para além destes, analisamos todos o do PO8 entre 1850 e 1880.
- ³ As ordenações previam a existência de «testamento aberto per Tabellião publico» e «testamento cerrado» ou «mystico». Em circunstâncias especiais de eminência de perigo de morte era ainda permitido que o testamento assumisse a forma oral – *per palavra*, nuncupativo. O título LXXXIII, «Dos testamentos dos Soldados e pessoas que morrem na guerra», concedia o direito de testar em situações de perigo a partir dos 14 anos, podendo o comprovante assumir as formas mais inusitadas, como, por exemplo, escrita da última vontade no chão, ou com o sangue das feridas na espada ou em qualquer outra coisa, desde que com duas testemunhas.
Cf. *Ordenações Filipinas*, 3.ª Volume, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Livro IV, Título LXXX, 1985, pp. 900, 901, 906 e 916.
O código civil de 1867, no seu artigo 1910.º, manteve os tipos mais importantes de formas de testamentos já existentes: *público, cerrado, militar, marítimo, externo, ou feito em país estrangeiro*.
Cf. *Código Civil in Collecção Official de Legislação Portuguesa – Anno 1867* – Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, Título II, Capítulo II, p. 397.
- ⁴ Cf. *Ordenações...* p. 900 e artigos 1911.º e 1912.º do *Código Civil...* p. 397.
- ⁵ É exemplo desta situação o documento registado no PO8, em 1854, em que um padre nomeia como herdeiro universal o filho, de 11 anos que «por fragilidade humana tivêra», reservando o usufruto de todo o seu património para a mãe deste.
Cf. *Arquivo Distrital do Porto*, Secção Notarial, PO8, *Livro de Notas* n.º 489, 1854, pp. 43 v.-44.
- ⁶ Em um dos casos estudados além da indicação específica de 30 missas pela sua alma o testador, um padre, indica ainda o desejo de serem celebradas mais 10 pelas faltas que involuntariamente tivesse cometido.
Cf. *Arquivo Distrital do Porto*, Secção Notarial, PO10, *Livro de Notas* n.º 44, de 1880, p. 4.
- ⁷ Philippe Ariés sublinha que esta intervenção dos vivos em favor dos mortos se transformou no século XVIII e, sobretudo, no século XIX numa «occasion de prolonger au-delà de la mort la sollicitude et les affections de la vie terrestre». Era preciso, segundo o mesmo autor, que os falecidos não fossem abandonados a um destino desconhecido e temível.
Cf. Ariés, Philippe – *L'homme devant la mort* – Paris, Seuil, 1977, p. 456.
- ⁸ Notemos que o número de missas indicado nos testamentos que estudamos, apesar de elevado, nunca ultrapassou as três centenas e poucas vezes foi superior a cem. Os quantitativos de sufrágios ordenados nos meados do século XIX estavam, pois, muito longe dos milhares nomeados nos documentos da época barroca.
Ver Rodrigues, Maria Manuela Martins – *Morrer no Porto durante a Época Barroca: Atitudes e Sentimento Religioso* – Porto, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, p. 177.
- ⁹ Cf. Chaunu, Pierre – *La mort à Paris 16.º, 17.º, 18.º siècles* – Paris, Fayard, 1978, p. 422.
- ¹⁰ Ariés, Philippe, *ob. cit.*, pp. 456-457.
- ¹¹ Philippe Ariés classifica os testamentos parisienses da segunda metade do século XVIII e início do século XIX em 4 categorias, considerando que o documento deste tipo característico do século XIX era aquele em que tinham desaparecido todas as referências religiosas. Tal não acontece na segunda metade de oitocentos na cidade do Porto, sendo no entanto notória a pouca frequência de invocações. Tanto Ramón Maruri Villanueva, no seu estudo da burguesia mercantil de Santander,

como Márcia Elisa da Campos Graf para Curitiba, no Brasil, apontam a existência, nos testamentos, de invocações, fundações de missas, etc..

Cf.: Ariés, Philippe – *L'homme devant la mort* – Paris, Seuil, 1977, pp. 462-463;

Villanueva, Ramón Maruri – *La Burguesia Mercantil Santanderina – 1700-1850* – Santander, Universidad de Cantabria, 1990, pp. 259-278;

Daumard, Adeline, et al. – *História Social do Brasil – Teoria e Metodologia* – Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984, p. 201.

- ¹² Ao estudar os testamentos do espaço que é hoje a cidade do Porto, na época barroca, Maria Manuela Martins Rodrigues, constatara já que «o factor-invocação – decresce à medida que se entra no século XVIII.

Rodrigues, Maria Manuela Martins Rodrigues – *Morrer no Porto durante a Época Barroca: Atitudes e sentimento religioso* – Porto. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, p. 85.

- ¹³ Ver, por exemplo, *Arquivo Distrital do Porto*, Secção Notarial, Livros de Notas: n.º 478, 1850, PO8, p. 70 v; n.º 348, 1860, PO9, p. 31; n.º 630, 1880, PO4, p. 43.

- ¹⁴ Em Paris, em consequência dos corpos terem passado a ser inumados em cemitérios que ficavam longe das paróquias dos falecidos, o número de padres que acompanhavam os funerais diminuiu muito tendo acabado por desaparecer.

Cf. Ariés, Philippe – *L'homme devant la mort* – Paris, Seuil, 1977, pp. 490-491.

- ¹⁵ Ariés, Philippe – *L'homme devant la mort* – Paris, Seuil, 1977, p. 462.

- ¹⁶ Rodrigues, Maria Manuela B. Martins, *ob. cit.*, p. 236.

- ¹⁷ Philippe Ariés afirma:

«... je suppose que le changement du testament dans la seconde moitié du XVIIIe siècle est du à la nature nouvelle des sentiments entre le testateur et ses héritiers. Autrefois ces sentiments étaient plutôt méfiants. Ils sont devenus confiants. Des relations d'affection ont remplacé des relations de droit. Il paraissait intolérable de rendre contractuels les échanges entre des êtres liés par une affection mutuelle dans l'une et l'autre vie».

Ariés, Philippe, *ob. cit.*, p. 464.

- ¹⁸ No início do século XIX, em Chartres, era de 61 % a percentagem de mortos que nada deixavam como herança. A maioria eram assalariados, uma vez que 70 % destes faleciam em condições próximas da indigência. Apenas 5 % dos proprietários, 16 % dos comerciantes, 20 % dos profissionais liberais, 32 % dos artesãos e 34 % da população rural estavam na mesma situação.

Cf. Vovelle, M. M. – *Problèmes méthodologiques posés par l'utilisation des sources de l'enregistrement dans une étude de structure sociale* – in «Bulletin de la section d'Histoire Moderne et Contemporaine» – Fascículo III, Paris, Imprimerie Nationale, 1961, pp. 74-75.

- ¹⁹ No período sobre o qual incidiu a nossa investigação, foi muito elevado o número de pobres sepultados nos cemitérios municipais do Porto. Com efeito, em 1889 foram considerados pobres 81,7 % dos adultos de ambos os sexos enterrados na zona oriental da cidade e 90,9 % dos inumados na parte ocidental. Em 1890 estas percentagens atingiram respectivamente 84,5 % e 91,7 %.

Cf. *Anuário Estatístico da Câmara Municipal do Porto, 1889-1890* – Porto, Typographia de José da Silva Mendonça, 1891, pp. 296-303.

- ²⁰ Procedemos à investigação da quantidade de notícias incluídas nos dois jornais estudados sobre o mesmo óbito. Na sua maioria apenas era publicitado o evento uma única vez. Houve, no entanto, casos em que o número de referências ultrapassou a dezena.

- ²¹ Ver, por exemplo, *Jornal do Porto*, 27 de Maio de 1890.

- ²² Ver, por exemplo, *Jornal do Porto*, 24 de Julho de 1890.

- ²³ Ver, por exemplo, *Jornal do Porto*, 3 de Dezembro de 1890.

²⁴ Ver, por exemplo, *Jornal do Porto*, de 16 de Maio de 1890, em que, a propósito do falecimento de D. Carlota Pereira Braga, se afirma que ela era «uma senhora de grande virtude e de generosidades suavíssimas».

²⁵ Ver, por exemplo:

O *Comércio do Porto*, de 23 de Abril de 1860, notícia da morte de Pedro Vanzeller.

Idem, de 13 de Junho de 1880, notícia da morte do tabelião Dr. Antonio Ferreira Silva Bares.

²⁶ Apenas alguns exemplos daquilo que acabamos de afirmar:

– no *jornal O Comércio do Porto* foi noticiada a morte de Miquelina d'Oliveira de Souza Guedes, casada, sendo enunciado o nome do marido, mas não a sua profissão. Acrescentou-se, porém, o nome do pai da defunta que era «thezoureiro pagador d'este distrito».

Cf. O *Comércio do Porto*, 10 de Julho de 1860:

– no mesmo jornal, em 1880, ao ser referido o óbito de António Jorge de Carvalho Malta, afirmava-se que ele era «pai do habil facultativo Sr. Tito Jorge de Carvalho Malta». Também na notícia do passamento de D. Maria Gomes se afirmava que ela era «sogra do Sr. José Fernandes Pereira, comerciante d'esta praça». No caso de D. Victória Maria Gomes de Castro assinalava-se ser ela «cunhada do Sr. Lourenço Alves Salazar, comerciante».

Cf. O *Comércio do Porto* de 7 de Maio, 21 de Maio e 21 de Julho de 1880:

– no *Jornal do Porto* de 1890 encontramos a notícia da morte do médico José Joaquim do Valle Júnior formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto referido como «filho do abastado capitalista José Joaquim do Valle». Sobre o empregado do comércio José Adão Soares diz-se, no mesmo jornal, que era cunhado de Raphael de Bulhão Pato, empregado na Alfândega de Lisboa.

Cf. *Jornal do Porto* de 11 de Abril e 16 de Agosto de 1890.

²⁷ Ver, por exemplo, O *Comércio do Porto*, 20 de Julho de 1860, *Jornal do Porto* de 12 de Julho de 1890 e de 1 de Novembro de 1890.

²⁸ Sobre este assunto ver:

Vovelle, Michel, *ob. cit.*, pp. 607-610.

²⁹ Ver, Catroga, Fernando – *Morte Romântica e Religiosidade Cívica* – in Mattoso, José (Direcção de) – *História de Portugal* – Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 601.

³⁰ Cf. *Jornal do Porto*, 9 de Janeiro de 1890.

³¹ Como Pierre Chaunu afirma, os problemas religiosos dominaram o século XIX, como sempre dominaram a história humana, visto que o homem é, antes de tudo, um *homo religiosus*.

Cf. Chaunu, Pierre – *La mort à Paris, 16.^e, 17.^e, 18.^e siècles* – Paris, Fayard, 1978, p. 463.

A TRANSIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA NO PORTO (1914-1968) *

José João Maduro Maia

ABSTRACT

In this article, the author tries to distinguish when and how did the epidemiologic transition take place in Oporto. Some of the characters of this transition are exposed and discussed, and they are looked upon as some possible leads about the epidemiology of population change in this city.

This is a first step towards a better definition of the health patterns change in Oporto, during the urban decline of mortality.

1 – Nos últimos anos, o mundo em que vivemos testemunhou o declínio de muitas das nossas antigas e bem estabelecidas certezas. O domínio da Demografia não constitui uma exceção a este rápido processo de mudança.

O tempo em que as prioridades eram óbvias e o sentido do progresso estava pré-definido, já passou. As únicas certezas que subsistem são aquelas que nos conduzem para uma sempre maior complexidade.

As nações estão a experienciar processos de transição demográfica e epidemiológica cujas características só poderão ser inteiramente compreendidas numa perspectiva de antecipação das mudanças e não apenas como simples reacção ou registo de acontecimentos passados.

As transformações referidas têm ocorrido em todas as nações, mas são particularmente complexas nos países de rendimento per capita intermédio, onde o modelo de desenvolvimento económico tem sido caracterizado por fortes assimetrias sociais e regionais. Às desigualdades sociais expressas em diferentes níveis quantitativos da mortalidade geral e específica, acrescem ainda desigualdades qualitativas na distribuição das causas de morte em diferentes regiões.

A complexidade caracteriza também a organização e funcionamento dos sistemas sanitários. Duma maneira geral, estes demonstraram-se incapazes de resolver velhos problemas, tais como a insuficiente cobertura da população no espaço nacional, e responderam mal aos excessos da concentração urbana.

2 – Em ordem a compreendermos a dinâmica e os padrões da mudança sanitária e epidemiológica, é necessário o estabelecimento de uma base conceptual.

O termo «Transição epidemiológica» foi definido em primeira mão por Abdel Omran em 1971. Enquanto que a já clássica «Teoria da Transição Demográfica» analisa as mudanças verificadas na fecundidade e mortalidade, bem como os seus antecedentes económicos e sociais, o conceito de «Transição epidemiológica» diz respeito às trans-

formações ocorridas nos padrões sanitários e de doenças das populações, bem como às interações estabelecidas com os níveis económicos, demográficos e sociais.

Na passagem de elevados índices de mortalidade para baixos níveis da mesma, todas as populações experienciam transformações nas grandes causas de doença e de morte. Quando os níveis de mortalidade são elevados, predominam as doenças infecciosas e de natureza nutricional. Quando estes níveis declinam, assumem uma maior importância as doenças degenerativas e crónicas.

Segundo Omran, os maiores contributos para o declínio da mortalidade verificaram-se no sector infantil e das mulheres jovens ¹.

Por outro lado, as obras já clássicas de McKeown sobre a evolução da mortalidade em Inglaterra e no País de Gales, permitiram quantificar o papel desempenhado pelas grandes causas de morte no declínio da mortalidade: 74 % deste declínio é atribuível à redução das doenças infecto-contagiosas. No mesmo período, isto é, entre 1850 e 1950, as taxas de incidência das doenças cardio-vasculares cresceram cerca de 250 % e as taxas de incidência das neoplasias, cerca de 380 % ².

As formulações teóricas originais da «Teoria da transição epidemiológica» propunham uma progressão por eras, ou estádios. Omran designou assim três fases: uma primeira, de «peste e fome», uma segunda, de «pandemia em recessão», e uma terceira, de «doença degenerativa».

Posteriormente, outros autores propuseram estádios adicionais ³. A utilidade destas classificações é obviamente limitada, já que tendem a gerar uma visão linear e unidireccional da transição.

A sequência de fases sugere que cada uma é independente da outra. Na realidade, as características das diversas fases podem misturar-se: por exemplo, o declínio das doenças infecto-contagiosas pode ser lento ou estagnante, enquanto que a progressão das doenças degenerativas pode ser rápida, provocando assim uma situação de elevados e simultâneos níveis de ambos os grupos de doenças.

À semelhança do que ocorreu com a «Teoria da transição demográfica», também se propuseram modelos transicionais para a transição epidemiológica. Deste modo, Omran definiu três modelos: o «ocidental ou clássico», característico da Europa e da América do Norte, o «acelerado», exemplificado pelo Japão, e o «contemporâneo», típico de países em desenvolvimento, como é o caso do Chile ou do Sri-Lanka. Os critérios usados para esta classificação foram o tempo histórico do início da transição e o ritmo a que cada país progride ao longo das fases.

3 – O objectivo deste trabalho é realizar uma primeira e sumária avaliação das implicações deste processo numa população urbana, como é o caso da cidade do Porto, procurando realizar comparações sempre que possível. Para tal, servimo-nos dos dados fornecidos pela *Súmula Estatística da Cidade do Porto* ⁴ e realizámos agregações dos números dos óbitos por causas de morte em quatro grandes grupos ⁵, num período compreendido entre 1914 e 1968.

Em trabalhos anteriores já tive oportunidade de abordar esta temática para o período compreendido entre 1890 e 19186. Para além disso, penso que os anos críticos da viragem transicional se situam, como terei oportunidade de demonstrar, nas cinco décadas que vão de 1920 a 1970.

4 – É a partir dos anos 20 do nosso século que se inicia em Portugal e em Espanha, com alguns decénios de atraso em relação a outros países europeus, o moderno processo de transição sanitária e epidemiológica⁷.

O grupo das doenças infecciosas e parasitárias que até aos anos 50 ocupa uma percentagem superior a 40 % no total das causas de morte, reduz o seu papel percentual para 30 % na década de 50, 20 % no início dos anos 60 e 10 % nos finais da década. Esta evolução é acompanhada por uma redução significativa da mortalidade infantil. A melhoria progressiva da situação sanitária da infância foi encorajada pela vulgarização e expansão das técnicas de higiene que acompanharam a emergência da bacteriologia moderna e estimulada pelas melhorias trazidas pelas novas vacinas e técnicas de imunização.

A instalação dos serviços anti-diftéricos (no Porto, a partir de 1894), dos postos de aleitamento, de iniciativa das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, não foram estranhas ao declínio da mortalidade infantil no meio urbano.

Por outro lado, as mudanças importantes (cuja história está por ser feita) ocorridas na infra-estrutura da administração sanitária, bem como a modernização das próprias estruturas sanitárias, constituem factores que geraram uma redução irreversível dos níveis de mortalidade.

No entanto, este processo não ocorreu uniformemente em todo o país, já que se verificaram importantes variações regionais da distribuição das causas de morte, e mesmo dos ritmos de declínio da mortalidade em geral e em particular, da infantil.

5 – É já tradicional considerar as cidades do século XIX como lugares particularmente insalubres, que exibiam taxas de mortalidade particularmente elevadas. O processo de industrialização, aliado a um crescimento rápido da concentração demográfica, favoreceu a propagação das doenças infecciosas. Não faltam os estudos demográficos realizados sobre as consequências para a saúde em geral desta situação de «stress» urbano, verificada em múltiplas cidades da Europa e América do Norte.

A expressão «handicap urbano» vulgarizou-se para designar a sobremortalidade das cidades no século XIX. No entanto, a evolução desta variável nas populações citadinas da Europa Ocidental e Central e do norte do continente americano, levou a que, na viragem do século XIX para o século XX, a mortalidade urbana se reduzisse significativamente de forma a que as suas taxas se aproximassem das verificadas nas zonas rurais e da média nacional⁸.

Já foi por mim referido em trabalhos anteriores que o Porto do século XIX partilha todas as características acima referidas com as suas congéneres europeias. Só que o «handicap urbano» não será resolvido na viragem do século XIX para o século XX, mas apenas 70 anos depois.

As taxas de mortalidade do Porto manter-se-ão bem acima da média nacional até finais da década de 60. Mesmo quando estes indicadores se aproximarem dos existentes na cidade de Lisboa, a partir de 1965, observa-se que a taxa de mortalidade infantil do Porto será dupla da lisboeta⁹.

Já tive ocasião também de referir que as doenças ligadas a uma deficiente nutrição infantil, eram a principal causa de morte das crianças no Porto do século XIX. A sinergia das interações entre má nutrição, efeitos do clima e infecções, era a grande

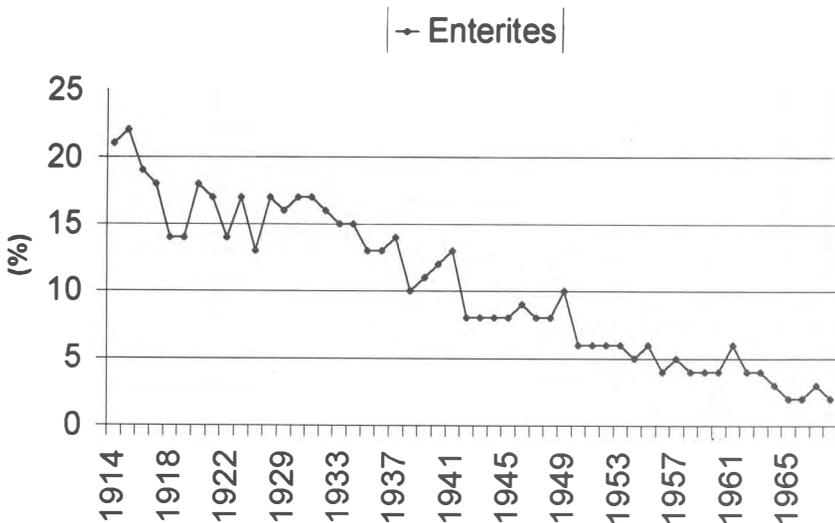
responsável pela elevada mortalidade infantil ocorrida durante os meses do estio, atribuível a diarreias e enterites.

Isto é, porventura, uma das características estruturais da mortalidade meridional, já que podemos observar situações similares nas cidades espanholas, italianas, etc.¹⁰.

6 – É este grupo de doenças que sofrerá o recuo mais significativo durante o período que estamos a considerar (Gráfico 1).

Em 1914, as enterites serão ainda responsáveis por mais de 20 % dos óbitos do Porto e até meados dos anos 40, vão contribuir com cerca de 13 % do total de mortes. A curva desenhada por este grupo de doenças, nas quais incluímos as gastro-enterites, disenterias e diarreias intestinais, é extremamente irregular, correspondendo aos fluxos epidémicos e à forte sazonalidade da sua incidência.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS ENTERITES (1914-1968)



A manutenção de condições de vida insalubres no Porto do século XX, continua a ser a grande explicação da ocorrência de níveis tão extraordinários de mortalidade, associada a estas afecções.

Não devemos esquecer que até finais dos anos 30, a maior parte das habitações do Porto não estavam ligadas à ainda incipiente rede de saneamento público. A água canalizada não chegava a uma boa parte das casas. Por outro lado, um inquérito mandado realizar pela Câmara Municipal do Porto à situação das «ilhas», em 1938, apurava existirem na cidade cerca de 13 000 «ilhas», sendo que 5 800 destas eram classificadas como «más»; 6 700 eram dadas como «deficientes»; e apenas 500 eram consideradas «regulares»¹¹.

A população destas «ilhas» era quantificada em cerca de 42 500 habitantes, ou seja, o dobro dos habitantes da cidade de Coimbra, na altura; à qual o governo central destinava uma verba de 6 314 000\$00 para assistência pública, enquanto que o Porto recebia apenas 6 050 000\$00¹².

A situação das crianças no Porto em 1940 era evidenciada pelos angustiantes relatórios do Director do Hospital Materno Corte-Real, que então afirmava:

*«Continua a ser causa principal da mortalidade das internadas a fraca resistência das crianças admitidas, devida às péssimas condições em que vive durante o período da gestação, a maior parte das Mães. Na sua quase totalidade criadas de servir, solteiras e de fora do Porto, ficam ao abandono durante pelo menos os últimos meses da gestação, sofrendo privações de toda a espécie, como os filhos que têm que nascer e que aqui vêm cair»*¹³.

Nesse ano de 1940, das 267 crianças admitidas neste Hospital, faleceram 90, ou seja, 35 % do total¹⁴.

É a partir de meados da década de 40 que podemos observar uma redução gradual, mas segura, da incidência das enterites enquanto causa de morte. Até final do decénio, situar-se-ão abaixo dos 10 % e antes do final dos anos 50, ocuparão uma parcela de apenas 4 % do total de óbitos.

Por detrás deste movimento que denuncia o advento da modernidade na demografia portuense, está:

1 – A modificação dos hábitos individuais, sobretudo no que diz respeito à admissão por parte das famílias, da observância das regras básicas de higiene na alimentação e na atenção dedicadas à criança.

2 – A imensa obra realizada pelas instituições de assistência pública, onde avultam os Serviços de Lactação instaurados pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, mas sobretudo o papel desempenhado pelas instituições de assistência privada, cuja acção, face à indigência crónica do Estado Português, se revelou determinante.

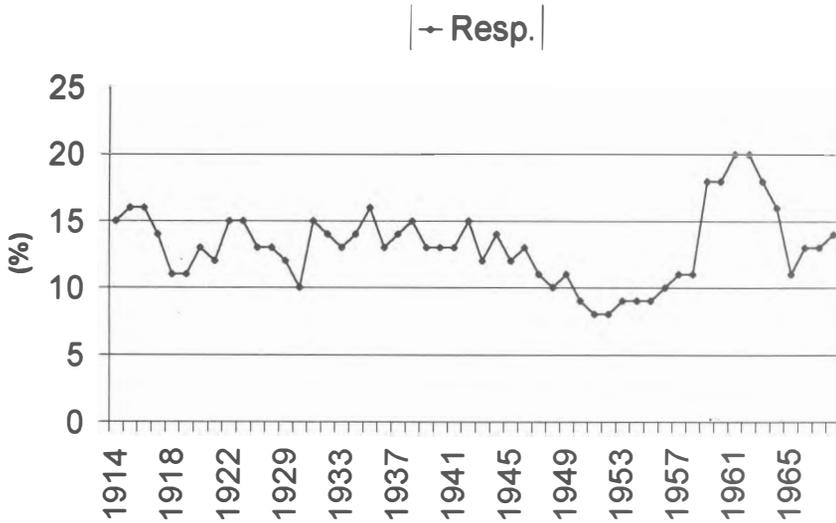
Podemos aqui referir, entre outros, a existência do Recolhimento das órfãs, do Instituto dos Surdos-Mudos, do Instituto dos Cegos do Porto, do Seminário dos Meninos Desamparados, do Recolhimento das Meninas Desamparadas, do Asilo das Raparigas Abandonadas, do Asilo Profissional do Terço, do Asilo do Vilar, do Asilo de S. Dinis, da Associação Protectora da Infância, da Maternidade Júlio Diniz, do Dispensário do Porto para Crianças Pobres e de muitas outras instituições, que durante estes anos difíceis ocuparam um lugar insubstituível na assistência infantil.

Só em 1938 a Santa Casa da Misericórdia do Porto dispendeu mais de 12 500 000\$00 nos diversos Hospitais da sua tutela, bem como na assistência infantil e apoio domiciliário, enquanto que o governo central apenas investiu no Porto cerca de 7 000 000\$00¹⁵.

7 – Comportamento diferente exhibe o grupo das doenças respiratórias, isto é pneumonias, gripes, bronco-pneumonias, etc. (Gráfico 2). Como podemos observar, a sua evolução no período considerado é oscilante, sem revelar um verdadeiro decréscimo em termos percentuais. Verifica-se mesmo um certo agravamento nos inícios da década de 60, imputável ao surto de gripe asiática então ocorrido.

Esta evolução difere daquela encontrada para as cidades da vizinha Espanha, onde se verifica um recuo acentuado da incidência destas afecções a partir dos anos 20¹⁶.

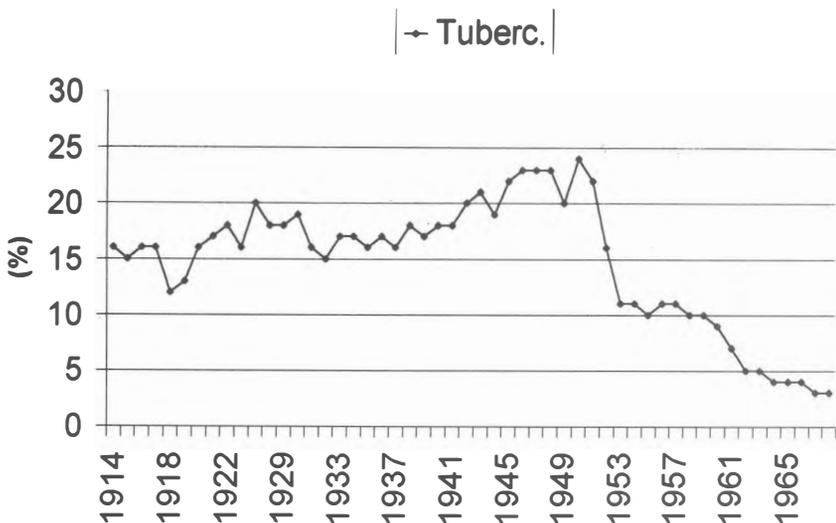
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DAS DOENÇAS RESPIRATÓRIAS (1914-1968)



8 – Mais demonstrativo é o caso da tuberculose. Considerado o protótipo de doença da urbanização, passou a assumir um papel maior na mortalidade portuguesa na segunda metade do século XIX.

Atingiu sobretudo os grupos etários distribuídos entre os 20 e os 49 anos de idade e a sua incidência irá aumentar até ao início da década de 1950, após a qual se verifica um decréscimo acentuado (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA TUBERCULOSE (1914-1968)



A evolução desta doença no Porto apresenta algumas similitudes (se bem que com atraso) com cidades congêneres europeias e as suas causalidades são bem conhecidas:

1 – Em primeiro lugar, temos a associação entre a tuberculose pulmonar e a deficiente nutrição dos indivíduos. O empobrecimento do regime alimentar provoca o aumento dos casos de tuberculose nos meios em que esta existe endemicamente. Podemos assim, observar um agravamento da incidência desta afecção nos anos que poscedem a 2.^a Guerra Mundial e que deram lugar a uma recessão económica importante no país. Para além disto, está bem estabelecido um nexos causal entre os elevados níveis de alcoolismo (típicos do nosso país e do Norte, em particular) e a tuberculose¹⁷.

2 – Em segundo lugar, por detrás dos elevados níveis de incidência da tuberculose, está também o rápido desenvolvimento da urbanização. Esta aumenta o risco de exposição à contaminação, se bem que forma não homogênea: uma pequena cidade inserida numa região com forte incidência da tuberculose, apresenta níveis de mortalidade superiores a outros aglomerados urbanos, maiores, mas existentes em regiões com menor ocorrência da doença. Isto talvez explique as diferenças entre a evolução da tuberculose no Porto e em Lisboa, independentemente dos graus de urbanização e de industrialização destas cidades.

3 – Em terceiro lugar, os níveis de industrialização também se revelam como factores importantes. O período de tempo considerado corresponde ao da transformação de um país profundamente agrícola, numa nação industrializada. O Porto reflectiu profundamente esta transformação, que se fez sentir na forte incidência da tuberculose nalguns grupos socio-profissionais de maior risco, como é o caso dos operários metalúrgicos e têxteis.

4 – Por último, o sobrepovoamento constituía um problema sério. É sabido que o bacilo de Koch sobrevive no pó e na lama durante muito tempo. Isto significa que as más condições de habitação e de higiene do Porto tinham necessariamente consequências fatais.

A regressão da mortalidade por tuberculose é, a meu ver, atribuível a três conjuntos de causalidades:

- a) O primeiro tipo de explicação deriva do argumento avançado por Mckeown, segundo o qual por detrás do declínio da mortalidade por tuberculose, está a anterior redução das enterites infantis, devido às melhorias verificadas na qualidade do leite e da água. Estas melhorias teriam conduzido os indivíduos a um melhor estado nutricional, tornando-se assim mais resistentes à doença¹⁸. A observação das curvas das enterites e da tuberculose no Porto permite abonar esta hipótese (Gráficos 1 e 3).
- b) O segundo tipo de explicação baseia-se naquilo que podemos designar por «teoria do ciclo epidémico»: numa determinada sociedade, o número de indivíduos imunizados está directamente relacionado com a frequência de manifestações da doença, ocorrida uma geração antes. Quando um conjunto populacional é pela primeira vez atingido pelo bacilo, a doença assume um carácter agudo, provocando uma mortalidade elevada. Será necessária uma centena de anos para que uma doença como a tuberculose, transite do estado epidémico para o estado endémico. Ora, sabemos que o período de maior

incidência desta doença no Porto ocorreu entre 1850 e 1950. Por outro lado, a situação actual nos países em vias de desenvolvimento sugere que a imunidade adquirida, no caso da tuberculose, não é segura, nem sequer durável¹⁹.

- c) Isto conduz-nos à terceira ordem de explicações: na maior parte dos países europeus, para além de outras medidas de profilaxia, intervem a partir de 1945 uma quimioterapia eficaz, proporcionada pela estreptomina. Deve-se admitir que então as populações europeias não tinham ainda atingido o estágio em que a imunidade adquirida era predominante. No entanto, graças ao conjunto das terapias postas em acção, o recuo da tuberculose foi generalizado e significativo.

Desde o início do século que se tinham montado, em França e por inspiração de Albert Calmette, os dispensários anti-tuberculosos, bem como sanatórios populares. Em Portugal, a luta contra a tuberculose foi coordenada durante este período pela Assistência Nacional aos Tuberculosos que, em 1936, distribuía o seu orçamento por seis sanatórios, nenhum deles situado no norte do país. Em 1940, a situação da assistência sanitária a esta doença no Porto, não era brilhante: para cerca de 10 000 indivíduos afectados pela tuberculose pulmonar, a cidade dispunha de cerca de 100 camas no Hospital Rodrigues Semide, às quais se somavam 50 camas no Preventório de Rio Tinto. Existiam ainda 2 Dispensários, um, recentemente inaugurado; o outro, que remontava a 1904. O Sanatório D. Manuel II no Monte da Virgem, com capacidade para 200 camas, estava inacabado por falta de verbas²⁰.

Devemos ainda referir a existência do Sanatório de Francelos que, apesar de funcionar como clínica privada, também admitia pacientes sem meios para financiar o seu tratamento.

O alargamento das medidas profilácticas que acompanharam a criação dos Serviços de Luta Anti-Tuberculose e a multiplicação dos Dispensários, só viria a produzir consequências posteriormente.

Ao longo da década de 50, a incidência da tuberculose enquanto causa de morte no Porto, viria a ser reduzida drasticamente em 14 pontos percentuais, um progresso espectacular que nos leva a afirmar, sem exagero, que esta foi a década da vitória sobre a doença.

9 – As tendências evolutivas das doenças cardiovasculares no mundo ocidental são frequentemente complexas e contraditórias. A experiência dos países industrializados desde 1950 ilustra bem esta complexidade em termos de análise e interpretação²¹ (Gráfico 4).

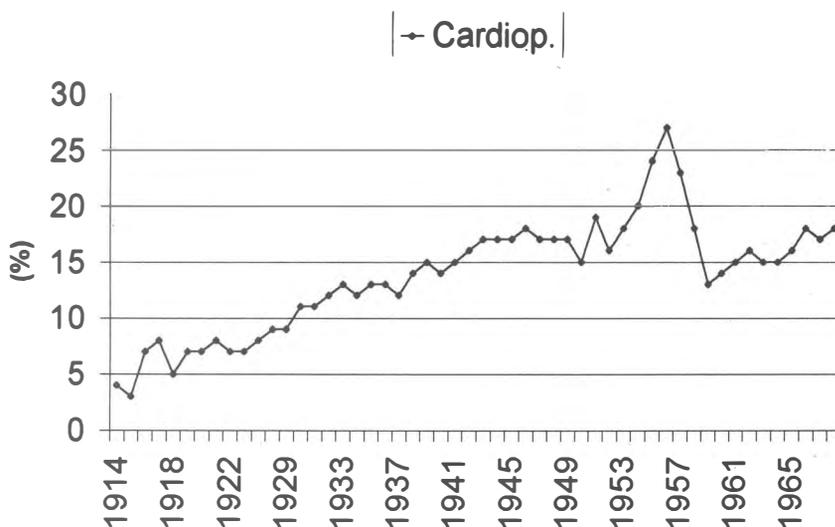
Uemura e Pisa (1988) estudaram as transformações da estrutura da mortalidade nos grupos de idade compreendidos entre os 30 e os 69 anos de idade, num período que se prolonga de 1950 a 1967, num conjunto de 35 países industrializados²².

Concluíram que a mortalidade devida a cardiopatias isquémicas cresceu na maior parte desses países entre 1952 e 1967. No entanto, as cardiopatias, no seu conjunto, estagnaram no mesmo período.

Esta discrepância é atribuível ao declínio verificado na mortalidade cérebro-vascular nos países ocidentais. Na Europa de Leste, no entanto, não se verifica esta situação, já que a mortalidade cardiovascular tem aumentado continuamente entre 1952 e 1980.

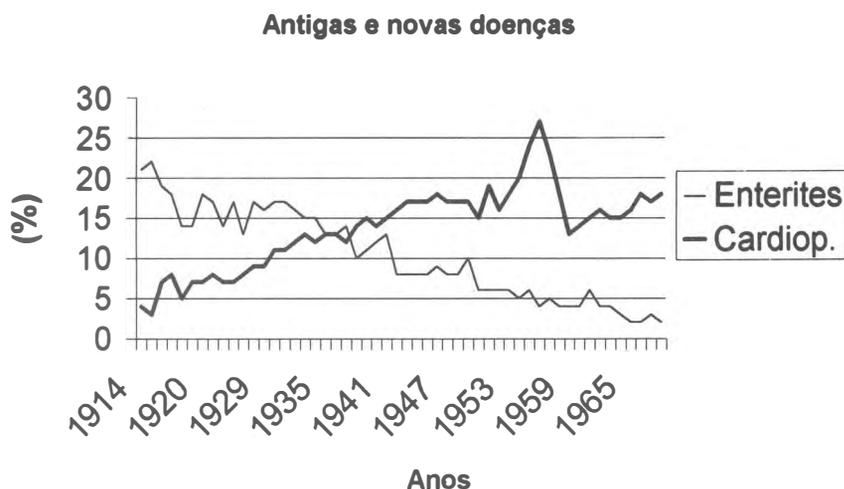
Os dados globais que apresentamos relativos ao Porto e que incluem doenças isquémicas e cérebro-vasculares, mostram um crescimento rápido e acentuado da mortalidade por estas afecções degenerativas, principalmente a partir dos anos 30. Este aumento está indubitavelmente ligado à multiplicação dos factores de risco, como o álcool, o tabaco e a modificação da dieta alimentar.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DAS CARDIOPATIAS (1914-1968)



Curioso é observarmos como no Porto estas características de demografia moderna se combinam, principalmente nas décadas de 30 e de 40, com elementos legados ainda pelo século XIX (Gráfico 5); o que aproxima o modelo de transição

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DE ANTIGAS E NOVAS DOENÇAS (1914-1968)



epidemiológica seguido pelo Porto, do «tipo contemporâneo» definido por Omran. Neste sentido, o Porto estaria mais próximo das urbes dos países em vias de desenvolvimento, do que de uma «mimetização» dos conjuntos urbanos europeus, tal como tem sido propugnado para o modelo de transição demográfica portuguesa²³.

10 – Sendo assim, chegamos a uma fase final desta análise sumária das transformações na estrutura das causas de morte no Porto contemporâneo e aproveitamos para esboçar algumas conclusões e interrogações.

1 – Tal como outros conjuntos urbanos de nações em vias de desenvolvimento ou industrializadas, a cidade do Porto experimentou, entre 1920 e 1970, um processo de transição epidemiológica caracterizado pela redução gradual das doenças infecciosas e pelo aumento das infecções crónicas e degenerativas.

2 – As determinantes específicas das causas de morte podem ter operado independentemente do nível geral da mortalidade.

3 – Só uma análise mais desagregada, não só das causas de morte, como também da sua incidência nos diversos grupos de idade, permitirá uma compreensão mais aprofundada deste processo.

4 – Só o estabelecimento de correlações mais apuradas permitirá definir em que medida as mudanças sanitárias e económicas são determinantes desta transição, ou se existe, como sugerem alguns autores, uma relativa autonomia neste processo.

NOTAS

* *In memoriam* de Henrique David e Emídio Fernandes (Farrica), cujo recente desaparecimento empobreceu a Universidade do Porto, bem como a Demografia e Cardiologia, disciplinas para as quais deram um grande contributo.

¹ Omran, A. R. – *The epidemiologic transition. A theory of the epidemiology of population change* – in «*Milbank Memorial Fund Quarterly*», 49 (1971), pp. 509-538.

² Mckeown, T. R. e Record, R. G. – *Reasons for the decline of mortality in England and Wales during the nineteenth century* – in «*Population Studies*», 16 (1962), pp. 94-122; Mckeown, T. R. – *The modern rise of population* – Londres, Edward Arnold, 1976.

Para uma posição crítica das teses de Mckeown, ver Ezreter, S. R. S. – *The importance of social intervention in Britain's mortality decline c. 1850-1914: a reinterpretation of the role of public health* – in «*Social History of Medicine*», 1 (1988), pp. 10-11; ou ainda Kearns, G. – *The urban penalty and the population history of England* – in Brandstrom, A. e Tedebrand, L. G. (eds.) – *Society and Health during the demographic transition* – Estocolmo, 1988, p. 215.

³ Frenk, J.; Bobadilla, J. L.; Sepulveda, J.; Lopez-Cervantes, M. – *Health transition in middle income countries* – in «*Health policy and planning*», 4 (1989), pp. 29-39.

⁴ *A cidade do Porto. Símula Estatística (1864-1968)* – in série «*Estatísticas Regionais*» n.º 2, Lisboa, INE, 1971.

⁵ GRUPO 1 – Enterites.

Sob esta rubrica estão incluídos os óbitos causados por gastrites, duodenites, enterites e colites, bem como outras infecções e diarreias não só dos recém-nascidos, mas também das idades superiores a 2 anos.

GRUPO 2 – Doenças respiratórias.

Sob esta rubrica estão incluídos os óbitos causados por pneumonias, bronquites e outras doenças respiratórias, excepto a tuberculose.

GRUPO 3 – Tuberculose.

Consideram-se aqui a tuberculose, sob todas as formas.

GRUPO 4 – Cardiopatias.

Sob esta rubrica estão incluídos os óbitos causados por arterosclerose, hipertensão e outras doenças do coração.

⁶ Maia, J. J. M. – *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902). Ensaio de demografia histórica* – Porto, Lusolivro, 1994.

Idem, ibid. – *Padrões de mortalidade e transição sanitária no Porto (1880-1920)* – in «População e Sociedade» – Porto, Revista do Centro de Estudos da População e Família n.º 1, 1995, pp. 233-243.

⁷ Bernabeu-Mestre, Josep – *Problèmes de santé et causes de décès infantiles en Espagne (1900-1935)* – in «Annales de Démographie Historique» – Paris, E.H.E.S.S., 1994, pp. 61-77.

⁸ Cf., por exemplo, Kearns, G. – *Le handicap urbain et le déclin de la mortalité en Angleterre et au Pays de Galles. 1851-1900* – in «Annales de Démographie Historique» – Paris, E.H.E.S.S., 1993, pp. 75-105; ou Voegelé, Jorg Peter – *Différence entre ville et campagne et évolution de la mortalité en Allemagne pendant l'industrialisation* – in «Annales de Démographie Historique» – Paris, E.H.E.S.S., 1996, pp. 249-268.

⁹ Cf. Bandeira, Mário Leston – *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal* – Lisboa, INCM, 1996, cálculos do autor sobre dados do «Anuário Demográfico» e das «Estatísticas Demográficas» – pp. 440-441.

¹⁰ Cf., por exemplo, Del Panta, Lorenzo – *Mortalité infantile et post-infantile en Italie du XVIII^e au XX^e siècle: tendances à long terme et différences régionales* – in «Annales de Démographie Historique» – Paris, E.H.E.S.S., 1994, pp. 45-60.

¹¹ *Relatório da Câmara Municipal do Porto* (Gerência de 1939) – Porto, 1939-40.

¹² *Relatório da Gerência da Santa Casa da Misericórdia do Porto de 1939* – Porto, 1939-40, p. XI.

¹³ In *Relatório da Junta da Província do Douro Litoral* – Porto, 1940, cit. in Lima, Augusto César Pires de – *O problema da assistência no Porto* – Separata do «Jornal do Médico» n.ºs 27, 28, 29, 30 e 31, II.º ano 1942, Porto, p. 3.

¹⁴ *Idem, ibid.*

¹⁵ *Idem, p. 16.*

¹⁶ Cf. Bernabeu-Mestre, Josep – *Problèmes de santé et causes de décès infantiles en Espagne (1900-1935)* – in «Annales de Démographie Historique» – Paris, E.H.E.S.S., 1994, pp. 61-77.

¹⁷ Cf. Puranen, Bi – *La tuberculose et le déclin de la mortalité en Suède* – in «Annales de Démographie Historique» – Paris, E.H.E.S.S., 1989, pp. 79-100, especialmente p. 89.

¹⁸ Cf. Mckeown, T. R. e Record, R. G. – *Reasons for the decline of mortality in England and Wales during the nineteenth century* – in «Population Studies» – 16, 1962, pp. 94-122; Mckeown, T. R. – *The modern rise of population* – Londres, Edward Arnold, 1976.

¹⁹ Cf. Styblo, K.; Meijer, J. & Sutherland – *The transmission of tubercle bacilli, its trend in human population* – in «Bulletin of the International Union Against Tuberculosis» – 1, 1969.

²⁰ Lima, Augusto César Pires de – *O problema da assistência no Porto* – Separata do «Jornal do Médico» n.ºs 27, 28, 29, 30 e 31, II.º ano, 1942, Porto, pp. 16-17.

- ²¹ Um exemplo de uma vida dedicada a estas reflexões e à sua constante revisão são os estudos de Fernandes, Emídio Artur de Campos – *Cardiopatias isquémicas: factores de risco em brancos e bantos em Luanda* – Dissertação de Doutoramento em Medicina apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto – Porto, policopiada, 1978; ou *Regressões da arterosclerose – possibilidades e implicações* – in «*Cardiologia Actual*» – 3, 1993, p. 691.
- ²² Uemura, K. e Pisa, Z. – *Trends in cardiovascular disease mortality in industrialized countries since 1950* – in «*World Health Statistics Quaterly*» – 41, 1988, pp. 155-178.
- ²³ Já o estudo de Mário Leston Bandeira sublinha a relativa autonomia da dinâmica demográfica portuguesa, que torna insuficiente a comparação com os processos de transição dos países mediterrânicos. Cf. *op. cit.*, p. 411.

REFLEXÕES EM TORNO DE UM ESTUDO URBANO (O CENTRO DA CIDADE DO PORTO NO 1.º TERÇO DO SÉC. XIX)

Paula Guilhermina Fernandes *

ABSTRACT

The following lines are to be considered as part of a path, followed by this article's author, during her master and P.H.d. works, always bearing in mind CEPFAM's lines of investigation. Some brief words are said, about urban studies in general, and urban studies about Oporto, in particular.

Point 3) of this article is dedicated precisely to some of the conclusions taken about the city center in the period above mentioned, from a study realized by the article's author. It was intended to grip a first notion of the urban social geography for the first third of the XIXth century, in Oporto's centre. Point 4) traces some of the leads to be explored, during the next studies.

1 – A reflexão aqui apresentada tem por base o percurso científico efectuado pela autora deste artigo, no decurso da preparação das suas dissertações de mestrado e de doutoramento, ambas sobre temáticas urbanas.

Surgem estas informações no contexto da prossecução, a nível do investimento científico-académico pessoal, das linhas de investigação que o Cefpam (Centro de Estudos da População e Família) tem abertas, sobre *População portuguesa-História e prospectiva, Família e espaços de socialização, Estruturas económicas e industrialização*.

Faz-se um breve ponto da situação sobre a temática urbana em Portugal e sobre o Porto, em particular, nas suas vertentes interdisciplinares (ponto 2), apresentam-se algumas das conclusões já retiradas de uma primeira aproximação ao tecido sócio-económico portuense do 1.º terço do século XIX (ponto 3), discutem-se pistas a explorar nos próximos trabalhos a realizar, sob a mesma égide temática (ponto 4).

2 – A reflexão urbanológica contemporânea abrange de tal forma o cruzamento interdisciplinar, que qualquer esforço na área deve acautelar-se nesse sentido. Constituindo-se como entidade de estudo sobejamente reconhecida nas escolas científicas francófonas ou anglo-saxónicas (a realidade germânica é de difícil domínio, devido à barreira linguística), as cujas têm produzido desde artigos em revistas especializadas, a monografias e a estudos de síntese de excelente qualidade¹; a história urbana, em Portugal, continua sofrendo de alguns anos de atraso, em termos de produção em quantidade e sùmulas de conhecimento².

Já existem, é certo, alguns bons exemplos a mencionar, começando pelo campo da geografia – veja-se o trabalho de Teresa Barata Salgueiro, sobre *a cidade, em Portugal*³ ou os clássicos trabalhos de François Guichard e de J. M. Pereira de Oliveira sobre o Porto⁴.

O Porto e algumas das localidades urbanas do norte têm vindo, aliás, a ser estudadas de forma quase sistemática pelos núcleos de geografia das universidades do Porto e do Minho, como se pode comprovar se nos debruçarmos sobre os trabalhos aí produzidos⁵ nas últimas duas décadas.

Devemos aqui assinalar que esta reflexão tem por centro *a cidade do Porto* e assume-se, assim, *sem um carácter exaustivo* quanto à temática urbana geral, em Portugal; antes busca fazer um ponto da situação, mencionando o que, de forma esparsa, nos tem chamado a atenção no caminho científico escolhido.

De forma propositada, mencionam-se aqui *estudos urbanos de carácter geral*, já que visar a menção de uma bibliografia actualizada nas variadíssimas vertentes dos estudos urbanos, seria, por si só, objecto de um trabalho – o que não é o caso, aqui e agora. A história urbana parte em todas as direcções de estudo, por isso, é quase impossível abranger, num breve relance, o que de mais relevante se tem produzido nas várias áreas temáticas por ela tocadas.

A história e ramos científicos afins têm produzido, nas últimas duas décadas, artigos, monografias e sùmulas necessárias para o aprofundamento dos conhecimentos urbanos. Dispensamo-nos de citar uma bibliografia actualizada no tema – mencionada, por exemplo, em trabalhos recentes de Manuel C. Teixeira⁶ (a nível da produção nacional) ou, ainda mais recentemente, num trabalho de Magda Avelar Pinheiro⁷ (a nível da produção internacional) –, apenas gostaríamos de realçar a importância (cuja heterogeneidade é reveladora, por si só) dos trabalhos demográficos sobre *o crescimento urbano no Portugal oitocentista e novecentista* de M. Luís Rocha Pinto e Teresa Rodrigues⁸ ou o *estudo demográfico sobre a Lisboa oitocentista* da última autora⁹; a recente *história do Porto* efectuada sob a direcção de Luís Oliveira Ramos¹⁰; o curioso estudo de Nuno Luís Madureira sobre *espaço e quotidiano lisboeta (1740-1830)*¹¹.

A antropologia e sociologia urbanas têm recebido, por via de estudos como os de António Firmino da Costa¹² ou Graça Índias Cordeiro¹³, novos e renovados impulsos no nosso país, onde também este tipo de trabalhos não abunda, como refere Joan Pujadas no prefácio da última obra citada. Sob estas ópticas, a cidade de Lisboa encontra-se mais estudada do que a cidade do Porto, embora os estudos sobre *famílias e espaços de socialização* tenham já recebido um impulso pelos trabalhos de Gaspar Martins Pereira¹⁴.

De uma forma geral, têm-se produzido, de forma esparsa, estudos visando vertentes multidisciplinares tão diversas, como a configuração geográfica urbana (a nível espacial e humano), a configuração demográfica urbana, as sociabilidades e redes de vizinhança, as configurações económicas que o(s) espaço(s) vai(vão) assumindo, as práticas profissionais, os modelos sociais e económicos que se vão desenhando no tecido urbano; visa-se a apreensão de mecanismos sociais, económicos e conteúdos culturais que produzam identidades locais... Salta-se do plural para o singular, da diacronia para a sincronia, entrecruzam-se os horizontes geográficos, históricos, sociológicos, antropológicos...

O estudo urbano actual surge como um jogo de xadrez em vários tabuleiros, exigindo uma atitude interrogativa face ao objecto *necessariamente plural*.

Não nos lembra Claude Lévi-Strauss que «*a historicidade, ou mais precisamente a factualidade de uma cultura ou de um processo cultural, é assim função, não das suas propriedades intrínsecas, mas da situação em que nos apresentamos em relação a ela, do número e da diversidade dos nossos interesses nela apostados?*»¹⁵

3 – Efectuámos uma aproximação a uma reflexão urbanológica sobre a cidade do Porto no primeiro terço do século XIX, em estudo anterior e de maior dimensão¹⁶. O objectivo visado foi o de tentar uma primeira apreensão da geografia social urbana portuense, por via do estudo do mais central dos seus três bairros, o bairro de Santa Catarina¹⁷.

O problema era o de fazer uma radiografia tanto da estrutura urbanística portuense, em termos de cêrcea e qualidade das habitações (a utilização de um acervo documental de qualidade permitia-nos isso¹⁸); como das estruturas sócio-profissionais existentes no Porto nessa época, entrecruzando-as sempre que possível.

Entendeu-se aqui o espaço (habitat e práticas urbanas) como parte integrante das relações sociais, e não como fundo de projecção dessas relações sociais, somente; e nesse sentido, surge-nos, de alguma forma, um primeiro esboço da geografia social portuense – para o bairro em questão, que é pensado como bairro-centro citadino, logo, espelho de um todo integrado.

Os vectores produção-espaço podem ser olhados como veículos das relações sociais, logo, deixam entrever o tecido social imanente a eles: a «apropriação de espaço»¹⁹ citadino pelas categorias da população que lhe são destinadas facilita um quadro de interrogações onde o estudo dos tipos de habitat inclui a concepção do espaço e de todos aqueles que nele vivem²⁰.

Quanto à problemática relativa à descrição concisa dos habitantes desse bairro, no tocante à sua fisionomia produtiva e social, o caminho seguido foi o de operar uma classificação da população em categorias profissionais. Esta operação apresenta-se tão eficaz quanto inevitável, quando a quantificação documental existe: ela permite descrever os caracteres fundamentais de um espaço urbano, por meio da distribuição dos habitantes em diferentes sectores de actividade; o que fornece uma imagem das vocações económicas do espaço urbano em questão (actividades relativas ao sector primário, actividades ligadas às manufacturas e indústria, actividades ligadas aos serviços...). Simultaneamente, esta construção reporta-nos à estratificação social do espaço em estudo, porque a classificação socioprofissional traça um ou vários escalonamentos de hierarquias sociais²¹.

A esta classificação socioprofissional «dura» apontam-se inúmeras deficiências, como sejam a necessidade de acrescentar aos critérios unicamente profissionais, variáveis socioeconómicas como sejam os níveis de riqueza ou de rendimentos, as relações entre ocupações, os sectores de actividade... Também a irreduzível singularidade desta grelha (uma classificação socioprofissional para cada situação documental/espaço em estudo) implica a impossibilidade de aplicação de um mesmo formato, a contextos diversos. Deste modo, as comparações tornam-se praticamente impossíveis, já que aos indivíduos pertencentes a um dado estatuto social em espaços urbanos afins, podem corresponder funções e relações com a produção distintas.

Quando faltam os dados quantitativos sistemáticos, um caminho interessante, embora de difícil execução, é o de apreender o espaço urbano como um espaço onde se inscrevem os comportamentos, sobretudo como uma parte integrante e indissociável desses comportamentos: apreender tal espaço, como um actor social. Não se negando a utilidade das categorias socioprofissionais – exteriores ou contextuais –, antes se impregnam as mesmas com as relações sociais que contribuíram para o seu aparecimento²².

Ao entrecruzarmos, no nosso trabalho, a classificação socioprofissional com os vectores relativos à qualidade e tipo de habitação dos actores deste espaço urbano,

ficámos pois a meio caminho entre uma leitura «dura» do «facies» produtivo e social do bairro de Santa Catarina e o seu progressivo enriquecimento com outras relações sociais.

O bairro de Santa Catarina compunha-se por cerca de uma centena de artérias, destacando-se alguns eixos de circulação, com maior extensão e número de registos habitacionais – Rua Direita, Rua de Santa Catarina, Rua do Bonfim, Rua Chã. Seguem-se-lhes artérias onde a aglomeração populacional e produtiva ainda é forte (Ruas da Bainharia, Flores, Cimo de Vila, Bela da Princesa, Ruas do Sol ou dos Mercadores), mas a fragmentação instala-se rapidamente, através da multiplicação de pequenos arruamentos.

Os prédios do centro do Porto no 1.º terço do século XIX eram predominantemente térreos, embora a construção em altura, por vezes até muito alta (7 pisos, por exemplo) equilibrasse o conjunto arquitectónico. Pode ser que a impressão da construção em altura dominasse, mas é a casa térrea que se encontra bem presente, nesta cidade de Antigo Regime.

Distinguem-se três áreas de prédios urbanos, de diversas alturas: a área de maior peso e dispersão espacial é a da *construção térrea*, tendo nós distinguido ainda uma área a que chamámos de *construção «média»* (habitações com 2 pisos) e ainda uma área de *construção em altura* (3 e mais pisos), aquela de maior concentração espacial e menor peso, no bairro.

Os prédios altos concentravam-se na zona ribeirinha do Monte da Sé, em algumas artérias desse morro e na sua zona alta, respectivamente, por exemplo, na Rua dos Canasteiros, na Rua Nova de S. João ou na Rua das Flores.

Já os prédios de altura «média» não apresentaram uma construção espacial tão evidente, distribuindo-se pelo morro da Sé, pela zona ribeirinha ou pela zona da Batalha.

A construção térrea cobre os interstícios das anteriores manchas, surgindo assim tanto no centro do bairro (e da cidade), como nas áreas limítrofes do mesmo.

Embora nestes inícios do século XIX o acesso a signos exteriores de riqueza e prestígio se fizesse preferentemente no tocante a vestuário e adornos, a verdade é que a residência, habitação do indivíduo, funciona como indicador da sua condição sócio-económica. Esta asserção é comprovada na própria documentação estudada, onde, por ordem crescente, se indicava a qualidade da casa, emparelhando-a com um dado posto militar – casa de 1.ª classe indicava casa digna para aboletar oficiais gerais, casa de 4.ª classe indicava casa para aboletar sargentos e soldados, por exemplo.

Tanto a 1.ª, como a 4.ª classes habitacionais surgiam mais frequentemente em casas de um só piso, embora no primeiro caso se indique, com alguma frequência, a situação de «casa palçada»; enquanto no último caso, são as «lojas» o prato forte.

As habitações térreas (bem como, paradoxalmente, as águas-furtadas) são apanágio de habitação desqualificada, característica que as acompanhará até aos dias de hoje. É por entre as casas de um só piso que a classe habitacional mais fraca predomina.

Também as águas-furtadas serão ocupadas, regra geral, por camadas sociais com menores rendimentos, caso bem assinalado em estudo coevo ao nosso, mas para Lisboa²³.

O Porto surge como uma cidade onde o processo industrializador ainda não havia gerado as grandes diferenciações sociais que inevitavelmente surgirão. Não conseguimos detectar com clareza, no bairro de Santa Catarina, zonas mais abastadas: o Monte da Sé é o cadinho urbano típico, existindo nele artérias onde há predominância de uma melhor qualidade habitacional, ao lado de arruamentos onde abundam as fracas condições habitacionais. Há assim uma notável complementaridade de condições habitacionais, coexistindo de forma visível casas de 1.ª e de 4.ª classe.

Também noutros estudos se afirma esta coexistência, paredes-meias, de diferenças sociais – em Lyon, em finais do século XVIII, os jornaleiros (mundo do trabalho) coabitavam facilmente com os burgueses (mundo dos privilegiados), sendo os quartos dos andares superiores das casas destes, frequentemente ocupados por aquela mão-de-obra numerosa²⁴. Existe um limite impreciso e fluído entre estes dois mundos, próximos um do outro.

O estudo da distribuição espacial das diversas categorias habitacionais analisadas revelou algumas manchas citadinas: os armazéns, símbolo de actividade económica subjacente, encontravam-se preferencialmente nas zonas da Ribeira, Batalha e de Santa Catarina. As «ilhas» encontravam-se implantadas preferencialmente em zonas de industrialização dinâmica, como sejam a zona circundante às Fontainhas. As zonas de «pobreza», assim mencionadas na documentação e aí distinguidas dos «pardieiros», apresentam alguma concentração na zona ribeirinha da cidade (no Barredo, por exemplo); enquanto estes últimos são tão assinalados no centro citadino, como nas artérias periféricas, a leste. A rua de Wellesley, por exemplo, apresentava forte proporção de pardieiros, «ilhas» e «casas ordinárias».

Se os «quartéis de galegos» se distribuíam pela encosta do monte da Sé, as «barracas» encontram-se assinaladas na base e no topo desta elevação (todas estas distinções se encontram originalmente no acervo documental estudado).

As «quintas» detectadas situavam-se em zonas limítrofes do bairro de Santa Catarina e apresentam uma qualidade habitacional superior à média, da mesma forma que as «casas apalaçadas» o fazem. Se é verdade que coexistem, paredes-meias, habitações de 1.^a classe com aquelas de 4.^a classe, também as «casas apalaçadas» parecem preferir o centro urbano, à periferia. Resquícios de um burgo medieval controlado, do cimo do monte da Sé, por um Cabido abastado e cuidadoso das suas prerrogativas.

As «fábricas» existentes em Santa Catarina têm um carácter periférico em relação ao morro da Sé, atestando a permanência, no centro, da oficina e da loja. São as zonas do Bonfim, Fontainhas e da rua de Santa Catarina que se dedicam à produção de olaria, sabão, sola, tecidos e chapéus, metalurgia, etc. A heterogeneidade produtiva reinava, como se pode comprovar.

Os «hospitais» situavam-se nas zonas da Batalha e Fontainhas, embora saibamos que os hospitais militares e de convalescença se multiplicaram, na época do Cerco do Porto.

Encontrámos ainda referências a «casas inabitáveis», «casas demolidas», «casas fechadas», «casas arruinadas». Em comum, apresentam uma maior concentração no topo e encosta do monte da Sé (na primeira e segunda situações), uma dispersão espacial evidente pelo bairro no que toca aos restantes casos. Note-se que, para 1832-33, as «casas arruinadas» abundam nos Guindais e na rua de Sima de Muro, situação explicada decerto pela sua situação, sujeita aos bombardeamentos.

A ocupação dos indivíduos recenseados no bairro de Santa Catarina, enformada por uma grelha socioprofissional centrada inevitavelmente nos pólos rural, artesanal e comercial (à qual aduzimos um sector de rendimentos de origem indeterminada), mostrou-nos a predominância do sector terciário em Santa Catarina, seguido de perto pelas actividades industriais e, muito de longe, pelas actividades do sector primário.

O Porto é, no seu centro urbano (o bairro de Santa Catarina) uma plataforma de trocas e de pequena produção, sendo a indústria têxtil, do vestuário e calçado, a fatia mais forte do sector secundário e um segmento importante do comércio, só ultrapassado, de forma muito leve, aliás, pelas trocas ligadas ao abastecimento de géneros alimentícios.

O comércio, nas suas formas ambulatória ou fixa, de grande ou pequena dimensão, ocupa quase 1/4 da população activa do bairro de Santa Catarina. Os comerciantes e negociantes de peso da cidade habitariam predominantemente a umas centenas de metros do agitado centro comercial e financeiro da urbe, preferindo o topo do monte da Sé, à zona ribeirinha (situação análoga àquela verificada para Lisboa, para época coeva²⁵). Dedicam-se estes homens aos negócios de panos (lãs, linhos, sedas, etc), calçado e artigos afins (como os curtumes ou a sola) e quinquilharias (ferragens diversas, loiças, etc). As suas casas, com dupla funcionalidade de residência-loja, de melhor qualidade habitacional do que a média, reflectem, pela sua altura e pela loja aberta a nível do pavimento, praticando o comércio à vista de todos, capacidade económica e um espírito burguês nascente.

O pequeno comércio mostra falta de uma verdadeira especialização profissional e toca o mundo do trabalho manual, encontrando na junção de actividades produtivas e comerciais, uma complementaridade de rendimentos²⁶. Regra geral, as habitações destes actores económicos são térreas e de fraca qualidade

O pequeno comércio ambulante, sector económico subterrâneo, terá entretanto florescido com o estrangulamento urbano do centro de raízes medievais. Aqui, a saturação comercial é efectiva e as periferias ficam desguarnecidas de actividades de troca. Os vendedores porta-a-porta ir-se-ão tornando vitais para o abastecimento de todas as áreas envolventes deste centro, que entretanto também não os dispensa²⁷. O Porto terá, no entanto, eixos semi-periféricos que emergirão, dando alento ao modelo policentrado urbanístico, como é o caso da rua Direita: as zonas da Batalha e de Santo Ildefonso são polvilhadas de tendas, tendeiros, lojas e negócios que lhes imprimem dinâmica económica complementar àquela vivida na zona da Sé e Ribeira.

Mas, se o bairro de Santa Catarina, centro citadino, é de cariz predominantemente comercial, não devemos esquecer a importância da feição manufactureira e industrial portuense. Esta, parece ser mais típica do monte da Vitória – como o demonstrámos em estudo anterior²⁹ – bem como de outras áreas citadinas, o que indicia a existência de zonas de actividade económica dominante, seja ela de laboração artesanal ou de actividade comercial.

A indústria portuense é tradicional, manufactureira e artesanal. Tecnicamente não-inovadora, a oficina familiar é a unidade-base da produção, geralmente com 4 a 6 trabalhadores, não ocorrendo uma dissociação clara entre «habitat» e local de trabalho. Produzir roupas, calçar as gentes, fazer chapéus, fornecer utensílios para o trabalho diário em variadas actividades, parecem ser os objectivos primordialmente visados por esta pequena produção oficial²⁹

As actividades ligadas à agricultura e pescas, com um peso muito reduzido no nosso estudo (já que analisámos o núcleo citadino), sediam-se, no primeiro caso, em artérias periféricas ao centro da urbe e no segundo, na zona ribeirinha; registando uma qualidade habitacional fraca.

Também o sector secundário regista predominância de casas térreas e de 4.^a classe habitacional; exceptuando-se os casos dos serralheiros, da olaria e das actividades ligadas à tipografia, edição e artes correlativas, que apresentam uma maior frequência de habitações de 3.^a classe.

A regra geral da distribuição espacial das actividades ligadas ao sector secundário é a dispersão, embora se assinalem alguns casos de concentração nítida. Tal é o caso dos latoeiros, funileiros, cutileiros ou violeiros, claramente implantados na rua da Bainharia;

dos oleiros e marceneiros, que preferem a zona leste da cidade; dos espingardeiros, sediados maioritariamente na Rua Direita; dos correeiros nas Ruas dos Mercadores e de Santo António; ou dos serigueiros, que preferiam as artérias do topo do Monte da Sé e o seu prolongamento para leste, na Rua de Santo António.

A característica notória relativamente às habitações albergando indivíduos trabalhando no sector terciário, é a tendência para apresentarem uma melhor qualidade habitacional; bem como a tendência para se revelarem padrões de concentração espacial das ocupações mais definidos, do que os detectados para os sectores primário ou secundário.

A Rua Direita, eixo de ligação da parte central da cidade, à sua zona leste (São Lázaro, Bonfim, Fontainhas, etc.), surge como chamariz tanto de estalagens, como de negócios envolvendo trocas. Os negócios e negociantes de diversos produtos (panos, lãs, chás) tinham na Rua das Flores um eixo muito importante, complementado por artérias próximas, como o sejam a Rua Nova de S. João (onde a concentração de negociantes de loiça é notável) ou a Praça da Ribeira. Os negociantes de sola preferiam a Rua do Souto, os adeleiros concentravam-se nas Ruas Chã e da Senhora do Ferro.

É de registar a proporção de mulheres exercendo actividades comerciais, bastante superior àquela registada nas actividades de índole industrial e artesanal, o que indicia provavelmente uma maior facilidade de acesso, por parte destes indivíduos, a estas mesmas ocupações.

Os contratadores de carnes sediavam-se a leste, na rua das Fontainhas (de fácil acesso, vindo do «hinterland» do burgo), enquanto os contratadores de sardinha se sediavam perto da zona ribeirinha, na Rua da Lada.

Também as ocupações ligadas aos transportes apresentavam fixações residenciais logicamente ligadas à especificidade da actividade – quem se dedicava aos transportes fluviais e marítimos residia perto do rio, na zona ribeirinha; enquanto quem se dedicava aos transportes terrestres residia nas zonas da Batalha e do Bonfim.

Uma fatia considerável da população de activos analisada (cerca de 16 %) apresenta uma condição pluriactiva a que não podemos permanecer alheios. A pluriactividade surgiria naturalmente, na sequência das estruturas económicas de colocação do produto nos circuitos comerciais (e os próprios circuitos, eles mesmos) não estarem montadas. Não se fazendo por terceira pessoa a ligação entre a unidade de produção e o mercado, era o próprio fabricante que assumia esse papel, abrindo, muito naturalmente, as portas da sua residência-oficina ao público (transformando-a, conseqüentemente e em acumulação de funções, em loja).

Através da diversificação das actividades económicas, buscava-se a diversificação e o aumento dos rendimentos. Tentava-se a sobrevivência da melhor forma possível, complementando-se os rendimentos da produção, eventualmente esporádica, com o exercício do comércio.

Esta situação, que revela uma falta de especialização e de divisão do trabalho será comum nas sociedades oitocentistas, mas não só: não lembra António Firmino da Costa, em trabalho sobre a sociedade portuguesa contemporânea, a importância da pluriactividade individual ou familiar, comprovada também por João Ferreira de Almeida, José Madureira Pinto ou Manuel Villaverde Cabral?³⁰ Esta pluriactividade surge revestindo situações ambíguas entre a vida rural e a vida urbana, como sejam estratégias de parcial abandono ou parcial conservação da actividade agrícola, inseridas em fenómenos de industrialização ou urbanização dos campos, em fenómenos de migrações pendulares, etc. O próprio Firmino da Costa confirma a dualidade existente por entre a população de

Alfama, que joga em dois tabuleiros, o rural (a aldeia, como rectaguarda da vivência cidadina, a que se regressa com frequência) e o citadino (o bairro lisboeta, onde se vem «fazer vida», mas do qual, eventualmente, se sai, nas idades mais tardias)³¹.

Nem todos os mercados funcionavam com tal falta de especialização, e a comparação de uma outra situação com a portuense, poderá elucidar-nos sobre as perversidades e traços positivos desta situação. Em Lyon, na segunda metade do século XVIII, os trabalhadores de seda, operários altamente qualificados num ofício delicado e difícil, exerciam a sua actividade no domicílio, encontrando-se na total dependência dos negociantes que lhes colocavam no mercado os produtos confeccionados. Não assegurando a venda da sua produção, estes trabalhadores viam-se numa situação económica perversa, sendo a sua condição económica frequentemente inferior àquela dos mestres artesãos, que produziam, mas vendiam³².

A pluriactividade surge assim como traço económico arcaico, por um lado; e um travão à proletarização do trabalhador, por outro. Produzir e vender faz parte de uma estratégia individual que busca evitar a degradação de nível de vida que poderia ocorrer, caso o produtor dependesse totalmente de uma estrutura comercial.

Estes indivíduos assumem uma posição paradoxal, através da sua falta de especialização. Tentam, por um lado, evitar os efeitos perversos de uma economia de Antigo Regime onde o produtor ficaria depauperado face à tirania ou ineficácia do comerciante do produto e das redes de troca; mas evitam também a chegada do moderno processo industrializador, ao manterem, de forma natural e relativamente eficaz, a não especialização da sua produção: a penetração do desenvolvimento tecnológico e de novas formas de organização do trabalho torna-se deste modo particularmente difícil.

O centro da urbe portuense parece, pois, aguardar ainda pelas modificações operadas pela modernização económica trazida (inevitavelmente) pela industrialização, sendo que subsistem formas de vida e de organização socioeconómica ainda marcadas por uma economia de Antigo Regime.

4 – Que caminhos seguir?

Antes do mais, tentar apreender até que ponto foi a primeira metade do século XIX uma época em que a cidade do Porto conseguiu, paralelamente à perpetuação de técnicas antigas e estruturas tradicionais de produção, melhorar a organização dos transportes, aumentar (ou não) a mobilidade da mão-de-obra, abandonar gradualmente o sector primário, fazer uma expansão de mercados e da procura global que são antecedidos por uma situação de dinamismo demográfico.

É o mundo das oficinas, fábricas e do trabalho, aquele a que tentamos aproximarmo-nos. Não negando que os grandes comerciantes da cidade, negociantes de vinho do Porto e produtos afins, tenham tido na primeira metade do século um declínio das suas posições; procuraremos perceber como e por onde ia crescendo a cidade, de que forma se desenhariam zonas cidadinas dedicadas a esta ou àquela tarefa produtiva, de que forma se entrosariam as indústrias existentes com as zonas ribeirinhas de uma urbe tão longamente ligada ao rio. De que forma se situavam os trabalhos femininos e de crianças, neste mercado em expansão? De que forma subsistiam as franjas marginais da sociedade?

Que continuidades e descontinuidades se poderão detectar nesta realidade urbana de inícios de oitocentos? Até que ponto encontraremos, nesta época e para esta cidade, uma situação de proto-industrialização, se a entendermos tal como Maxine Berg

a transcreve, citando os teorizadores deste processo – «uma fase de grande proliferação de manufacturas rurais domésticas, fase que se distingue por três factores (...): (1) simbiose económica e social entre agricultura e indústria através das estações do ano; (2) indústria coordenada por mercadores urbanos; (3) indústria dependente de mercados distantes»^{33?} Poderemos detectar estas situações, no Porto oitocentista da primeira metade do século XIX?

NOTAS

* Apoiada pelo Sub-Programa Ciência e Tecnologia do 2.º Quadro Comunitário de Apoio

¹ Alguns exemplos esparsos, genéricos mas de assinalável qualidade, são Hohenberg, Paul M.; Lees, Lynn Hollen – *The making of urban Europe. 1000-1950* – Cambridge (Massachusetts)/London (England), Harvard University Press, 1985; Bairoch, Paul – *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire* – Paris, Gallimard, 1985; Benevolo, Leonardo – *La ville dans l'histoire européenne* – Paris, Éditions du Seuil, 1993; Lepetti, Bernard – *Les villes dans la France moderne (1740-1840)* – Paris, Albin Michel, 1988; Poussou, J.-P. – *La croissance des villes au XIXe siècle. France, Royaume-Uni, États-Unis et Pays Germaniques* – 2ª edição, Paris Sedes, 1992. Sem nos esquecermos, é claro, do monumental estudo sobre a França urbana de Duby, Georges (dir. de) – *Histoire de la France Urbaine* – 6 Vols., Paris, Seuil, s.d.

² Cf., por exemplo, Teixeira, Manuel C. – *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes* – in «Análise Social» – Lisboa, ICS, vol. XXVIII (121), 1993 (2.ª), pp. 371-390 e a bibliografia cuidada mencionada nesse artigo.

³ Salgueiro, Teresa Barata – *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana* – Porto, Edições Afrontamento, 1992.

⁴ Guichard, François – *Porto, la ville dans sa region* – 2 Vols., Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais de Paris, 1992; Oliveira, J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento* – Coimbra, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Geográficos, 1973.

⁵ Vejam-se os exemplos dos estudos de Luís Paulo Saldanha Martins, de José Alberto Rio Fernandes ou Hélder Marques no estudo da área do Porto; o estudo de Teresa Soeiro para Penafiel; os estudos de Mário Fernandes ou Miguel Bandeira, respectivamente para Viana do Castelo ou Braga; para citar somente alguns dos trabalhos manuseados pela autora.

⁶ Teixeira, Manuel C. – *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes* – in «Análise Social» – Lisboa, ICS, Vol. XXVIII, 121, 1993 (2.ª), pp. 371-390.

⁷ Pinheiro, Magda Avelar – *Relatório de cadeira de História Urbana do Mestrado de História Social Contemporânea* – Provas de agregação em História Social Contemporânea apresentadas no ISCTE – Lisboa, policopiado, 1997.

⁸ Pinto, Maria Luís Rocha; Rodrigues, Teresa – *O crescimento urbano no Portugal oitocentista* – in «População e Sociedade» n.º 2, Porto, 1996, pp. 131-146; ou, das mesmas autoras – *As tendências recentes da distribuição populacional portuguesa: uma evolução que privilegia os aglomerados de maior dimensão* – in «População e Sociedade», n.º 2, Porto, 1996, pp. 147-158.

⁹ Rodrigues, Maria Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento* – Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

- ¹⁰ Ramos, Luis de Oliveira (dir. de) – *História do Porto* – Porto, Porto Editora, 1995.
- ¹¹ Madureira, Nuno – *Cidade: espaço e quotidiano*. (Lisboa, 1740-1830) – Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- ¹² Cf., sem ser exaustiva, Costa, António Firmino da – *Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido desigualitário* – in «Revista Crítica de Ciências Sociais» n.º 14, 1984, pp. 77-108; Costa, António Firmino da – *Alfama: entreposto de mobilidade social* – in «Cadernos de Ciências Sociais» n.º 2, 1984; Costa, António Firmino da – *Ambivalências. Formas Sociais e culturais no bairro de Alfama* – in «Povos e Culturas» n.º 3, 1988, pp. 169-185; Costa, António Firmino da; Guerreiro, Maria das Dores – *O trágico e o contraste. O fado no bairro de Alfama* – Lisboa, Dom Quixote, 1984.
- ¹³ Cordeiro, Graça Índias – *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica* – Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- ¹⁴ Cf. Pereira, Gaspar Martins – *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX. A freguesia de Cedofeita* – Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ed. policopiada, 1986; ou Pereira, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)* – Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ed. policopiada, 1993 (editada pelas edições Afrontamento, 1995); ou ainda Pereira, Gaspar Martins – *Casa e família. As «ilhas» no Porto em finais do século XIX* – in «População e Sociedade» n.º 2, Porto, 1996, pp. 159-184.
- ¹⁵ In Lévi-Strauss, Claude – *Raça e História* – Lisboa, Editorial Presença, 5.ª edição, 1996, p. 34 (1.ª edição, em língua francesa, ed. Unesco, 1952).
- ¹⁶ Fernandes, Paula Guilhermina de Carvalho – *Trabalho e habitação no Porto oitocentista (1832-1833) O Bairro de Santa Catarina durante o Cerco do Porto* – Porto. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada, 1995. As conclusões aqui apresentadas, no ponto 3, são parte integrante de um capítulo da referida dissertação.
- ¹⁷ O bairro de Santa Catarina abrangia o monte da Sé e a zona ribeirinha, centro comercial da cidade, prolongado-se para leste até às zonas de Bonfim e Campanhã, o que nos permitia abordar simultaneamente o centro da cidade e algumas das zonas urbanas periféricas. A cidade foi dividida, para fins administrativos e judiciais, em 1832, em três bairros – o de Santa Catarina, o de Santo Ovídio e o de Cedofeita.
- ¹⁸ *Livro de recenseamento do Bairro de Santa Catarina* – Arquivo Histórico Municipal do Porto, recenseamento cuidadoso efectuado com o fim de aboletar as tropas liberais que por então chegavam à cidade. Sabemos que este recenseamento se apoiou em informações requisitadas aos párocos das diversas paróquias da cidade, relativas aos livros de Róis de Confessados contemporâneos; bem como se chamaram informadores que melhor esclarecessem a Comissão de Recenseamento e Aboletamento entretanto constituída, sobre o número e qualidade dos aquartelados que cada um poderia ter em sua casa (in *Livro 72 de Próprias*, AHMP, fls. 104 a 105, em 10 de Dezembro de 1832).
- ¹⁹ Isto é, a ocupação, a transformação dos lugares e a assumpção de significações através da localização dos objectos e de actividades específicas, ao modo de vida de cada habitante.
- ²⁰ Um exemplo de um estudo exemplar seguindo estes pressupostos é a obra de Jean-Pierre Frey – *La ville industrielle et ses urbanités. La distinction ouvriers/employés. Le Creusot 1870-1930* – Liège, Pierre Mardaga Éditeur, 1986.
- ²¹ A este propósito, a autora fez uma reflexão prévia em *A classificação socio-profissional: uma questão em aberto* – Porto, Revista «População e Sociedade» do Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM), pp. 177-208, 1994. Cf. também, com outras perspectivas, Madureira, Nuno – *O critério antropológico: categorias ocupacionais nos lanifícios da Covilhã* – in «Ler História» – Lisboa, ISCTE/IJNICT, pp. 97-120, 1996.
- ²² A este propósito, é de mencionar a exemplar obra de Simona CERUTTI – *La ville et les métiers. Naissance d'un langage corporatif (Turin, 17^e-18^e siècle)* – Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.

- ²³ Madureira, Nuno – *Cidade: Espaço e quotidiano (Lisboa, 1740-1830)* – Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 41.
- ²⁴ Garden, Maurice – *Lyon et les Lyonnais au XVIII^{ème} siècle* – Paris, Flammarion, 1975, pp. 138-139.
- ²⁵ Madureira, Nuno – *op. cit.*, pp. 48-49.
- ²⁶ Maurice Garden corrobora esta situação para Lyon, no final do século XVIII. Cf. Garden, Maurice – *Lyon et les Lyonnais au XVIII^{ème} siècle* – Paris, Flammarion, 1975, pp. 130-131.
- ²⁷ À semelhança, aliás, do que acontece em Lisboa para época coeva. Cf. Madureira, Nuno – *Op. cit.*, pp. 31-32.
- ²⁸ Fernandes, Paula Guilhermina de Carvalho – *Breve abordagem a uma estrutura socio-profissional do Porto nas vésperas do Cerco* – Comunicação apresentada ao Congresso «O Porto na época contemporânea», realizado pelo Ateneu Comercial do Porto em Outubro de 1989, entregue para actas, 1989.
- ²⁹ *Idem.*
- ³⁰ In Costa, António Firmino da – *Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros* – in «Análise Social» – Vol. XXI, 87-88-89, 1985, p. 751.
- ³¹ *Idem.*, pp. 735-756.
- ³² Garden, Maurice – *Lyon et les Lyonnais au XVIII^{ème} siècle* – Paris, Flammarion, 1975, pp. 130-131.
- ³³ Berg, Maxine (ed. by) – *Markets and manufacture in early industrial Europe* – Londres e Nova Iorque, Routledge, 1991, p. 4.

A ESCOLA PRÁTICA COMERCIAL RAUL DÓRIA (1902-1921)

ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

José António Afonso
Universidade do Minho

ABSTRACT

The present preliminary reflections based on the organizational ethos of a school of the city of Porto in transition to the XX century intent to take a whole detailed list of the pertinent variable that can make the configuration the educational search and offer and want also to explain the purpose of a social history of the educational practice.

1 – INTRODUÇÃO

Começar este texto impõe que se pontualizem os limites em que é produzido. No presente momento do processo de análise da Escola Prática Comercial Raul Dória o projecto configura-se demasiado incerto, mas tem já algumas ancoragens que se inscrevem num conjunto de reflexões prévias que pré-configuram o objecto que se quer estudar. Emergência, portanto, de um *território* específico – espaço/tempo(s) – onde as pistas (no sentido que lhe atribui Carlo Ginzburg) são, potencialmente, hipóteses, ainda que situadas num primeiro nível da investigação, ou seja a leitura das fontes primárias, e de algumas secundárias¹.

O inventário que então se irá construir terá implícita a reflexão sobre as metodologias convocadas, no sentido de dissecar as suas virtualidades, ou de detectar os enviesamentos, por vezes insuspeitos, que a prospecção do real origina.

Enquanto projecto, a investigação constrói-se num ainda imaginado percurso: um espaço – a Escola Raul Dória – ; uns tempos – a sua vida desde 1902 até à morte de Raul Dória ocorrida em 1921, mesmo que a escola se tenha mantido, dirigida por Campos Vaz, até 1964. É óbvio que espaço e tempo não são em si referências absolutas, nem poderão ser interpretados (ou interpolados) desprovidos das suas especificidades; o recurso à *espessura* da individualidade é elemento capital na reconstituição do sentido das práticas que aí se inscreveram, bem como no desvendar das relações que as instituíram.

Assim, várias hipóteses, hoje se me colocam, e pela leitura do inventário do espólio da Escola, podem ser consideradas indicações preciosas para sondar o inamável.

A especificidade empírica terá que estar em relação com elementos de ordem documental e de natureza biográfica (mas, também, bibliográfica). As indagações privilegiarão o sentido de reconstruir as configurações, quer sincrónicas, quer diacrónicas, que sejam passíveis de ser retidas quando se processa o elucidar da enunciação, no triplo aspecto

que nos propõe Jean-Claude Passeron: informação, conhecimento e inteligibilidade², que possibilitam reconstruir historicamente o objecto restituindo-lhe a realidade sociológica, ou seja recusando um essencialismo trans-histórico³

Aspectos particulares e intrínsecos à natureza das fontes podem ditar que estas não se revelem tão pertinentes quanto o esperado ou que se manifestem lacunares, assim como as possibilidades biográficas se esfumarem por inúmeras razões.

Avançar para um corte com as ilusões impressionistas bem como uma ruptura com a factualidade naturalista (ou ideográfica) – «a crónica, o inventário, concebido como oposto da investigação das regularidades, das tendências ou de tipos capazes, pela generalidade das asserções que eles autorizam, de dotar de uma inteligibilidade construída a descrição ou a explicação das singularidades»⁴ – é, portanto, uma preocupação central.

O objecto contextualizado é passível de ser enquadrado na matriz de hipóteses que implicitamente, desocultará a concepção genética, *strictu sensu*, que impera na reconstituição dos textos – escritos e/ou narrados –, porque as lógicas discursivas não são neutras, manifestando uma efectiva ligação pressuposta nas locuções ou nos estilos, em duplo sentido: serem afectivas e produzidas como justificativas e justificantes de uma prática.

A justificação desta opção prende-se com o tratamento e análise documental, que neste momento, por incipientes, não permitem explicar a dimensão narrativa – ou historiográfica – que é tecida em torno da própria Escola. Não que a narrativa seja em si um pecadilho, mas descontextualizada torna-se uma hagiografia, que por vezes roça uma absoluta indiferença perante a própria dinâmica institucional, transformando-a num mito, mais do que indagar sobre a importância que esse espaço educacional aportou para o campo escolar, e de forma mais particular para o ensino técnico, no Porto⁵.

Importará, então, deslindar os afastamentos e apreender os sentidos, quer se incrustem no plano institucional, quer se vinquem na memória que se gerou (e geriu), ou segundo Pierre Bourdieu detectar o efeito de *hysteresis*⁶.

Organizaremos esta prospecção como um tríptico, cujos sentidos serão dados pelos protagonistas, quer directos, quer com relações de afinidade vincadas por um umbilical projecto de mudança social, e que se focalizam na própria Escola. A estratégia usada parte da ideia central que a Escola é o ponto de ancoragem, gravitando em torno dela séries de relações, que poderão ser contornadas tanto quanto as fontes documentais o permitam, e assentará em afirmações produzidas no âmbito de diferentes conjunturas da Escola, completadas com uma tentativa de contextualizar as dimensões que se ligam com o domínio do ideológico, do político, do intelectual, ou seja, em termos genéricos: as interrelações que se reflectem na Escola.

2 – A ESCOLA

O objecto de estudo é a escola fundada por Raul Dória em 1902 e que se dissolveu em 1964. O período que estudaremos é balizado pelos anos de 1902 e de 1921 (ano da morte do seu fundador).

Alinham-se alguns dos traços que é possível reconstituir, com base em informações recolhidas de estudos avulsos e na documentação já lida:

- 1 – Começou por um acaso.
- 2 – Consolidou-se paulatinamente, reforçando-se no período que medeia entre 1909 e 1921.
- 3 – Manteve-se, apesar das conjunturas políticas e sociais, em funcionamento pleno entre 1921 e 1964.
- 4 – Surgiu da firme determinação de uma pessoa, Raul Dória, e, após a sua morte, a sucessão de Campos Vaz, até 1964, foi decisiva.
- 5 – Preocupou-se em manter uma marca de distinção, o ensino prático do comércio, que se apoiava em «laboratórios», simuladores de uma praça real de comércio, e acompanhou sempre todas as inovações pedagógicas, socorrendo-se do estudo das formas de funcionamento de estabelecimentos europeus similares, particularmente de Espanha e França.
- 6 – Os professores eram convidados, e no aspecto curricular a Escola pautou-se pela aferição dos programas às necessidades de configurar a visibilidade social do comerciante – instruindo mas não enfermado dos vícios do «doutorismo», como enfatizava Raul Dória.
- 7 – O «sucesso» dos alunos pautou-se pelo nível de ingresso no mercado de trabalho e pelo ocupar posições de destaque nas estruturas empresariais.
- 8 – A Escola nunca foi reconhecida pelo Estado, apesar das tentativas feitas, que despoletaram, em 1916, uma célebre polémica.
- 9 – O seu fundador, bem como o pai, administrador da Escola, perfilhavam os ideais democráticos e republicanos.
- 10 – No plano organizativo a Escola procurou:
 - A plasticidade de oferta de cursos e a sua sequencialidade, isto é: admitia alunos que tinham o primário até alunos já com formação secundária; aos primeiros obrigava-se à frequência de uma classe preparatória e para os outros os dois (ou três) anos curriculares bastariam; refira-se que a estrutura curricular estava dividida em *cadeiras*, comuns aos vários cursos que podiam ser frequentadas independentemente de se obter o diploma – ou seja fazer-se o curso.
 - Os alunos eram internos e externos, oriundos de várias regiões do país, e a partir de certa altura a Escola começou a receber alunos de África e do Brasil, pagavam propinas mensais e os pais periodicamente recebiam um boletim informando do percurso escolar do filho; os cursos por correspondência sempre acompanharam a existência da Escola (pelo menos até 1921).
 - Implementar o espírito associativo entre os alunos e as práticas desportivas; anualmente comemorava-se o aniversário da instituição.
 - A feitura de textos pelos professores da Escola, que serviam de manuais para as respectivas cadeiras, impressos na tipografia da Escola e vendidos na sua livraria.
- 11 – Procurou, pelo menos até certa altura, manter uma relação privilegiada com os periódicos da época.

3 – TRIPTICO I – Um projecto global e um espaço de distinção

Na Sessão Solene do 13.º aniversário da Escola, Aarão de Lacerda profere uma conferência subordinada ao tema: *O ensino profissional e a Escola Raul Dória*?. Nela se reforçam as seguintes ideias reitoras:

- a) «A Agricultura, a industria e o comércio sofrem nas edades modernas e contemporânea as mais profundas modificações. O progresso, crescente e contínuo das duas primeiras transformou a sua comum resultante»;
- b) «Mas esta lucta de concorrência baseia-se num princípio máximo de primordial importância: o princípio educativo. A instrução é chamada a desenvolver o papel preponderante reivindicador: ela que durante tanto tempo foi considerada um luxo, uma superfluidade, mostra-se hoje como um instrumento poderoso de trabalho indispensável para todo o homem»;
- c) «O educando comercial prepara-se para a sua verdadeira missão estudando e observando os fenómenos da vida comercial, tirando scientificamente as suas leis e os seus métodos [. . .]. É erro dizer-se que se excluem – o aluno pelas duas culturas, prática e teórica, alarga o seu horizonte mental, enriquece o seu conhecimento da vida por meio das revelações scientificas»;
- d) «O problema educativo depois de solucionado ha-de reabilitar Portugal perante as outras nações: o ensino técnico tem de chamar as atenções dos estadistas, tem de preocupal-os seriamente porque a salvação da nossa patria queridissima reside principalmente na sua expansão agricola, industrial e comercial».

Relativamente à fundação da Escola o jornal *A Voz Pública*, de 3 de Outubro de 1905, fornece-nos a seguinte notícia:

«Não é preciso recorrer às estantes dos arquivos, nem ir perturbar a solidão habitual das bibliothecas para saber como rapido se operou o nosso desenvolvimento commercial, tão visível que chegou a transformar o aspecto material da nossa terra, sobretudo na zona em que a um grande movimento corresponde, um número consideravel de estabelecimentos.

Para isso basta recordar o Porto de ha cincoenta annos, esse Porto onde toda a actividade commercial se encontrava na rua das Flores e ia até aos Clérigos, a unica zona que apresentava para os de fora um traço característico saliente da nossa energia e acção, em lojistas de palmo que hoje ainda ali vêmos rarissimos exemplares e onde então a vida acanhada da nossa terra encontrava a satisfação de todas suas exigencias.

Mais tarde a vinda de novas necessidades, que deu como umia feição nova e mais ampla aos nossos costumes, operou rapidamente o alargamento da vida comum, tornando mais dispendiosa pelas novas exigências da época».

A título ilustrativo, entre as Associações das classes médias como então eram chamadas, escolheu-se fazer a seguinte referência, com base nos elementos que constam do Relatório, do ano de 1898, da Associação de Classe dos Empregados de Comércio do Porto:

Para além de aspectos relacionados com petições intrínsecas ao movimento – regulamento da bolsa de trabalho, descanso dominical, revisão de cláusulas da Reforma Administrativa, criação de uma liga nacional,... – um outro adquire importância: a abertura de cursos e a contratação de professores. Os cursos eram de caligrafia, escrituração, Português – Francês, Inglês e Música, como sessões livres de esclarecimento sobre modelos de lançamento e escrita comercial. Quanto aos professores havia a preocupação de «consultar alguns negociantes, guarda-livros e professores de ensino livre». A Associação, em Dezembro de 1899, tinha 663 sócios, distribuídos pelas seguintes classes: caixeiros de balcão, de armazém, depósitos ou lojas – 495; caixeiros despachantes – 8; cobrancistas, caixeiros de cobrança ou caixeiros viajantes – 7; empregados diversos – 72; empregados de escritório – 54; guarda-livros – 25, e tesoureiros – 2.

Os sócios eram fundamentalmente, das 95 ruas e praças do Porto, onde estavam sediados o Banco do Minho, a Companhia dos Tabacos, a Estamparia do Bolhão, o Banco Comercial, a Associação Comercial, os Armazens Herminios e o Banco de Portugal, havendo, contudo, 7 sócios de Vila Nova de Gaia e 1 de Lisboa.

Em termos de ruas e praças com mais de 15 associados, podem-se destacar: Rua do Almada, Praça Almeida Garrett, Rua dos Caldeireiros, Praça Carlos Alberto, Travessa dos Clérigos, Rua D. Pedro, Rua Ferreira Borges, Rua das Flores, Rua do Freixo, Largo dos Lóios, Rua de Miragaia, Travessa Sá Noronha, Rua Santa Catarina, Rua de São Lázaro e Praça dos Voluntários da Rainha⁸

Retomando a notícia:

«E, rapidamente, as pequenas lojas desaparecendo, para darem lugar a estabelecimentos luxuosos onde as vitrines caras, d'alto a baixo, vestidas de sedas ricas, foram dar um aspecto novo à cidade, e levantar o estímulo para novos empreendimentos⁹.

Com o desenvolvimento do nosso comércio, cresceram também, naturalmente as necessidades internas dos estabelecimentos, onde começou a tornar-se difícil a gerência sem um pessoal cujos conhecimentos fossem mais vastos. E sentiu-se imediatamente a necessidade de fundar escolas onde o caixeiro pudesse adquirir todos os conhecimentos práticos de escrituração, já indispensáveis aos individuos que se destinassem a esse ramo de actividade [. . .]. Nada mais prático, na verdade, que essa escola montada com todo o rigor tecnico – um pouco à americana – e a unica, no genero, que o nosso paiz possui».

Particularmente à Escola será de dissecar os mecanismos que operam a identidade distintiva («através da concentração de classes homogêneas de habitus»¹⁰) e a especificidade deste espaço-simbólico – no campo escolar, bem como no das classificações profissionais – além, fundamentalmente, do reconhecimento do diploma – que realmente se afirma no campo profissional como produto legitimado.

O *Correio do Norte*, de 18 de Setembro de 1906, sintetiza as diferenças da Escola:

«Systematizando, racionalmente, conhecimentos uteis, para que os alumnos possam em pouco tempo adquirir os indispensaveis ao exercicio da profissao a que se destinam, reduziu ao minimo o periodo de preparacao escolar, alcançando vantagens incontestaveis sobre o penoso, demorado e muitas vezes improficuo ensino official».

O *Norte*, de 3 de Dezembro de 1907 lança o seguinte repto:

«A Escola Raul Dória adentro do acanhamento peculiar à nossa raça e aos nossos hábitos, institue um ensinamento de extraordinaria significação e poderoso alcance [...]. Vê-se um tom harmonioso e excitante, chamando a curiosidade e impellindo ao estudo, a realização do pensamento cercado por uma ordem inteligente e destinada a um fim real.

Vê-se a pratica do conhecimento, mostra-se a ordenação da prática».

Entenda-se a modelar escola – como lhe chama Oliveira Marques – na inculcação de valores seculares, onde se incrustam lapidarmente afirmações de uma cultura comum marcada por práticas de interiorização do ideário da Escola, que reflecte o do seu fundador, e pelos ritos institucionais que afinam as trajectórias sociais¹¹, materializados nos regulamentos¹², na formalização das práticas associativas, que indelevelmente, pressupunham, também, atributos pedagógicos; na dinâmica das conferências, quer pelo perfil dos conferencistas, quer pelas temáticas – cooperativismo feminino, formação profissional, naturalismo... –, e pela institucionalização das festas de aniversário que serão o tempo de revitalização institucional.

Em opúsculo, *Breve notícia histórica*¹³, suponho que pelo punho de Raul Dória, é traçada uma cronologia da Escola:

Até 1902 – Período de formação;
De 1902 a 1904-7 – Período de organização;
De 1907 a 1912 – Período de evolução pedagógica;
1912 – Período de acção.

O princípio nuclear da Escola é assim traçado:

«Instrução tecnica completa no menor espaço de tempo, sem descurar a instrução geral, sem a qual não se admite já o negociante moderno».

Justificam os promotores da Escola a sua criação argumentando da seguinte maneira:

«Deficiente pela exiguidade das escolas Especiais e pela sua pessima organização, o ensino comercial, tal como existia, de pouco ou nada utilizava ao candidato a futuro commerciante, que passava longos anos, n'uma aprendizagem excessivamente theorica, justamente em materia em que a pratica é, senão tudo, importantissima

Sem um plano seguro e bem organizado a que obedecesse, o ensino official tanto permittia a matricula em mathematicas superiores a alumnos que nem conheciam a arithmetica elementar, como mantem hoje com inutil dispendio para o Estado um curso de preparação às escolas Superiores Commerciais e às mesma adjunto, quando outros cursos existem, – o curso geral dos Lyceos, o da Escola Infante D. Henrique e o Elementar de Commercio – que para as mesmas são o preparatorio

Esta babylonia de preparatorios, não é porém, o aleijão unico do nosso ensino. A mania do doutorismo contagiou também os organizadores deste ensino, que entenderam dever equiparal-o em extensão aos de qualquer bacharelato, e o mesmo com a sua phantasia se satisfez foi de oito annos! [. . .].

D'aqui a necessidade de organizar um curso que no menor espaço de tempo pudesse preparar para o desempenho das primeiras funções de commercio. Era e é sabido ainda que a grande maioria dos individuos que resolveram n'um momento de observação da própria vocação abraçar o commercio, preferem caminhar pela pratica do escriptorio, do que pelo ensino racional das escolas, e este facto justifica-o ainda a grande extensão dos actuaes cursos commerciaes das Escolas officiaes, sem garantias parallelas que lhe compensem a perda de tempo e o dispendio monetario»¹⁴.

A estes dispositivos outros haverá que acrescentar que permitem o reforço de laços estruturantes entre os alunos e a Escola, possibilitando que se forme uma identidade perene (refiram-se as práticas de troca de correspondência entre antigos alunos e o Director).

«A Escola Pratica Comercial Raul Dória [. . .] continuará a ministrar a instrução comercial no campo da prática e da teoria sabiamente combinadas, de forma que os chefes-de-familia que a procuram para a instrução dos seus filhos, tenham os mais completos resultados no mais reduzido espaço de tempo»¹⁵

A luta pela afirmação da Escola na estrutura do campo educativo, em termos de posição relativa, não correspondeu à sua real importância (veja-se a título ilustrativo a aceitação manifesta por alguns patrões dos diplomados pela Escola, em particular refiram-se os apelos dos proprietários dos Armazéns Grandela e Chr. Brucher & C.¹⁶).

Relacionada com este balanceamento, a dialéctica entre as estruturas mentais e as estruturas objectivas na Escola, joga-se no terreno da sua geografia interna¹⁶, onde se manifesta uma convergência entre espaços e tempos de aprendizagem, que em termos quotidianos absorviam o aluno.

«O rugido das fabricas supera o troar dos Krupps, o fumo da locomotiva eleva-se ao fumo da pólvora; no vasto campo do Deve e Haver, os contabilistas – capitães do progresso – enfileiram numerosos exércitos de paz que põe em completa derrocada os fraticidas exércitos de guerra. Mercúrio vence Marte.

Felizmente que em Portugal a febre das formaturas vai diminuindo e o valor do comercio vai-se reconhecendo, assim como a necessidade de se ampliar o mais possivel o seu ensino.

Cabe, porém, perguntar: onde existem no país essas escolas, que satisfaçam este almejado fim?

Exceptuando os Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e do Pôrto, cuja frequência deixa muito a desejar e que pela preparação que exigem a poucos se tornam acessíveis, apenas temos a Escola Prática Comercial Raul Dória que há 12 anos vem trabalhando denodadamente, preenchendo assim uma enormissima lacuna dentro do nosso país»¹⁷.

Para terminar, refira-se que a criação de uma identidade passa pela difusão de uma imagem que se quer fidedigna daquilo que internamente é a Escola – aqui os Anuários demonstram a sua importância estratégica, não só pela difusão, como também pela estrutura da sua composição, onde a fotografia adquire uma relevância extraordinária, também não será displicente referir as revistas, editadas pela Escola, quer sejam as dos estudantes, quer sejam as das várias associações existentes na Escola, quer se pense naquelas onde os professores colaboravam, que apesar de diferentemente vocacionadas, orientam-se no sentido de afirmarem os vínculos, de todos os actores, à Escola.

«A Escola Raul Dória não admite confronto com outra congénere do país»¹⁸.

O actor central é Raul Dória; o interesse em analisar a sua obra didáctica e a colaboração dispersa pelos jornais e revistas manifesta-se numa dupla dimensão: sobre a formação de um pensamento que tenta trabalhar, teoricamente, a questão da contabilidade, dando-lhe um estatuto científico e legitimando-se um saber essencial com conteúdos imbrincados directamente com a prática pedagógica. Sobre Raul Dória também será útil o deslindar das redes intelectuais, políticas e sindicais a que esteve ligado e que, porventura, terão marcado significativamente a sua postura cívica e a concepção da Escola¹⁹.

4 – TRÍPTICO II – Os intelectuais, a política e as utopias

«Em Portugal, o mito de que o ensino podia servir de motor ao desenvolvimento da industria fracassava sempre à nascença. Os cursos efectivamente criados dirigiam-se às verdadeiras necessidades ou, pelo menos, às verdadeiras possibilidades do país: engenheiros civis para construir casas e, sobretudo estradas e pontes; oficiais de marinha, pilotos e comerciantes para restabelecer a navegação e o comércio, moribundos desde 1810. A educação da classe média precisava de ser reorientada de maneira a produzir menos bacharéis e mais engenheiros. O resto não poderá ser levado a sério. Não foi levado a sério pelos seus próprios apologistas»²⁰.

O lento movimento de preocupação pela educação das classes laboriosas comporta, portanto, ambiguidades e paradoxos.

A escolarização é entendida como imprescindível, mas contendo, sempre uma componente generalista, no sentido de orientar, em termos de cidadania os futuros instruídos – o cálculo e a leitura foram o binómio essencial dessa lenta consolidação do sistema de ensino em Portugal.

O ensino surge como fundamento da preparação dos operários perante as transformações que o sector produtivo atravessava, particularmente o lento destruturar do sistema oficial, pela introdução das máquinas, a proliferação do trabalho de menores e de mulheres, e a paulatina racionalização da organização do trabalho, vão provocar uma dissolução das anteriores formas de sociabilidade e de socialização profissional, originando-se neste processo uma reorganização da dimensão das empresas e das respectivas estruturas hierárquicas e das qualificações ²¹.

Como sugere João Freire:

«As relações jurídicas de trabalho relevam ainda parcialmente do código comercial e discriminam em categorias separadas os operários da indústria e estes dos empregados no comércio [. . .]. A qualificação dos empregados comerciais é, portanto, fundada quase exclusivamente sobre um trabalho – saber de natureza intelectual e relacional, de grande plasticidade e polivalência.

Os trabalhadores administrativos ou de escritório, apresentam características vizinhas das dos comerciais, se bem que melhor retribuídas, social e economicamente. Dominando um conhecimento essencialmente burocrático, documental e contabilístico, estes trabalhadores só aparecem em organizações de média e grande dimensão – ao contrário do comércio, onde predomina a muito pequena empresa» ²².

As estratégias familiares que orientam a matrícula dos filhos na Escola, estariam relacionadas com factores de reconversão do capital económico, e cultural, em capital escolar?

Que classes, em particular, optaram por esta via? Qual o peso do capital económico, quer no sentido patronal do termo, quer no sentido patrimonial, neste jogo?

Será possível detectar a intervenção do capital social nas trajectórias das classes?

Subjaz, neste leque de questões um repensar da estrutura de classes e indagar qual a real adequação dos critérios classificatórios da estatística aos universos sócio-simbólicos?

Face a estas transformações:

«A contabilidade faz parte das ciencias mathematicas e a escripturação depende da techica e até dos conhecimentos da lingua pátria para architetar com correcção e clareza um lançamento ou organizar uma partida» ²³.

Um conjunto de intelectuais tomou partido perante as mudanças que ocorriam, Rui Grácio – sistematizando um quadro traçado por Vasco Pulido Valente – dá-nos a seguinte caracterização:

*«Herculano – uma educação burguesa; Custódio Vieira (1822-1879) e Antero de Quental (1842-1891): os primeiros socialistas; Ramalho Ortigão (1836-1915) e Teófilo Braga (1809-1884), positivistas: propostas de ensino para uma sociedade «industrial»; Oliveira Martins (1845-1894): o ensino e a «organização do trabalho»; Bernardino Machado (1851-1944): a revolução industrial e a revolução democrática»*²⁴

A Escola enquanto espaço cívico funcionou contra esteriotipos (políticos e do senso-comum) incrustados nas décadas que atravessou.

Como exemplo, cite-se o seguinte comentário de Raul Dória a propósito da abertura de um curso feminino:

*«A mulher tem organização mental para assistir a tais trabalhos e profissões, até hoje [1910] de exploração exclusiva do homem; e se até ao presente estado deles arredava ou inibia de os praticar é, a nosso ver, só porque o péssimo preconceito histórico de a reconhecer como criatura inferior, não tem podido ser refutado com as provas que se adquirem depois de a preparar com uma educação prática, regular e paralela ao homem»*²⁵.

Assim, que dispositivos presidiram à organização dos saberes? Que saberes foram privilegiados? Que espaços se organizaram para permutar (e praticar) a informação transmitida? Como se articulavam os saberes com as realidades – o antes e o depois da escola?

Que sentido atribuir ao seguinte comentário de Raul Dória:

*«Mais uma vez o acanhamento de vistas dos dirigentes do país por motivos que não é fácil descobrir impede que a Escola preste ao comércio e à Nação os serviços que dela se podiam esperar?»*²⁶.

Em suma como, na construção social do quadro comercial, se instituiu, julgo eu, uma dicotomia entre o papel da escola e o contexto do trabalho (na dimensão ética), ainda que se atravessassem, diferencialmente inúmeras interrogações, em consonância com trajectórias distintas dos seus protagonistas?²⁷

Apesar do empenho duas constatações são passíveis de ser retidas:

*«Embora menos dispendioso e profissionalmente mais útil que o ensino liceal, o ensino secundário técnico não abrangia as massas; nomeadamente as rurais, limitando-se a aflorar a pequena e média burguesia dos centros urbanos "e" o princípio base da concentração do ensino técnico nas cidades não sofrem alterações»*²⁸.

5 – TRÍPTICO III – Elementos para a análise das relações sociais em torno da Escola

Rompendo com uma visão economicista, poder-se-á colocar a seguinte questão:

«As transformações ocorridas no século XIX e princípios do século XX [têm que ser consideradas] antes que tudo em termos de efeitos sociais, em vez de fazê-lo principalmente referindo-nos às suas causas económicas. Em nossa opinião, os sistemas educativos que surgiram das mudanças estruturais deste período crucial terminaram por perpetuar e consolidar a organização hierárquica das suas sociedades, e o que queremos averiguar é justamente como se produziu este facto»²⁹.

Neste sentido, os conceitos de sistematização, segmentação e movimento generalista, terão uma pertinência tendo em vista o enquadramento do sistema escolar português no seu todo – um facto curioso é que vários autores do século XIX, bem assim como os reformadores, fazem apelos, quer ao modelo francês, quer ao modelo prussiano, quer por vezes ao modelo que vigorava na Inglaterra, como metas possíveis para Portugal, capazes de solucionar os problemas do país.

Rompendo com alguns postulados correntes na análise da escolarização, avança-se com a ideia que «os factos da escolarização devem ser estudados como *factos institucionais*»³⁰.

A grelha analítica proposta por J.-P. Briand e J.-M. Chapoulié baseia-se nas propriedades da instituição, nas suas particularidades, no fluxo dos agentes e o modo como a instituição se insere no espaço.

Como conceitos intermédios avança-se com o de oferta de lugares – que segundo os autores irá ultrapassar o de procura social –; formas de escolarização; a instituição como agente da política escolar – «É igualmente a acção desses agentes que constitui certos «factos» em problemas escolares, em torno dos quais se desenvolvem controvérsias públicas»³¹ – e o papel dos actores na instituição.

Nos espaços das socializações, duas observações: uma primeira que se gera nas famílias – produção de aspirações, inculcação de esquemas mentais e corporais estruturantes, e, fundamentalmente, o *desenho* de um trajecto profissional – e que incorpora uma série de valores tendencialmente convergentes no espaço de trabalho; uma segunda, que será o fruto da lenta assimilação de uma estrutura de mediação: a escola. Esta, na distribuição do saber provocará um jogo (por vezes de difícil destrição) entre componentes cognitivas, corporais, estéticas, mas apontando na ruptura da transmissão dos saberes, mesmo que pontualmente haja convergências.

Em paralelo (ou em dissonância) os lugares de trabalho, são outro elemento vital na cadeia da construção das identidades, com as suas especificidades, e dissoluções, apresentar-se-ão como um campo de intensas relações, cujas lógicas, não correspondendo à mobilização dos saberes, implicarão outrossim estratégias complexas.

NOTAS

- ¹ Arquivo Distrital do Porto – *Fundo da Escola Prática Comercial Raul Dória* – Porto, 1992.
- ² Jean-Claude Passeron – *Le raisonnement sociologique* – Paris, Nathan, 1991, p. 229.
- ³ Pierre Bourdieu – *Réponses* – Paris, Seuil, 1992, pp. 67-70.
- ⁴ Jean-Claude Passeron, *op. cit.*, p. 79.
- ⁵ Ver com este sentido Francisco de Almeida Sousa – *Recordações da Escola Raul Dória – «O Tripeiro»*, 9, 1992, pp. 258-263.
- ⁶ Pierre Bourdieu – *La noblesse d'Etat* – Paris, Ed. de Minuit, 1989, p. 314.
- ⁷ Edição da Escola Raul Dória, 1916, pp. 6, 9 e 12.
- ⁸ *Relatório e Contas da Associação de Classe dos Empregados de Commercio do Porto* – Porto, 1900, pp. 9-29.
- ⁹ Ver Carlos L. Medeiros et al – *Lojas de tradição do Porto* – Lisboa, IAPMEI – Programa de Artes e Ofícios Tradicionais, 1993.
- ¹⁰ Pierre Bourdieu – *La noblesse...*, *op. cit.*, p. 254.
- ¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 102, 110, 140 e 147 (n. 11).
- ¹² Ver Escola Raul Dória – *Dormitório. Deveres a cumprir* – Porto, ERD, 1919; Escola Raul Dória – *Regulamento interno para alunos externos* – Porto, ERD, 1921
- ¹³ Edição da Escola Raul Dória, 1912, p. 70.
- ¹⁴ EPCRD – *Escola Raul Dória* – Porto, Edições da Escola Raul Dória, 1910, pp. 30-31.
- ¹⁵ EPCRD – *Anuário da Escola Raul Dória. Ano lectivo 1911-1912* – Porto, Edições da Escola Raul Dória, 1912, pp. 11-12.
- ¹⁶ Ver sobre a organização do espaço Marc Nouschi – *Histoire et pouvoir d'une grande école*. HEC – Paris, Robert Laffont, 1988, p. 144.
- ¹⁷ *Idem* – *Ano lectivo 1913-1914* – Porto, Edições da Escola Raul Dória, 1914, p. 5.
- ¹⁸ *Idem* – *Ano lectivo 1917-1918* – Porto, Edições da Escola Raul Dória, 1918, p. 1.
- ¹⁹ Quanto ao movimento intelectual, cf. Alfredo Ribeiro dos Santos – *A Renascença Portuguesa. Um movimento cultural portuense* – Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990.
Quanto à questão política ver as obras abaixo referidas de A.H. de Oliveira Marques e João Freire, bem como as fontes e as bibliografias aí referenciadas.
- ²⁰ Vasco Pulido Valente – *Os devoristas. A revolução liberal 1834-1836* – Lisboa, Quetzal, 1993, p. 110.
- ²¹ Cf. João Freire – *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940* – Porto, Afrontamento, 1992, pp. 165-175; Jaime Reis – *O atraso económico português, 1850-1930* – Lisboa, INCM, 1993, pp. 157-180.
Em certo sentido se poderá compreender a introdução da disciplina de desenho: «No privilegiar o desenho, torná-lo base dos estudos subsequentes e fomentar o seu conhecimento, não só a adultos, aprendizes ou mestres, mas principalmente a crianças de menos de 12 anos reside o seu aspecto inovador, quase revolucionário [Reforma de 1884]», Mário Alberto Nunes da Costa – *O ensino industrial em Portugal de 1858 a 1900. Subsídios para a sua história* – Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990, p. 64.
- ²² João Freire, *op. cit.*, pp. 112-113.
Um aspecto particular é o forte investimento que é feito em termos das classes médias, ver, por exemplo, as preocupações que tal facto provocou em Bernardino Machado – cf. Rogério Fernandes – *Bernardino Machado e os problemas da instituição pública* – Lisboa, Livros Horizonte, 1985, pp. 142, 145, 154 e 156.

- ²³ Raul Dória, Humberto Beça – *Arithmetica pratica* – Porto, Edições da Escola Raul Dória, 1910, p. 9.
Ver a definição de comerciante proposta por Raul Dória em *Noções gerais de comércio* – Porto, Livraria da Escola Raul Dória, 1929 (7.^a edição revista e aumentada), pp. 32 sq.
- ²⁴ Rui Grácio – História da história da educação em Portugal: 1945-1978 – in Rui Grácio et al – *História da educação em Portugal* – Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 44-45.
- ²⁵ Citado em A. Álvaro Dória – *O Prof. Raul Dória e a sua Escola* – Porto, 1968, p. 22.
- ²⁶ *Idem, ibidem*, p. 18.
- ²⁷ Ver Gaspar Martins Pereira – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)* – Porto, FLUP, 1993, 2 Vols. (mimeo, dissertação de doutoramento).
- ²⁸ A. H. de Oliveira Marques, Fernandes Rollo – *Escolas e ensino* – in Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *Nova História de Portugal* – Vol. XI: A. M. de Oliveira Marques (coord.) – *Portugal da Monarquia para a República* – Lisboa, Ed. Presença, 1991, pp. 546 e 551.
Sobre o insucesso escolar nos cursos técnicos, ver Mário Alberto Nunes Costa, *op. cit.*, pp. 206-217.
- ²⁹ Frintz Ringer – *Introducción* – in Detlef K. Muller, Frintz Ringer, Brion Simon (comp.) – *El desarrollo del sistema educativo moderno. Cambio estructural y reproducción social, 1870-1920* – Madrid, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, 1992, p. 21.
- ³⁰ Jean-Pierre Briaud - Jean-Claud Chapoulie – *L'institution scolaire et la scolarisation: une perspective d'ensemble* – «Revue Française de Sociologie», 34, 1993, p. 8.
- ³¹ *Idem, ibidem*, p. 27.

A INDÚSTRIA CHAPELEIRA PORTUENSE

UM EXEMPLO ESQUECIDO DE PATRIMÓNIO CULTURAL *

José António Real Pereira Ramada

ABSTRACT

Hat manufacture was one of the most important industrial branches in Oporto, between the 18th end century and the beginning of the 20th century.

There were located the most prominent merchants and hat factories. Nonetheless, hats went out of fashion, because men and women have largely ceased to wear them and hat manufacturers have been extinct. Today only three hat shops survived but it is still possible to purchase a hat in other shops. Machines and steam-engines connected to the hat production have vanished and only some hat shops utensils remain.

Ancient shop hat buildings remain, but they now host other and most profitable trades.

1 – INTRODUÇÃO

Para a realização deste trabalho começamos, tal como defendem Quivy e Campenhoudt¹, por formular uma pergunta de partida: que vestígios restam na actualidade, na cidade do Porto, da indústria chapeleira que constituiu, na parte final do século XVIII, ao longo de todo o século XIX e no primeiro quartel do século XX, uma das principais indústrias da cidade? De finais do século XVIII até à década de 1920 esta indústria foi, sem dúvida, uma das melhores indústrias nacionais e portuenses, pela perfeição da manufactura, pela importância da produção e por ser um exemplo da transformação fabril de uma antiga indústria popular, como em 1888 a caracterizou Oliveira Martins². Constituída por numerosas oficinas que simultaneamente procediam à venda dos chapéus viu, no primeiro quartel do século XIX e a partir da década de 1870, multiplicarem-se as fábricas de chapéus de feltro que aumentaram de forma decisiva a produção de chapéus da cidade, embora também se registassem fabricantes de chapéus de seda e de palha.

Tratava-se de uma indústria profundamente dependente de factores exógenos, pois sempre dependeu das modas oriundas de Paris ou de Londres bem como das matérias-primas estrangeiras que abasteciam os produtores nacionais. Quer se tratasse de pêlos de castor, lebre, coelho ou de outros animais, de pelúcia, forros ou fitas de seda, tranças de palha ou até cascos de chapéus, a produção nacional, por falta de capacidade ou de qualidade, viu-se preterida em favor dos fornecedores estrangeiros que abasteciam os nossos fabricantes de chapéus.

Ao sabor das modas importadas, a produção portuense foi inicialmente de chapéus grossos de lã; depois surgiu, a partir da segunda metade do século XVIII, a produção de chapéus finos de pêlo; e a partir de finais da década de 1820, a produção de chapéus de pelúcia de seda, que passaram a rivalizar com os chapéus finos³, enquanto os chapéus

grossos deixavam de ser produzidos na cidade e concentravam a sua produção nas zonas de Macieira de Cambra e S. João da Madeira que se vieram juntar à tradicional produção de Braga.

A partir de finais do século XIX surgiram também algumas fábricas de chapéus de palha que vieram dar resposta ao aumento do consumo dessa classe de chapéus até então apenas produzidos em pequenas unidades de carácter rudimentar.

Mas a partir dos inícios do século XX, as mudanças da moda e as campanhas dos higienistas, adversários do uso dos chapéus, provocaram o aumento dos «descarapuçados» e consequentemente a diminuição das vendas, o que deu origem à extinção gradual das fábricas de chapéus na cidade e à concentração da produção chapeleira em S. João da Madeira. Também os comerciantes de chapéus sofreram os efeitos da diminuição do uso dos chapéus e da retracção das vendas, pelo que tiveram de optar, nomeadamente a partir das décadas de 1920 e 1940, pelo encerramento da sua actividade ou pela reconversão da mesma, passando a dedicar-se à comercialização de outros artigos pelo que, na actualidade, apenas sobrevivem no Porto três estabelecimentos que se podem considerar do ramo da chapelaria, embora seja possível encontrar chapéus masculinos ou femininos à venda em mais alguns estabelecimentos.

A produção de chapéus de feltro grossos ou finos já não é uma realidade na cidade do Porto, pois apenas uma dessas empresas se dedica ainda à produção de uma outra classe de chapéus, os chapéus de pano, mas a sua produção não exige as numerosas operações de fabrico tradicionalmente ligadas à produção dos chapéus de feltro. Também não se produzem, de acordo com as informações prestadas pelos respectivos responsáveis, actualmente na cidade chapéus de seda ou de palha, sendo todos estes chapéus adquiridos a fabricantes nacionais ou estrangeiros que se dedicam tradicionalmente à sua produção. Chapéus baratos de palha são produto do labor artesanal de alguns produtores rurais do nosso País, por exemplo, do concelho de Cinfães, ou importados da China, sendo vendidos em estabelecimentos de mercadorias de preço diminuto, nas grandes superfícies comerciais, feiras, etc.

Os chapéus femininos de maior qualidade continuam a ser importados ou produzidos por algumas modistas de chapéus, mas a sua produção não constitui, hoje em dia, uma indústria, mas apenas uma produção de carácter artesanal.

2 – OS PRODUTORES E COMERCIANTES DE CHAPÉUS NO PORTO

Ao abordarmos a produção e comercialização de chapéus não podemos deixar de precisar o significado dos termos utilizados ao longo deste trabalho. Assim, é imprescindível efectuar a distinção entre oficina, fábrica e chapelaria, termos estes que encontramos muitas vezes referenciados de forma diferente nas fontes analisadas.

Tal como procuramos esclarecer em *A Indústria Chapeleira Portuense entre 1750 e 1852*⁴ não é fácil distinguir nesse período oficinas de fábricas. Os produtores de chapéus, tradicionalmente designados como «sombreireiros» ou «chapeleiros» embora esta última designação também se aplicasse aos que vendiam chapéus, passaram a partir dos inícios do século XIX a dividir-se entre produtores de chapéus grossos de lã (sombreireiros) e produtores de chapéus finos de pêlo (chapeleiros).

A comercialização da sua produção podia ser efectuada no próprio estabelecimento e, a partir de 1802, também em lojas de mercadores pertencentes a esses produtores.

Outros comerciantes, caso dos sirigueiros, mercadores de capela e comerciantes estrangeiros, também podiam vender chapéus, o que suscitou diversos conflitos que os opuseram entre si ou aos sombreireiros e chapeleiros.

As unidades produtivas até 1834, muitas vezes conhecidas indistintamente por oficinas ou fábricas, não correspondiam porém a realidades idênticas. Mas não era apenas a dimensão dos estabelecimentos que estava na base desta distinção, pois havia fábricas de pequeníssima dimensão. Algumas fontes apontam a existência ou não da divisão do trabalho como critério a utilizar nesta distinção, enquanto para a Junta do Comércio o termo «fábrica» designava as empresas privilegiadas pela concessão de isenções fiscais por parte desse tribunal, qualquer que fosse a dimensão do estabelecimento, ao passo que a palavra «oficina» se aplicava aos que não gozavam dessas regalias.

A partir destes elementos e até 1834 classificamos como «oficinas-lojas» as unidades de pequena dimensão que se dedicavam à produção e comercialização de chapéus grossos e se encontravam, em regra, dependentes das corporações de sombreireiros. Às «oficinas-lojas» de maior dimensão em pessoal e equipamento que já praticavam ou não a divisão de trabalho e produziam além de chapéus grossos também chapéus entrefinos e finos, mas não gozavam de isenções fiscais, atribuímos a designação de «fábricas particulares»; e a partir de 1773 (data da primeira isenção concedida a uma fábrica já existente *na realidade* na cidade do Porto) atribuímos o título de «fábricas reais» ou «privilegiadas» às grandes ou pequenas unidades produtivas contempladas com alvará, licença ou provisão reais que lhes concediam, ao abrigo do alvará de 25 de Junho de 1773, sucessivamente renovado, a isenção do pagamento de direitos pelas matérias-primas e outros materiais indispensáveis importados para a respectiva laboração.

Esta desigualdade provocou o aumento dos pedidos de privilégio, procurando os proprietários de muitas fábricas «particulares» ascender à categoria de «reais ou privilegiadas», o que tinha ainda a vantagem de os subtrair à jurisdição das Corporações de Sombreireiros. Em quase todos os casos os pedidos foram atendidos, pois registamos apenas duas recusas no caso da cidade do Porto e região adjacente, o que fez aumentar o número de fábricas «privilegiadas» e diminuir o das «particulares».

A partir de 1834, com a extinção da Junta do Comércio e das várias Corporações de Sombreireiros, esta distinção deixou de se aplicar passando de então em diante, no caso da indústria chapeleira portuense, a confundir-se sob a designação de «fábricas de chapéus» as várias unidades de maior ou menor dimensão até à segunda metade do século XIX. Porém, enquanto até meados da década de 1820 coexistiam na cidade pequenas, médias e grandes unidades produtoras, algumas delas autênticas manufacturas, das quais chegaram a empregar várias dezenas de trabalhadores, a partir de então desapareceram as grandes e médias unidades, restando apenas até 1852 algumas fábricas de carácter oficial que empregavam em média apenas 5 trabalhadores⁵.

A partir de meados do século XIX os estabelecimentos ligados à produção chapeleira, pela sua pequenez, continuaram nas primeiras décadas a confundir-se sob a designação de «fábricas» e «oficinas». Porém, gradualmente, a designação de «fábrica» passou a ser aplicada aos grandes estabelecimentos produtores de chapéus enquanto o termo «oficina» era atribuído às unidades mais pequenas, embora ainda em 1858 se aplicasse preferencialmente o termo «manufatura» às «fábricas» em ponto grande⁶, o que demonstra as dificuldades sentidas por qualquer investigador que se debruce sobre este período.

Segundo o Inquérito Industrial de 1881, o Porto possuía apenas 2 fábricas de chapéus de feltro, pois este documento considerava que os restantes 10 produtores desses chapéus eram «oficinas», classificação que atribuía também às 8 unidades produtoras de chapéus de seda então existentes, enquanto designava as pequenas chapelarias como «lojas-oficinas de apropriação»⁷.

Já o Inquérito Industrial de 1890 considerava fábricas todos os 12 produtores de chapéus de feltro, classificando os restantes estabelecimentos como «oficinas de apropriação», ou «oficinas de chapéus de seda»⁸.

A partir destas fontes e de outras que utilizamos, podemos concluir que «chapelaria» passou a designar quer uma «fábrica de chapéus» quer a «loja onde se vendem chapéus»⁹.

O termo «fábrica», em 1881 apenas aplicado às duas maiores empresas, passou a ser aplicado em 1890 a todos os produtores de feltro, de grande ou pequena dimensão, quer estivessem equipados com numerosas máquinas ou apenas possuíssem um simples «arco mecânico» e uma «máquina de costura».

As «oficinas de apropriação» eram «lojas-oficinas», estabelecimentos que adquiriam os feltros às fábricas e os acabavam e punham à venda, realizando portanto a «apropriação e acabamento» dos feltros e sua posterior venda.

As «oficinas de chapéus de seda» eram «lojas-oficinas» onde se produzia e comercializava essa classe de chapéus cuja procura foi diminuindo a partir da década de 1880.

Receberam também o nome de «fábricas» as unidades produtoras de chapéus de palha que a partir de finais do século XIX foram fundadas na cidade.

O número de oficinas e fábricas na cidade, nos diversos períodos, não é possível de quantificar com exactidão, por falta de elementos disponíveis, mas procuraremos em seguida proceder à sua quantificação possível de momento. Quanto às lojas que vendiam chapéus na cidade, o seu número chegou a atingir a ordem das várias dezenas, decrescendo gradualmente com a diminuição do uso dos chapéus até ficar reduzido na actualidade às três chapelarias ainda em actividade e a alguns outros estabelecimentos que, entre outras mercadorias, também comercializam chapéus masculinos ou femininos, como veremos ao abordar a realidade actual.

3 – A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA

Iniciada na época medieval a produção de chapéus grossos no Porto só a partir da segunda metade do século XVIII surgiu na cidade a produção de chapéus finos de pêlo e é a partir dessa altura que podemos falar de uma indústria chapeleira no burgo, pois até então existiam apenas simples oficinas de sombreireiros que fabricavam esses chapéus de lã de uso popular.

Podemos dividir o período desde meados do século XVIII até à actualidade em duas partes, cada uma delas subdividida em várias fases de expansão e de contracção, ligadas aos condicionalismos que presidiam à actividade industrial em geral e à produção chapeleira em particular.

Para o primeiro período, que decorreu entre 1750 e 1852, dispomos de um conjunto de inquéritos manuscritos que nos permitem conhecer as fábricas privilegiadas até 1830 e depois apenas uma e duas fábricas, respectivamente, em 1845-46 e 1852. Os primeiros, elaborados por ordem da Junta do Comércio, apenas incluem essa classe

de fábricas não referenciando as restantes fábricas que classificamos como particulares nem as oficinas de sombreireiros e mais tarde de chapéus de seda.

Os inquéritos de meados do século XIX pecam claramente por omissão, pois não corresponde à verdade que apenas existissem no Porto essas duas fábricas, pois outras fontes permitiram-nos identificar alguns produtores de chapéus de seda e até de feltro existentes em 1852.

O ano de 1852 representa o final do primeiro período e o arranque para uma nova fase de ascensão com a fundação de uma das duas mais importantes fábricas do Porto do segundo período que se manteve em laboração até 1940, a Fábrica Social.

Para o segundo período, que decorreu de 1852 até à actualidade, dispomos de três inquéritos impressos datados do século XIX, os de 1865, 1881 e 1890, e para o século XX podemos utilizar a monografia sobre a chapelaria publicada no Boletim do Trabalho Industrial em 1911, outras informações recolhidas na mesma publicação relativas a 1917 e a Estatística Industrial publicada a partir de 1943 pelo Instituto Nacional de Estatística. Completamos os dados recolhidos com a consulta sistemática dos principais almanaques e anuários publicados na cidade, de 1854 até finais da década de 1960, o que nos permitiu uma visão mais aproximada da realidade desta indústria na cidade.

A consulta das publicações ligadas aos trabalhadores chapeleiros e de várias obras dedicadas a esta indústria por alguns investigadores contemporâneos como Maria de Fátima Bonifácio, Maria Filomena Mónica, José Alberto Fontes Serra Amaral, António Lima e Jorge Ribeiro, bem como de autores mais antigos como António Ferreira dos Santos e de algumas descrições, catálogos e relatórios relativos à exposição industrial do Porto de 1865, permitiram-nos recolher um conjunto de informações que tornam possível descrever a evolução deste sector industrial completando os dados disponíveis nos inquéritos já referenciados.

3.1 – O período entre 1750 e 1852

A produção de chapéus grossos, predominante no século XVIII, prolongou-se na cidade pelo menos até finais da década de 1820. Era assegurada por numerosas oficinas de sombreireiros, em regra de pequena dimensão, que não é possível quantificar, mas que ultrapassavam a meia centena de unidades, pois só em 1804 havia 45 oficinas que fabricavam chapéus para o Arsenal Real empregando 45 mestres e 68 oficiais num total de 113 pessoas¹⁰, a que devemos acrescentar outras oficinas dispersas pela actual zona central da cidade pertencentes a outros sombreireiros.

Mas também algumas fábricas de chapéus particulares e até privilegiadas produziam esta classe de chapéus como João Pedro de Oliveira Lopes e Araújo & C.¹¹.

A produção de chapéus finos de pêlo era efectuada em algumas fábricas particulares em número desconhecido até 1834, pois não são incluídas nos inquéritos da Junta do Comércio mas, apesar dessa dificuldade, pudemos identificar 10 fábricas desta categoria¹¹ e não devemos esquecer que muitas fábricas privilegiadas começaram por ser simples fábricas particulares e só depois receberam a licença que lhes concedia as isenções solicitadas. Mas a maioria dos chapéus finos e alguns entrefinos e grossos eram produzidos nas 34 fábricas reais ou privilegiadas da cidade a que devemos acrescentar mais 2, localizadas em Gaia, que neste período pertencia à cidade do Porto, num total de 36 fábricas de chapéus finos. Mais 4 alvarás ou licenças foram concedidos mas não

correspondem a empresas em efectiva laboração e 2 pedidos foram recusados¹². Eram em geral empresas de pequena e média dimensão, embora duas tenham chegado a empregar mais de meia centena de operários.

A partir da segunda metade da década de 1820 surgiu a produção de chapéus de seda que se transformou, a partir de 1830, numa ameaça real à produção de chapéus de feltro, provocando a reconversão de muitas fábricas que passaram a produzir essa nova classe de chapéus, então em moda, despedindo quase todo o pessoal por não ser preciso para a produção destes novos chapéus.

De inícios da década de 1830 até 1852 esta indústria portuense sofreu uma longa depressão, ao contrário das fábricas de Lisboa e de Braga que, graças às pautas de 1837, puderam recuperar parte da sua produção anterior a 1830, o que provocou o encerramento da maior parte das empresas anteriores a 1830 surgindo algumas empresas mais pequenas dedicadas à produção de chapéus de feltro ou de seda. O número destas empresas é desconhecido, pois os inquéritos estatísticos de 1845-46 e 1852 só incluem, respectivamente, 1 e 2 fábricas de chapéus de feltro e no caso de 1852 estas fábricas apenas nos aparecem na estatística respeitante à instrução dos operários, não sendo consideradas fábricas nesse inquérito pois cada uma possuía apenas 5 operários e só foram consideradas fábricas na estatística oficial desse ano os estabelecimentos com mais de 10 operários¹³.

3.2 – O período entre 1852 e a actualidade

Apesar destas lacunas, através da imprensa e de outras fontes da época pudemos identificar 11 oficinas e fábricas de chapéus em laboração em meados do século XIX¹⁴, surgindo de 1852 em diante algumas novas fábricas de chapéus de feltro e lojas-oficinas de chapéus de seda que se vão multiplicar nas décadas seguintes, como se pode observar no Quadro, onde incluímos as mais conhecidas e importantes, segundo as fontes estatísticas que analisamos:

PRINCIPAIS FÁBRICAS DE CHAPÉUS NO PORTO ENTRE 1865 E 1911

CLASSE DE CHAPÉUS	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIZAÇÃO	ANOS			
			1865 (¹)	1881 (²)	1890 (³)	1911 (⁴)
Seda	Maia & Silva	Rua de Santo António n.ºs 69-71 (antes n.º 32)	×	×	×	—
Feltro		Trav. de Passos Manuel n.º 9	—	—	×	—
Seda	António Gonçalves Nogueira	Rua de Santo António n.º 102 (depois 178)	×	—	—	—
Seda	Manoel Pinto e Cunha	Rua de Santo António n.º 61 depois 211 (depois n.ºs 32-34)	×	—	—	—

(Continua)

(Continuação) **PRINCIPAIS FÁBRICAS DE CHAPÉUS NO PORTO ENTRE 1865 E 1911**

CLASSE DE CHAPÉUS	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIZAÇÃO	ANOS			
			1865 (¹)	1881 (²)	1890 (³)	1911 (⁴)
Feltro	<i>Fábrica Social</i>	Alto da Fontinha	×	×	×	×
Seda e Feltro	Freire & C. ³	Rua de Santo António n.º 77 (depois mudou para o n.º 194) Praça da Alegria s/ n.º depois Rua da Madeira n.º 137	×	—	—	—
Seda e Feltro	Costa Braga depois <i>Real e Imperial Chapelaria a Vapor, etc.</i>	Rua de Santo António n.º 194 e Rua da Madeira n.º 137	—	×	×	—
Feltro		Rua Firmeza n.º 49	—	×	×	×
Feltro	José Monteiro da Cunha	Rua do Bonjardim n.º 1 079	—	×	×	—
Feltro	António José Pereira Braga	Vielas de Liceiras n.º 100 depois Rua do Heroísmo n.º 288 (292)	—	×	×	—
Feltro	Joaquim Teixeira da Costa	Rua de Costa Cabral n.ºs 94-98 depois 869	—	×	—	—
Feltro	João Fernandes Paulo	Rua do Lindo Vale n.º 27	—	×	—	—
Feltro	Manuel Fernandes Paulo	Rua Firmeza n.º 12 depois Rua Faria Guimarães n.º 27 (25)	—	×	×	—
Feltro	Cruz & Paulo (António Paulo Fernandes Cruz e Domingos Paulo Fernandes)	Rua do Lindo Vale n.ºs 67-73 depois Rua Visconde de Setúbal n.º 98 (100)	—	×	—	—
Feltro	Dias & Guimarães	Rua Duque do Porto n.º 102	—	×	—	—
Feltro	Simão Esteves Almeida Nazareth	Rua do Bonjardim n.º 550 (552)	—	×	×	×
Feltro	José Barbosa Tavares	Rua de Santo António n.º 70	—	×	—	—
Feltro	José Tavares de Almeida	—	—	×	—	—

(Continua)

(Continuação) **PRINCIPAIS FÁBRICAS DE CHAPÉUS NO PORTO ENTRE 1865 E 1911**

CLASSE DE CHAPÉUS	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIZAÇÃO	ANOS			
			1865 (1)	1881 (2)	1890 (3)	1911 (4)
Feltro	Luiz Ant3nio da Silva, Suc. ^{rs} depois Ant3nio Rodrigues Teixeira	Travessa do Sampaio (Viel de Liceiras n.º 100) depois Rua do Bonjardim n.º 551 (559)	–	–	×	×
Feltro	Victorino Martins de Almeida	Rua de Pinto Bessa s/ n.º depois n.os 214 e 340	–	–	×	×
Feltro	Maria da Silva Costa & Filho	Rua de Costa Cabral n.º 858	–	–	×	–
Feltro	Jos3 Teixeira Machado	Rua das Musas n.º 20	–	–	×	–
Feltro	<i>Universal</i> de Victor, Coutinho & C. ^ª	Rua de Santo Ant3nio n.º 130	–	–	×	–
Feltro	Marques Rodrigues	Rua Duquesa de Bragança n.º 324 depois 640	–	–	–	×
Palha	<i>A Londrina</i> de Artur de Azevedo	Rua Duque de Loul3 n.º 89 (91)	–	–	–	×
Palha	Artur Gaspar & Miranda	Campo da Regeneraça3o n.º 196	–	–	–	×
Palha	Francisco Pinto Soares	Rua da Madeira n.º 103	–	–	–	×
Palha	A. A. Baptista depois Baptista & Filho	Rua Formosa n.º 285	–	–	–	×

(1) *Cat3logo oficial da exposiça3o internacional do Porto em 1865* – Porto, Typographia do Commercio, 1865, pp. 74-75 e Roxo, Agostinho – *Relatorio apresentado por...* – Boletim do Minist3rio das Obras P3blicas, Com3rcio e Ind3stria, Vol. 1, n.º 6, 1866, pp. 444-448.

(2) *Inqu3rito Industrial de 1881...*, pp. 175-181.

(3) *Inqu3rito Industrial de 1890...*, pp. 436-437 e 694-699.

(4) Gir3o, Luis Ferreira – *A ind3stria de chapelaria na 1.ª Circunscriça3o dos Serviç3os Technicos da Ind3stria* – Boletim do Trabalho Industrial, n.º 61, 1911, pp. 5-14 e 18-19.

Este quadro n3o inclui, por raz3es ligadas aos objectivos deste trabalho, uma listagem exaustiva das f3bricas e oficinas no Porto entre 1865 e 1911, mas apenas as referenciadas como f3bricas nas fontes indicadas, destacando-se pela sua import3ncia a F3brica Social e a Costa Braga. Por isso n3o inclui f3bricas como a *Uni3o Social* ou as de Jo3o Nunes de Souza e seu filho Jo3o Nunes de Souza Junior, Ferreira & C.^ª, Lu3s de Figueiredo, Jo3o Arc3nio Freire, etc.

A partir de 1911 outras fábricas surgiram de novo ou continuando empresas anteriores, mas por poucos anos como as fábricas de chapéus de palha *A Americana* de Alfredo d'Azevedo & C.^{ia}, Fortunato Pinto d'Almeida, Correia & C.^{ia} (mais tarde Avelino Augusto Correia), Santos Abreu & C.^{ia}, *A Invicta* (chapéus de palha e feltro) de Antônio Lopes de Almeida, etc.

Em contrapartida, foram sucessivamente encerrando as suas portas as fábricas de chapéus de feltro, primeiro a de Maia e Silva que manteve apenas a casa comercial na Rua 31 de Janeiro, depois a Costa Braga & Filhos da rua Firmeza (vendida com todo o seu equipamento em 1921), a Antônio Rodrigues Teixeira & C.^{ia} em 1935, a *Fábrica Social* em 1940, em 1951 a Victorino de Almeida Lda. e a Avelino Correia em 1955, laborando por mais algum tempo *A Jovial* de José Lopes de Almeida, voltada para os chapéus de senhora e criança. Podemos portanto concluir que a partir do início da década de 1940 apenas restavam 2 fábricas de chapéus de feltro importantes que encerraram na primeira metade da década de 1950. De então em diante a indústria chapeleira do Porto contou apenas com a velha empresa *Centro da Moda*, produtora de chapéus de pano e bonés, fundada em 1897 por José Carvalho da Silva e pertencente até 1989 à firma Borges & Baião, Lda. De então em diante e até aos nossos dias foi substituída pela firma José & Baião que ainda hoje produz essa classe de chapéus. Os outros, de feltro, palha ou seda, são produzidos por fabricantes nacionais, por exemplo de S. João da Madeira, ou importados.

Tal como as outras indústrias a chapelaria sofreu a influência das conjunturas favoráveis e desfavoráveis que se sucederam entre 1750 e a década de 1950. O número e a saúde financeira das empresas foram um reflexo das fases de euforia ou de depressão então vividas, o que teve como resultado a decadência desta indústria na cidade a partir da década de 1880, sofrendo particularmente os efeitos da crise de 1890 e daí em diante o desenvolvimento da mecanização, a penetração de chapéus e cascos para chapéus estrangeiros, a concentração em S. João da Madeira, a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1925, a concorrência entre os produtores e principalmente o abandono do uso do chapéu pelas novas gerações devido à mudança da moda levaram à extinção progressiva das fábricas na cidade do Porto e à diminuição dos estabelecimentos de chapelaria que ou encerraram as suas portas e foram vendidos ou trespassados ou optaram por se dedicar a outros ramos do comércio, restando hoje apenas as chapelarias Costa Braga, Ideal e José & Baião, localizadas respectivamente nas Ruas 31 de Janeiro, Loureiro e Antônio Pedro. É possível adquirir ainda chapéus em algumas outras lojas da cidade como por exemplo as firmas Malas Horácio (Rua das Flores) e Miguel Carlos Barbosa Pereira (Rua de Entreparedes) bem como em certas lojas de alguns centros comerciais, etc.

Mas hoje o chapéu de feltro vende-se pouco, sendo os clientes geralmente do sexo masculino embora no Inverno se vendam alguns chapéus de senhora. A época de maiores vendas é, sem dúvida, o Inverno, principalmente o período do Natal.

Maior saída têm os chapéus de pano, por serem mais baratos, e os de palha, nacionais ou importados, que têm no Verão a sua maior procura.

4 – OS VESTÍGIOS AINDA EXISTENTES

O que resta, hoje, desta importante indústria na cidade além dessas lojas onde ainda se vendem alguns chapéus aos eventuais clientes e que vendem também outros produtos como guarda-chuvas, calçado e bonés (Chapelaria Ideal) ou bandeiras, emblemas e galhardetes desportivos e militares, equipamentos dos principais clubes nacionais, etc. (Costa Braga)?

Resta ainda todo um mundo em vias de desaparecimento que vai desde numerosas fontes escritas (manuscritas e impressas) até velhos edifícios comerciais, equipamentos de apropriação e acabamentos, passando pelos próprios chapéus produzidos nos séculos XIX e XX.

Parte significativa já desapareceu, pois pouco resta dos edifícios fabris, demolidos ou readaptados a novas funções, esvaziados das máquinas e utensílios entretanto vendidos para outros locais do País ou enviados para a sucata ou abandonados como trastes velhos e inúteis.

São todos estes testemunhos da memória industrial da cidade que vamos procurar dar a conhecer de forma sucinta.

A história tradicional e a história económica privilegiaram ao longo do tempo as fontes escritas, mas o alargamento do conceito de documento divulgado pela escola dos *Annales* veio proporcionar-nos uma visão e compreensão mais completas do passado ao valorizar as fontes materiais, figuradas e registadas.

4.1 – As fontes escritas

As fontes escritas continuam a assumir uma importância fundamental no estudo de qualquer empresa ou sector industrial. Porém, em muitos casos, por falta de tratamento e inventariação não é fácil localizá-las nos arquivos oficiais e cartórios.

Os arquivos empresariais têm, em regra, desaparecido como resultante do encerramento e extinção das empresas ou como reflexo da falta de sensibilidade ou de espaço naquelas que chegaram até aos nossos dias e com eles os livros de actas ou de razão, inventários, alvarás, copiadores de correspondência, etc.

Mas numerosas fontes manuscritas permanecem por divulgar nos arquivos oficiais (consultas, petições, representações, vistorias às fábricas, etc.) e em cartórios notariais e conservatórias (escrituras de constituição, alteração ou dissolução, contratos de aluguer ou de venda de edifícios, etc.).

Fontes impressas produzidas pelas empresas (catálogos, folhetos publicitários, papéis timbrados, etc.) juntam-se aos anúncios e informações sobre fábricas e chapelarias que podemos recolher em almanaques, anuários e imprensa da época. Os jornais, o *Diário do Governo* e outras publicações oficiais são também um manancial a não desprezar no que diz respeito à recolha de elementos sobre os estatutos, balanços, balancetes, etc., das empresas. A imprensa operária em que se destacam as várias séries do jornal *O Chapelheiro* fornece-nos o outro lado da industrialização, a perspectiva dos trabalhadores desta indústria no que diz respeito aos conflitos de interesses que opunham empresários e operários ou aborda a questão sempre candente do protecçãoismo, a luta contra a mecanização, etc.

Muitas outras fontes impressas podem ainda ser utilizadas, como os catálogos, relatórios e descrições relativos às várias exposições industriais dos séculos XIX e XX ¹⁵.

A própria toponímia conserva viva, em duas ruas da cidade, a memória desta indústria, caso da Rua do Rosário (aberta pelo meio da Quinta do Carregal pertencente ao empresário chapelheiro Domingos do Rozario do Nascimento e Almeida) e da Rua da Fábrica Social (que dava acesso a esta importante unidade localizada no Alto da Fontinha). Mas as fontes epigráficas não se resumem apenas a estas duas placas citadinas, pois as lápides tumulares dos cemitérios do Prado do Repouso e de Agramonte, por exemplo, conservam ainda hoje a lembrança de alguns empresários ligados à chapelaria ¹⁶, embora passem despercebidos à generalidade dos frequentadores desses locais.

4.2 – As fontes figuradas e registadas

A iconografia, sob as suas diversas formas, gravura, pintura a óleo, aguarelas, fotografias, postais, etc., representa uma das fontes mais valiosas a utilizar pelo investigador. Representações de edifícios, máquinas, utensílios, modelos de chapéus, marcas e anúncios de fábricas ou estabelecimentos comerciais podem ser encontradas em algumas das fontes impressas já mencionadas ajudando a colmatar as suas lacunas ou deficiências. Também os retratos dos fundadores ou de operários, na posse da empresa ou da respectiva família, bem como fases ou etapas do processo produtivo, podem ser observados nestas fontes. Por isso, através destas fontes, podemos observar ainda hoje alguns edifícios de fábricas e chapelarias, a participação de algumas empresas em exposições industriais ou os fundadores e administradores de algumas empresas chapeleiras.

Também a cartografia nos permite observar a localização e as plantas de algumas fábricas de chapéus¹⁷, proporcionando-nos uma visão de como se articulavam as fontes de energia com as máquinas e o espaço físico do edifício fabril.

Finalmente não devemos esquecer a possível gravação em fita magnética das entrevistas realizadas a actuais ou antigos proprietários ou trabalhadores de empresas produtoras ou apenas vendedoras de chapéus a que nos vamos referir de seguida ao abordar as fontes orais.

4.3 – As fontes orais

A voragem do tempo vai tragando um a um os derradeiros sobreviventes da indústria chapeleira portuense. Empresários, operários e caixeiros vão tombando, levando consigo as suas memórias, vivências e experiência, empobrecendo assim a nossa memória do passado. O desaparecimento de cada um destes intervenientes é mais um livro que se fecha e não pode voltar a ser manuseado, por isso se torna premente conversar, de forma mais ou menos formal, com esses empresários e trabalhadores, registar no papel ou em fita magnética as suas declarações e memórias que depois serão postas em confronto com os conhecimentos já adquiridos acerca dos temas abordados, com o objectivo de eliminar alguns possíveis erros e confusões, em regra involuntários, mas uma realidade provocada pela distância temporal ou perspectiva individual desses declarantes.

Assim temos feito e procuramos identificar e localizar alguns empresários, familiares de empresários e antigos trabalhadores com quem conversamos por diversas vezes, recolhendo as suas declarações acerca das respectivas empresas e da chapelaria portuense em geral.

Assim ouvimos os empresários Alfredo Carneiro da Costa Braga, um dos proprietários da centenária firma Costa Braga, José Luís Ferreira Baião, sócio da firma José & Baião, e D. Maria Emilia Rodrigues Sousa, proprietária da Chapelaria Ideal, as três principais empresas que hoje no Porto se dedicam à comercialização de chapéus.

Como exemplo de um familiar ligado a um empresário chapeleiro ouvimos Alberto Rodrigues da Costa Real, filho de Eugénio Rodrigues da Costa Real, e ainda alguns antigos trabalhadores.

Um deles já não se encontra entre nós, pois Alberto Rodrigues da Costa Real faleceu em 17-9-1996, o que ilustra a necessidade referida de registar com urgência as declarações dos derradeiros sobreviventes ligados a esta tradicional indústria portuense.

4.4 – As fontes materiais

Os testemunhos materiais abrangem uma grande diversidade de documentos desde os próprios chapéus, produzidos ao longo do tempo pela indústria portuense, aos edifícios e instalações, passando pelas máquinas, motores e utensílios utilizados na produção e acabamento dos chapéus. Alguns autores atribuem a estes vestígios materiais a designação de «monumentos industriais»¹⁸ alargando assim o conceito tradicional de documento.

Torna-se imperioso localizar, estudar e divulgar os monumentos industriais ligados à chapelaria que escaparam ao abandono e destruição a que foram votados até à actualidade, devendo para tal optar-se por uma maior sensibilização da opinião pública e dos eventuais possuidores de alguns destes vestígios, com o objectivo de evitar a sua destruição por falta de sensibilidade ou de espaço para a sua conservação. O ideal seria criar uma secção museológica ligada ao novo Museu da Ciência e Indústria do Porto num dos estabelecimentos comerciais existentes, onde fosse possível recolher e manter em funcionamento exemplares das máquinas e utensílios ligados à indústria chapeleira que poderiam ser completados com fotografias, gravuras, publicidade das várias empresas, exemplares de chapéus produzidos, etc., o que permitiria aos visitantes obter ou completar uma visão cientificamente mais exacta da produção chapeleira na cidade. No caso de não ser possível a criação dessa secção, então os materiais recolhidos poderiam ser expostos numa das salas do referido museu, como lembrança viva da importância desta indústria no passado da cidade, já que ela se encontra hoje olvidada pela maioria dos portuenses e dos forasteiros que nos visitam.

Tal como refere Amado Mendes «com a destruição pura e simples desses monumentos industriais, o património cultural – de que fazem parte integrante – vai-se delapidando e a história, por seu turno, vai ficando mais pobre»¹⁹.

Por isso, no sentido de contribuir para um melhor conhecimento destes monumentos industriais, vamos proceder a uma classificação dos vários vestígios materiais ainda existentes, apresentando em alguns casos, simultaneamente, as ilustrações correspondentes.

4.4.1 – Os chapéus

É possível depararmos ainda hoje com chapéus produzidos no Porto, no século XIX ou primórdios do século XX, que se encontram na posse de museus, de particulares ou de comerciantes de antiguidades e velharias.

Assim acontece com uma cartola de pelúcia de seda preta produzida pela empresa Maia e Silva & Filho existente no Museu Romântico do Porto e com um chapéu de coco em feltro preto, produzido por Maia e Silva & Filho, Sucessores, posterior a 1920, mas erradamente atribuído ao século XIX, existente no mesmo museu.

Também de finais do século XIX ou inícios do século XX é o chapéu alto de feltro preto produzido por Maia e Silva & Filho, que vai representado com a respectiva marca de fábrica no forro nas (Figs. 1 e 2) e outros chapéus podem ainda ser encontrados em adelos e lojas de bricabraque ocasionalmente. Além dos chapéus de feltro e de seda, eventualmente podemos deparar ainda com chapéus de palha produzidos ou vendidos por empresas da cidade, mas a fragilidade desses materiais, os ataques dos insectos, a acção da humidade e a falta de cuidados, normalmente prejudicam a boa conservação dos chapéus.



Fig. 1 – Chapéu alto de feltro preto marca Maia e Silva & Filho
(finais do século XIX – principio do século XX).



Fig. 2 – Marca ou griffe do chapéu anterior.

Os chapéus eram geralmente acondicionados em chapeleiras, caixas próprias para guardar e transportar chapéus²⁰, fabricadas em cartão ou outros materiais e reproduzindo na tampa ou em outro local a marca ou *griffe* do fabricante, objectos estes hoje difíceis de encontrar em bom estado, devido à fragilidade dos materiais utilizados.

4.4.2 – Os edifícios

Entre os monumentos industriais devemos destacar os edifícios onde funcionaram as fábricas e oficinas – lojas e mais tarde as lojas – oficinas e simples lojas de chapelaria.

O desenvolvimento da cidade, a deslocalização das várias indústrias das freguesias centrais da cidade para as periféricas, a terciarização do centro da cidade e as mudanças de moda modificaram profundamente a paisagem urbana do Porto. Ao longo de todo o século XIX e primeira metade do século XX abundaram na Rua de Santo António (em alguns períodos como actualmente crismada de Rua 31 de Janeiro) os edifícios ocupados por fábricas e lojas (com oficina anexa ou não) de chapeleiros.

Desde a abertura dessa artéria, nos inícios do século XIX, numerosos chapeleiros instalaram os seus estabelecimentos nesta importante via comercial, entre a Praça da Batalha e a actual Praça da Liberdade, à semelhança de muitos outros empresários ligados às indústrias ou comércio da moda, caso dos luveiros, cabeleireiros, modistas, relojoeiros, casas de chá, etc., constituindo um exemplo claro de concentração geográfica. Outras zonas da cidade como a Rua do Bonjardim e respectivas imediações (Liceiras, Bairro Alto, Fontinha), os Clérigos e a Rua das Flores foram também objecto de fixação de várias fábricas e lojas de chapéus, quer na primeira metade do século XIX quer no período posterior. As razões desta concentração geográfica devem procurar-se no carácter comercial dessas artérias, na sua posição central no mapa da cidade e na existência de água abundante, necessária para o fabrico e apropriação dos feltros.

O que resta hoje destes edifícios oitocentistas? Grande parte deles foram, ainda no século passado ou já neste século, demolidos e novas construções destinadas ao mesmo ramo industrial ou a novas actividades foram erguidas nesses locais. Os que restam foram quase todos reconvertidos e novas lojas de actividades mais rendosas substituíram os tradicionais chapeleiros. Por isso, hoje apenas dois destes estabelecimentos comerciais oitocentistas ainda abrigam chapelarias. O primeiro, localizado na Rua de Santo António n.º 194, permanece desde 1865 na posse da mesma empresa, inicialmente Freire & C.^{al} e depois desde 1866 até à actualidade pertença de Francisco António da Costa Braga e seus sucessores, como podemos observar (Fig. 3).

O segundo, na Rua do Loureiro n.º 78, abriga ainda hoje a Chapelaria Ideal pertença inicial de Afonso P. Carvalho, depois de Marílio de Matos e respectiva viúva e mais tarde de Alberto Rodrigues, pertencendo hoje aos respectivos herdeiros.

Mas outros edifícios de chapelarias resistiram, reconvertendo a sua actividade para outros ramos mais rentáveis. Uma das opções foi a sapataria, preferida pelas chapelarias Costa Real (Rua de Santo António n.º 36 depois n.º 28 também designada por Nacional) e Beleza (Rua de Cedofeita n.ºs 224-226) acabando esta por ocupar, com outros estabelecimentos da sua rede comercial, outras antigas chapelarias como a Cassiano, na Rua de Cedofeita, n.ºs 38-40. As malas e carteiras, pela sua proximidade à chapelaria, foram também uma opção como demonstra entre outras a Portela (também designada por 9 de Abril na Rua de Entreparedes n.º 84) hoje propriedade da firma Miguel Carlos Barbosa Pereira e que ainda vende chapéus, registando-se também opções pelos ramos de camisaria como a José de Sousa Rosas (Rua de Sá da Bandeira n.º 97) e até a confeitaria, caso da A. A. Baptista, Lda. (na Rua Formosa n.º 285).



Fig. 3 – Estabelecimento da Empresa Costa Braga na actualidade.



Fig. 4 – Fachada actual da Chapelaria Ideal.

Quanto às fábricas, os seus edifícios foram, em regra, demolidos, dando lugar a novas construções. Um exemplo, foi a fábrica Costa Braga (na Rua Firmeza n.º 49, na Fig. 5) vendida em 1921 e mais tarde comprada pelo Estado, em 1928, para instalação da Escola Industrial Faria Guimarães, actualmente Escola Secundária de Soares dos Reis, construída em 1955.

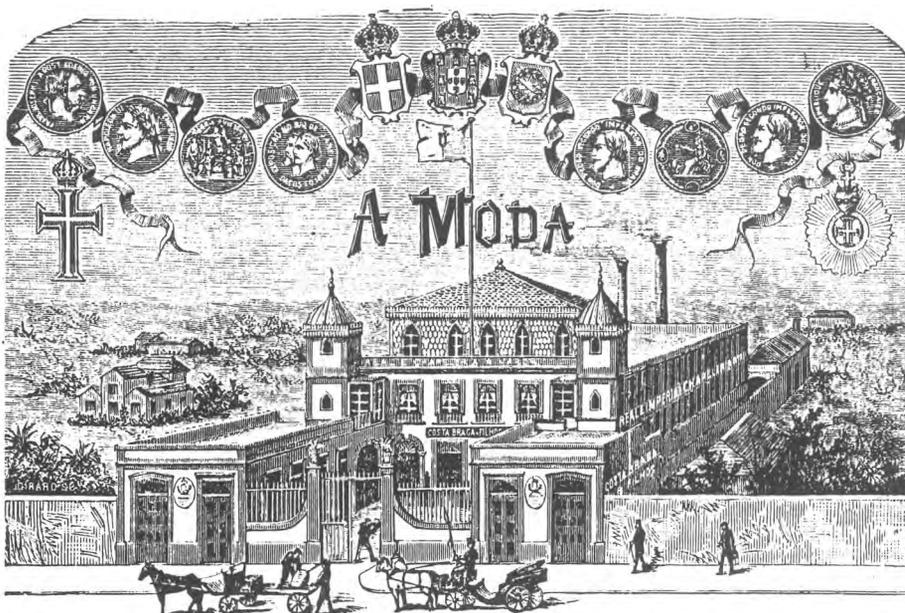


Fig. 5 – Gravura da Fábrica Costa Braga na Rua Firmeza em 1885.

Um caso interessante, a destacar, foi a ocupação do mesmo edifício ou local por sucessivas fábricas ou lojas de chapéus de que podemos apresentar, entre outros, dois exemplos, ambos na Rua de Santo António, actual Rua 31 de Janeiro.

Assim, na primeira metade do século XIX, nos então números 161-162 (pois a numeração era corrida, diferente da actual) funcionaram sucessivamente a fábrica de Bento José Vieira, a loja de Miguel António Garcia, novamente Bento José Vieira e finalmente Francisco António Outeiro que se conservou nesse local cerca de duas décadas, mudando depois para o número 216, onde o vamos encontrar em 1854²¹.

Mais prolongada foi a ocupação do primeiro prédio do lado direito de quem sobe a mesma rua. Entre 1813 e 1817, o prédio então com o número 167-168 foi ocupado pela fábrica particular de José António Lopes Guimarães, passando, desde 1817 até aos inícios da década de 1820, a pertencer à fábrica privilegiada de Félix Tomás de Magalhães²². Com a decadência desta indústria, foi ocupada por outros inquilinos mas, a partir de 1854, pelo menos, passou a abrigar a loja de chapelaria de Jacinto José Gonçalves, proprietário da Fábrica Social, recebendo então o número 224. Com a mudança de numeração, ocorrida após 1860 passou a ter o número 2 e, no mesmo local, passou mais tarde, a partir da década de 1880, a funcionar a loja e oficina de apropriação da fábrica Victorino de Almeida que nesse local permaneceu, ocupando agora o número 18, até à década de 1980, quando passou a pertencer à cadeia de sapatarias Vanda em cuja posse ainda hoje se mantém.

Há na mesma rua alguns casos de longevidade ligados à chapelaria: durante décadas, desde 1848 até 1920, funcionou no prédio com o número 32 (mais tarde 69 a 73) a oficina e loja de chapéus de seda da firma Maia e Silva, depois Maia e Silva & Filho, passando a partir de 1920 a pertencer à firma Maia e Silva & Filho, Sucessor, depois Sucessores, Limitada, apenas no número 71, tendo esta encerrado as suas portas nos inícios da década de 1930, passando a ocupar as respectivas instalações a barbearia Daniel e a casa Electrónia, L.da., estando actualmente ocupado o número 69 com a barbearia Santo António e o número 71 (parte comercial) desocupado, embora alugado à Drograria Castilho. Podemos observar (Figs. 6 e 7) que o prédio mantém actualmente

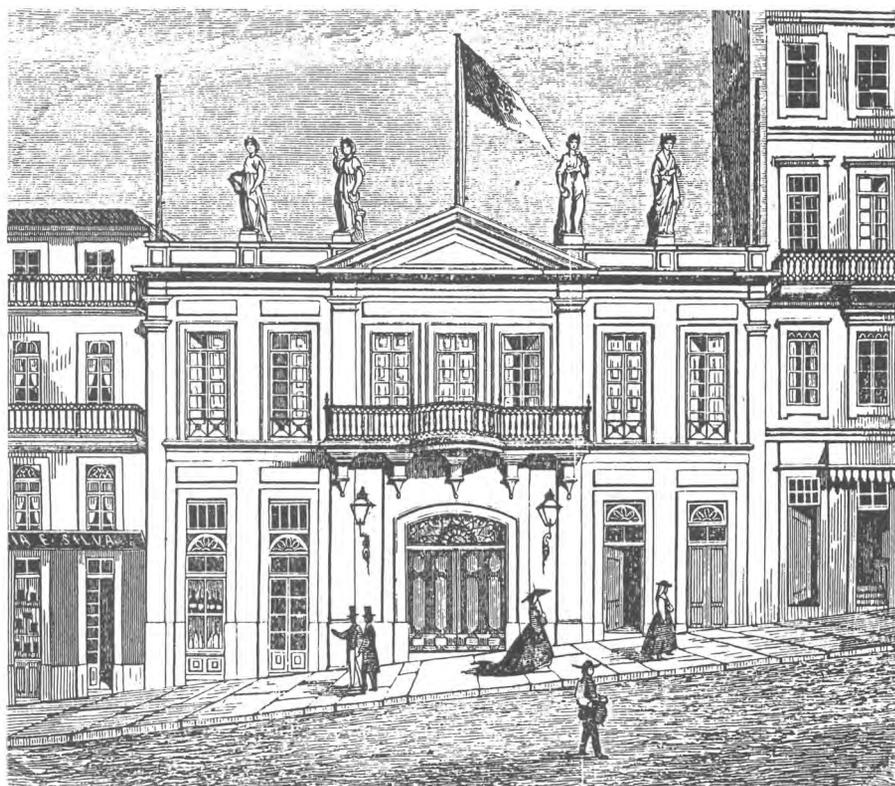


Fig. 6 – Chapelaria Maia e Silva antes de 1888.

a sua traça anterior ao incêndio do teatro Baquet em 1888, embora já não seja ocupado por qualquer empresa de chapelaria, mas nele funcionaram, como vimos, durante cerca de 80 anos, três firmas de chapeleiros.

Outro exemplo, já referenciado, foi a ocupação desde 1865 até à actualidade do prédio com os n.ºs 192, 194 e 196, hoje 194 da mesma rua, pela oficina-loja e depois apenas loja geralmente conhecida por Costa Braga.

A própria paisagem da Rua de Santo António (ou 31 de Janeiro) mudou. Das numerosas fábricas e lojas de chapeleiros do passado apenas essa loja resta desta indústria tão característica dessa importante artéria comercial, e no resto da cidade o



Fig. 7 – Aspecto actual do prédio n.ºs 69-71 onde funcionou a Chapelaria Maia e Silva.

mesmo aconteceu, desaparecendo quase todas as chapelarias, condenadas pelo abandono do uso do chapéu.

4.4.3 – Máquinas e utensílios

4.4.3.1 – AS MÁQUINAS

Até à segunda metade de Oitocentos, a produção chapeleira portuense era uma produção oficial e manufactureira, utilizando apenas a energia braçal. Só a partir de 1866 algumas máquinas foram introduzidas por algumas fábricas, sendo a primeira fábrica mecanizada a Freire & Costa que foi também a pioneira na introdução da máquina a vapor nesta indústria portuense, por alvará datado de 25-7-1866²³.

A partir de então várias máquinas a vapor foram sendo adquiridas pelas várias fábricas de chapéus, tornando-se até finais do século a energia dominante, embora o Inquérito Industrial de 1890²⁴ refira já a utilização pela Fábrica Social de uma máquina eléctrica com a força de 5 cavalos. A partir dos inícios do século XX, também alguns motores a gás (de hulha e de iluminação) foram utilizados para mover as máquinas, mas grande parte do trabalho dos chapeleiros continuou a ser efectuado manualmente, principalmente nas pequenas empresas e nas simples oficinas de apropriação. Nas fábricas eram utilizadas máquinas cada vez mais numerosas²⁵: para abrir e cortar as peles, cortar os pêlos, abridores de sopro ou de rebater pêlo (suflosas ou *souffleuses*), misturadeiras (*melangeuses*), arcos mecânicos (*arçonneuses*) depois substituídos por bastissosas (*bastisseuses*), secadeiras ou hidro-extractores, achegadeiras, feltradeiras, fulões de martelo ou cilindro e fulosas (*fulleuses*), enformadeiras, lavadeiras, de afinar (também conhecidas por afinadores, afinadeiras e arrasadeiras do francês *raseuses* ou *ponceuses*), de abrir abas, etc., a que se acrescentavam máquinas ou prensas de engomar, lustrar, arrematar, coser, etc.

As fábricas mais pequenas possuíam apenas um ou mais arcos mecânicos e máquinas de costura, por vezes uma suflosa, geralmente movida por uma máquina a vapor de pouca potência. As fábricas de média dimensão possuíam vários exemplares destas máquinas a que acrescentavam uma lavadeira, uma máquina de engomar ou uma afinadeira, enquanto as duas maiores empresas, a *Real e Imperial Chapelaria a Vapor* (Costa Braga) e a *Fábrica Social* possuíam todas ou quase todas as máquinas incluídas na listagem da página anterior que eram movidas por várias máquinas a vapor fixas ou locomóveis e mais tarde por motores eléctricos ou a gás pobre ou de iluminação.

Faziam ainda parte do equipamento das fábricas uma ou várias caldeiras (da fula, tinturaria, engomação, etc.) e fornos, tradicionalmente conhecidos em Portugal por «fourneau» possivelmente trazidos para Portugal pela família Fournol de chapeleiros franceses no século XVIII. Além destes equipamentos possuíam, como vimos, outros utensílios como mesas e pranchas para cortar os pêlos, esmorçar os feltros, engomar, apropriar e acabar os chapéus, bem como tesouras, facas, raspadores, etc., mas como muitos deles tinham também utilização na apropriação a eles nos referiremos ao abordar os utensílios usados nessa fase.

Identificadas as máquinas utilizadas por esta indústria, regressamos à pergunta de partida: o que é feito delas, onde estão estas máquinas específicas da indústria chapeleira, as caldeiras e as máquinas a vapor que as movimentavam?

Desapareceram, pois nada resta nas empresas ainda existentes destes importantes componentes dessa produção industrial.

Gradualmente e à medida que as fábricas iam encerrando as suas portas, o seu destino foi a venda a outras empresas ou o ferro-velho como objectos já inúteis e portanto imprestáveis. Se quisermos hoje observar algumas destas máquinas, teremos de consultar obras de carácter técnico como dicionários da indústria²⁶ ou deslocar-nos a S. João da Madeira²⁷, o último centro chapeleiro português, em que resiste ainda a fábrica Vieira Araújo mas, mesmo nessa cidade, quase todas as fábricas de chapéus fecharam, encontrando-se portanto também em risco de desaparecimento estas máquinas, testemunhas de um passado de trabalho duro e perigoso de muitos operários portuenses e sãojoanenses. Por isso aplaudimos a proposta, ainda não transformada em realidade, da criação de um museu dedicado à indústria chapeleira em S. João da Madeira, o que não invalida a criação da secção que propusemos no Museu da Ciência e Indústria do Porto.

4.4.3.2 – OS UTENSÍLIOS

Numerosos utensílios eram utilizados ao longo da produção dos chapéus de feltro. Entre eles várias mesas, pranchas, facas, tesouras, raspadores, etc. Atendendo à sua composição em madeira, muitos destes objectos, tal como os tradicionais *Arcadeiros*, constituídos por um arco e um caniço de verga, usados para arcar e bastir no século XVIII e primeira metade do XIX²⁸, desapareceram atacados pelos insectos xilófagos, sendo outros deitados fora, como muitas formas, moldes, etc.

A apropriação e acabamento dos chapéus era feita na fábrica produtora do feltro ou nas lojas-oficinas de chapelaria que compravam o feltro e efectuavam esse trabalho de apropriação que vamos descrever em seguida:

Era um trabalho profundamente especializado que muitas vezes passava de pais para filhos (como aliás o dos *fulistas*) e que através da aplicação de goma dava mais consistência ao feltro. Depois de seco em estufa, o feltro era «enformado» transformando-se em chapéu. Depois era «afinado», ou seja, era lixado com material abrasivo, para tornar a superfície lisa e macia, isenta de pêlos grosseiros.

Em seguida, era «aferreado», passado a ferro quente, para secar a água que ainda tivesse e era «cinturado», fixando-se as suas medidas. Limpos os excessos de goma, era «ageitado e moldado» manualmente com moldes de madeira enrolando-se mais ou menos a aba que depois era «aparada», usando-se para tal o «*risquete*» que assinalava com um risco por onde se deveria aparar com a tesoura. Depois era «vincado» utilizando-se vapor para tornar mais fácil a modelagem da copa e das abas. As costureiras aplicavam-lhe então a fita, a tira ou carneira e o forro. O chapéu, depois de escovado e vaporizado de novo, era posto à venda na loja ou enviado para a firma compradora.

Embora tenham desaparecido quase todas estas lojas-oficinas de chapeleiros, tal como as fábricas, ainda é possível encontrar, nas raras existentes ou na posse de particulares e comerciantes, alguns dos utensílios que os chapeleiros usavam nas lojas para tirar as medidas da cabeça dos clientes, medir os chapéus em stock, alargar os chapéus ou realizar todas as operações de apropriação e acabamentos acima descritos.

É o caso dos conformadores (Fig. 8), aparelho com que obtinham um molde em papel do formato da cabeça do cliente, das escalas usadas para medir o interior dos chapéus flexíveis (Fig. 9), dos alargadores em ferro ou em madeira (Figs. 10 e 11) usados para alargar os chapéus, das formas de madeira sobre as quais se modelavam os chapéus, dos moldes em metal ou madeira para ajeitar as abas (Fig. 12), dos brunidores ou *lissoirs* (Fig. 13) de madeira polida de buxo ou de ferro para alisar as abas dos chapéus, dos ferros de engomar e aferrear (Fig. 14), dos formilhos, das tesouras curvas para cortar as abas, dos compassos, esticadores, bases para as formas, escovas, etc.

Mas também estes utensílios estão em vias de desaparecer. Sendo quase todos de madeira e os restantes de metal, muitos já se encontram incompletos ou em mau estado, por isso, torna-se de primordial importância alertar os seus possuidores para a necessidade da sua preservação contra os malefícios dos agentes naturais e do tempo.

Na falta das máquinas, estes utensílios utilizados nas lojas e oficinas de apropriação são os últimos sobreviventes dos instrumentos utilizados pelos chapeleiros portugueses, daí que o seu desaparecimento, provocado pela incúria dos seus proprietários ao longo de décadas e pela acção do tempo, represente um empobrecimento da memória industrial e cultural da cidade que se torna imperioso preservar.

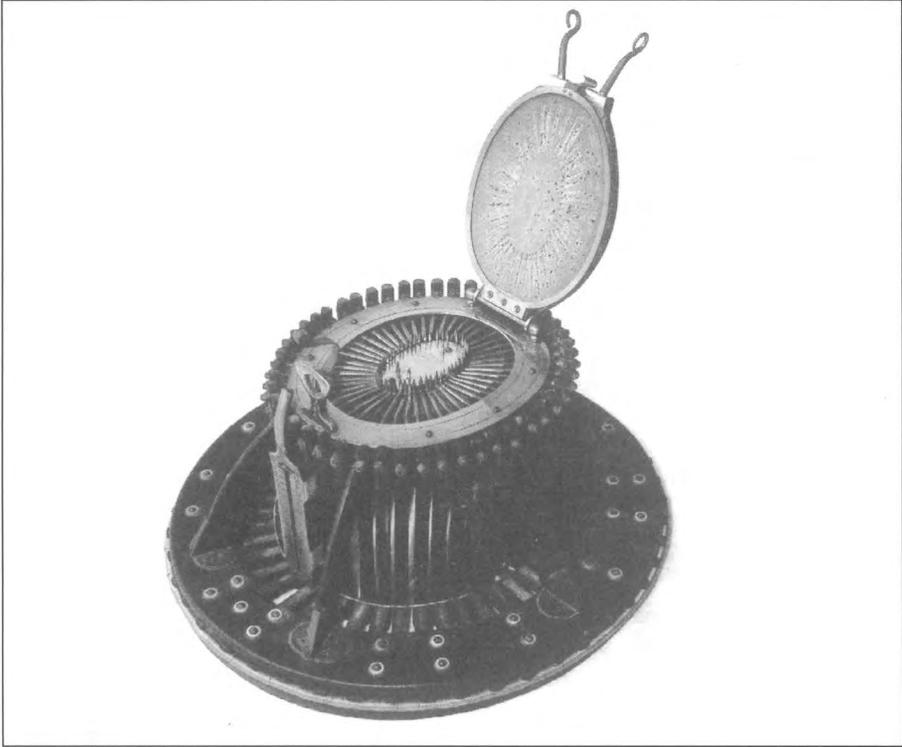


Fig. 8 - Conformador da marca Allié-Maillard.

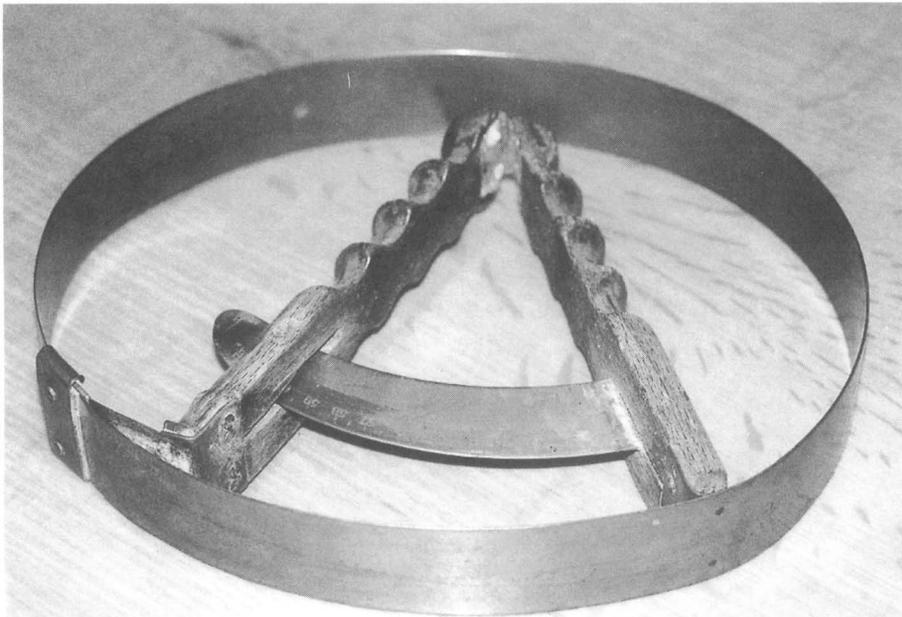


Fig. 9 - Escala para medir o interior dos chapéus flexíveis.



Fig. 10 - Modelo de alargador em madeira para chapéus.

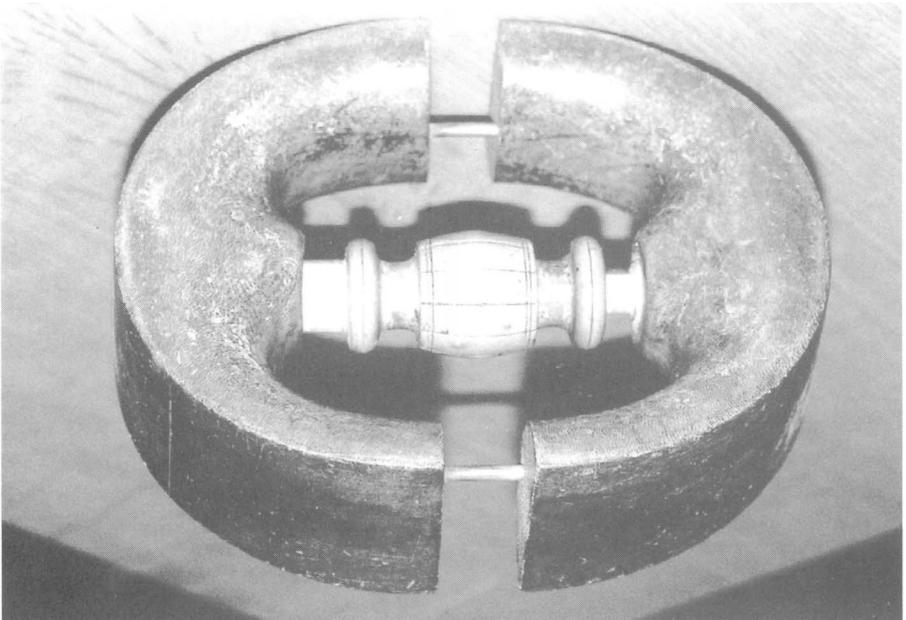


Fig. 11 - Outro modelo de alargador em madeira para chapéus.



Fig. 12 – Molde em madeira para ajeitar as abas.

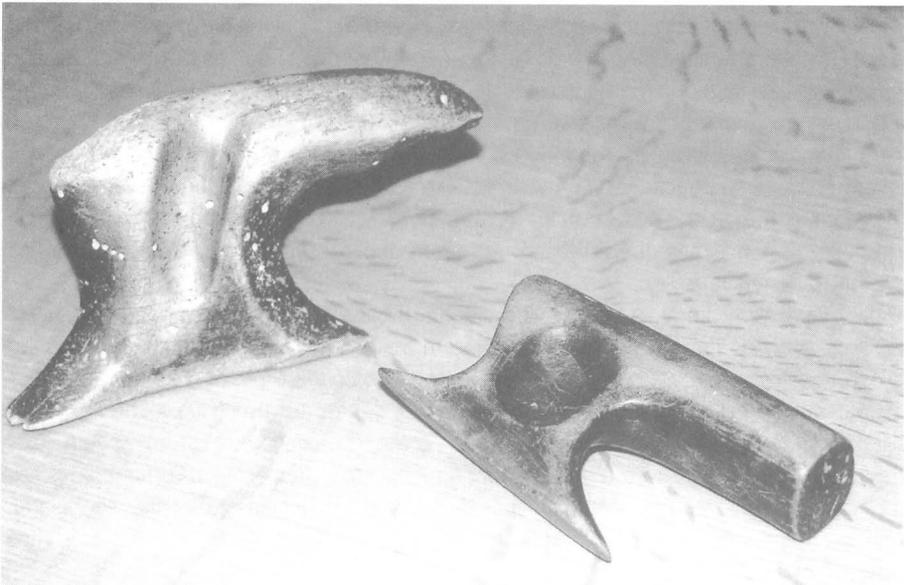


Fig. 13 – Brunidores ou *lisoirs* em madeira para alisar as abas dos chapéus.



Fig. 14 – Ferro de brunir e respectivo descanso.
Produzido na Fundição Progresso – Devesas - Vila Nova de Gaia.

5 – CONCLUSÃO

Que vestígios restam, na actualidade, da indústria chapeleira portuense que chegou a ser em 1814 a terceira indústria da cidade²⁹ em número de fábricas privilegiadas e que foi também, na segunda metade do século XIX e inícios do século XX, uma das melhores indústrias portuenses com mais de uma dúzia de fábricas?

A sua existência acompanhou a evolução da moda e o abandono do uso do chapéu ditou a sua decadência e inevitável extinção. Por isso, hoje não existem fábricas de chapéus de feltro, seda ou palha na cidade, conservando-se ainda uma fábrica de chapéus de pano, mas que representa uma produção colateral em relação à clássica produção de chapéus.

Persistem ainda, no centro da cidade, alguns edifícios de antigas oficinas e lojas de chapéus de que apenas dois mantêm a sua tradicional comercialização deste artigo. A estas empresas devem juntar-se outras lojas onde é possível adquirir chapéus e uma outra antiga loja-oficina transferiu a sua sede para um novo local. Portanto, estabelecimentos que possamos identificar como chapelarias, resistem apenas três nesta cidade, o que acarretou uma profunda modificação da paisagem urbana, pois até à década de 1950 podiam contar-se por dezenas as chapelarias existentes na cidade, principalmente nas ruas do centro como as Ruas de Santo António, das Flores, dos Clérigos, de Cedofeita, etc.

Restam também alguns chapéus, representantes da produção destes artigos em feltro, seda ou palha que se encontram na posse de museus ligados à moda e ao traje ou constituem pertença de particulares ou comerciantes.

As máquinas desapareceram, possivelmente vendidas a outras empresas nacionais de outros centros chapeleiros ou enviadas para a sucata como objectos sem valor, tal como muitos utensílios cujo destino foi o lixo ou as lojas de adelos e comerciantes de curiosidades e velharias.

Restam porém, ainda hoje, nas últimas chapelarias sobreviventes ou na posse de antigos empresários, operários ou particulares, alguns desses utensílios de apropriação, bem como outros documentos ligados a esta indústria: chapeleiras, postais, impressos, retratos e fotografias dos fundadores ou dos edifícios, gravuras de exposições com a participação dessas empresas, notícias relativas às empresas ou à chapelaria em geral, etc.

A estes documentos manuscritos, impressos ou figurados podemos acrescentar um conjunto de elementos a recolher nos arquivos oficiais e em fontes impressas, atendendo a que parece não terem sobrevivido os arquivos de empresa que seriam fundamentais no estudo destas empresas e da chapelaria portuense e nacional.

Finalmente, podemos recorrer ainda a fontes orais, recolhendo as declarações de antigos empresários e trabalhadores desta indústria com a sua vivência e experiência ao longo do tempo, que nos permitem esclarecer alguns aspectos mais obscuros que através de outras fontes não é possível desvendar.

Será da recolha e análise de todas estas fontes e do imprescindível confronto entre os elementos fornecidos por cada uma que poderá brotar um melhor conhecimento e compreensão do passado. Só através de uma recolha sistemática de todos os vestígios escritos, materiais e orais existentes na actualidade será possível inventariar, estudar e preservar os «monumentos industriais» do passado, de preferência no próprio local e em actividade ou pelo menos numa secção museológica, no sentido de ultrapassar o esquecimento a que tem sido votada esta parcela importante do património industrial e cultural portuense.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo do Governo Civil do Porto.

Fábricas e estabelecimentos insalubres, maço M 1426 – Chapéus.

Livro de registo dos aparelhos a vapor, 1884 a 1914 (Livro 59).

Fontes Impressas e Bibliografia

Almanak do Porto e seu Districto - 1854-1916 – Porto, diversas tipografias, desde 1854 até 1915.

Almanaque do Commercio do Porto - 1917 – Porto, Américo Costa, 1916.

A MODA – publicação trimensal illustrada com figurinos em phototypia – Ano 5, n.º 13, Estação de Inverno - 1885-86 – Porto, Costa Braga & Filhos, 1885, p. 1.

- AMARAL, José Alberto Fontes Serra – *Subsídios para a história da indústria de chapelaria em S. João da Madeira* – Porto, [s. n.], 1967.
- Anuário do Comércio do Porto - 1913-1920* – Porto, Manuel Pinto de Souza Lello, 1912-1919.
- Anuário Comercial do Porto - 1926-1943* – Porto, Santos Vizeu, Irmãos - António dos Santos Guimarães, 1926-1943.
- Anuário do Porto - Santos Vizeu - 1945-1968* – Porto, António da Silva Guimarães - Inácio dos Santos Vizeu Júnior, 1945-1968.
- BONIFACIO, Maria de Fátima – *Industrialização oitocentista e concorrência externa (a indústria chapeleira de 1814 a 1914)* – Lisboa, Cadernos de Documentação GIS, n.º 2, 1980.
- Catálogo oficial da exposição internacional do Porto em 1865* – Porto, Typographia do Commercio, 1865.
- CORREIA, Amílcar – *Chapéus há poucos* – Pública, n.º 51, 11-5-1997, pp. 38-41.
- GALVAN Y HERNANDEZ, Ramon – *Manual teórico-práctico para uso y enseñanza del aprendiz de sombrerero, por el fabricante de sombreros* – Madrid, Imprenta à Cargo de J. Velada, 1872.
- GIRÃO, Luís Ferreira – *A indústria da chapelaria na 1.ª Circunscção dos Serviços Technicos da Industria* – Boletim do Trabalho Industrial, n.º 61, 1911, pp. 3-22.
- Inquérito Industrial de 1865. Actas das Sessões da Comissão de Inquérito* – Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.
- LAMI, E. O. – *Chapellerie* – In *Dictionnaire Encyclopédique et Biographique de l'Industrie et des Arts Industriels* – Paris, Librairie des Dictionnaires, 1882, Tome 2, pp. 578-603.
- LIMA, António; RIBEIRO, Jorge – *Indústria de chapelaria em S. João da Madeira* – S. João da Madeira, Câmara Municipal de S. João da Madeira, 1987.
- MARTINS, Oliveira – *O Repórter* – Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1957, 2 Vol.
- MENDES, José Amado – *Arqueologia industrial e património cultural* – Munda, n.º 3, Maio de 1982, pp. 3-11.
- MÓNICA, Maria Filomena – *Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)* – Análise Social, Vol. XV, n.º 60, 1979, pp. 859-945.
- *Artesãos e operários - Indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)* – Lisboa, I.C.S., 1986, pp. 23-64.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Imagens do Porto Oitocentista* – Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto – Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural, 1995.
- PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria – *Inquérito Industrial de 1890* – Vol. IV «Indústrias fabris e manufactureiras» – Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- *Inquérito Industrial de 1881* – Inquérito directo. Segunda parte. Visita às fábricas. Livro segundo – Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van – *Manual de investigação em ciências sociais* – Lisboa, Gradiva, 1992.
- RAMADA, José António Real Pereira – *A indústria chapeleira portuense entre 1750 e 1852* – Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Porto, 1997.
- Roxo, Agostinho – *Relatório apresentado por Agostinho Roxo acerca dos produtos que concorreram à Exposição Internacional realizada na cidade do Porto em 1865* – Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Vol. 1, n.º 6, 1866, pp. 434-455.
- SILVA, António de Moraes – *Diccionario da Lingua Portuguesa* – Composto por 6.ª edição, melhorada e muito acrescentada pelo Desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, Lisboa, Typografia de António José da Rocha, 1858, Tomos 1 e 2.
- *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* – 10.ª edição, revista ..., Lisboa, Editorial Confluência, 1951, Vol. 3.

NOTAS

- * Trabalho elaborado no âmbito do projecto «Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal, sécs. XIX e XX», com o patrocínio da FCT.
- ¹ Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc van – *Manual de investigação em ciências sociais* – Lisboa, Gradiva, 1992, p. 30.
- ² Martins, Oliveira – *O Repórter* – Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1957, Vol. 2, p. 315.
- ³ Ramada, José António Real Pereira – *A indústria chapeleira portuense entre 1750 e 1852* – Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Porto, 1997, pp. 265-266.
- ⁴ *Ibidem*, pp. 28-42.
- ⁵ *Ibidem*, pp. 565 e 568.
- ⁶ Silva, António de Moraes – *Dicionário da Língua Portuguesa* – Composto por, 6.ª edição, melhorada e muito acrescentada pelo Desembargador Agostinho de Mendonça Falcão, Lisboa, Typografia de Antonio José da Rocha, 1858, Tomo 2, pp. 1 e 328.
- ⁷ *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda parte. Visita às fábricas. Livro segundo* – Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 175 e 179-181.
- ⁸ *Inquérito Industrial de 1890* – Vol. IV – «Indústrias fabris e manufactureiras» – Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 694-700.
- ⁹ Silva, António de Moraes – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* – 10.ª edição, revista..., Lisboa, Editorial Confluência, 1951, Vol. 3, p. 32.
- ¹⁰ Ramada, José António Real Pereira – *op. cit.*, p. 260.
- ¹¹ *Ibidem*, p. 266.
- ¹² *Ibidem*, pp. 270-272.
- ¹³ *Ibidem*, pp. 565-568.
- ¹⁴ *Ibidem*, p. 308.
- ¹⁵ Toda esta variedade de fontes utilizamos em *A indústria chapeleira portuense entre 1750 e 1852*.
- ¹⁶ Por exemplo Francisco António da Costa Braga e Eugénio Rodrigues da Costa Real.
- ¹⁷ Incluídas nos processos de licenciamento de máquinas a vapor existentes no Arquivo do Governo Civil do Porto.
- ¹⁸ Mendes, J. Amado – *Arqueologia industrial e património cultural* – Munda, n.º 3, Maio de 1982, p. 5.
- ¹⁹ *Ibidem*, p. 9.
- ²⁰ Silva, António de Moraes – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* – 10.ª edição, 1951, p. 32.
- ²¹ Ver Ramada, José António Real Pereira – *op. cit.*, pp. 291, 293, 300 e 306.
- ²² *Ibidem*, p. 291.
- ²³ A. G. C. P. – Maço M. 1426 Chapéus, processo 1659.
- ²⁴ Vol. IV, p. 607.
- ²⁵ Listagem elaborada a partir da bibliografia consultada.
- ²⁶ Por exemplo Lami, E. O. – *Dictionnaire Encyclopédique et Biographique de l'Industrie et des Arts Industriels* – Paris, Librairie des Dictionnaires, 1882, Tome Seconde – pp. 578-603.
- ²⁷ Muitas delas entretanto foram substituídas por exemplares mais modernos, automáticos.
- ²⁸ Ramada, José António Real Pereira – *op. cit.*, p. 449.
- ²⁹ *Ibidem*, pp. 56 e 277.

UM CASO DE FILANTROPIA PARA COM OS EXPOSTOS DA RODA DE VILA DO CONDE *

Maria Adelina Azevedo Piloto
Mestre em História Contemporânea, Docente e Investigadora

O valioso e avultado acervo documental do Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde, integra no fundo da Administração do Concelho, 118 livros de testamentos, que corresponde a cerca de 1 200 doações, que se espriam temporalmente desde o princípio do século XIX até ao ano de 1941¹.

Decorrente do nosso trabalho de investigação, com vista à elaboração da dissertação de mestrado subordinada ao tema: «Os Expostos da Roda de Vila do Conde, 1835-1854»², tivemos o ensejo de nos debruçar sobre muitos desses livros, os que ao nosso trabalho interessavam e que se alongaram até ao ano de 1860. Analisamos-lhe a forma, toda ela muito semelhante, com um intróito dedicado à invocação de Cristo e dos Santos e Santas da especial devoção do crente, pedindo-lhes advocatura para a salvação da sua alma. Assim, pudemos constatar, que no limiar dos testamentos da centúria de novecentos, era afirmado com maior ou menor amplitude, preceitos de fé, de crença e temor divino, revelando a intensa religiosidade dos homens daquela época.

No que concerne aos beneficiários das doações a sua diversidade é grande, abrangendo familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho e instituições de carácter religioso e profano, permitindo-nos descortinar a teia de relações sociais do testador e o seu amor ou desamor ao próximo. Os bens doados eram, em geral, dos mais díspares, tais como dinheiro, objectos de uso pessoal, bens imóveis e outros.

No universo de tantos testamentos, depressa nos apercebemos, que os mais ricos em informações, em teres e haveres diziam respeito aos *brasileiros* de torna-viagem. Saídos de Portugal ainda imberbes, os emigrantes deixavam a terra natal, na sua grande maioria, quando ainda não tinham completado 14 anos de idade³. Iam devidamente autorizados pelos seus progenitores, num ou noutro caso, bem mais esporádico, pelos tutores, e recomendados de preferência a um português já há muito estabelecido nas terras de Vera Cruz, com estatuto sócio-económico valioso e invejado. Em muitos casos, era o que recebia o jovem à procura de um futuro mais risonho, quem custeava por inteiro, o valor da passagem a bordo do navio. Depois, à medida que ia ganhando, era-lhe descontado na sua soldada o estipendiado pelo patrão. Empregavam-se nos mais variados mesteres, alguns na vida comercial, em lojas de secos e molhados, de fazendas, drogarias e outras, enquanto que outros, seguiam pelo imenso sertão brasileiro como caixeiros viajantes dos seus patrões, vendendo os seus produtos, como em Portugal se fazia por essas feiras de alfoz. O emprego no árduo trabalho de seringueiro e outras actividades ligadas à terra, como a do algodão, dos minerais ricos e o das plantações e engenhos da cana do açúcar absorviam imensa mão-de-obra e infelizmente, a saúde dos nossos compatriotas.

Ultrapassada a fase mais negra, a da adaptação ao clima e ao *modus vivendi* do imenso Brasil, o emigrante começava a estabilizar a sua vida sob os mais variados aspectos, na mira constante de amealhar um pecúlio, que lhe permitisse voltar ao pátrio lar, à sua santa terrinha, para ver de novo os lugares da sua infância, tão cedo transformada em áspero contacto com a vida, num forcejar constante com a realidade. «A emigração é pois, sobretudo, um fenómeno económico, consequência do desequilíbrio, que resulta da incompatibilidade entre uma numerosa e activa população e uma área restrita»⁴. Nunca o emigrante esquecia a terra que lhe serviu de berço. Esta era a realidade insofismável!

Quando regressava, para além de trazer nas suas miragens a arquitectura colonial, trazia também a vivência enriquecedora das terras distantes, novos costumes, novas ideias e novos valores. O *brasileiro* se voltava abastado, distribuía na maior parte das vezes, com generosidade, parte do dinheiro que granjeara, muitas vezes com grandes dificuldades e muitos sacrifícios (e não estamos aqui a falar dos *brasileiros* enriquecidos em negócios nada nobilitantes), procurando afirmar-se como caridoso e benfeitor, na esperança do reconhecimento de um estatuto social digno e honrado e de alcançar um título honorífico ou de nobilitação que lhe desse prestígio a si e à sua família, benesse que nunca alcançaria se não fosse o ter afortunadamente mourejado em terras brasileiras.

São por demais conhecidos os nomes de alguns que praticaram actos de filantropia, de beneficência, mandando erigir escolas, abrir ruas, construir cemitérios, fundar hospitais e asilos e por isso serem alcandorados ao baronato e ao viscondado, por mercê régia⁵. Muitos outros, por não serem tão magnânimos na distribuição da fortuna ficavam-se por uma comenda, o que, mesmo assim, era importante aos olhos da sociedade. Por outro lado e porventura na grande maioria, nem barões, nem viscondes, nem comendadores. Pode supor-se que a fortuna acumulada não era tão avultada que permitisse a ascensão ao título ambicionado, mas também se pode admitir, que alguns deles praticavam actos de filantropia completamente desinteressada. Gente simples, que se despedia da pátria com lágrimas nos olhos, na esperança de alcançar uma vida melhor, angariando um pecúlio razoável, regressava ao seu torrão natal, administrando os bens entretanto adquiridos com uma gestão rigorosa, sem esbanjamentos, sem futilidades e, no fim da vida, sentindo que o tempo escasseava, que a saúde ia mirrando a olhos vistos, determinava a sua beneficência e generosidade sem alardes, mandando registar em testamento as suas derradeiras vontades.

De uma forma geral, o terço disponível ia engrossar os cabedais e os bens imóveis de Confrarias religiosas e da Santa Casa da Misericórdia. Noutros casos porém, mais esporádicos, eram contemplados organismos de saúde e de educação.

Das centenas de testamentos que tivemos oportunidade de analisar, na expectativa de acharmos alguns que contemplassem a instituição de solidariedade social, talvez a mais carente de todas, aquela de que dependia tantas crianças inocentes, vítimas da indigência, da ilegitimidade e do egoísmo social, e estou-me a referir naturalmente à Roda dos Expostos, apenas um caso se nos deparou. As Casas da Roda, custavam imenso dinheiro ao Erário Público, padecendo estas, na maior parte dos casos, de uma escassez crónica de fundos para acorrer às mais diversas despesas. Não raras vezes, os salários das Amas andavam tão atrasados, que estas se viam obrigadas a entregar os expostos na Roda, sujeitando-os à mingua de alimento e às deficientes condições de habitabilidade da casa que os albergava. Outras vezes, os atrasos no pagamento dos salários às Amas

eram tão latos, que estas devido à extrema pobreza reinante, chegavam ao cúmulo de andar a pedir esmola com os expostos⁶. No caso concreto da Roda de Vila do Conde só a boa-vontade e filantropia dos responsáveis pela Roda, conseguiu colmatar algumas graves lacunas, emprestando dinheiro do seu próprio bolso para suprir as mais urgentes necessidades⁷. Era, na verdade uma realidade trágica, vendo-se, algumas vezes a Administração Pública forçada a retirar dinheiro de itens diferentes do orçamento, para socorrer convenientemente os expostos, evitando dessa forma a ruptura total do sistema, com consequências nefastas e até catastróficas para os infelizes e desvalidos da sorte. Assim, foi com grande alegria e surpresa, que tomamos contacto com um legado testamentário, num universo tão vasto, que incluía uma cláusula de uma filantropia que muito nos apraz registar.

É esse documento que aqui vamos transcrever, e procurar fazer a sua análise, no que concerne aos bens doados, para além de registarmos o carinho com que o testador pede que tratem alguns parentes e a as medidas cautelares que tomou referentes aos testamentários.

Passamos de seguida, a transcrever na íntegra o testamento redigido por José António Gavinho, em 11 de Novembro de 1847⁸:

«Jesus, Maria, José. Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro em quem eu José António Gavinho creio, e em tudo o mais que manda crer a nossa Santa Igreja Católica Romana como cristão que sou, e nessa fé protesto viver e morrer e achando-me gravemente enfermo com a moléstia que Deus Nosso Senhor foi servido dar-me, e não sabendo o dia, e hora em que Deus Nosso Senhor será servido chamar-me a contas, determino fazer este meu Testamento e dispôr da minha herança daquela parte que o direito me concede para esse fim. Primeiramente declaro que sou cristão, encomendo minha alma a Deus Todo Poderoso que a criou e remiu com o seu preciosíssimo Sangue e à Virgem Maria Nossa Senhora e ao Anjo da Minha Guarda e Santo do meu nome e a todos os mais da corte do céu, que sejam meus intercessores para com Nosso Senhor Jesus Cristo que me salve quando ela partir deste para o outro mundo e que vá gozar da sua Bem-Aventuraça.

Em segundo lugar declaro que sou solteiro, natural desta Vila, filho de António José Gavinha ainda vivo, e de sua falecida mulher Ana Pereira Dinis, e que não tenho filhos naturais, e por esta razão, o meu verdadeiro herdeiro é o dito meu pai; porém, como o Direito me concede o poder dispôr livremente da terça de toda a minha herança, a qual consiste em bens de fortuna que ganhei no Império do Brasil, especialmente na cidade do Pará, e consta dos meus Livros de Razão e assentos e notas que nele tenho escritas por minha letra e punho, além das propriedades de bens de raiz, que comprei sitas nos limites da freguesia de Azurara, deste julgado, cujos livros, assentos e notas nele metidas, determino que logo que faleça sejam entregues ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia desta Vila, ao qual como tal e seus sucessores nomeio meu primeiro Testamenteiro para poder tratar da administração e liquidação da minha herança em consequência da idade avançada em que meu pai se acha não o poder fazer⁹.

Nomeio para meu segundo Testamenteiro o meu correspondente da cidade de Lisboa, Manuel José Cotlans e Companhia, morador a São Cristovão, Beco do Regedor, número cinco, e para terceiro, nomeio a meu irmão João José Gavinho, assistente na cidade do Pará, Império do Brasil, o qual dará contas ao segundo e este ao primeiro do que o terceiro tem em sua mão e poder, segundo os assentos e notas constantes do meu Livro de Razão. Que o meu segundo Testamenteiro concorrerá com uma mesada mensal para o tratamento e alimentos de que meu pai e herdeiro necessite, segundo ele mesmo lhe pedir, que nunca será para menos de sete mil e duzentos reis e daí para cima, segundo ele queira e precise.

Que a minha terça e da qual livremente posso dispôr será dividida em sete partes iguais: – uma para a Santa Casa da Misericórdia desta Vila do Conde para curativo dos pobres do hospital da mesma. – Outra para a despesa dos expostos da Roda deste Concelho. – Outra para a sustentação do Santíssimo Sacramento desta Vila. – Outra para a Nossa Senhora da Conceição desta Vila. – Outra para os pobres da Santa Casa da Misericórdia de Azurara: – Outra para Jesus Maria José da mesma Vila de Azurara. – E outra para São Sebastião da mesma Vila, em cuja terça tomo as propriedades e seus rendimentos, que comprei na sobredita Vila de Azurara e suas benfeitorias.

Que estes estabelecimentos, serão obrigados a mandarem dizer uma missa anualmente pela minha alma pela da minha mãe, parentes, amigos e inimigos e benfeitores e de rezar por falecimento de meu pai, pela sua alma. Que o referido meu pai e herdeiro venderá logo em seguida ao meu falecimento, todo o gado e cavalgadura que tenho em Azurara para me fazer o meu enterro, conforme o uso e costume desta freguesia e pessoas da minha qualidade, conforme for sua vontade. Outro sim também o poderá fazer os gados que tenho em casa de Maria da Conceição, digo, se for sua vontade. Outro sim o gado que existe em poder de Maria da Conceição, assistente em Azurara, e a casa em que ela habita com o número duzentos e trinta e três é excluída e tomada para fora da minha terça e a nomeio e deixo à sobredita Maria da Conceição, esperando do dito meu pai e herdeiro que nisso convenha. Declaro que nada devo a pessoa alguma, à exceção de uma pequena dívida de quatro mil e tantos reis a João do Buraco desta Vila, a quem se pagará prontamente. Que no escritório e nas latas que nele tenho se acharão treze ou catorze moedas das quais meu pai tomará conta e peço outro sim que a dita Maria da Conceição, que pague ao cumieiro, carpinteiro as obras que tiver feito nos carrinhos, assim como lhe peço que se um dia os poder mandar pintar e as meninas desta casa precisar passear lhos emprestará, assim como as jumentas para meu sobrinho e mana. Que dentro do meu borrador há uma nota de todos os trastes que tenho na mão do caseiro em Azurara, cujos trastes são uma sela e mais utensílios da cavalgadura e da lavoura, dos quais meu pai tomará conta. Outro sim o meu relógio de ouro desejo seja dado a meu irmão João do Pará e o outro de prata a meu sobrinho Manuel, bem como todo o meu fato e todos os mais trastes que tenho nesta casa se dividam por minhas sobrinhas e sobrinho se meu pai nisso convier. Declaro mais que meu segundo Testamenteiro em tempo

competente, mandará uma Libra Metal de 266.000 reis a meu pai, para entregar à minha mana e todo o metal que for apurando irá comprando em Acções do Banco em nome de meu pai e herdeiro.

E por esta forma tenho concluído este meu Testamento e disposição e rogo a todas as justiças de Sua Majestade que o cumpram e façam inteiramente cumprir como nele se contém e quero que como tal ou como codicilo valha em juízo ou fora dele e roguei a José Joaquim Novais Escrivão desta Vila e julgado que este me escrevesse e assinasse por eu o não poder fazer em razão da minha moléstia e eu a seu rogo lho fiz e escrevi conforme ele mo ditou, que depois de escrito lho li e o achou conforme o havia ditado e por isso comigo assina»¹⁰.

Assim em conformidade com o testamento transcrito, podemos retirar as seguintes ilações:

– José António Gavinho, nascido no início do século XIX, natural e residente em Vila do Conde, bem cedo deve ter emigrado para o Brasil, onde granjeou abastada fortuna. Apesar de porfiada pesquisa não conseguimos detectar o registo do seu pedido de fiança e consentimento de embarque. Cremos que ele partiu para o país irmão com cerca de 14 anos de idade, de acordo com o usual e generalizado na época¹¹. Por um passaporte que lhe foi passado em Vila do Conde, a fim de se poder deslocar por 30 dias à cidade de Braga, sabemos que em 3 de Junho de 1845 tinha quarenta e quatro anos, rosto comprido, cabelo e sobrolhos castanho escuro, olhos pardos, nariz e boca regular, cor natural e de altura media 60 polegadas¹², o que equivalia a um metro e sessenta e cinco centímetros¹³.

Em 11 de Novembro de 1847, com 46 anos de idade, encontrando-se em sua própria casa gravemente doente de cama, mas em seu perfeito e pleno juízo decidiu, precisamente um dia antes do seu falecimento, fazer o testamento e após o exórdio consagrado à encomenda da sua alma a Deus e à afirmação dos seus preceitos de fé, atestava que era solteiro e que não tinha filhos naturais, sendo por isso em conformidade com a lei, o seu pai o herdeiro maioritário.

– José António Gavinho, ordenava no seu clausurado testamentário, que a terça da sua herança, a parte de que podia dispor livremente, fosse dividida em sete partes iguais, de acordo com o que passamos a citar:

- 1 – Para a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, para o curativo dos pobres do hospital da mesma.
- 2 – Para as despesas dos expostos da Roda de Vila do Conde.
- 3 – Para sustentação do Santíssimo Sacramento de Vila do Conde.
- 4 – Para Nossa Senhora da Conceição de Vila do Conde.
- 5 – Para os pobres da Santa Casa da Misericórdia de Azurara.
- 6 – Para Jesus Maria José de Azurara.
- 7 – Para São Sebastião de Azurara.

As instituições contempladas no seu testamento, ficavam obrigadas a mandarem dizer uma missa anualmente, pela alma do testante, pela da sua mãe, pelos parentes, amigos, inimigos e benfeitores e de rezar por o falecimento de seu pai, quando isso sucedesse, uma missa pela sua alma. Estabelecendo uma analogia entre o número de

missas encomendadas por este testador, com as patentes em muitos outros testamentos, quer de gente de poucas posses, quer de endinheirados, rapidamente nos apercebemos que elas eram muito poucas, quase irrisórias. É de notar, que cada um dos sete beneficiados com o terço de alma livre, apenas tinha a obrigação de mandar celebrar uma missa anual, o que perfazia um total de sete missas por ano. Não era dos que pensavam, ou fingiam pensar, que a garantia de um lugar no céu dependia da prolixidade de missas e das promessas de sufrágios religiosos. Supomos, que o facto de ter emigrado novo e ter convivido directamente com outras mentalidades, com formas inovadoras de encarar o fenómeno religioso ancestral, levaram-no a reduzir ao mínimo o preceito cristão-católico das missas de sufrágio, sem todavia o subestimar. De particular interesse, por não ser vulgar, talvez até incomum, o facto de na sua bonomia, mesmo à hora da morte, ter mandado sufragar a alma daqueles que em vida lhe foram hostis. Sem verrina, sem acinte, nas intenções das missas que encomendou, incluía ao lado dos seus entes queridos, também os seus inimigos. Que grandeza de alma!

– A Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde foi nomeada primeira testamenteira e incumbida de administrar o terço disponível, o que vai ao encontro da opinião do senhor professor doutor Jorge Alves, quando escreve:

*«Avançamos pelo final do século passado, entramos mesmo no século XX e a corrente filantrópica dos brasileiros ainda está muito activa e com aspectos inovadores, quer contemplando parcialmente a Santa Casa, quer utilizando-a como elemento de redistribuição»*¹⁴.

Efectivamente, o benemérito de que estamos a tratar, à semelhança de muitos outros *brasileiros*, lembrou-se da Santa Casa da Misericórdia na hora da morte, legando-lhe uma parte substancial da sua fortuna. É ainda na Misericórdia de Vila do Conde que confia, como instituição séria e poderosa, com capacidade para resistir às metamorfoses do sistema político, económico e social, para administrar, distribuir e garantir o cumprimento das doações e de outras exigências associadas (as missas por alma). Mas se a Santa Casa da Misericórdia, pela sua grandiosidade humana e material, era a entidade responsável pela administração e liquidação da herança, ela não estava só nessa tarefa, já que o testador nomeou três testamenteiros, estabelecendo uma hierarquia de poderes entre eles. Cremos que este facto, vem demonstrar um dos traços marcantes da personalidade deste filantropo, pessoa cautelosa e prudente, com um rigoroso sentido de administração, preocupado mesmo no leito da morte, com a eficiência e pleno cumprimento das suas últimas vontades. Vem a propósito recordar que a «Misericórdia do Porto era um exemplo vivo da pujança da filantropia nortenha, ao lado de muitos outros estabelecimentos de menor dimensão»¹⁵.

A doação de um sétimo da terça de José António Gavinho, legada à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, destinava-se ao curativo dos pobres do hospital da mesma e o sétimo com que a Santa Casa de Azurara foi beneficiada, tinha como finalidade os pobres da mesma instituição.

No testamento que estamos a analisar, o legado da Misericórdia emerge de uma distribuição de sete partes iguais, cabendo a esta instituição muito ligada aos valores religiosos e aos sectores de desprotecção social, dois sétimos da terça do testante.

– Nomeava para segundo testamenteiro o seu correspondente na cidade de Lisboa, Manuel José Cotlans & Companhia e para terceiro o seu irmão João José Gavinho, assistente na cidade do Pará, Império do Brasil, o qual daria contas ao segundo e este ao

primeiro do que o terceiro tinha em sua mão e poder, segundo os assentos e notas constantes no seu livro de Razão. O segundo testamenteiro estava ainda incumbido, de mensalmente dar uma mesada ao pai do testador, para o seu tratamento e alimento, de acordo com as solicitações feitas pelo beneficiado, mas sempre superior a 7 200 reis.

– O grosso do legado testamentário de José Gavinho contemplava institutos religiosos, nomeadamente a Confraria do Santíssimo Sacramento e da Nossa Senhora da Conceição de Vila do Conde, e a Confraria de Jesus Maria José e de S. Sebastião de Azurara. Quatro sétimos da doação deste testante, foram legados pios, destinados à piedade e ritual religioso. No caso concreto deste testante, *brasileiro* de torna-viagem, prevalecem os donativos para a Igreja, na linha tradicional do legado, que visava mais a piedade do que a caridade. A doação concedida à Confraria de S. Sebastião de Azurara incluía as propriedades e rendimentos que tinha comprado em Azurara e suas benfeitorias. Como nota curiosa acrescentamos, que alguns dos terrenos que ele possuía em Azurara se localizavam na marinha grande e na marinha pequena, onde actualmente estão instalados os antiquíssimos Estaleiros da Construção Naval em Madeira de Vila do Conde.

– A doação para os Expostos da Roda de Vila do Conde, vem comprovar o vínculo indissociável entre a piedade cristã e a filantropia, revelando também o carácter inovador do filantropo *brasileiro* de torna-viagem, preocupado não só com a salvação da sua alma, mas também com os indigentes e desventurados da sorte, vítimas do infortúnio e da miséria.

Também na sessão da Câmara de 3 de Novembro de 1848, foi exposto o caso da doação de José António Gavinho aos Expostos da Roda de Vila do Conde, nos parâmetros que passamos a transcrever:

«Estando para se assinar a acta sobredita, pelo Presidente foi exposto à Câmara que no Testamento com que faleceu José António Gavinho filho de António José Gavinho, morador na rua de S. Bento desta Vila do Conde, foram contemplados os expostos deste Concelho com a sétima parte do terço dos bens daquele finado, que pelo respectivo Inventário a que se procedeu pelo Cartório do Escrivão de Direito da Comarca desta Vila, João José Borges, montava essa sétima parte em 186.814 reis, com a obrigação de uma missa anual, de cuja quantia tem a sair as custas respectivas do Inventário, os honorários do Advogado e as mais despesas que se fizeram, e o liquido lhe parecia dever dar-se a juro, para o seu rendimento anual ser aplicado áquela satisfação da missa e o resto à sustentação dos Expostos do Concelho. E passando a Câmara a tomar conhecimento do referido, de tudo ficou ciente, e unanimemente deliberou que a quantia liquida se desse a juro com as seguranças legais»¹⁶.

A doação de um sétimo do terço disponível de José Gavinho para a Roda dos Expostos de Vila do Conde, quantia que perfazia 186.814 reis está aqui a comprovar as asserções que emitimos anteriormente, sendo demonstrativa de um amor ao próximo puro e cristalino e da lucidez do gravemente enfermo, que mesmo na hora do passamento não esqueceu a solidariedade social e humana, ajudando os desafortunados, com um total desprendimento das coisas terrenas, sem esperar receber em troca qualquer tipo de reconhecimento singular ou colectivo. Desta verba, seriam ainda deduzidas as custas do respectivo inventário, os honorários do Advogado e outras despesas que fizeram, assim como o pagamento da obrigação da missa anual por alma do testador. A Câmara

deliberou por unanimidade, que o líquido da doação fosse dado a juro, para que o rendimento anual satisfizesse a imposição da missa anual e o remanescente fosse aplicado à sustentação dos expostos do Concelho.

Este acto de benemerência autêntica em socorro dos desvalidos da sorte, foi concerteza uma dádiva abençoada e muito deve ter contribuído para suavizar as inúmeras carências económicas, que atormentavam a Roda de Vila do Conde, agravando-se essa situação a partir de 1845, sucedendo-se as solicitações às autoridades competentes para o envio de verbas, e as queixas e lamentações concelhias da falta de dinheiro para acorrer às mais urgentes necessidades¹⁷.

Aparentemente o valor de 186.814 reis, de que José António Gavinho dispôs para satisfazer a sua derradeira vontade em prol dos enjeitados, pode parecer pouco significativo aos menos atentos e pouco relacionados com o preço dos géneros e dos salários auferidos pelos artistas dos vários mesteres, na época em que decorre a distribuição do terço da herança. Na verdade, se analisarmos o quadro seguinte, que apresenta o preço de alguns géneros alimentares e de outros produtos¹⁸, assim como o salário pago a alguns artífices da construção civil¹⁹, podemos estabelecer a analogia de alguns desses valores, com o quantitativo doado aos expostos e inferir, que por exemplo, ele correspondia ao ordenado de um mestre caleador, operário especializado, durante quase dois anos e meio, permitia adquirir mais do que 250 alqueires de trigo; dava para comprar quase 4 000 dúzias de ovos e mais do que 3 000 canadas de leite. Se atendermos ao valor total legado, que ascendia a 1 307\$880 reis (um conto, trezentos e sete mil, oitocentos e oitenta reis) e o compararmos com a Receita e Despesa da Câmara Municipal de Vila do Conde, exactamente no ano de 1847, chegamos à conclusão, que a doação total representava quase um terço das verbas do Município, auferidas e gastas em todo esse ano²⁰. Não sendo uma doação demasiadamente avultada, também não era insignificante.

– José António Gavinho era solteiro, viveu alguns anos no Brasil distante da maior parte dos seus familiares, mas denota nas suas partilhas, um acrisolado amor à família, revelando uma grande ternura e preocupação com o bem-estar de alguns familiares, particularmente com o seu pai, seu parente mais directo, já idoso e seu maioritário herdeiro. No entanto, essa amizade e carinho estendia-se também ao seu irmão do Brasil, a alguns sobrinhos, e mesmo a uma senhora de nome Maria da Conceição, residente em

PREÇO DOS GÊNEROS E SALÁRIOS (1847-1848)

GÊNEROS	PREÇO MÉDIO EM REIS	CATEGORIA	SALÁRIO DIÁRIO EM REIS
Alqueire de Trigo	750	Mestre caleador	300
Alqueire - Feijão Grosso	420	Oficial	280
Alqueire de Batata	160	Ajudante	240
Cada Frango	90	Aprendiz	200
Cada Franga	140	Rapaz	120
Cento de Sardinhas	100	Rapaz	100
Dúzia de Ovos	50	—	—
Almude de Vinho Verde	475	—	—
Almude de Azeite	4.350	—	—
Canada de leite	60	—	—

Azurara, concedendo dádivas a todas essas pessoas, tais como objectos de uso pessoal, alguns utensílios de lavoura e de montar, bem como todo o seu fato.

*Embebido em longo esquecimento
De si, e do seu gado e pobre FATO,
Após um doce sonho e fingimento,
Rompendo as silvas horridas do mato,
Vai por cima de outeiros e penedos,
Fugindo, enfim, de todo humano trato*²¹.

– Estipulava também, que o seu segundo testamenteiro, em tempo competente, mandasse uma Libra Metal de 266.000 reis a seu pai, para ele a entregar à sua mana e que todo o metal que fosse apurando, empregasse na aquisição de Acções do Banco em nome do seu pai e herdeiro.

Supomos, que a referida Maria da Conceição era alguém, com quem o testador tinha um relacionamento afectivo grande, pois deixava-lhe de herança, excluída da sua própria terça, a casa em que ela habitava na freguesia de Azurara, com o n.º 233, esperando que o seu pai nisso consentisse. Pedia também no seu testamento, que a dita Maria da Conceição pagasse ao cumieiro e ao carpinteiro as obras de reparação dos carrinhos e que quando pudesse os mandasse pintar e os emprestasse às meninas da casa se elas quisessem passear, assim como as jumentas para o seu sobrinho e mana.

O emigrante da zona de Entre-Douro e Minho, das terras a norte da cidade do Porto, onde se concentra a população operosa de Vila do Conde, desde a antiga Terra da Maia, até às de Faria, deu um contributo importantíssimo ao desenvolvimento e ao progresso nas suas multifacetadas vertentes. O mercado de emprego foi grandemente estimulado com a abertura de ruas, com o inculcar de hábitos de lazer e consequentemente com a criação de zonas balneares, com a edificação de hotéis, de casinos, de salas de aula, de hospitais, de cemitérios, e de tantos outros empreendimentos, tudo mercê dos brasileiros e até mesmo, do seu forte e contagiante exemplo. Esta asseveração contraria o estado de espírito, talvez ressabiado, de alguns ilustres escritores do século passado²².

A atitude de José António Gavinho, de apenas só à hora da morte ter disposto do seu terço livre, beneficiando instituições religiosas, de caridade e de solidariedade social, é bem exemplar do seu desapego às honrarias. Podia tê-lo feito enquanto a vida lhe animava o corpo, dispondo do que dispôs em mandar abrir alguma rua, ou na edificação de um escola primária (que na época não existia de raiz) o que lhe renderia dos seus conterrâneos um agradecimento constante e do poder instituído até, quem o sabe, a recomendação para uma venera. Alheio à lisonja, sem aspirar encómios, fê-lo ao falecer, não esquecendo os Expostos da Roda. A isto chamamos nós filantropia no mais exacto e puro sentido do termo: Amor pela Humanidade.

José António Gavinho, homem probo, demonstrou no final da sua vida, o sentido de uma filantropia genuína, que é a alegria de adoçar a vida dos que precisam, e nunca a espera de receber algo em troca.

Satisfeito o coração, está feliz o filantropo!

NOTAS

* Ao apresentar esta nossa comunicação, quero deixar expresso o sentimento de profunda mágoa pelo infausto desaparecimento do professor de quem tive a honra de ser discente, bem como o privilégio dos seus ensinamentos e conselhos, aquando da elaboração da minha Tese de Mestrado. À memória do Sr. Prof. Dr. Henrique David, a minha sentida homenagem.

- ¹ O Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde foi alvo da intervenção de uma equipa liderada pelo senhor professor doutor Fernando de Sousa – doutores Jorge Alves, Jorge Ribeiro, Gaspar Martins Pereira, Helena Oswald e Luis Carlos Amaral – no sentido da sua inventariação em 1991. Na sequência desse projecto foi editada a publicação «O Arquivo Municipal de Vila do Conde».
- ² Piloto, Adelina – *Os Expostos da Roda de Vila do Conde - 1835-1854* – Tese de Mestrado, FLUP, 1996.
- ³ *Livro de Registo – Fianças e Consentimentos para Embarques* – A.H.M.V.C., 3115.
- ⁴ Amorim, José Justino – *O Minho Rural* – Braga, 1907, p. 18.
- ⁵ Alves, Jorge – *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* – Porto, 1994, p. 316.
- ⁶ Piloto, Adelina – *Os Expostos da Roda de Vila do Conde - 1835-1854* – Tese de Mestrado – Porto, 1996, p. 64.
- ⁷ *Ibidem, ibidem.*
- ⁸ Nas transcrições de documentos, actualizamos a grafia, desdobramos as abreviaturas e modernizamos a pontuação.
- ⁹ Mestre Pedreiro, falecido em 8/11/ 1848. Apesar da propecta idade, ainda em 8 de Maio de 1848, trabalhava no conserto da Rua do Monte do Mosteiro, com mais cinco operários. «Mandados de Despesa» - 1847-1848 – Doc. 362, A.H.M.V.C., 1342.
- ¹⁰ Testamentos – Livro 6, 1847-1848 – A.H.M.V.C., 3185.
- ¹¹ Dias, Antônio – *Aos Filhos da Luzitania (os meus escriptos)* – Pernambuco, Brasil, 1917.
- ¹² *Passaportes - 1844-1856* – A.H.M.V.C., 2811.
- ¹³ *Mappas das Medidas do novo Systema Legal. Comparadas com as Antigas nos diversos Concelhos do Reino e Ilhas* – Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 298.
- ¹⁴ Alves, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros* – Porto 1994, p. 323.
- ¹⁵ Alves, Jorge Fernandes – *O Porto e as sua Instituições* – «O Tripeiro», 7.ª Série, Ano XVI, n.ºs 6-7, Junho/Julho 1997, p. 208.
- ¹⁶ *Actas das Sessões - 1843-1849* – A.H.M.V.C., 43.
- ¹⁷ Piloto, Adelina – *Os Expostos da Roda de Vila do Conde - 1835-1854* – Porto, 1996, p. 74.
- ¹⁸ *Estiva Camarária – Preços Médios* – A.H.M.V.C., 2595.
- ¹⁹ *Mandados de Despesa - 1847-1848* – A.H.M.V.C., 1342.
- ²⁰ *Livro de Receita e Despesa - 1835-1849* – A.H.M.V.C., 975.
- ²¹ Camões, Écloga VI.
- ²² Ortigão, Ramalho – *Farpas* – Vol. 10, Lisboa, 1890.

CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA

O HOMEM, O EMPRESÁRIO E O NOTÁVEL

Fátima Sequeira Dias

Professora Auxiliar na Universidade dos Açores e Investigadora da CEPFAM

ABSTRACT

The retelling of Clemente Joaquim da Costa's biography, a successful entrepreneur in the Azorian Business world during part of the 19th century, aimed at showing that this islands, although peripheral and of small geographical dimension, managed to generate entrepreneurial initiatives similar to those of the great economical spaces.

1 – A elaboração de um dicionário de patrões micalenses do século XIX, segundo o modelo de *Os Patrões do Segundo Império*, tem motivado uma afincada recolha de fontes arquivísticas relativas à elite empresarial na ilha de S. Miguel¹, integrando-se o *case study* de Clemente Joaquim da Costa no projecto de investigação em curso.

A realização de uma prosopografia da elite empresarial micalense de oitocentos tem esperado, por isso, pela construção das biografias desses patrões², para através do seu somatório, então, se caracterizar os empresários, se detectar as possíveis diferenças entre as condutas dos empresários autóctones e as dos de fora, se averiguar as diferentes estratégias de investimento antes e depois da consolidação dos negócios, se seguir as etapas da construção do seu património, sobretudo do património fundiário, e, finalmente, se compreender a razão da permanência das dinastias empresariais micalenses, que parecem escapar à lei das «três gerações»³.

Os biografados – quase todos homens ligados ao sector mercantil e quase todos empresários de sucesso – têm em comum o facto de terem pertencido à Associação Comercial de Ponta Delgada, em vigor desde 1835⁴, e de se encontrarem inscritos no Tribunal Comercial de Primeira Instância de Ponta Delgada, fundado em 1850. Aliás, foi com base nas listas fornecidas por essas duas instituições que se iniciou o necessário trabalho de recolha de informações na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, nos respectivos fundos notarial, judicial, orfanológico e comercial, votando para uma fase posterior a investigação nos arquivos particulares, não só pela sua especificidade, como também pela dificuldade em consultá-los, porque ainda não inventariados e porque ainda não depositados nos arquivos públicos⁵.

A recolha arquivística tem procurado contemplar as vertentes pública e privada desses empresários do passado, cruzando o imenso material, entretanto coligido. Tem-se também procurado relacionar os percursos empresariais locais com os exemplos apontados na bibliografia estrangeira, a fim de verificar, relativamente ao século XIX, se as sólidas fortunas e a formação de dinastias, à semelhança dos exemplos de sucesso noutras regiões, também foram construídas apenas numa geração, graças a muito trabalho e a muita poupança.

Ora, embora o percurso de Clemente Joaquim da Costa se parecesse enquadrar naquele modelo, desconhecia-se, no entanto, as etapas do seu sucesso. Apesar de se saber que a actividade creditícia fora aquela que proporcionara as maiores e mais rápidas mais-valias aos empresários oitocentistas e de se saber também que os lucros da actividade comercial eram preferencialmente investidos na aquisição de património imobiliário, continuava a desconhecer-se o comportamento do biografado, face àquela actividade e face à estratégia de rentabilização dos seus capitais ⁶. Desta forma, ao procurar reconstituir-se a vida de Clemente Joaquim da Costa era necessário compreender e, se possível, explicar as semelhanças e as diferenças encontradas com as existentes no modelo de empresário oitocentista já estudado ⁷.

Como peças privilegiadas para se estudar a sua conduta económica foram trabalhados os *Livros de Protestos de Letras* do Tribunal Comercial de Primeira Instância em Ponta Delgada e o seu *Processo de Imposto Sucessório*.

O HOMEM

2 – Clemente Joaquim da Costa nasceu na freguesia de Santo Isidoro do Eixo, concelho de Aveiro, a 22 de Novembro de 1819. Terá fixado residência na ilha de S. Miguel aos 19 anos, aqui permanecendo até à data da sua morte, a 10 de Novembro de 1906 ⁸.



Nunca se casou, sendo os sobrinhos os seus herdeiros usufrutuários – Henrique Pereira da Costa, Clemente Pereira da Costa (médico), Maria Joana Pereira da Costa Faria e Maia e Clotilde Pereira da Costa Medeiros Albuquerque, conforme o seu testamento ⁹.

Viveu na freguesia de S. Pedro, na travessa de S. João, numa casa de grandes dimensões comprada aos herdeiros do Morgado Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo ¹⁰.

A decisão de vir estabelecer-se nos Açores explica-se pelo facto de seu tio, João Pedro da Costa, abastado comerciante local, estar velho ¹¹. Segundo a tradição, desembarcara pouco tempo depois do fim da guerra civil, embora os documentos mais antigos sobre a sua actividade na ilha remontem apenas aos

anos quarenta, volvidos, assim, alguns anos após a sua chegada. No entanto, o facto de fazer parte de uma Comissão de Estudo, criada em 1843 pela Associação Comercial de Ponta Delgada, significa que, apesar de contar, na altura, apenas 24 anos, o seu nome

já era bastante conhecido e respeitado na praça micalense ¹². A partir desse ano, a sua vida encontra-se profusamente documentada na imprensa e arquivos locais ¹³.

Encontram-se várias semelhanças entre o percurso empresarial de Clemente Joaquim da Costa e o de outros empresários nacionais e estrangeiros do tempo, na ilha de S. Miguel. Recorde-se que, desde finais do primeiro quartel de oitocentos, tinham desembarcado nas ilhas dos

Açores inúmeras vagas de forasteiros, certamente atraídos pela riqueza agrícola das ilhas e pela expectativa de bons negócios ligados à exportação de citrinos para o Reino Unido. Chegaram inúmeras famílias de «judeus marroquinos», destacando-se, desde logo, os primos Elias e Salomão Bensaúde, e chegaram alguns empresários que também marcaram o universo dos negócios micalenses ao longo do século – Joaquim Fernandes Gil, nascido em S. Martinho, em



Casa onde viveu Clemente Joaquim da Costa, na Travessa de S. João, Freguesia de S. Pedro.

Tavarede, (pai do futuro Visconde de Porto Formoso), Manuel José Ribeiro, nascido em Guimarães, (pai do futuro político Hintze Ribeiro), Joaquim Nunes da Silva, nascido em Lisboa, George William Hayes, nascido em Inglaterra, João de Melo Abreu, nascido no Porto, Domingos Dias Machado, nascido na ilha de S. Jorge ...

Estes exemplos sugerem um comportamento muito semelhante ao dos empresários espanhóis que emigraram para os novos países da América do Sul ¹⁴, pelos anos vinte e trinta de oitocentos, pois, tal como estes, também aqueles tinham partido muito jovens, também não tinham família nas terras de destino, também procuraram investir nos novos sectores económicos - a banca, os seguros, as fábricas. E, finalmente, tal como eles, conseguiram forjar consideráveis fortunas, chamaram outros familiares, fundaram dinastias...

Voltando ao exemplo de Clemente Joaquim da Costa, verifica-se que este também chama os sobrinhos – Júlio Pereira de Carvalho e Silva, Juiz e Advogado, e Henrique Pereira da Costa – ambos filhos de seu irmão, o Dr. José Pereira de Carvalho e Silva, Advogado. E, anos mais tarde, voltará a insistir na continuidade familiar, pois, aquando da morte prematura de Henrique, em Ponta Delgada, no ano de 1881, manda chamar o filho deste – seu sobrinho neto, portanto – para o coadjuvar no escritório. Porém, contrariando as semelhanças com os exemplos citados, Clemente Joaquim da Costa pelo facto de ser irmão de um Juiz e tio de um Advogado, não parece poder ser considerado um *self made man*. Também fugindo aos exemplos citados, como explicar que, desde o ano de 1856, apenas com 37 anos na altura, ele tivesse passado a ser incluído na «Relação anual dos 40 maiores contribuintes do concelho de Ponta Delgada», se não tivesse trazido alguma fortuna pessoal ou não tivesse herdado o negócio de seu tio ¹⁵?

Surgem, no entanto, questões difíceis de responder.

Se já era rico, por que motivo viera como pioneiro para os Açores e por que motivo ele próprio vendera baeta, na sua loja, durante vários anos?

Se não era um menino rico à procura de aventura, como explicar a tradição de estudos superiores na família e a consideração social de que sempre gozara desde a sua chegada ao tradicional meio micaelense?

A dimensão dos seus negócios explica a sua filiação na «Lista geral dos comerciantes recenseados e inscriptos para elegerem ou serem eleitos juizes jurados comerciais»¹⁶, desde a criação do Tribunal Comercial de Primeira Instância em Ponta Delgada, no ano de 1850.

A estrutura patrimonial da sua fortuna à hora da morte, pela sua semelhança com a deixada pela elite tradicional micaelense – a importância do património fundiário, o tipo característico de recheio da sua habitação pessoal, a amplitude das dívidas activas, a diversidade e o valor dos títulos em carteira e o montante dos depósitos bancários¹⁷ – pode explicar o seu íntimo relacionamento com a elite social micaelense.

Clemente Joaquim da Costa, pelo seu estilo de vida, era, pois, um «aristocrata», tal como os aristocratas locais, pelos negócios que praticavam, eram «comerciantes». A elite fundiária tradicional, investindo na actividade mercantil, e os comerciantes, investindo na aquisição de terrenos agrícolas, traçavam, assim, graças aos seus hábitos de sociabilidade e à sua força económica, estratégias comuns de investimento e de reprodução social¹⁸, como tão bem documentam, por exemplo, os casamentos dos sobrinhos de Clemente Joaquim da Costa, enriquecido pelos negócios, com os herdeiros das «melhores» famílias locais, tradicionalmente ricas pela posse de inúmeros bens fundiários – como os Faria e Maia (viscondes), os Andrade de Albuquerque (viscondes de Albuquerque), os Raposo de Amaral...

Analisando os bens de Clemente Joaquim da Costa, ao morrer, verifica-se que eles se encontravam repartidos da seguinte maneira: pratas 935\$000 (0,19 %); recheio da casa, 1 768\$000 (0,3 %); bens imóveis distribuídos pelos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Povoação e Ribeira Grande no valor de 163 603\$870 (34,2 %); foros, 11 974\$222 (3,1 %); domínios enfitêuticos, 1 559\$800 (0,3 %); títulos 34 581\$875 (7,2 %); dívidas activas, 213 404\$536 (44,66 %) (das quais 28 433\$158 de difícil cobrança) e dinheiro em depósito, 49 961\$804 (10,45 %). O património líquido de Clemente Joaquim da Costa, avaliado em 477 789\$807, era distribuído aos quatro herdeiros, após descontados os encargos judiciais e religiosos, na importância de 105 709\$230 *ex-aequo* (ver Mapa).

Em relação às suas propriedades, é interessante notar que nas freguesias urbanas, onde detinha 47,29 % do valor dos bens imóveis, apenas possuía um prédio rústico (na freguesia S. José), sendo o restante património constituído por prédios urbanos distribuídos pelas freguesias Matriz e S. Pedro. De resto, no concelho de Ponta Delgada concentrava 75 % da sua fortuna imobiliária (apenas com 2,9 % da superfície de terras agrícolas), enquanto 93,35 % das suas terras se concentravam no concelho de Vila Franca do Campo, ainda que representassem apenas 18,23 % do valor total dos seus bens imóveis (Gráficos 1 e 2).

Perante isto, não há dúvida de que Clemente Joaquim da Costa havia privilegiado o investimento em prédios urbanos sobre os prédios rústicos e havia preferido investir no concelho de Ponta Delgada e seus arredores próximos sobre os demais concelhos, pois nos da Ribeira Grande e da Povoação possuía apenas 1,7 % e 1,9 % das suas propriedades rurais, respectivamente. Se acrescentarmos o valor dos foros e dos domínios enfitêuticos, constata-se que mais de um terço do seu capital se encontrava

MAPA – DISTRIBUIÇÃO DOS BENS DE RAIZ DE CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA

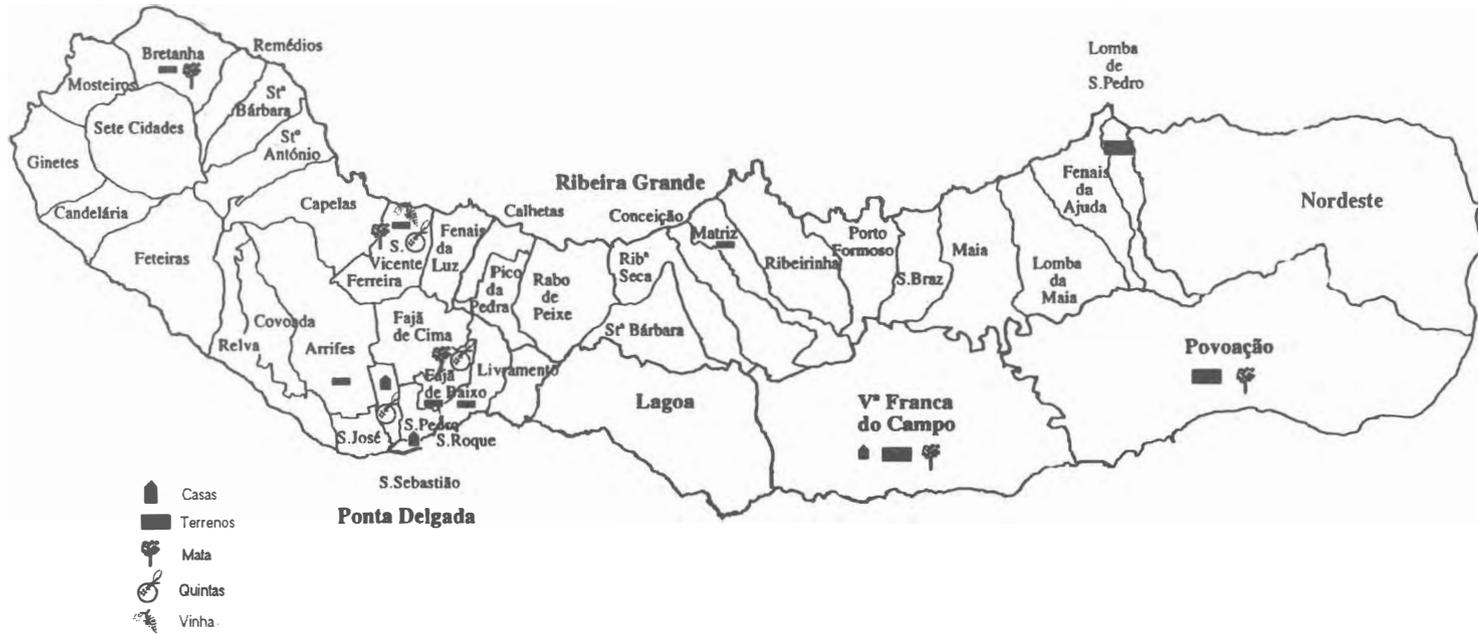


GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DO PATRIMÓNIO DE CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA (1906)

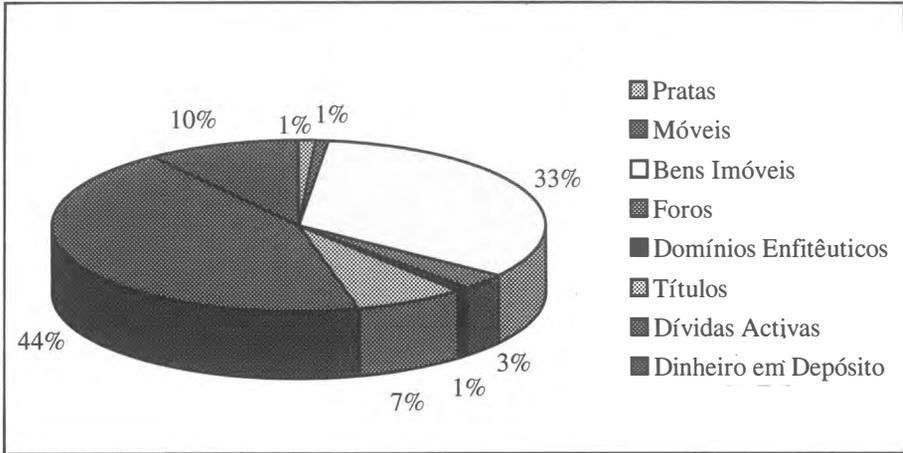
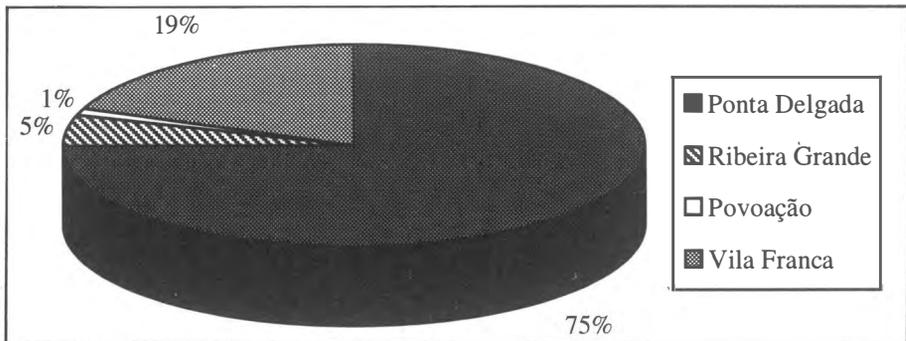


GRÁFICO 2 – BENS IMÓVEIS PERTENCENTES A CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA (1906) POR CONCELHO



imobilizado em património imobiliário, à semelhança dos exemplos apontados pela bibliografia inglesa (Quadro I)¹⁹. No entanto, ainda que importante, esse investimento aparece marginalizado face ao dos créditos a haver, originados pelos seus negócios, pois quase dois terços da sua fortuna consolidavam-se nas aplicações em títulos, nos depósitos em dinheiro e nas dívidas activas.

Finalmente, ainda com base no seu testamento, a módica quantia deixada em herança aos criados e à Santa Casa da Misericórdia revela que Clemente Joaquim da Costa, ao contrário de outros comerciantes do tempo, não havia sentido necessidade de se exceder, na hora da morte, com contribuições caritativas e dádivas generosas, porquanto ao longo da sua vida tinha participado, activamente, nas principais causas cívicas promovidas pela imprensa local, como analisaremos a seguir.

A tradição recorda-o como um homem de cultura, porque ligado a uma família de juristas e porque conhecedor da língua latina e dos clássicos. Paradoxalmente, o inventário dos seus bens, embora registando entre o recheio da sua moradia várias secretárias e algumas estantes, «esquece» os livros, não havendo exemplares mencionados. Mas Clemente Joaquim da Costa era, no entanto, um homem educado e refinado.

QUADRO I – QUANTIAS EMPRESTADAS POR MESES E ANOS
POR CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA

A N O S	M E S E S					
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
1849	331\$285	-	-	-	-	-
1854	-	-	161\$783	-	-	-
1855	-	-	-	-	-	-
1856	-	-	-	-	3100\$000	-
1857	-	-	-	-	-	-
1860	-	-	-	-	-	-
1861	-	-	-	-	-	-
1862	-	-	-	305\$280	-	-
1863	-	-	-	-	-	-
1864	-	-	-	100\$000	-	186\$865
1865	799\$200	-	-	-	217\$024	-
1866	66\$000	-	-	-	-	24\$910
1867	-	706\$413	3000\$000	193\$888	795\$564	2154\$138
1868	-	3184\$836	76\$000	-	1630\$853	84\$830
1869	1219\$960	1097\$300	76\$000	360\$860	533\$144	2409\$940
1870	33\$875	1588\$105	-	33\$875	1835\$153	230\$00
1871	80\$128	-	316\$000	178\$000	-	462\$360
1872	-	-	1664\$770	87\$872 *	-	1275\$700
1873	220\$000	-	-	50\$000	-	183\$845
1874	-	200\$000	-	-	773\$000	85\$940
1875	500\$000	200\$000	987\$284	-	-	18\$780
1876	-	-	99\$200	1030\$805	-	260\$906
1877	-	1082\$254 *	1529\$608	638\$762	-	88\$880
1878	448\$313	-	1144\$414	127\$405	451\$591	610\$085
1879	1408\$236	1440\$000	650\$825	-	-	1400\$000
1880	-	154\$336	581\$924	140\$000	434\$760	1318\$292
1881	-	-	-	-	-	-
1882	1695\$500	-	1684\$015	-	921\$940	-
1883	-	105\$845	515\$686	110\$800	60\$787	-
1884	-	43\$884	50\$000	141\$019	-	-
1885	-	417\$817	-	-	500\$000	816\$000
1886	-	334\$595 *	-	794\$090	849,073 Fr	571,350 Fr
1887	-	-	-	-	177\$705	-
1888	-	379\$375	-	-	-	-
1893	-	-	-	-	-	-
1894	113\$538	393 libras	-	-	-	-
1895	193\$183	275\$450	-	-	-	281\$923
1896	104\$865	92\$700	-	-	-	-
1907	37\$097	-	-	-	-	49\$196

* Réis fortes.

(Continua)

**QUADRO I – QUANTIAS EMPRESTADAS POR MESES E ANOS
POR CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA**

(Continuação)

A N O S	M E S E S					
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1849	-	-	-	-	-	-
1854	-	-	-	-	-	-
1855	123\$420	-	-	-	-	-
1856	-	-	-	-	-	-
1857	-	-	-	-	-	106\$279
1860	-	-	962\$015	143\$489	-	-
1861	-	-	-	-	-	207\$287
1862	-	-	-	886\$000	110\$740	2039\$740
1863	-	-	216\$000	-	274\$333	-
1864	-	-	-	148\$056	709\$167	80\$000
1865	-	61\$375	120\$000	-	-	-
1866	-	656\$460	-	296\$800	279\$000 *	-
1867	-	2343\$160	1709\$190	182\$200 *	183\$971	857\$894 *
1868	744\$830	336\$000	150\$000	2075\$060	165\$500	472\$000
1869	773\$562	473\$050	1420\$840	423\$105	-	390\$698
1870	385\$281	1117\$500	-	108\$110	84\$232	387\$172
1871	157\$500	2621\$360	48\$982	-	433\$891	-
1872	1487\$672	-	794\$807	90\$480	3459\$530	36\$000
1873	-	52\$916	82\$773	-	-	-
1874	-	-	-	-	-	55\$000
1875	18\$780	-	316\$985	-	202\$516	-
1876	312\$000	141\$588	-	-	1000\$000	-
1877	-	-	75\$600	400\$000	1298\$850	52\$085
1878	985\$342	394\$055	204\$545	-	433\$585	1359\$987
1879	3845\$277	401\$785	-	-	-	250\$690
1880	650\$695	409\$511	-	31\$500	349\$113	31\$500
1881	-	-	-	-	-	311\$784
1882	-	3510\$760	2347\$820	386\$685	2039\$940	587\$304
1883	-	32\$050	-	-	649\$672	401\$320
1884	100\$000	-	231\$830	500\$000	260\$000	-
1885	100\$000	-	-	-	-	-
1886	12,75 Fr	-	-	353\$429	27\$850	-
1887	-	-	-	-	-	-
1888	-	-	-	-	60\$605	-
1893	-	-	-	-	-	987\$940
1894	-	-	104\$000	-	-	-
1895	-	298\$890	257\$500	-	412\$000	151\$795
1896	-	70\$940	-	-	-	-
1907	-	-	-	-	-	-

* Réis fortes.

Se não, como explicar o trem de chá em prata deixado à baronesa de Porto Formoso e as magníficas jóias deixadas a suas sobrinhas? Se não, como explicar as suas relações sociais com a elite tradicional?

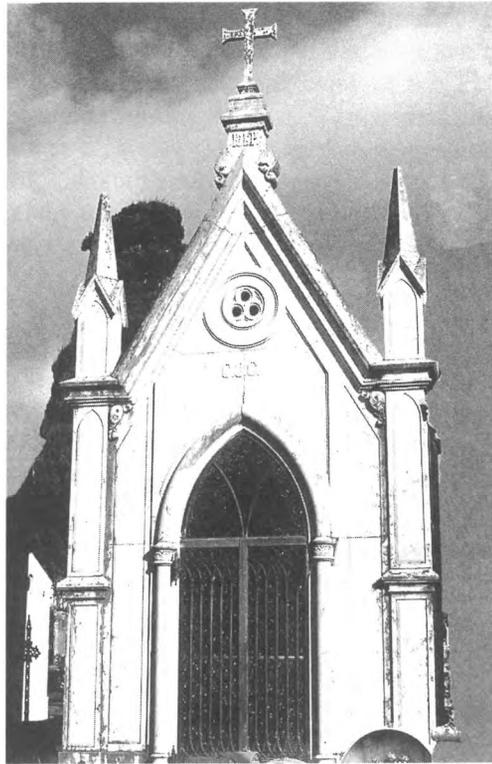
Como curiosidade, tudo leva a crer que nunca terá deixado a ilha de S. Miguel, após, aqui, ter fixado residência. A imprensa local, gulosa em publicar notícias sobre o seu estado de saúde, os seus aniversários natalícios e o seu escritório, não lhe menciona qualquer viagem de lazer ou de negócios, ainda que apontando as saídas e as chegadas das pessoas-de-bem com quem Clemente Joaquim da Costa convivia.

O EMPRESÁRIO

3 – «CJC» foi a única sigla adoptada por Clemente Joaquim da Costa durante a sua vida – antes e depois de adquirida a notabilidade –, compreendendo-se, assim, a razão por que o seu jazigo, mandado construir pelos herdeiros, mais não tenha a identificá-lo do que a referida sigla.

O seu nome de família tinha-se tornado tão conhecido que o sobrinho neto, de nome de família Carvalho e Silva, acabaria por adoptar o nome de família Pereira da Costa, para não estorvar os negócios²⁰.

Caracterizar os negócios de Clemente Joaquim da Costa exige conhecer-se o universo mercantil mi-caelense no período de quase oitenta anos que medeia os anos quarenta e as vésperas da Grande Guerra – período pleno de vicissitudes – em que ele exerce e desenvolve a sua actividade empresarial. Assim, se os seus negócios se desenrolam durante e após a chamada «economia da laranja», beneficiando com as obras de construção do porto de Ponta Delgada e com intenso tráfico comercial com o Reino Unido, eles também vieram a sofrer uma crescente concorrência da empresa Bensaúde.



Tal como os Bensaúde, Clemente Joaquim da Costa havia diversificado os seus negócios e também havia procurado as melhores oportunidades de investimento, mas, ao contrário deles, iria investir, fortemente, na aquisição de um património imobiliário em busca de uma interessada notabilidade, procurando, assim, retirar outros dividendos, outras «rentabilidades», para o dinheiro adquirido nos negócios...

O primeiro estabelecimento comercial do empresário ficava no Largo da Matriz n.º 34²¹, tendo sido mantido até aos anos oitenta, quando o «passou aos seus antigos empregados»²². A falta de especialização deste estabelecimento, vendendo fazendas,

gêneros de mercearia e madeiras, assemelhava-se, no tempo, em tudo, aos restantes armazéns dispersos pela cidade, que aliavam a venda a grosso com a venda a retalho²³. A par de uma crescente diversificação dos seus negócios, a actividade mercantil manteve-se, assim, como actividade privilegiada até ao trespasse desse seu primeiro estabelecimento comercial²⁴.

Pouco afastado do armazém de vendas, no Largo da Misericórdia Velha, a nascente da Praça da Matriz, Clemente Joaquim da Costa também possuía uns granéis onde vendia milho²⁵. É, por este facto, que se encontra ligado a vários episódios relacionados com as reais ou temidas carestias deste cereal, que, como se sabe, constituía a base da alimentação popular nas ilhas. Integra, por nomeação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, a comissão organizada para fazer a estatística da produção de milho em S. Miguel²⁶ e integra, por alvará de 7 de Dezembro de 1877 do Governador Civil, a comissão organizada para importar cereais, em regime de liberdade de comércio²⁷. Recorde-se que alguns anos antes, face a outra crise de subsistência, Clemente Joaquim da Costa, por sua própria iniciativa, tinha decidido vender o seu milho mais barato do que a concorrência, a fim de evitar os receados tumultos entre a população²⁸.

Bem depressa, porém, ele vai começar a diversificar os seus investimentos, enquadrando-se nessa estratégia a subscrição de acções da tutelar espanhola «Companhia de seguros mútuos sobre a vida»²⁹, a oferta de serviços de consignação a várias companhias de navegação – a «Empresa Portuguesa de Navegação para o Brasil», a «Linha de Vapores Portugueses» de J. H. Andressen & Sucessores, (vapores D. Maria e Oevenum) com tráfegos para a América, a «Companhia Portuguesa de Navegação» com viagens para o Arquipélago da Madeira e para o Reino, a «Linha de vapores Prince» e a «Cuban Line» nos tráfegos para Londres (vapores Caio Romano e Caio Mono), «La Ligure Brasileira» de Génova para o Brasil (vapores Re Umberto e Maranhão) e, finalmente, a «Orient Steam Navigation Company, Limited» com tráfegos para a Grã Bretanha (vapor Garonne)³⁰. Nessas linhas transportavam-se mercadorias e, sobretudo, emigrantes para o Brasil e para os Estados Unidos. Um anúncio publicitário relativo ao ano de 1905, referia o empresário ainda como agente geral nos Açores da «Linha de vapores portugueses» de J. H. Andressen, Sucs., do Porto, e também, agora da «London and Azores Line» de Papayanni and Chadwick, Liverpool, bem como ainda correspondente do «National Board of Marine Underwriters of New-York», New York³¹.

Diz a tradição que as actividades relativas aos depósitos de carvão para fornecimento de navios, à compra de barcos e à consignação de navios para a América, Brasil, Grã-Bretanha e Portugal Continental teriam desencadeado uma crescente competição entre Clemente Joaquim da Costa e os já cimentados interesses Bensaúde – através da firma «Salomão Bensaúde e Filho» (1865-1873), e, posteriormente, «Bensaúde & C.ª» (a partir de 1873). Essa concorrência tê-lo-á aconselhado então, ainda segundo a tradição, a construir as docas em madeira, que ficaram conhecidas pelas «Pontes do Clemente», no Aterro, a poente do cais de desembarque dos passageiros³². Nas referidas docas passaram a aportar os barcos que lhe vinham consignados, pois no porto, segundo constava, não era possível conseguir espaço fora da influência Bensaúde. A mesma tradição refere que a luta pelo domínio da navegação internacional no porto, entre as duas casas comerciais, chegou a motivar a oferta de carvão a preços inferiores aos praticados na Inglaterra de onde esta matéria-prima era importada³³! Contudo, a documentação compulsada não tem fundamentado essa tradição.

Julga-se que remonta ao ano de 1892, a primeira venda de carvão efectuada por Clemente Joaquim da Costa no porto de Ponta Delgada³⁴. Se a oferta de carvão pelo empresário chegou a concorrer a actividade dos Bensaúde, introduzidos no sector há mais de uma década, já não era possível concorrer «Bensaúde & C.³⁵» no final do século, pois, como indicam os números, nessa altura, «Bensaúde & C.³⁵» já detinha mais de 50 % dos serviços de consignação no porto de Ponta Delgada, oferecidos de forma continuada e regular ao longo dos meses, enquanto os oferecidos por Clemente Joaquim da Costa, para além de sofrerem fortes flutuações de ano para ano, raramente participavam com mais de 21 % do total do fluxo.

QUADRO II – TOTAL DE BARCOS ENTRADOS NO PORTO DE PONTA DELGADA

ANOS	TOTAL	BENSAÚDE (Porcentagem)	C. J. DA COSTA (Porcentagem)
1896	471	69,2	12,5
1899	706	64,8	18,5
1900	688	51,7	30,8
1901	599	55,9	23,8
1902	511	52,4	20,5
1903	420	57,8	20,4
1904	441	55,1	21,0
1905	424	52,1	21,0
1906	446	51,7	15,4
1907	467	53,1	23,6
1908	363	53,4	--
1910	432	63,1	--

FONTE: Arquivo Bensaúde, S.A. – Livros de Registo de Movimento de Embarcações, 1896-1910.

Apesar dos serviços de consignação oferecidos não serem tão representativos quanto os da empresa Bensaúde, Clemente Joaquim da Costa também vai investir na aquisição de barcos³⁵, à semelhança do exemplo de «Bensaúde & C.³⁵». E, se a competição entre as duas casas era conhecida a nível dos serviços de consignação, havia, contudo, alguma concertação de interesses a nível da oferta de serviços de navegação. Deste modo, temos conhecimento de que Clemente Joaquim da Costa subscreveu acções da «Empresa de navegação a vapor entre Portugal e os Açores, na Ilha de S. Miguel»³⁶, comprou a escuna «Dolphin» no ano de 1869, em parceria com Abraão e José Bensaúde, Salvador Azulay e Jacinto Fernandes Gil³⁷, e adquiriu o vapor «Olive» em parceria com Abraão Bensaúde e Jacinto Gago da Câmara³⁸, no ano seguinte.

Ao morrer, porém, apenas se lhe atribuía um barco no valor de 10 contos de réis, embora com uma pequena nota a acrescentar que «já não existe». Recorde-se, no entanto, que em 1901, o empresário, com a idade de 82 anos, ainda apresentara uma proposta à Comissão Promotora da «Liga dos Cultivadores de Ananases» para transporte de fruta para os mercados de Londres e de Hamburgo³⁹, facto que demonstra que ele continuava a manter interesses no serviço de navegação.

Paralelamente à sua actividade de consignação, Clemente Joaquim da Costa também procurou investir nos maiores empreendimentos industriais do tempo: a «Fábrica de Tabaco Micaelense» e a «Fábrica de Destilação de Santa Clara». A primeira, fundada em 1866, como sociedade em nome individual, com o capital social de 22 800\$000, distribuído, *ex-aequo*, pelos quatro sócios – José Jácome Correia, Abraão Bensaúde, José Bensaúde e Clemente Joaquim da Costa –, foi o investimento industrial mais moderno e de maiores dimensões no arquipélago, pelas «vastas oficinas e os mais modernos e

aperfeiçoados machinismos»⁴⁰. A segunda, «tendo por fim a destillação de batata doce e outros productos de que se possa extrahir alcool para exportar e vender onde melhor convenha», foi fundada em 1884, detendo Clemente Joaquim da Costa apenas uma insignificante quota relativa a 150 acções, num total de 3 754 acções⁴¹

Entre as novas actividades económicas, a actividade seguradora parece ter sido a única a não lhe merecer qualquer atenção. No tempo, operavam as delegações das seguradoras «Lloyd» e «Royal», «Fidelidade», «Bonança», «Auxiliadora», representadas por prestigiados comerciantes da praça micalense – George W. Hayes e C.^o, António José Machado, José Tavares Carreiro, João de Melo Abreu, respectivamente⁴². O seu desinteresse é estranho, porquanto ele também não vai investir na recentemente constituída «Companhia de Seguros Açoreana» (1893), ao contrário dos restantes empresários de sucesso da praça micalense.

Assim, podemos concluir que, à semelhança do grande empresário caracterizado por Fernand Braudel, Clemente Joaquim da Costa procurou na diversificação dos seus investimentos a garantia contra os contratempos da conjuntura e contra os riscos inerentes à actividade empresarial⁴³. Se não restam dúvidas de que os primeiros lucros advieram do seu armazém de fazendas, a fortuna terá sido adquirida, contudo, graças à sua intensa e bem sucedida actividade creditícia, investindo os dividendos não só no aprofundamento dos seus negócios como na aquisição de inúmeros bens imóveis. Entre os anos sessenta e oitenta, é enorme a massa de créditos concedidos pelo empresário, quer a título individual, quer a título de gerente da Caixa Filial do «Banco Lusitano», elucidando sobre a liquidez dos seus negócios. Assim, Clemente Joaquim da Costa, aos quarenta anos, passa a assumir-se como um comerciante-banqueiro – função que desempenhará até à hora da sua morte⁴⁴.

Tornar-se agente da «Caixa Filial do Banco Lusitano» mais não foi do que resultado da sua longa experiência nesse domínio. Não só fizera parte de uma comissão para estudar a criação de um banco, no ano de 1851⁴⁵, como $\frac{3}{4}$ das escrituras notariais, celebradas nos cartórios de Ponta Delgada, lhe dizendo respeito tinham a ver com a sua actividade creditícia:

QUADRO III – ESCRITURAS NOTARIAIS RELATIVAS A CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA, EM PONTA DELGADA, 1860-1879

DESIGNAÇÃO	ANOS	
	1860-1869	1870-1879
Mútuo de capital	10	1
Cedência	2	1
Obrigaçao de dívida	20	10
Empréstimo a juro	13	13
Obrigaçao de hipoteca	1	1
Confissão de dívida	–	3
Ratificação de empréstimo	1	–
Distrate e quitação	4	7
Total	51	36

FONTE: B.P.A.P.D., Fundo Notarial de Ponta Delgada – Livros de Notas de Luís Maria de Morais Júnior, Liv. 2428, 2430, 2433, 2434, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2455, 2456, 2457, 2459, 2460, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2470, 2471, 2472; Jacinto Manuel de Melo, Liv. 2512, 2688; Jorge António Leão, Liv. 2691; José Ricardo Alves Encarnação, Liv. 3802; Jacinto Manuel de Melo, Liv. 2686; Francisco António de Sousa Esteves, Liv. 2696, 2698, 2700, 2703, 2704, 2705, 2707, 2708; João Botelho de Melo, Liv. 2519.

Segundo a publicidade da «Caixa Filial do Banco Lusitano», regularmente publicada na imprensa citadina, as sua operações eram as seguintes:

«Desconta letras da terra à razão de 6 por cento até seis meses de praso. Toma e saca letras sobre o continente do Reino, Ilhas e Praças estrangeiras. Recebe dinheiro em depósito à ordem e a prazo fixo abonando juro. Abre créditos em conta corrente. Emprresta sobre penhores. Recebe em depósito, quaisquer valores, inclusive letras, cobrando-as nos vencimentos por conta de seus donos e faz todas as mais operações próprias d'estabelecimentos da mesma natureza»⁴⁶.

Operações, em suma, que Clemente Joaquim da Costa, já há muito fazia a título individual.

Através dos *Livros de Protestos de Letras*, fonte exemplar ainda pouco explorada, percebe-se a importância dos créditos concedidos por Clemente Joaquim da Costa⁴⁷ (ver Quadro IV).

Recorde-se que esses *Protestos de Letras* só intervinham quando o aceitante da letra de câmbio da terra não honrava o seu compromisso, desencadeando-se, a partir de então, um demorado processo na justiça, do qual podemos seguir os passos, quer através dos processos comerciais, quer através dos processos cíveis de execução da sentença comercial.

Os empréstimos comportavam um determinado juro comercial, que podia oscilar entre os 5 % e os 12 %; alongavam-se por períodos que podiam ir dos oito dias aos cinco anos; eram feitos sempre em moeda insulana, mas também podiam ser feitos em moeda forte, em libras e em francos franceses; podiam dizer respeito a importâncias insignificantes, assim como a vários contos de réis; e, finalmente, estavam sempre garantidos, salvo raras excepções, pela hipoteca de determinados bens.

Como se sabe, na Ilha de S. Miguel as instituições de crédito remontam aos anos setenta do século XIX com a abertura das caixas filiais dos bancos «Aliança», «Nacional Ultramarino», «Portugal», «União» e «Lusitano»⁴⁸. Até a esta altura, a actividade creditícia estivera nas mãos de particulares e de corporações de piedade e de beneficência⁴⁹, enriquecendo quantos se dedicavam à prática usurária, quer pelos juros exigidos, quer pela prática de garantia dos capitais concedidos sob hipoteca de bens.

Tomando o caso de Clemente Joaquim da Costa e seguindo apenas os créditos «mal parados», verifica-se que apenas uma parte diminuta dos mesmos tinha sido avançada nos seu armazém, para compra de fazendas a crédito. A grande maioria desses créditos destinara-se a financiar actividades não especificadas, desligadas dos seus negócios⁵⁰.

Recorde-se que as quantias em referência apenas dizem respeito aos devedores insolventes, porquanto os restantes créditos consentidos, tendo sido saldados nos prazos convencionados, não constam dessa lista⁵¹. A importância dos valores em causa significa, entre outras coisas, que o empresário possuía uma grande liquidez, pois não só conseguia suportar os débitos em atraso, como ia consentindo outros créditos. Nos anos sessenta e setenta, só de créditos em débito ele tinha avançados 38 322\$913 e 43 003\$806 réis insulanos, respectivamente.

É a partir da década de sessenta que aumentam os «créditos de difícil cobrança» (algumas dessas dívidas ainda constam no seu *Processo de Imposto Sucessório*), talvez porque também tinha aumentado a sua actividade creditícia: havia crescido em flecha o número total de beneficiários e também havia aumentado a moeda escritural em circulação (ver Quadro V).

QUADRO IV - CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA, TOTAL DE BENEFICIÁRIOS, DE EMPRÉSTIMOS, QUANTIA TOTAL E MÉDIA DE PRAZOS

ANOS	TOTAIS DE					MÉDIA DE PRAZOS
	BENEFICIÁRIOS	EMPRÉSTIMOS	RÉIS INSULANOS	RÉIS FORTES	OUTRAS MOEDAS	
1849	1	1	331\$285	—	—	180 dias
1854	1	2	161\$783	—	—	180 dias
1855	1	1	123\$420	—	—	300 dias
1856	1	1	3100\$000	—	—	60 dias
1857	1	1	106\$279	—	—	360 dias
1860	3	3	1105\$504	—	250 Francos	110 dias
1861	1	1	207\$287	—	—	240 dias
1862	5	10	3189\$120	152\$120	—	180 dias
1863	2	3	490\$333	—	—	360 dias
1864	7	7	1223\$888	—	—	181 dias
1865	6	6	1197\$599	—	—	221 dias
1866	7	8	1260\$170	63\$000	—	162 dias
1867	25	16	11342\$929	783\$489	—	111 dias
1868	19	16	8627\$579	57\$500	—	201 dias
1869	34	26	9678\$504	289\$855	—	168 dias
1870	17	14	5803\$300	—	—	251 dias
1871	14	14	4298\$216	—	—	200 dias
1872	12	24	8313\$888	475\$000	—	104 dias
1873	5	5	589\$534	—	—	150 dias
1874	4	5	1113\$940	—	—	130 dias
1875	8	11	2244\$345	—	—	237 dias
1876	7	9	2844\$499	—	—	247 dias
1877	12	15	4008\$185	1082\$540	—	224 dias
1878	21	25	6159\$322	—	—	189 dias
1879	11	14	7628\$577	408\$236	—	229 dias
1880	21	22	3901\$631	200\$00	—	227 dias
1881	1	1	311\$784	—	—	540 dias
1882	19	26	13173\$963	—	120 Libras	170 dias
1883	10	11	1876\$160	—	—	246 dias
1884	8	9	1326\$733	—	—	137 dias
1885	5	5	1833\$817	—	—	159 dias
1886	6	11	1175\$369	334\$595	1565,213 Fr	132 dias
1887	1	1	177\$705	—	—	240 dias
1888	3	4	500\$385	—	—	72 dias
1893	1	1	987\$940	—	—	90 dias
1894	3	5	217\$660	—	393 Libras	140 dias
1895	12	14	1663\$996	206\$745	—	144 dias
1896	3	3	268\$505	—	—	190 dias
1907	2	2	86\$293	—	—	180 dias

QUADRO V – CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA
– MAIORES BENEFICIÁRIOS

A N O S	N O M E S	Q U A N T I A S
1849	Filipe de Quental	331\$285
1854	José António de Serpa	81\$783
1855	Luís Leopoldino Borges Bicudo	123\$420
1856	João Francisco de Sousa	3100\$000
1857	D. ^ª Teresa Rebelo Leite	106\$279
1860	Francisco José Dutra	962\$015
1861	Manuel José da Luz	207\$287
1862	Manuel Augusto Soares de Avelar	778\$453
1863	António Inácio Borges	216\$000
1864	Victorino Inácio de Arruda	500\$000
1865	João Soares Gamboa Albergaria	688\$300
1866	João Bernardo Melo	296\$800
1867	António do Couto Vasconcelos da Câmara Falcão	3000\$000
1868	António Jacinto de Melo	2000\$000
1869	D. ^ª Maria Luísa de Medeiros Câmara Falcão	1830\$230
1870	Manuel Soares Rodovalho	1473\$214
1871	José Rebelo Cordeiro	1974\$000
1872	João Pereira de Araújo	3359\$529
1873	Francisco Jerónimo Vaz Pacheco	773\$000
1875	Manuel de Sousa Massa e Consorte	637\$235
1876	Inácio José d'Almeida	752\$076
1877	Felício José de Amaral	1453\$014
1878	Maurício da Arruda	713\$960
1879	Manuel António da Silva	2549\$395
1800	António Jacinto Machado e Cleriano da Silva	632\$880
1881	Silva Cabral & C. ^ª	311\$784
1882	Pedro José dos Reis	1968\$780
1883	Silva Cabral & Companhia	649\$672
1884	José Sebay	500\$000
1885	Manuel José Cabral	816\$000
1886	Cândida de Medeiros Albergaria	724\$500
1887	Manuel José Cabral	177\$705
1888	Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares	230\$000
1893	José Maria da Câmara Coutinho e Consorte	987\$940
1894	Jacinto Carreiro	104\$000
1895	Manuel Correia de Melo	412\$000
1896	Manuel Costa Lima	104\$865
1907	Jacinto Augusto Botelho	49\$196

Era prática assaz frequente dividir o montante do empréstimo por parcelas iguais em diferentes letras de câmbio aceites para serem descontadas na mesma data, mantendo-se a preferência pelos prazos pouco dilatados, a fim de se poderem reformar, sucessivamente, as letras e de se poderem entrar com as competentes acções de penhora de bens na justiça.

Os créditos concedidos por Clemente Joaquim da Costa eram, na sua quase totalidade, garantidos com correspondentes hipotecas e, quando não eram saldados nos prazos determinados, o credor, através de competentes actos de penhora desencadeados pela justiça, apropriava-se das ditas propriedades hipotecadas, como se pode comprovar em inúmeros autos cíveis do Tribunal de Ponta Delgada ⁵².

Em relação à Caixa Filial do «Banco Lusitano», cujos créditos eram afiançados pelo seu gerente – Clemente Joaquim da Costa – os *Protestos de Letras* decorrem entre os anos de 1868 e de 1889, apesar da actividade creditícia do empresário se desenrolar até à data da sua morte. Os créditos consentidos pelo «Banco Lusitano» ascendem a 89 722\$690 e a 12 064\$897 réis insulanos, respectivamente, nas décadas de setenta e de oitenta (ver Quadros VI, VII e VIII).

Comparando os comportamentos do empresário, agindo a título individual e a título de gerente, verifica-se que nos *Protestos de Letras* relativos à Caixa Filial do «Banco Lusitano» há menor número de beneficiários, mas maior número de títulos de empréstimos, assim como consentidos por períodos mais curtos. No entanto, a partir dos anos oitenta, os créditos começam a diminuir de forma significativa e acentuada, terminando, bruscamente, no ano de 1889.

QUADRO VI – CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA, AGENTE DA CAIXA FILIAL DO BANCO LUSITANO
– QUANTIAS EMPRESTADAS

ANOS	MESES					
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
1868	800\$000	814\$800	–	–	209\$500	–
1869	107\$500	–	643\$500	108\$108	97\$125	–
1870	636\$504	839\$327	879\$750	–	–	2060\$055
1871	6706\$500	173\$250	543\$856	253\$450	1380\$860	373\$825
1872	1643\$257	–	769\$053	1426\$158	–	410\$526
1873	–	–	247\$990	589\$475	108\$108	261\$230
1874	209\$765	–	4769\$500	5025\$000	–	–
1875	300\$270	–	464\$660 *	1080\$318 *	1755\$863 *	2876\$742 *
1876	890\$000	50\$000	3659\$915	360\$260	104\$170	958\$567
1877	100\$000	2366\$500	580\$000	–	1532\$955	1420\$010
1878	89\$250	312\$335	305\$715	426\$986	163\$622	256\$250 *
1879	313\$500	3224\$715	214\$630	8694\$075 *	270\$000	79\$680
1880	307\$695	–	–	–	270\$000	353\$800
1881	759\$500	525\$940	–	213\$881	–	–
1882	–	–	–	–	–	–
1883	–	–	–	140\$050	–	–
1884	59\$455 *	–	–	–	208\$960	–
1885	–	415\$545 *	105\$300	–	–	656\$915
1886	–	229\$200	–	20\$000	–	–
1887	273\$090	311\$026 *	–	–	318\$780	85\$487
1888	–	–	–	61\$295 *	–	80\$000 *
1889	–	120\$000	–	–	–	75\$700

* Réis fortes.

(Continua)

QUADRO VI – CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA, AGENTE DA CAIXA FILIAL DO BANCO LUSITANO
– QUANTIAS EMPRESTADAS
(Continuação)

A N O S	M E S E S					
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1868	53\$840	–	–	–	–	–
1869	–	1211\$902	51\$500	83\$475	–	6489\$378
1870	312\$570	2465\$133	–	268\$300	949\$232	648\$648
1871	380\$890	399\$350	1821\$400	102\$800	–	1374\$173
1872	1383\$481	–	50\$000	–	700\$000	398\$662
1873	1346\$856	534\$730	515\$791	605\$580	–	105\$263
1874	–	685\$740	1604\$355	–	–	270\$000
1875	–	1416\$650 *	900\$000 *	844\$680	650\$000	500\$000 *
1876	700\$00	283\$935	–	130\$260	–	–
1877	966\$955	1048\$020	–	–	1809\$480	449\$000
1878	–	5143\$015	1126\$545	726\$500	165\$000	–
1879	314\$140	256\$675	–	211\$705	–	1276\$020
1880	600\$000	174\$600	–	798\$840	96\$747 *	–
1881	290\$870	–	–	–	137\$680	–
1882	210\$600	–	–	–	144\$590	–
1883	–	–	237\$287 *	213\$862 *	–	1806\$915
1884	–	–	–	–	–	–
1885	–	–	–	–	410\$675	291\$665
1886	–	–	232\$690	300\$210	600\$000	–
1887	–	–	–	–	–	318\$835 *
1888	357\$032	939\$875	856\$110	329\$000	300\$000	–
1889	–	–	–	–	–	–

* Réis fortes.

QUADRO VII – CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA, AGENTE DA CAIXA FILIAL DO BANCO LUSITANO

A N O S	N Ú M E R O D E		Q U A N T I A D E			M É D I A D E P R A Z O S
	BENEFICIÁRIOS	EMPÉSTIMOS	RÉIS INSULANOS	RÉIS FORTES	FRANCOS	
1868	4	4	1878\$140	–	–	248 dias
1869	11	14	8792\$488	–	–	195 dias
1870	16	20	9059\$519	–	–	155 dias
1871	14	17	13510\$354	–	–	194 dias
1872	11	15	6781\$137	–	–	190 dias
1873	13	14	4315\$023	–	–	189 dias
1874	12	14	10107\$265	2457\$095	–	194 dias
1875	16	43	5614\$147	5175\$036	2370	129 dias
1876	22	25	7137\$107	–	–	174 dias
1877	24	28	10272\$920	–	–	170 dias
1878	20	21	8565\$218	150\$000	–	133 dias
1879	17	21	14360\$000	495\$340	–	117 dias
1880	6	9	2504\$935	96\$747	–	87 dias
1881	6	7	1713\$990	–	–	150 dias
1882	2	2	355\$190	–	–	135 dias
1883	5	7	1946\$965	451\$149	–	129 dias
1884	2	2	208\$960	59\$455	–	150 dias
1885	7	8	1616\$055	264\$045	–	132 dias
1886	6	12	1382\$100	–	–	53 dias
1887	6	10	677\$317	629\$861	–	31 dias
1888	9	21	1659\$385	1435\$630	–	47 dias
1889	2	3	–	195\$700	–	40 dias

QUADRO VIII – CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA, AGENTE DA CAIXA FILIAL DO BANCO LUSITANO
– MAIORES DEVEDORES

ANOS	NOMES	QUANTIAS
1868	Padre Jacinto Feliz Machado	814\$800
1869	D. ^a Maria Luísa de Medeiros Câmara Falcão	3673\$018
1870	João Pedro Machado da Luz	1520\$015
1871	João Severino Gago da Câmara	6523\$000
1872	Maria Eugénia Rocha	1290\$169
1873	Francisco Jerónimo Vaz Pacheco	1246\$856
1874	Jacinto Alves do Couto e Consorte	2310\$245
1875	Francisco Inácio do Rêgo Cordeiro	744\$680
1876	Artur Oliveira Severim	2400\$000
1877	Luís Francisco Serpa e Consorte	2000\$000
1878	D. ^a Ana Guilhermina Fisher	973\$625
1879	Barão de N. ^a Sr. ^a da Saúde e Consorte	8599\$410
1880	Francisco Moniz Furtado	600\$000
1881	Francisco Moniz Furtado e Consorte	759\$500
1882	António Furtado do Couto Garoupa	210\$600
1883	Drs. Francisco e Emílio Severino de Avelar e Consortes	656\$915
1884	Manuel Joaquim da Costa	208\$960
1885	Drs. Francisco e Emílio de Avelar e Consortes	656\$915
1886	António Furtado do Couto Garoupa	257\$610
1887	Manuel Moniz da Ponte	318\$835 *
1888	Elias Farache	803\$055 *
1889	António Pinto Gomes Neto	120\$000 *

* Réis fortes.

É preciso não esquecer que os anos oitenta coincidem com a grave crise de reconversão da «economia da laranja», motivando da parte do banqueiro uma maior cautela na sua política de empréstimos⁵³.

Significativo do continuado interesse pela actividade bancária do empresário é, contudo, o facto de, pouco tempo antes da data da sua morte, ele ainda ser o agente dos bancos «Comercial de Lisboa», «Comercial do Porto», «Pinto da Fonseca & Irmão», «Minho», na cidade de Ponta Delgada⁵⁴ – ainda que não tivessem sido documentados Protestos de Letras dessas instituições bancárias.

O NOTÁVEL

4 – Clemente Joaquim da Costa conviveu, desde sempre, com a elite tradicional micaelense. As suas ligações sociais levam-no a escolher José Maria Raposo de Amaral para seu testamenteiro. Essas mesmas relações sociais podem explicar o convite do seu conterrâneo, Jacinto Fernandes Gil, empresário de sucesso no universo dos negócios micaelenses em oitocentos, para apadrinhar o baptismo de seu filho – o futuro visconde de Porto Formoso.

De resto, ao longo da sua vida, Clemente Joaquim da Costa conviveu com os Condes Jácome Correia e de Fonte Bela por razões de trabalho, nas diversas comissões de estudo em que participou, e com os viscondes de Faria e Maia e de Albuquerque por relações familiares, graças ao casamento de seus sobrinhos com os herdeiros dessas famílias. Da mesma forma, conviveu com vários elementos Bensaúde, sobretudo com Abraão e José, pois, teve-os como sócios na compra de navios e na F.T.M. – sinal de que a concorrência não o terá impedido de fazer bons negócios.

Pelos cargos que foi ocupando ao longo da vida, foi conhecendo e convivendo com os centros de poder e de decisão. Pertenceu à Junta de Administração dos fundos destinados à construção do porto de Ponta Delgada, criada por carta de lei de 9 de Agosto de 1860⁵⁵. Fez parte da comissão nomeada pela Junta Geral do distrito de Ponta Delgada sobre o ante-projecto do caminho de ferro em S. Miguel, em 1897⁵⁶.

As comissões de que fez parte demonstram as ligações, os sócios, os canais de sociabilidade traçados ao longo da sua vida.

Também participou em inúmeras causas cívicas, como se verifica nas listas de subscritores publicadas com regularidade pela imprensa micaelense: em 1843, oferece um donativo de 1\$200 para a Biblioteca Pública⁵⁷; no mesmo ano de 1843, contribui para a construção do monumento «Memória» a construir em Lisboa⁵⁸; em 1847, oferece 2\$400 aos habitantes de S. Jorge, conforme solicitação do Governador Civil⁵⁹; ainda no ano de 1847, oferece \$600 para as obras da ermida de Santa Bárbara⁶⁰; em 1852, integra um abaixo assinado dirigido à Rainha a solicitar a permanência de António Teixeira de Macedo em Ponta Delgada, no Governo Civil⁶¹; em 1858, oferece 60 alqueires de milho «aos pobres mais carecidos»⁶²; em 1860, participa na subscrição ao capitão da escuna inglesa⁶³; em 1863, integra-se na lista dos beneméritos da lomba da Algarvia⁶⁴ e é nomeado pelo Governador Civil para integrar uma comissão que irá tratar da fundação de um asilo de mendicidade em Ponta Delgada⁶⁵; em 1867, faz um donativo de 12\$000 à comissão de socorros⁶⁶; em 1881, contribui com 72\$000 para os pobres da Povoação⁶⁷; em 1885, contribui para as vítimas do terramoto em Espanha⁶⁸; em 1888, contribui a favor das vítimas sobreviventes do incêndio no teatro Baquet⁶⁹; em 1889, subscreve a lista para financiar a deslocação da companhia de Zarzuela a Ponta Delgada⁷⁰; em 1896, envia dinheiro para as vítimas do temporal na Ilha da Madeira⁷¹; em 1892, subscreve um donativo de 15\$000 para os naufragos pescadores da Póvoa do Varzim⁷²; em 1899, acode às vítimas do Faial, com 30\$000⁷³. A sua solidariedade para com as vítimas ultrapassa, como se verifica, a geografia açoriana, pois vai socorrendo quantos necessitam, independentemente da localização das catástrofes. Radicar-se na ilha não o isolou do sofrimento do mundo, nem o afastou dos problemas do reino.

Ao mesmo tempo, participa na vida cultural local. Assina os «Estatutos da Sociedade Teatral Micaelense», juntamente com mais seis cavalheiros da sociedade local⁷⁴ e faz parte da «Comissão Administrativa provisória do Clube Micaelense» (antiga loja maçónica) ocupando o lugar de vogal⁷⁵.

Pertenceu à Mesa da Direcção da Associação Comercial de Ponta Delgada durante vários anos: em 1845 e 1846, 1848, 1852 e 1853, 1874 a 1878, 1882 e 1884 a 1892⁷⁶, embora, segundo a imprensa, já em 1843 tivesse recebido 6 votos nas eleições para a Mesa da Assembleia⁷⁷.

Ao longo da sua vida, como já se disse, a imprensa vai noticiando os seus males de saúde⁷⁸, os aniversários natalícios⁷⁹, e, após a sua morte, descreve, com pormenor, durante dois dias seguidos, a causa provável dela e a fortuna deixada, bem como a

afluência de pessoas-de-bem em romagem ao cemitério. Em vida e na morte, Clemente Joaquim da Costa não deixou de merecer uma continuada atenção por parte da imprensa micaelense. Essa atenção estará patente, aquando da sua morte, ao se convocarem os sócios da Associação Comercial de Ponta Delgada para se redigirem e se enviarem as sentidas condolências à família enlutada⁸⁰.

Durante a sua vida, manteve-se ligado ao Partido Progressista⁸¹, apoiando, sem reservas, o Visconde de Porto Formoso para várias legislaturas.

À semelhança de outros empresários de sucesso, foi Vice-Consul do Uruguai, pelo menos desde 1849, e recebeu a Comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Clemente Joaquim da Costa tem, realmente, um percurso notável. A fortuna, a competência e as relações tornaram-no «indispensável» no universo das decisões económicas na Ilha de S. Miguel durante mais de cinquenta anos.

Construiu a sua fortuna apenas numa geração, construindo, possivelmente, do nada, o império que deixou à hora da morte. Manteve negócios com os Bensaúde e com outros negociantes judeus – emprestou dinheiro a Farrache e a Sebag e fez parcerias com Abraão e José Bensaúde e Salvador Azulay – mas nunca deixou de preferir o convívio com a elite tradicional. Jacinto Fernandes Gil foi, no entanto, o seu melhor amigo durante toda a vida – ambos eram originários do Norte do país e ambos tinham fixado residência na Ilha de S. Miguel pela mesma altura.

Investiu em todos os sectores inovadores no tempo: teve lojas de comércio, participou no grande comércio de importação, adquiriu barcos, transportou emigrantes, ofereceu carvão, investiu em fábricas, emprestou dinheiro, comprou propriedades...

A estratégia de dividir os seus investimentos para evitar o risco da excessiva concentração num só ramo de negócios, assim como a estratégia de não investir na aquisição de quintas, podem explicar o seu sucesso empresarial, patente na fortuna deixada.

NOTAS

¹ Jean-Luc Mayand (Dir.) – *Les Patrons du Second Empire. France-Conté* – CNRS, Picard/Cenomane, Paris, 1991; Dominique Barjot (Dir.) – *Les Patrons du Second Empire. Anjou, Normandie, Maine* – CNRS, Picard/Cenomane, 1991; Philippe Jobert (Dir.) – *Les Patrons du Second Empire. Bourgogne* – CNRS, Picard/Cenomane, 1991; Frédéric Barbier – *Le Patronat du Nord sous le Second Empire: une approche prosopographique* – Genève, Librairie Droz, 1989.

² Cf. José Amado Mendes – *O contributo da biografia para o estudo das elites locais. Alguns exemplos in Análise Social*, Vol. XXVII, pp. 116-117, 1992 (2.ª-3.ª), pp. 357-365; Pedro Carasa Soto (ed.) – *Prosopografia Contemporânea. Elites* – Universidade de Valladolid, 1994. M. A. Calame, M. C. Eicher, P. Teissoniere-Jestin – *Familles industrielles d'Alsace. Les Bussière, Les Saglio, Les Schumberger* – E. Oberlin, Strasbourg, 1989.

³ Cf. Maurice Lévy-Leboyer – *Le patronat a-t-il échappé à la loi des trois générations?* – in *Le Mouvement Social* N.º 132 – Julho-Setembro, 1985, pp. 3-7.

⁴ Cf. Fátima Sequeira Dias (Org., Introd. e Notas) – *Em defesa dos interesses da ilha de S. Miguel* – Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, 1.ª Vol.; 1995, 2.ª Vol.; 1996, 3.ª Vol.

- ⁵ Fátima Sequeira Dias – *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A casa Bensaúde e os Açores - 1800-1873* – Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996 e *Idem – A Fábrica de Tabaco Micaelense - 1866-1995* – Ponta Delgada, 1995, basearam-se, privilegiadamente, nos arquivos privados de Bensaúde, S.A., de «José Bensaúde e Herdeiros» e da Fábrica de Tabaco Micaelense.
- ⁶ O arquivo empresarial de Clemente Joaquim da Costa não sobreviveu ao tempo. O trabalho de investigação teve de se cingir ao cruzamento das fontes existentes na B.P.A.P.D.
- ⁷ Cf. Adeline Daumard – *La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848* – 1963, Paris, 1996; R. G. Wilson – *Gentlemen Merchants. The merchant community in Leeds - 1700-1830* – Manchester University Press, 1971; Jean-Pierre Chaline – *Les bourgeois de Rouen, une élite urbaine au XIX e siècle* – Paris, 1982; Anacleto Pons e Justo Serna – *La ciudad extensa. La burguesía comercial-financiera en la Valencia de mediados del XIX* – Valencia, 1992; «Les réseaux de crédit en Europe, XVIe-XVIIIe siècles» in *Annales, E. S. C.* – 49.º ano, n.º 6, Nov.-Dez. 1994; Maria Antonieta Cruz – *Os burgueses do Porto na 2.ª metade do Século XIX* – Universidade do Porto, 3 Vols. (tese de doutoramento dactilografada); Jesus Cruz – *Gentlemen Bourgeois and Revolutionaries* – Cambridge University Press, 1996; Helder Adegar da Fonseca – *O Alentejo no século XIX - Economia e atitudes económicas* – Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 1996.
- ⁸ Cf. Conservatória do Registo Civil de Ponta Delgada – *Certidão de Óbito de Clemente Joaquim da Costa*.
- ⁹ B.P.A.P.D. – Administração do Concelho de Ponta Delgada – *Registo de Testamentos* – Livros n.ºs 94-1, n.º 3 752 e Arquivo das Finanças – *Processo de Imposto Sucessório* – Processo n.º 1384. A cada sobrinho coube a quantia de 105 709\$230 *ex-aequo*, deixando ainda 2 500\$000 ao Visconde de Porto Formoso, seu afilhado, 2 000\$000 à criada, Francisca Flor, 2 300\$000 ao criado, José Pereira, e 2 000\$000 à Santa Casa da Misericórdia.
- ¹⁰ Cf. «Notas sobre Clemente Joaquim da Costa» elaboradas pelo Dr. António José C. V. Rieff. Documento manuscrito gentilmente cedido pelo Sr. Engenheiro António Costa Santos, descendente do biografado.
- ¹¹ Francisco Maria Supico – *Escavações n.º 195*, in *A Persuasão* n.º 1948, 17-5-1899 e BPAPD – *Autos Comerciais*, Maço 1, Or. 28, 26 Julho 1851.
- ¹² A.A.C.P.D – *Livro de Actas - 1843-1849* – fls. 8-v.
- ¹³ *Açoreano Oriental* – N.º 700, 1 de Julho de 1848, J. H. Dart anuncia a boa qualidade da sua cal, produzida na Rua Nova, mencionando, entre a sua clientela, o nome de Clemente Joaquim da Costa.
- ¹⁴ Cf. Mário Ceruti – *Empresarios españoles y sociedad capitalista en México - 1840-19120* – Fundación Archivo de Indianos, 1995, p. 74 e Francisco Erie – *Proprietarios, comerciantes e industriales. Burguesía y desarrollo capitalista en las Asturias del siglo XIX - 1830-1885* – Universidad de Oviedo, 1995, Tomo I, p. 102.
- ¹⁵ B.P.A.P.D. – *Fundo da Câmara Municipal de Ponta Delgada – Livro de Actas das Sessões* – Agosto de 1855 a Dezembro de 1857, fls. 27-28; fls. 148-v-149-v; Dezembro de 1857 a Dezembro de 1861, fls. 4-5; fls. 84-85; fls. 153-153-v;
- ¹⁶ *Açoreano Oriental* – 17 de Maio de 1851; 22 de Maio 1852; 1 de Janeiro de 1853; 10 de Março de 1855, 24 de Dezembro de 1859; 28 de Abril de 1860; 5 de Janeiro de 1861; 2 de Janeiro e 24 de Dezembro de 1864; 30 de Dezembro de 1865; 28 de Dezembro de 1866; 2 de Janeiro de 1875; 4 de Janeiro e 30 de Dezembro de 1876; 29 de Dezembro de 1877.
- ¹⁷ Investigação iniciada no âmbito do Seminário da cadeira «Sistemas e Organização Económica», no Mestrado de História Insular e do Atlântico, da Universidade dos Açores, no ano lectivo de 1996-1997, sobre algumas famílias da elite local, como as de Faria e Maia e de Gago da Câmara.
- ¹⁸ Cf. Lawrence Stone & Jeanne C. Fawtier Stone – *An Open Elite? England 1540-1880* – Oxford University Press, 1986; Máximo García Fernández – *Herencia y patrimonio familiar en la Castilla del Antiguo Régimen - 1650-1830* – Universidad de Valladolid, 1995.
- ¹⁹ Cf. F. M. L. Thompson – *Life after death: how successful nineteenth-century businessmen disposed of their fortunes* – in *Economic History Review* – 2nd ser. XLIII, I, 1990, pp. 40-61.
- ²⁰ Cf. «Breves notas sobre Clemente Joaquim da Costa» elaboradas pelo Dr. José C. V. Rieff (manuscrito).

- ²¹ O *Correio Michaelense* – N.º 270, 29 de Novembro de 1851, anúncio comercial: «Quem quiser arrendar umas pequenas cazas ao largo da Matriz entre os Srs. Camillo e Clemente Joaquim da Costa n.º 34, dirija-se ao imediato n.º 35 para tractar sobre o seu arrendamento». Abraão Abecassis tomou de renda este imóvel – *Açoreano Oriental* – N.º 986, 24 Dezembro, 1853.
- ²² *Açoreano Oriental* – N.º 2559, 3 de Maio de 1884.
- ²³ Cf. Fátima Sequeira Dias – *Os empresários Micaelenses no Século XIX: O exemplo de sucesso de Elias Bensaúde - 1807-1868* – in *Análise Social* – Vol. XXXI, n.ºs 136-137, 1996, 2.º-3.º, pp. 438-442.
- ²⁴ Cf. Recursos interpostos na alfândega de Ponta Delgada – in *Gazeta das Alfândegas* – IV ano, n.º 76, 5 de Novembro de 1876, p. 28 e *Idem*, n.º 89, 20 de Maio de 1877, p. 137.
- ²⁵ *Açoreano Oriental* – N.º 1212, 24 de Abril de 1858.
- ²⁶ O *Cultivador* – 2.º ano, n.º 23, 15 de Novembro de 1874, p. 642.
- ²⁷ *Revista Michaelense* – Ano 1.º, n.º 1, Janeiro de 1918, p. 21.
- ²⁸ *Revista Michaelense* – Ano 1.º, n.º 1, Janeiro, 1918, p. 18, no ano de 1869, face à crise de subsistência, a «Câmara designou os comerciantes Abraão Bensaúde, Clemente Joaquim da Costa e Francisco Xavier Pinto para tomarem ofícios e graciosamente a importação do cereal e prover o mercado, cobrindo a Câmara as despesas que aqueles Srs. fizessem para conservar os preços normais».
- ²⁹ *Açoreano Oriental* – N.º 98, 11 de Novembro de 1863.
- ³⁰ Cf. *Açoreano Oriental* – Anos 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898.
- ³¹ Cf. *Almanach Açores* – 2.º ano, Angra do Heroísmo, Typ. Sousa e Andrade, 1905, p. 203.
- ³² Arquivo das Finanças de Ponta Delgada – *Processo de Imposto Sucessório de Clemente Joaquim da Costa*: as referidas pontes calculadas em 6 500\$000 e 4 000\$000, respectivamente, «já não existiam», pois tinham sido destruídas por um terrível temporal.
- ³³ Cf. Cristiano Frazão Pacheco – *As cinco desgraças dos Açores* – Ponta Delgada, Ed. do Autor, 1961, p. 46.
- ³⁴ Cf. Fátima Sequeira Dias – *Acontecimentos notáveis: Ponta Delgada nos finais do Século XIX* – in *O Estudo da História* – Associação de Professores de História n.º 2, 1997, p. 304.
- ³⁵ *Açoreano Oriental* – N.º 3 327, 4 de Fevereiro de 1899, notícia da chegada de Londres de um novo intérprete para os serviços marítimos da firma de Clemente Joaquim da Costa.
- ³⁶ *Açoreano Oriental* – 10 de Março de 1855 n.º 1040, p. 3.
- ³⁷ B.P.A.P.D. – Fundo Notarial de Ponta Delgada – *Livro de notas de Luís Maria de Moraes Júnior* – Liv. 2452, fls. 67-68.
- ³⁸ B.P.A.P.D. – Fundo Notarial de Ponta Delgada – *Livro de notas de Luís Maria de Moraes Júnior* – Liv. 2456, fls. 29-v-30-v.
- ³⁹ *Açoreano Oriental* – N.º 3 439, 30 de Março de 1901.
- ⁴⁰ Cf. *Inquérito Industrial* – Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, 2.ª Parte, p. 282.
- ⁴¹ *Fabrica de Distilação de Santa Clara* – *Sociedade Anonyma de Responsabilidade Limitada* (Estatutos) – S. Miguel, 1894, p. 14.
- ⁴² Cf. *Almanach do Campeão Popular para 1894*.
- ⁴³ Fernand Braudel – *A Dinâmica do Capitalismo* – Lisboa, Teorema, 1995, pp. 64-65.
- ⁴⁴ Cf. José Ramón García López – *Los Comerciantes Banqueros en el Sistema Bancario Español. Estudio de casas de banca asturianas en el siglo XIX* – Universidad de Oviedo, 1987.
- ⁴⁵ Cf. Carlos Cordeiro – *Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as Contradições da Regeneração - 1851-1870* – Coimbra, Minerva Historia, 1992, pp. 29-30.
- ⁴⁶ *Açoreano Oriental* – N.º 2092, 24 de Abril de 1875.

- ⁴⁷ B.P.A.P.D. – Fundo do Tribunal Comercial – *Livros de Protestos de Letras*, Henrique da Câmara Frazão – 1882-1883, pp. 53-260 n.º 11; 1883-1884, pp. 54-261 n.º 1; 1883-1884, pp. 55-261 n.º 1; 1884, pp. 55-261 n.º 2; 1884-1886, pp. 56-261 n.º 3; 1886-1887, pp. 57-261 n.º 4; 1887-1888, pp. 58-261 n.º 5; 1888-1894, pp. 59-261 n.º 6; 1888-1894, pp. 59-261 n.º 6; 1894-1895, pp. 60-311 n.º 1; e Cristiano Medeiros Frazão – 1854-1855 n.º 4; 1855-1857 n.º 5; 1857 n.º 5; 1858-1859 n.º 7; 1861-1862 n.º 10; 1862-1863 n.º 11; 1862-1863 n.º 11; 1863 n.º 12; 1863-1864 n.º 13; 1864 n.º 14, 15; 1864-1865 n.º 16; 1865 n.º 17; 1865-1866 n.º 18; 1866-1867, p. 257 n.º 8; 1867-1868, p. 25 n.º 9; 1868 n.º 37; 1868-1869, p. 258 n.º 1, 2; 1869, p. 258 n.º 2, 3; 1869-1870, p. 258 n.º 4; 1870, p. 258 n.º 3, 4, 5, 6, 7; 1870-1871, p. 258 n.º 8; 1871; 1871-1872, p. 32 n.º 1; 1872, p. 33 n.º 2; 1872-1873, p. 34 n.º 3; 1873-1874, p. 259 n.º 4, 5, 6, 7; 1874, p. 259 n.º 5; 1874-1875, p. 259 n.º 6; 1875, p. 259 n.º 7; 1875-1876, p. 259 n.º 8; 1876, p. 259 n.º 9; 1876-1877, p. 259 n.º 10; 1877, p. 259 n.º 12; 1877-1878, p. 260 n.º 1; 1878, p. 260 n.º 1, 2, 3, 4; 1878, p. 260 n.º 4; 1878-1879, p. 260 n.º 3, 4; 1879, p. 260 n.º 4; 1879, p. 260 n.º 5, 10, 12; 1879, pp. 48-260 n.º 6; 1879, pp. 49-260 n.º 7; 1879, pp. 50-260 n.º 8; 1879, p. 260 n.º 5; 1879-1880, pp. 49-260 n.º 7; 1880, pp. 50-260 n.º 8; 1880-1881, pp. 51-260 n.º 9; 1881-1882, pp. 52-260 n.º 10; 1882-1883, pp. 53-260 n.º 11; 1883-1884, pp. 54-261 n.º 1 – António Tomé Machado Asse – 1845-1851 n.º 1, Maço 41; Alípio Correia Lobo – 1895-1896, pp. 61-311 n.º 2; 1896-1897, pp. 62-311 n.º 3; 1907 n.º 32, Maço 39; 1907 n.º 30, Maço 39.
- ⁴⁸ Cf. *Almanach Insulano para Açores e Madeira – Estatístico, Histórico e Literário para o ano de 1874* – Por A. Gil e Augusto Ribeiro e F. J. Moniz de Bettencourt, p. 17.
- ⁴⁹ *Relatório da Administração do Distrito de Ponta Delgada - 1862* – Feito por Felix Borges Medeiros, Ponta Delgada, Typographia das Letras Açorianas, 1862, p. 14.
- ⁵⁰ B.P.A.P.D. – Tribunal Comercial de Ponta Delgada – *Acções Comerciais* – Maço 6, Ordem 707, 1865; Maço 19, Ordens 1713 e 1714; Tribunal Judicial de Ponta Delgada – *Autos Cíveis* – Maço 141, Ordem 14 117, 1858; Maço 91, Ordem 9566, 1851; Maço 92, Ordem 9566, 1851: Processos relativos a dívidas relativas à compra de Fazendas.
- ⁵¹ Será necessário cruzar esta informação com os documentos notariais de empréstimo e quitação de dinheiro.
- ⁵² B.P.A.P.D. – Fundo do Tribunal Judicial de Ponta Delgada – *Autos Cíveis* – Maço 133, Ordem 13 554, 1864; Maço 103, Ordem 10 732, 1853; Maço 214, Ordem 19 703, 1870; Maço 209, Ordem 19 349, 1879; Maço 209, Ordem 19 374, 1869; Maço 205, Ordem 19 188, 1869; Maço 205, Ordem 19 179, 1869; Maço 205, Ordem 19 704, 1870; Maço 239, Ordem 21 046, 1872; Maço 239, Ordem 21 047, 1872; Maço 239, Ordem 21 054, 1872; Maço 188, Ordem 17 862, 1866; Maço 100, Ordem 10 399, 1852 – Processos de penhora de bens, por dívidas tituladas por hipoteca.
- ⁵³ Cf. Fátima Sequeira Dias – *A Decadência da Economia da Laranja e o Despontar do Ideal Autonomista na Ilha de S. Miguel no Século XIX* – in *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores* – Ponta Delgada, 1996, 1.º Vol., pp. 127-157 e *Idem* – *A Importância da Economia da Laranja no Arquipélago dos Açores durante o Século XIX* – in *Arquipélago* – Revista da Universidade dos Açores, Série História – In Memoriam Maria Olímpia da Rocha Gil, Ponta Delgada, 1995, Vol. I-II, pp. 189-240.
- ⁵⁴ Cf. *Almanach Açores* – 2.º ano, Angra do Heroísmo, Typ. Sousa e Andrade, 1905, p. 203.
- ⁵⁵ *A Persuasão* – N.º 12, 19 de Março de 1862, cf.: Acta da Sessão de 10 de Agosto de 1861 da Junta da Doca de Ponta Delgada.
- ⁵⁶ Cf. *Miscelanea* – N.º 6 de José de Canto.
- ⁵⁷ *Açoreano Oriental* – N.º 410, 25 de Fevereiro de 1843.
- ⁵⁸ *Açoreano Oriental* – N.º 406, 28 de Fevereiro de 1843.
- ⁵⁹ *Açoreano Oriental* – N.º 645, 5 de Julho, 1847.
- ⁶⁰ *Açoreano Oriental* – N.º 642, 15 de Maio de 1847.
- ⁶¹ *Açoreano Oriental* – N.º 880, 13 de Dezembro; n.º 881, 20 Dezembro; n.º 882, 27 Dezembro, 1851; n.º 883, 3 de Janeiro; n.º 884, 10 de Janeiro; n.º 885 17 Janeiro de 1852 – Na qualidade de Secretário, escreveu Teixeira de Macedo – *Breve Memória sobre o Estado da Agricultura, Commercio e Industria do Districto de Ponta Delgada* – 1853.

- ⁶² *Açoreano Oriental* – N.º 1 215, 15 de Maio de 1858.
- ⁶³ *Açoreano Oriental* – N.º 1 317, 26 de Abril, 1860.
- ⁶⁴ *Açoreano Oriental* – N.º 1 459, 17 de Janeiro de 1863.
- ⁶⁵ *Açoreano Oriental* – N.º 1 471, 11 de Abril de 1863.
- ⁶⁶ *Açoreano Oriental* – N.º 1 687, 1 de Junho de 1867.
- ⁶⁷ *Açoreano Oriental* – N.º 2 399, 2 de Abril de 1881.
- ⁶⁸ *Açoreano Oriental* – N.ºs 2 601-2 606, 21 de Fevereiro a 28 de Março de 1885.
- ⁶⁹ *Açoreano Oriental* – N.º 2 766, 21 de Abril de 1888.
- ⁷⁰ *Açoreano Oriental* – N.º 2 824, 8 de Junho de 1889.
- ⁷¹ *Açoreano Oriental* – N.º 3 167, 11 de Janeiro de 1896.
- ⁷² *Açoreano Oriental* – N.º 2 970, 26 Março de 1892.
- ⁷³ *Açoreano Oriental* – N.º 3 342, 20 de Maio de 1899.
- ⁷⁴ *Estatutos da Sociedade Teatral Micaelense* – Ponta Delgada, Ponta Delgada, Typographia de Botelhos, 1862.
- ⁷⁵ *Estatutos do Clube Micaelense aprovados em 1857*.
- ⁷⁶ A.A.C.P.D. – *Livro de Catálogos*, 1935.
- ⁷⁷ *Açoreano Oriental* – N.º 454, 30 de Dezembro de 1843.
- ⁷⁸ *Açoreano Oriental* – N.º 2 387, 8 de Janeiro de 1881, «(...) tornou a sofrer um novo e mais doloroso encomodo de saúde que o deixou sobremodo abalado. Informaram-nos, porém, que foi de pequena duração (...) sinceramente o estimamos» e *Idem* – N.º 3 299, 23 de Julho de 1898 «(...) é um catarral próprio da estação» – *Idem* – N.º 3 481, 16 Janeiro de 1902, «uma queda que lhe fez partir a clavícula» – *Idem* – N.º 3 676, 14 de Outubro de 1905.
- ⁷⁹ *Açoreano Oriental* – N.º 3 421, 24 de Novembro de 1900 – *Idem* – N.º 3 682, 25 de Novembro de 1905.
- ⁸⁰ A.C.P.D. – *Livro de Correspondência Expedida - 1906-1911*, fl. 49: Ofício de 12 de Novembro de 1906.
- ⁸¹ *Revista Micaelense* – Ano 1.º n.º 3, Novembro de 1918, p. 228: «Os três amigos que estavam trabalhando em segredo pela candidatura de Jacinto Fernandes Gil eram António José Machado, Nuno Botelho de Gusmão e Clemente Joaquim da Costa, todos eles homens de influência».

AS CRISES DE MORTALIDADE

O CASO DE MONCORVO

Virgílio Tavares
Círculo Universitário do Porto

ABSTRACT

The Crisis of mortality in Moncorvo at the XVIII and XIX centuries had likeness to the happened in others regions of Portugal, like Braga, Castelo Branco or Lisbon, as well as the Castilian frontier region, in chronology and possible reasons. There are some particularities like the event of the crisis in 1809 at Braga that at Moncorvo happened in 1811. They are to specify at XIX century also the crisis of 1830/31, 1848, 1859 and 1883/84. At the end of this century there is a diminution of the crisis of mortality and advance of the duty of natality. The naturel increase was 15,8 % at the last decade and there was a demographique advance, consequence of better life conditions, more and better water and generalized vaccination that happened also at Moncorvo.

INTRODUÇÃO

A mortalidade é uma variante microdemográfica que tem sido objecto de estudos cada vez mais aprofundados nas últimas décadas, sendo uma preocupação determinante na área da demografia e desde que esta surgiu como ciência.

O papel que tem tido a mortalidade conjuntamente com outros factores, na evolução da população, nos estudos realizados e nos programas político-pedagógicos de determinação das medidas a tomar para um controlo demográfico, e ainda na melhoria das condições de vida das populações e da assistência médico social que cada vez mais caracteriza o evoluir da nossa actual sociedade, tem sido um papel tão importante quanto decisivo.

Dáí entendermos que o estudo das crises de mortalidade e suas possíveis causas são uma preciosa ajuda para os demógrafos e investigadores poderem fazer uma aproximação ao conhecimento da evolução da mortalidade nas diferentes regiões do País. Só depois se podem tirar as conclusões dessa mesma evolução a nível de Portugal, e partir para a sua implicação na evolução da população ao longo dos séculos. Através das crises de mortalidade, concretiza-se a noção de crise demográfica, «*quer pelo seu rápido impacto na estrutura das populações, quer pela sua amplitude*»¹.

O tema «*As Crises de Mortalidade – O Caso de Torre de Moncorvo*», insere-se perfeitamente nesse âmbito como também neste III Encontro «*População Portuguesa – História e Prospectiva*», organizado pelo CEPFAM, em cujos objectivos se enquadra, mais especificamente na temática «*Mortalidade*» em memória do Professor Doutor Henrique

David, investigador desta Instituição e do seu projecto, que, infelizmente já não se encontra no nosso convívio.

A apresentação deste trabalho é também uma singela homenagem que eu sentidamente lhe quero prestar aqui neste Encontro, até porque o Professor Doutor Henrique David foi o meu orientador do 1.º ano de Mestrado e início do 2.º, tendo sido ele que me apoiou e incentivou nos primeiros passos do domínio da Demografia e especificamente da mortalidade. Penso ainda que é para todos os presentes e nomeadamente para os organizadores deste Encontro, uma forma de o lembrarmos com saudade e admiração, ouvindo a exposição do meu trabalho sobre as *«Crises de Mortalidade – O Caso de Moncorvo»*.

Torre de Moncorvo é um concelho rural com uma área de 532,7 Km², pertence ao distrito de Bragança, estando situado junto do Rio Douro que lhe serve de fronteira com Vila Nova de Fozcôa. É limitado pelos concelhos de Alfândega da Fé e Vila Flor para Norte, de Carrazeda de Ansiães para Ocidente e de Mogadouro para Oriente, com Freixo de Espada à Cinta a Sudeste. O seu território divide-se por Trás-os-Montes e pelo Alto Douro.

O concelho de Moncorvo tem as suas remotas origens na vila medieval de Santa Cruz da Vilarça³, e sofreu várias transformações administrativas, judiciais e religiosas ao longo dos séculos. Contudo, sempre se distinguiu como séde da Comarca com o mesmo nome, muito extensa e importante, que chegou a comportar 26 vilas, sendo *«a mayor de toda a Província e ainda em outro tempo se estendia mais a sua demarcação»*, nos inícios do século XVIII⁴.

Em meados do século XIX, quando se dá a reforma administrativa de 31 de Dezembro de 1853⁵, que extingue muitos concelhos medievais, Moncorvo passa a ter uma configuração territorial praticamente igual à de hoje. Ou seja, é constituído por 17 freguesias, que tiveram algumas alterações a nível de anexas, figurando já com este número a partir do censo de 1890. E são: Açoreira (que tem Sequeiros em anexa), Adeganha (com Estevais, Junqueira, Nozelos e Póvoa anexas), Cabeça Boa (com Cabeça de Mouro, Cabanas de Baixo, Cabanas de Cima e Foz do Sabor anexadas), Cardanha, Carviçais (com várias aldeias anexas: Quintas da Macieirinha, da Estrada, Martim Tirado, Peladinhas e Nogueirinha), Castedo, Felgar (com a anexa Carvalhal e a despovoada Cilhade), Felgueiras, Horta da Vilarça (que tem anexa a Vide), Larinho, Lousa, Maçores, Mós, Moncorvo (com o Rego da Barca anexado), Peredo dos Castelhanos, Souto da Velha e Urros.

Pelas transformações que sofreu, porque muitas anexas eram no século XIX simples quintas com uma ou duas habitações, e ainda porque a nível paroquial houve também várias modificações, entendemos usar de preferência a freguesia como unidade de estudo, embora agrupando várias paróquias, pois torna-se mais prático e perceptível para a actualidade, até porque, muitas delas, mesmo assim, são de reduzidas dimensões.

AS CRISES DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO

Para elaborarmos este nosso trabalho de colaboração, deparamo-nos com algumas dificuldades, pois os Registos Paroquiais nem sempre nos forneceram os elementos considerados essenciais, com lacunas cronológicas bastantes, subregisto de menores⁶, *«com ausência quase sistemática do registo da mortalidade dos indivíduos de idade inferior a 14 anos, ou, na melhor das hipóteses, de 7 anos»*, pouca indicação de idades,

profissões e motivos de óbitos dos defuntos. Porém, com todas as limitações, não quisemos guardar para nós o que recolhemos, e entendemos nosso dever apresentar muitos desses elementos que nos levaram até às Crises de Mortalidade no concelho de Moncorvo.

Fizemos a recolha dos óbitos para cada uma das 17 freguesias entre 1700 e 1889, e, para quatro delas, até 1900. O período de 1700-1850 é objecto da nossa dissertação de mestrado em fase de conclusão, pelo que apenas referirei muito sinteticamente algumas conclusões primordiais para uma visão genérica das crises de mortalidade naquele concelho. Quanto ao período entre 1851-1900 daremos, nesta comunicação, mais pormenores e indicaremos a nossa análise.

Aplicámos o método de Dupâquier⁷, dado ser um concelho com muitas paróquias rurais pequenas, para calcular a respectiva intensidade. Considerámos anos de crise geral aqueles em que pelo menos 25 % das freguesias com informação atingiram a amplitude 1 e superior a 1 na Escala Dupâquier, conforme as opções tomadas igualmente por Perez Moreda⁸.

A primeira metade do século XVIII é a que nos apresenta menor número de crises de mortalidade. Estas aumentam na 2.^a metade do mesmo século, para continuarem com essa tendência na primeira metade do século XIX. Até ao fim deste século, e após um período no 3.^o quartel ainda com algumas crises acentuadas, a mortalidade tende a apresentar menos crises.

Os anos de crise geral mais acentuados até 1850 são: 1712, 1729/31, 1791/93, 1811, 1824, 1830/31 e 1848, em que mais de 50 % das freguesias com informação apresentam sinais de crise (Quadro I).

QUADRO I – PERCENTAGEM DAS FREGUESIAS COM CRISE DE MORTALIDADE ENTRE 1851 E 1900 NO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO

ANOS	FREGUESIAS		%
	C. INF.	C/C.	
1851	15	6	40
1852	15	2	13,3
1853	15	1	6,6
1854	15	1	6,6
1855	14	4	29,3
1856	14	1	7,1
1857	14	1	7,1
1858	13	3	23,1
1859	13	10	76,9
1860	13	3	23,1
1861	13	1	7,6
1862	13	3	23,1
1863	13	2	15,4
1864	13	7	53,8 *
1865	16	0	0

(Continua)

**QUADRO I – PERCENTAGEM DAS FREGUESIAS COM CRISE DE MORTALIDADE
ENTRE 1851 E 1900 NO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO**

(Continuação)

A N O S	F R E G U E S I A S		%
	C. INF.	C/C.	
1866	16	1	6,25
1867	16	3	18,8
1868	16	5	31,3
1869	15	8	53,3
1870	15	7	46,6
1871	15	3	20 *
1872	14	3	21,4
1873	14	2	14,3
1874	15	6	40 *
1875	15	6	40 *
1876	12	1	8,3
1877	12	0	0
1878	12	0	0
1879	13	1	7,7
1880	13	3	23,1
1881	13	2	15,4
1882	14	3	21,4
1883	14	5	35,7 *
1884	14	4	28,6 *
1885	14	2	14,3 *
1886	14	3	21,4 *
1887	13	1	7,7
1888	13	3	23,1
1889	16	10	62,5 **
1890	4	1	25
1891	4	1	25
1892	4	3	75
1893	4	0	0
1894	4	0	0
1895	4	0	0
1896	4	0	0
1897	4	0	0
1898	4	1	25
1899	4	0	0
1900	4	1	25

Freguesias c/inf. = Freguesias com informação.

Freguesias c/c. = Freguesias tocadas por crise.

% = Percentagem das freguesias com crise em relação às que tem informação.

* = Com uma crise indeterminada.

** = Com três crises indeterminadas.

NOTA – A partir de 1890 e até 1900 os dados só se referem a uma amostra de 4 freguesias.

Para o período de 1851 a 1889, calculámos igualmente o índice Dupâquier, que nos levou a identificar as seguintes crises gerais de mortalidade: 1851, 1855, 1859, 1864, 1868/1870, 1874/75, 1883/84 e 1889.

De 1890 a 1900 optámos por uma amostra de 4 freguesias, sendo uma de dimensão populacional e territorial pequena (Cardanha), duas de maior dimensão (Lousa e Felgar) e a maior em população que é a sede de concelho (vila de Torre de Moncorvo), com situação geográfica concelhia diferenciada.

Nesta amostra temos o ano de 1890 com uma crise de amplitude 3 em Felgar, o ano de 1892 em que 3 das 4 freguesias têm crises de mortalidade (é curioso que a única que não apresenta é Felgar), e em 1900 uma crise também de amplitude três em Lousa.

Assim verificamos que também aqui a tendência é para a diminuição das crises de mortalidade à medida que nos aproximamos do fim do século XIX e alvorecer do XX.

Cardanha tem de 1886 a 1892 duas crises menores, uma média (1889) e uma forte (1888), para não apresentar qualquer sobremortalidade de 1893 a 1900 (Quadros II e III).

A freguesia de Felgar também não apresenta crises de mortalidade na última década do século XIX, mas tem de 1886 a 1890 três crises, sendo duas médias e uma forte.

Torre de Moncorvo é a freguesia que tem uma crise média em 1888 seguida de uma menor no ano seguinte e duas menores em 1891/92. A partir de 1893 não tem qualquer crise de mortalidade identificada.

Por sua vez, a freguesia de Lousa apresenta uma crise menor e outra média no período de 1886 a 1892. Contudo, entre 1893 e 1900, contrariamente às outras três

QUADRO II – ÓBITOS NO CONCELHO DE MONCORVO – 1851-1889
Totais por Freguesias e Anos

FREGUESIAS	ANOS												
	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863
Açoreira	7	8	2	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Peredo dos Castelhanos	8	8	2	8	8	9	7	4	6	21	3	5	5
Urros	27	33	33	27	33	5	4	9	41	19	21	30	17
Maçores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	4	2	17
Felgueiras	8	6	4	9	10	4	9	12	29	3	9	4	12
Mós	23	26	10	18	28	22	19	21	28	17	15	11	16
Carviçais	41	26	26	30	42	29	33	31	51	16	24	21	28
Souto da Velha	3	4	7	3	1	6	7	7	3	5	6	1	2
Felgar	49	24	17	26	51	22	30	—	—	17	26	29	30
Larinho	8	13	6	16	4	13	15	16	34	12	9	55	12
Cardanha	10	3	6	7	4	6	5	2	11	11	3	7	5
Adeganha	15	20	25	18	19	27	18	15	31	30	27	23	25
Moncorvo	45	36	25	28	46	13	24	77	95	44	42	56	74
Cabeça Boa	13	20	23	21	11	16	24	13	10	12	7	12	13
Lousa	19	9	14	24	18	6	11	11	40	17	15	29	17
Castedo	14	6	6	8	10	6	4	11	18	3	19	37	23
Horta da Vilarça	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	6	12	13

(Continua)

QUADRO II – ÓBITOS NO CONCELHO DE MONCORVO – 1851-1889
Totais por Freguesias e Anos

(Continuação)

FREGUESIAS	ANOS												
	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876
Açoreira	12	17	9	12	12	12	11	28	15	—	21	29	—
Peredo dos Castelhanos	13	13	15	5	9	13	18	24	21	22	18	13	9
Urros	35	33	29	37	58	31	32	31	24	31	43	48	29
Maçores	21	18	15	11	9	26	23	17	13	15	9	16	5
Felgueiras	14	7	5	16	11	—	—	—	—	—	—	—	—
Mós	19	14	5	4	10	20	40	27	16	13	29	22	16
Carviçais	29	30	26	30	31	61	43	—	—	24	52	27	20
Souto da Velha	11	3	5	13	8	5	4	9	14	5	15	6	22
Felgar	35	29	21	23	18	30	40	30	29	21	32	59	18
Larinho	9	24	16	12	12	19	10	20	13	21	16	19	—
Cardanha	14	10	6	6	18	16	15	9	17	7	9	13	13
Adeganha	26	24	20	25	26	37	25	13	15	23	37	46	30
Moncorvo	68	60	62	72	74	84	77	71	50	62	76	100	66
Cabeça Boa	8	5	9	15	21	16	14	8	6	3	20	15	7
Lousa	32	13	27	30	33	87	28	35	20	37	34	35	39
Castedo	57	14	34	42	34	27	36	24	22	13	13	76	—
Horta da Vilarça	11	6	6	10	32	20	18	12	8	11	11	29	9

(Continua)

QUADRO II – ÓBITOS NO CONCELHO DE MONCORVO – 1851-1889
Totais por Freguesias e Anos

(Continuação)

FREGUESIAS	ANOS												
	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889
Açoreira	—	—	—	—	—	20	27	33	19	19	18	13	26
Peredo dos Castelhanos	10	8	18	14	16	11	12	15	11	6	14	9	8
Urros	25	29	39	37	22	24	53	40	39	40	45	26	31
Maçores	11	9	10	9	12	12	14	12	9	12	7	4	8
Felgueiras	—	—	—	—	—	45	5	22	19	28	15	17	33
Mós	15	22	14	34	23	11	15	23	20	14	11	10	9
Carviçais	23	29	24	29	24	26	23	44	33	30	34	29	55
Souto da Velha	5	11	2	12	7	7	5	6	10	6	8	5	10
Felgar	25	31	36	42	39	34	27	26	36	47	36	52	33
Larinho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	17	18
Cardanha	4	12	10	12	15	18	12	12	11	16	8	28	35
Adeganha	21	22	25	40	42	17	28	56	33	28	24	24	63
Moncorvo	44	39	52	59	77	33	40	77	70	54	48	88	77
Cabeça Boa	—	2	1	3	—	29	22	21	21	17	16	15	26
Lousa	22	39	38	28	37	27	54	39	39	41	24	36	66
Castedo	—	—	3	—	—	—	23	30	38	26	20	17	67
Horta da Vilarça	5	18	24	31	3	6	10	18	10	10	9	12	12

QUADRO III – NÚMERO DE ÓBITOS E ÍNDICE DUPÂQUIER DE UMA AMOSTRA DE 4 FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO ENTRE 1886 E 1900

A N O S	F R E G U E S I A S							
	CARDANHA		FELGAR		LOUSA		TORRE DE MONCORVO	
	Número de Óbit.	I.D.	Número de Óbit.	I.D.	Número de Óbit.	I.D.	Número de Óbit.	I.D.
1886	16	1	47	2	41	—	54	—
1887	8	—	36	—	24	—	48	—
1888	28	3	52	2	36	—	88	2
1889	35	2	33	—	66	2	77	1
1890	13	—	77	3	34	—	73	—
1891	19	—	30	—	36	—	84	1
1892	28	1	45	—	54	1	86	1
1893	16	—	30	—	48	—	73	—
1894	11	—	29	—	41	—	58	—
1895	12	—	37	—	42	—	74	—
1896	10	—	30	—	38	—	59	—
1897	13	—	31	—	41	—	66	—
1898	12	—	38	—	60	1	70	—
1899	18	—	22	—	43	—	63	—
1900	8	—	41	—	77	3	64	—

Número de Óbit. = Número de óbitos nesse ano.

I.D. = Índice Dupâquier.

freguesias que não apresentam qualquer crise, a Lousa tem duas crises de mortalidade: uma menor em 1898 e outra forte em 1900. Constitui, deste modo e nesta amostragem, a excepção que pode muito bem ser a confirmação de que, no concelho de Torre de Moncorvo, embora uma ou outra freguesia possa ter algumas crises de mortalidade, a tendência é o esbatimento e claro desaparecimento acentuado da sobremortalidade nas duas últimas décadas do século XIX e à medida que se aproxima do século XX.

Pensamos que devemos estar perante um declínio da mortalidade com flutuações acentuadas da mesma, e alguns níveis de mortalidade elevados, que serão as crises que indicamos.

Neste caso de Moncorvo, haveria uma semelhança com as mesmas tendências do Porto, salvaguardando as dimensões de superfície e de população, podendo ser aqui aplicadas as palavras de Maduro Maia a propósito da mortalidade da cidade Invicta no fim do século XIX:

«Este fenómeno impreciso de declínio de mortalidade, necessaria, obviamente, de um prolongamento cronológico do estudo a fim de ser detectada a sua efectividade. É concomitante a um período de grandes flutuações da mesma, algumas de amplitude tão grande, que podem ser apelidadas de crises de mortalidade» ⁹.

BREVES INDICAÇÕES DAS PRINCIPAIS CRISES DE MORTALIDADE

No período de 1700-1749 destacam-se os anos de 1712, 1729/31 e 1743 como sendo os mais críticos no aumento da mortalidade no concelho de Moncorvo.

Em 1712 assinalámos três crises menores e três médias. Em 1729/31 há quatro crises menores, quatro médias e três fortes. Nestes três anos consecutivos, a freguesia de Maçores passou de uma crise média para uma crise menor, e desta para uma forte em 1731. É a freguesia mais crítica e com crise prolongada. Depois vem Carviçais que inicia igualmente uma crise prolongada, mas de 1728 a 1730, com uma crise menor no meio de duas médias. Em 1743 há seis crises, sendo uma indeterminada, duas menores e três médias.

A situação bélica verificada na Península Ibérica entre 1702 e 1712 fez provocar algumas vítimas directa ou indirectamente, principalmente em zonas fronteiriças, como refere Perez Moreda ¹⁰. Por sua vez, de 1708 a 1711 há escassez de alimentos em toda a Península ¹¹. Em Moncorvo, em 1712 há efectivamente aumento de mortalidade em algumas freguesias, com os meses de Setembro a Dezembro com mais de 50 % dos óbitos no período de 1711/1712, cuja relação com Espanha deverá ter cabimento perfeito, até porque fica perto da fronteira, como dissemos.

Também em 1729/31 são os meses de Novembro e Dezembro os que têm mais óbitos. A crise agrícola que se vivia, os preços do vinho do Alto Douro, a carestia de vida e o clima rigoroso deverão ter contribuído para uma crise epidémica de foro respiratório e de carácter invernal até meados do século XVIII, já que em 1743 são ainda os meses de Novembro e Dezembro os mais atingidos.

Na segunda metade do século XVIII e depois da crise de 1762 em que Moncorvo «é saqueada e devastada em Julho» ¹² pelos Castelhanos, são os anos 90 aqueles em que se nota mais mortalidade. Na vila de Moncorvo a sobremortalidade prolonga-se de 1790 a 1794 sem interrupção e com uma crise forte em 1792. A freguesia de Adeganha tem um período ainda mais vasto que compreende os anos de 1789 a 1798, apenas interrompida em 1796. O Mesmo acontece com outras povoações que têm períodos alargados de sobremortalidade. São os meses de Setembro a Janeiro os que apresentam maior número de óbitos.

Nesta década houve dificuldades de vária ordem. Doenças como o tifo no Porto ¹³, ou em Lamego, o paludismo, as tercianas em Espanha ¹⁴, afectam igualmente Torre de Moncorvo que tem o Douro que vem de Espanha, passa pelo concelho de Lamego e vai até ao Porto, sendo desde há muitos séculos, um bom meio de comunicação entre essas partes e outras por onde passa.

A situação económica desfavorável, a carestia de vida, a falta de cereais como diz Fernando de Sousa «nos inícios de 1790 no Alto Douro não há pão» ¹⁵, é também sentida em Moncorvo e provoca condições para o aparecimento de doenças e da miséria que conduz a óbitos em muitas humildes famílias, de poucos recursos e em condições de habitabilidade indesejáveis.

O preço do trigo em Moncorvo em 1791 era de 200 réis o alqueire, mas passa para 300 no ano seguinte, para 400 réis em 1795 e, no ano de 1798 atinge 700 réis o alqueire ¹⁶.

Podemos concluir que a década de 90 do século XVIII foi um período de instabilidade social e económica no concelho de Moncorvo, tendo-se verificado várias crises gerais, algumas alargadas.

Na 1.^a metade do séc. XIX o ano de 1811 é marcado pela mais grave crise de mortalidade deste e até este período no concelho e verificada na vila, com um nível de mortalidade já anormal nos anos antecedentes.

As invasões francesas e as suas consequências mais variadas, como os incêndios, destruições, roubos, pilhagens, «os *bandos de salteadores infestavam a região*»¹⁷, são os principais responsáveis por esta sobremortalidade.

Na área da vila de Moncorvo e periferia, há mesmo recontros entre militares Portugueses/Ingleses com Franceses/Espanhóis, como o provam as listas de soldados que vêm nos livros paroquiais de óbitos de Moncorvo desde 1809 a 1812, bem como o hospital militar ali instalado nessa altura¹⁸.

Se em 1809 encontramos 19 registos de óbitos de soldados num total de 59 no ano, a que corresponde 34,7 %, em 1811 há 16 registos de soldados mortos, sendo o total de óbitos desses ano 86, representando apenas 18,6 % desse total. Em 1812 há 13 óbitos de militares registados, num total de óbitos do ano de 35, o que vai representar 37,1 %.

Por outro lado, em 1811 e na freguesia de Felgar, dos 36 óbitos ali verificados, 24 são menores, ou seja 66,7 %. Como o subregisto de menores era frequente, não podemos tirar conclusões a este respeito.

Depois desta crise de mortalidade elevada que em Braga aconteceu por motivos similares em 1809¹⁹, vamos encontrar em 1824 em Carviçais, freguesia com alguma sobremortalidade, 50 % de óbitos de menores nesse ano. Mas é em 1830/31 que surge outro período de crises de mortalidade geral crítica no concelho de Moncorvo.

Também aqui há uma ligação com a situação bélica vivida em Portugal, e que tem a ver com as lutas Liberais/Miguelistas. Os maus anos agrícolas, as destruições de culturas, as lutas dessa guerra civil que também acontecem na região transmontana e particularmente na de Moncorvo, são corresponsáveis com o aumento da mortalidade neste período, ali verificado.

O Verão e até fins do Outono (Dezembro) são o período com maior número de óbitos, estando concerteza perante um período de doenças infecciosas, febres, gastro intestinais, de carácter estivo-outonal, havendo muita semelhança entre o que sucedeu igualmente em Braga²⁰, e em Castelo Branco²¹.

Em 1848 verifica-se uma crise de mortalidade bastante generalizada no concelho de Moncorvo, pois das 17 freguesias, possuímos informação para 15 e, destas, 10 foram atingidas por uma crise de mortalidade. Estaremos perante as consequências de um surto de cólera e/ou varíola que afectavam vários países da Europa? Acreditamos que esta não é certamente a justificação exclusiva para o aumento de mortalidade em 1848, que será interessante, posteriormente, poder analisar em pormenor.

Mas, esta nossa questão tem algum fundamento, pois em Castelo Branco verificaram-se alguns casos de cólera²², no interior da vizinha Espanha²³ também e na zona da fronteira, bem como noutras regiões de Portugal, nesta altura.

Após a 1.^a invasão de cólera a partir de 1832 através da Barra do Douro no Porto, verifica-se uma 2.^a invasão daquela epidemia depois de 1847²⁴. Tendo o rio Douro que banha grande parte do concelho de Moncorvo de Este para Sudoeste, e que vem de Espanha, não é de todo impossível que servisse de meio de comunicação e transmissão da doença, espalhando-a por todos os concelhos banhados pelo rio, e, particularmente pelo Alto Douro. Bernardino Gomes diz que «*na sua propagação a cholera nunca deslisára das grandes estradas, dos rios navegáveis, das vias de comunicação marítima*»²⁵.

Na 2.^a metade do século XIX são os anos de 1851, 1855, 1859, 1864, 1869/70, 1874/75, 1883/84 e 1889 os atingidos por mais crises de mortalidade.

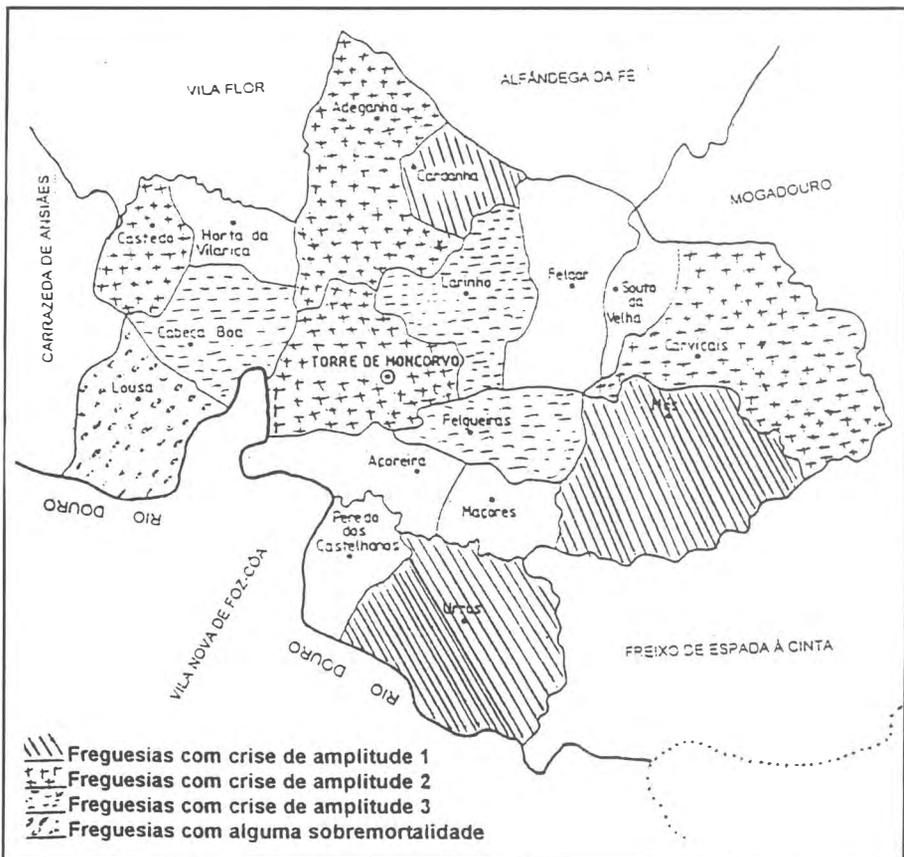
Não é nossa intenção fazer a análise aprofundada destas crises detectadas, pois exigir-nos-ia mais tempo que não tivemos quer para a preparação, quer para a sua análise e explanação. Mas, vamos dar a conhecer alguns dados interessantes.

Das 12 crises gerais referenciadas de 1851 a 1889, há uma prolongada por três anos (1868/1870), duas com dois anos, (1874/75 e 1883/84), sendo as restantes limitadas à duração de um ano.

1859 é o ano em que, das 13 freguesias com informação, 10 delas foram tocadas por crise de mortalidade, significando 76,9 % do conjunto (ver Quadro I). Em 1864, 1869 e 1889 mais de metade das freguesias com informação apresentam níveis elevados de mortalidade.

É pois a década de 50 aquela em que os níveis de mortalidade no concelho de Moncorvo atingem níveis altos, nesta 2.^a metade do século XIX, que culminam no ano de 1859 com três crises menores, quatro médias e três fortes (Mapa 1). O registo de menores é mais constante, e encontramos a maioria das freguesias com mais de 50 % dos óbitos a serem de menores.

MAPA 1 – CRISE GERAL DE MORTALIDADE DE 1859
Concelho de Torre de Moncorvo



Exemplo disso é a própria vila de Moncorvo, que teve em 1856 o ano mais crítico da mortalidade de menores dessa década, pois do total de 75 óbitos, 62 eram menores, ou seja, 85,3 %. Aliás essa tendência mantém-se por alguns anos e pela década de 60, pois em 1869, dos 84 óbitos totais verificados na vila, 45 são menores de 21 anos, o que representa 53,6 % do total desse ano.

Em 1859 a freguesia de Urros tem 41 óbitos, Carviçais com 51, Larinho 34 e Moncorvo 95 óbitos, dos quais uma boa parte são menores, que só um estudo mais aprofundado poderá proporcionar-nos outras conclusões.

No Livro de Matrícula de Expostos²⁶ estão registados os óbitos de menores ocorridos na «*Casa da Roda*» de Moncorvo. E concluímos que na década de 50 do século XIX há muitos óbitos, sendo o ano de 1855 com 71 e o ano de 1856 com 92 óbitos de expostos os anos em que se verificou mais mortalidade naquele nível etário. O número elevado destes dois anos tem uma explicação no facto de na Roda de Moncorvo existirem expostos de outros concelhos. Como é o caso de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães referenciados a partir do 3.º trimestre de 1855. No entanto, no 3.º trimestre de 1856 são transferidos para outra Roda extra concelho de Moncorvo, 91 expostos masculinos e 100 femininos.

Por sua vez, a década de 60 continua com elevado número, pois entre 1862 e 1870 há mais de 60 óbitos em cada ano, à excepção de 1866 em que ocorreram 55. Os anos seguintes não nos dão indicações precisas, pois estão incompletos, e a partir de 1874 não se registam entradas de expostos na «*Roda de Moncorvo*». Mas, ainda em 1873 o número é significativo, já que estão assinalados 115 óbitos de Expostos, sendo indicados 22 como pertencendo ao 2.º semestre do ano anterior e que não haviam sido registados.

Mesmo assim, estamos em condições de sintetizar que, em 1859 se registou mortalidade elevada no concelho de Moncorvo, com os menores a representarem uma boa parte dos mesmos, já que, até na Roda de Moncorvo os níveis de mortalidade do número de existências dessa instituição oscilavam entre os 34,1 % de óbitos verificados em 1861 e os 42,8 % atingidos em 1867. E, no ano de 1859 essa taxa foi mais alta e chegou aos 50,5 % de óbitos dos Expostos existentes nesse ano na dita Roda.

Porém, igual tendência de sobremortalidade de menores se verifica no período de 1868 a 1870 no concelho de Moncorvo, que em Urros atingiram 58 óbitos em 1868. No ano seguinte, Moncorvo registou 84 e a Lousa 87, ainda mais que a própria vila. É um período com 10 crises menores, 7 médias e 3 fortes, enquanto que em 1874/75 houve 5 crises menores, 3 médias e 1 forte. O que evidencia uma diminuição das crises de mortalidade no concelho de Moncorvo à medida que nos aproximamos do fim do século XIX.

Só voltamos a ter em 1883/84 crise geral, mas sem nenhuma forte, e em 1889 com 1 forte, 3 médias, 3 menores e igual número de indeterminadas. Igualmente neste ano, as freguesias com maior número de óbitos incluem muitos menores que tivemos oportunidade de constatar nos registos paroquiais. São elas: Felgueiras (33 óbitos), Carviçais (55), Cardanha (35), Adeganha (63), Moncorvo (77), Lousa (66), Castedo (67 óbitos).

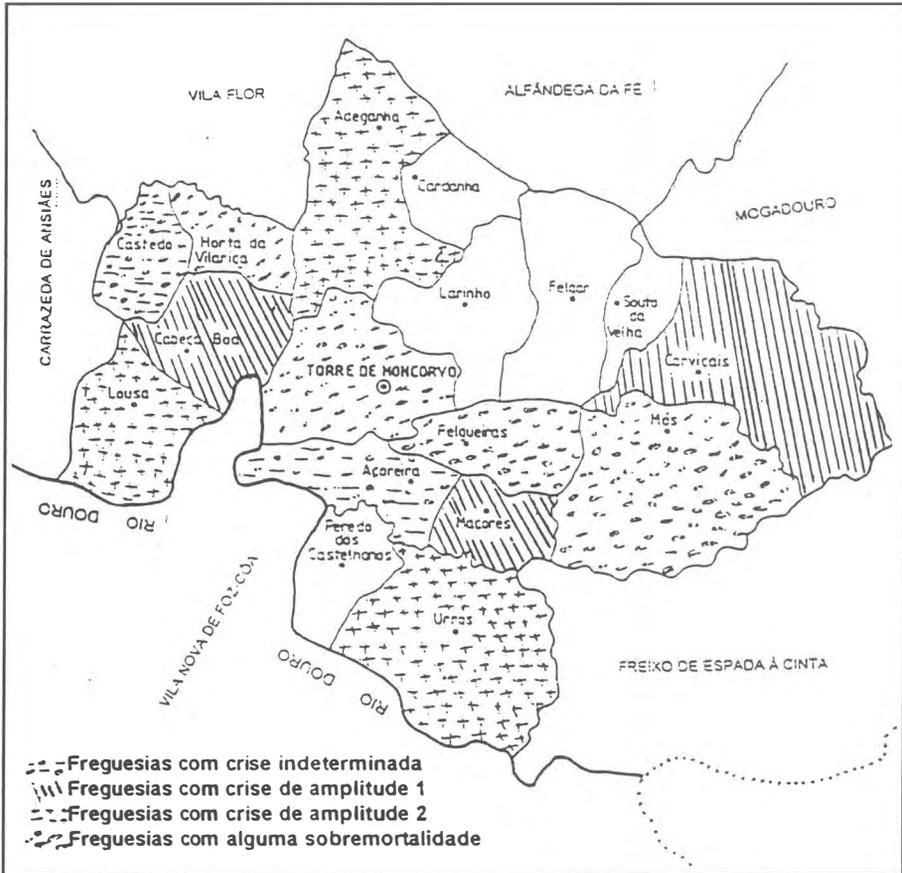
Estamos perante uma crise de mortalidade generalizada em grande parte do concelho de Moncorvo, e em freguesias contíguas, o que pressupõe ter havido um surto epidémico transmissível que se propagou rapidamente (Mapa 2).

Seria interessante e importante estudar os principais factores que levaram a estas crises de mortalidade na 2.ª metade do século XIX e divulgá-las pois poderíamos compará-las com outras regiões de Portugal e da Europa para as quais há já alguns estudos.

Ainda investigamos as listas de entradas e saídas de doentes do Hospital de Moncorvo²⁷, mas não encontramos ali referência aos motivos ou doenças que os levavam a procurar aquele estabelecimento de saúde. Contudo, outros elementos interessantes nos forneceram as ditas listas que vão de 1864 a 1904, embora na última década os registos estejam incompletos e são pouco fiáveis.

MAPA 2 – CRISE GERAL DE MORTALIDADE DE 1883/1884

Concelho de Torre de Moncorvo



Ali pudemos confirmar um movimento intenso no ano de 1883 (ano de crise de mortalidade), com 62 pessoas entradas, sendo 44 homens, 4 mulheres e 14 militares. O ano de 1881 foi o de maior número de pessoas ali entradas no período para o qual possuímos dados, com 16 mulheres, 48 homens e 16 militares.

A crise de mortalidade de 1869/70, deverá ter tido o seu início em 1868, já que no Hospital de Moncorvo se registaram 74 entradas, sendo 33 delas militares, 12 mulheres e 29 homens. Não seria alguma epidemia (cólera por exemplo) que primeiro atacasse os militares que poderiam ter sido veículos de transmissão, dada a mobilidade constante das suas funções?

Outras conclusões podemos extrair dessa listagem. A título de exemplo, o número de homens entrados no hospital entre 1864 e 1904 é claramente superior ao número de mulheres ali entradas (o quádruplo ou até atingindo as 10 vezes mais nalguns casos). E não se incluem os militares no número de homens, apenas os civis. Não encontramos um único ano em que tivessem entrado mais mulheres que homens.

Por sua vez, e se considerarmos as idades, retiramos as referentes aos anos de 1876, 1879, 1881. Deste último ano distinguimos as idades masculinas das femininas.

Por ordem decrescente, os níveis etários mais frequentes dos entrados no hospital naqueles 3 anos considerados foram: de 18 a 21 anos, depois de 22 a 29 anos, a seguir de 30 a 39, e de 40 a 49 anos. Ou seja, 78,9 % eram pessoas entre os 18 e os 49 anos, e só 21,1 % de outras idades, com 6,8 % de menores de 18 anos e 14,3 % de pessoas entre os 50 e 69 anos.

Em 1881 e na relação homens/mulheres, a inclinação é igual quer para os homens e quer para as mulheres com a faixa dos 18 aos 49 a ser a mais abrangente. Nos homens, é entre os 18 e 21 anos que se verificou maior número de entradas, que foram 16, precisamente correspondente a igual número do total de mulheres entradas nesse ano.

Podemos concluir que as crises de mortalidade do concelho de Moncorvo do século XVIII e XIX se podem agrupar nas seguintes fases:

Século XVIII

1 — *Primeira metade* – Algumas crises de mortalidade, onde predomina a duração de um ano.

2 — *Segunda metade* – O número de crises de mortalidade aumenta, bem como a sua duração em relação ao período anterior.

Século XIX

1 — *Primeira metade* – Continua a aumentar o número de crises de mortalidade e a respectiva duração, sendo a maioria de 2 ou mais anos.

2 — *Segunda metade* 3.º quartel – Mantém-se a tendência para a sobremortalidade com 9 crises gerais, embora a duração das mesmas tenha diminuído em relação ao período anterior, pois só há uma de dois anos e outra de três. As restantes são de um ano de duração.

4.º quartel – É o período da diminuição das crises gerais de mortalidade, pois até 1889 apenas há três anos de crise geral, e, a partir de 1890 ainda diminui mais a sobremortalidade no concelho de Torre de Moncorvo.

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE, NATALIDADE E NUPCIALIDADE

Apesar de a Taxa Bruta de Mortalidade ser um «*instrumento grosseiro que isola muito rudimentarmente os efeitos da estrutura*»²⁸, e por isso temos de ter em conta os seus resultados, pensamos poder usá-la como um indicador demográfico no que toca à mortalidade e sua implicação no crescimento da população do concelho de Moncorvo.

Calculámos as Taxas Brutas de Mortalidade, de Natalidade e de Nupcialidade referente aos elementos que recolhemos, organizando-os, para os anos de 1864, 1878, 1890 e 1900. A população de que nos servimos foi a constante nos dados estatís-

ticos referentes aos respectivos censos²⁹. Elaborámos depois os Quadros IV e V, e VI, VII, VIII, XII e XIII.

Em 1864 a TBM mais elevada foi de 84,9 ‰ na freguesia de Castedo, seguida de Adeganha com 51,1 ‰, e de Maçores com 42,3 ‰. As mais baixas foram Cabeça Boa

QUADRO IV – TAXA BRUTA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE MONCORVO EM 1864 E EM 1878

FREGUESIAS	ANOS					
	1864			1878		
	P. T.	Óbit.	T.B.M	P. T.	Óbit.	T.B.M
Açoreira	522	12	23	594	—	—
Adeganha	724	37	51,1	890	22	24,7
Cabeça Boa	701	8	11,4	742	—	—
Cardanha	489	14	28,6	534	12	22,5
Carviçais	1 219	29	23,8	1 474	29	19,7
Castedo	671	57	84,9	700	—	—
Felgar	1 114	35	31,4	1 150	31	27
Felgueiras	626	14	22,4	705	—	—
Horta da Vilarça	492	11	22,4	579	18	31,1
Larinho	655	9	13,7	714	—	—
Lousa	1 000	32	32	1 165	39	33,5
Maçores	496	21	42,3	533	9	16,9
Mós	567	19	33,5	565	22	38,9
Peredo dos Castelhanos	401	13	32,4	418	8	19,1
Souto da Velha	312	11	35,3	345	11	31,9
Torre de Moncorvo	1 929	68	35,3	1 982	39	19,7
Urros	1 094	35	32	1 222	29	23,7

P.T. = População Total.

Óbit. = Óbitos.

T.B.M. = Taxa Bruta de Mortalidade.

QUADRO V – TAXA DE NATALIDADE EM ALGUMAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO EM 1846 E EM 1878

FREGUESIAS	ANOS					
	1864			1878		
	P. T.	Nasc.	T. N.	P. T.	Nasc.	T. N.
Cabeça Boa	701	15	21,4	742	19	25,6
Cardanha	489	17	34,8	534	19	35,6
Carviçais	1 219	44	36,1	1 474	52	35,3
Castedo	671	30	44,7	700	19	27,1
Felgar	1 114	37	31,4	1 150	44	38,3
Horta da Vilarça	492	14	28,5	579	23	39,7
Lousa	1 000	47	47	1 165	57	40,3
Torre de Moncorvo	1 929	103	53,4	1 982	84	42,4
Urros	1 094	24	21,9	1 222	41	33,6

P.T. = População Total.

Nasc. = Número de nascimentos.

T. N. = Taxa de Natalidade.

com 11, 4 e Larinho com 13,7 ‰. Das restantes há 3 que têm à volta de 23 ‰ e as outras andam na ordem dos 30 ‰, ou seja dentro dos valores normais (ver Quadro IV).

Em 1878 verificou-se uma descida da TBM em relação a 1864, com a freguesia de Mós a ter 38,9 ‰ e Lousa com 33,5 ‰, mas as restantes praticamente não ultrapassaram os 30 ‰, tendo muitas delas até abaixo dos 20 ‰ (ver Quadro IV).

Para 1890 e 1900 temos apenas a amostra das 4 freguesias. Fizemos a análise destas no conjunto dos 4 censos (Quadros VI, VII e VIII).

QUADRO VI – TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (‰)
DE 4 FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO

FREGUESIAS	ANOS			
	1864	1878	1890	1900
Cardanha	28,6	22,5	21,7	12,5
Lousa	32	33,5	27,3	57
Felgar	31,4	27	68,6	34,6
Moncorvo	35,3	19,7	33,3	25,1

QUADRO VII – RESUMO DA TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (‰)
PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO

FREGUESIAS	ANOS					
	1864			1878		
	1	2	T.B.M.	1	2	T.B.M.
Vila	1 929	68	35,3	1 982	39	19,7
Termo	11 083	357	32,2	12 330	230	18,7 *
Vila + Termo	13 012	425	32,7	14 312	269	18,8 *

1 = População total.

2 = Total óbitos.

T.B.M. = Taxa Bruta de Mortalidade (‰).

* Falta o número de óbitos de 4 freguesias de pequena dimensão.

QUADRO VIII – RESUMO DA TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (‰)
PARA 4 FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO

FREGUESIAS	ANOS					
	1890			1900		
	1	2	T.B.M.	1	2	T.B.M.
Vila	2 190	73	33,3	2 548	64	25,1
3 Freguesias	2 965	124	41,8	3 179	126	39,6
Vila + 3 Freguesias	5 155	197	38,2	5 727	190	33,2

De 1864 para 1878, a freguesia de Moncorvo tem a maior descida de 35,3 para 19,7 ‰. Felgar e a Cardanha descem menos, e a Lousa tem uma subida pequena de 1,5 ‰.

De 1878 para 1890 todas sobem a T.B.M., menos a Cardanha que desce. A maior subida foi Felgar de 27 para 68,8 ‰. E de 1890 para 1900 todas descem, excepto a freguesia de Lousa que tem uma subida de 27,3 para 57 ‰ (ver Quadro VI).

Os valores da T.B.M. vêm-nos confirmar a tendência da descida dos níveis de mortalidade no final do século XIX no concelho de Moncorvo. Tal como através dos Quadros VII e VIII, onde se verifica a T.B.M. na vila de Moncorvo é mais elevada do que no termo e no concelho em 1864 e 1878. Porém, passa a ser mais baixa em 1890 e 1900. É nestes dois anos que as freguesias rurais com informação, apresentam maior T.B.M. que a vila, levando-nos a deduzir que as medidas de combate às doenças epidémicas, nomeadamente a vacinação, a melhoria das condições de vida, a qualidade da água, começam a sentir-se primeiro na vila e só mais tarde vão chegar às freguesias rurais.

Quanto à Taxa de Natalidade (ver Quadro V) apresenta valores médios, com alguns pontos mais altos em Cardanha, Carviçais, Castedo; Lousa e Moncorvo em 1864, para no censo de 1878 se manter alta em quase todas as freguesias para as quais temos informação.

Relativamente às 4 freguesias da amostra que considerámos, a taxa de natalidade mantém-se alta em todas elas e até 1900, com tendência para aumentar, com a freguesia de Felgar a atingir maior valor em 1900 (58,2 ‰), e a vila de Moncorvo a menor (29 ‰) (Quadro IX). O que nos leva a concluir que a tendência da natalidade é a subida com o aproximar do século XX.

QUADRO IX – TAXA DE NATALIDADE PARA 4 FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO

FREGUESIAS	ANOS			
	1864	1878	1890	1900
Cardanha	34,8	35,6	46,8	42,1
Felgar	31,4	38,3	37,4	58,2
Lousa	47	40,3	—	—
Moncorvo	53,4	42,4	—	29

Quanto à Taxa de crescimento natural (Quadro X), verifica-se que é baixa em 3 das 8 freguesias com informação em 1864, negativa em Urros e Castedo e média nas outras três. Em 1878 das 6 freguesias com informação só Horta da Vilarça tem um crescimento baixo, pois as restantes são médias.

Para as 4 freguesias que temos vindo a considerar como amostra (Quadro XI), a taxa de crescimento natural apresenta grande variação, que não nos permite tirar qualquer conclusão, pois se Cardanha tem um crescimento natural baixo em 1864, vai aumentando até que a partir de 1890 é já elevado. O crescimento na Lousa está na média, enquanto que o de Felgar cresce de baixo para médio em 1878 para ser negativo em 1890 e continuar ainda levemente negativo em 1900. A vila de Moncorvo tem um crescimento médio que passa a elevado em 1878, mas recua para 3,9 ‰ em 1900 (valor baixo).

QUADRO X – TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL EM ALGUMAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO EM 1864 E EM 1878

FREGUESIAS	ANOS					
	1864			1878		
	P. T.	N. – M.	T. C. N.	P. T.	N. – M.	T. C. N.
Cabeça Boa	701	7	10	742	—	—
Cardanha	489	3	6,1	534	7	13,1
Carviçais	1 219	15	12,3	1 474	23	15,6
Castedo	671	- 27	- 25,3	700	—	—
Felgar	1 114	2	1,8	1 150	13	11,3
Horta da Vilarica	492	3	6,1	579	5	8,6
Lousa	1 000	15	15	1 165	18	15,5
Torre de Moncorvo	1 929	35	18,1	1 982	45	22,7
Urros	1 094	- 11	- 10,1	1 222	12	9,8

P. T. = População Total.

N. – M. = Nascimentos menos Óbitos.

T. C. N. = Taxa de Crescimento Natural.

QUADRO XI – TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL (‰) EM 4 FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO

Nascimentos – Óbitos/População Total × 1 000

FREGUESIAS	ANOS			
	1864	1878	1890	1900
Cardanha	6,1	13,1	25,1	29,6
Felgar	1,8	11,3	- 31,3	- 1,7
Lousa	15	15,5	—	—
Moncorvo	18,1	22,7	—	3,9

A taxa de Nupcialidade apresenta uma variação entre 2 e 10,4 ‰ em 1864, e de 2,5 a 15,5 ‰ em 1878. Houve uma diminuição geral de casamentos de um censo para outro, apenas tendo aumentado em Horta da Vilarica, Lousa e Mós, num conjunto de 9 freguesias, o que representa 33,3 % contra os 66,7 % de freguesias em que aumentou (Quadro XII).

Por sua vez, e na amostra das 4 freguesias, de 1890 a 1900 há uma forte diminuição em Lousa e uma subida em Moncorvo e Felgar, sendo nesta freguesia mais elevada (Quadro XIII).

Pensamos que há uma relação entre a diminuição do número de casamentos na freguesia de Lousa em 1900 e a crise de mortalidade que ali se verificou nesse ano, que, como vimos, foi forte, e representa a excepção no conjunto.

QUADRO XII – TAXA DE NUPCIALIDADE (‰) EM ALGUMAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO

FREGUESIAS	ANOS					
	1864			1878		
	Pop.	Cas.	T. N.	Pop.	Cas.	T. N.
Cabeça Boa	701	3	4,3	742	3	4,1
Carviçais	1 219	7	5,7	1 474	5	3,4
Castedo	671	4	6	700	4	5,7
Felgar	1 114	10	9	1 150	6	5,2
Horta da Vilariaça	482	1	2	579	9	15,5
Lousa	1 000	2	2	1 165	11	9,4
Mós	567	3	5,3	533	7	13,1
Torre de Moncorvo	1 929	20	10,4	1 982	5	2,5
Urros	1 094	10	9,1	1 222	5	4,1

QUADRO XIII – TAXA DE NUPCIALIDADE (‰) EM QUATRO FREGUESIAS DO CONCELHO DE MONCORVO

FREGUESIAS	ANOS					
	1890			1900		
	Pop.	Cas.	T. N.	Pop.	Cas.	T. N.
Cardanha	598	3	8,4	642	5	7,8
Felgar	1 123	3	2,7	1 185	17	14,3
Lousa	1 244	28	22,5	1 352	8	5,9
Torre de Moncorvo	2 190	10	4,6	2 548	18	7,1

Pop. = População dessas freguesias nesses anos.

Cas. = Casamentos verificados nessas freguesias nesses anos.

T. N. = Taxas de Natalidades em ‰.

CONCLUSÕES

Do que acabamos de apresentar, retiramos algumas sínteses que enumeramos da seguinte forma:

1 – O Concelho de Torre de Moncorvo não escapou às crises de mortalidade verificadas nos séculos XVIII e XIX noutras partes do território nacional, havendo muitas semelhanças com Braga, Porto, Lisboa ou o Interior de Espanha.

2 – Encontramos pequenas variações e particularidades específicas daquela Vila e concelho, como é o exemplo da crise de mortalidade de 1809 em Braga, e que, em Torre de Moncorvo atinge maior amplitude só em 1811, embora começando anteriormente. E, se em Braga foram responsabilizados combates das invasões francesas como factor preponderante no aumento da mortalidade nesse ano, Torre de Moncorvo tem nos combates das invasões francesas um factor importante, mas não preponderante, dado que o número de militares mortos não ultrapassa, em 1811, os 18,6 % do total de óbitos desse ano.

3 – A 1.^a metade do século XVIII é a que apresenta menor número de crises de mortalidade. Mas estas aumentam na segunda metade do mesmo século, quer em número, quer em duração. Nesta 2.^a metade destaca-se a década de 90 com sobremortalidade elevada e prolongada, onde a carestia de vida, preços do trigo elevados, escassez de produtos, são factores que ajudam a explicar essas crises. São crises de mortalidade relacionadas com crises de subsistência e cuja principal causa se centrava na falta de produtos agrícolas, nas condições de instabilidade climática e na alta desses produtos, como é o caso dos cereais.

4 – Na 1.^a metade do século XIX continua essa característica do aumento de crises de mortalidade que já se verificava no fim do século XVIII. As crises de 1811, 1830/31 e 1848 têm todas relação com factores de ordem militar com as respectivas implicações na sociedade civil. No 1.^o caso são as invasões francesas, no 2.^o a guerra civil entre liberais e absolutistas e no 3.^o os rescaldos dessas lutas partidárias sob a forma de guerrilhas e bandos organizados, que também actuaram na região de Moncorvo, destruindo, devastando, perseguindo e matando, como é o caso da quadrilha dos Marçais de Vila Nova de Fozcôa. Porém, não devemos esquecer os efeitos da cólera e da variola que se faziam sentir neste tempo.

5 – Na 2.^a metade do século XIX há a distinguir dois períodos: o 3.^o quartel e o 4.^o deste século. No 3.^o ainda alguma tendência para a sobremortalidade, mas no 4.^o já se verifica uma diminuição de crises gerais.

Nesta 2.^a metade do século XIX é a década de 50 que culmina em 1859, a que apresenta mais elevados níveis de mortalidade, também verificados nos óbitos da «*Casa da Roda dos Expostos*» da vila.

Em 1883/84 constatou-se uma crise generalizada à maioria das freguesias e com bastante contiguidade. Epidemias como a variola e a cólera serão ainda e em parte responsáveis por essas crises de mortalidade, que só com um estudo mais profundo poderemos melhor caracterizar.

6 – A tendência é a diminuição das crises de mortalidade no concelho de Moncorvo à medida que nos aproximamos do fim do século XIX, verificando-se uma semelhança com o que sucedeu, por exemplo, no Porto e nesse período.

7 – Também a Taxa Bruta de Mortalidade nos confirma essa característica, com a vila a ter uma taxa mais elevada que o termo em 1864 e 1878, mas invertendo-se a situação nos censos de 1890 e 1900.

8 – A Taxa de Natalidade apresenta uma tendência a aumentar com o fim do século XIX, considerando os dados de uma amostra de 4 freguesias do concelho.

9 – A Taxa de crescimento natural tem variações consideráveis em relação às freguesias e ao concelho, verificando-se, por exemplo, em 1900 na freguesia de Cardanha uma taxa de 29,6 ‰, enquanto que na vila de Moncorvo é de 3,9 ‰, e na freguesia de Felgar é mesmo negativa -1,7 ‰.

10 – Na Taxa de Nupcialidade as variações são igualmente consideráveis ao longo do século XIX, com um decréscimo do número de casamentos do censo de 1864 para o de 1878, e com tendência a subir na última década desse século.

11 – Quanto à evolução da população no concelho de Torre de Moncorvo, diremos que passou por etapas distintas, havendo uma evidente relação com a mortalidade e com as outras variantes demográficas.

De 1732 ³⁰ para 1757 ³¹ há uma subida de 6,35 %. De 1757 a 1796 ³² e com o aproximar do fim do século XVIII regista-se apenas um aumento de 0,73 % do número de fogos do concelho, o que é muito pouco significativo, apesar de, entre 1796 e 1798 com o censo de Pina Manique ³³ se ter verificado um aumento mais significativo, e na ordem de 3,04 %. O que nos leva a concluir que a população do concelho de Moncorvo teve um crescimento lento e pouco significativo ao longo do século XVIII.

Nas primeiras décadas do século XIX o aumento populacional é de cerca de 5,8 %. E até ao primeiro censo geral da População Portuguesa em 1864 a subida é de 8,8 %.

De 1864 para 1878 há cerca de 10 % de subida, enquanto que de 1878 para 1890 é apenas de 0,8 %. Do censo de 1890 para o de 1900 o crescimento da população do concelho de Moncorvo é de 15,8 %, o que mostra um aumento já com mais significado só no fim do século XIX, que está relacionado não só com a diminuição da mortalidade que analisámos, mas também com o aumento da natalidade embora com as variações que teve. A esta tendência estão associadas várias medidas de melhoria das condições de vida das populações como a quantidade e qualidade da água, atitudes de assistência na saúde ao nível de vacinação que já se começaram a fazer sentir mais na freguesia de Moncorvo, a sede de concelho.

NOTAS

¹ David, Henrique M. Pebre Rodrigues – *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)* – Porto, 1992, Vol. I, p. 7.

² A área do concelho variou de extensão, conforme as transformações administrativas que sofreu, sendo os dados existentes já na segunda metade do século XX como tendo uma área de 478,44 Km², mas em contacto com os serviços técnicos da Câmara Municipal foi afirmado que a área actual é de 532,7 Km²

³ Lima, Baptista de – *Terras Portuguesas. Arquivo Histórico Cronológico ou Corografia Portuguesa* – Tip. Camões ed. – Póvoa de Varzim, 1932, pp. 191 a 198.

⁴ Lima, D. Luiz Caetano de – *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa...* – Lisboa Ocidental ed., 1736.

⁵ Decreto n.º de 31 de Dezembro de 1853 – in *Diário do Governo de 1854*.

⁶ Amorim, Norberta – *Método de Exploração dos Registos Paroquiais* – Lisboa, 1980, p. 24.

⁷ Dupâquier, Jacques – *L'analyse statistique des crises de mortalité* – in *The Great mortalities: methodological, studies of démographiques crises in the Pas* – ed. by Hubert Charbonneau et André Larose – Liège, Ordina Editions, 1979, pp. 83-112.

⁸ Moreda, Vicente Perez – *Las crisis de mortalidad en la España Interior – Siglos XVI-XIX, siglo veintiuno de España s.a.* – Madrid, 1980, p. 108.

- ⁹ Maia, José João Maduro – *Flutuações e Declínio da Mortalidade na cidade do Porto (1870-1902)* – Porto, 1993, p. 127.
- ¹⁰ Moreda, Perez – *Las Crisis de mortalidad en la España Interior* – siglos XVI-XIX, Madrid, 1980, p. 330.
- ¹¹ *Idem*, p. 329.
- ¹² Alves, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* – Reedição do Museu Abade de Baçal – Bragança, 1982, Tomo I, p. 123.
- ¹³ Correia, Fernando da Silva – *Portugal Sanitário - Subsídios para o seu estudo* – Tese de doutoramento em Medicina na Universidade de Coimbra, 1937, p. 465.
- ¹⁴ Moreda, Vicente Perez – *Las crisis de mortalidad en la España Interior* – Siglos XVI-XIX – Siglo veintiuno editores s. a., 1980, pp. 336-337.
- ¹⁵ Sousa, Fernando de – *A População Portuguesa nos inícios do século XIX* – I Vol., Porto, 1979, p. 55.
- ¹⁶ *Livro dos Acórdãos de 1790/91* – Pasta 107/110 – Arquivo Municipal de Moncorvo.
- ¹⁷ Alves, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* – pp. 150/151.
- ¹⁸ *Livro de óbitos de Moncorvo* – Liv. 24, Maço 05, 1783-1814, PEBGÇ.
- ¹⁹ David, Henrique M. P. Rodrigues – *As Crises de Mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)* – Porto 1992, pp. 215 a 217.
- ²⁰ David, Henrique – *ob. cit.*, p. 220.
- ²¹ Pinto, Maria Luis Rocha – *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos séculos XVII e XIX na região de Castelo Branco* – Lisboa, 1993, p. 376.
- ²² *Idem*, *ob. cit.*, pp. 377/378.
- ²³ Moreda – *Las crisis de mortalidad en La España Interior* – *ob. cit.*, pp. 395-396.
- ²⁴ Chagas, Manuel Pinheiro – *História de Portugal Popular Ilustrada* – 3.ª ed., Lisboa, 1899, Vol. XII, p. 88.
- ²⁵ Gomes, Bernardino A. – *Relatório à Conferência Sanitária* – 1866, p. 18.
- ²⁶ *Livro de Matrícula de Expostos* – números 451 a 460 – Arquivo Municipal de Moncorvo.
- ²⁷ *Livro de movimento de entradas e saídas de doentes no Hospital* – Pasta 478/479, 1864-1904, Arq. Mun. de Moncorvo.
- ²⁸ Nazareth, José Manuel – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa* – Lisboa, Ed. Presença, 1988, p. 239.
- ²⁹ Censos da População Portuguesa: Albuquerque, João da Costa Brandão – *Censo de 1864* – Lisboa 1866; *Censo de 1878* do mesmo autor; *Censo de 1890* – Vol. I, Lisboa 1896, Imp. Nac. Direcção de Estatística; e *Censo de 1900* – DGEst. Lisboa, 1906.
- ³⁰ Lima, Luis Caetano de – *Corografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa* – Lisboa, 1734 e 1736, 2 Vol.
- ³¹ Leal, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno* – 12 Vol., Lisboa, 1873 a 1886.
- ³² Castro, Columbano Ribeiro de – *Manuscrito de 1796* – in Amado Mendes, José M. – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII...* – Textos de História 2, Coimbra 1981.
- ³³ *A População de Portugal em 1798 - O censo de Pina Manique* – Fontes Documentais Portuguesas – Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1970.

F O N T E S

UMA DESCRIÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES POR JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ

Fernando de Sousa

ABSTRACT

In this work we present a manuscript dated from the late 18th century, which is an extremely important document for the understanding of the Trás-os-Montes region (Portugal). This work will precede a more in-depth research work about the same administrative region, based on the manuscript sources left by José António de Sá, and to be published in the near future.

1 – INTRODUÇÃO

Todos os trabalhos de investigação têm uma história. Uma vez respondem a preocupações de natureza académica. Outras vezes são «encomendados», isto é, o investigador é convidado por alguma entidade a efectuar uma obra sobre determinado tema. Por vezes, ainda, surgem da própria vontade do estudioso, motivados por razões da mais diversa natureza.

Este trabalho que agora publicamos tem, assim, como não podia deixar de ser, a sua história. Uma história antiga, que remonta a 1971, quando, terminado o curso de História, iniciamos a nossa tese de licenciatura (então obrigatória para se obter o grau de licenciado e poder exercer as funções de assistente universitário), subordinada ao tema de *Trás-os-Montes. Subsídios para a sua história em fins do século XVIII, princípios do século XIX*, a qual foi apresentada à Faculdade de Letras do Porto¹.

Durante os dois anos que demorou a elaboração da referida tese, desde cedo nos apercebemos da excepcional importância da obra de José António de Sá enquanto fonte privilegiada da história económica e social de Trás-os-Montes na segunda metade do século XVIII.

Para a tese, consultamos então, como referimos nas fontes e bibliografia que apresentamos no segundo volume daquela, os seguintes trabalhos, manuscritos e impressos, de José António de Sá:

- *Memoria académica sobre o modo de honrar os lavradores, e evitar a sua estupidez e ignorancia, com applicação a provincia de Traz os Montes;*
- *Memoria sobre a necessidade de cultivar os baldios em Traz os Montes;*
- *Memoria sobre alguns obstaculos da agricultura que convirá remover;*

- *Memoria dos abuzos praticados na comarca de Moncorvo e provimentos do corregedor Joze Antonio de Sá*;
- *Compendio de observaçoens que fôrão o plano da viagem politica, e filosofica, que se deve fazer dentro da Patria*, Lisboa, 1783;
- *Dissertações philosophico-politicas sobre o trato das sedas na comarca de Moncorvo*, Lisboa, 1787;
- *Descrição economica da Torre de Moncorvo*, in *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias*, T. III, Lisboa, 1791.

As três primeiras memórias integram o fundo de manuscritos da Academia das Ciências, a quarta memória faz parte do fundo de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto e os últimos títulos, como se sabe, dizem respeito a trabalhos publicados, da autoria de José António de Sá.

Durante a preparação da dissertação de licenciatura, tivemos conhecimento, ainda, de um outro códice manuscrito deste autor, intitulado *Memoria academica em que se dá a descrição da provincia de Tras os Montes*, com 34 capitulos, de que apenas se conheciam algumas passagens transcritas por Antonio Xavier Pereira Coutinho, nos *Annaes agricolas do districto de Bragança*, e por Francisco Manuel Alves, nas *Memorias arqueologico-historicas do distrito de Bragança*. Foi consultada por ambos os autores em Bragança, uma vez que este manuscrito se encontrava na posse do doutor Joaquim Guilherme Cardoso de Sá, neto de José António de Sá, residente naquela cidade. Diligências nossas feitas junto da família, quer em Bragança, quer no Porto, com o objectivo de localizar este trabalho, resultaram, contudo, infrutíferas².

Defendida a tese de licenciatura e convidado como assistente para a Faculdade de Letras do Porto, logo publiquei, em 1974, com uma introdução, a *Memoria dos abuzos praticados na comarca de Moncorvo*³, da qual, aliás, vim, a encontrar, uma cópia manuscrita no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Mais tarde, neste último arquivo, tive oportunidade de levantar outros códices e papéis manuscritos de José António de Sá, nomeadamente o *Plano da Correição. Mappas*, da comarca de Moncorvo; a *Sinopsis das oppressoens, e vexames, que a má administração da justiça, tinha cauzado aos lavradores da comarca de Moncorvo*; a *Demarcação da comarca de Moncorvo com hum mappa thopografico que a demonstra*; o *Regimento dos corregedores do Reino*; a *Dissertação sobre a origem das sociedades civis para servir de preliminar ao tractado dos corregedores das commarcas*; e outros manuscritos de menor importância.

Temos, desde há largos anos, levantada, transcrita e pronta para publicação, toda esta vasta produção de José Antonio de Sá. Mas entendemos que só fazia sentido publicar todos os trabalhos deste magistrado, impressos e manuscritos, desde que acompanhados de uma segura biografia e de uma introdução que situasse, no tempo, o homem e a obra.

Por outro lado, nunca esquecemos a *Memoria Academica* de Trás-os-Montes, que continuamos a tentar localizar. E a nossa perseverança acabou por dar os seus frutos. Com efeito, em Julho de 1990, sob o patrocínio do extinto INIC, tive oportunidade de efectuar uma visita de estudo a Londres, e de trabalhar no *Public Record Office* e na *British Library*. E nesta, inesperadamente, acabei por encontrar um exemplar da célebre memória de José António de Sá, que conhecia já, indirectamente, desde 1971.

Em 1989, José Luís Cardoso, no excelente trabalho que desenvolveu sobre o pensamento económico em Portugal, nos finais do século XVIII⁴, mas que eu só conheci mais tarde, dava conta da referida memória de Trás-os-Montes, referência que inserira, já, em nota às páginas das memórias da Academia das Ciências, que publicou com uma introdução⁵ e onde transcreveu as três memórias manuscritas de José António de Sá aí existentes, a que já fizemos referência.

Fiquei, assim, indeciso, entre publicar o referido estudo de José António de Sá, ou aguardar por trabalho mais vasto, nos moldes já referidos. Mas, nova referência à memória descritiva de Trás-os-Montes, por José Rodrigues Monteiro, em comunicação que apresentou sobre José António de Sá, ao Congresso histórico comemorativo dos 450 anos da diocese de Bragança-Miranda⁶, levaram-nos a optar pela sua publicação – para não acontecer o que nos aconteceu há anos, com a descrição de Trás-os-Montes, de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, que acabou por ser publicada pelo meu amigo e colega, professor doutor José Maria Amado Mendes, quando eu a tinha já em tipografia, graças ao patrocínio financeiro do Governo Civil de Vila Real, então dirigido pelo saudoso doutor Camilo Botelho⁷.

Decidimos, assim, publicar os trabalhos manuscritos de José António de Sá que directamente dizem respeito a Trás-os-Montes e chamar a atenção para a sua importância enquanto fontes imprescindíveis para o conhecimento da mentalidade dos trasmontanos e da sociedade e economia daquela região, isto é, por ordem cronológica:

- *Memoria academica em que se dá a descripção da provincia de Tras os Montes, e se propoem os methodos para a sua reforma* (1780-1781);
- *Dissertação sobre a origem das sociedades civis para servir de preliminar ao tractado dos corregedores das comarcas* (1792).;
- *Regimento dos corregedores das comarcas do Reino* (1793).
- *Demarcação da comarca de Moncorvo com hum mappa thopografico que a demonstra* (1793).

Nesse estudo iremos ainda ter em conta os *Planos da correição. Mappas*, da comarca de Moncorvo (1792), já utilizados por nós ao tratarmos da indústria de Trás-os-Montes⁸, os livros manuscritos dos *Provimientos da correição*, do Arquivo Municipal de Moncorvo, e os outros trabalhos, já publicados, de José Antonio de Sá, que dizem respeito a Trás-os-Montes:

- *Descripção economica da Torre de Moncorvo* (1786);
- *Memoria academica sobre o modo de honrar os lavradores e evitar a sua estupidez e ignorancia, com applicação a provincia de Traz os Montes* (1787);
- *Dissertações philosophico-políticas sobre o tracto das sedas na comarca de Moncorvo* (1787);
- *Memoria sobre a necessidade de cultivar os baldios em Traz os Montes* (1790);
- *Memoria dos abuzos praticados na comarca de Moncorvo e provimimentos do corregedor Jozé António de Sá* (1790).

Não utilizaremos o *Compendio de observações* (1783), uma vez que a Adição, relativa a Trás-os-Montes, é cópia, como iremos explicar, de partes da *Memoria academica*.

Mas, para já, aí fica a publicação da *Memoria Academica* de Trás-os-Montes, comprometendo-me eu, em 1999, a publicar o trabalho que referimos.

Assim, após uma curta e truncada biografia de José António de Sá, uma vez que só diz respeito à sua vida até abandonar as funções de corregedor da comarca de Moncorvo, apresentemos, sumariamente, esta celebre descrição de Trás-os-Montes, efectuada por um magistrado que conheceu, como ninguém, a sua terra natal.

2 – ALGUNS ASPECTOS DA VIDA DE JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ

Pouco se conhece quanto à vida de José António de Sá. Não é este o momento para traçarmos a biografia completa deste magistrado, que tencionamos apresentar quando efectuarmos a publicação da obra que já anunciamos.

Por agora, daremos apenas a conhecer alguns dados biográficos que dizem respeito a José Antonio de Sá até ao momento em que abandonou as funções de corregedor da comarca de Moncorvo, uma vez que, daí em diante, passou a viver fora de Trás-os-Montes.

José Antonio de Sá nasceu na cidade de Bragança, freguesia de Santa Maria, a 20 de Março de 1756, tendo sido baptizado, na mesma freguesia, a 29 do mesmo mês e ano⁹. Era filho legítimo de Luís Francisco de Sá e Catarina Rosa de Castro, naturais da mesma cidade; neto paterno de Francisco de Sá e Ana da Paz, do lugar de Rebordelo, termo de Vinhais; e neto materno de Manuel de Paços Furtado e Isabel de Castro, ambos, da referida cidade de Bragança. O pai vivia das sua fazendas e negócio, «com conhecida nobreza», sem que alguma vez tivesse exercido qualquer ofício mecânico¹⁰.

Aluno da Universidade de Coimbra, teve a oportunidade de beneficiar da reforma de 1772, e muito provavelmente, do magistério de Domingos Vandelli e de outros professores italianos, que lhe terão despertado o gosto pela observação e pela experimentação, nomeadamente, no domínio da história natural. Bacharel em 1782, opositor às cadeiras de leis da Universidade de Coimbra, exerceu, em Trás-os-Montes, as funções de juiz de fora da Torre de Moncorvo, entre 1784 e 1788, com tal zelo e diligência que, em Junho deste último ano, foi nomeado corregedor da comarca do mesmo nome.

Os seus planos e provimentos de correição foram aprovados pelo Governo, por aviso de 1 de Setembro de 1790, tendo Sá recebido, ainda, hábito e tença.

Não sabemos ao certo quanto tempo exerceu, efectivamente, este cargo. As publicações oficiais dão-no como tendo sido corregedor da comarca de Moncorvo até 1796, ano em que foi nomeado outro corregedor para aquele posto. Contudo, o seu mandato registou várias interrupções. As correições de 1792-1793 foram unidas, visto José Antonio de Sá ter estado impedido, naquele ano, na corte. Nos livros de registo das correições de Moncorvo não há quaisquer referências aos provimentos da correição de 1794. Em 1795, serve de corregedor o juiz de fora de Moncorvo, António José de Moraes Pimentel. Finalmente, em 1796, encontra-se já a exercer aquela magistratura, o doutor José Pedro Soares dos Reis Vasconcelos, do Desembargo do Paço¹¹.

O que é que se terá passado? Por avisos de 15 de Julho e 29 de Agosto de 1794, Sá foi encarregado de elaborar o plano geral e regulamentos do Reino, tarefa a que se dedicou ao longo de «10 anos de efectivo trabalho».

Por outro lado, este magistrado, ao corrigir e extirpar os múltiplos abusos praticados pelas câmaras, juizes, escrivães e ministros da sua comarca, entrou em dura batalha com o provedor de Moncorvo, Manuel António Pinto de Escobar, que, contra ele desencadeou uma violenta campanha, subvertendo povos, rebelando justiças e anulando,

ainda que sem competência para tal, decisões e provimentos de Sá. Ora, Manuel de Escobar abandona a provedoria de Moncorvo em 1794.

Justiça salomónica, com o afastamento dos dois magistrados em litígio, mesmo se José Antonio de Sá continuou a merecer a inteira confiança do Governo? Seja como for, de 1794 em diante, este não mais exerceu funções de corregedor, quer em Moncorvo, quer em qualquer outra comarca do Reino, passando, daí em diante, a ocupar lugares que, pela sua natureza e exercício, o irão fixar em Lisboa, até à morte, que ocorreu em 1819.

3 – A MEMORIA ACADEMICA EM QUE SE DÁ A DESCRIÇÃO DA PROVINCIA DE TRAS OS MONTES (1780-1781)

Esta descrição de Trás-os-Montes foi elaborada por José Antonio de Sá em 1780-1781.

Com efeito, esta *memória* é anterior a 1783, ano em que foi publicado o *Compendio de observaçoens*. Neste, José António de Sá dá conta de uma «descrição, que fiz da provincia de Trás-os-Montes em uma memoria» e informa que para as averiguações efectuadas na provincia, valeu-se de «algumas pessoas instruídas» como Luís Caetano de Campos – que refere, também na *memoria academica* e que lhe ministrou «doutas observaçoens» sobre o concelho de Chaves –, do alcaide-mór de Bragança, e de Diogo Wite, capitão de cavalos, «pessoas dotadas de instrução e genio verdadeiramente patriótico».

O autor informa, ainda, que, sobre a provincia de Trás-os-Montes, tem feito algumas observações a respeito do seu génio, costumes, indústria, riqueza, agricultura, comércio, etc., existindo tudo «em uma colecção informe; porque prende ainda de várias indagações para a sua última perfeição».

Terá chegado a aperfeiçoar o seu trabalho? Em 1787, já juiz de fora de Moncorvo, dirigindo-se à Academia das Ciências, José António de Sá refere que teve a honra de apresentar, nas sessões do ano anterior, o estado em que se encontrava a provincia trasmontana, expondo tudo quanto tinha podido saber do seu génio, costumes, indústria, economia e comércio. E acrescenta que a sua memória sobre Trás-os-Montes «forma um livro manuscrito»¹²

Seja como for, não nos parece que, para além de eventualmente dar uma nova e mais cuidada apresentação à sua descrição de Trás-os-Montes, tenha alterado o conteúdo e até a redacção da mesma, uma vez que, na adição ao *Compendio de observaçoens*, apresenta uma descrição da fábrica das sedas de Trás-os-Montes e uma notícia do monte de Montesinho e área circundante que são praticamente uma cópia dos capítulos 8, 9, 10, 11, 28, 29, 30 e parte do 31 da *Memoria academica*¹³, a indicar, assim, para além das referências já mencionadas, a autoridade desta. Razão pela qual não indicamos o *Compendio de observaçoens* como título relativo a Trás-os-Montes.

Por outro lado, na *Memoria academica*, José António de Sá refere expressamente que se encontrava em Montesinho a 25 de Setembro de 1780, a data mais tardia exarada no seu texto.

Finalmente, o autor refere, no frontespício desta memória, que era sócio da Academia das Ciências, a qual tinha sido fundada em 1779 e como título académico, que era opositor às cadeiras de leis da Universidade de Coimbra.

Sublinha-se, ainda, que José António de Sá esclarece que, embora sendo natural de Trás-os-Montes, não pode apresentar uma «ideia exacta» da provincia, uma vez

que «no tempo em que com as luzes da observação podia examiná-la» viveu fora dela. E que, portanto, só podia dar «uma ideia vaga», embora suficiente, para formar o plano da reforma geral de Trás-os-Montes.

Na conclusão, aliás, volta a reiterar que a descrição não é exacta, uma vez que depende da viagem e de outras averiguações que ainda não tem feitas, mas que se compromete a fazê-lo e a apresentar os resultados à Academia, assim que se recolher a Trás-os-Montes.

O primeiro autor a conhecer e citar a *Memoria academica* foi, como nós já dissemos, Pereira Coutinho, a que se seguiu Francisco Manuel Alves. Aproveitamos esses extractos no nosso trabalho sobre *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)*, publicado em 1977. Mas aquela descrição da província, efectuada por José António de Sá, permaneceu, no seu conjunto, inédita e não localizável até ao presente. Para a sua publicação, servimo-nos do códice da *British Library*, o qual não é, seguramente, o códice manuscrito que existia em Bragança na posse do neto de José António de Sá, uma vez que o exemplar existente em Inglaterra terá sido adquirido por aquela instituição, em Junho de 1855.

Importa sublinhar que esta *Memoria* constitui a primeira descrição da província de Trás-os-Montes no século XVIII, antecedendo em mais de uma década o trabalho de Columbano (este, como se sabe, inserido num plano global da descrição das seis províncias do Reino, definido pelo Governo), e precedendo as numerosas descrições de carácter local e regional que vão surgir no Portugal de finais do Antigo Regime, em grande parte inspiradas pela Academia das Ciências.

A *Memoria academica* vai constituir a matriz original de todas as memórias e descrições que José António de Sá irá fazer sobre Trás-os-Montes, embora com o tempo e com a experiência colhida no exercício das suas importantes funções na província, os seus estudos revelem um maior rigor e profundidade.

Nos trabalhos da sua autoria, que irá escrever até 1796, utilizará este seu primeiro estudo com muita frequência e numerosas vezes se servirá da mesma linguagem e até de certas expressões aí registadas.

Atendendo a que o estudo desenvolvido desta memória irá ser feito juntamente com os outros trabalhos referidos, de José António de Sá, no nosso próximo trabalho, limitar-nos-emos, apenas, a chamar a atenção para a sua excepcional importância enquanto fonte privilegiada para o conhecimento de Trás-os-Montes em finais do Antigo Regime.

Com efeito, quer a nível económico, quer a nível social, e ainda no domínio da história da vida material e da história das mentalidades, esta descrição de Trás-os-Montes, por José António de Sá, revela-se fundamental, única, em muitos aspectos, como os estudiosos daquela região terão oportunidade de constatar por si próprios, e complementar da descrição de Columbano, a qual, enquadrada pela memória de Sá, ganha uma outra dimensão e uma outra leitura.

Por outro lado, terei oportunidade de demonstrar que a maior parte das medidas preconizadas por este ilustre trasmontano, muito particularmente, no que diz respeito à indústria das sedas, irão ser adoptadas pelo Governo, a demonstrar a pertinência e oportunidade das mesmas.

Aqui fica, pois, esta magnífica fonte, que eu tão determinadamente procurei ao longo de 25 anos, fazendo justiça à sentença de Pascal de que, quem encontra sem procurar é porque já procurou muito sem encontrar.

NOTAS

- ¹ Dois volumes policopiados, Porto, 1973.
- ² *Annaes agricolas do districto de Bragança* – Primeiro ano, 1876 a 1877, Porto 1878, pp. 27-28; e Francisco Manuel Alves – *Memorias archeologico-historicas do distrito de Bragança* – Tomo IX, Porto, pp. 243-245.
- ³ Fernando de Sousa – *A Memoria dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José Antonio de Sá (1790)*, Separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série de História, Vol. IV, Porto, 1974.
- ⁴ *O Pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808* – Lisboa, 1989.
- ⁵ *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)* – Lisboa, 1987, p. 90.
- ⁶ José Rodrigues Monteiro – *O Trás-os-Montes setecentista na obra de José Antonio de Sá* – in *Páginas da História da diocese de Bragança-Miranda. Congresso Histórico. 450 anos da Fundação. Actas – Bragança*, 1997.
- ⁷ José Maria Amado Mendes – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII* – Segundo um manuscrito de 1796, Coimbra, 1981.
- ⁸ Fernando de Sousa – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)*, Vila Real, 1977; Fernando de Sousa – *A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)* – Separata da *Revista de História Económica e Social* – Vol. (?), Lisboa, 1979.
- ⁹ Arquivo Distrital de Bragança – *Livro de Registo de Baptismos de Santa Maria* – Maço 3, Livro 5. Agradecemos a consulta efectuada pelo director do Arquivo Distrital de Bragança, doutor Belarmino Afonso, que com tanto zelo e dedicação tem desempenhado tais funções.
- ¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Desembargo do Paço – *Leitura de Bachareis* – Letra J, Maço 53.
- ¹¹ Arquivo Municipal de Moncorvo – *Livro dos Provimentos da correição 1787-1791*; *Livro dos Provimentos da correição, 1791-1793*; *Livro dos Provimentos da correição, 1795-1814*.
- ¹² *Compendio de Observações* – Lisboa, 1783; e *Memória académica sobre o modo de honrar os lavradores, e evitar a sua estupidez, e ignorância com applicação à provincia de Trás-os-Montes* – in *Memórias económicas inéditas (1780-1808)* – Lisboa, 1987.
- ¹³ Cf. os capitulos referidos da *Memoria academica* com a *Adição do Compendio de Observações*, pp. 213-242.
- ¹⁴ Fernando de Sousa – *Subsídios para a história social do arcebispado de Braga. A comarca de Vila Real nos fins do século XVIII* – Separata da *Revista Bracara Augusta* – Tomo XXX, Julho-Dezembro de 1976.

NORMAS GERAIS DE TRANSCRIÇÃO DA MEMÓRIA ACADÊMICA

- 1 – Manteve-se a ortografia original. Apenas se eliminaram as maiúsculas em desuso.
- 2 – Desligaram-se as palavras de acordo com as suas formas normais.
- 3 – Quanto à pontuação, apenas se acrescentou uma ou outra vírgula, necessária para a melhor compreensão do texto.
- 4 – Desdobraram-se as abreviaturas.
- 5 – As notas ou aditamentos que nos pertencem vão entre I. I.

MEMORIA ACADEMICA

EM QUE

SE DÁ A DESCRIÇÃO DA PROVINCIA

DE

TRAS OS MONTES,

E

SE PROPOEM OS METHODOS

PARA A SUA REFORMA.

Por

Jozé Antonio de Sá, oppozitor

as cadeiras de leis da Universidade

de Coimbra e socio da Academia

das Sciencias de Lisboa.

NISI UTILE EST QUOD FACIMUS STULTA EST GLORIA

(Acad. Scient. Ulisip.)

Memoria Academica

em que

Se dá a descripção da Provincia.

de

Trasosmontes,

e

Se propoem os Methodos
Para a sua reforma.

Por

Jose Antonio de Sá Oppozitor
as Cadeiras de Leis da Universidade
de Coimbra e Socio da Academia
das Sciéncias de Lisboa.



(1)
 Memoria Academica
 sobre a Provincia de
 Tras os montes .

Cap. I.

Respecto de que nella
 se tracta.

Sera' o objecto d'esta Memoria a
 Provincia de Tras os montes. Faltar-
 rei da sua situacao geographica e Eco-
 nomica do seu genio, indole, costumes,
 industria, das suas principaes pro-
 duicoens extraccão e Commercio res-
 tringindo-me a fallas do Concelho
 de Chaves como de ller o mellos p.
 com hu golpe de vista em tua mappa
 poder conjecturas o principal da
 Provincia. Creverei tambem com

MEMORIA ACADEMICA

SOBRE A PROVINCIA DE TRAS OS MONTES

CAPITULLO 1

Prospecto do que nella se tracta

Será o objecto d'esta memoria a provincia de Tras os Montes. Fallarei da sua situação geographica, e economica, do seu genio, indole, costumes, industria, das suas principaes producçoens, extracção e commercio, restringindo-me a fallar do concelho de Chaves como delles o melhor para com hum golpe de vista, em hum mapa poder conjecturar o principal da provincia. Descreverei tambem com toda a brevidade o lugar de Montezinho e o seu monte, o lugar de França, á villa de Chacim. O que tudo servirá como de prolegomenos a hum projecto de reforma que proporei, versando-se sobre a agricultura como principal base de toda a industria, commercio, e utilidade publica. Nelle descreverei as causas fizicas, e moraes, que obstão ao adiantamento d'agricultura em Tras os Montes, fazendo ver ao mesmo tempo os caminhos mais seguros de se evitarem; propondo a necessidade da viagem, os meios de se fazer politica e philosophicamente, como se dezabuzarão os lavradôres e se evitará a sua estúpidez, e pobreza, a precisão de romper os campos incultos, de agricultar os baldios, de facilitar os transportes, e de fazer alguns rios navegáveis. Ultimamente darei hum plano d'agricultura, em que falle da lavoura, dos seus principaes instrumentos, da combinação das terras, qualidades das argillas e marnes; dos esterços, regas, e sua influencia na vegetação, da escolha das sementes, dos methodos de semear, e colher e outras couzas tendentes a perfeição, e reforma d'agricultura.

Fallarei sempre com o exemplo e practica das naçoens cultas, bem certo que os simplex projectos, subsistindo só na idéa, e que a experiencia não tem ainda felicitado, não são tão dignos de propor-se, e persuadir-se, como aquelles, cuja experiencia tem ja formado os principaes interesses das republicas, que os abraçarão. Ex aqui todo o objecto da minha presente dissertação.

CAPITULLO 2

D'agricultura, e das suas excellencias em geral

Mostrar as excellencias da agricultura por argumentos intrinsecos; procurar a sua origem nos tempos mais remottos; e o seu progresso, descrever huma historia exacta a este respeito; faria huma vasta e volummoza materia; eu não quero extender-me n'esta parte, nem cançar-me em fazer ver, que a agricultura hé a primeira de todas as artes, a mais nobre, que faz honra ao espirito humano, a baze do commercio, sustentacolo das naçoens; isto hé commummente sabido por todos. E provera a Deos, que tanto fosse

executada a arte, como hê conhecida a sua excellencia; e por isso n'este capitulo direi poucas couzas e sô tanto quanto possa servir de prefacção a presente memoria, que principalmente versa sobre a agricultura.

Hê pois esta, uzando das expressoens de monsieur Duhamel, huma sciencia, que nos ensina a bem cultivar as terras, para d'ellas tirar os productos possiveis: como as producçoens da terra são o bem mais real, e fundamento mais solido dos Estados, segue-se que a terra bem, ou mal condicionada, as operações d'agricultura bem, ou mal dirigidas decidem da riqueza, ou indigencia dos cidadaons.

Os antigos patriarchas em nenhuma outra couza punhão a opulencia dos seus patrimonios que nas terras, de que se nutrião elles, e os seus grandes rebanhos. Logo no principio do mundo, Caim cultivava as terras. Abel apascentava os gados, tal foi a occupação d'Isac, e outros sanctos patriarchas. Entre o paganismo o invento d'agricultura era attribuido aos deoses, politica com que fazião respeitaveis, e sanctas as couzas uteis ao bem publico. Assim vemos, que os Gregos refferião a Ceres, e Triptolemo seu filho a origem da cultura dos campos; os egypcios a Osiris; os italianos a Saturno, ou a Jano seu rei.

Os primeiros homens tinhão huma practica muito perfeita nas couzas do campo, como nos consta pelos annaes, que nos restão dos antigos egypcios. Os patriarchas sabião bem a arte d'agricultura, pecuaria, e das terras.

Romulo fas subsistir o bom regimen d'huma republica nova na boa administração das terras, que dividio pelas familias. Para representar isto mais sagrado, elêge doze sacerdotes com o nome de Arvalles de Arva, destinados a offerecer aos deoses as primicias da terra e a rogar-lhes colheitas abundantes. Nos dinheiros estampavão hum carneiro, ou bô como symbolo da opulencia, e daqui traz a ahymologia o nome de pecunia. Pode dizer-se que o imperio romano nunca foi verdadeiramente grande, que quando soube contentar-se dos seus proprios legumes, e misturar na magistratura, e na milicia os cuidados da lavoura.

O espirito de conquista dominante n'esta nação fez perder a antiga dignidade d'estas bellas, e pacificas occupaçoens, deixando nas maons dos escravos a agricultura dos campos.

A inundaçào dos barbaros, motivou na agricultura huma grande decadencia pelo infeliz axioma estabelecido entre elles: que tudo o que não era milicia, era hum acto de renunçação à glória, e preeminencia. A razão de nao fazerem os athenienses sendo tão instruidos, maiores progressos n'agricultura, era porque se entregavão mais á imaginação e subtilezas de espirito. Os magistrados transportavão d'outros paizes os viveres pelo mar. Elles todos sepultavão nas poezias, oratorias, medicinas, philosophias, etc. Demoravão-se nos theatros em corrigir as suas tragedias, e nas praças as grammaticas, e erros dos seus rethoricos, abandonando para os escravos a agricultura. Com tudo ainda tinhão leis saudaveis a este respeito, como aquellas em que prohibião com pena de morte tudo o que se oppunha ao seu progresso. O boi destinado para o arado, nem ainda em sacrificio podia ser morto; e deixarão regras para huma boa agricultura, como affirma Cicero.

N'huma palavra, a agricultura que sustenta o homem, e o corpo politico por ser a mãi de todas as artes e do commercio, deve reputar-se a mais excellente de todas as occupaçoens da vida, nada mais digo a este respeito, as luzes do sol pattenteão-se por si mesmo, vamos ao principal.

CAPITULLO 3

Porque se dá só a idéa geral da provincia de Tras os Montes

Sendo eu mesmo da provincia de Tras os Montes; d'ella não posso dar já huma idéa exacta; porque no tempo em que com as luzes da observação podia examina-la, habitei fora d'ella; há falta de correspondentes exactos; nem mesmo dos lavradores se pôde tirar huma perfeita descripção dos seus productos por que a sua ignorancia e servidão lhes faz crer, que semelhantes averiguaçoens, ou são para lhes impor novos tributtos, ou para d'algum outro modo os vexar. E querendo dos rendeiros saber isto, a sua avareza o impede; porque suppoem que hé para lhes fazer oppozição nas commendas e rendas, que trazem. Darei pois huma idéa vaga d'ella quanto seja bastante para formar o plano da reforma da provincia em geral.

CAPITULLO 4

Situação

A situação dêo o nome a provincia de Tras os Montes; porque fica a respeito do Minho, de traz da montuosa serra do Marão, hum ramo dos Montes Pireneos. Estendem-se os montes de norte a sul do Reino de Galiza athé ao Douro, e parece cercarem a provincia do Minho, como fazem os Alpes, a Italia. Em muitas partes tem estes montes, eminencias de mais d'huma legoa, como se vê nas serras do Gerês, e nas alturas do Marão. Pode fazer-se a demarcação d'esta provincia da Portela de Homem pela parte do norte athé a ponte de Cavés. Pelo poente, pelo rio Tamega, athé entrar no Douro, que faz a divizão com a provincia da Beira athé Vilvestre. Daqui para a parte do norte o mesmo Douro a divide do Reino de Leão, athé quatro legoas depois de se chegar a Miranda, continua-se d'alli a demarcação athé o rio Mação perto de Maid, inclinando-se ao poente com a Serra, Teixeira, e com as de Senabria e Gerez.

Trinta legoas de comprimento, e vinte de largura dão os geografos a esta provincia o abbade de Pera lhe dá de circuito cento e trinta legoas; supposto outros contem d'outra forma, segundo os mapas de Fernão Alvares Seco, e Pedro Teixeira.

CAPITULLO 5

Divizão da provincia

Esta provincia divide-se em duas cidades, Bragança e Miranda, em sincoenta e quatro villas, e muitos lugares, seiscentas e vinte parochias, em que pouco mais, ou menos haverá cento trinta e sete mil e tantas pessoas. Tem duas praças d'armas, Chaves com trez regimentos e Bragança com dois, de que hé general o illustrissimo e

excellentissimo conde de Sampayo. Consta de quatro correiçãoens, Miranda, Bragança, Moncorvo, Vila Real. As villas, que lhes são sogeitas, se conhecem no seguinte mapa.

Miranda	— Algozo	— Frechas
	— Azinhozo	— Freixiel
	— Bemposta	— Freixo d'Espada a Cinta
	— Carrocêdo	— Lamas de Orelhão
	— Fail de Frieira	— Linhares
	— Mogadouro	— Moncorvo
	— Penas de Royas	— Mirandella
	— Rebordainhos	— Monforte de Rio Livre
	— Sanceriz	— Moz
	— Val de Passó	— Murça de Panoya
	— Villar Seco de Lomba	— Nuzellos
	— Vimiozo	— Pinhovello
	— Vinhaes	— Sampayo
		— Sezulfe
Bragança	— Chaves	— Torre de D. Chama
	— Ervedoza	— Valdasnes
	— Gustei	— Villas Boas
	— Montalegre	— Vila Flor
	— Outeiro	— Villarinho da Castanheira
	— Rebordaons	
	— Ruivaes	Villa Real
	— Val de Nogueira	— Alijó
	— Val de Prados	— Dornellas
	— Villa Franca	— Ervededo
Torre de		— Favayos
Moncorvo	— Abreiro	— Lordello
	— Agoa Revez	— S. Mamede de Ribatva
	— Alfandega da Fê	— Provezende
	— Anciaens	— Ranhados
	— Castro Vicente	— Villa Real
	— Chacim	
	— Cortiços	Honras
		— Galegos
		— Sobroza

As villas confinantes com Galiza e Castella, que tem fortalezas, são as seguintes:

Fortalezas	— Montalegre	— Miranda
	— Ervededo	— Algozo
	— Chaves	— Penas de Royas
	— Monforte do Rio Livre	— Mogadouro
	— Bragança	— Freixo de Espada a Cinta
	— Outeiro	

Tem muitas abbasdias, reitorias, vigairarias.

Muitos rios regão esta provincia, e infinitos regatos. Os mais concideraveis são os seguintes: Angueira, Alvedrinha, Azibo, Beça, Corgo, Caldo, Calvo, Douro, Fervença, Frio, Fresno, Lobos, Mação, Mente, Pinhão, Rabaçal, Sabor, Tamega, Tinhela, Tua, Tuella, Villariça, Vellarva, Zacharias.

Tem muitas fontes abundantes e de hum excellente gosto. Huma grande e famosa fonte da villa de Vinhaes affirmasse ser a melhor de Tras os Montes; por mais que se beba nunca offende o estomago, e facilita a expulsão das arêas, e pedra. Tem quarenta e trez fontes de agoas medicinaes. E as agoas de muitos rios são utilissimas para banhos.

CAPITULLO 6

Do genio, e costumes

Os transmontanos tem vivacidade natural, são robustos; e se exercitão na caça. O seu genio particular não hé o das letras; e por isso se acha a provincia muito falta de homens instruidos, e de todo o Reino hé a que tem menos gente na Universidade. Hé verdade, que lhes não falta talento; porem a demaziada pobreza, que há n'esta provincia, hé a cauza disto; pois não podem os pais de familias suportar os gastos necessarios para o caminho das letras. Os mesmos nobres não derigem os seus filhos aos estudos; mas naturalmente os inclinão para as armas; e por isso seguramente pôde affirmar-se que em nenhuma provincia há tão pouca gente, que sirva a Sua Magestade na toga, e nas letras.

Superstição

A gente hé muito supersticioza, apegados com excesso as opinioens dos seus maiores, abuzadissimos, indoceis, muito pertinazes em deixar as preocupacçoens com que tem vivido, ainda que alias estas os tenham miseravelmente deteriorado. São muito faceis á persuasão de couzas sobre naturaes, crem prodigios, encantos, feitiçarias, etc. Isto é tão universal, que apennas há terra aonde não creião que alli há mouros encantados, thezouros escondidos, que só por magica podem tirar-se; e infinitas outras fabulas annis.

Vestido

O modo de vestir nas cidades e villas concideraveis hé polido, e vestem a moda da corte; porem uzam muito de capotes; e este maior luxo tem-se augmentado há poucos annos; muita gente em Bragança se lembra de serem rarissimas as fivêlas, e espadins de prata, e os vestidos erão principalmente de baeta preta. As cazas são muito pobres, de todo o Reino são os morgadõs de menos rendimento; em Bragança não há huma caza que faça das suas fazendas quatro mil cruzados; e o que tem de fundo sincoenta mil cruzados, que são poucos, se reputão homens muito ricos. Daqui se segue a cauza de se tratarem, ainda as pessoas nobres, com muito pequena equipagem, sem librês, sem cavalos, etc. Pode dizer-se que os militares são os que entretem o maior luxo da provincia.

As mulheres escondem-se dos homens, principalmente em Bragança; não fallam senão as pessoas muito chegadas em parentesco de sorte que ainda entre cazas amicissimas as senhoras não se communicão com os homens. Não apparecem nas janelas; escondem-se de trás de rotulas apertadissimas, que abrem para olhar muito pouco, e com muita cautella e se, os homens vendo-as, se não retirão, são reputadas inhonestas.

Gentes do campo

A gente do campo hé muito impolida e ignorante; a maior parte não sabem ler nem escrever, são pobres, nem colhem muito pão para si, não obstante trabalharem todo o anno. N'algumas aldêas não trazem çapatos, nem bottas, uzam d'huma pelle a que chamão abarcas. Isto muito principalmente se observa junto a raya de Castella, como em Montezinho, Cova de Lua, Petisqueira, Guadramil, etc., aonde os lavradores são muito pobres, estupidos, e ignorantes. De noite não se allumião com azeite; e quando necessitão de luz uzão de paos secos. Para as mulheres fazerem de noite serão, fazem huma finta para o azeite, e se juntão, n'huma caza em que trabalhão, a que dão o nome de fiadeiro.

CAPITULLO 7

Industria

O genio natural da provincia está indicando a industria d'ella; a sua pouca povoação, a menor de todas as do Reino, declara as poucas artes, que se exercitão; visto que a industria hé a mãii de toda a povoação; excepto a fabrica de seda que hé concideravel; não há outra de qualidade alguma não obstante haver commodidades para isto pela abundancia de materias, e muita necessidade que há das mesmas manufacturas. Os lavradores são extremamente occiosos; no tempo que lhes resta de trabalhar na terra, que hé bastante, não se occupão mais que em viver no descanso, não sabem officios; nem os pretendem aprender. Se o anno hé abundante, e os fructos lhe dão para passarem, não se querem exercitar em jornaes, nem outras couzas em que podião ganhar dinheiro.

As cidades, e villas experimentão faltas nottaveis de carvão e lenhas, e d'outros generos, que costumão importar, quando a indigencia os obriga a comprar pão para a passagem de caza. Havendo bastantes lans na provincia, não há huma só fabrica de panos; vendem-na para fora servindo-se depois dos mesmos panos, dando aos outros o ganho, que elles podião lucrar se fossem industriosos. Não há huma só fabrica de louça vidrada, não obstante haver excellentes argillas e barros que podião facilitalla. Não fazem mais que quartas e panellas, comprando aos castelhanos o resto da louça; deteriorando-se a si, e ao Reino na extracção do dinheiro para fora; e o mesmo dos vidros que tambem comprão aos castelhanos, advertindo que em muitas partes, em que há abundancia de lenhas, se podião construir excellentes fabricas de vidros, como em alguns valles de Barroso, Terra de Lomba, etc. A provincia hé militar, a tropa gasta muito ferro; com tudo não há huma só fabrica delle, havendo minas concideraveis, e riquissimas que a natureza pôs em montes abundantissimos de lenhas; como no monte de Montezinho, e em outras

partes, em que muitos signaes e escorios mostram o grande trabalho, que os antigos tiverão n'elles. Deste descuido, e reprehencivel indigencia tem a provincia toda a perda e os castelhanos todo o ganho: porque de Hespanha vem ferro para a tropa, pregos, e panelas.

Havendo abundancia de cascas de carvalho e sobre; não há huma só fabrica de attanados, advertindo que há muitos couros, mas todos os que se gastão, e os bezerros vem de fora da provincia.

Succede muitas vezes no Verão, não levarem os rios bastante agoa para moerem as azenhas; falta o pão, de sorte que se reparte por justiça; com tudo não há hum só moinho de vento. N'huma palavra faltão as artes da primeira necessidade; os homens são contumazes em se dezabuzarem e ainda aquellas couzas, que são facillimas, e de muito interesse não as querem seguir, por não se apartarem do costume dos seus maiores. As artes, que uzão estão n'huma summa imperfeição, por falta de instrumentos, e de methods. Observo na Ribeira das Nãos dous homens serrarem o pao mais grosso do Brazil. Em Tras os Montes chopos, pinhos, e outras madeiras d'este genero occupão quatro homens por cauza de não serem boas as serras.

CAPITULLO 8

Da fabrica de sedas

A fabrica de sedas de Tras os Montes hé notavel pela sua grandeza, e pela perfeição das obras, em que trabalhão. Hé muito util a toda a provincia; não só pela conveniencia que dá aos negociantes, que vendem em todas as feiras e partes do Reino as suas fazendas; mas tambem pela infinita gente que occupão; que aliás não poderião passar, o que muito concorre para a povoação das terras. Isto se mostra pelo progresso ou decadência da mesma fabrica. Eu me lembro de estar em Bragança decadente a fabrica de sedas, a pobreza era summa e muitas familias se transportarão para Lisboa e Porto por não poderem lá subsistir. A fabrica de Chacim está bem diminuta; os fabricantes se mudarão para Bragança, e outras partes para terem de que viver. Hé huma verdade, que dicta a razão, e confirma a experiencia: os povos tanto são mais povoados, quanto industriosos; o que se vê claramente na Holanda, Inglaterra e outros paizes.

A fabrica se exercita em Bragança, Vinhaes, Rebordello, Chacim, Bornes, Lobução. As fazendas são peluças de todo o genero lizas, de dados, riscadas, mantos, gorgoroens, setins, tafetás, nobrezas, etc. São d'huma manufactura especial; e que merecem grande estimação em toda a parte. Em Bragança consta de mais de duzentos teares, doze de setim, vinte dous de nobreza, trez de nobreza larga, oitenta de tafetá, trinta e tantos de mantos, e gorgoroens e os mais de peluças, e quarenta tornos. Esta fabrica hé tanto mais util, quanto hé trabalhada, e provinda só da provincia. Há muita abundancia de seda, que sustenta não só esta grande manufactura, mas vai muita para todo o Reino, e os negociantes mesmo da corte, a vão comprar as duas famozas feiras de seda em Grijó de Val Bemfeito e em Mirandella nos dias de Santhiago, e S. Bartolomeu, aonde concorre muita seda, e especial, que se cria por aquellas partes.

Esta seda hé toda fiada na mesma provincia; porem ainda não hé com perfeição, e em partes se fia muito mal, do que se segue hum notavel detrimento para a mesma fabrica; e por isso semelhante seda não hé capaz para setins, nem tafetás, ou nobrezas, e

se gasta ainda muita d'Italia para estas manufacturas; o que podia evitar-se regulando, e dando os verdadeiros methodos de fiar, estabelecendo mestras publicas, que ensinassem; prohibindo fiar a todas as pessoas, que não fossem examinadas, condemnando, e castigando asperamente as que pozessem rodas sem licença publica.

Assim se obteria grande perfeição d'esta arte, da qual depende inteiramente a boa qualidade das sedas, e por consequencia das manufacturas. A fabrica teria muita mais utilidade em se servir só das suas sedas, e athé o Reino, que interessa, em que se trabalhe independente dos estrangeiros.

Depois da arte de fiar segue-se a de trocar a qual está em perfeição, cujos tornos trocem não só para a provincia, mas para todo o Reino. No Porto já trocem a seda redonda, que vai de Tras os Montes, etc. Isto na seda fina, macha e redonda de que uzão para pellos, retrozes, troções. De sorte que todas as fabricas do Reino se servem muito das sedas trocidas em Tras os Montes.

A arte de tingir, tão interessante para a qualidade das manufacturas, em quanto a cor preta, está em muita perfeição; de sorte que em nenhuma parte do Reino se tinge melhor; destas há trez tinturarias publicas em Bragança, e os mesmos fabricantes sabem tingir particularmente. Para as outras cores mandão ao Porto a seda, ainda que as sabem tingir, não hé com tanta perfeição. Há com tudo hum excellente tintureiro, que tinge de toda a cor, porem só para o fabricante maior chamado João Antonio Lopes Fernandes.

Hé evidente o quanto interessaria em Bragança a perfeição da tinturaria de todas as cores, o que se obteria facilmente dando providencias a este respeito. Depois segue-se a arte de dobar, que lá se exercita, e occupa infinitas mulheres, que só se sustentão d'esta arte.

CAPITULLO 9

Historia da fabrica de sedas de Bragança e Chacim

Como a fabrica de sedas de Bragança hé das mais famozas, não só da provincia, mas do Reino, não me despenso de dar d'ella huma breve historia, mostrando a sua origem, decadencia, progresso, e auge, em que se vê.

Há pouco mais de cem anos que se conserva em Bragança esta fabrica de sedas, o mau regimen, falta de methodo, e de consummo das fazendas a tem feito por muitas vezes decadente.

Fabricavão-se nella diversas qualidades de obras, que tinham grande estimação em todo o Reino pela bondade do tinto e das manufacturas. Por mais de sincoenta annos se conservou no seu florecimento. Depois d'isto entrou esta fabrica em grande abuzo; visto que falcificavão as sedas no tinto, e com ellas tramavão as manufacturas; e sendo isto na maior parte dos teáres, as obras perderão toda a estimação pela sua má qualidade e pequena dura. Isto principalmente pouco tempo antes do terremoto. Pelo mesmo tempo entrou esta fabrica em huma notavel decadencia; por que sendo os mantos as suas principaes manufacturas, e tendo quazi toda a sua extracção para a corte, começarão as senhoras de Lisboa a não uzallos; cujo costume se ficou conservando athé hoje, excepto n'algumas senhoras mais graves, que não sahindo de carruagem, não uzão de lenços; mas de mantos. Pararão por esta cauza quazi todos os teares, os fabricantes decairão em huma notavel pobreza, chegando a miseria de necessitarem d'esmolos para subsistir.

Ao uzo das peluças em Portugal deve a fabrica toda a sua restauração, applicarão-se os fabricantes a este genero de manufactura e a industria se restabeleceo. Porem, o que hê lamentavel, tornarão a abuzar da sua felicidade, damnificarão as manufacturas de forma, que sendo aliás estimaveis, as pozerão em estado de ninguém as querer, e de lhes ser o consumo difficultozo. Sendo a sua decadencia muito maior do que antes tinha sido. A pobreza tornou a infilicitar infinita gente de ambos os sexos; porque não só a arte de tecer, mas a de dobar, de que se sustentão as mulheres pende do consummo das manufacturas. Muitas familias desampararão a cidade por lhes faltar de que viver; eu mesmo me lembro de ver fabricantes humilhados aos homens de negocio pedindo com as maons postas, sedas para trabalharem; propondo-lhes a mizeria, e necessidade em que vivião elles, e a sua familia a que não podião attender pelo limitado consummo das fazendas.

Ex aqui pois o estado em que se achava a fabrica de Bragança quando em 1773 e 1774 o grande negociante João Antonio Lopes Fernandes pôz n'ella os olhos com a maior efficacia. Este homem hê hum sujeito muito agil e industriozo; e certamente o primeiro, que tem apparecido em Bragança capaz de fazer vivificar a fabrica, e industria, pelos bons conhecimentos, que tem das sedas, e das manufacturas, vigilancia nos teares; e em todo este genero de commercio. Hê por consequencia hum membro da sociedade utilissimo; não só a Bragança; mas a todo o Reino.

Ainda que, desde o tempo do terremoto, este homem teve alguns teares por sua conta; cujas manufacturas sempre se distinguirão das outras, com tudo só entrou a fazer-se mais conhecer em 1773 e 1774. Neste tempo fez levantar todos quantos teares se achavão decahidos; e mandou fazer por sua conta muitos de novo; pondo em acção os fabricantes abandonados, e instigando outros, a que aprendessem o officio, ensinando-lhes o modo de fabricarem tafetás, que athé então lhes era desconhecido. Faz conduzir da real fabrica desta corte hum perito, e experimentado tintureiro. Edifica dous tintos hum só de preto, e outro das mais cores, em que se tinge muito perfeitamente: Faz trabalhar peluças da melhor qualidade e d'hum grande consummo; muitas tafetás, algumas nobrezas, setins excellentes, que muitos os querem com preferencia aos de Italia. Estas obras são todas muito perfeitas, para o que concorre a grande e continua vigilancia que o dito negociante tem, vigiando os teares e dando todas as providencias para evitar o abuzo: Ex aqui porque estas manufacturas tem grande consummo, para todas as partes do Reino, e mesmo para as Americas; para o que concorreo muito a liberdade da extracção sem pagar direitos concedida as manufacturas de sedas do Reino pelo Senhor Rei D. José I, de saudoza memoria nos seus reaes decretos de 2 de Abril de 1757 e de 24 de Outubro do mesmo anno. Sustenta João Antonio Lopes Fernandes cento e oito teares; sendo o maior numero de tafetás; em que consomme todos os annos oito mil arrateis de seda, a qual hê d'Italia quazi toda por ser a da provincia muito mal fiada; e por isso se sujeita ao risco de toda esta quantia. Isto sendo a provincia tão abundante de seda, que colhe regularmente vinte mil arrateis de seda fina e outros tantos de seda macha, e redonda.

O resto dos teares são divididos por mais trez ou quatro negociantes, que todos não fazem o numero dos que sustenta João Antonio Lopes.

Esta fabrica com tudo não estando debaixo d'inspecção publica ameaça muito brevemente a sua decadencia; e por isso devia estar nas vistas d'hum conservador, que fosse recto, fazendo marcar as manufacturas, qualificando-as, impedindo os furtos, que já se fazem bastantes nas sedas, e dando outras providencias congruentes a este fim.

Actualmente se queixão os fabricantes da carestia de viveres, de lenhas, e carvão, sem o que se não pôde trabalhar naquelle clima, e da falta de cazas, o que d'antes não era, e imputão isto a vinda d'hum regimento d'infantaria, que de Miranda se mudou para Bragança há trez annos.

Desde os tempos mais antigos a villa de Chacim foi muito industrioza, entretendo huma grande manufactura de gorgoroens, mantos, veludos lavrados, e lizos, que fazião viver muita gente d'ambos os sexos. Desde o anno de 1750, athé o de 75 constava a fabrica de vinte tantos tornos, de trocar mais de sincoenta teares de sedas lizas, dous de veludo, oito de sedas lavradas, e dez de toda a variedade de fitas. Entreteve isto no seu maior auge o grande fabricante, o mestre de campo passado, que morreo há poucos annos e agora se acha em huma notavel decadencia.

CAPITULLO 10

Dos methodos que em Bragança uzão os fabricantes de sedas

Sendo as manufacturas de Bragança de huma perfeição conhecida, hé evidente que os methodos de tecer são os melhores e hé verdade que não estarião no presente florescimento senão fossem dirigidas pelas providencias e methodos do menceonado negoceante João Antonio Lopes Fernandes, que as restabeleceu e n'ellas continuamente vigia para evitar a sua decadencia.

Sendo a qualidade dos teares, pentes, caixas, liços que forma a bondade das fazendas deve fazer huma parte interessante da minha descrição; dellas fallarei omitindo outras de menos entidade.

Tafétás dobles

Para os tafetas dobles uzão em Bragança d'hum pente que leva quarenta portadas, fazendo a largura de duas terças e meia, o qual hé de cana bem igual. Os liços são mais largos dous dedos do que o pente, a fim de facilitar a pancada; para o que concorre o vir a caixa de largo para estreito. A têia está mais froxa do que teza, não só porque tambem faz dar melhor pancada; mas porque fecha mais a obra. As caixas, com que se bate, tem introduzido na madeira dezeseis arrateis de chumbo de tal sorte dispostos, que a caixa de cima tem quatro arrateis e a debaixo doze, para se formar melhor a pancada. Cada puia do pente tem quatro fios, e por isso há quatro liços.

A seda de que uzão para este genero de fazenda, hé d'Italia da mais subida; mas não da mais fina.

A trama com que se tapa, hé igual e laça para fechar melhor, cuja grossura, nem hé demaziadamente fina, nem grossa; por que sendo grossa não fica o ponto com graça; e sendo muito fina não tem a rigeza bastante para passar a lançadeira e soffrer a pancada da caixa. Isto deve ser quanto baste para que a obra não atrame.

Tafetás ligeiros

Nos tafetás ligeiros há differença que a caixa debaixo tem menos quatro arrateis de chumbo para melhor soffrer a pancada; advertindo que n'estes tafetás se disfarça mais o atramar. A seda hé liquida sem algum genero de goma.

Setins

Os pentes para os setins são de quarenta portadas, que fazem a largura de trez quartas, os meios setins levão oito fios em puia, as caixas são como as dos tafetás. Os setins porem de toda a conta levão déz fios em puia do pente. As caixas tem trinta arrateis de chumbo igualmente repartido pela madeira. A seda para estes setins hé da mais delgada e da primeira sorte. Como n'este genero de obras não encruzão a seda como em outras, a fim de dar graça aos setins pretos dão-lhe pelo aveço com huma especie de goma, chamada alcatira preparada sem alguma confeição; a qual tem a qualidade de assentar o ponto, dar graça a obra, e faze-la mais duravel.

Mantos

O pente dos mantos tem trinta e seis portadas, que fazem a largura de trez quartas; cada puia consta de oito fios, ainda que não são precizos mais de quatro liços porque os fios entrão dobrados. As caixas tem trinta arrateis de chumbo e se trabalha a duas pancadas. Hé tramada esta obra com sinco fios de seda pura e acautellão não seja falcificada esta no tincto; o que hé muito natural e deteriora a manufactura. Uzão da seda da provincia, porem da melhor. Esta obra hé impertinentissima; visto que não disfarça, nem ainda a hum leve descuido.

Peluças

Os pentes para as peluças são de trinta e sinco portadas, que fazem a largura de trez quartos. Cada puia do pente leva dous fios de têia, e hum de pêllo. As caixas são como as dos mantos. A seda hé da provincia; mas da melhor, e igual, a qual hé alguma couza grossa, para que feche o pello. O fiado, com que se tramão as peluças, hé fino, laço, muito curado e macio, afim de que faça unir a seda, e segurar o pello. Para fazer o pello uzão d'humas varas de metal com grossura proporcionada, que tem huma especie de canal e hum ferrinho a que chamão talharola, correndo por elle corta, e forma o pêllo da peluça. Tem muita cautella na escolha das cores para esta manufactura, que se imperfeição por qualquer sombra, que tenha algum fio.

CAPITULLO 11

Sobre os methodos de fiar a seda em Tras os Montes

Parece-me congruente tractar n'este lugar o methodo de que uzão em Tras os Montes; para fiar a seda o que faz huma addição ao capitulo da fabrica de sedas. Logo que o capilho está formado pelo bicho, o poem ao sol; afim de que morra d'entro no casûlo; aliás nasceria; e por isso só excluem d'isto aquelles capilhos, que se destinão para semente. Depois tem hum engenho, a que chamão carrilho, que consta d'hum fornilho, por sima do qual está hum tacho, em que se lança agoa, e os capilhos para se cozerem; tem duas colheres de ferro de quatro, ou sinco polegadas de grandeza, com hum buraco no simo, em que se unem as babas dos capilhos, que formão o fio, o qual passa a huma

rodinha; adonde faz a maior união, e se constitue perfeito, e depois em huma grande roda se faz em meada. Ex a manobra. Porem isto que era hum methodo util e perfeito, deteriora-se muito com grave damnificação das sedas; por quanto falcificação a meada por dous modos; primeiro por que no meio da meada de seda fina, metem a seda macha formada só dos capilhos machos; e depois a tornão a cobrir com seda fina, para que se não conheça. Daqui succedem os males não só de estar a seda fina falcificada, mas tambem, por que tendo a macha a qualidade de se pegar, custa muito a dobar, e se destroe grande quantidade. O segundo meio de a falcificarem hê misturarem capilhos de seda fina, e macha, cujas babas formão hum fio damnificado, e mau; por exemplo a seis babas finas, introduzem duas ou trez machas.

Em outro tempo se mandou vir hum mestre para ensinar o methodo de Italia; porem era muito difficultozo, o que dêo cauza a novos abuzos, algumas fiadeiras o imitação, mas muito mal; e por isso damnificação a seda.

CAPITULLO 12

D'agricultura

Os capitulos anteriores estão mesmo indicando qual seja a agricultura na provincia de Tras os Montes. O genio, os costumes, as preoccupaçoes d'este paiz fazem conjecturar que ella está na decadencia e infancia mais miseravel.

Hum terreno fertilissimo que mostraria bem depressa os effeitos d'arte jáz debaixo de methodos arbitrarios; que sem sciencia prescreverão os maiores, e que efficázmente executão os presentes. Há muitas terras incultas, que senão atrevem a romper com o arado; porque tambem o não fizerão os primeiros. Os instrumentos aratorios são imperfeitos, as terras mal preparadas, as sementes sem escôlha; as colheitas e sementeiras sem melhor regimen; n'huma palavra quazi tudo n'huma infeliz situação. Para melhor descrever a agricultura de Tras os Montes, procedendo com ordem, fallaremos das suas producçoes em geral, da fertilidade do terreno, dos methodos dos que uzão, das causas da sua infancia, e hum projecto para a sua reforma.

CAPITULLO 13

Das producçoes da provincia

O terreno hê muito fertil e proprissimo para a agricultura. Tem valles amenos, e dilatados, capazes de produzir todo o genero de fructos. Os principaes em que abunda são trigo, centeio, azeite, vinhos, fructas, linhos, fenos, castanhas, batatas, gados, cavallos, milho, legumes, seda, cera, sumagre, presuntos, lan, etc. De todos estes generos poderia haver huma abundancia muito maior; de sorte que enriquecesse a provincia, e todo o Reino, e mesmo os de fora gozassem d'este pais. A terra hê muito natural para a producção das batatas; d'ellas se sustenta muita gente e o alqueire se vende ordinariamente a secenta até oitenta reis. Hê certo que se houvessem transportes podia só a provincia dar batatas para todo o Reino; e ainda para fora.

Em todo o Barrozo, terra de Miranda e Bragança não colhem feijão, nem favas. Comem muito pão secco e em sôpas. Há muitos que comem a oito arrateis de pão, e alguns a dez por dia; por isso são pobres, miseraveis, que não lhes chega o pão das suas terras. O que não succederia, se agricultassem os feijoens e as favas. A castanha, em que hé abundante a provincia lhes faz com tudo supprir esta falta, e serve muito para o sustento dos lavradores; e para os porcos. Sendo o seu preço ordinario a sincoenta reis. Só o lugar de Carrazêdo colhe regularmente cada anno, trinta mil alqueires; e colherão pelo tempo muito mais pelo cuidado, com que se applicão a plantaçào d'ellas; e tanto hé mais util, quanto não custa mais que apanha-las.

As ortalijas são em abundancia, e d'hum gosto excellente. A couve de tallo largo que, no paiz se chama de penca, hé da melhor. A terra da Villariça dá muita abundancia de meloens, e melancias; os meloens sem a menor duvida, são dos melhores do Reino. A pera pigarça de Chacim hé muito succôza e d'hum gosto delicadissimo. A vergamota marmella camoeza, pera de rei, etc, não cedem ás de nenhuma outra provincia.

Toda a qualidade de ortalija hé capáz de produzir-se na provincia; porem a antiga e miseravel idéa, em que estão de nada innovarem, hé a cauza de não haverem muitas mais producçoens. Os militares estrangeiros, que tem habitado na provincia tem feito agricultar muitas ortalijas que desconhecião e cuidavão, que se não poderião alli produzir, sem terem outro algum motivo mais que não terem agricultado-as. Não uzando ordinariamente senão da couve gallega para os caldos. Já agricultão a couve flor, brocolos, espargos excellentes dos melhores que ainda se conhecerão; todo o genero de selladas, etc.

De sinco partes, que terá a provincia capazes de produzir plantas uteis, estão quatro occupadas em lameiros, e baldios. Estes baldios são terras de excellente qualidade, de que sem alguma agricultura, só uzão para pastarem os gados. Os outros são lameiros dos particulares, em que sem arte se produz o feno misturado com muitos juncos, e outras couzas inuteis e que destroem a boa qualidade da erva. Desconhecem inteiramente os prados artificiaes. Estes naturaes só sustentão o gado no tempo de verão; o feno hé muito pouco, e de má qualidade.

De todas as partes da provincia, a veiga de Chaves hé a melhor e mais natural para huma fertilissima producçào; hé huma planicie grande, formosa e que faz amenissimo aquelle paiz.

Do norte ao meio dia tem esta de comprimento doze mil passos, e trez mil de largura. Pode a veiga dividir-se em trez partes iguaes. Huma hé inculca, as outras duas são cultivadas; porem alternativamente, e a isto chamão à folha. Sendo o terço de doze, consta cada parte de quatro mil passos de comprimento, e trez mil de largura. N'huma parte se semêa pão; e a sua colheita será, ordinariamente fallando, de cem mil alqueires, de que trez quartos são de centeio, o resto hé trigo, e alguma cevada. Na outra parte se semêa milho, e linho. O milho hé muito pouco, mal cultivado; e secca quazi sempre antes da madurêz, o que desanima os lavradores. O linho se prodúz excellentemente, e em abundancia. O regato, a que chamão das Avelans o rega e fertiliza muito, e será a sua colheita ordinaria de duas mil arrobas.

Em quanto aos gados, podia muito bem a provincia creallos para todo o Reino, se se cuidásse nos prados artificiaes; sem duvida elles serião dos melhores pela boa qualidade das ervas, de que se nutrem. Em Tras os Montes há partes excellentes em que podião sustentar-se numerosas caudelarias. Terra de Miranda hé das melhores do Reino para a boa qualidade d'ellas, e está ahi a caudelaria quazi perdida. Com tudo os

lavradores fazem sua criação de bôis, machos, mullas, etc. e a cauza tambem de se applicarem a este negocio, hé por serem pobrissimos e não terem extracção os seus paens. Em terra de Bragança mais alguma couza se cuida na caudellaria; mas ainda está em muita decadencia.

Em Barrozo, duas legoas distantes de Chaves, praça de tropa de cavallo, havendo grande commodidade e pâstos para huma das melhores caudellarias do Reino, nada inteiramente se cuida n'isto. Estes sitios abundão, tanto em ervas, que dão infinita manteiga para a provincia, e ainda para o Minho; porem a falta de methodo faz com que ella não seja tão boa como a do norte, nem fazem a décima parte que podião fazer, se tivessem prados artificiaes.

Nestas montanhas de Barrozo se crião as melhores qualidades de bôis, que vendem em novillos para a maior parte do Reino; e ainda podia haver muitos mais. Nestes sitios hé tal o descuido, que há valles com o comprimento d'huma legoa, sem algum genero d'agricultura.

As carnes de porco são d'hum gosto especialissimo, sustentâdos de castanha, bolota, farellos, e ervas. Com tudo não salgão bem as carnes; porque o sal hé carissimo, muitas vezes se vende o alqueire a quatro centos e oitenta reis; daqui succede serem mesquinhos em salgarem as carnes, que muitas vezes em paiz quente não aturão hum anno sem corrupção.

Para as partes de Chaves, e da Villariça se colhe abundancia de azeite, de que extrahem os castelhanos grande porção; assim como tambem de vinhos. Na Villariça se colhe o canemo em abundancia; e estes campos são huma planicie naturalissima a todo o genero de producçoens.

Como não tenho huma idéa tal da provincia de Tras os Montes que possa dar hum mapa perfeito das suas producçoens, o que prometto fazer para aperfeiçoar esta memoria, quando me recolher a ella, restringir-me-ei tão sómente a da-lo do concelho de Chaves. Visto que este hé dos mais fertéis da provincia; e d'elle se pôde tirar huma idéa para o mais resto d'ella.

CAPITULLO 14

Do concelho de Chaves

O concelho de Chaves confina pela parte do norte com Galiza, e concelho de Monforte de Rio Livre; ao oriente com o de Mirandella, Lamas d'Orelham e Agoas Revés; ao meio dia com o de Villa Pouca; e ao occidente com o de Montalegre. Contem vinte quatro legoas de terreno quadrado; e por isso pôde conciderar-se em figura d'hum quadrilatro. Involve trez grandes montanhas, de que sahem cadeias de montes, que se entrelação; deixando entre si valles, e campos capazes de toda a producção.

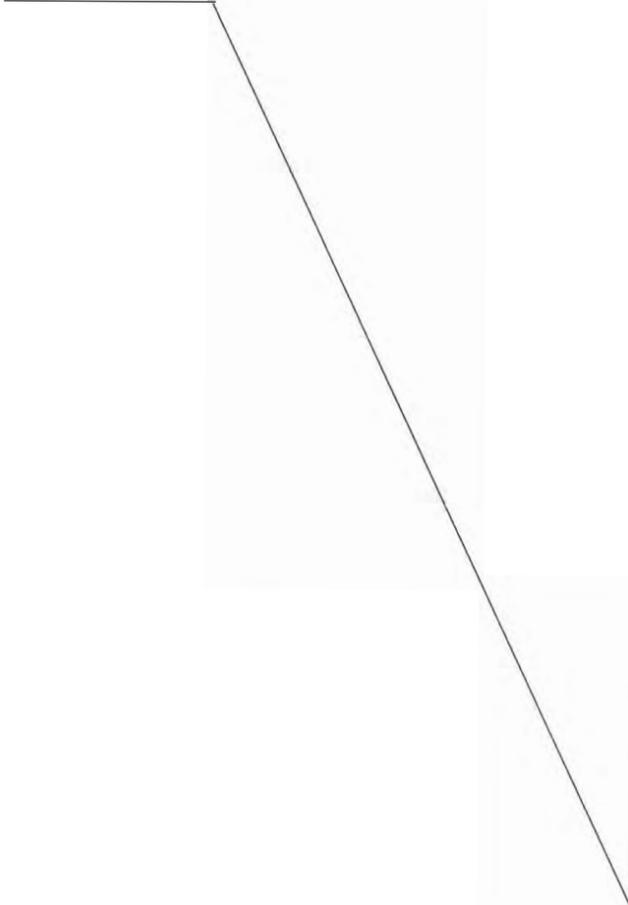
Tem mais de trez mil nascentes de agoas; e alguns tão abundantes, que formão regatos capazes de fazer andar moinhos. Hé travessado pelo Tamega obliquamente, e se fosse em linha recta seria parallelo aos lados do concelho. O numero dos moradores extrahido dos livros da siza hé de 7118.

Regullando pois os annos ordinariamente pela noticias dos rendeiros, e sujeitos intelligentes de que se averiguou o possivel, pôde formar-se o seguinte mapa, em que se deixão ver as suas producçoens, colheita, extracção, preço, etc.

MAPA DAS PRINCIPAES PRODUCCOENS DO CONCELHO DE CHAVES, COLHEITA, PREÇO, E EXTRACÇÃO DAS MESMAS, COM A ENTRADA E SAHIDA DO DINHEIRO E SUAS CAUZAS

PRODUCCOENS	COLHEITA	PREÇOS ORDINARIOS	SOMMA DO EMPORTE	CONSUMMO	SOMMA DO CONSUMMO	EXTRACÇÃO	SOMMA DA EXTRACÇÃO
Trigo serodio	20.000	400	8.000.000	12.000	4.800.000	8.000	3.200.000
Dicto temporão	24.000	320	7.680.000	16.000	5.120.000	8.000	2.560.000
Centeio	650.000	240	156.000.000	600.000	144.000.000	50.000	12.000.000
Milho	140.000	200	28.000.000	140.000	28.000.000	—	—
Legumes	18.000	360	6.480.000	18.000	6.480.000	—	—
Castanhas	1.600.000	70	112.000.000	1.600.000	112.000.000	—	—
Batatas	60.000.000	80	4.800.000	30.000	2.400.000	30.000	2.400.000
ALQUEIRES							
Seda	8	84.000	672.000	—	—	8	672.000
Linho	9.000	3.200	28.800.000	9.000	28.800.000	—	—
Cera	120	9.600	1.152.000	120	1.152.000	—	—
Sumagre	4.000	300	1.200.000	—	—	4.000	1.200.000
Lam	1.500	2.000	3.000.000	500	1.000.000	1.000	2.000.000
ARROBAS							
Azeite	16.000	2.400	38.400.000	12.000	28.800.000	4.000	9.600.000
Vinho	220.000	500	110.000.000	190.000	95.000.000	30.000	15.000.000
ALMUDES							
Totalidade	—	—	506.184.000	—	457.552.000	—	48.632.000

ENTRADA DO DINHEIRO PARA O CONCELHO

CAUZAS D'ELLA	SOMMA
Extracção dos productos	48.632.000
Soldos para a tropa	60.000.000
Muniçoens de boca da tropa	32.000.000
Direitos d'alfandega	3.600.000
Despezas das estallages	8.000.000
Cazaes de fora	8.000.000
Despezas dos militares de fora	10.000.000
Exportação da courama	2.000.000
	
[Totalidade]	172.232.000

SAHIDA DO DINHEIRO PARA FORA DO CONCELHO

CAUZAS D'ELLA	SOMMA
Alfandega	4.600.000
Tabaco	7.400.000
Siza	5.000.000
Decima	5.000.000
Subsidio litterario	1.600.000
Real d'agoa	600.000
Sabão	2.000.000
Bulla da Cruzada	800.000
Abbadias	440.000.000
Foros do Almojarifado	4.000.000
Do Sarnache	120.000
De Tresminas	60.000
Rendas da Mitra	3.700.000
Patriarchal	2.700.000
Commenda de Moreira	4.000.000
Calvão	1.600.000
Carrazedo	2.000.000
Nogueira	200.000
Santa Leocadia	700.000
São Tyago	3.500.000
Rio Torto	2.600.000
S. João de Curveira	2.000.000
Parte da de Santa Justa, pertencente ao concelho	160.000
Fazendas, de lam estrangeiras	30.000.000
Fazendas do Reino	6.000.000
Para Galiza, por gado, pão etc.	9.000.000
Bacalhao, assucar, arroz, queijo, etc.	18.000.000
Fazendas de seda, galoens, etc., do Reino	6.000.000

CAPITULLO 15

**Sobre os methodos, que uzão os lavradores
na provincia de Tras os Montes**

Os lavradores de Tras os Montes guiados só por huma practica antiga dos seus maiores, desconhecem todos os bons methodos de agricultural as terras. Eu dou sobre isto huma idéa geral, qual pude adquirir pelas averiguaçoens proprias, e noticias dos meus correspondentes; entre os quaes tenho devido muito a Luiz Caetano de Campos, natural de Chaves, sujeito digno de estimar-se, pelo seu talento, probidade, e honra.

CAPITULLO 16

**Sobre as terras incultas, como as agricultãõ,
e a escolha que fazem d'ellas**

Começando a fallar das terras incultas, de que tanto abunda a provincia, humas são altas, e em montes, outras baixas, e em planos, e com differentes declinaçoens. A maior parte das baixas tem o terreno mais apertado, e as altas mais solto. São de cores differentes conforme a sua natureza de argilla, cal, etc., ou mixtos; porem ordinariamente a cor das altas hé avermelhada, e das baixas preta. Produzem matto e ervas inuteis. O matto hé mais natural nos montes, a erva nos planos; quando querem agricultural estas terras queimão o monte, depois com a enxada tirão as raizes, e sem methodo; porque como ignorão as charruas, não podem bem penetrar huma terra brava.

CAPITULLO 17

Sobre os estrumes

Os estrumes, e misturas de terras, couza tão essencial para a fertilidade, estão sem ordem na provincia. Uzão de estrumes das cavallariças, curraes, gado, e de lama; advertindo que não se canção em conhecer qual hé o mais proprio a este, ou aquelle terreno, e adversidade de producçoens inteiramente ignorão a mistura das argillas, cal, greda, cinzas, etc; nem sobre isto fazem a minima experiencia.

Advertindo que há em diversas partes muitos barros, e de excellente qualidade, e diversas cores, cuja profundidade sempre hé a menos de oito péz. Para os alhos, uzão algumas vezes de cinza, e para os outros semelhantes productos; de bagaçoão uzão para as vinhas só; principalmente terra de lombada.

De toda a qualidade de matto, mas principalmente de tójo formão os lavradores os estrumes; depois de cortado, o poem nos caminhos publicos, para que seja pizado, e quazi sempre de plantas seccas. Não uzão do methodo de estrumar as terras com as plantas produzidas no mesmo terreno, enterrando-as antes de florecerem. Nem observão proporção na quantidade, mas estrumão conforme o esterco que tem; porque a falta de gados faz com que haja muito poucos estrumes. Algumas semanas antes de semearem ordinariamente hé que costumão estrumar, espalhão logo os estercos, e só por falta de tempo hé que os tem em montão nas terras. Porem n'algumas partes os demorão

tambem muito de mais. Tambem os mesmos estrumes dos animaes são misturados com plantas reduzidas a putrefacção. Não observão regra alguma na preparação dos estrumes; nem os sabem applicar conforme a qualidade das terras, e dos diversos tempos.

CAPITULLO 18

Da lavoura; principalmente do grão

Os instrumentos, de que uzão para lavrar as terras são muito imperfeitos e incapazes de se obter a fertilidade, para que são destinados.

Os arados são de figura conica e athé o meio tem pouco mais de grossura de quatro polegadas; os quaes, quando muito penetraõ doze polegadas dentro nas terras. Nas terras de trigo, centeio, cevada, lavrão deixando-as em rêgos, os quaes estão separados com pouca differença de pé e meio. Mais de trez partes ficão sem lhe chegar o arado. Porem atravessando duas ou trez vezes a terra; ainda certamente se pôde julgar huma parte immovel. Depois de ararem as terras, uzão da grade, a qual hé igualmente defectuosa; visto que os seus dentes ordinariamente são de pao, curtos, redondos, e mal ordenados; e só serve para arrazar a terra. Só em dous lugares do concelho de Chaves me consta que uzem de charruas; porem hé rarissimas vezes; a largura das sua rodas hé de vinte polegadas, são grossas, e com dous buracos.

Tambem costumão trabalhar com enxadas, principalmente as vinhas. Estas são pouco mais, ou menos de sinco polegadas de largura, e seis de comprimento, e os cabos de trinta. Os animaes de que uzão para lavoura são bois e vacas jungidos, e apertados pelas pontas. Os carros são muito pezados, e se podião fazer com metade de madeira, que empregão; e se evitava huma trotacção tão enorme como fazem.

Nas sementeiras não se observa regra alguma, nem no preparo das sementes, e escolha de terras, e tempo. A sementeira do trigo, centeio, cevada hé em Setembro, e Outubro. A do milho em Abril, e Mayo. Porem n'algumas terras frias semeão logo que colhem. N'algumas terras costumão sempre semear o mesmo todos os annos; outras descanção, e só se semeão alternativamente. Algumas outras em hum anno, produzem pam, e em outro milho, descançando desde Junho, que se faz a ceifa, athé Abril seguinte, em que se semeia o milho, e no Agosto e Setembro, em que se colhe o milho immediatamente se semeia o pam, porque a terra fica preparada. Uzão muito pouco de regas; tambem há faltas de agoas; e em muitas partes por pouca direcção e má methodo não regão os predios. Estas agoas, com que se rega, ou são empoçadas, ou corredias. Aonde se empoça, ordinariamente regão de manhã ou de noite. A corredia, se hé publica, se divide nas aldêas pelos lavradores, e cada hum rega quanto lhe pertence. As terras, antes de se semearem, costumão-se lavrar duas vezes ordinariamente, excepto as destinadas para o linho, que estas são mais. As terras produzem em proporção ao que se semeia com diversidade, conforme as suas qualidades; porem ordinariamente em trigo, e centeio hum alqueire de sementeira nove athé dez de colheita; no milho hum dá duzentos. No linho hé mesma a colheita, que a semeadura.

Os trigos semeão-se ordinariamente em terrenos apertados, e seccos, algumas vezes costumão regar os serodios, mas hé com raridade. Muitas vezes se costuma mondar; porem não hé com muita frequencia. As ordinarias enfermidades, que padecem os paens são, ou seccarem pela falta de chuva, ou sendo as terras planas apodrecerem com a demaziada agoa. As diversas ervas, que nascem com o pam o inquinão muitas vezes, de forma que fica de má qualidade, e isto succede em muitas partes.

CAPITULLO 19

Dos linhos

A terra destinada para os linhos hé apertada e regadia, lavra-se quatro ou cinco vezes; e afim de ficar bem desfeita, e plana se agrada e engassa muito miudamente, depois de estercada. O tempo da sementeira hé Mayo; depois de nascido quinze dias monda-se, o que se faz mais duas vezes. Segue-se dahi a hum mez com pouca differença; cujo trabalho se repete. Arranca-se quando se julga quazi maduro o que tarda dous mezes.

Antes de abrir a baganha formão-se huns feixes, e se enterrão com a mesma baganha por trez ou quatro dias. Depois d'isto ripasse em huma taboa com dentes de páo, e apartada a baganha se poem ao sol, e depois de abrir deixa sahir a linhaça, de que a separa o vento, e depois se passa por crivos. Para curtir o linho, ou isto se faz em rios, ou em pôços formados de fontes ou pequenos regatos.

Nos rios se gasta o tempo a curtir, conforme elle corre mais, ou menos forte; mas ordinariamente hé cinco dias, e dobrado se gasta nas agoas empoçadas. Depois disto fazem huns molhos, que poem ao sol. Segue-se o pizarem-no muito com huns cilindros de páo que tem cinco polegadas de diametro, e doze athé quatorze de comprimento. Depois o macerão muito nas maons, para lhe fazer sahir a maior parte das arestas. Passa-se a espadas, o que hé na seguinte forma. Pega-se em huma porção de meio arratel, segurada por huma das extremidades contra o bordo superior d'hum cortiço. O resto, que fica pendente, se bate com hum instrumento de páo, a que chamão espadella, chato do comprimento da maça com a largura de quatro athé seis polegadas, termina como faca quazi em fio. Passa depois a ser sedado tantas vezes, quantas se quer mais, ou menos fino. Costumão curar o linho em meadas; mas isto não faz que depois senão cure em peça depois tecido; o que o fáz mais forte, e durável.

CAPITULLO 20

Das vinhas

A agricultura das vinhas consiste na cava e pôda. Costumão podar-se desde Dezembro, athé Março nas terras quentes, nas frias em Março. Cava-se a primeira vez em Abril, e Mayo; porem hé irregular, conforme os terrenos nas terras fortes. Cavasse depois que a uva sahio da flor que hé em Junho, nas outras hé em Abril. nos valles escavasse sempre; nos declives, só a uva, a que chamão merançan, e a segunda, que em algumas partes chamão a redra em Julho e Agosto. No fim de Setembro principios de Outubro, tempo em que as uvas estão maduras, lançaõ-nas n'humas partes em tinas, n'outras em lagares e ahi são pizadas por homens descalços. No concelho de Chaves são pizadas nos lagares por vinte trez horas sucessivas. Deixão-as algumas horas athé levantar todo o bagaço e abrem hum buraco no fundo por donde sahe o vinho que encubão. Segue-se a compressão do bagaço por huma trave, de que está pendente huma pedra muito pizada que pezará ordinariamente trinta arrobas.

Os toneis tem em diversas partes diferentes grandezas. Em varias partes costuma toldar-se com o trovão para o que não uzão de remedio algum. E tambem o calor o faz vinagre; e isto alguns o evitão pondo ramadas diante das adegas para fazer sombra.

O fabrico do vinho hé de diversos modos, o ordinario hé o vinho maduro estar nas tinas athé acabar de ferver, começa este a ferver às vinte quatro horas, e em todo o tempo da fervura se piza para que baixe o bagaço. O verde aos trez dias ferve, se lança logo nas cubas. Para reformar e multiplicar as vinhas, uzão de lançar cepas de cabeça; isto hé mergulhar a cepa em huma grande cova, e ahi lanção o ordinario quatro varas, e costuma isto ser logo que cahe a folha athé Março, as quaes no mesmo anno dão uvas.

CAPITULLO 21

Das Oliveiras

As oliveiras criam-se no melhor terreno, costumão plantar-se de estacas grossas; no tempo d'inverno. Em algumas partes as lavrão todos os annos, ou ao menos de dous em dous. Costumão tirar os ramos seccos e limpa-las. Na vareja da azeitona se destroem muitas vezes varas de oliveiras excellentes. As oliveiras, nem dão igualmente azeitona todos os annos. Carregão muito em hum, e que chamão safra, e no seguinte dão muito pouco. As azeitonas verdeaes carregão; porem algumas vezes faltão de todo. As azambujas produzem mais azeite que todas, e costumão carregar muito; porem como são muito meudas não são tão boas; e por isso de todos preferem os enxertos. A seifa do azeite dura desde Fevereiro athé Mayo. Costumão apanhar a azeitona mulheres que ganhão 40 reis; os homens que varejão ganhão 80 reis. O modo de fabricar o azeite hé com pouca differença das mais partes de Portugal.

CAPITULLO 22

Dos castanheiros

Os castanheiros produzem-se em toda a terra; e por isso se plantão na peor. Por meio d'elles quazi nunca se semêia nada; porque plantados em terra só propria d'elles, são prejudiciaes a outro renovo. Costumão-se lavrar estas terras ordinariamente cada dous annos. Limpão-os dos esgalhos inuteis, de que uzão para o fogo. Costumão tambem enxerta-los. Cortão as suas madeiras em algumas partes nos minguentes das luas de Janeiro, e Agosto, as quaes tem hum uzo muito grande para os carpinteiros. Os ouriços e folhas servem para estrumes n'algumas partes.

CAPITULLO 23

Das amoreiras

As amoreiras brancas são na provincia em muito pouca quantidade; porque ainda estão no abuzo de que não são boas. Das pretas hé que mais se servem. Com tudo em o districto de Mirandella há algumas brancas que costumão semear e depois plantar; pelo contrario as pretas nunca se semeão, mas só se plantão, não as enxertão, nem

fazem alguma outra agricultura, excepto o limpa-las d'algum esgalho secco. Costumão colher a folha de manhã; mas depois do sol para as enxugar do orvalho da noite porque aliás são nocivas ao sirgo. Ex aqui porque quando chove colhem só a muita precisa, que igualmente enxugão.

CAPITULLO 24

Das arvores silvestres

Há abundancia de arvores silvestres, que se produzem sem cultura como chôpos, negrilhos, carvalhos, sobreiros etc. Algumas são plantadas, outras produzem-se de si mesmo. Alguns são proximos aos caminhos, outros estão em montes, servem para madeiras, e algumas folhas applicão os lavradores para o sustento dos porcos. E d'estas se fazem lenhas, e principalmente do carvalho.

CAPITULLO 25

Dos pastos

Na provincia os pastos são muito maos; por não saberem os methodos de os aperfeçoar, e se acham sem algum genero de policia. As ervas não são de boa qualidade, por estarem misturadas com juncos, e outras semelhantes, que destroem a sua bondade. Desconhecem os prados artificiaes. Isto muito principalmente se observa nos baldios, que sendo aliás terras excellentes para produzir pam, se achão n'hum desamparo total de agricultura, ainda para os mesmos pastos. Há alguns prados, que se podem d'alguma forma dizer artificiaes, a que se chamão lameiros. Semeão-se e lhe fazem passar as agoas para os regarem. Cortão-os duas ou trez vezes em verde; e por fim o colhem secco para feno. Tem differentes qualidades d'erva a melhor hé a que chamam molar.

CAPITULLO 26

Dos gados

A agricultura pecuaria, parte tão interessante, se acha na provincia igualmente sem perfeição alguma. Não obstante haver toda a qualidade de gados, há muito poucos por falta de pastos, nem os lavradores tem rebanhos em proporção as terras, que possuem; para o que tambem concorre a sua grande, e notavel impericia. Alguns lavradores são tão pobres, que nem tem os bois, com que lavrão de seu, mas os tomão de renda por certa porção de pam. Os carneiros, e ovelhas pastão nos montes. Os bois, e vacas pastão no verão, e no inverno comem palha e feno. De cavallos, êgoas, machos, há muito pouco. Os gados costumão padecer varias enfermidades, principalmente tinha e bexigas, e quazi nada sabem sobre os remedios para os curarem. Nem das ovelhas enfermas costumão aproveitar a lã.

Há poucos leites, quazi nada d'inverno, e mesmo de verão, em Bragança, e varias partes, hé preciso muitas vezes empenhos para se conseguir; por se vender poucas vezes. Queijos tambem se fazem muito poucos, e tudo por falta de pastos, e má qualidade das ervas. Há poucas manteigas, ignorão os bons methodos de as fazerem.

CAPITULLO 27

Das abelhas

Os lavradores tambem uzão pouco de abelhas, para o que concorre ser o paiz sogeito a invernos rigorosos em que morre muita quantidade; com tudo em partes são solícitos em conservar os enxames, que recolhem ordinariamente em Junho. Costumão em Junho tirar o mel com hum instrumento de ferro proprio para isso. Os cortiços são cilindricos de 8, até 10 polegadas de diametro; com 2 ou 3 péz de altura. A falta de sustento acomette as abelhas principalmente d'inverno rigorozo, e muitas vezes lhes dão mel, para que não pereção.

Antes de dizer as cauzas, que tem obstado ao progresso d'agricultura em Tras os Montes, e o projecto para a sua reforma, parece-me congruente indicar o que observei no monte de Montezinho; que no paiz chamão das Agussadeiras, no dia 25 de Setembro de 1780, e em Montezinho no lugar de França, e na villa de Chacim o achar-me com bastante molestia motivou não fazer huma observação mais perfeita; o que ainda prottesto.

CAPITULLO 28

Observação do monte de Montezinho

Quatro legoas ao occidente de Bragança, está situado o monte de Montezinho, confinando pelo meio dia com Cova de Lua; e pelo norte com o lugar de Montezinho, proximo a raya. Podemos considera-lo como tronco, em que se une huma cadêa de montes, os quaes em diversas partes fazem huma figura de circulo, e os raios são como linhas, que servem de ponto a angulos obtuzos, e contem no fundo hum pequeno valle. Estes montes podem conciderar-se bem como huma arvore com seus ramos, tendo figura irregular, visto que huns fazem com o que se concidera como tronco, hum angulo recto, outro agudo, outro obtuzo; huns mais altos, outros mais baixos, huns depressos, outros compressos, e agudos etc. fazendo huma vista undular.

Começando por Cova de Lua a observação, a ossadura principal do monte hé de pedras schistozas continuadas, cujas laminas estão em diversos bancos com diferente situação, humas em figura perpendicular, outras horizontal, outras obliquamente. Estas laminas dos schistos estão n'huns com huma união mais forte, n'outros se despegão com summa facilidade. A superficie hé muito liza, facilita a reflexão dos raios do sol, e faz ao longe huma vista agradável. Depois porem muda o monte de Ovadura, constando de grandes bancos de cantarias, donde se conduzem para diversas partes para o ornato dos edificios; pelo chão se achão cahidas muitas pedras arenatas; e quartzos.

As suas plantas são carqueija, urzes, matto, hé muito fragozo, e por isso difficilimo para a agricultura. Este monte hé metalico, e envolve abundantissimas minas de ferro muito ricas. Huma legoa distante de Cova de Lua, no caminho do monte, se achão muitos boccados de mina de ferro cahidos; pezados e riquissimos. Pode servir de signal huma cantaria grande que sahe da parte de sima do monte, inclinada para o caminho, e no chão ahi mesmo se achão duas, huma plana, outra de figura quazi oval.

Não pude descobrir a mina por hir com bastante molestia, que augmentava a actividade do sol, e o matto hé muito espesso, que com bastante trabalho se penetra.

Este monte foi em outro tempo trabalhado com muita deligencia; porque prescindindo da firme tradição daquelles povos, observo vestigios fieis d'esta verdade, por quanto em diversas partes do monte se conhece terem alli os antigos officinas aonde trabalhavão muitos metaes. Vêm-se grande montoes d'escorias, que attestão isto mesmo, como se observa em abundancia junto a huma pequena fonte, que se encontra na passagem do Sabor, no mesmo rio, e em diversas outras partes.

Antes de chegar às pedras de ferro, que se achão cahidas no caminho, 200 passos pouco mais, ou menos, n'hum declive do monte com a face para o nascente, se acha hum fosso debaixo da terra, que tem pequena profundidade, porem grande extensão. Pela parte exterior está cuberto de matto muito espesso, e por isso facilmente se não vê, mas podem servir de signal, para se conhecer humas fragas grandes de cantaria em linha recta, para a parte esquerda olhando ao nascente.

A entrada hé muito estreita, apenas cabe hum homem, e hé no principio do mesmo fosso; a descida hé pequena, de vara e meia d'altura e logo se poem os péz em terra firme. Entrei dentro em companhia d'hum rustico, que me impedia persuadindo-me ser aquillo caza d'encantos, aonde ninguem se atrevia a entrar. Com huma luz, que levamos observei hum fôssos grande, que medi exactamente; tinha cem palmos de comprido, 35 de largo, e 15 d'altura. Elle foi em outro tempo muito mais dilatado, mas pelo decurso dos annos se tem entupido por cauza das pedras, que cahem dos bancos internos.

D'entro se observão outros dous fôssos particulares, hum para a parte esquerda do occidente, que se achava quazi entupido com o tempo; mas persuado-me, que seria bastantemente comprido. A sua altura hé pouco menos de homem. Pela parte de sima com direcção para o oriente, se acha outro tambem interno com 18 palmos de largura e 4 de altura, tambem se acha entupido, pôde conjecturar-se que este fôssos hia sair ao Sabor d'alli meia legoa.

A sua figura interna hé de abobeda, mas pouco regular, os bancos de pedra são diversos, abunda em schisto, ainda que externamente senão conhece. Tem dentro muita terra humoza, e vegetal em actual putrefacção. Os schistos estão postos horizontalmente, e as laminas se despegão com facilidade, principalmente no inverno; razão por que com o tempo se virá a entupir. Tem cantaria em bancos, e alguma muito pezada, e resplandecente de cor cinzenta.

Este fôssos hê de presumir, que seria manufactura dos homens; a fim de executar algum trabalho, particular naquelle monte, e os outros fôssos mais pequenos, se podem julgar como canaes, por onde querião conduzir a agoa dos rios vezinhos; e estou persuadido que muitos destes se acharão no mesmo monte. Os rusticos dizem, que deste fôssos tiravão os mouros ouro puro.

100 passos pouco mais, ou menos em huma volta que faz o monte, para a parte superior á mão esquerda há muitos, e grandes bancos de cós *novacula* excellente para aguçar, de que se servem os barbeiros de diversas partes; e isto deo o nome ao monte, que chamão das Agussadeiras. Os bancos tem linhas em disposição irregular; humas fazem a figura de hum quadrado, outras de hum parallelogramo, outras de triangulo, etc.

Este monte he objecto de grandes murmuraçoens entre aquelles póvos circunvezinhos; ha tradição, que ahi existem varias minas de chumbo, estanho, ferro, prata. O certo he ser muito mettallico; e que a observação fará conhecer nelle bastantes cousas. A ignorancia das gentes rusticas lhes faz crer, que aquelle monte he cheio de

mouros encantados, que se conservão a guardar preciosos thesouros; e por isso que só hum livro magico, a que chamão o tomo, he capaz de desencantar aquellas riquezas, como já tem succedido a muitas pessoas, que nomeão. Contão varias historias, fabulas ridiculas, e annis.

CAPITULLO 29

Do lugar de Montezinho

Em o baixo deste monte quasi duas legoas de Cova de Lua está situado o lugar de Montezinho hum quarto de legoa distante da raya. Contém 22 moradores, gente a mais rustica, com que tenho communicado. Pasmão, e se affligem em ver gente da cidade; porque julgão que lhes vão fazer mal. Hum homem a quem procurava, para d'elle saber algumas cousas, se escondeo apressadamente dentro em hum forno, entendendo ser justiça para prendello.

Este lugar acha-se rodeado de huma cadêia de montes, e he muito pouco cultivado, hê frigidissimo, colhem pouco pão. Não tem nenhuma vinhas absolutamente; as que possuem, estão em o lugar de França, distante huma legoa. He bem verdade, que se soubessem a arte da agricultura, não estarião naquella indigencia, nem precisarião dever ao lugar de França toda a colheita do seu vinho.

Na sahida do lugar para a parte da raya se achão muitos bancos de cantarias, com diversos veios de largura de hum dedo, cuja materia hé sulfurea. Subi a hum outeiro, a que chamão Lombo da Mina, o qual, não obstante ter boa terra, poucas fragas, não he absolutamente cultivado; podendo muito bem ser plantado de vinhas, ou de pam; sendo perguntados da causa do seu descuido, respondem que os seus maiores nunca o cultivarão, e que o muito frio o não permittia.

No alto do monte, aonde se divide Portugal de Castella, se acha hum profundissimo fôssco, que se conhece ser feito artificialmente; não consta que pessoa alguma tenha lá descido. Desejava entrar nelle; mas não havia commodidade, porque se necessitavão sarilhos, cordas, etc., de que não hia precavido.

A boca he em figura de parallelogramo, tem de comprimento 20 palmos. As pedras, que se lançavam de sima, mostravão huma profundidade notavel, porque se ouvião cahir por muito tempo. Os rusticos affirmão que tem mais de 30 varas de altura; e se persuadem que no fundo ha cazas, e salas, em que dormião, e habitavão os mouros, e que alli permanecem encantados. Junto a elle se acha hum pequeno fôssco aberto há poucos annos com o destino de averiguar, se existia alli alguma mina, que deixarão de trabalhar não lhe sahindo, se não pedra. Nada mais averigui em Montezinho.

CAPITULLO 30

Do termo, e lugar de França

Parti para França, e observei que o caminho, e a ossadura do monte he de pedras schistosas. Pelo caminho se achão bastantes pedras riquissimas de estanho; denotão huma mina vezinha que não pude descobrir por cauza da mesma molestia. Mas he certo que em outro tempo foi bastante trabalhada, e que agora se acha entupida.

Para a parte direita, pouca distancia fóra do caminho, em hum sitio, a que chamão as Covas Altas de França, ha quatro fôssos, dos quaes hum he grandissimo, e maior que o do Lombo da Mina de Montezinho, o que se conhece pelas pedras, que se lanção. Tem a bocca estreita, quazi quadrada, com 10 palmos de comprimento: he tradição que se communica ao Sabor, que corre alli vezinho com distancia de hum quarto de legoa. A ossadura vezinha he de pedras schistosas.

Tudo isto são signaes evidentes, de quanto os antigos trabalharão estes montes, donde conduzião agoa de partes distantes; o que se conhece ainda pelos diversos regos, por onde corria.

França he hum lugar muito ameno, e aprazivel, para o que concorre estar situado junto ao Sabor, a cujas margens estão plantadas muitas arvores, que fazem sombras, e sitios agradaveis. Tem 32 vezinhos, está situada duas legoas distante de Bragança; he muito cultivado, e colhe muito vinho.

O Sabor naquelle sitio hé riquissimo; por quanto das suas arêas se colhe ouro puro, de que há poucos annos se aproveitou hum sugeito da corte, que fez alli hum trabalho notavel com bastante lucro. E actualmente conheço dous pretos, que se não sustentão de outras couza mais que de procurar as arêas deste rio. Algumas fragas d'elle são de pedras schistosas, de que só abundam aquelles sitios; e entre ellas se achão humas veias tenues de metal, que ainda não examinei; a gente affirma serem de prata e que o mesmo sugeito de Lisboa tirou d'alli bastante. Tem cheiro muito sulfureo, de que abundão aquelles lugares.

CAPITULLO 31

Da villa de Chacim

Chacim he huma villa situada para o occidente de Bragança, 6 legoas distante, na falda do monte de Montemê, para a parte do nascente. Tem só hum lugar de termo, que hé o dos Olmos, hé governada por juizes ordinarios, e pertence a comarca da Torre de Moncorvo. A povoação hé de 150 vezinhos, e o abbade tem de rendimento trez mil cruzados. Esta villa foi sempre muito industrioza, como vimos no capitullo 8 quando fallamos da fabrica de sedas.

Hé muito fertil, produz com abundância trigo, centeio, milho, feijão, castanhas, azeite, ortaliça; hé em linhos abundante. Tem excellentes pomares com fructos de diverso genero, excepto de espinho, de hum gosto delicado. N'outro tempo não foi tanto cultivada, mas há 12 annos a esta parte tem feito maior progresso.

Este paiz hé muito proprio para a creação de amoreiras, plantadas dentro em pouco annos, se fazem arvores grandes. Faz-se ahi huma notavel creação de seda, mas ainda não hé bastante para consummir toda a folha, que se extrahe para os lugares circumvezinhos. As pessoas de bem tratão-se com aceio, e civilidade.

Tem perto o celebre hospicio de Nossa Senhora de Balsamão, respeitável pelo aceyo, e romarias, que de todas as partes vão fazer áquelle lugar sancto.

O monte chamado da Rodélla abunda em amianto, asbesto, e se achão nelle riquissimas minas desta pedra. Huma, de que extrahi bastante porção, está situada

logo passado o vão de hum sitio, a que chamão do Screledo, no caminho, que vai de Paradinha para Limoens, por sima do rio Azivro, distante huma legoa de Chacim para o nascente, e hum quarto de legoa de Nossa Senhora de Balsamão. Este monte abunda muito em alecrim. E tambem delle há diversas fabulas, de que se persuadem aquellas gentes. O monte de Montemê o tem por prodigiozo, e riquissimo; e por isso existe entre elles o seguinte adagio: no monte de Montemê atirão os pastores com ouro ao gado, e não sabem o que hé. Todos estes montes necessitam d'huma maior averiguação.

Hé sem duvida, que a provincia de Tras os Montes hé muito rica em minas de todo o genero, e que a indagação e estudo nos seus montes, fará descobrir bastantes mineraes; huns já abertos, trabalhados pelos antigos, e outros novos. Não precisamos da historia para conhecer o uzo da methalurgia neste monte pelos antigos; as escorias e fragmentos que vemos n'elles dão hum signal evidente das officinas, com que nos mesmos montes trabalharão os metáes, como vimos no capitullo 11 é 28 quando fallamos do monte de Montezinho.

Em 1628 se descobrio no lugar de Paramio, duas legoas de Bragança huma mina de prata tão abundante, que tinha el rei oito arrobas livres para a sua coroa. No principio deste seculo se extinguiu uma fábrica real de estanho purissimo no lugar de Brinhozinho termo da villa de Bemposta, comarca de Miranda por má direcção.

CAPITULLO 32

Concluzão

Ex aqui pois a descripção da provincia de Tras os Montes dada em geral, e o mais breve que pude, não hé exacta, porque pende de viagem e outras averiguaçoens, que não tenho feito, mas prottesto ainda propolla a esta respeitavel sociedade depois de me recolher a ella.

Como a agricultura hé a baze fundamental da riqueza dos povos da sua povoação, industria, e polimento, estou certo, que sendo ella bem dirigida na provincia de Tras os Montes, fará a sua total reforma; povoar-se-hão os lugares, as gentes se farão ricas, industriozas, e polidas; executar-se-hão as artes, e se obterá a felicidade da provincia. Portanto vou propor as cauzas que obstão ao progresso d'agricultura principalmente as quaes precavidas, a agricultura floreceirá em toda a provincia.

CAPITULLO 33

Das cauzas, que obstão ao progresso d'agricultura em Tras os Montes

As cauzas, que tem obstado ao adiantamento d'agricultura em Tras os Montes, se podem tambem conciderar algumas geraes a todo o Reino. Estas pois para maior clareza as dividimos em moraes, e em fizicas. Por cauzas moraes entendemos aquellas, que obstão mediatamente, isto hé, que não influem na vegetação, mas pendem da

constituição dos lavradores, do genio, e indole dos povos do seu governo, commercio, e administração. As fizicas são aquellas, que obstão immediatamente; isto hé, que influem na vegetação, e nascem da ignorancia da arte d'agricultar as terras.

As cauzas moraes são:

- 1 — O desprezo com que são olhados os lavradores.
- 2 — A sua estupidez, e ignorancia.
- 3 — A sua pobreza.
- 4 — Os muitos baldios e terras incultas.
- 5 — Andarem muitos predios por maons de arrendatarios.
- 6 — A difficuldade dos transportes, e do commercio.

As cauzas fizicas são:

- 1 — Uzarem de instrumentos imperfeitos para agricultar a terra.
- 2 — Obrarem por huma simples rota dos seus maiores; e por isso:
- 3 — Ignoram as combinaçoens de terras, argillas, marnes, etc.
- 4 — A falta de estrumes, e a ignorancia dos bons esterco.
- 5 — A falta de regas.
- 6 — Outras muitas imperfeiçãoens, que executão na escolha das sementes nas sementeiras, e colheitas na manufactura dos productos, etc.

CAPITULLO 34

Projecto de reforma

Desenvolverei pois estas idéas propondo ao mesmo tempo os caminhos, que me parecem justos a fim de constituir hum projecto, que indique a reforma da provincia de Tras os Montes.

Portanto mostrarei:

- 1 — A grande necessidade que há de se viajar a provincia, a fim de a conhecer fizica e moralmente; para com exactidão propor os meios da sua reforma.
- 2 — O respeito, e attenção com que devem ser olhados os lavradores.
- 3 — Os meios de evitar a sua estupidez e ignorancia.
- 4 — Os meios de remediar a sua pobreza.
- 5 — Que devem agricultar-se os baldios e terras incultas.
- 6 — Que se devem acautellar os arrendamentos dos predios damnozos a agricultura.
- 7 — Que se devem facilitar os transportes, e commercio, fazendo navegaveis alguns rios.

Nas causas físicas mostrarei:

- 1 — A necessidade que há de se instituir huma academia d'agricultura, que estude e proponha os melhores methodos de agriculturalar.
- 2 — A perfeição dos instrumentos, a necessidade das charruas.
- 3 — A utilidade da combinação das terras, da qualidade das argilas, e marnens, etc., a sua influencia na vegetação.
- 4 — Os bons esterços, a sua influencia n'agricultura.
- 5 — A utilidade das regas, o methodo de se obterem.
- 6 — A boa escolha das sementes, os methodos de semear, colher e outras mais couzas, congruentes para a perfeição d'agricultura.

TESES APRESENTADAS À FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Guilhermina Mota

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Os estudos de população têm constituído uma temática de investigação importante na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Ao longo dos anos, a eles se consagraram muitos dos que elaboraram dissertações de doutoramento, de mestrado e de licenciatura.

Assim se gerou uma vasta produção científica que cobre um espaço cronológico apreciável e que abrange inúmeras áreas regionais, urbanas e rurais. No entanto, salvo raras excepções – em regra, teses de doutoramento – as obras resultantes da pesquisa efectuada nunca chegaram a ser publicadas.

O Centro de Estudos da População e da Família, consciente da importância desses trabalhos e do deficiente conhecimento que deles existe, teve a ideia de proceder à sua divulgação, através da publicação de uma lista de todos os títulos de dissertações apresentadas na Faculdade de Letras que versem a temática da população.

Optámos por contemplar não só a produção historiográfica, mas também a realizada no âmbito da Geografia. Resolvemos igualmente incluir todas as obras que se relacionam com o tema, mesmo que contenham referências meramente pontuais.

Por critério de organização, introduzimos separadamente as teses de História e as de Geografia, dentro de cada grupo distinguimos as de doutoramento, as de mestrado e as de licenciatura, ordenadas alfabeticamente pelo nome dos autores.

O nosso objectivo é fornecer um instrumento de trabalho que possa ser útil a todos os que se interessam pelos temas de população, mas também dar visibilidade ao labor de tantos que ajudaram a construir o nosso conhecimento.

EM HISTÓRIA

TESES DE DOUTORAMENTO

- ARAÚJO, Ana Cristina – *A morte em Lisboa: Atitudes e Representações - 1700-1830* – Lisboa: Editorial Notícias, 1997 (apresentada em 1995), pp. 31-73.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de – *Comportamentos morais e estruturas sociais, numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720). Reconstituições e interpretações e metodologias* – Coimbra: Faculdade de Letras, 1997 (policop.).
- CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira – *Permanência e mudança em duas comunidades do Litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910* – Coimbra, 1989 (polic.), Vol. I, pp. 55-237.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: Estudo de História Rural* – Lisboa: INCM, 1989 (apresentada em 1983), Vol. I, pp. 1-81.
- NETO, Margarida Sobral – *Terra e conflito. Região de Coimbra - 1700-1834* – Viseu: Palimage, 1997 (apresentada em 1991 com o título *Regime Senhorial, Sociedade e Vida Agrária. O Mosteiro de Santa Cruz e a Região de Coimbra - 1700-1834*), pp. 17-27.
- OLIVEIRA, António de – *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* – Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971-1972, Vol. I, pp. 142-297; Vol. II, pp. 434-473.
- PAIVA, José Pedro – *Bruxaria e superstição num país sem «caça às bruxas». Portugal 1600-1774* – Lisboa: Editorial Notícias, 1997 (apresentada em 1996), pp. 237-245.
- ROQUE, João Lourenço – *Classes Populares no Distrito de Coimbra no Século XIX (1830-1870). Contributo para o seu Estudo* – Coimbra: 1982 (polic.), 2 Vols.
- VAQUINHAS, Irene Maria – *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918* – Porto: Afrontamento, 1996 (apresentada em 1990), pp. 49-114.
- VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III* – Coimbra, 1992 (polic.), Vol. I, pp. 17-253.

TESES DE MESTRADO

- ALVES, Vitor Fernando da Silva Simões – *Sazes de Lorvão de 1660 a 1760. Espaço, Sociabilidade e Poderes numa Paróquia Rural* – Coimbra, 1989 (polic.). Caps. II e III.
- FILIFE, Alda Maria Mourão – *Comunidades Rurais do Interior do Distrito de Coimbra na Segunda Metade do Século XVIII. Um Itinerário Económico e Social* – Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro / Governo Civil de Coimbra, 1989, pp. 15-23.
- MARTINS, José Alberto Ferraz – *Casamento e Sociedade no Bispado de Coimbra no Primeiro Quartel do Século XVIII: Os Impedimentos de Matrimónio* – Coimbra, 1987 (polic.).
- MONTEIRO, Augusto José Rodrigues Martins – *Manteigas na Segunda Metade do Século XVIII. «Villa onde [nem] tudo sam lans e pannos...»* – Coimbra, 1989 (polic.), pp. 38-75.

TESES DE LICENCIATURA

- AFONSO, Berta das Dores – *Castro Vicente e a sua População de 1691 a 1799* – Coimbra: 1975 (dact.).
- ALVES, José Boaventura – *A Freguesia da Cumieira na 1.ª metade do Século XVIII* – Coimbra, 1969 (dact.).
- ALVES, José Carlos Governo Mendes – *A Freguesia do Espinhal do Concelho de Penela na 1.ª metade do Século XVIII* – Coimbra, 1971 (polic.).
- ARAGÃO, João Nuno Montenegro de Pina – *Aspectos Sociais e Económicos de Coja no Século XVIII* – Coimbra, 1968 (dact.), pp. 53-138.
- BANDOS, António do Rosário – *A Freguesia de Almalaguês na 2.ª metade do Século XVI - 1560-1599. Estudo Demográfico* – Coimbra, 1968 (dact.).
- BASTO, Ana Isabel Proença de Almeida – *A População da Freguesia de Podentes no período de 1623 a 1699* – *Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1973 (copiogr.).

- BASTOS, Maria José Monteiro Ribeiro – *A Freguesia do Espírito Santo de Aveiro de 1700 a 1739 – Estudo Demográfico* – Coimbra, 1971 (polic.).
- CALÇADA, Maria Tereza de Mendonça Cardoso – *A Freguesia de S. Gabriel da Granja do Ulmeiro de 1750 a 1799 – Estudo Demográfico* – Coimbra, 1971.
- CAMPOS, Cipriano de – *A Freguesia de Podentes na primeira metade do Século XVIII – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1967 (dact.).
- CAMPOS, Maria Margarida Cunha Paula de – *A População da Freguesia de Ançã no período de 1690 a 1739 – Ensaio de Demografia Histórica* – Coimbra, s.d. (polic.).
- CARVALHO, João Manuel de Almeida Saraiva de – *A Freguesia do Espinhal do Concelho de Penela de 1812 a 1862 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1974 (polic.).
- CARVALHO, Maria Teresa Castela Pacheco de – *A População da Freguesia de Sazes de Lorvão no período de 1660-1709 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1973 (copiogr.).
- CARVALHO, Maria Teresa Palhinha Gomes de – *A Freguesia de Portunhos de 1659-1708 – Demografia Histórica* – Coimbra, 1972 (polic.).
- CRUZ, Maria Luísa Moreira do Vale Oliveira – *A População da Freguesia do Furadouro de 1684-1733 – Breve Estudo Demográfico* – Coimbra, 1972 (polic.).
- DIAS, Joaquim Gomes – *A Freguesia da Cumieira do Concelho de Penela na segunda metade do Século XVIII – Estudo Demográfico* – Coimbra, 1972 (polic.).
- DUARTE, Maria Mercedes Beirão B. – *A Freguesia de S. Miguel da Ribeira de Frades de 1750 a 1799 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1973 (copiogr.).
- FERREIRA, Maria Helena Andrade – *A Freguesia de Condeixa-a-Nova na segunda metade do Século XVII - 1641-1680 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1971 (polic.).
- FIGUEIRA, Américo Dias Barata – *A População de Pedrógão Grande de 1690 a 1739 – Subsídios para uma Monografia Histórica* – Coimbra, 1967 (dact.).
- FILIFE, Luísa Maria Leal – *A População da Freguesia de Soure no período de 1685-1724 – Subsídios para o seu Estudo* – Coimbra, 1971 (polic.).
- FREIRE, António Artur Valente de Abreu – *A Freguesia de Santa Marinha de Avanca de 1700 a 1724 – Estudo Demográfico* – Coimbra, 1970 (polic.).
- FURTADO, Maria Hortênsia do Couto – *A População da Freguesia de Santa Maria da Murtosa, no primeiro quartel do Século XVIII – Estudo Demográfico* – Coimbra, 1968 (dact.).
- GAIVÃO, Maria do Carmo G. M. de Mascarenhas – *A Freguesia de S. Martinho de Árvore de 1616 a 1685 – Estudo Demográfico* – Coimbra, 1974 (polic.).
- GAMA, Ângela Maria do Monte Barcelos da – *A População da Freguesia de São Miguel de Penela de 1700 a 1799 – Contribuição para a História Social do Concelho de Penela no Século XVIII* – Coimbra, 1965 (copiogr.).
- GERALDES, Maria de Jesus Batista – *A Freguesia de Vilarinho do Concelho da Lousã na primeira metade do Século XVIII – Estudo Demográfico* – Coimbra, 1973 (copiogr.).
- GIRÃO, Maria da Graça Pessoa Frota – *Repovoamento na Área do Actual Concelho de Coimbra – Séculos IX a XII* – Coimbra, 1964 (copiogr.).
- GOÑÇALVES, Maria Adriana Beirão – *A População da Freguesia de S. Martinho de Tavarede de 1700 a 1749 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1971 (polic.).
- LACERDA, Idalina de Jesus Raposo – *A Freguesia de Murte de - Concelho de Cantanhede - de 1615 a 1684 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1973 (copiogr.).
- LOPES, Maria José Monteiro – *A Freguesia de S. Gens de Arganil no período de 1700 a 1749 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1971 (polic.).
- LUCAS, Maria Eugênia Ferreira – *A Freguesia de Pereira no período de 1700 a 1739 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1970 (dact.).
- MACEDO, Aline Batalha de – *A Freguesia de Santa Maria de Sever do Vouga de 1703 a 1762 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1971 (polic.).
- MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero – *Para o Estudo do Algarve Económico durante o Século XVI* – Lisboa: Cosmos, 1970 (apresentada em 1967). Capítulo I.
- MAGALHÃES, Maria Helena Felgueiras e Sousa – *A População da Freguesia do Furadouro de 1734 a 1793 – Estudo de Demografia Histórica* – Coimbra, 1973 (copiogr.).
- MAIA, Carlos Luís Albarino – *A População da Figueira da Foz na primeira metade do Século XVIII* – Coimbra, 1968 (dact.).

- MARIANO, Maria da Glória Jorge – *A Freguesia de Quiaios de 1700 a 1739 – Estudo Demográfico – Coimbra, 1968 (polic.)*.
- MARQUES, Maria Magaly de Menezes – *A Freguesia de Santa Cruz de Coimbra no 1.º quartel do Século XVIII Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1973 (copiogr.)*.
- MARTINS, Ivone Sofia Lourenço Mendes Lhansol – *A Freguesia de Chão de Couce - 1652-1701 – Demografia Histórica – Coimbra, 1973 (copiogr.)*.
- MARTINS, Ortélia dos Santos – *A Freguesia de S.Miguel de Oliveira do Bairro de 1690 a 1729 – Estudo Demográfico – Coimbra, 1970 (dact.)*.
- MATOS, Antônio Joaquim Costa – *A Freguesia da Sé de Braga de 1650 a 1679 – Subsídios para uma Monografia Histórica – Coimbra, 1968 (dact.)*.
- MENDES, José Maria Amado – *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII Segundo um Manuscrito de 1796 – Coimbra: INIC, 1981 (apresentada em 1972)*.
- MOREIRA, Nicélia Fernandes – *A Freguesia de Carvalho no período de 1606 a 1655 – Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1973 (copiogr.)*.
- PEREIRA, José Azevedo – *A Freguesia de S. Cristóvão de Coimbra no Século XVIII - 1707 a 1799 – Subsídios para uma Monografia Histórica). Coimbra, 1968 (dact.)*.
- PEREIRA, Luis Fernando Abreu Leite – *A Freguesia de S. Sebastião de Guimarães de 1600 a 1650 – Subsídios para uma Monografia Histórica – Coimbra, 1972 (polic.)*.
- PINHO, Custódio Augusto Crespo Martins de – *A Freguesia de S. Bartolomeu de Coimbra no 2.º quartel do Século XVIII – Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1968 (dact.)*.
- PIRES, Maria Dolores Borges Mendes – *A Freguesia de S. Pedro da Vila do Seixo - 1714-1763 – Estudo Demográfico – Coimbra, 1972 (polic.)*.
- POIARES, Ana Elvira Rocha da Silva – *O Concelho de Cantanhede. Elementos para a sua História – Coimbra, 1963 (copiogr.)*.
- RIBEIRO, Fernando Manuel de Faria – *A Freguesia de S. Bartolomeu no 3.º quartel do Século XVIII – Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1973 (copiogr.)*.
- RIBEIRO, Maria Guiomar d'Abreu Serra – *A População da Freguesia de Nossa Senhora da Graça - anteriormente chamada Nossa Senhora d'Ajuda - de Bendafé, de 1704 a 1763 – Breve Estudo Demográfico – Coimbra, 1973 (polic.)*.
- RODRIGUES, Carlos Manuel Santos de Assunção – *A Freguesia da Sé de Coimbra no 1.º quartel do Século XVIII – Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1970 (dact.)*.
- RODRIGUES, Maria Alice Tavares – *A População da Freguesia de Santiago de Almalaguês no período de 1641-1680 – Ensaio de Demografia Histórica – Coimbra, 1971 (polic.)*.
- SANTOS, Maria da Assunção Mendes de Seica e – *S. Paulo de Frades no Século XVIII. Aspectos Sociais e Económicos – Coimbra, 1970 (dact.)*, pp. 30-116.
- SEABRA, Maria Judite de Carvalho – *A Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Avô no período de 1703 a 1752 – Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1974 (polic.)*.
- SEQUEIRA, Beatriz da Conceição Leitão – *A Freguesia de Vila Seca no período de 1695 a 1744 – Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1973 (copiogr.)*.
- SIMÃO, Maria dos Anjos Antunes – *A Freguesia de S. Mateus de Unhais-o-Velho de 1697 a 1746 – Estudo Demográfico – Coimbra, 1972 (polic.)*.
- SOARES, Ana Maria dos Santos – *A Freguesia de Soure no período de 1725 a 1764 – Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1971 (polic.)*.
- SOARES, Maria Helena Leal – *A População da Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paião de 1666-1705 – Breve Estudo Demográfico – Coimbra, 1971 (polic.)*.
- SOARES, Maria de Lourdes Canas – *A Freguesia de Nossa Senhora da Natividade do Luso na primeira metade do Século XVIII – Estudo de Demografia Histórica – Coimbra, 1972 (copiogr.)*.
- TEIXEIRA, Maria Elda – *A População da Freguesia de Santa Maria de Alcáçova de Montemor-o-Velho no período de 1676- 1775 – Subsídios para o seu Estudo – Coimbra, 1969 (dact.)*.
- VICENTE, Maria Isolete Pires dos Santos – *A População da Freguesia de Vilarinho do Bairro na primeira metade do Século XVIII – Subsídios para a sua História – Coimbra, 1969 (dact.)*.

EM GEOGRAFIA

TESES DE DOUTORAMENTO

- CAETANO, Lucília de Jesus – *A Indústria no Distrito de Aveiro. Análise Geográfica relativa ao Eixo Rodoviário Principal* (E.N. n.º 1) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova – Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1986 (apresentada em 1985), Vol. I, pp. 139-217 e Vol. II, Quadros XXI-LXIII.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado – *A População e o Povoamento da Gândara* (gênese e evolução) – Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992 (apresentada em 1988).
- PEREIRA, J. V. Silva – *A Serra do Caramulo. Desintegração de um espaço rural* – Coimbra: 1988 (policop.), Cap. III.
- SANTANA-RODRIGUES, Ana Paula – *Acessibilidade e Ensaio metodológico em Geografia da Saúde* – Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1995 (apresentada em 1993).

TESES DE MESTRADO

- COSTA, Maria Manuela Moura dos Santos – *Castelo Branco: Pólo de Desenvolvimento na Área Periférica do Território Nacional* – Coimbra, 1996 (policop.), Cap. V.
- DUARTE, Rui Manuel dos Santos – *As marcas do passado no actual espaço urbano. A Cidade de Castelo Branco sob uma Perspectiva Geográfica* – Coimbra, 1996 (policop.), 2.ª parte.
- FERNANDES, João Luís Jesus – *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho – O olhar de um Geógrafo* – Coimbra, 1996 (policop.), Caps. I e III.
- FERNANDES, José Alberto V. Rio – *A Foz – Freguesias de Nevogilde e Foz do Douro – Contributo para o Estudo do Espaço Urbano do Porto* – Porto: Faculdade de Letras do Porto/Instituto Nacional de Investigação Científica e Ordenamento Territorial do Nordeste Português, n.º 2, 1985 (apresentada em Coimbra em 1985).
- FERNANDES, Maria Isabel dos Santos – *A Gafanha. Os Homens, o Espaço e o Tempo* – Coimbra, 1996 (policop.).
- FERREIRA, Cristina Maria Rodrigues – *Expressão Geográfica da Natalidade em Portugal. O caso do Concelho de Tondela* – Coimbra, 1996 (policop.).
- FIGUEIREDO, Carlos Alberto do Vale – *Viseu. Um Espaço Urbano em Mutação* – Coimbra, 1995 (policop.), Cap. V.
- JESUS, Maria da Conceição de – *Terciarização em espaços rurais. Análise de duas Freguesias do Concelho de Cantanhede: Febres e Tocha* – Coimbra, 1992 (policop.).
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha – *Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal – Dimensão Populacional e do Comércio a Retalho* – Porto, «Faculdade de Letras do Porto/Instituto Nacional de Investigação Científica e Ordenamento Territorial do Nordeste Português» n.º 1 (apresentada em Coimbra em 1985), pp. 36-81.
- PINTO, Paula Cristina de Lemos Ramos – *O Termalismo no Contexto da Actividade Turística em Portugal. O caso de S. Pedro do Sul* – Coimbra: Faculdade de Letras, 1996 (policop.).
- PEREIRA, Ester Emília Martins Ferreira – *A Freguesia de Esgueira: A População e o Edificado. Contributos para o Estudo da Evolução do Espaço Urbano de Aveiro* – Coimbra, 1996.
- SACRAMENTO, António Francisco do – *A Problemática do Crescimento Demográfico no Processo de Planeamento do Território em S. Tomé e Príncipe. Análise no sector de Educação, Saúde e Emprego* – Coimbra, 1996.
- SANTOS, Maria da Graça Lopes da Silva Mouga Poças – *A Residência Secundária no Âmbito da Geografia dos Tempos Livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Muel e Praia da Vieira* – Coimbra, 1992 (policop.), Vol. I, III parte.
- SANTOS, Norberto Nuno Pinto dos – *Emigração e Retorno – Consequências no Desenvolvimento Regional. Contributo com a Análise Casuística dos Concelhos de Sátão, Tondela e Viseu* – Coimbra, 1990 (policop.). (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica na área de Geografia Regional).
- TOMÁS, Paulo Manuel de Carvalho – *A Vila da Lousã. Contributo para um estudo de Geografia Urbana* – Coimbra, 1996.

TESES DE LICENCIATURA

- BETTENCOURT, Maria Marta Pires Dias Urbano – *A vinha na Bairrada* – Coimbra, 1965, pp. 79-92.
- CABRAL, Darlinda Valente de Melo – *Vale de Besteiros* – Coimbra, 1957 (dactil.), pp. 28-32.
- CAETANO, Lucília de Jesus – *Zona Industrial Loreto-Pedrulha da Cidade de Coimbra* – Coimbra, 1968, pp. 51-61.
- Cardoso, Joaquim Figueiredo – *Angra do Heroísmo. Subsídio para o Estudo da sua Origem e Evolução Populacional* – Coimbra, s.d. (dactil.).
- CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de – *O Fenómeno Emigratório de Celorico de Basto e Mondim de Basto. (Terras de Basto)* – Coimbra, 1973.
- CARVALHO, Maria Armada F. de Figueiredo de A. – *Evolução Urbana da Guarda* – Coimbra, 1968 (polic.), pp. 50-55.
- CLARO, Victor Manuel Mourisca – *O Concelho de Góis. Esboço Geográfico* – Coimbra, 1956 (dactil.), Cap. II.
- CONSTÂNCIA, João de Medeiros – *Ilha de S. Miguel. Contribuição para o Estudo da sua Paisagem Humanizada* – Coimbra, 1959 (policop.), pp. 48-60.
- DRAGO, José – *A Beira-Baixa. Esboço Geográfico* – Coimbra, 1938 (dactil.), pp. 50-52.
- Ferreira, Maria Clara Antunes – *A Bacia de Poiães* – Coimbra, 1966 (policop.). pp. 60-70.
- FREITAS, Manuela de Lemos Monteiro de – *Aspectos da Emigração Açoreana* – Coimbra, 1958 (policop.).
- GOMES, Maria Noémia Adão Silva – «*A Vilariça*». *Estudo Geográfico* – Coimbra, 1959-1960 (dactil.), pp. 75-85.
- GONZALEZ, Maria Helena Oliveira – *Génese e Desenvolvimento da Indústria Têxtil Vimaranesa. Estudo Geográfico-Económico* – Coimbra, 1961, III Parte.
- GOULÃO, Ana Maria Carvalho – *Breve Estudo Geográfico sobre a Freguesia de S. Martinho do Bispo* – Coimbra, 1959 (dactil.), pp. 21-30.
- GRAÇA, Marina de Carvalho – *S. João da Madeira. Estudo Geográfico deste Aglomerado Urbano* – Coimbra, 1960 (dactil.).
- HENRIQUES, Margarida Maria Duarte – *Indústria de Cerâmica de Construção em Taveiro* – Coimbra, 1968 (policop.), pp. 101-111.
- ILHARCO, Vítor Manuel de Mendonça Gouveia – *O Vale do Alva a Jusante da Ponte das Três Entradas – Estudo de Geografia Regional* – Coimbra, 1956 (dactil.), Cap. VI.
- MARQUES, Ida Cocharra Penim – *Almada e Barreiro. Contrastes e Semelhanças da sua Evolução* – Coimbra, 1956 (dactil.).
- MATOS, Célia Simões de – *Origem e Evolução da Costa Nova do Prado* – Coimbra, 1956 (dactil.), pp. 33-41.
- MORAIS, Ladislau Bernardino Teixeira de – *A Ribeira-Lima. Estudo de Geografia Regional* – Coimbra, 1955, Cap. VI.
- MORCELA, Francisco Ligório – *Esboço de uma Monografia Geográfica do Concelho de Castelo Branco* – Coimbra, 1942 (dactil.), pp. 87-92.
- NEVES, Eduino Mota Soares – *A Ilha de Santa Maria. Contributo para um Estudo de Geografia* – Coimbra, 1959 (policop.), Cap. III.
- PEREIRA, João Victor Gonçalves da Silva – *Cantanhede, Vila de Mercado* – Coimbra, 1972 (policop.), pp. 131-137.
- PORTELA, Maria Luísa Pedro – *Bombarral. Visão Económica do Concelho e seu Condicionamento Geográfico* – Coimbra, 1960 (policop.), Cap. II.

- QUINTELA, Maria Alice da Fonseca – *Esboço Monográfico do Concelho de Manteigas* – Coimbra, 1945 (dactil.), pp. 26-34.
- REBELO, Arminda dos Reis – *Evolução Demográfica e Urbana de Braga* – Coimbra, 1961 (dactil.).
- RIBEIRO, Maria Fernanda de A. Pinto – *Águeda. Contribuição para o Estudo da Sua Origem e Evolução* – Coimbra, 1957 (dactil.), pp. 93-98.
- RIBEIRO, Paula Maria Bagão Rodrigues da Preta – *Alguns Aspectos da Agricultura e Pecuária no Nordeste da Guiné Portuguesa* – Coimbra, 1972 (policop.), Cap. II e III.
- SANTANA, Maria José Palminha de – *O Concelho de Faro, sua Importância Económica* – Coimbra, 1954 (dactil.), pp. 29-31.
- SANTOS, Maria Lúcia dos Anjos – *Cova da Iria. Génese e Evolução de um Aglomerado Populacional* – Coimbra, 1957.
- SERRA, Maria Beatriz Alvão – *A Bacia da Lousã (Estudo Geográfico)* – Coimbra, 1961, pp. 27-40.
- SILVA, Maria Margarida da Conceição Marques da – *A Branca. Sua Origem e Evolução* – Coimbra, 1957 (dactil.), pp. 47-75.
- SILVA, Maria Rita Vasconcelos Reis e – *Golegã. Contribuição para um Estudo de Geografia Económica* – Coimbra, 1955 (dactil.), pp. 126-141.
- Sousa, Maria Alice Campos de – *O Sargaço no Litoral Norte de Portugal* – Coimbra, 1960 (policop.), pp. 54-64.
- Sousa, Maria Ortélia Robalo Mourão de – *Estudo Geográfico sobre Penha Garcia* – Coimbra, 1960, pp. 26-28a.
- TAVARES, Artur Frias – *Matosinhos e o seu Porto de Pesca* – Coimbra, 1959-1960 (dactil.), pp. 27-29.
- VELOSO, Maria Lígia Silva Pereira – «A cidade do Funchal». *Subsídios para um Estudo de Geografia Urbana* – Coimbra, 1969, pp. 53-65.

R E C E N S Õ E S

EMIGRAÇÃO GALEGA EM INVESTIGAÇÃO

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Da Galiza se diz que foi a primeira região europeia a conhecer as notícias do Novo Mundo, quando uma das caravelas da frota colombina arribou ao porto de Baiona, a 1 de Março de 1493, no regresso da missão que acabou por descobrir a América. A partir daí, a ligação aos espaços americanos foi imediata e duradoura, pois a Galiza sempre foi uma terra de emigração, tal como a cantou Rosália de Castro. Com a sedimentação dos tempos, a emigração tornou-se, assim, num elemento estrutural da sociedade e da economia galegas, num quadro muito próximo daquele que marcou o Noroeste Português, dada a contiguidade/continuidade geográfica e social entre os dois espaços. Daí a importância que o acompanhar e o reconhecer do esforço de investigação sobre a emigração galega assume para nós, os portugueses do Noroeste, dado que essa investigação se apresenta por agora numa fase de alta, tendo vindo a ser publicado um significativo conjunto de trabalhos que importa assinalar.

É importante reconhecer, entretanto, o efeito motor que a comemoração dos 500 anos da viagem de Cristóvão Colombo constituiu, ao disponibilizar meios e propiciar a investigação em torno das questões migratórias, numa acção que se estendeu a nível nacional em toda a Espanha (basta lembrar o esforço editorial do projecto MAPFRE, o qual integra inclusivamente contributos sobre a emigração portuguesa). Essas comemorações foram rodeadas na Galiza de cuidados especiais, criando-se um órgão governamental na Junta Regional para acompanhar todo o tipo de actividades relacionadas com estas comemorações, num importante contributo regional para assinalar o protagonismo galego na acção dos espanhóis na América. Regionalmente, para lá da participação galega nas iniciativas nacionais do V Centenário, o processo ganhou visibilidade para o grande público com a realização da exposição «Galícia e América – Cinco Séculos de Historia», então comissariada por Maria Xosé Rodríguez Galdo, e cujo catálogo deixava entrever as múltiplas direcções investigativas que então se desenvolviam. Estas circunstâncias continuam a dar os seus frutos através da criação de uma dinâmica auto-sustentada, como se pode comprovar pelo desenvolvimento de várias linhas de investigação regional e comparada, de que a revista *Estudios Migratorios*, editada pelo Consello de Cultura Galega e pelo Arquivo de Emigración Galega se encarrega de recensear, publicar e promover.

Restringimos, por agora, a nossa atenção a três obras recentes, que constituem outras tantas propostas de investigação que os pesquisadores de temas migratórios do lado de cá não devem esquecer nas suas estantes, na impossibilidade de reflectirmos

sobre um vasto conjunto de obras individuais ou colectivas sobre a emigração galega que recentemente vieram a lume, no pressuposto de que o leitor poderá referenciar, a partir das citações bibliográficas incluídas nestas obras, as virtualidades da investigação mais recente.

1 – **Pilar Cagiao Vila** – *Muler e Emigración*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1997.

Nos estudos de âmbito geral sobre a emigração sobressai o perfil do emigrante como homem jovem ou activo a dominar as preocupações explicativas. No entanto, ainda que em proporções menores, variáveis com o tempo e os destinos, a mulher sempre esteve presente nos processos migratórios, podendo também aqui falar-se de uma discriminação com base no género, que a remete para tratamentos colaterais ou pontuais, considerada geralmente como elemento passivo, que se desloca em função do reagrupamento conjugal. É isto que nos relembra e documenta Pilar Cagiao Vila com o livro acima citado, nomeadamente quando se reafirma que a história também foi feita que não escrita pelas mulheres, o que acontece na emigração galega, onde a mulher foi claramente participante de forma directa ou indirecta, quando parte ou quando possibilita a manutenção de laços familiares.

Pilar Cagiao Vila, doutorada pela Universidade Complutense de Madrid com uma tese sobre a participação económico-social da imigração galega em Montevideu, responsável pelo projecto de investigação «Galegos en America e americanos em Galicia (séculos XIX e XX)» e autora de numerosos artigos sobre esta temática, é uma das autoras que tem contribuído para o «boom» de estudos sobre a emigração em Espanha. O livro acima citado de Pilar Cagiao Vila surge neste contexto desde logo como um importante referencial para matizar os discursos sobre a emigração, no sentido de se evitar negligenciar a participação feminina e de avaliar as suas especificidades.

Como explica na introdução, a autora parte para o desenvolvimento da sua investigação de fontes e bibliografias muito dispersas e fragmentárias, por isso necessariamente múltiplas, à luz de perspectivas multidisciplinares, como forma de tentar ultrapassar os silêncios que ocorrem neste domínio. Pretendeu abordar tanto o papel da mulher que permanece na Galiza e assume responsabilidades totais na gestão da casa, desde as conexões com a educação dos filhos, a organização das actividades domésticas, a administração dos bens, a manutenção das normas culturais, ou a necessidade de realizar trabalhos pouco habituais como trabalhos nas obras públicas ou de transporte de carga, como o da mulher protagonista directa na emigração, onde enfrenta os mesmos problemas que os homens, acrescidos com os inerentes à discriminação do sexo, tendo de assumir no exterior novas responsabilidades, variáveis com os destinos e os tempos da emigração. Nos novos lugares teve a mulher emigrante de viver processos de adaptação e integração geralmente difíceis, muitas vezes em estreita dependência pessoal, em que muitas vezes a redução à faina familiar no interior da casa propiciava a segregação, outras vezes em trabalhos no exterior no mais baixo da escala ocupacional, em formas irregulares de emprego, quando não em situações de marginalidade. E se sonham com o retorno, rapidamente entram em sentimentos contraditórios, entre o desejo de reencontrar a sociedade de origem e a descoberta da necessidade da terra de adopção onde criaram raízes os seus filhos.

As duas perspectivas atrás apontadas balizam a estrutura do livro, que assenta em duas partes:

- 1 – A mulher galega no fenómeno migratório, onde passa em revista o papel da mulher na emigração ao longo dos vários séculos, concede particular atenção ao período da emigração massiva, das «viúvas de vivos» às emigrantes, a mulher na emigração durante a guerra civil e o exílio de galegas na América, bem como ao período recente de 1950-1975;
- 2 – A mulher galega nos principais destinos da emigração americana (Cuba, Argentina, Uruguai, Brasil e outros países).

Para a primeira parte, Pilar Caglio Vila passa em perspectiva geral os fenómenos migratórios galegos tanto para o ultramar como para destinos intrapeninsulares, nomeadamente Portugal, nas várias modalidades migratórias, incluindo as sazonais, questionando em cada situação o papel das mulheres. Serve-se de uma abundante e actual bibliografia e de importantes recursos epistolares entre emigrantes e seus familiares, que nos mostram as preocupações, objectivos, ressentimentos e deixam perceber os diversos tipos de problemas entre famílias distanciadas, aonde não faltam as famílias duplas, os abandonos prolongados ou definitivos, com consequências a todos os níveis, desde os problemas psicológicos e sociais das mulheres abandonadas a novas redistribuições dos papéis familiares, facto que leva alguns autores a falarem de um matriarcado forçado, que não real, relacionado com a emigração e a necessidade da mulher, na ausência do homem, se ver obrigada a substituir o marido. Se a emigração de mulheres galegas foi durante muito tempo inferior à de outras regiões espanholas de emigração, já a partir da década de 1870 começa a ganhar um importante significado estatístico com o crescendo da emigração familiar, que ronda nos finais do século passado os 19 % (1885-95), para subir aos 30 % (1916-30) e aos 40 % (1951-55). Naturalmente que a emigração feminina está legalmente dependente de familiares que a chamem aos locais da emigração, de tal modo que se aponta para a legitimação de um modelo migratório que divide o grupo doméstico, com os pais e mulher na Galiza e marido e filhos na América, modelo que favorece os retornos, temporários ou definitivos, pois quando a mulher emigra geralmente fá-lo de forma definitiva. No balanço das vantagens e dos males atribuídos à emigração, reconheça-se, pelo menos, a valorização da alfabetização feminina, tão descurada no meio rural, mas agora beneficiando desse movimento geral que as «escolas dos americanos» constituíram, expressão da filantropia emigrante para com a instrução. Para a emigração galega nos anos de 1936-1939 há ainda a contar com o efeito da guerra civil e as actuações particulares neste período, nomeadamente no apoio das colónias de emigrantes a um ou outro lado dos contendores, quer sob a forma de envio de materiais ou de dinheiro, quer na activação das cadeias migratórias que permitiram o apoio a exilados, emigrantes de outro tipo, nomeadamente ao nível da formação e aptidões profissionais e intelectuais. Diferente é já a emigração intraeuropeia, após a segunda guerra mundial, para trabalhos de nula ou reduzida qualificação e com as dificuldades inerentes ao desconhecimento das línguas estrangeiras.

Destino fundamental para os galegos do século XIX, Cuba procurava imigrantes para branquear a ilha, e a partida deu-se com destino inicial para os engenhos de açúcar, mas onde não faltaram os fenómenos de «escravatura branca». Também a Argentina se

perfilou como destino preferencial, onde, entre as espanholas, as galegas foram legião, aí se desenvolvendo contudo formas de entreaajuda, sob a forma de mutualismo, que desenvolveram acções de enquadramento, menos presentes noutros destinos americanos.

Sendo a emigração um fenómeno onde estatisticamente dominam os homens em idade jovem ou activa, o trabalho de Pilar Cagiao Vila matiza essa problemática, lembrando não só a minoria que a mulher emigrante constitui, apesar de, em termos absolutos, se contarem por largos milhares na emigração, como também apela a toda a envolvimento que subjaz à emigração na região de partida, no quadro familiar e social em que se produz, e onde a mulher está sempre presente, redefinindo e assumindo novos papéis e valores por via das suas consequências.

2 — **Vicente Peña Saavedra** – *Éxodo, organización comunitaria e intervención escolar – La impronta educativa de la emigración transoceánica en Galicia*, 2 volumes, A Coruña, Xunta de Galicia, 1991.

— *Idem* – *Repertorio da prensa galega da emigración*, Arquivo da Emigración Galega/Consello de Cultura Galega, CD-ROM, 1998.

O trabalho apresentado por Peña Saavedra é uma obra de largo fôlego que constituiu a sua tese de doutoramento em Filosofia e Ciências da Educação, sustentada sobre a análise dos laços dos emigrantes galegos com a terra de origem, particularmente no papel de apoio e incentivo à escolarização, protagonizado na acção colectiva pelas sociedades de instrução. E que por isso teve a designação inicial de *Las escuelas de americanos y las Sociedades de Instrucción en Galicia*.

A obra desenvolve-se de acordo com uma perspectiva de revisão da literatura tradicional sobre a emigração, valorizando os reflexos culturais e económicos do movimento para com a região de origem. Quatro hipóteses funcionam como pontos de partida:

- 1 — A emigração transatlântica não quebrou os vínculos com a sociedade de partida, gerando-se um refluxo de remessas monetárias para as populações de origem, sendo o sector escolar o mais beneficiado, o que denota uma valorização positiva da educação que emerge no seio dos emigrantes;
- 2 — Para canalizar as remessas para a área escolar, desenvolveram-se fórmulas individuais e colectivas, surgindo primeiro as iniciativas particulares e depois as realizadas através de associações, sendo estas mais produtivas;
- 3 — As sociedades de instrução tiveram como precedentes os Centros Galegos, que surgiram a partir de 1879 em Buenos Aires, Montevideo e Havana e criaram soluções de intervenção nas áreas geográficas de recepção da emigração galega;
- 4 — As sociedades galegas de instrução promoveram, financiaram e executaram um projecto de educação popular para a Galiza rural, que procurava colmatar a rede escolar pública e oferecer um modelo alternativo (visível nas inovações infraestruturais, organizativas, curriculares e de ideário).

A verificação/demonstração destas quatro hipóteses levou a um levantamento arquivístico e bibliográfico complexo e variado.

A obra, depois dos aspectos introdutórios e metodológicos (onde ganham relevo as tipologias dos factores de atracção e de repulsão e seus desenvolvimentos), desenrola-se inicialmente em torno de uma aproximação aos problemas da emigração na Galiza, na sua cronologia e periodização (desde a fase da colonização até à Guerra Civil espanhola), mas também nas suas vertentes quantitativa e explicativa.

Numa segunda parte, Peña Saavedra procura dilucidar os sentidos da intervenção dos emigrantes galegos na área educativa, procurando conhecer o perfil socio-cultural dos que partiam, o impacto produzido pela sua instalação num contexto estranho, a rede de mediações que subjaziam à reinserção socio-laboral, bem como destrinçar os sectores minoritários que correspondiam a elites cultas que partiam imersas nas massas emigratórias. Tornados emigrantes, estes elementos funcionavam como ideólogos e catalizadores da acção colectiva, envolvendo os emigrantes comuns em torno de projectos de regeneração social, tanto em relação aos grupos de emigrantes galegos, como em relação aos que ficavam nas suas terras de nascimento. A imprensa da emigração desempenhou aqui um papel decisivo como instrumento de irradiação ideológica, que ajudou tanto a criar estados de alma como a dar consistência à organização associativa, denunciando problemas, defendendo interesses e produzindo identidade nas comunidades emigradas, bem como defendendo a solidariedade e a cooperação com as terras de origem.

A terceira parte do trabalho é, então, dedicada à acção dos emigrantes na escolarização. Começa por referenciar os contributos individuais dos designados «indianos» (correspondentes aos nossos «brasileiros»), distribuindo a sua análise pelo tempo e pelo espaço, detectando os móveis que subjazem a estas acções de mecenato, bem como os seus resultados. Aborda depois os processos de organização comunitária dos galegos no exterior e os três níveis de integração (sociedades de alcance macroterritorial, sociedades de alcance microterritorial e as de um nível intermédio ou medioterritorial), apresentando seguidamente uma análise das situações observadas em cada nível (cronologia, geografia, organização, financiamento, ideário pedagógico e projecto educativo).

Esta terceira parte é, naturalmente, o corpo central do trabalho, de tal modo que se prolonga para o 2.º volume, onde o autor apresenta o último tópico desta parte, as realizações escolares das sociedades galegas de instrução, ou seja, as «escolas dos americanos», que analisa com pormenor. Dá relevo às questões infra-estruturais, prestando atenção às questões arquitectónicas e ao equipamento (mobiliário, material didáctico). Aborda o tipo de organização vertical e horizontal e o seu quadro curricular: calendários, horários, planos de estudos, sistemas e métodos de ensino, actividades educativas, instituições educativas de carácter complementar, perfil do professorado, características dos alunos, suas condições de acesso, frequência e de avaliação. Anote-se que se trata de um universo de 225 escolas criadas na Galiza por sociedades de instrução, para um total de 395 sociedades deste tipo criadas nos vários países americanos da emigração, o que revela que, como sublinha o autor, nem todas as escolas atingiram o seu objectivo inicial de construção de um edifício escolar, ainda que possam ter produzido intervenção educativa a um outro nível, e, entretanto, outras ultrapassaram esse limite mínimo, pois na realidade só 35 % das associações recenseadas conseguiram construir uma escola. De resto, as sociedades cubanas foram as mais frutuosas neste domínio, contribuindo com 147 escolas (65 % do total). Para além da construção de

escolas, a acção desenvolvida pelas sociedades de instrução assumiu outras formas, nomeadamente donativos para a celebração de festas, para a atribuição de prémios escolares, para a aquisição de material didáctico, oficinal ou mobiliário, subsídios a cantinas, beneficiação de escolas públicas, residências de estudantes.

As escolas dos americanos orientaram-se, naturalmente, de forma maioritária para o ensino primário, onde as carências surgiam de forma mais flagrante, mas houve situações vocacionadas para uma preparação complementar ou mesmo para o ensino de adultos analfabetos. Por outro lado, este tipo de acção colectiva filantrópica não seguiu um padrão único, mas três soluções alternativas:

- 1 — Assunção integral pela sociedade do financiamento, dotação e administração das escolas;
- 2 — Fornecimento do capital necessário para a construção ou recuperação de edifícios, deixando para a administração pública a nomeação e retribuição do professorado;
- 3 — A contribuição monetária para a ajuda de construção de edifícios escolares.

Algumas dessas escolas apresentavam uma orientação modernizante, esquecendo, por exemplo, o tradicional crucifixo pendurado na parede, o que lhes terá sido fatal durante a ditadura de Primo de Rivera, altura em que algumas foram encerradas.

O trabalho de Peña Saavedra é uma obra muito documentada, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, incluindo a componente iconográfica sempre tão difícil de obter para a emigração oitocentista. E sugere um paralelo com os refluxos da emigração portuguesa para o Brasil, onde a construção de escolas se tornou também uma componente importante da filantropia dos emigrantes, se bem que desenvolvida mais em quadros individuais do que associativos. É fácil, ao calcorrear as aldeias rurais do Entre-Douro e Minho, encontrar as escolas de «brasileiros», muitas delas ostentando no alto o busto do fundador, sem esquecermos a acção exemplar do Conde de Ferreira que, ao falecer, em 1866, legou um fundo para a construção de 120 escolas, entre outras obras de benemerência.

Entretanto, Vicente Peña Saavedra acaba de publicar uma outra investigação que se revela do maior interesse, o *Repertorio da Prensa Galega da Emigración*, em suporte informático (CD-ROM), compilando um série de ficheiros de texto e imagem sobre o tema em referência, que funciona como um guia para qualquer investigador e que revela um longo e profícuo trabalho.

3 — **Xosé M. Núñez Seixas** – *Emigrantes, Caciques e Indianos*, Edicións Xerais de Galicia, 1998.

Tendo outros estudos sobre a emigração galega (por exemplo, *O galeguismo en América, 1879-1936*), para além da sua vertente de pesquisa sobre os nacionalismos, Núñez Seixas (que tem uma costela de ascendência portuguesa) acaba de publicar o livro acima citado, no qual faz um balanço sobre os consequências da emigração galega, particularmente sobre o retorno e os refluxos económicos e sócio-políticos (as «remessas imateriais»), com a preocupação de contribuir para o conhecimento interactivo entre as duas Galizas – a americana, da emigração, e a europeia.

O autor começa por fazer uma revisão da bibliografia geral sobre a questão, nomeadamente sobre os padrões explicativos tradicionais que associam emigração e atraso económico-social, por virtude da saída de rurais jovens e activos que impediram a criação de elites modernizadoras nos campos que servissem de alternativa ao caciquismo político e social de cariz conservador. Emigração como válvula de escape, como renúncia à revolta: «*Na Galiza não se pede nada. Emigra-se*» – dizia-se, de forma que tanto acentua o desencanto revolucionário como afirma o papel estabilizador da emigração, conforme os pontos de vista, tanto mais que o emigrante contribuiria para a desgaleguização na medida em que nos países sul-americanos se tornava um hispano-falante como forma de acelerar a sua integração social. Não esquece o autor a referência às visões favoráveis à emigração, fortalecedora do hispano-americanismo e relevante nas remessas económicas que tornavam viável a estrutura agrícola da região de origem, «salvação das nações pobres e o futuro das nações novas», como se dizia nos inícios do século. A posição de Nuñez Seixas neste contexto é o de verificar e investigar o que realmente aconteceu na Galiza por virtude da emigração ao nível de um eventual modelo de desenvolvimento económico e da dinâmica social, para lá das representações formuladas por juízos políticos e doutrinários. E reconhece que o papel renovador dos emigrantes não acontece por si mesmos, na ausência de outros factores e agentes transformadores, mas só se verifica em interacção com estes, questionando as relações dominantes, tal como acontece com o movimento operário, o sindicalismo agrário, ou por organizações políticas renovadoras, como era o caso dos republicanos. Assim, o autor procura prestar atenção ao grau de organização e mobilização política dos países de recepção e nos espaços de sociabilidade que se criavam em torno do emigrante, ajudando a moldar a sua visão do mundo e das relações sociais. Por outro lado, sublinha o facto de a relação entre o país de origem e o de recepção não ser de natureza unidirecional mas desenvolver-se nos dois sentidos, numa «interacção osmótica». Traça depois o autor uma perspectiva genérica sobre o movimento migratório e de retorno na Galiza, para atingir cifras da ordem dos 70 a 80 % de retornos sobre as saídas, de acordo com cálculos de Eiras Roel, variáveis no tempo e no espaço comarcal, mas sempre superiores a 50 %.

Depois dos aspectos introdutórios, Nuñez Seixas dedica um capítulo às remessas materiais, dedicando alguma atenção ao seu papel de complemento da economia agrícola familiar, discordando das visões de tipo antropológico que veem na emigração um sustentáculo para a permanência das estruturas microfundiárias de subsistência. O dinheiro da emigração teria antes facilitado algumas transformações, como a superação de situações forais pela compra de terras em propriedade plena ou o pagamento de dívidas. A incerteza nas remessas e no seu papel sobre a sociedade persiste, no entanto, tal como a impossibilidade da sua quantificação, discutindo-se o mito vs. realidade do retornado como empreendedor, bem como referências a planos para rendibilizar a emigração como mercado para a penetração de produtos espanhóis, em geral fracassados.

O associacionismo nas colónias de emigrantes é objecto de um longo capítulo, onde se recuperam trabalhos diversos, nomeadamente os de Peña Saavedra (acima citados), para caracterizar as linhas mutualistas, os objectivos educativos centradas na criação de um homem novo e os ideais regeneradores das elites emigrantes. A interacção Galiza-América na política local é um novo e estimulante capítulo, que nos leva à mobilização anti-caciquismo, à organização de movimentos agraristas para a libertação do pequeno camponês das excrecências de tipo feudal, como seja a luta anti-foral e a tentativa de melhor ligação ao mercado, bem como às ambiguidades que grande parte

dos emigrantes apresentam na sua inserção na vida política local, tantas vezes embarcados por sincretismos ideológicos legitimados por desejos de fazer bem à terra natal, numa diversidade de atitudes que passam das posições claramente revolucionárias a situações de passividade ou de apoio a movimentos ditatoriais como o de Primo de Rivera.

Em sentido complementar, o autor consagra espaço à mobilização política na Galiza e ao seu efeito catalizador nas colectividades galegas da América, tema que é objecto do penúltimo capítulo. A obra termina com o tema «Retornados: entre a revolução e a adaptação», cujo título nos baliza desde logo o âmbito do texto, que nos remete para o seu papel microsociai de incentivo à partida por efeito emulativo, para os estereótipos de tipo literário e jornalístico, para o efeito de perturbação da ordem social, para a sua eventual acomodação e transfiguração em novos caciques. Enfim, o autor reconhece no final, uma função modernizadora no plano socio-político da Galiza aos emigrantes de retorno, na medida em que ajudaram a introduzir novos hábitos organizativos nos campos, contribuindo para a politização do campesinato, criando novos interesses de participação na «res publica», numa dinâmica de evolução que foi quebrada pela Guerra Civil que eclodiu em 1936.

O livro de Xosé Nuñez Seixas é um livro onde predomina o sentido da síntese interpretativa, estimulante, claro e de leitura atraente, procurando novos enfoques para velhos problemas, livro que inclusivamente sabe beneficiar já das muitas investigações recentemente publicadas, tanto em Espanha como no estrangeiro, dada a preocupação de perspectiva comparada com outros países europeus.

*

*

*

Em resumo: a investigação sobre a emigração galega é uma realidade muito activa e enriquecedora do conhecimento histórico-social. Abordar três obras apenas de um conjunto editorial complexo e que não cessa de apresentar novos resultados é naturalmente um defeito, pelo que representa de reducionismo. Fica a boa-vontade de registar um «boom» de investigação e de publicação, ocasionado pelo interesse recente relacionado com as comemorações históricas dos 500 anos da viagem de Colombo (que marca o início das grandes migrações galegas atlânticas) e pela dinâmica então criada para mobilizar e apoiar investigadores, suscitando novas problematizações e enquadramentos de um tema de sempre na Galiza.

NOTÍCIAS

A INDÚSTRIA PORTUENSE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

COLÓQUIO

Decorreu no auditório do Palácio da Bolsa, nos dias 4 e 5 de Dezembro de 1997, o colóquio «A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica», dinamizado no âmbito do projecto «Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal, séculos XIX-XX», em desenvolvimento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Os objectivos gerais do colóquio passavam por discutir a evolução do processo de industrialização a um nível regional, equacionar configurações globais e sectoriais, avaliar debilidades e potencialidades, equacionar fenómenos de desindustrialização, de transferência industrial e de inovação empresarial.

As comunicações apresentadas, num total de 30, procuraram criar um espaço de interdisciplinaridade, de forma a abordar a problemática sob diferentes perspectivas. Assim, entre os diversos oradores, contavam-se um arquitecto com responsabilidades a nível de reutilização funcional de equipamentos fabris, economistas ligados à história do pensamento económico, engenheiros com responsabilidades a nível de direcção industrial e profundas ligações ao associativismo empresarial, geógrafos com preocupações na organização do espaço e na geografia económica, arqueólogos e museólogos ligados ao património industrial e diversos historiadores das questões económicas e sociais, oriundos de várias instituições — Faculdades de Letras do Porto, de Economia do Porto, Economia de Coimbra, Arquitectura do Porto, Associação Industrial Portuense, Associação dos Industriais de Madeiras, Centro Português de Fotografia, Museu do Carro Eléctrico, Universidade Lusíada, Universidade do Minho, entre outros.

O colóquio despertou grande interesse, contando com a participação de 120 inscritos (professores, alunos universitários e vários empresários e funcionários de empresas).

Numa linha cronológica, dada a diversidade de formação e de preocupações dos oradores, foram abordadas temáticas desde a época das Descobertas até às problemáticas actuais, com pistas de sentido prospectivo. Assim, apresentaram-se comunicações *sobre a produção regional de relame para as embarcações* (Amélia Polónia), *as tecnologias da pesca e da salga* (Inês Amorim), *a pesca na Galiza* (Francisco Lourido), *a chapelaria* (José Ramada), *a formação profissional sob o signo das corporações* (F. Ribeiro da Silva e Maria José Lagoá), *a formação em debuxo e desenho industrial* (Celso Santos), *a formação comercial* (J. Moreno Alfonso), *a indústria no Antigo Regime* (Aurélio de Oliveira); abordaram-se questões como *a indústria no pensamento económico em Portugal* (M. Fátima Brandão, António Almodôvar), *a imprensa e tipografias no século XIX* (M. Conceição Meireles Pereira), *a imprensa económica* (Elvira Castanheira), *o imaginário industrial* (M. do Carmo Séren), as questões energéticas, em especial *o carvão e a electricidade* (Idorindo Rocha e Francisco de Almeida e Sousa); houve comunicações sobre os sectores tradicionais — *madeiras* (Joaquim Prado e Castro), *cortiça* (J. Parreira), *passamanaria* (Teresa Soeiro), *a metalomecânica* (Maciel Santos), *a moagem* (Jaime Ferreira), *a construção civil* (M. Ferreira Rodrigues), *a refinação de açúcar* (Jorge F. Alves), *a têxtil* (Madalena Magalhães); equacionaram-se os novos problemas e as novas indústrias — *desindustrialização e tercearização* (J. A. Rio Fernandes), *o turismo* (Luís Paulo Saldanha Martins), *a indústria de moldes* (Teresa Sá Marques), *a reutilização dos edifícios fabris* (Joaquim Morais Oliveira), *o património industrial* (Gonçalves Guimarães).

Do programa constou ainda uma visita ao Museu do Carro Eléctrico, em Massarelos, onde foi apresentada uma comunicação de Henrique Dias *sobre a história do edifício da Central Termoelétrica*, que actualmente alberga aquele museu, e as suas ligações aos problemas da energia necessária à tracção, bem como aos aspectos da arquitectura industrial.

Entretanto foram editadas as actas respectivas, a cargo do Centro Leonardo Coimbra da Faculdade de Letras do Porto, encontrando-se desde finais de Maio/1998 em circulação comercial nas livrarias. A realização deste colóquio inseriu-se no âmbito do protocolo existente entre a Faculdade de Letras e a Associação Comercial do Porto e surgiu na sequência de outras actividades do género realizadas anteriormente, tendo tido o apoio do CEPFAM, unidade de investigação que integra um número significativo dos participantes e organizadores da iniciativa, na sua linha de investigação «*Estruturas económicas e industrialização*».

OS BRASILEIROS DA EMIGRAÇÃO

SEMINÁRIO NO MUSEU BERNARDINO MACHADO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO
22 E 23 DE SETEMBRO DE 1998

Bernardino Machado, personalidade intelectual e política marcante da sua época, foi também uma figura simbólica daquela entidade algo mítica que se convencionou designar de mundo luso-brasileiro. Produto directo da emigração, enquanto filho de emigrantes de Vila Nova de Famalicão, nascido por isso no Brasil, ele representa o elemento da segunda geração que, no retomo a Portugal, cuja nacionalidade adopta, projecta todas as virtualidades do trajecto migratório de sucesso. Regressando jovem, respaldado no capital económico, social e simbólico do ascendente — Barão de Joane, Bernardino Machado aproveitou todas as suas capacidades pessoais e desenvolveu uma trajectória que o catapultou à mais elevada consideração intelectual e aos mais altos cargos políticos.

Curiosamente, desde muito cedo, por alturas da sua integração como professor na Universidade de Coimbra, Bernardino Machado passa a ser referenciado nos jornais, quando se debatia a aproximação luso-brasileira, como um dos melhores e mais concretos exemplos para a realização dessa aproximação, enquanto brasileiro que em Portugal tem sucesso e português que mantém com o Brasil uma relação estreita.

Ora compreender uma individualidade, compreender Bernardino Machado, é também apreender as várias teias que, cruzando-se, o envolvem e lhe demarcam espaços de acção e condicionam o destino pessoal. Uma dessas redes sociais e familiares que envolve Bernardino Machado é constituída, na verdade, pelos «brasileiros» de retorno, que pululavam em Vila Nova de Famalicão, como noutras vilas e cidades oitocentistas do Norte de Portugal. Figuras reais, de carne e osso, que ajudaram à reestruturação económico-social do Norte de Portugal, e que em Vila Nova de Famalicão dão pelo nome de Barão da Trovisqueira, Barão de Joane, Cupertino de Miranda, Sousa Fernandes, entre tantos. Mas também actores de cenários que alguns só viram pelos olhos do decadentismo romântico, como no dramático universo camiliano, com tantos laços famalicenses.

Ao criar-se uma estrutura cultural como o Museu Bernardino Machado, que se pretende um espaço vivo, um pólo dinamizador da vida cultural local, estrela de várias pontas nas quais se poderão desenvolver várias linhas de investigação, anuncia-se a realização do seminário *Os «brasileiros» da emigração*. Pretende-se que este seminário, aberto à participação de todos os interessados, venha a constituir uma plataforma de reflexão e de debate sobre os fenómenos da emigração e do retomo, tanto na perspectiva geral e comparada como na perspectiva local, focalizando as importantes ligações de Vila Nova de Famalicão e do Norte de Portugal ao Brasil.

Para atingir os objectivos propostos, o seminário assegura um painel de investigadores com bibliografia nesta área, procurando cobrir diferentes sensibilidades em relação aos fenómenos migratórios. O seminário está ainda aberto à possibilidade de incluir estudos locais nesta temática que se insiram no espaço e na sociedade famalicense: para este efeito os investigadores que pretenderem deverão, até 30 de Junho de 1998, exprimir à organização a intenção de apresentarem comunicação (envio de texto até um máximo de 15 páginas A4 a 2 espaços).

Comunicações previstas:

Aníbal Pinto de Castro	— <i>O «brasileiro» de torna-viagem na ficção camiliana.</i>
Elzira Machado	— <i>Bernardino Machado – Cientista, pedagogo e político</i> (raízes nortenhas e brasileiras).
Engrácia Leandro	— <i>A emigração para França.</i>
Eugénio dos Santos	— <i>A emigração nortenha para a região platina.</i>
Heloísa Paulo	— <i>A oposição emigrada no Brasil (1930-1960).</i>
Irene Maria Vaquinhas	— <i>As relações de Portugal com o Pará.</i>
Jorge Fernandes Alves	— <i>O papel dos «brasileiros» no Norte de Portugal.</i>
Jorge Manuel Bastos da Silva	— <i>A alternativa africana à emigração para o Brasil.</i>
José Manuel Lages	— <i>Os emigrantes de Vila Nova de Famalicão e o seu papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenbe.</i>
José Viriato Capela e Maria da Conceição Falcão Ferreira	— <i>Saídas clandestinas do Norte de Portugal em meados do século XIX.</i>
Miguel Monteiro	— <i>O papel dos «brasileiros» nas vilas do Minho: o caso de Fafe.</i>
Pilar Cagiao Vila	— <i>A mulher na emigração.</i>

Contactos:

DEPARTAMENTO DE CULTURA

Seminário «OS BRASILEIROS DA EMIGRAÇÃO»

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Gabinete de Animação Cultural

Rua Direita

4760 VILA NOVA DE FAMALICÃO

TESE DE DOUTORAMENTO

LINHAGENS MEDIEVAIS PORTUGUESAS**GENEALOGIAS E ESTRATÉGIAS (1279-1325)**

Esta tese pretende analisar as estratégias de aquisição ou de preservação de poder adoptadas pela Nobreza, durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), ou seja, num período muito significativo para a afirmação do poder régio, o qual, necessariamente, passava pelo controle e diminuição dos poderes senhoriais.

Partindo da reconstituição genealógica de uma centena de linhagens, o Autor pretendeu, depois, caracterizar a Nobreza do período dionisino, através da análise de três vectores essenciais, cuja articulação permitiu àquela, em grande medida, estruturar o seu poder: em primeiro lugar, o património, sobretudo em termos da sua mobilidade geográfica; em segundo lugar, o grau de ligação dessas linhagens aos meios cortesãos, no sentido de avaliar a importância das relações entre a Coroa e a Nobreza; em terceiro lugar, por fim, as alianças matrimoniais, tentando detectar qual o regime de matrimónio preferencial.

Finalmente, o Autor tentou definir o enquadramento desta Nobreza, face a determinados contextos, tais como o demográfico, o geográfico e o político. Apercebidos, desta forma, os principais traços do quadro evolutivo da Nobreza, desde o início do século XII até aos meados do século XIV, analisou então as diferentes estratégias utilizadas pela Nobreza, dividida em dois grandes grupos — nobreza de corte e nobreza regional — durante o reinado de D. Dinis, em função do património, das relações com a Corte régia, e das alianças matrimoniais.

José Augusto de Sottomayor Pizarro

ESTUDOS TRANSMONTANOS E DURIENSES**ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL**

O título foi fundado em 1982 e o primeiro número saiu em 1983. Ao longo destes anos foram publicados sete números, num total de cerca de 2500 páginas.

Apesar de alguma irregularidade temporal, cada um dos anteriores números ronda em média as 350 páginas e cumprindo rigorosamente o Estatuto Editorial, que apenas prevê a publicação de estudos e trabalhos de temática transmontana e duriense, colaboração intelectual que se reduz a esta exigência.

Quanto á organização, os primeiros seis números constituem uma série identificada pelo título «*Estudos Transmontanos*», com a capa de Gracinda Marques comum a todos os números.

O presente número evidencia a primeira fase de afirmação e concretização de uma iniciativa sonhada para a região e onde existe ainda um projecto editorial idêntico, apesar da existência de publicação de carácter periódico, mas cujos objectivos são diferentes.

Com o número sete, inicia-se uma nova fase na vida da revista, em que se introduzem alterações ao nível da capa, papel reciclado e um título mais abrangente — *Estudos Transmontanos e Durienses*. Foi criado um Secretariado e uma Comissão Científica, da qual fazem parte os Professores Doutores Bernardo Vasconcelos, Torres Pereira, Fernando de Sousa, Jaime Alves, Luíz Vaz de São Payo e Joaquim Lima Pereira.

Surge ainda um novo espaço, autonomizado na revista, designado de Arquivos da Memória, onde se registam e divulgam acontecimentos, iniciativas e realizações culturais marcantes na vida da região.

As alterações agora introduzidas pretendem consolidar os Estudos Transmontanos e Durienses como um espaço de reflexão e diálogo de todos aqueles que se dedicam ao estudo desta Região nas mais diversas áreas do conhecimento e do saber.

Os *Estudos Transmontanos e Durienses* evidenciam um notável dinamismo de investigação que se vem operando sobre Trás-os-Montes e Alto Douro e demonstram igualmente o progresso que nos últimos anos se tem vindo a verificar no plano económico, social e cultural.

Deste número sete fazem parte os trabalhos: «*Vila Real no século XVIII*», de Fernando de Sousa e Silva Gonçalves; «*A Casa da Calçada em Vila Real*», de Luíz Vaz de São Payo; «*Abreu, Zarcas, de Chaves*», de Calvão Borges; «*A construção da Capela-Mor e Sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Vilar de Maçada*», de Joaquim Jaime Ferreira Alves; «*As demarcações vinhateiras na história do Alto Douro*», de Gaspar Martins Pereira; «*Amaro de Reboredo*», de Carlos Assunção; «*Trás-os-Montes: um paraíso perdido e reencontrado por Torga*», de Assunção Morais Monteiro; «*A Estação Arqueológica do Cabeço da Mina, Vila Flor*», de Orlando de Sousa; «*O Floral Manuelino de Ermelo: descrição e leitura*», de Olinda Santana; «*Miguel Torga e Presença*», de Barroso da Fonte; «*A República em Vila Real (III)*», de Joaquim Ribeiro Aires; «*O valor dos simples. Elementos para uma estratégia de valorização de plantas silvestres com propriedades medicinais e aromáticas, entre outras*», de Manuel Miranda Fernandes; «*A Ordem Franciscana em Trás-os-Montes*», de Frei Henrique Rema e «*Os Franciscanos no distrito de Bragança*», de Belarmino Afonso.

O DIRECTOR DOS ***Estudos Transmontanos e Durienses***

Manuel Silva Gonçalves

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	3
A EVOLUÇÃO URBANA EM PORTUGAL NO ÚLTIMO SÉCULO (1890-1991)	7
TERESA RODRIGUES e MARIA LUÍSA ROCHA PINTO	
LA MORT EN ALENTEJO AU XVIII ^e SIÈCLE	23
JACQUES MARCADÉ	
DEMOGRAFIA ACORIANA – <i>Actualidade e Perspectiva</i>	33
GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA	
O LUXEMBURGO E A SUA POPULAÇÃO	41
JORGE CARVALHO ARROTEIA	
INFLUÊNCIA DOS ÓBITOS PROVOCADOS POR TUMORES E DOENÇAS VASCULARES NA ESPERANÇA DE VIDA: <i>QUE CUSTOS?</i>	83
ERNESTO V. S. FIGUEIREDO e J. M. SÁ CUNHA MACHADO	
FAZER E DESFAZER UM PRECONCEITO: O DA MORTALIDADE «EXCEPCIONAL» DE AVEIRO NO SÉC. XVIII	99
INÊS AMORIM	
A DIVERSIDADE DE COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS NO PORTUGAL DE ANTIGO REGIME.....	137
MARIA NORBERTA AMORIM	
AS CRISES DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE NOUDAR - BARRANCOS. NO SÉCULO XVIII	151
JOÃO COSME	
JANELA SOBRE A FAMÍLIA LISBOETA	165
ISABEL MARIA MADALENO	
SEPARAÇÃO DE PESSOAS E BENS NO PORTO – <i>Do Código Civil à 1^a República</i>	181
MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA	
PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO – <i>O caso específico da Fronteira Luso-Espãbola</i>	197
MARIA JOAO GUARDADO MOREIRA	
NATALIDADE E MORTALIDADE NO CONCELHO DE BRAGANÇA ENTRE 1965 E 1991	207
ÂNGELO VÍTOR PATRÍCIO	
EMIGRACAO NAS ILHAS PORTUGUESAS – <i>Emigração Legal, Clandestina, Retorno e Re-Emigração</i>	215
ISABEL TIAGO DE OLIVEIRA	
A BURGUESIA PERANTE A MORTE – <i>Um momento de afirmação da diferença</i>	227
MARIA ANTONIETA CRUZ	

A TRANSIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA NO PORTO (1914-1968)	235
JOSÉ JOÃO MADURO MAIA	
REFLEXÕES EM TORNO DE UM ESTUDO URBANO – <i>O Centro da Cidade do Porto</i> <i>no 1.º Terço do Séc. XIX</i>	247
PAULA GUILHERMINA FERNANDES	
A ESCOLA PRÁTICA COMERCIAL RAUL DÓRIA (1902-1921) – <i>Elementos para a Análise</i> <i>das Práticas Educativas</i>	259
JOSÉ ANTÓNIO AFONSO	
A INDÚSTRIA CHAPELEIRA PORTUENSE – <i>Um exemplo esquecido de Património Cultural</i>	273
JOSÉ ANTÓNIO REAL PEREIRA RAMADA	
UM CASO DE FILANTROPIA PARA COM OS EXPOSTOS DE VILA DO CONDE	301
MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO	
CLEMENTE JOAQUIM DA COSTA – <i>O Homem, o Empresário e o Notável</i>	311
FÁTIMA SEQUEIRA DIAS	
AS CRISES DE MORTALIDADE – <i>O Caso de Moncorvo</i>	335
VIRGILIO TAVARES	
UMA DESCRIÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES POR JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ	359
FERNANDO DE SOUSA	
TESES APRESENTADAS À FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – <i>Estudos de População</i>	401
GUILHERMINA MOTA	
EMIGRAÇÃO GALEGA EM INVESTIGAÇÃO – <i>Notas Bibliográficas</i>	411
JORGE FERNANDES ALVES	
<i>NOTÍCIAS</i>	421

Colaboraram neste número:

ÂNGELO VÍTOR PATRÍCIO
ERNESTO V. S. FIGUEIREDO
FÁTIMA SEQUEIRA DIAS
FERNANDO DE SOUSA
GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA
GUILHERMINA MOTA
INÊS AMORIM
ISABEL MARIA MADALENO
ISABEL TIAGO DE OLIVEIRA
J. M. SÁ CUNHA MACHADO
JACQUES MARCADÉ
JOÃO COSME
JORGE CARVALHO ARROTEIA
JORGE FERNANDES ALVES
JOSÉ ANTÔNIO AFONSO
JOSÉ ANTÔNIO REAL PEREIRA RAMADA
JOSÉ JOÃO MADURO MAIA
MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO
MARIA ANTONIETA CRUZ
MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA
MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA
MARIA LUÍSA ROCHA PINTO
MARIA NORBERTA AMORIM
PAULA GUILHERMINA FERNANDES
TERESA RODRIGUES
VIRGÍLIO TAVARES